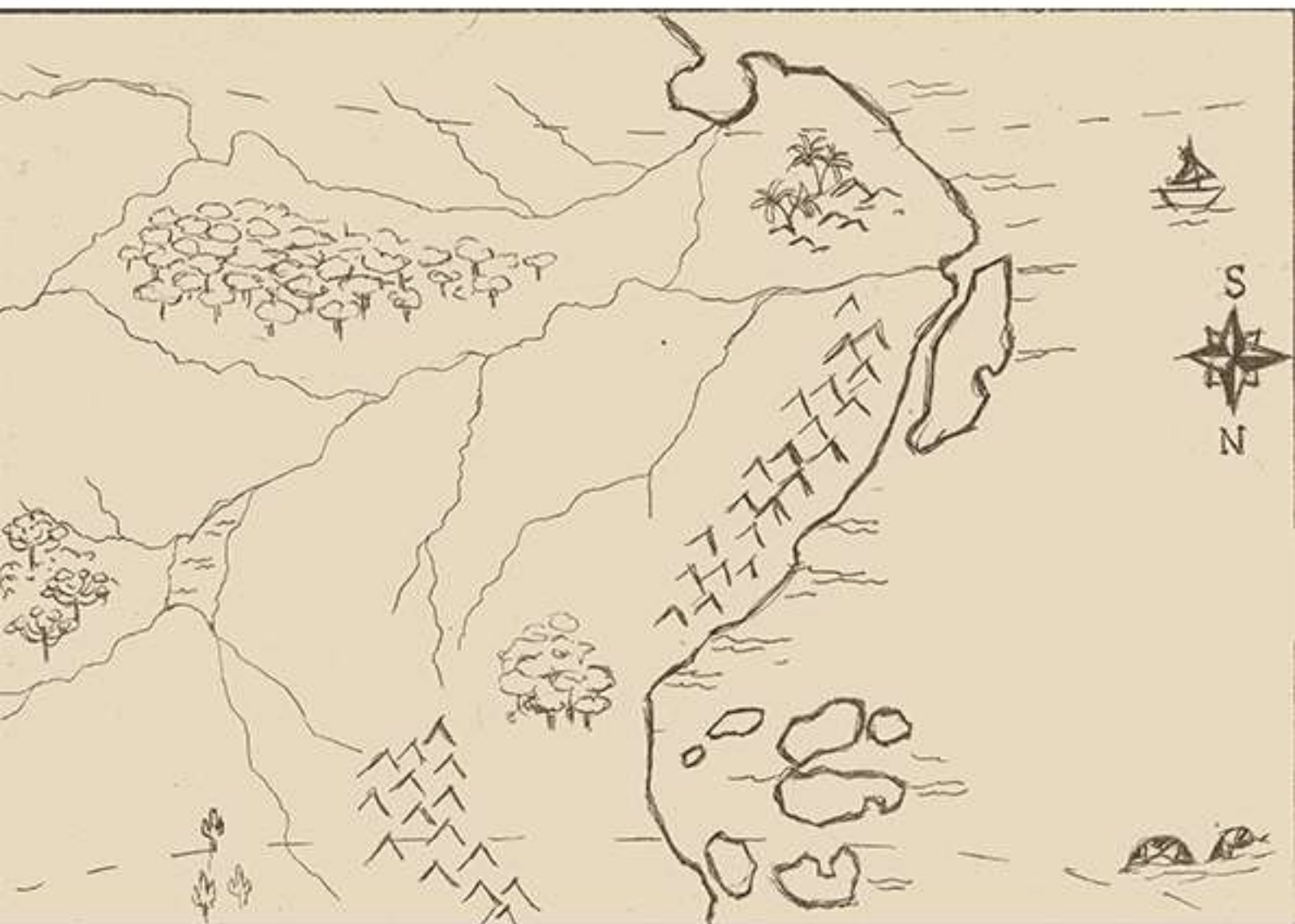


Arqueologia hoje: tendências e debates



Vagner Carvalho Porto (Ed.)

Arqueologia hoje: tendências e debates

Vagner Carvalho Porto (Ed.)

Editores Adjuntos:

Emerson Nobre

Silvia Leal

Caroline Fernandes Caromano



DOI: 10.11606/9788560984633

Museu de Arqueologia e Etnologia

Universidade de São Paulo

São Paulo

2019

Universidade de São Paulo

Reitor: Vahan Agopyan

Vice-Reitor: Antonio Carlos Hernandez

Museu de Arqueologia e Etnologia

Diretor: Paulo Antonio Dantas de Blasis

Vice-Diretor: Eduardo Góes Neves

Ilustração da capa: Erêndira Oliveira

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais.

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação – MAE/USP

A772

Arqueologia hoje: tendências e debates / Vagner Carneiro Porto, editor

-- São Paulo: MAE/USP, 2019.

760 p. ; il. color.

ISBN: 978-85-60984-63-3

DOI: 10.11606/9788560984633

1. Arqueologia pré-colonial. 2. Arqueologia histórica. 3. Arqueologia mediterrânea. 4. Áfricas. 5. Métodos em arqueologia. 6. Iconografia. 7. Arqueologia e memória. 8. Sistemas de comunicação em arqueologia. I. Porto, Vagner Carneiro. II. Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. III. Título.

Comissão Científica

André Menezes Strauss	Maria Cristina Nicolau Kormikiari
Andrés Zarank	Maria Cristina Oliveira Bruno
Arkley Marques Bandeira	Marisa Afonso Coutinho
Arlys Nicolas	Marta Sara Cavatine
Claudio Walter Gomes Duarte	Mauricio André da Silva
Debora Soares Leonel	Paulo Antonio Dantas de Blasis
Eliane Nunes Chin	Rodrigo Araújo de Lima
Felipe Perissato	Rafael Almeida Lopes
Juliana Figueira da Hora	Thiago Kater Pinto
Lucio Flávio Siqueira Costa Leite	Verônica Wesowski
Marcelo Fagundes	

Colaboração

Erêndira Oliveira	Marília Xavier Cury
Eduardo Góes Neves	Maurício André da Silva
Claudia Gradim	Meliam Gaspar
Letícia Cristina Correa	Renato Coelho Gomes
Leticia Ribeiro Ferreira da Silva	Rafael de Almeida Lopes
Léa Blezer Araújo (Exposição)	
Maria Cristina Oliveira Bruno	
Laura Pereira Furquim	
Maria Isabel D'Agostino Fleming	

**Comissão Organizadora da IV Semana Internacional de Arqueologia – Discentes MAE-
USP**

Coordenador: Prof. Dr. Vagner
Carvalho Porto

Bruno Sanches Ranzani da Silva

Bruno Pastre

Davi Garcia

Danilo Tabone (in memoriam)

Duane Mota

Emerson Nobre

Erêndira Oliveira

Guilherme Mongeló

Isabel Catanio

Laura Furquim

Mariana Cristante

Marina Di Giusto

Renan Falcheti

Patrícia Marinho

Silvia Leal

Thiago Kater



Sumário

Prefácio	11
<i>Maria Cristina de Oliveira Bruno</i>	
Apresentação	12
<i>Vagner Carvalheiro Porto</i>	
1 – Áreas de interesse para pesquisa arqueológica no entorno do sítio lítico do Morumbi	15
<i>Adriana Matrangolo</i>	
2 – As Áfricas na sala de aula: algumas considerações sobre formação, pesquisa docente e estratégias de abordagem	32
<i>Agatha Rodrigues da Silva</i>	
3 – As técnicas construtivas termais nas <i>Hispaniae romanae</i>: o caso dos paramentos	43
<i>Alex dos Santos Almeida</i>	
4 – A comunicação entre humanos e não-humanos através das representações do nahualismo nos códices mixtecos	63
<i>Ana Cristina de Vasconcelos Lima</i>	
5 – Arqueologia do som: historiografia e metodologia para o estudo das representações simbólicas sonoras	83
<i>Ana Maria da Silva Gomes de Oliveira Lucio de Sousa</i>	
6 – Cidades antigas, objetos e linguagens: resultados finais de um projeto educativo	92
<i>Ana Paula Moreli Tauhyl</i>	
7 – Arqueologia forense: a ditadura militar brasileira em perspectiva	110
<i>André C. de Camargo e Luccas E. C. Maldonado</i>	
8 – "Estudo etnoarqueológico sobre o processo de enculturação e criação do habitus visto por meio da cultura material no filme "A Guerra dos Botões", de Yves Robert."	122
<i>Any Marise Ortega e Alex Ubiratan G. Peloggia</i>	

9 – Desafios do Conhecimento: O passado pré-cabralino nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental II	137
<i>Cássia Aparecida Guimarães</i>	
10 – O uso do SIG como aliado na proteção do patrimônio arqueológico: um estudo na cidade de Santos – SP	149
<i>Cristiane Eugênia Amarante</i>	
11 – A contribuição da estela do porto à numismática de Tasos no século V a.C. ...	164
<i>Daniela Bessa Puccini</i>	
12 – Moluscos para construir e peixes bons de festa. Contribuição de análises de isótopos para a zooarqueologia e pesquisa em sambaquis	180
<i>Daniela Klokler</i>	
13 – No morro dos índios: da arqueologia indígena à história de pescador	195
<i>Dinoelly Soares Alves</i>	
14 – Cerritos e terraços lagunares no município de Rio Grande – RS	207
<i>Fabricio Bernardes</i>	
15 – Religião e Política: Alexandre, o Grande e sua legitimação religiosa no Egito, sob o olhar da iconografia monetária	222
<i>Gabriel da Silva Araujo</i>	
16 – Considerações acerca do complexo estilístico serra talhada, parque nacional serra da capivara: um estudo de caso	239
<i>Gabriel F. de Oliveira, Suely A. Martinelli e Soraia D. de B. e Silva</i>	
17 – Religião e poder aristocrático: algumas reflexões a partir das moedas republicanas romanas do século II	250
<i>Gisele Oliveira Ayres Barbosa</i>	
18 – Estruturas de Poder e Patronato nas representações discursivas das moedas da Palestina romana entre os séculos III e VI d.C.	264
<i>Gladys Mary Santos Sales</i>	
19 – Tupi e Jê no cenário paulista – uma abordagem metodológica	287
<i>Glauco C. Perez, Marisa C. Afonso e Lúcio T. Mota</i>	
20 – Arqueologia Experimental: Algumas perspectivas teóricas	302

Ingrend Guimarães Cornaquinini

- 21 – O Oïkos na Apaoikia: o domicílio grego e a sua especialização no Mediterrâneo Ocidental 318**
Isabel Cristina Catanio
- 22 – Arqueologia e semiótica do espaço: um breve estudo dos templos dos antigos Israel 335**
Jorge Luiz Fabbro da Silva
- 23 – Dura Europos como Estudo de Caso para as Comunidades Paleocristãs 376**
Juliana B. Cavalcante
- 24 – Creta e a integração do Egeu ao Mediterrâneo oriental no 2o milênio a.C. 390**
Juliana Caldeira Monzani
- 25 – A Cerâmica Tasiense de Figuras Negras: Uma Perspectiva Contextual de Análise Material - Uso Social e Identidades Locais 406**
Juliana Figueira da Hora
- 26 – Estilo, função e transmissão cultural: reflexões sobre os ceramistas tupi-guarani da zona da mata mineira e do litoral de Araruama-RJ 421**
Leandro Mageste
- 27 – As Indústrias Líticas do Holoceno Médio no interior paulista: um estudo das cadeias operatórias do Sítio Abrigo do Alvo e Sítio Bastos 438**
Leticia Cristina Correa
- 28 – Moedas, santuários e contexto único de produção: o lugar da documentação numismática no estudo do culto de divindades na pólis grega 453**
Lilian Angelo Laky
- 29 – A aerofotografia como ferramenta para o estudo de paisagens agrícolas arqueológicas: o caso da Sabana de Bogotá- Colômbia 465**
Lorena Rodríguez-Gallo
- 30 – Por una Arqueología social y humana 485**
Luis Guillermo Lumbreras
- 31 – Arqueologia em sambaquis do litoral paulista no século XIX 500**
Marília Calazans

32 – Emaranhamento religioso: a incorporação de Ísis na religião romana	515
<i>Melina de Lábio Parra Berlucci</i>	
33 – Estruturas escondidas: o método de escavação por decapagem mecânica e o estudo das habitações Aristé	532
<i>Michel Bueno Flores</i>	
34 – Representações dos falos nas pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara em São Raimundo Nonato – Piauí	549
<i>Michel Justamand</i>	
35 – O sítio arqueológico e paleontológico Lagoa de São Vitor numa perspectiva dialógica de construção de conhecimento: pesquisa científica e saber popular	563
<i>Nívia Paula D. de Assis e Leandro E. C. Mageste</i>	
36 – De tiaras e serpentes: a Tradição Polícroma da Amazônia através dos sítios Vila nova II e conjunto Vilas	579
<i>Rafael de Almeida Lopes e Jaqueline Belletti</i>	
37 – Poesia oral e tradição urbanística ortogonal grega: inserções teóricas	597
<i>Renan Falchetti Peixoto</i>	
38 – O Oriente no Ocidente	614
<i>Rodrigo Araújo de Lima</i>	
39 – Uso de combustíveis e processamento de vegetais amiláceos em Lapa Grande de Taquaraçu	626
<i>Rodrigo A. Flores, Astolfo G. de M. Araujo e Gregório Ceccantini</i>	
40 – Bioarqueologia e arqueologia funerária: ensaios sobre os encontros interdisciplinares	644
<i>Sérgio Francisco Serafim Monteiro da Silva</i>	
41 – Lembrando Boudicca	668
<i>Tais Pagoto Bélo</i>	
42 – Arqueologia Pública e Memória Social: Os significados e apropriações do patrimônio arqueológico do município de Carangola, Minas Gerais	683

Tháise Sá Freire Rocha

**43 - A variabilidade das ocupações
ceramistas no sítio Teotônio (Alto rio Madeira) 698**

Thiago Kater Pinto, Fernando Almeida e Silvana Zuse

**44 – Mên, uma divindade frígia nas moedas
de Gaba (Palestina): uma abordagem numismática
para mobilidade, materialidade e conexões mediterrânicas 713**

Vagner Carvalheiro Porto e Gustavo Urbano Mello

45 – Os javismos e o Mediterrâneo: as inscrições samaritanas de Delos 728

Vítor Luiz Silva de Almeida

46 – A moeda como instrumento interpretativo em arqueologia 746

Vivianna Lo Monaco

Prefácio

Maria Cristina de Oliveira Bruno¹

O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, ao longo de sua trajetória institucional, tem trilhado diferentes rotas acadêmicas.

Essas rotas são orientadas para as perspectivas de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com desafios museológico-curatoriais referentes a um museu universitário.

Essas ações são ancoradas nos acervos arqueológicos e etnográficos que estão sob sua responsabilidade patrimonial, como também em outras potencialidades de produção de conhecimento inerentes aos campos da Arqueologia, Etnologia e Museologia.

Nesse contexto, o museu tem realizado diferentes programas acadêmicos com vistas a contribuir para a formação profissional, produção e divulgação do conhecimento, tratamento dos seus acervos e ações socioculturais voltadas para diferentes segmentos da sociedade.

O Programa de Pós-Graduação em Arqueologia é o mais longo desses programas que, sistematicamente e a partir de distintas linhas de pesquisa, tem se destacado no cenário acadêmico e projetado a instituição nos certames nacionais e internacionais. Entre muitas iniciativas desse programa, destacam-se as atividades docentes, as atividades curatoriais, as publicações dentro dos mais variados campos do conhecimento arqueológico. Damos um destaque especial para esta publicação por sua capacidade de atrair estudantes e pesquisadores de diferentes origens e por sua sensibilidade em selecionar temas relevantes da contemporaneidade que evidenciam a multivocalidade da Arqueologia.

Os textos aqui reunidos evidenciam a pluralidade de olhares, a interdisciplinaridade das análises, o comprometimento social dos enfoques de pesquisa. E, registram mais uma vez, a tradição consolidada da arqueologia no MAE-USP.

¹ Museóloga. Professora Titular em Museologia Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE/USP. Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia – PPGmus.

Apresentação

Vagner Carvalho Porto¹

Esta coletânea é produto do esforço de muitas pessoas. Esta obra tem como princípio a divulgação das pesquisas dos estudantes de arqueologia, tanto do MAE-USP como de outras instituições do Brasil e de outros países. Ainda neste escopo, esta coletânea constitui-se também em uma oportunidade para o diálogo com professores de outras instituições e especialistas de algumas áreas arqueológicas, o que enriquece, e muito, a formação dos estudantes da pós-graduação e da graduação do MAE-USP.

Este trabalho revela o crescimento em importância no cenário nacional das pesquisas arqueológicas nos mais diversos ângulos e abordagens, com seus novos problemas e objetos. Busca contribuir também com a perspectiva de continuidade do trabalho de formação e consolidação da arqueologia no panorama brasileiro, tanto como linha de pesquisa quanto como área de atuação profissional.

A produção e edição deste livro deu-se a partir de uma interlocução bastante dinâmica, respeitosa e democrática, considerando-se temas importantes no cenário arqueológico atual como áfricas e arqueologia, diálogos atlânticos, bioarqueologia, arqueologia funerária, métodos interdisciplinares em arqueologia contemporânea, etnoarqueologia e arqueologia do presente.

Dentre os destacados autores que compõe esta coletânea, professores de universidades estaduais, federais e particulares, pós-doutorandos, doutorandos e mestrandos, acentuamos a participação do importante e não menos querido professor Luis Guillermo Lumbreras.

Dentre os temas que buscamos abordar, destacamos ainda a arqueologia em zonas de conflito e práticas arqueológicas relacionadas ao processo de licenciamento ambiental, dentre outros. Estes, procuram trazer diferentes perspectivas quanto à

¹ Professor de Arqueologia Mediterrânea do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Co-coordenador do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (LARP). Coordenador do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia - PPGmus.

prática arqueológica como ferramenta para pensar e desenvolver políticas públicas de gestão do patrimônio e de direitos humanos.

O livro *Arqueologia Hoje: tendências e debates* – editado por mim e coeditado por Emerson Nobre, Silvia Leal e Caroline Fernandes Caromano e que teve a colaboração de um sem-número de pessoas – é o principal produto de estudos arqueológicos desenvolvidos em várias frentes de pesquisa no Brasil. Queremos crer que esta coletânea certamente brindará os estudiosos e amantes da ciência arqueológica com textos que retratam a pluralidade e confluências de ideias que dinamizam os debates e discussões promovidas na academia e que podem ser apreciados nas mais de setessentas páginas que seguem. Ao todo são quarenta e cinco capítulos que estão distribuídos da maneira mais democrática que encontramos mais o prefácio da profa. dra. Maria Cristina Oliveira Bruno, arqueóloga, museóloga e ex-diretora do MAE-USP, quem muito nos ajudou, nossa gratidão. Objetos de estudos dos mais variados como cerâmica grega, arqueologia da paisagem, geoarqueologia, numismática, África em sala de aula, arqueologia forense, apenas para ficarmos com alguns, despertam a sede por conhecimento e reflexão acerca das muitas possibilidades que a arqueologia nos permite ter. A ordem alfabética prevaleceu sobre qualquer tema que pudesse imaginar-se mais importante em detrimento de outro ou sobre a titulação dos autores. Como disse e enfatizo agora, foi nosso objetivo deixar o trabalho o mais democrático possível.

Organizar um livro com a complexidade dos temas abordados, com tantos personagens e textos tão relevantes não é tarefa das mais fáceis. Por sorte, como disse há pouco, tive muita ajuda. Pesquisador e professor forjado ao sabor de suor e emoções me recordo de muitas histórias. Uma delas trata de uma pequena planta que ganhei dos alunos em meados de 2015, e junto dela, uma carta que guardo comigo, dizia: “Vagner, essa é uma espada-de-iansã. E o que a diferencia da popular espada-de-são-jorge ou de ogum é sua charmosa borda amarela. Iansã é orixá dos ventos, suas plantas são aquelas que se alastram rapidamente como o vento que as expandem, que as espalham como o próprio vento... E é como um sopro suave que Iansã-Balé conduz quem amamos para adentrar em outros estados da alma e do corpo que não conhecemos. Bons ventos!”. Não há retorno mais bonito que se possa receber. Esta é a expressão de um professor feliz com sua escolha.

Para concluir, devo dizer que fui agraciado com a missão de dar vida a este trabalho; ouvi muito sobre muitas arqueologias, debati conceitos, métodos e estratégias, e finalmente, li muito para editar esta coleção. Sou muito grato a todos os envolvidos no projeto e vejo-me extremamente realizado pois esta publicação representa o final de um ciclo e início de muitos outros. Sinto-me um ser humano melhor.

Áreas de interesse para pesquisa arqueológica no entorno do sítio lítico do Morumbi

Areas of interest for archaeological research in the surroundings of the Morumbi lithic site

*Adriana Matrangolo*¹

Resumo

O presente artigo é uma síntese dos resultados do trabalho de conclusão de curso de especialização *lato sensu* apresentado em março de 2015 pela autora à Universidade de Santo Amaro. Trata do diagnóstico do potencial de pesquisa arqueológica no entorno próximo ao sítio lítico do Morumbi. O único sítio de extração de matéria - prima conhecido na bacia do Alto Tietê para confecção de material lítico. A análise dos relatórios de resgates, o uso de metodologias não interventivas como a cartografia oficial, as imagens de satélite e os estudos dos alvarás emitidos pela Prefeitura Municipal de São Paulo, entre 2002 a 2014, fez surgir um panorama com perspectivas animadoras para a pesquisa arqueológica no entorno desse raro sítio.

Palavras-chave: Patrimônio Arqueológico, Sítio Lítico do Morumbi, Licenciamento Ambiental, Arqueologia Preventiva, e Avaliação de Impacto Ambiental e Arqueológico.

Abstract

This article is a summary of the results obtained during an archaeology specialization course submitted in March 2015 by the author to the University of Santo Amaro. A diagnosis of the archaeological research potential approximately the Morumbi lithic site is presented. The Morumbi site is the only lithic raw material extraction site known in the Alto Tietê basin. The analysis of salvage archaeology reports and the use of non-

¹ Bacharel em Geografia pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - FFLCH/USP Geógrafa da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB.

interventional methods such as the analysis of official maps, satellite images and documents issued by the Municipality of São Paulo, among 2002-2014, have all offered a new scenario with exciting prospects for the archaeological research in the surroundings of this rare site.

Keywords: Archaeological Heritage, Morumbi Lithic Site, Environmental Licensing, Preventive Archaeology, and Environmental and Archaeological Impact Assessment.

Introdução

A descoberta do sítio lítico do Morumbi não estimulou novas pesquisas arqueológicas no entorno próximo de sítio. Este trabalho apresenta as possibilidades de pesquisa existente ao redor do sítio lítico, em terrenos ainda não ocupados por edificações.

O advento da legislação específica voltada ao tombamento e à proteção dos bens arqueológicos teve início na década de 1930, com a publicação do Decreto Lei 25/1937 (Lei do Tombamento) e, na década de 1964, com a Lei Federal 3924/1964 (Lei da Arqueologia), mas estes dispositivos legais não trouxeram avanço significativo para a descoberta e proteção de novos sítios arqueológicos pré-coloniais. No início da arqueologia brasileira privilegiou-se a arqueologia voltada à proteção de bens históricos dos períodos da colônia e do império. Somente com a Constituição Federal de 1988 e as posteriores regras do licenciamento ambiental houve o incremento no conhecimento arqueológico em sítios pré-coloniais com os trabalhos de arqueologia preventiva.

Neste panorama, o presente trabalho tem a pretensão de discutir as possibilidades de incremento no conhecimento arqueológico da cidade de São Paulo a partir do entorno de sítios já conhecidos, considerando que tais possibilidades estão associadas ao surgimento de novas obras e relacionadas ao próprio crescimento da cidade. Sendo assim, como evitar impactos negativos aos sítios pré-coloniais em obras de baixo impacto ambiental? Na arqueologia urbana não há relação direta com o porte, o tipo ou a magnitude do impacto ambiental da atividade, da obra ou do empreendimento. Ao considerar que a arqueologia está no contexto de análise do ambiente antrópico, o baixo impacto ambiental em obras de pequeno porte pode

acarretar alto impacto negativo em sítios pré-coloniais, haja vista que a maior parte deles está sob a superfície urbana.

A história da descoberta e destruição parcial do sítio lítico do Morumbi

O sítio lítico do Morumbi foi descoberto em 1964 pelo engenheiro e arqueólogo amador, Caspar Hans Luchsinger, diplomado em Zurique, que na época trabalhava na abertura das ruas na região do Morumbi. Ao encontrar alguns matacões de sílex e concluir que se tratava de material arqueológico, comunicou ao Instituto da Pré-História da Universidade de São Paulo sobre a existência do que ele denominou de “Pedreira pré-histórica do Morumbi” (Araújo 1991, acervo DPH/SP). O engenheiro coletou e entregou ao Instituto da Pré-História cerca de 300 peças, compostas por lascas e outros artefatos de sílex (Fig. 1)



Fig. 1. Diapositivos feitos pelo Engenheiro Civil Caspar Hans Luchsinger dos artefatos líticos encontrados por ele no Morumbi em 1964. Fonte: Acervo do Sítio Morrinhos

A redescoberta do sítio foi feita pelo então geólogo e arqueólogo do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, Astolfo Gomes de Mello Araújo, que encontrou o material na reserva técnica do Museu de Arqueologia da Universidade de São Paulo – MAE/USP. *“Inicialmente, só foi encontrada a caixa onde estava acondicionado o material arqueológico, que trazia a inscrição “Morumbi”* (Araújo 1991, acervo DPH/SP). O pesquisador analisou as peças e, paralelamente a esse trabalho continuou a buscar nos arquivos do MAE/USP alguma documentação que tratasse do contexto de descoberta do sítio e da sua exata localização, pois até então não se conhecia o local exato do resgate das 300 peças líticas. A documentação relacionada à localização do sítio de origem dos artefatos líticos foi encontrada por Araújo em 1992. O material era

5.500 AP (González; De Blasis; Zanettini 2002: 78). Os demais trabalhos de resgate foram realizados em outras três campanhas distintas e resgatadas cerca de 276.000 peças líticas, que estão depositados no Museu de Arqueologia da cidade de São Paulo, no Sítio Morrinhos, passou a abrigar a exposição permanente do sítio lítico do Morumbi.

Em 2005 a Procuradora da República, Dra. Ana Cristina Bandeira Lins, diante do apurado no processo nº 1.34.0001.005701/2004-23, que tratou da destruição parcial do sítio lítico do Morumbi, fez a seguinte recomendação ao então Secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo, Sr. Orlando de Almeida Filho:

Torne obrigatória a consulta ao Cadastro de “Registros de Monumentos Arqueológicos ou Pré-históricos” para a concessão de alvará de aprovação e execução de edificação nova, condicionando a concessão, no caso de existência de Registro do imóvel, à prévia autorização do IPHAN, bem como à realização de pesquisa arqueológica (resgate) no monumento, a fim de tornar eficaz o instituto do Registro na proteção do patrimônio cultural brasileiro, estabelecida no §1º do artigo 216 da Constituição Federal” (Recomendação MPF/SP nº 22/2005, Processo nº 1.34.0001.005701/2004, p. 23).

A história da arqueologia na cidade de São Paulo e a gestão do patrimônio arqueológico paulistano

A pioneira no trabalho de pesquisa e gestão do patrimônio arqueológico do município de São Paulo foi a arqueóloga Margarida Davina Andreatta, que ligada ao Museu Paulista da USP empreendeu os primeiros estudos de arqueologia histórica urbana na cidade de São Paulo, como as do Beco do Pinto em 1981, a Casa Bandeirante do Tatuapé, a Casa do Grito, os porões do Museu do Ipiranga e o Engenho dos Erasmos, em Santos.

No final da década de 1990, a geóloga Lúcia Cardoso Juliani, em decorrência da experiência como arqueóloga no Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura do Município de São Paulo – DPH/SP discorreu em sua dissertação de mestrado em arqueologia sobre a *“Gestão Arqueológica em Metrópoles: Uma proposta para São Paulo”*. O principal enfoque dado pela autora em seu trabalho está relacionado ao enfrentamento das dificuldades encontradas na prática da arqueologia em meio à trama urbana complexa, responsável pela destruição da topografia original de grandes

porções do território urbano e a formação de espessas camadas de concreto e asfalto, que dificultam muito a constatação de vestígios arqueológicos. Mas a autora ressalta que ainda existem caminhos a serem trilhados, com muitas possibilidades de incremento do conhecimento arqueológico, mesmo em uma cidade como São Paulo. Segundo Juliani não é possível deixar de ver a cidade como um grande sítio arqueológico no qual os vestígios das ações humanas vão se sobrepondo, “*sendo então o substrato da cidade um grande depósito de cultura material*” (Juliani 1996: 39). Dentre as considerações da arqueóloga, feitas no seu mestrado, é importante destacar:

- A necessidade de dotação orçamentária adequada para a gestão do patrimônio arqueológico;
- A leitura da cidade como sítio arqueológico coberto por um manto de asfalto e concreto;
- Aprofundamento no conhecimento histórico, geográfico, ambiental e urbanístico;
- O potencial arqueológico da cidade de São Paulo, mesmo considerando as suas limitações como a grande extensão territorial e a alteração da topografia causada pela ocupação urbana desordenada;
- Necessidade de realização de estudos para elaboração da carta arqueológica do município e a instituição do zoneamento arqueológico;
- Garantia de que os termos de referência para estudos ambientais de empreendimentos de impacto incluam o diagnóstico do patrimônio arqueológico;
- Criação de incentivos fiscais para proprietários de terrenos que contenham recursos arqueológicos e desenvolvem ações para sua preservação ou financiem a pesquisa arqueológica.

Plácido Cali também se debruçou sobre a questão das políticas municipais de gestão do patrimônio arqueológico, enfocando a prática de gestão em vários municípios do Brasil. Na sua tese de doutorado “*Políticas Municipais de Gestão do Patrimônio Arqueológico*” (Cali 2005) Cali tratou do potencial e dos limites da atuação municipal na proteção do patrimônio arqueológico, tendo como base a análise da

atuação de 45 (quarenta e cinco) municípios em 8 (oito) estados da federação, no tocante ao tratamento dado à gestão do patrimônio arqueológico pela administração pública, a sociedade civil e a academia. O autor aponta as dificuldades na implantação de políticas públicas de gestão do patrimônio histórico e arqueológico nos municípios analisados. Dentre as principais dificuldades tem-se que:

- Poucos municípios no país possuem legislação, conselhos, órgãos e projetos voltados para a proteção do patrimônio histórico e arqueológico;
- Existe um claro privilégio no trato com os bens edificados, em detrimento aos demais bens patrimoniais. Dentre eles o patrimônio arqueológico, pouco lembrado nas leis e políticas existentes;
- Ausência de parcerias entre União, Estados e Municípios;
- Necessidade de criação e proteção dos arquivos públicos municipais e estaduais;
- Falta de orientação ao cidadão sobre a obrigatoriedade de proteção do patrimônio arqueológico, seja em função da legislação existente e dos órgãos responsáveis, ou mesmo como proceder em caso de achados fortuitos ou evidências arqueológicas;
- Falta de conhecimento daqueles que trabalham com o assunto no meio jurídico, que confundem proteção com o tombamento, exigindo que os sítios arqueológicos sejam cadastrados no IPHAN para que tenham proteção jurídica;
- A questão da competência comum dos municípios com os demais entes federativos para legislar de forma complementar sobre a matéria, conforme previsto nos artigos 23, 24 e 30 da Constituição Federal.

A arqueóloga Maria Lúcia F. Pardi, em 2002, ao traçar um panorama da “*Gestão do Patrimônio Arqueológico Documentação e Política de Preservação*” no país, resumidamente evidencia três questões fundamentais:

- A ausência de uma estrutura eficiente de gestão que seja capaz de fazer frente à mudança de modelo que vem se delineando no país, especialmente em função do crescimento desordenado da arqueologia empresarial;
- A carência de documentação e devolução destes bens à sociedade nacional, que contribui para a quase invisibilidade desta categoria de patrimônio, e
- Inexistência de Políticas Públicas.

Ao avaliar os dados do município de São Paulo obtidos por meio do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA/IPHAN Pardi constata o reduzido número de sítios cadastrados na cidade, a defasagem das informações e o grau de urbanização da cidade, onde 50% dos sítios foram encontrados em função da atividade urbana e apenas 20% em decorrência da atividade rural. Ressalta a influência da escola de arqueologia histórica, que se desenvolveu na prefeitura municipal, em detrimento de uma arqueologia voltada para todas as categorias de sítios. A autora exemplifica tal afirmação citando o sítio lítico do Morumbi que, na sua opinião, em função de sua raridade, *“necessitaria ser gerido com mais cautela e rigor, em benefício da sociedade, inclusive em função dos pedidos de tombamento encaminhados ao município e ao estado”* (Pardi 2002: 199) na época.

E, por fim, Paulo Zanettini em sua tese de doutorado *“Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na Casa Bandeirista”* de 2006, sobre as casas bandeiristas de São Paulo, que apesar de não tratar de arqueologia pré-colonial, elaborou um mapa arqueológico e uma relação dos sítios arqueológicos conhecidos até 2005, separando-os nas seguintes categorias:

- Sítios pré-coloniais (indígenas);
- Ocorrências e achados fortuitos relacionados à ocupação indígena pré-colonial;
- Sítios arqueológicos relacionados à ocupação pós 1554 do período pós-colonial (Império e República);
- Ocorrências e achados fortuitos relacionados ao período colonial e pós-colonial.

A ausência de análise arqueológica para aprovação de obras novas na cidade de São Paulo até ano de 2015

A recomendação do Ministério Público e as questões apontadas pelos arqueólogos da academia e da prefeitura, quanto aos procedimentos adequados à boa gestão dos bens arqueológicos acautelados no município de São Paulo, especialmente no entorno do sítio lítico do Morumbi, de modo geral, não foram adotadas, sendo que a emissão de Alvarás de Aprovação e de Execução de Obra, sem a devida consulta aos órgãos ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA do Instituto do Patrimônio

Artístico e Histórico Nacional - IPHAN e do Departamento de Patrimônio Histórico – DPH/Centro de Arqueologia continuou a ser feita da mesma forma.

Diante dessa constatação e com objetivo de quantificar o expressivo número de alvarás emitidos para obras novas na região do entorno próximo do sítio lítico do Morumbi foi realizado levantamento quantitativo dos alvarás emitidos no período posterior à ao salvamento e musealização do material arqueológico do sítio lítico do Morumbi, ou seja, a partir do ano de 2002 até 2014 (Gráfico 1).



Gráfico 1. Quadro comparativo da quantidade de Alvarás de Execução de Edificação Nova, emitidos por ano, pelas subprefeituras de Butantã, Pinheiros/Itaim e Campo Limpo entre os anos de 2002 a 2014. Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo.

No período de 2002 a 2014 foram emitidos 419 (quatrocentos e dezenove) alvarás, sem que fosse solicitado nenhum estudo de arqueologia preventiva pela municipalidade, mesmo quando o empreendimento estava localizado na divisa com o lote do sítio lítico do Morumbi. O processo de obtenção de alvará não tramitava junto ao DPH/SP – Centro de Arqueologia, por isso nada podia ser pedido.

No entorno no sítio arqueológico do Morumbi ainda existem muitos terrenos sem qualquer edificação localizados a uma distância menor do que 2 (dois) km. Os relatórios de diagnóstico e resgate arqueológico do sítio lítico do Morumbi apontaram a necessidade de pesquisa arqueológica no entorno, haja vista a possibilidade da existência de uma articulação regional entre o sítio lítico e sítios ocupados por

populações que exploraram o lugar ao longo de milhares de anos (nenhum outro sítio foi encontrado)

Em consultas feitas no site da Prefeitura do Município de São Paulo, entre outubro e dezembro de 2014 e confirmadas por consultas feitas ao arquivo do IPHAN, foi possível constatar que a emissão de alvarás de aprovação e execução de obra nova, quando desvinculados de estudos de avaliação de impacto ambiental, não requeriam diagnóstico arqueológico prévio, mesmo quando o terreno estava ao lado do sítio lítico.

Inúmeros aspectos poderiam ser considerados para justificar a exigência de estudos arqueológicos no entorno do sítio lítico do Morumbi como a classificação funcional do sítio como sítio-oficina, *“o que o caracteriza como uma mina, ou local de extração (quarry-site) deste recurso mineral”* (Plens 2005: 8). O sítio pode ter recebido, durante milhares de anos, inúmeras populações paleoindígenas que se deslocavam na região até essa área para explorar o material lítico. Os estudos realizados na área estimaram a datação de amostras retiradas do sítio entre 2.000 a 7.000 anos AP (Plens 2005: 12), ou seja, o transito de populações ao redor do sítio deu-se por um período da pré-história de tempo muito longo.

No relatório dos trabalhos de salvamento arqueológico, elaborado por Plens a arqueóloga destaca:

A conclusão do trabalho de investigação (RPRA), através dos dados acima apontados foi de que o conjunto de vestígios do sítio Morumbi indicaria que a matéria-prima era obtida no sítio e transportada para outros locais, na forma de núcleos preparados (decorticação e retalhados) para debitagem regular de lascas de grande e médio porte, ou mesmo já na condição de suportes, lascas e fragmentos diversos (Plens 2005: 10).

Com base nos dados dos relatórios de salvamento arqueológico é possível inferir que existiam caminhos preferenciais para a chegada ao sítio e, principalmente para a saída deste, já que os grupos paleoindígenas deixavam o local carregando material lítico não acabado, ou seja, material mais pesado do que pontas de flecha acabadas.

González, De Blasis & Zanettini (2002), no relatório de escavação do sítio, afirmaram:

A existência de uma mina bastante explorada onde os materiais não foram usados, mas sim transportados, sugere a presença de outros locais onde estes instrumentos foram finalizados e utilizados, locais de habitação e acampamento, enfim, um sistema de assentamento de sociedades lascadoras, um conjunto de sítios contemporâneos articulados ocupando a paisagem dos vales amplos do Rio Tietê e seus afluentes.

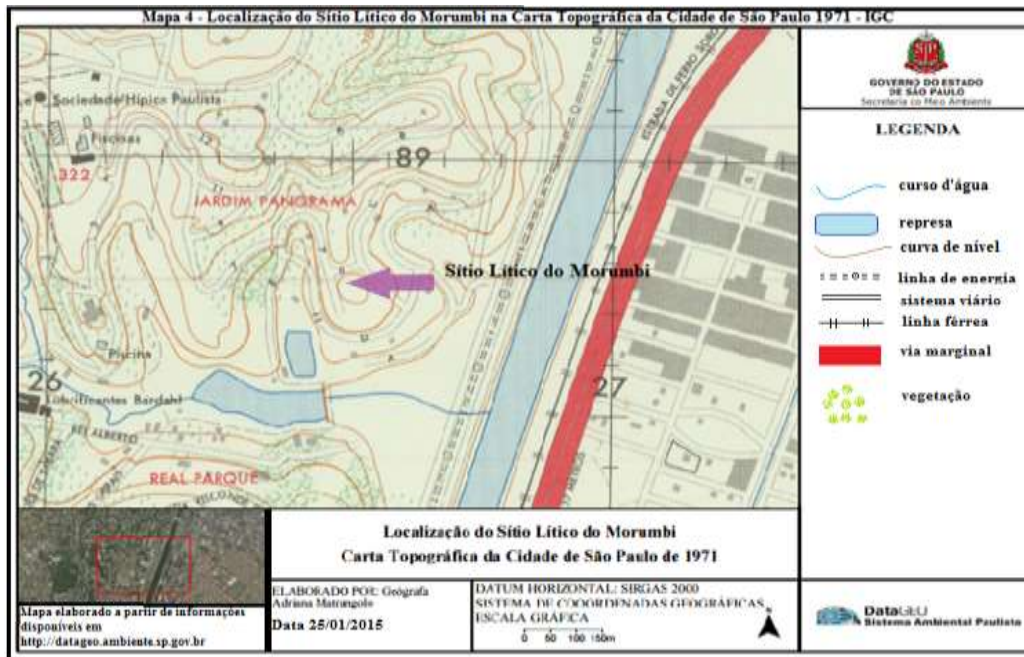
Infelizmente não há como examinar as relações do sítio Morumbi com outros da região, pois estes outros sítios, situados no amplo território configurado pela bacia sedimentar de São Paulo e adjacências, provavelmente foram já destruídos pela expansão da malha urbana. Pode-se imaginar, em todo o caso, aldeias de grupos caçadores-coletores nas colinas próximas aos rios, ou terraços mais antigos, altos e secos, para os quais os recursos líticos eram muito importantes, se não essenciais González, De Blasis & Zanettini (2002: 76).

Não é possível afirmar categoricamente que no entorno próximo do sítio lítico existiam assentamentos humanos pré-históricos, mas com certeza existiam caminhos para a chegada dos grupos humanos caçadores/coletores ou ceramistas ao local. E, para fazer tal afirmação é necessário analisar os compartimentos do relevo onde se insere o sítio lítico e considerar a história de ocupação recente da área. Também é importante analisar as toponímias indígenas que podem ter dado origem ao nome do bairro de Morumbi.

Segundo Ponciano (2001) o nome do bairro do Morumbi tem origem tupi.

É por volta do início do século XIX, mais precisamente em 1817, que se tem a primeira notícia sobre uma fazenda conhecida por Morumbi. Sobre a origem do nome, PONCIANO descreve três interpretações, sendo a primeira a mais aceita. A primeira é interpretada por Luis Tibiriça, o nome teria origem tupi, cujo significado é “morro ou colina muito alta”; a segunda, derivada da interpretação de Teodoro Sampaio “mosca verde azulada” (meru-obi/varejeira) ou “lugar onde os guerreiros lutam” ou “local bom para tocaia” (mara-obi) Ponciano (2001) (Nishida 2009: 17).

O bairro onde se insere o sítio lítico é denominado Jardim Panorama, formado por colinas com declividade acentuada ao longo do Rio Pinheiros (Mapa 1)



Mapa 1. Localização do Sítio Lítico do Morumbi na Carta Topográfica da Cidade de São Paulo de 1971 – IGC.

Alguns atributos da paisagem podem ter sido determinantes na forma como o lugar era frequentado por populações que exploravam o material lítico como (Fig.3):

- Existência ao sul do sítio de curso d'água e nascente, a menos de 1 (um) km de distância (hoje canalizado em seção fechada);
- Vista panorâmica de toda a planície da várzea do Rio Pinheiros a leste, nordeste e sudeste, a partir do topo do terraço onde se situa o sítio;
- Relevo colinoso e de difícil acesso pela vertente leste e nordeste do sítio;
- Acesso facilitado pelas vertentes ao sul e sudoeste do sítio e também pelo topo do morro ao norte.

O acesso não asfaltado que tem início na Marginal de Pinheiros e atualmente atravessa a comunidade do Jardim Panorama está localizado na vertente mais declivosa, a leste. Este trecho provavelmente não era o que servia aos grupos caçadores-coletores para ter acesso ao sítio oficina. As dificuldades encontradas pelas populações pré-coloniais para acessar essa área estratégica de exploração mineral, atualmente são as mesmas encontradas pelas populações de baixa renda que no local residem na comunidade do Jardim Panorama. A área do sítio é muito difícil de ser acessada pela planície do Rio Pinheiros. O que não acontece com a vertente oposta

onde as declividades são suavizadas. Essa situação geográfica estimulou a ocupação atual dessa área por residências pertencentes às classes mais abastadas. Se os grupos caçadores-coletores estavam assentados por perto desse sítio produtor de material lítico, provavelmente acessavam o sítio pelas vertentes com declividade baixa, assim como fazem os grupos da classe alta, que atualmente ocupa a área. No topo da colina do Jardim Panorama existem terrenos que ocupam área de até 5.000 m² com vista para o lado oposto do Rio Pinheiros.

Considerações sobre a Instrução Normativa IPHAN 01/2015 e os desafios institucionais

Quando da finalização deste trabalho ocorreu a publicação da Instrução Normativa IPHAN 01/2015.

A IN 01/2015 revogou a Portaria IPHAN nº 230/2002, que vigorou por mais de uma década e foi responsável por reger a interface entre a arqueologia e o licenciamento ambiental de atividades, obras e empreendimentos.

A nova normativa tem como principal objetivo a exigência de estudos de arqueologia preventiva em processos de licenciamento ambiental para um número maior de empreendimentos e não só para aqueles que são objeto de EIA-RIMA, conforme o disposto na Portaria IPHAN 230/2002.

A principal dificuldade dos órgãos licenciadores no tocante à aplicação da IN/IPHAN 01/2015 está vinculada à própria legislação que estruturou o licenciamento ambiental como instrumento de avaliação de impacto ambiental e que considera apenas os impactos ao meio físico e biótico e, no máximo, os impactos às populações humanas que vivem no entorno da atividade ou empreendimento. Consta da alínea “c” do inciso I do artigo 6º da Resolução CONAMA 01/1986 que:

O estudo de impacto ambiental desenvolverá o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto (...) considerando o meio sócio-econômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

No entanto tais estudos não fazem parte do rol de documentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de baixo impacto ambiental. Existe o

entendimento nos órgãos ambientais de que esse tipo de impacto (arqueológico) não é recorrente, é de difícil constatação e seu diagnóstico muito caro e especializado.

E mesmo com o advento da IN/IPHAN 01/2015, casos como o do sítio lítico do Morumbi, cuja área do terreno é de pouco mais de 1.400 m², continuarão a ocorrer, já que pelo novo regramento do IPHAN somente os lotes – cuja projeção das edificações seja superior à 5.000 m² deverão – apresentar monitoramento arqueológico (Item 52 do Anexo da IN/IPHAN 01/2015 – Nível II). Abaixo disso a regra não se aplica (Item 51 do Anexo da IN/IPHAN 01/2015 – Nível NA).

A IN/IPHAN 01/2015 é um instrumento poderoso para dotar os órgãos responsáveis pela proteção ao patrimônio arqueológico de instrumentos para a exigência de estudos de arqueologia preventiva para empreendimentos de menor porte. No entanto se os municípios não definirem suas áreas de interesse para pesquisa arqueológica a norma sozinha não atingirá as situações do tipo do sítio lítico do Morumbi e seu entorno próximo.

Conclusão

Durante a realização deste trabalho, uma questão foi sempre o mote das especulações acerca das possibilidades de existência de inúmeros sítios arqueológicos no território paulistano: por que após a descoberta de um sítio arqueológico lítico de alta relevância na área urbana de São Paulo, não foram empreendidas pesquisas arqueológicas sistemáticas na capital, para compreender melhor o significado desse sítio no contexto pré-colonial? Conclui-se que os motivos são inúmeros. Existem poucos arqueólogos. Os interesses do mercado da construção civil se sobrepõem à necessidade de proteção ambiental e dos bens históricos/arqueológicos e culturais da cidade.

Mesmo quando apontado nos Relatório de Resgate Arqueológico, elaborados pelos arqueólogos, que o sítio lítico do Morumbi poderia abarcar uma área maior do que aquela que foi pesquisada, os empreendimentos que se instalaram depois não realizaram estudos de arqueologia preventiva.

Para o empreendedor sempre é possível compensar o dano ou mitigá-lo. Mas o que fazer para que o dano não aconteça no sítio arqueológico? É trabalhar na prevenção de danos e isso só será feito com a definição de áreas de interesse

arqueológico; com a criação de museus nos espaços onde existiam os sítios ou mesmo fazer do sítio um museu, para que a população possa entender o sítio no contexto da sua paisagem – o que não foi feito no sítio lítico do Morumbi. Este foi um sítio perdido no seu contexto original. Conforme afirma Zanettini as razões pelas quais não é dada a importância adequada, nas três esferas de poder, ao patrimônio arqueológico pré-colonial estão relacionadas aos seguintes motivos:

O patrimônio edificado é assimilado como monumento e símbolo de poder, cuja história deve ser construída considerando as elites, os “vultos”, e que, portanto, devem ser preservados.

(...) a maioria dos sítios arqueológicos não é aparente, visível. A sua promoção sempre é feita através de exposições em Museus e publicações, dois veículos que atingem parcelas diminutas da população.

(...) a história a que nos remete os sítios arqueológicos pré-coloniais é aquela anterior à colonização e que, no Brasil, ao contrário da maioria dos países latino-americanos, a sociedade não se identifica (Zanettini 2005).

Mas existe outro componente muito mais perverso que resulta na destruição de sítios na capital de São Paulo e está relacionado ao tempo e ao custo que os trabalhos arqueológicos tomam dos empreendedores. Mesmo sendo considerado crime ambiental, previsto nos artigos 63 e 64 da Lei Federal 9605/98, os empreendedores preferem se omitir e degradar sítios arqueológicos a ter que arcar com o custo da contratação de um estudo de arqueologia preventiva. É claro que existem muitos empreendedores que buscam atuar de forma preventiva, porque conhecem os resultados de uma ação civil pública por crime contra o patrimônio arqueológico e a conseqüente inviabilização do empreendimento.

Para reverter esse quadro, um dos caminhos que se apresenta é o da educação patrimonial aliada à fiscalização. É necessário fazer com que o cidadão tenha conhecimento e compreensão da importância de ter em seu território parte da história da ocupação do continente americano. E que saiba do risco de se degradar um sítio arqueológico. O sítio lítico do Morumbi, um dos mais importantes sítios arqueológicos do Estado de São Paulo não é conhecido por boa parte da população paulistana.

Diante desse quadro o licenciamento ambiental ainda é o principal instrumento para o descobrimento de novos sítios arqueológicos, seja em áreas urbanas ou rurais. No processo de licenciamento, apesar do sítio ser destruído, o impacto é mitigado e compensações são realizadas. É gerado conhecimento em decorrência do resgate, o

que até estimula pesquisas científicas na área do empreendimento e/ou no seu entorno. Não é o instrumento perfeito, mas para a arqueologia é a ferramenta que se apresenta na atualidade para mitigar séculos de omissão, destruição e esquecimento do passado humano neste território.

Referências Bibliográficas

Artigos

ARAUJO, A. G. M.; JULIANI, L. J. C. O.; MORAES NETO, L. F.; CAMPOS, M. C. Levantamento e Cadastro Arqueológico do Município de São Paulo - LECAM. In: Secretaria Municipal de Verde e do Meio Ambiente, (Org.), *Questão Ambiental Urbana - A Cidade de São Paulo*. Prefeitura do Município de São Paulo, São Paulo. 1993, pp. 398-405.

ARAÚJO, A, CAMPOS, M. e JULIANI, L..C. *O Departamento do Patrimônio Histórico e a Arqueologia no Município de São Paulo: 1979 – 2005*.

ARAÚJO, A.G.M. *Arqueologia Urbana no município de São Paulo: considerações sobre algumas dificuldades de implantação, 1994/95*, p. 381.

ARAÚJO, A, CAMPOS, M. e JULIANI, L..C. *O Projeto de Levantamento de Cadastro Arqueológico do Município de São Paulo*. 2005.

Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado

CALI, P. *Políticas Municipais de Gestão do Patrimônio Arqueológico*". (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia Brasileira do Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

JULIANI, L. J. C. O. *Gestão Arqueológica em Metrôpoles – Uma proposta para São Paulo*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas(FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ZANETTINI, P. E. *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na Casa Bandeirista*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia Brasileira do Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Relatórios de estudos arqueológicos

GONZÁLEZ, E. M. R., De BLASIS, P e ZANETTINI, P. E., *Relatório final de Resgate Arqueológico do Sítio Lítico do Morumbi*, Documento Arqueologia, São Paulo, 2002.

NISHIDA, P. *Relatório final de Resgate Arqueológico do Sítio Lítico do Morumbi*, Grupo Terra 1, São Paulo, 2009.

PLENS, C. *Relatório final de Diagnóstico Arqueológico do Sítio Lítico do Morumbi*, Grupo Terra 1, São Paulo, 2005.

Processos

PROCESSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL nº 1.34.0001.005701/2004-23 – Ação Civil Pública

PROCESSO IPHAN: 0150 6000.175/2006-92, - Sítio Lítico do Morumbi

PROCESSO IPHAN : 00150.6000.254/2005-12 – Sítio Lítico do Morumbi

Sítios Eletrônicos

www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/biblioteca_virtual/bv_teses_congressarq.htm - Acesso em: 04/10/2014.

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamentos/servicos/index.php?p=3334>. Acesso em: 03/11/2014.

<http://datageo.ambiente.sp.gov.br>. Autor: Geógrafa Adriana Matrangolo, Carta Topográfica da Cidade de São Paulo de 1971 – IGC Acesso em: 05/01/2015.

Legislação

Legislação Federal

BRASIL. Decreto Lei 25, de 30 de novembro de 1937. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 30/11/1938.

BRASIL. Lei Federal 3.924, de 26 de julho de 1961. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, DOU de 27/07/1961 (retificado em 28/07/1961).

BRASIL. Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. Artigos 23, 216, 225. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, DOU de 05/10/1988.

BRASIL. Decreto Federal 6.514, de 22 de julho de 2008. Diário Oficial Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, DOU de 23/07/2008.

BRASIL. Instrução Normativa IPHAN 01/20115, de 25 de março de 2015. Diário Oficial Diário Oficial da União, Poder Executivo. Brasília, DF, DOU de 25/05/2015.

As Áfricas na sala de aula: algumas considerações sobre formação, pesquisa docente e estratégias de abordagem

The Africas in the classroom: some considerations on training, teaching research and strategies of approach

*Agatha Rodrigues da Silva*¹

Resumo

As formações docentes iniciais e continuadas promovidas por instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa devem responder à demanda por informação-ação relativos à cultura e história africana gerada pela promulgação da lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Questionamo-nos a respeito das teorias e práticas de ensino empregadas para a abordagem da África na sala de aula no ensino fundamental. Para tanto, analisamos os conceitos da educação das relações étnico-raciais, de professor-pesquisador e da formação de professores na abordagem interdisciplinar sobre as temáticas africanas.

Palavras-chaves: África - Lei 10.639/03 - Formação docente

Abstract

Initial and continuing teacher training promoted by public and private educational and research institutions should respond to the demand for information-action related to the African culture and history generated by the enactment of Law 10.639 of January 9, 2003. We question the theories and teaching practices used to approach Africa in the classroom in elementary school. Therefore, we analyze the concepts of education of ethnic-racial relations, teacher-researcher and teacher training in the interdisciplinary approach on African themes.

¹ Mestra em Arqueologia pelo PPGArq MAE-USP. Assistente Pedagógico e Educacional

Keywords: Africa – Law 10.639/03 – Teacher Training

Introdução

Essa comunicação apresenta as reflexões sobre uma das minhas práticas como docente de História na rede municipal de ensino de São Paulo na Educação de Jovens e Adultos (EJA)² e os resultados de um trabalho de especialização³.

Relato uma prática docente que realizei com os meus alunos da EJA no ano de 2010 e teço considerações sobre a formação e a pesquisa docente ao abordar as temáticas africanas e arqueológicas no ensino fundamental. Passados alguns anos dessas práticas e à luz de novas leituras, proponho uma reflexão sobre as inquietações que surgiram. Ao longo desses anos lecionando para jovens e adultos na rede municipal de São Paulo me deparei com colegas e, eu mesma, em vários momentos preocupados com as seguintes questões pertinentes ao ensino de história e cultura africana, como abordar as especificidades das culturas, do passado e do presente das Áfricas em uma sala de aula do ensino fundamental? É melhor evitar tratar das religiões africanas para que os alunos da EJA não apresentem resistência aos conteúdos relativos ao continente? Como abordar Arqueologia e as temáticas africanas e afro-brasileiras em uma sala de aula da EJA?

Trata-se de questões embuídas de elementos de alto grau de complexidade quando não se tem uma formação inicial e/ou continuada que instrumentalize o docente a abordar tais temas com a profundidade necessária (Oliva 2006; Ferreira 2009; Borges, Tourinho 2011; Silva 2011).

Segundo a lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a lei 9.394 (1996), em seu artigo 26-A, esses grandes temas – Cultura e História Afro-Brasileira e Africana – devem ser obrigatoriamente abordados no ensino fundamental e médio (BRASIL 2004). Há que se ter em consideração a lei 11.645 de 10 de março de 2008 que versa

² Atuei como docente das disciplinas de História e Itinerário Formativo de Informática entre os anos de 2010 e 2017 no Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA) Lélia Gonzalez. Atualmente exerço a função de Assistente Pedagógico e Educacional no CIEJA.

³ Especialização em Formação de docentes para o Ensino Superior da Universidade Nove de Julho concluído em 2014. Trabalho realizado sob a orientação da Prof.^a M.^a Aletéia Eleutério Alves Chevbotar.

sobre os conteúdos e modifica e especifica a redação do citado artigo 26-A e a lei 12.288 de 20 de julho de 2010 do Estatuto da Igualdade Racial em seu artigo 11. Para os movimentos sociais que combatem o racismo e a discriminação, essas leis representam o início, oficial, na Educação, da desmontagem do aparelho ideológico que alimenta o racismo no Brasil. Para muitos professores do ensino fundamental e médio, que tomaram conhecimento da lei de 2003, pairou uma espécie de perplexidade: como abordar temas apartados da sua licenciatura e quase ausentes dos livros didáticos?

As formações docentes iniciais e continuadas promovidas por instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa devem responder à demanda por informação-relativos à cultura e história africana gerada pela promulgação da lei 10.639/03. Porém, questionamo-nos a respeito das teorias e práticas de ensino empregadas para a abordagem das temáticas africanas e do estudo da cultura material na sala de aula no ensino fundamental.

Para tanto, seguiremos com a apresentação do relato de uma das práticas docentes que realizei e com a análise dos conceitos da educação das relações étnico-raciais, de professor-pesquisador e da formação de professores para compreender os alcances e limites das práticas citadas.

No ano de 2010, planejei um estudo sobre uma temática africana com os meus alunos da EJA. A minha ideia, a princípio, era articular o tema do projeto da unidade educacional, a saber, o estudo da Praça Pública em tempos e espaços diversos, com o estudo dos usos dos espaços públicos em algumas regiões africanas.

Realizamos pesquisas e seleção de imagens pertinentes ao assunto priorizando como fontes relativas aos vestígios materiais: plantas-baixa de cidades, fotografias de arquitetura de edificações do Egito Faraônico, reprodução de fotografias e de documentos históricos relativos ao Império do Monomotapa, das cidades do Mali tais como Djenne, Timbuctu e Bandiagara, fotografias de bastão de chefia dos Baulê, boneca da fertilidade Akuaba dos Achante, máscara Gueledé dos Nagô, topo de máscara Tshiwara dos Bambara, de cabeças comemorativas do Benin e fotografias de usos cotidianos e atuais de espaços públicos entre os Dogon. Algumas das fontes de

estudos selecionadas encontram-se no guia temático para professores da exposição Formas de Humanidade África do Museu de Arqueologia e Etnologia (1997).

Essa seleção de materiais foi organizada em materiais avulsos para manipulação em grupos de trabalho e em apresentação de slides que foram exibidos e debatidos em algumas aulas no auditório da unidade educacional. Iniciamos o estudo nos debruçando sobre algumas informações cronológicas sobre a antiguidade da domesticação das plantas e animais, expansão dos povos de línguas de origem Bantu, surgimento e difusão da metalurgia, rede de trocas e de comércio e a ideia de Estado. A minha intencionalidade naquele momento era apresentar a antiguidade dessas atividades africanas para colocar em discussão o conhecimento prévio dos alunos. Em seguida, estudamos algumas representações cartográficas antigas pesquisadas com a identificação espacial de alguns reinos e impérios. Posteriormente, debatemos a percepção das imagens de vestígios materiais e possibilidade de interpretação conforme estudávamos juntos, alunos e eu, as fontes selecionadas selecionadas.

Abordamos as possibilidade de usos dos espaços públicos nas regiões africanas citadas buscando manter o foco nos vestígios materiais apresentados nas imagens e no conhecimento prévio e a experiência de vida dos alunos da EJA. Como resultado dessa prática docente, os alunos relataram espanto e surpresa ao estudarem as temáticas africanas nessa perspectiva material.

Diante desse relato de prática, seguimos analisando essas ideias à luz dos conceitos de Educação das Relações Étnico-raciais, de professor-pesquisador e da importância da formação docente.

Educação das Relações Étnico-Raciais

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil 2004), a Educação das Relações Étnico-Raciais consiste em criar uma nova pedagogia para reeducar os cidadãos para viverem em uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica. Para tanto, essa nova pedagogia deve estar comprometida com o combate ao racismo e às discriminações de todo tipo e, assim, os docentes precisariam

se preparar para tratar o tema de modo a romper com a perspectiva curricular eurocêntrica, a ideologia do branqueamento, o mito da democracia racial e o cânone da mestiçagem assim, como romper com estratégias didáticas falidas. (Brasil 2004; Monteiro 2006; Chaves Flores 2006; Felipe; Teruya 2010).

O papel da escola e do professor na construção de novas relações étnico-raciais refere-se à inclusão dos conteúdos relativos à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de novos procedimentos, condições de aprendizagem e objetivos que sejam significativos para o cotidiano da comunidade escolar e do entorno (Monteiro 2006).

A importância dessas diretrizes curriculares reside nas ideias de convivência e de troca que está presente na palavra “relações” e que aponta para a valorização das diferenças culturais e raciais que são significativas em nossa construção histórica. O uso frequente do termo “raça” é um indicador da importância dada às características físicas dos cidadãos e do impacto dos usos desse indicador sobre os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais de nossa sociedade nos dias de hoje. Por sua vez, o uso do termo “étnico”, é comumente associado às referências culturais africanas que remontam à constituição do povo brasileiro (Brasil 2004: 13-14; Felipe, Teruya 2010: 253-254). Assim, a adoção desses três termos na expressão “educação das relações étnico-raciais” imprime a necessidade de um aprofundamento conceitual por parte dos docentes no desenvolvimento dessa nova pedagogia (Valente 2003).

Nesse sentido, as práticas docentes relatadas podem ser entendidas como tentativas de incursionar em uma nova pedagogia para a Educação das Relações Étnico-Raciais que demandava o desenvolvimento de algumas competências: a pesquisa e a formação continuada. Ambas competências que têm no âmago a curiosidade e a busca pela elaboração teórica mais sofisticada para tratar do tema. O grande desafio foi buscar novos procedimentos e objetivos para abordar os novos conteúdos. Isso pode ocorrer com a pesquisa de experiências individuais e coletivas de professores compromissados com a Educação das Relações Étnico-Raciais e, assim como com a pesquisa acadêmica de produção literária científica relativo ao temas africanos articulando o projeto político pedagógico e o projeto especial de ação da unidade educacional à temáticas africanas e arqueológicas.

Professor-Pesquisador

Lüdke (2001) realizou uma investigação entre professores de escolas públicas buscando saber qual a visão desses docentes sobre a pesquisa em sua profissão. As constatações do seu estudo apontam a fragilidade do conceito pesquisa e a sua importância no âmbito escolar pelos docentes. Os docentes apresentam uma grande variedade de conceitos sobre pesquisa na escola e, esta, sendo diferente da pesquisa realizada na universidade.

Esse estudo de Lüdke (2001) aponta um grande problema na formação e na atuação do docente. A pesquisa, minimizada em sua importância, é um dos requisitos da preparação docente para ministrar temas da história e cultura africana que consiste tanto na identificação de material didático e bibliográfico para fundamentar a aula, quanto na postura questionadora do docente para avançar na abordagem do tema junto aos seus alunos e colegas docentes. A pesquisa docente, nessa perspectiva, deve ser reflexiva e geradora de conhecimento dentro e fora da sala de aula. Dessa forma, é necessário compartilhar e discutir as práticas docentes entre os colegas e entre os pesquisadores acadêmicos em mais espaços e tempos como o desta publicação.

Grande parte da pesquisa e do ensino sobre África no Brasil foram produzidos na esfera acadêmica e da militância do movimento negro (Pereira 2010). No final do século passado, a pressão dos movimentos sociais, em especial do movimento negro, sobre o Estado levou, gradualmente, à modificações nos currículos escolares que culminaram com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e a Lei 10.639 (2003), que, em última instância, imbrica a história da África e dos afro-descendentes à formação do povo brasileiro.

Atualmente a abordagem sobre história e cultura africana está construindo uma autonomia em relação aos estudos afro-brasileiros (Pereira 2010). Nesse sentido, a postura do professor-pesquisador é importante para problematizar as perspectivas dos estudos africanistas no Brasil e buscar bibliografia africana e africanista que considera a África como objeto com sua própria relevância, e que, como objeto de

estudo, está associado à construção da identidade positiva do afrodescendente no Brasil.

Segundo Felipe e Teruya (2010: 263): *“Uma das motivações que os pesquisadores e pesquisadoras e os docentes brasileiros devem ter para estudar a história e a cultura africana é a ausência de sistematização e veiculação das informações relacionadas ao continente africano.”*

Considerando Chaves Flores (2006: 67): *“Quando não há informação adequada e pesquisa suficiente, o passado escravocrata insiste em não arredar pé da ambiência escolar [...]”*

Nessas visões, destacamos a necessidade de aprofundar interdisciplinarmente os temas da história e cultura africana de modo a extrapolar os aspectos comumente abordados na perspectiva dos estudos dos vestígios materiais no ensino fundamental. Esse entendimento reside em buscar a perspectiva multicultural e pluriétnica, diacronica e sincronicamente, para dar conta da construção de uma nova pedagogia da Educação das Relações Étnico-Raciais tanto no ensino fundamental e médio, quanto no superior, este responsável pela formação dos docentes.

Consideramos que a postura do professor-pesquisador dos temas relativos à África deve abarcar as especificidades da pesquisa acadêmica e pedagógica e o compromisso social com o combate ao racismo e a discriminação. O grande desafio é gerar mais situações educativas de articulação dos temas dos projetos institucionais da unidade educacional às temáticas africanas na perspectiva arqueológica.

Formação de Professores

A concepção do professor-pesquisador atuante nas salas de aula das escolas de ensino fundamental e médio é nova, apesar de ser uma concepção abordada nos estudos da área da Educação no Ensino Superior a algumas décadas. Essa pretensa novidade na formação dos docentes como pesquisadores tem dois ranços: o não-reconhecimento dos esforços dos professores da educação fundamental na produção de conhecimento dos pesquisadores acadêmicos e, por outro lado, o desinteresse dos

professores em buscar informações sobre novas pesquisas acadêmicas educacionais (Zeichner 1998; Pereira & Allain 2006; Nunes 2008).

A formação dos professores-pesquisadores dos temas relativos à história e cultura africana apresenta algumas problemáticas relacionadas à ideia que se faz sobre produção de conhecimento na área educacional – como, por exemplo, a criação de uma nova pedagogia juntamente com uma perspectiva curricular multicultural e pluriétnica. No cerne dessas problemáticas está a dicotomia que no passado se preconizava entre teoria e prática, ou dito de outro modo, entre pesquisador acadêmico e professor. Segundo Zeichner (1998), é necessário proceder a superação desse tipo de visão valorizando o conhecimento produzido pelo professor na prática educativa, ou seja, na experiência adquirida na abordagem das temáticas africanas pelos docentes.

Nessa perspectiva, Nunes (2008) discute como reunificar os conceitos de teoria e prática educacional superando essa dicotomia expressa por Zeichner (1998). Pelo que observamos, o conceito de professor-pesquisador é inseparável dos conceitos de professor-reflexivo e de pesquisa-ação no que se refere à necessidade de trabalho investigativo em colaboração, à responsabilização do professor pelas suas escolhas educativas e à produção de conhecimento em sala de aula. O professor, pesquisador da sua práxis e da produção acadêmica africana e africanista, concorre para um melhor entendimento conceitual das relações étnico-raciais e da relação da sua disciplina com as temáticas africanas (Monteiro 2006).

Segundo Felipe e Teruya (2010: 258)

[...] consideramos necessário efetivar algumas ações no processo educativo de sala de aula, especialmente formar um novo perfil de professor e professora e de aluno e aluna que, no exercício da reflexão sobre o seu 'eu' e o 'outro', apropriem-se dos saberes sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana para serem socializados com as respectivas comunidades, a fim de romper com a pedagogia que prioriza o modelo eurocêntrico.

Nesse sentido, a formação do professor-pesquisador ocorrerá com a oferta nos cursos de graduação de disciplinas e de atividades especiais referentes à história e cultura da África, com promoção de bons cursos de extensão de história e cultura africana por instituições educacionais que além de tratar aprofundadamente os conceitos e métodos relativos vislumbrem o docente como sujeito da história, produtor de narrativas e conhecimentos e históricos na sala de aula e que impactam a comunidade escolar e do entorno (Chaves Flores 2006; Felipe; Teruya 2010). Para tanto, faz-se urgente a revisão curricular das instituições de ensino superior visando o pluralismo de concepções de ensino de história e de objetos de estudo.

Considerações finais

Esperamos ter contribuído com alguns caminhos para a reflexão sobre a formação dos professores e a importância da atividade pesquisadora na abordagem das temáticas africanas e arqueológicas na sala de aula. Alguns obstáculos são evidentes na prática do docente nesse aspecto: grande parte da bibliografia está ainda em língua estrangeira e parte do grupo discente vê o objeto de estudo e as temáticas associadas com preconceito.

Penso que nisso reside a necessidade de aprofundamento e socialização dos assuntos ligados a história desse continente e à ciência arqueológica como na tentativa realizada na minha prática docente socializada. Se consideramos que é possível, no ensino fundamental, incursionar em abordagens docentes interdisciplinares, isso pode ser um passo para alcançar e superar as expectativas de ensino e aprendizagem em diferentes modalidades de ensino.

Referências bibliográficas

BORGES, Jorgeval Andrade; TOURINHO, Maria Antonieta Campos. Formação de professores para a história da África: problemas relativos ao eurocentrismo e filosofia da história. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, ANPUH, São Paulo, julho, 2011. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300892153_ARQUIVO_Artigo-ANPHU20011.pdf>. Acesso em 25/01/2018.

BRASIL. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: MEC, 2004.

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa. Nota sobre as políticas em prol do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação escolar. *Revista Histedbr online*, Campinas, v. 39, 2010, p. 250-266. Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/WDQrOuK.pdf>. Acesso em 25/01/2018.

FERREIRA, Cléa Maria da Silva. Formação de professores à luz da história e cultura afro-brasileira e africana: nova tendência, novos desafios para uma prática reflexiva. *Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa*, São Paulo: Universidade de São Paulo, vol. III, núm. 5, septiembre-febrero, 2009, pp. 224-239. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87917052011>>. Acesso em 25/01/2018.

CHAVES FLORES, Elio. Etnicidade e ensino de História: a matriz cultural africana. *Tempo*, v.11, n.21, julho, 2006, p. 65-81. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167013395006>>. Acesso em 25/01/2018.

LÜDKE, Menga. O professor, seu saber e sua pesquisa. *Educação & Sociedade*, ano XXII, n.74, 2001, p. 77-96. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n74/a06v2274.pdf>>. Acesso em 25/01/2018.

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA. *África: culturas e sociedades, guia temático para professores da exposição Formas de Humanidade*. Universidade de São Paulo, 1997.

MONTEIRO, Rosana Batista. (coord.) Licenciaturas. In *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. 1.ed. Brasil, MEC, Secad, 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_eticoraciais.pdf>. Acesso em 25/01/2018.

NUNES, Débora R. P. Teoria, pesquisa e prática em Educação: a formação do professor-pesquisador. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.34, n.1, jan. abr. 2008, p. 97-107. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022008000100007>. Acesso em 25/01/2018.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana nos cursos de formação de professores: panorama, perspectivas e experiências. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 28, n.1-3, 2006, p. 187-220. Disponível em <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/6224>>. Acesso em 25/01/2018.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz; ALLAIN, Luciana Resende. Considerações acerca do professor-pesquisador: a que pesquisa e a que professor se refere essa proposta de formação? *Olhar de Professor*, Ponta Grossa, v.9, n.2, 2006, p. 269-282. Disponível

em<<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1464/1109>>. Acesso em 25/01/2018.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. O ensino e a pesquisa sobre África no Brasil e a lei 10.639. *Revista África e Africanidades*, ano 3, n.11, novembro 2010. Disponível em <http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/01112010_16.pdf>. Acesso em 25/01/2018.

SILVA, Gizelda Costa da. *O estudo da história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental: currículos, formação e prática docente*. Tese de doutorado. Uberlândia: UFU, 2011. Disponível em <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13625>>. Acesso em 25/01/2018.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. Conhecimentos Antropológicos nos Parâmetros Curriculares Nacionais: para uma discussão sobre a pluralidade cultural. In *XXII Encontro Anual Anpocs*, 2003?. Disponível em <<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt02-16/5037-analvalente-conhecimentos/file>>. Acesso em 25/01/2018.

ZEICHNER, Kenneth M. Para além da divisão entre professor-pesquisador e pesquisador acadêmico. In GERALDI, Corinta M. et al. (orgs). *Cartografia do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a)*. Campinas, Mercado de Letras, ABL, 1998, p. 207-236. Disponível em <http://www.tecnologiaprojetos.com.br/banco_objetos/%7B98038E0D-7F7F-4333-949E-24C07835A716%7D_Professor%20Pesquisador%20ZEICHNER.pdf>. Acesso em 25/01/2018.

As técnicas construtivas termais nas Hispaniae romanae: o caso dos paramentos

The Thermal construction techniques in Roman Spain: the case of walls

Alex dos Santos Almeida¹

Resumo

O artigo tem por objetivo apresentar uma pequena parte do resultado da nossa pesquisa de doutoramento sobre a arquitetura, os materiais e as técnicas construtivas das *Thermae* e *balnea* na Hispânia romana entre os séculos II a.C. e III d.C. Em nossa investigação identificamos e analisamos as variadas técnicas construtivas e tecnológicas utilizadas na edificação das termas hispano-romanas, dentre as quais cabe destacar aquelas reservadas aos paramentos. As diferentes técnicas empregadas como, por exemplo, o *opus vittatum*, o *opus incertum* e o *opus testaceum*, atestam a habilidade dos antigos romanos na arte da edificação e no emprego dos diferentes tipos de materiais locais ou importados para a construção de edifícios tão característicos da cultura romana como eram as termas.

Palavras-chave: técnicas construtivas, termas, Hispania romana, paramentos.

Abstract

The article aims to present a small part of the result of our doctoral research on the architecture, materials and construction techniques of *Thermae* and *Balnea* in Roman Hispania between the centuries II BC and III AD. In our research, we identify and analyze the various construction techniques and technology used in the edification of

¹ Doutor em Arqueologia e membro do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial – Larp/MAE/USP. O artigo é baseado em nossa pesquisa de doutoramento que teve a orientação da profa Dra Maria Isabel D'Agostino Fleming e contou com financiamento de bolsa do CNPq.

the Hispanic-Roman baths, among which we highlight those reserved for the walls. The different techniques used, for example, the *Opus vittatum*, the *Opus incertum*, and *Opus testaceum*, attest to the skill of the ancient Romans in the art of building and employment of different types of local and imported materials for the construction of buildings as characteristic of Roman culture as were the Bathing buildings.

Keywords: construction techniques, Roman baths, Roman Hispania, walls.

A construção no mundo romano: síntese

Os estudos sobre o mundo da construção romana – materiais de construção, tecnologias e a própria arquitetura -, têm sido, segundo o arqueólogo português Jorge Ribeiro (2010: 10-16), um dos focos dos humanistas e estudiosos desde os séculos XV e XVI com a redescoberta do tratado de Vitruvius e dos monumentos romanos ainda visíveis em Roma, e acabou por inspirar tratados semelhantes com base nos conceitos vitruvianos como, por exemplo, a obra de Leon Batista Alberti - *De re aedificatoria libri decem*, ou a de Andrea Palladio – *I quattro libri dell'architettura*. Na redescoberta de Pompéia e Herculano, no século XVIII, houve um reavivamento do interesse pelo mundo clássico possibilitando aos estudiosos da época o estudo em primeira mão das técnicas edilícias e dos materiais de construção dos edifícios tanto em Roma quanto nas cidades vesuvianas recém-descobertas, principalmente o estudo dos diferentes tipos de paramentos como o proporcionado por J. Ciampini.

Ao longo dos séculos, vários estudos e publicações sobre a construção e as técnicas construtivas no mundo romano e a sua relação-aplicação ao mundo contemporâneo surgiram como, por exemplo, a de Giuseppe Cozzo [*Ingegneria romana* (1928, 1954)] que se trata de um manual sobre a engenharia romana cobrindo os aspectos técnicos da construção; os manuais de Jean-Pierre Adam – *La construction romaine* (2011) e de Carmelo Malacrino - *Constructing the Ancient World* (2010) que abordam diversos aspectos da construção romana de uma maneira prática e com inúmeros e relevantes desenhos e fotos das estruturas e processos construtivos; e a obra de Rabun Taylor – *Roman Builders: a study in architectural process* (2003), que trata das diferentes etapas do processo construtivo indo desde a elaboração do desenho arquitetônico até o acabamento e decoração dos edifícios. No que diz respeito aos estudos produzidos por arqueólogos espanhóis e portugueses com foco

nos mais variados monumentos, técnicas edilícias e materiais construtivos existentes nas *Hispaniae*, contamos com os estudos sobre as técnicas construtivas romanas em Cartéia (1992) e Itálica (1993) por Lourdes Roldán Gómez; a obra de múltipla autoria sobre o tijolo e os seus derivados em época romana (1999) editado por Manuel Bendala Galán; as monografias publicadas pelo *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* intituladas – *Arqueología de la Construcción I* (2008) e *Arqueología de la Construcción IV* (2014), e, por fim, a obra *Técnicas constructivas de la Arquitectura pública de Augusta Emérita* (2010) de autoria do arqueólogo Antonio Pizzo.

Para falarmos sobre a construção no mundo romano, ainda que brevemente, é vital nos basearmos nas principais fontes antigas que tratam do tema, dando destaque principalmente a Vitruvius, Plínio o Velho e Luciano de Samósata, para citarmos alguns autores latinos e gregos.

O *Tratado sobre a Arquitetura*, escrito no século I a.C. por Vitruvius Polião, um engenheiro militar, expõe uma série de conhecimentos básicos e práticos sobre a edilícia pública (livros III a V) e privada (livros VI e VII). Além disso, Vitruvius comenta sobre os mais diferentes materiais utilizados na construção romana (livro II) e teoriza sobre o papel e a formação do arquiteto (livro I), além de formular conceitos a serem aplicados à arquitetura como o de *Symetria*, *Proportio* e *Utilitas*, por exemplo. De acordo com Serafina Cuomo (Cuomo 2008: 24), as informações fornecidas por Vitruvius não apenas são úteis aos especialistas, mas reforçam a importância do papel do arquiteto, sujeitos bem-educados e bem preparados para o exercício do cargo, no início do Império a ponto de a obra ter sido dedicada a Otaviano Augusto, o homem que havia transformado a cidade de Roma de uma cidade de tijolos para uma de mármore.

A *História Natural*, uma obra escrita por Plínio o Velho, no século I d.C. em vários livros (basicamente uma obra enciclopédica), trata de diversos assuntos dentre os quais geografia e etnologia (livros III a VI), matemática, agricultura, zoologia, antropologia (livro VII), mineralogia e arte (livros XXXI a XXXVII).

A obra *Hípias ou o Banho*, redigida em língua grega por Luciano de Samósata no século II d.C., é considerada por alguns estudiosos como uma peça de retórica em que o autor inicia com um encômio acerca da figura de Hípias, considerado um especialista em diversas áreas das artes, da engenharia e da matemática de acordo com o modelo

vitruviano do bom arquiteto, e finaliza com a descrição do edifício de banho. O encômio apresenta todos os elementos considerados indispensáveis pela sociedade romana da época no que diz respeito à variedade e funções dos ambientes termais, as qualidades técnicas da construção e da arquitetura e a decoração interna que alia o que havia de mais luxuoso disponível no século II d.C. como os mármore de diferentes procedências, a iluminação por amplas janelas, etc.

Para além das fontes textuais, chegou até o presente uma quantidade razoável de inscrições epigráficas que reunimos e apresentamos no catálogo de nossa tese. Inscrições estas que foram coletadas pelos arqueólogos ao longo das décadas na Península Ibérica que tratam, ainda que brevemente, das construções e reparações das termas entre outros temas. Abaixo, apresentamos uma tabela (tabela I) quantificando o número de inscrições de origem hispano-romanas por finalidades.

Finalidade	Quantidade de inscrições
Construção de termas e outros ambientes	17
Distribuição de azeite e entrada grátis	3
Restaurações em geral ligadas às termas	4
Doações em geral ligadas as termas	4
Outros	5
Total	33

Tabela I. Inscrições epigráficas sobre as termas romanas.

Em linhas gerais, podemos perceber que a maior quantidade e porcentagem das inscrições reunidas dizem respeito às construções edilícias ou de algum ambiente interno da terma. Em seguida, vêm as inscrições que definimos como de outras finalidades como, por exemplo, o regulamento existente nas Tábuas de Vipasca sobre arrendamento de uma casa de banho. Logo depois, vêm as inscrições que tratam das restaurações dos edifícios ou de parte deles e das doações as mais variadas. Por fim,

com apenas três exemplares temos as inscrições que atestam a distribuição de azeite aos usuários das termas pelos evergetas.

Obviamente que de todas as epígrafes que disponibilizamos no catálogo, somente aquelas que tratam das construções e das restaurações teriam algum interesse para nós no que diz respeito aos aspectos construtivos. Levando em consideração o que Serafina Cuomo (Cuomo 2008: 15-28) diz sobre a importância das inscrições para o entendimento e conhecimento a respeito dos elementos tecnológicos e construtivos do mundo antigo, faremos uma breve consideração sobre o conteúdo das epígrafes. Com relação àquelas que tratam das construções das termas ou de algum ambiente termal, podemos dividir as epígrafes em dois grupos.

No primeiro grupo, se enquadram aquelas cujas estruturas edilícias ainda não foram localizadas pelos arqueólogos e, portanto, só temos a indicação da existência dos edifícios pela própria epígrafe. São os casos, por exemplo, das inscrições de Archena e Tagili². Na inscrição de Archena temos somente a informação de que um edifício foi construído por Turcílio, sem maiores dados. O mesmo caso se aplica para Tagili no qual temos a informação da dedicante da terma, a evergeta Voconia Avita, mas sem informações mais precisas sobre a sua morfologia ou os aspectos construtivos. No segundo grupo, temos as inscrições que nos informam sobre as estruturas edilícias existentes atualmente na Península Ibérica cujo estado de conservação é considerado bom ou satisfatório. Das inscrições de origem hispano-romana nós temos, como exemplos, a de Conimbriga³, que foi localizada no próprio edifício indicando apenas o nome do agente responsável pela construção ou o financiamento, e a de Barcino⁴, que trata da construção de uma terma, de pórticos e

² **Archena:** ORIGINAL – *L(ucius) Turcilius P(ubli) f(ilius) / Rufus / [the]rmas [f]ec(it)*; TRADUÇÃO – Lúcio Turcílio Públio, filho de Rufo, construiu a terma; **Tagili:** ORIGINAL - *Voconia Q(uinti) filia Avita / thermas reipublicae suae Tagilitanae s(olo) s(uo) s(ua) p(ecunia) f(ecit) / easdemq(ue) circensibus / editis e(t) epulo dato dedicavit / at quot opus tuendum usumq(ue) / perpetu(u)m thermarum praeban/dum r(ei) p(ublicae) Tagilitanae X (denarios) II (duo milia) D q(uingentos) dedit*; TRADUÇÃO – Voconia Avita, filha de Quinto, construiu a terma para a sua cidade de Tagili em sua propriedade e à sua própria custa. Ela dedicou a terma e patrocinou corridas e um banquete. Para a manutenção do edifício e o uso perpétuo da terma, ela doou para a cidade de Tagili 25.000 denários.

³ ORIGINAL - Remetibûs Aug(ustis), [C(aius) Ceius Eros]

⁴ ORIGINAL - *L(ucius) Min[icius] Luci. f. Gal(eria) Na]talis co(n)s(ul) proco(n)s(ul) / provinc(iae) [Africae sodalis Augus]talis leg(atus) Aug(usti) pr(o) pr(aetore) divi Traia/ni Par[thici et Imp(eratoris) Traiani Ha]driani Aug(usti) provinc(iae) Pan/nonia[e inferioris, curator a]lvei Tiberis et riparum et / cloacar[um urbis, leg(atus) divi Tra]iani Parthici leg(ionis) III Aug(ustae) leg(atus) di/vi Traia[ni Parthici leg(ionis)] - - - donijs donatus expeditione Dacic[a] / prima, a[b eodem imperatore] corona vallari murali aurea, /*

de canalizações por membros oriundos da elite local, mas que nada informa sobre a aparência arquitetônica do edifício (Andreu Pintado 2000: 289-294, 2004: 248-253; Rodá de Llanza 2000: 126; Fagan 2002). Por fim, com relação ao terceiro grupo, acerca das inscrições que tratam da restauração de algumas termas, o quadro geral não é muito diferente. A inscrição sobre a terma de Olisipo⁵ informa que foi feita uma restauração do edifício desde as suas fundações (*renovatae a solo iuxta iussionem*), uma vez que o estado de degradação do edifício deveria ser grande, ou apenas uma renovação total do espaço interno e externo da *Thermae Cassiorum* pelo governador responsável pela província da Lusitânia Numério Albano no século III d.C., sem maiores detalhes sobre o aspecto da terma construída originariamente no século I d.C. pela família olissiponense dos Cássios (D'Encarnação 2004: 482-483; Fernandes 2009: 202). Não temos, todavia, informações publicadas sobre a intervenção arqueológica e os vestígios estruturais do edifício que hoje se encontram debaixo da sede do Palácio do Correio-Mor em Lisboa⁶.

has[tis] puris III vexillis III I]leg(atus) pr(o) pr(aetore) provinc(iae) Africae, pr(o)consularis, / trib(unus) pl(ebis), q(uaestor) p(rovinc)iae) - - - IIIIvi]r viarum curandarum, et / L(ucius) Minicius L(uci) fil(ius) [Natalis Quadro]nius Verus f(ilius), augur, trib(unus) plebis / desig(natus), q(uaestor) Aug(usti) et [eodem tempore leg(atus) p]r(o) pr(aetore) patris provinc(iae) Africae, tr(ibunus) / mil(itum) leg(ionis) I Adiut(ricis) P(iae) F(idelis), I]leg(ionis) XI Cl(audiae) P(iae) F(idelis), leg(ionis) XIII Ma]rt(iae) Vic(tricis), Illvir monetalis a(ere) a(rgento) a(uro) f(lando) f(eriundo), / balineum c[um port]icibus solo suo et / du[ctus aquae] fecerunt; TRADUÇÃO - Lúcio Minício Natal, filho de Lúcio da tribo Galéria, cônsul, pro-cônsul da província da África, partidário de Augusto, legado de Augusto na função de pretor do deificado Trajano, o pártico, e do imperador Trajano Adriano Augusto na província da Panônia Inferior, administrador do leito e margens do rio Tibre e dos esgotos da Cidade (de Roma), legado do deificado Trajano, o pártico, à frente da III legião Augusta, legado do deificado Trajano, o pártico, à frente da (----) legião, gratificado com a primeira expedição à Dácia, além disso recompensado pelo mesmo Imperador com as coroas de mérito pelo tomada de um muro (----), com as três lanças e os três estandartes, legado na função de pretor na província da África proconsular, tribuno da plebe, questor da província de (----), quatuúviro na administração das estradas e caminhos, e o seu filho Lúcio Minício Natal Quadronio Vero, filho de Lúcio, auguro, tribuno da plebe, designado questor de Augusto e, ao mesmo tempo, legado de seu pai na função de pretor da província da África, tribuno militar da I legião auxiliadora, piedoso fiel da XI legião Claudia, piedoso fiel da XVI legião Márcia Vitoriosa, triuúviro da moeda para a fundição e cunhagem de ouro, prata e cobre, fizeram construir no terreno de sua propriedade um terma com pórticos e as conduções de água.

⁵ ORIGINAL - *Thermae Cassiorum / renovatae a solo iuxta iussionem / Numer(i) Albani v(iri) c(larissimi) p(raesidis) p(rovinciae) L(usitaniae), / curante Aur(elio) Firmo. Nepotiano et Facundo Co(n)s(ulibu)s;* TRADUÇÃO - A terma dos Cássios foi renovada (ou reconstruída) desde a fundação, a mando de Numério Albano, da classe senatorial, governador da província da Lusitânia. Tendo Aurélio Firmo supervisionado o trabalho, quando no ano em que Nepociano e Facundo foram cônsules.

⁶ Segundo Maria Pilar Reis (2004: 73), apesar de as informações sobre a investigação arqueológica não estarem publicadas e divulgadas, houve em 1993 escavações de urgência na calçada do Correio Velho que permitiram o estabelecimento de uma sequência estratigráfica da terma. Há um artigo relevante escrito pela arqueóloga lisboeta Lídia Fernandes (2009) sobre um artefato arquitetônico de caráter

O que pode ser dito acerca da importância das epígrafes selecionadas para os aspectos construtivos e tecnológicos das termas é que, em geral, elas não nos fornecem quase nenhum elemento terminológico ou qualquer informação relevante que possa ser utilizada com segurança para a análise construtiva das mesmas. Com a devida exceção daquelas inscrições que foram localizadas ou associadas às estruturas edilícias conhecidas dos arqueólogos nos dias de hoje no Norte da África ou na Península Ibérica. Nestes casos, a importância não jaz na própria inscrição, mas nos edifícios que as hospedaram e cujas informações estão disponibilizadas nas fichas de registro ou nas tabelas presentes em nosso catálogo.

A partir do que foi exposto, nos cabem algumas considerações sobre o mundo da construção romana. Como comentamos anteriormente, quando tratamos da abordagem da Arqueologia da Construção e os aspectos construtivos, jurídicos e econômicos que se encontram envolvidos numa obra, a construção de um edifício romano comporta diversas fases. Simplificando, as fases vão desde a intenção da construção pelo magistrado local (para edifícios públicos) ou por algum membro da elite (para edifícios públicos ou privados), passando pela escolha do terreno, da elaboração do design do edifício, da preparação das fundações e vai até a colocação da cobertura em telhamento e a decoração interna e externa do edifício com pinturas, revestimentos em mármore e estátuas. Tudo isso sem contar todos os processos de produção, transporte e aquisição dos materiais de construção e da preparação da mão de obra. A construção de um edifício, seja ele qual for, é um processo complexo, longo e que envolve inúmeras variantes de ordem econômica (que não abordaremos aqui), jurídica (a *lex Irnitana* trata brevemente do tema), social e cultural.

1. Técnicas construtivas dos paramentos

Primeiramente, nos parece pertinente apresentarmos algumas definições terminológicas ligadas aos paramentos. Para tanto, a princípio, iremos focar na obra editada por René Ginouvès – *Dictionnaire Methodique de l'Architecture* (1985-1998), e no Tratado de Arquitetura de Vitruvius Polião. Em seguida, faremos uma descrição dos

decorativo atribuído à terma dos Cássios – um capitel jônico. Neste artigo, Lídia apresenta uma revisão geral do conhecimento arqueológico e histórico que até o momento se sabe sobre a terma dos Cássios.

principais *opera*⁷ que foram utilizadas nas termas hispano-romanas, procurando analisar como os paramentos são elaborados e construídos no mundo romano.

No quadro abaixo sistematizamos as principais definições propostas na obra de Ginouvès, posteriormente elas serão mais bem trabalhadas:

I. Quadro com as nomenclaturas e descrição dos *opera*

Nomenclatura	Termo latino ou grego	Definição geral
Aparelho	<i>Opus</i>	Alvenaria feita de elementos colocados ou assentados numa construção. Os elementos podem ser de material pétreo ou de laterício. O aspecto que apresenta a parte visível de um elemento num determinado aparelho é propriedade deste elemento. Segundo Ginouvès, a soma destas propriedades é uma característica de uma construção e, portanto, os aparelhos formados por um determinado elemento constituiria um paramento, parede, muro, etc...
Fiada	<i>Corium</i>	Série de elementos construtivos colocados sobre o mesmo nível de uma alvenaria.
Aparelho incerto	<i>Opus incertum</i>	Aparelho colocando em fiadas os seixos de forma irregular.
Aparelho em pedras	<i>Opus vittatum</i>	Aparelho constituído de pedras

⁷ Ao longo do nosso texto, utilizamos o termo latino no plural neutro *opera* (do singular neutro *opus*) significando técnicas construtivas, e não *operis* que é o genitivo singular. Da mesma maneira, utilizamos de forma intercambiável os termos em português –técnicas construtivas e/ou tipos construtivos para o aparelho ou *opus*.

quadrangulares		quadrangulares assentadas em fiadas horizontais alternando, quando possível, as juntas.
Aparelho em espiga	<i>Opus spicatum</i>	Aparelho constituído por seixos planos ou por pedras alongadas e dispostas em fiadas horizontais e em cada fiada em oblíqua com relação à horizontal.
Aparelho retangular	<i>Opus quadratum</i>	Aparelho no qual os blocos de silhares formam paralelepípedos retangulares e são assentados em fiadas horizontais.
Aparelho de tijolo cru	<i>Opus latericium</i>	Aparelho utilizando tijolos crus
Aparelho de tijolo cozido	<i>Opus testaceum</i>	Aparelho utilizando tijolos cozidos em fornos.
Aparelho misto	<i>Opus mixtum</i>	Aparelho combinando partes assentadas de tijolos e partes de pedras.

Apesar da grande variedade de *opera* listados por René Ginouvès, uma variedade muito maior do que a apresentada no quadro acima, quando analisamos as nossas fontes textuais acerca das informações sobre os aparelhos, verificamos que não são muitos os *opera* comentados pelos autores antigos, ao contrário do que os estudiosos desde o século XV vêm registrando a partir dos estudos dos paramentos dos edifícios romanos na Itália e em outros países europeus.

Das fontes textuais que trazem informações sobre os aspectos tecnológicos construtivos ou sobre os diversos materiais empregados pelos romanos na construção, é basicamente na obra de Vitrúvio que encontramos informações importantes sobre os tipos construtivos utilizados pelos romanos no século I a.C. É no livro II que o arquiteto cita e comenta os dois *opera* mais empregados na construção em sua época, além de analisar a qualidade das construções dos muros feitos com tijolos.

De acordo com Vitruvius, o *opus incertum*, considerado o mais antigo, constituído de pedras irregulares assentadas uma sobre as outras é considerado mais seguro, apesar de ser um aparelho desleigante quando comparado ao reticulado. Como um bom arquiteto, Vitruvius não apenas indica e comenta os melhores tipos construtivos, mas aconselha também sobre a melhor forma de conservar os muros mantendo a sua durabilidade por mais tempo. Assim, para se evitar que os muros venham a ruir com certa facilidade, devido às falhas na estruturação das paredes que levam pequenas pedras conjuntamente com as argamassas de cal e areia, deve-se elaborar o travamento das paredes. Para tanto, as paredes devem contar, além dos muros externos dos paramentos, com um núcleo interno de dois pés de espessura construídos com pedras ou tijolos dispostos regularmente e amarrados com grampos de metal (Livro II, capítulo 8. 2-4).

Com relação aos paramentos de tijolos estes podem ser nomeados *opus latericium*, ainda que Vitruvius não os nomeie assim. No século I a.C., os paramentos laterícios poderiam ser construídos com tijolos crus, daí o uso do termo *latericium* (de *lateris*: tijolo, ladrilho), ao contrário do *opus testaceum* que é citado na obra vitruviana, mas só aparecerá em larga escala nas construções entre o final do século I a.C. e o começo do século I d.C., principalmente a partir da época de Nero. Embora, na época de Vitruvius, os edifícios construídos em material laterício, sejam aqueles de tijolos crus ou de tijolos cozidos (a distinção nem sempre é clara em Vitruvius), nos parece interessante ver qual a perspectiva do autor acerca destes tipos de *opera*, considerando que é a ótica de alguém que viveu numa época em que as maiores e mais duradouras construções eram feitas em pedras. Devemos enfatizar, contudo, que a técnica do *opus latericium* raramente é empregada na construção das termas, seja nos paramentos seja no *hypocaustum*, devido justamente ao fato de serem tijolos secos ao sol e a durabilidade deles ser muito baixa, o oposto dos tijolos cozidos em fornos cerâmicos a altas temperaturas, ou seja, o *opus testaceum*. Segundo a perspectiva de Vitruvius (Livro II, capítulo 8. 9-18), ainda que as paredes de tijolos permaneçam a prumo e sejam utilizadas em vários tipos de construções no mundo greco-romano, o arquiteto não recomenda o emprego deste tipo de tecnologia no levantamento de paramentos em Roma. Em razão de as leis públicas romanas limitarem a largura das paredes, o autor atesta que os paramentos feitos

exclusivamente de tijolos não sustentariam mais do que um andar, numa cidade cada vez mais populosa e carente de boas habitações. Por isso, os andares superiores dos edifícios deveriam ser construídos utilizando-se vigas de pedra, estruturas de tijolo cozido e paredes de pedra e cal. Embora, o emprego de tijolos cozidos comece a ser uma realidade edilícia na Roma de Augusto, fica nítido na leitura dos conselhos vitruvianos sobre as paredes laterícias que boa parte das construções ainda emprega a técnica do *opus latericium* o que justificaria, segundo o autor, um reforço de material testáceo, portanto de tijolo cozido, em construções laterícias. É justamente no Livro II e capítulo 8.18 que Vitruvius faz uma distinção entre os dois tipos construtivos empregados na construção.

À parte ao que foi comentado até o momento, elaboramos um gráfico (gráfico I) em conjunto com uma tabela (tabela II) dos tipos construtivos empregados na construção das paredes, ou paramentos, a partir das informações coletadas sobre cada uma das termas hispano-romanas. No gráfico podemos visualizar a porcentagem de cada um dos aparelhos parietais empregados nas *Hispaniae*, isto é, desde os aparelhos menos utilizados até aqueles mais empregados na construção das paredes, levando em conta que algumas técnicas foram empregadas nas fundações ou como revestimento dos pavimentos, como é o caso do *opus spicatum*. Além disso, em cada ficha de registro identificamos o *opus* e onde foi empregado em cada parte do edifício.

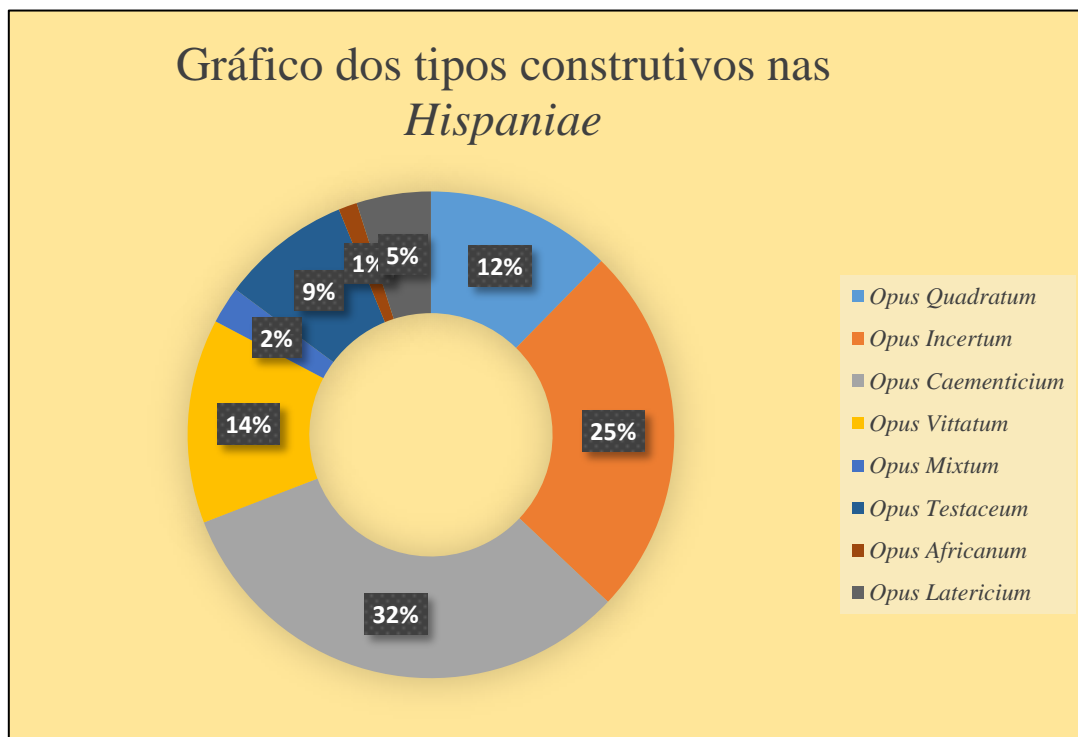


Gráfico I. Apresentação em porcentagem dos tipos construtivos nas Hispaniae.

Aparelho	Quantidade de <i>opera</i> identificados nas termas hispano-romanas
<i>Opus quadratum</i>	10
<i>Opus incertum</i>	20
<i>Opus caementicium</i>	26
<i>Opus vitattum</i>	11
<i>Opus mixtum</i>	2
<i>Opus spicatum</i>	4
<i>Opus testaceum</i>	7
<i>Opus africanum</i>	1
<i>Opus latericium</i>	4

Tabela II. Tipos construtivos (*opera*) nas Hispaniae.

Para simplificarmos o nosso objetivo, apresentaremos uma breve síntese de alguns *opera* mais significativos que estão listados na tabela e no gráfico. Dos tipos comentados abaixo, a única técnica que não se enquadra nos *opera* de paramentos é o *opus caementicium*, que consiste numa técnica revolucionária que está intimamente ligada ao desenvolvimento do concreto.

Opus incertum – trata-se de uma técnica surgida entre o final do século III e o começo do século II a.C. e empregada como revestimento parietal com um núcleo constituído de *opus caementicium*. Como vimos na definição acima, este *opus* era formado pelo assentamento irregular ou aleatório de pequenas pedras ou seixos nos dois lados de uma parede. Também já vimos que, segundo Vitrúvio, o *incertum* é um dos mais antigos tipos construtivos empregados no levantamento dos paramentos (muros ou paredes) e com uma estética inferior ao do *opus reticulatum*, técnica esta que apareceu em Roma por volta do final do século II a.C., mas com qualidade e resistência muito maior (Lancaster 2008: 262; 2014: 165; Malacrino 2010: 124). Segundo Malacrino, foi com o início do emprego do *caementicium* que os romanos começaram a utilizar técnicas mais econômicas e rápidas na construção das paredes e muros que apresentavam um núcleo de concreto (geralmente elaborado com pedras quebradas ou mais regulares e uma fina camada de argamassa de cal e areia de características mais líquidas que permitia uma aderência adequada das pedras) e os revestimentos exteriores feitos com materiais pétreos ou laterícios. Posteriormente, com o aparecimento de *operis* mais elaborados visualmente, e uma evolução socioeconômica na Itália a partir do século II a.C. que possibilitou uma padronização de tempo e de fabricação dos elementos pétreos, o *incertum* acabou por ficar relegado às construções rurais, nas fundações em substituição ao *quadratum* ou em edifícios de segunda categoria pela facilidade na sua execução (Malacrino 2010: 124-125; Adam 2011: 139-141).

Opus vittatum – com o declínio no uso do *opus reticulatum*, provavelmente já no final do século I d.C., deu início a difusão de uma outra técnica edilícia, o emprego do *vittatum*. Esta técnica se baseia no assentamento em fiadas horizontais de blocos quadrangulares de mesmo tamanho, como um típico aparelho isódomo. A aparência geral se assemelha a faixas ou fitas (*vittae*). De acordo com Malacrino, o *opus* era empregado tanto como cadeias angulares de reforço para paramentos nas áreas que

usavam o *opus reticulatum* quanto como técnica edilícia principal ao lado *quadratum*, principalmente nas províncias ocidentais, mas com o uso de blocos quadrangulares de menor dimensão (Malacrino 2010: 127). Embora, seja um aparelho de características simples e de fácil manuseio no levantamento de painéis e paramentos, o seu uso declinou já durante o século II d.C., principalmente na região de Roma, ainda que nas províncias (Hispania, Ásia Menor ou Norte da África) o *opus* se manteve em uso sem, no entanto, se tornar uma marca da arquitetura local, dividindo com as outras técnicas construtivas a preferência dos construtores locais (Adam 2011: 147-148).

Opus testaceum – apesar da grande difusão que a técnica teve em Roma e, certamente, em muitas outras cidades romanas em todo o Império, no que diz respeito às termas hispano-romanas, o *testaceum* viu o seu emprego nos paramentos generalizado na terma Maior e a terma Menor em Itálica (na província da Bética), nos sistemas de *hypocaustum* nos edifícios termais, e limitado como elemento construtivo em alguns poucos ambientes termais em outras casas de banho nas *Hispaniae*. Como técnica construtiva, o *opus testaceum* é conhecido desde o século I a.C., haja vista a sua menção em Vitruvius, embora tenha suplantado o *reticulatum* como tipo construtivo principal em Roma somente no século I d.C. De acordo com Lynne Lancaster, o conhecimento que os romanos e etruscos tinham da terracota cozida data do século VII a.C. e, usualmente, era empregada em elementos arquitetônicos, enquanto que a fabricação dos tijolos planos (vide o próximo segmento deste capítulo sobre os materiais de construção) para a construção de paramentos somente se iniciou na época de Augusto em diante. A adoção em larga escala se difundiu de Roma para as províncias já no século I d.C., principalmente a partir de Nero quando o tijolo cozido foi amplamente utilizado na reconstrução da Urbs (Lancaster 2008: 264, 2014: 167-168). Para Carmelo Malacrino (Malacrino 2010: 127-128), embora o uso do tijolo cozido tenha se tornado corrente a partir da época de Augusto e, principalmente, durante o período imperial através da padronização na fabricação dos tijolos cozidos e do impulso na monumentalização edilícia (os mercados de Trajano e a terma de Caracalla são os exemplos notórios), o conhecimento e uso do tijolo cru (*opus latericium*), basicamente na sua variação formada por uma mistura argilosa e seca ao sol, tinha sido feito desde as mais antigas tradições edilícias romanas. Já para Jean-Pierre Adam, ainda que o foco do arqueólogo francês seja a cidade de Roma, foram a

planificação e o desenvolvimento da indústria tijoleira que possibilitaram a rápida difusão e utilização pelos construtores e arquitetos deste tipo de material, substituindo o uso do tijolo cru (*latericium*) em voga até Augusto. Adam faz uma feliz alusão à percepção dos turistas acerca dos monumentos em tijolos de Roma e, que de certa forma, também serve para outros lugares e monumentos do Império como em Itália, na Bética, ou em Pompéia, na Campânia. Segundo o autor, a visão que os turistas têm dos monumentos diz respeito apenas ao esqueleto dos edifícios, já que no passado todos eles eram revestidos com uma argamassa (em geral à base de gesso ou cal) e placas de mármore. Por sua vez, a estrutura das paredes se compunha de duas faces de paramentos de tijolos com um núcleo feito de *opus caementicium*.

No caso da Hispânia Bética, os edifícios erguidos com essa técnica do *opus testaceum* foram identificados e estudados, em Itália especificamente, sendo que as características deste tipo construtivo ou aparelho se definem como uma estrutura murária de tijolos com um núcleo de concreto erguida sobre fundações de *opus caementicium*, em geral mais largas do que as paredes, e com fiadas de nivelção com a finalidade de dar equilíbrio ao conjunto do paramento (Adam 2011: 157-158; Roldán Gomez 1999: 192-193).

Opus caementicium – Em geral, a percepção que os arqueólogos têm do concreto romano surgido no final do século III a.C., ou *opus caementicium* (figura I) como também é identificado na bibliografia, é a de que este possibilitou a renovação e promoveu uma revolução na forma como os romanos construíaam os seus edifícios, abóbodas e pontes. Todos procuram analisar o concreto romano tendo por base os escritos de Vitruvius acerca dos ingredientes, das formas de preparo e das qualidades e problemas das misturas de argamassa.

De acordo com Lynne Lancaster, as características dos ingredientes do *opus caementicium* não diferem daqueles básicos de um concreto – cal hidratada, areia, pozzolana e agregados diversos que facilitavam o trabalho dos construtores. A grande revolução do concreto romano foi a inclusão das cinzas vulcânicas – pozzolana – que possibilitava o endurecimento da mistura até embaixo da água. Duas novidades, se poderíamos dizer dessa forma, na análise da Lancaster, são a informação que nos dá acerca dos componentes da argamassa hidráulica à base de pozzolana e a comparação com o concreto moderno. A autora considera que a pozzolana seria formada das

substâncias [sílica (SiO_2) e a alumina (Al_2O_3)] que promoviam a reação química da mistura tornando a mistura mais resistente do que se tivesse apenas cal e areia. Com relação às diferenças do concreto romano com o moderno, estas se dão no tamanho das pedras utilizadas e na forma como o concreto era aplicado na obra. As pedras no *caementicium* tinham tamanho mediano ou grande e eram colocadas manualmente na argamassa, enquanto que no moderno a mistura à base de cimento continha pequenas pedras, pedriscos, e era derramada no lugar a ser concretado (Lancaster 2008: 260-261, 2014: 172-173).



Fig. 1. Núcleo do paramento em *Opus caementicium*, residência dos imperadores flávios no Monte Palatino (Malacrino 2010: 116)

Por sua vez, Rabun Taylor defende que o concreto romano existia em muitas variedades de misturas, sendo que a fórmula clássica era composta de uma mistura à base de pasta de cal, água e areia vulcânica (pozzolana) formando uma argamassa na qual eram incluídos fragmentos rochosos ou cerâmicos no momento da aplicação no interior dos paramentos ou nas fundações. No seu estudo, Taylor reforça que o correto não seria usar a palavra derramar (*pouring*) para descrever a aplicação do concreto, mas colocar (*laying*) e depois ser espalhado com o auxílio da mão (Taylor 2003: 78).

Uma última observação a ser feita com relação às técnicas construtivas dos paramentos, diz respeito justamente ao método romano de nivelamento que é inserido na construção dos paramentos de *lateres coctiles*, método este conhecido como fiadas de nivelção ou de regulação (*bonding coursing*), que Rabun Taylor (Taylor 2003: 97-102; Lancaster 2014: 170) analisa com precisão. Levando em conta que a construção de uma parede revestida de tijolos, em ambas as faces contando com um núcleo de concreto, possibilitava um rápido desenvolvimento da edificação das termas, ou de qualquer outro edifício, um dos problemas enfrentado pelos pedreiros foi com o processo de cura do concreto que poderia levar dias ou semanas. O processo de aplicação ou colocação do concreto no interior de uma parede não era uniforme. Algumas vezes os pedreiros podiam jogar os agregados de pedra sobre a argamassa, em outras os agregados eram assentados horizontalmente. Independentemente da espessura das paredes, o concreto era colocado no interior da parede e os bolsões de ar no interior do concreto eliminado com o auxílio de uma estaca de madeira. Esse processo de assentamento dos tijolos em fiadas e colocação da argamassa no núcleo do paramento era repetido continuamente em etapas até a altura planejada pelos construtores. Ao término de cada etapa era assentada uma fiada de tijolos de maior dimensão que ocupavam toda a largura da parede, isto é, os trabalhadores assentavam as fiadas de nivelção. Em linhas gerais, as fiadas de nivelção são camadas ou fiadas de grandes tijolos quadrados, *bipedales* ou *sesquipedales*, que eram assentados sobre o topo do paramento ocupando toda a espessura do muro. Elas são reconhecíveis pela espessura, pela extensão e pela coloração do tijolo. As fiadas são assentadas em intervalos de três a cinco pés romanos (cada pé romano equivalia a 0,296 metros em média), ou cerca de um metro de distância entre uma fiada a outra. A importância deste elemento construtivo se dá por algumas razões como, por exemplo, para prevenir a sedimentação excessiva do concreto ao criarem-se novos pisos para cada etapa, para tapar um dia de trabalho sobre a edificação do muro, permitindo a selagem da etapa anterior e garantindo um processo de cura mais adequado, e como guias para manter as paredes na vertical e suas fiadas de tijolos na horizontal.

Sendo a Hispânia Bética a única representante provincial na Península Ibérica com dois edifícios termais em Itálica construídos com a técnica do *opus testaceum*, as

fiadas de nivelção são atestadas nestas construções. Nas construções das termas da cidade de Itálica, há vestígios parietais o suficiente para atestar este elemento arquitetônico. Na terma Menor e na terma Maior as fiadas foram identificadas pelas arqueólogas Lourdes Roldán e Loreto Gómez a intervalos de 2,5 m de altura, para a terma menor, na qual foi se identificou o uso de *bipedales*, *sesquipedales* ou *tegulae* (Roldán Gómez 1999: 194-195; Gómez Araújo 2008: 53-82).

Referências bibliográficas

ADAM, Jean-Pierre. *La Construction Romaine: matériaux et techniques*. Paris: Éditions Picard, 2011.

ALMEIDA, Alex dos Santos. *As Thermae e Balnea nas Hispaniae romanae II a.C. – III d.C.* Tese de doutorado. São Paulo: MAE/USP, 2 v., 2015.

ANDREU PINTADO, Javier. *Munificencia pública en la provincia Lusitania (siglos I-IV d.C.)*. Zaragoza: Instituto Fernando el Católico, 2004.

_____. Evergetismo edilício sobre Termas en *Hispania*. In: FÉRNANDEZ OCHOA, Carmen; GARCÍA ENTERO, Virginia (ed.) *Congreso Internacional Termas Romanas no Occidente do Imperio*. Gijon: VTP Editorial, 2000, pp. 289-294.

BENOIT, François. Thermae. In: SAGLIO, Edmond (dir.). *Dictionnaire des Antiquités grecques et romaines d'après les textes et les monuments*. Paris: Librairie Hachette, t.5, 1879, pp. 214-219.

CUOMO, Serafina. Ancient written sources for engineering and technology. In: OLESON, John P. (Ed.). *The Oxford Handbook of Engineering and Technology in the Classical World*. Oxford: Oxford University Press, 2008, pp. 15-34.

D'ENCARNAÇÃO, José. As Termas romanas dos Cássios em Lisboa, ficção ou realidade? In: GORGES, Jean-Gérard; D'ENCARNAÇÃO, José; NOGALES BASARRATE, Trinidad, CARVALHO, Antonio (ed.). *Lusitânia romana: entre mito e a realidade*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2009, pp. 481-491.

FAGAN, Garrett. *Bathing in Public in the Roman world*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2002.

FERNANDES, Lídia. Capitel das *Thermae Cassiorum* de Olisipo (rua das Pedras Negras, Lisboa). In: *RevPortArq*, v. 12/2, 2009: 191-207.

GINOUVÈS, René (coord.) *Dictionnaire Méthodique de l'Architecture Grecque et Romaine*. Rome: École Française de Rome/École Française d'Athènes, 3v., 1985 1998.

GÓMEZ ARAUJO, Loreto. Una nueva interpretación de las Termas Mayores de Itálica (Santiponce, Sevilla). In: *ROMVLA*, v.7, 2008, pp. 53-82.

_____. Las Termas Menores de Itálica: una propuesta funcional del edificio. In: *ROMVLA*, v.9, 2010, pp. 117-154.

LANCASTER, Lynne. Roman engineering and construction. In: OLESON, John P. (ed.). *The Oxford Handbook of Engineering and Technology in the Classical World*. Oxford: Oxford University Press, 2008, pp. 256-283.

LANCASTER, Lynne; ULRICH, Roger. Materials and Techniques. In: ULRICH, Roger B.; QUENEMOEN, Caroline K. (eds.) *A Companion to Roman Architecture*. London: Wiley-Blackwell, 2014, pp. 157-81.

LUCIANO DE SAMÓSATÁ. *Lucian in eight volumes*. Tradução de A. M. Harmon. London: William Heinemann, v.1, 19--.

MALACRINO, Carmelo. *Constructing the Ancient World: architectural techniques of the Greeks and Romans*. Malibu: Getty Museum, 2010.

MELCHOR GIL, Enrique. *El mecenazgo cívico en la Bética: la contribución de los evergetas a la vida municipal*. Córdoba: Universidad de Córdoba, 1994.

NIELSEN, Inge. *Thermae et Balnea. The architecture and cultural History of Roman public baths*. Aarhus, 2v., 1993.

PINTO RIBEIRO, Jorge Manuel. *Arquitetura romana em Bracara Augusta*. Uma análise das técnicas edilícias. Tese de doutorado. Braga: Instituto de Ciências Sociais/ Universidade do Minho, 2010.

PIZZO, Antonio. *Las técnicas constructivas de la arquitectura pública de Augusta Emerita*. Madrid, Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Anejos AESPA, v.56, 2010.

PLÍNIO o VELHO. *Natural History in ten volumes*. Tradução de H. Rackam. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 10 v., 1989.

RODÁ de LLANZA, Isabel. Testimonios epigráficos de las Termas. In: FÉRNANDEZ OCHOA, Carmen; GARCÍA ENTERO, Virginia (ed.) *Congreso Internacional Termas Romanas no Occidente do Imperio*. Gijón: VTP Editorial, 2000, pp. 123-131.

ROLDÁN GÓMEZ, Lourdes. *Técnicas de Construcción Romanas en Carteia (San Roque, Cádiz)*. Monografías de Arquitectura Romana, 1. Universidad Autónoma de Madrid, 1992.

_____. *Técnicas de Construcción Romanas en Itálica (Santiponce, Sevilla)*. Monografías de Arquitectura Romana, 2. Universidad Autónoma de Madrid, 1993.

_____. El material constructivo latericio en *Hispania*. Estado de la cuestión. In: BERNAL CASSAROLA, Darío; RIBERA I LACOMBA, Albert (ed.) *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz, 2008, pp. 749-773.

_____. Arquitectura Pública en las ciudades de la Bética: el uso del Opus Testaceum. In: BENDALA GALÁN, Manuel; RICO, Christian; ROLDÁN GÓMEZ, Lourdes (ed.). *El Ladrillo y sus derivados en la Época Romana*. Madrid: Ediciones Universidad Autónoma de Madrid, 1999: 179-204.

VITRÚVIO. *Tratado de arquitetura*. Tradução de M. Justino Maciel. São Paulo: Martins, 2007.

YEGÜL, Fikret. *Baths and Bathing in Classical Antiquity*. New York: The MIT Press, 1995.

A comunicação entre humanos e não-humanos através das representações do nahualismo nos códices mixtecos

The communication between humans and no-humans by means of the representations of nahualism in the Mixtec codices

*Ana Cristina de Vasconcelos Lima*¹

Resumo

Uma das dificuldades na conceitualização de uma teoria geral sobre o nahualismo na Mesoamérica é, justamente, sua ampla distribuição espacial e temporal, bem como as modificações ocorridas nas representações e descrições acerca do nahualismo. Nesse artigo a análise do nahualismo será centrada nas representações do fenômeno em um âmbito específico: nos códices mixtecos, produzidos por desígnio das elites mixtecas nos períodos Pós-clássico tardio e Colonial inicial. Esse artigo pretende demonstrar a importância dos agentes não humanos na política mixteca, dando ênfase nas representações do nahualismo como prática de transformação e comunicação entre humanos e não humanos.

Palavras chave: Códices mixtecos – nahualismo – não humanos

Abstract

One of the difficulties in the conceptualization of a general theory about nahualism in Mesoamerica is precisely its wide spatial and temporal distribution as well as the changes that occurred in the representations and descriptions about nahualism. In this article the analysis of nahualism will be focus on representations of the phenomenon in a specific context: the mixtec codices, produced by design of the mixtec elites in Late

¹ Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo e Coordenadora do Centro de Estudos Mesoamericanos e Andinos da USP (CEMA/USP).

Postclassic and Early Colonial periods. This article aims to demonstrate the importance of non-human agents in Mixtec polity, emphasizing the nahualism representations as practices of transformation and communication between human and non-humans.

Keywords: Mixtec codices – nahualism – no-humans

O conceito de nahualismo, entre os mesoamericanistas, é entendido comumente como um conjunto de práticas ligadas a uma entidade anímica, uma espécie de duplo, alter ego ou coessência, nomeados como *nahualli* ou *nanahualtin*² (Martínez González 2010: 256). Mas, o nahualismo também é caracterizado pela capacidade de certos indivíduos de mudar sua forma e assumir a aparência de outras espécies animais ou, menos recorrentemente, fenômenos da natureza. Esse caráter duplo do nahualismo levou autores como Lopez Austin (Lopez Austin 1967) a proporem uma separação entre os dois fenômenos³: *tonalismo*, ou a associação entre um indivíduo e uma entidade companheira (*tonalli*), com quem comparte um destino comum desde o nascimento, e o *nahualismo*, como a capacidade de certos indivíduos de se transformarem ou mudar sua forma em animal.

Segundo Federico Navarrete Linares, nahualismo e tonalismo são fenômenos relacionados por partirem de uma mesma concepção: a existência de relações privilegiadas entre certos homens e animais, ou de maneira mais ampla, entre homens e seres pertencentes a outros planos cósmicos. Inclusive, essa ligação entre tonalismo e nahualismo seria íntima ao ponto de existir uma confusão entre os termos. O tonalismo funcionaria como escopo para a prática metonímica do nahualismo. Assim, o nahualismo poderia ser concebido como uma relação metonímica entre dois seres vinculados metaforicamente pelo tonalismo (Navarrete Linares 2000: 159-160).

Um dos problemas com a associação direta entre tonalismo e nahualismo, apontada pelo próprio Navarrete Linares (2000), é que a prática dos *nanahualtin*, o

²*Nanahualtin* é a forma plural do substantivo *nahualli*, através da reduplicação da primeira sílaba de seu radical e a substituição do sufixo primitivo *-li*, pelo sufixo plural dos substantivos “*-tin*”.

³George Foster (1944) foi um dos primeiros a desassociar a crença em uma ligação exclusiva estabelecida entre um animal, ou entidade companheira e um humano no dia de seu nascimento, hoje nomeada *tonalismo*, da descrição de feiticeiros nomeados *Nagual* que podiam transforma-se em animais, ou *nahualismo*.

nahualismo, não permite uma distinção clara entre metáfora e metonímia, ou entre analogia (tonalismo) e transformação (nahualismo). Outro ponto de dificuldade da associação direta entre tonalismo e nahualismo, ou seja, associação em que o *nahualli* se transformaria em seu animal companheiro aproveitando-se da analogia pré-existente, é que, muitas vezes, o homem-*nahualli* poderia assumir, por vontade própria, a forma de seres outros que não seu *nahualli* ou animal companheiro específico. Também são conhecidos os casos de entidades ou deuses mesoamericanos que ao se metamorfosear tomariam formas de homens ou outros deuses, e também de animais. A prática do nahualismo, portanto, não parece ser determinada pela associação entre homens e entidades companheiras (tonalismo) e também inclui a consciência e a vontade do próprio *nahualli*⁴.

Essas duas acepções vinculadas ao termo nahualismo, seja a associação entre um humano e uma entidade companheira, ou de seres com capacidades metamórficas, são encontradas em diversas regiões da Mesoamérica⁵, desde a época pré-hispânica até os dias de hoje. Apesar das incertezas em torno da etimologia do termo nahualismo, esse é derivado de uma palavra de origem nahua, o substantivo *nahualli*, e pode ser encontrado em muitos dicionários coloniais escritos por missionários, geralmente associados aos termos “*brujo*” e “*nigromante*”. Também, outras fontes alfabéticas coloniais, códices pré-hispânicos e até mesmo monumentos em pedra figuram como exemplos do nahualismo no período anterior a chegada dos espanhóis e já no período colonial inicial, sempre associados à figuras de seres metamórficos. Aquilo que aqui denominamos tonalismo não pode ser demonstrado por representações de registros de origem pré-hispânicas, mas são comuns nos registros etnográficos de comunidades atuais do México e Guatemala.

O nahualismo figura como um fenômeno de longa duração e de ampla distribuição geográfica, o que dificulta ainda mais seu estudo de maneira generalizada

⁴ Na documentação colonial *nagual* ou *nahual* seriam pessoas capazes de realizar as transformações e práticas associadas ao nahualismo a fim de assumir formas animais. O termo é derivado do substantivo *Nahualli* que, portanto, é aquele que tem a capacidade de tomar a forma de outro ser. Quando o nahualismo é entendido também através da prática do tonalismo é comum a adoção do termo “*hombre-nahualli*” para distinguir um sujeito em transformação da entidade companheira, *tonalli* ou *nahualli*.

⁵ Primeiramente definido por Kirchhoff (1943), o termo Mesoamérica faz referência às características histórico-culturais de uma macro-região limitada ao norte pelos rios Pánuco e Sinaloa, no México. Ao sul, estende-se até os territórios onde hoje estão Guatemala, El Salvador e Belize e porções ocidentais da Nicarágua, Honduras e Costa Rica.

ou de uma teoria geral sobre o nahualismo. No entanto, a análise das representações do fenômeno do nahualismo que privilegie seu contexto histórico e narrativo pode revelar aspectos dessa prática, sua função social e política e, assim, contribuir para a discussão mais generalizada acerca desse fenômeno.

O nahualismo nos códices mixtecos

Como destacado anteriormente, um dos grandes empecilhos a conceitualização, ou de uma teoria geral do nahualismo na Mesoamérica é, justamente, sua ampla distribuição espacial e temporal, bem como as mudanças sofridas nas representações e descrições acerca do nahualismo por toda a região mesoamericana. Tais mudanças de representação podem indicar tanto uma modificação das práticas em si, segundo cada contexto regional ou social, bem como transformações nos usos políticos ou dos objetivos da prática dos *nanhualtin*. Também devem ser levados em consideração os objetivos políticos e sociais daqueles que produziram tais descrições ou representações, ou seja, se tais representações foram realizadas por indígenas, cronistas ou missionários, e como essas visões divergentes podem ser complementares entre si.

Assim sendo, nossa análise será centrada nas representações do fenômeno do nahualismo em um âmbito específico, nos códices mixtecos. Os códices mixtecos são manuscritos confeccionados em pele de veado e recobertos com estuque, produzidos nos períodos Pós-clássico tardio (1100-1521 d.C.) e durante as primeiras décadas do período Colonial, a mando de elites indígenas mixtecas⁶. A produção de códices estava intrinsecamente ligada à política de seus senhorios, localizados na região dos atuais estados de Oaxaca, Guerrero e Puebla no México. Neles eram representadas, através de um sistema de notação pictoglífico⁷, as trajetórias de linhagens dirigentes, bem como de heróis culturais mixtecos, enfatizando e legitimando sua história e cosmogonia.

⁶O Códice Selden, por exemplo, é um documento confeccionado completamente em materiais e estilo pré-hispânicos, mas sua data de produção é tardia, aproximadamente entre 1550 e 1560.

⁷Esse sistema de escritura combinava representações pictóricas ou figurativas com glifos ideográficos e fonéticos, conformando, assim, outras informações de tipo calendário, numérica, toponímica, antroponímica, etc., resultando em registros de organização e lógica próprias (Santos 2009: 84).

Para efeitos de análise utilizamos o conceito de nahualismo inicialmente como a capacidade de um ser de se transformar ou metamorfosear sua aparência em outros seres. Nos códices mixtecos o nahualismo é representado por dois tipos de episódios:

A – episódios onde figuras antropomorfas modificam sua roupagem ou aparência original e aparecem representados como Yaha Yahui, uma classe de mago frequentemente associado ao nahualismo na região mixteca.

B – episódios onde figuras antropomorfas em determinados momentos narrativos são apresentadas com seu corpo zoomorfizado, completa ou parcialmente.

A delimitação da análise sobre o nahualismo com exclusividade nesse tipo de episódio se deve a que, em ambos os casos, tais cenas não deixam dúvidas quanto a metamorfose dos corpos ou dos atavios de determinados personagens durante a narrativa e, dessa forma, podem ser analisados os contextos narrativos onde ocorrem tais episódios de nahualismo.

Nesse artigo exploraremos apenas a segunda classe de personagens relacionados às representações do nahualismo, ou seja, figuras antropomorfas, que em determinadas cenas ou episódios nos códices tem seus corpos parcialmente ou completamente zoomorfizados. Nessa categoria analisaremos dois casos: o senhor Sete Serpente na Guerra contra a gente de pedra, e a senhora Três Pedernal e seu encontro com a senhora Um Águia. Ambos os episódios estão relatados no Lado 2 ou Anverso do códice Zouche-Nuttall.

Senhor Sete Serpente

O primeiro episódio a ser analisado é a transformação do Senhor Sete Serpente, representado na página 3 do Códice Zouche-Nuttall, dentro da sessão do códice que narra os conflitos da *Guerra contra a gente de pedra*. Tais representações de conflitos envolvem os senhores fundadores de linhagens e de senhorios pós-clássicos mixtecos, bem como não humanos, como deidades e figuras antropomorfas de pedra (Códice Zouche-Nuttall: 3-5; Códice Bodley: 3-4). Para muitos estudiosos dos códices mixtecos, a representação desses conflitos nos códices seria uma metáfora sobre a fundação dos senhorios e dinastias mixtecas do Pós-clássico (Anders et al.

1992a: 90) ou os atos, reais e metafóricos, relacionados ao início da transição entre as políticas e a organização social do período Clássico ao Pós-clássico⁸ (Byland 2008: 335).

Na segunda cena da página 3 do Zouche-Nuttall (Fig. 1), relacionada ao ano 5 Casa, dia 7 Serpente, destacam-se quatro agentes: na porção direita da cena, vemos a senhora Seis Água, localizada sobre um topônimo, o Monte das Flores. A senhora Seis Água porta em sua mão esquerda um propulsor ou lança-dardos (*atlatl*) e, em sua mão direita, possui um feixe de dardos ou flechas, combinadas com um escudo. Tais instrumentos são comuns em contextos belicosos nos códices e tanto figuras masculinas quanto femininas aparecem portando flechas, escudos e propulsores em cenas de combate.



Fig.2 Sete Serpente transformado em *nahualli* combatendo homem de pedra. **Códice Zouche-Nuttall. p. 3.**
© The Trustees of the British Museum. Shared under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0) licence.

Na cena em questão, a Senhora Seis Água parece defender a localidade do Monte das Flores contra os homens de pedra. Os homens de pedra são figuras humanóides facilmente identificáveis por terem o corpo texturizado através de representações de faixas coloridas intercaladas, que fazem referência às várias

⁸ Período que abarca do ano 900/1000 d.C até o momento da conquista castelhana. Normalmente, tem seu início associado com a queda de grandes centros políticos do período clássico, como Monte Albán na região de Oaxaca, e principalmente, é caracterizado pelo aumento do militarismo e rearticulação política em novos centros de poder em toda a Mesoamérica.

camadas que formam os minerais. E, também, pelas extremidades de seus corpos, como cabeça, orelhas, pernas e braços possuem pequenas protuberâncias, representando sua textura áspera ou pedregosa (Hermann Lejarazu 2009: 18), como no glifo de *tetl* (pedra), por exemplo. O homem de pedra, que aparece em frente ao Monte das Flores, também demonstra atitude belicosa, portando um *atlatl* em sua mão direita, e um feixe de dardos e um escudo em uma sua mão esquerda. Notadamente é uma figura masculina, pois está vestindo um taparrabo, possui um peitoral com joias de ouro em volta de seu pescoço e penas amarradas em seus cabelos. Podemos notar igualmente, uma pequena figura, um voador, que pica a mão esquerda do homem de pedra, provavelmente um inseto, que aliado a defensiva dos senhores mixtecos contra os homens de pedra.

O último agente dessa cena aparece logo acima do homem de pedra, em posição descendente de ataque, com um propulsor em sua mão direita e um escudo combinado com um feixe de flechas em sua mão esquerda. Seu nome calendário é Sete Serpente e está representado como uma face humana e dois braços, saindo, por sua vez, das faces de uma serpente emplumada. Seu corpo também é de uma serpente com espinhos a sua volta e uma cauda da qual pendem plumas e um punhal de pedernal. Ou seja, nessa cena o senhor Sete Serpente aparece transformado em *nahual*, participando ao lado de outros senhores mixtecos na investida contra a gente de pedra. Acreditamos que nesse contexto sua transformação representa tanto sua capacidade de interagir com seres não humanos, como os homens de pedra, quanto de usar a força adquirida pela transformação em combate, como a habilidade de voar de alguns *nanahuatlins*.

A importância desse evento, da investida como *nahual* de Sete Serpente, pode ser observada através do encadeamento de eventos da guerra, representados na página 3 do códice Zouche-Nuttall (Fig 2).

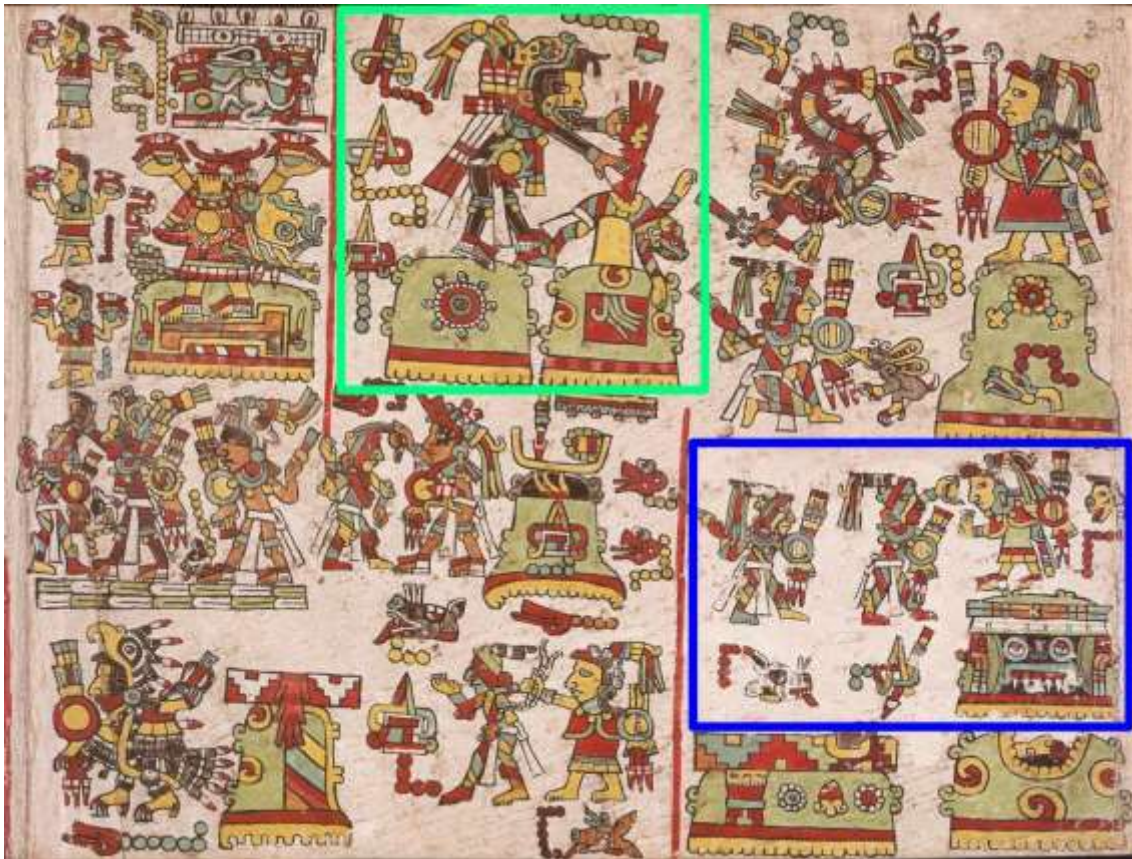


Fig.3 A guerra contra a gente de pedra. **Códice Zouche-Nuttall p. 3.** Edição facsimilar. © The Trustees of the British Museum. Shared under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0) licence.

Vemos que, antes da entrada de Sete Serpente no combate aos homens de pedra, os homens de pedra pareciam estar vencendo o conflito. Na cena, marcada em azul, anterior a investida de Sete Serpente, podemos observar a senhora Oito Macaco sendo derrotada e feita prisioneira por uma dupla de homens de pedra, não nomeados, e que a puxam por seus cabelos, o que significa sujeição ou tomada de cativos. Após a investida de Sete Serpente e Seis Águia, que analisamos acima, podemos notar uma virada no conflito. Na cena marcada em verde, observamos o senhor Sete Movimento abrindo o peito de um homem de pedra e arrancando seu coração. Após esse evento, existe uma série de pequenos combates que terminam com a captura e sujeição dos homens de pedra por senhores mixtecos e que vão delineando o futuro da guerra, com a vitória dos senhores mixtecos sobre os homens de pedra.

Podemos afirmar com alguma segurança, que a transformação de Sete Serpente em serpente de espinhos (Fig 1) se dá em função do contexto da guerra e interação com os homens de pedra, pois o senhor Sete Serpente aparece em forma completamente antropomorfa, posteriormente no mesmo códice (Códice Zouche-Nuttall: 36-37), e ainda possui numerosas representações no códice Vindobonense (p. 51, 33, 30 e 5). A identificação de Sete Serpente pode ser feita tanto através da repetição do glifo calendário que corresponde a seu nome, Sete Serpente, quanto através de sua pintura facial vermelha, com finas faixas coloridas em azul e amarelo que cruzam seus olhos, em ambos os códices (Fig 3).



Fig.4. Senhores Sete Serpente e Quatro Serpente. Códice Vindobonense. p.5. © The Trustees of the British Museum. Shared under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0) licence.

Se observamos atentamente sua representação na página 3 do códice Zouche-Nuttall (Fig 2), Sete Serpente, além da pintura facial, também possui em sua boca um adorno vermelho e branco com nós em papel, bem como a cabeça de uma serpente que parece sair dos nós de sua boca. Essa composição é muito importante, pois parece indicar que Sete Serpente tem seus atributos fundidos àqueles do senhor Quatro Serpente. Nas representações do códice Vindobonense (Fig 3), bem como nas páginas finais do Zouche-Nuttall, ambas as personagens aparecem sempre em forma de dupla, na qual Sete Serpente possui um toucado de serpente emplumada e alguns punhais de pedernais que saem dos nós em sua boca, enquanto o senhor Quatro Serpente

aparece constantemente com um tocado cônico com serpentes entrelaçadas, mas principalmente com uma cabeça de serpente saindo dos nós em sua boca.

Dessa forma, acreditamos que a representação de Sete Serpente no códice Zouche-Nuttall e sua investida contra os homens de pedra devem ser interpretadas também como uma ação dessa dupla de agentes: senhores Quatro e Sete Serpente. Esses senhores possuem um papel proeminente na história da criação da idade ou mundo atual, narrada no códice Vindobonense, bem como são identificados por Jansen (Jansen & Pérez Jiménez 2011: 260), como patronos de Tilantongo⁹.

Cabe ressaltar que segundo diversos povos mesoamericanos, o mundo havia sido criado e destruído por catástrofes várias vezes. Cada um desses mundos tinha seus habitantes, deuses, alimentos e havia terminado com uma catástrofe específica, deixando traços de suas antigas características no mundo ou sol atual. O códice Vindobonense, de origem pré-hispânica, lida justamente com a criação do mundo atual mixteco. Assim, funciona como pano de fundo para as narrativas dos senhorios mixtecos criados posteriormente, relacionando-os a esse passado cosmogônico. Um desses exemplos é justamente a aparição de Sete Serpente no códice Zouche-Nuttall, na guerra contra a gente de pedra, mas que é uma importante entidade na criação da idade atual e na criação dos primeiros senhorios mixtecos, representados no códice Vindobonense.

Senhora Três Pedernal

Passamos agora ao segundo caso a ser analisado nessa categoria de figuras antropomorfas que se nahualizam: o encontro entre as senhoras Três Pedernal e Um Águia. Esse episódio está registrado na página 15 do códice Zouche-Nuttall. Entretanto, a primeira aparição de Três Pedernal se dá na página 14 do códice (Fig.4).

⁹ Na relação de Tilantongo, do século XVI em referência aos deuses que eram adorados nesse senhorio, Acuña (1984: 232) diz: “Y los dioses a quien adoravan eran ídolos de madera y piedras, los cuales ídolos llamaron en lengua mixteca QUYOSAYO y, en mexicano, TEUL, que en castellano quiere decir “dios”. *Qu yo*, ou Quatro Serpente, seria um nome calendário, enquanto “*Sa yo*”, corresponderia a Sete Serpente. Ou seja, esses dois senhores estariam conjugados na figura de um só ídolo, patrono de Tilantongo “*Qhyosayo*”.

Nessa primeira cena vemos o encontro entre a senhora Três Pedernal e o senhor Cinco Flor. Nesse relato nos interessa primeiramente analisar como se apresenta a figura de Três Pedernal para, em seguida, entender a transformação de sua representação em serpente emplumada. Na figura 4, vemos dois personagens que se encaram. A figura feminina, localizada no lado esquerdo, é identificada pelo nome calendário Três Pedernal, e a figura masculina, da direita, é nomeada como Cinco Flor. A data de ocorrência do encontro é o dia 4 Junco do ano 3 Junco. A data pode ser localizada entre as personagens representadas. Logo acima da data de tal evento, notamos um glifo triangular, que caracteriza o nome pessoal da senhora Três Pedernal — *Quechquemitl* de Concha. Em volta das duas personagens vemos o topônimo que representa o lugar de origem do senhor Cinco Flor — *Cahua Caandihui*, o Penhasco do Céu (Anders et al. 1992a: 113). A senhora Três Pedernal porta trajés tipicamente femininos: como uma espécie de xale de formato triangular, nomeado *quechquemitl*, e uma saia.

Mas é necessário ressaltar alguns aspectos dessa vestimenta, como indicado por Hermann Lejarazu (2009: 40), tanto os grafismos circulares na saia de Três Pedernal quanto sua narigueira escalona a relacionam a deidade nahua conhecida como *Chalchiuhtlicue*. Outro aspecto importante entre os atavios de Três Pedernal é seu toucado, que representa uma serpente emplumada, ou seja, uma serpente que normalmente é apresentada com plumas por seu corpo e cauda e se relaciona a *Coo Savi* (*Quetzalcoatl*, em nahuatl), uma importante deidade mesoamericana, de influência singular também na história mixteca¹⁰.

¹⁰ Quetzalcoatl, segundo o códice Vindobonense, p.47, desempenha papel fundamental no ordenamento do mundo atual, ao levantar as águas do mar primordial da terra e possibilitar o surgimento de diversas localidades.



Fig.5. Senhora Três Pedernal e senhor Cinco Flor. **Códice Zouche-Nuttall, p. 14.** © The Trustees of the British Museum. Shared under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0) licence.

Após o encontro de Três Pedernal com Cinco Flor, a dupla inicia uma longa jornada juntamente com uma série de sacerdotes que é apresentada em toda a página 14 do códice, até que, na página 15, chegam a um rio. Não há indicações de onde estaria localizado esse rio, tampouco o evento pode ser datado, pois as últimas datas encontram-se na página anterior do códice¹¹. Dentro do rio, vemos o encontro entre a senhora Três Pedernal e a senhora Um Águia (Fig. 5).

¹¹ A última data representada antes do evento seria relativa ao ano 7 Pedernal. Talvez o encontro tenha ocorrido dentro desse mesmo período.



Figura 5: Encontro entre as senhoras Três Pedernal e Um Águia. *Códice Zouche-Nuttall*, p. 15. © The Trustees of the British Museum. Shared under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0) licence.

Na figura 5, o rio é uma composição retangular, apresentado em vista em corte, ou seja, a representação de um corte perpendicular ao sentido do leito do rio que permite a visualização de seu interior, proporcionada por essa solução gráfica¹². Em sua superfície existem três plantas aquáticas. No fundo desse rio existem dois personagens. No lado direito, encontra-se a senhora Um Águia, que possui um toucado de serpente com um feixe de plumas e uma narigueira escalonada. Outro elemento importante é seu dente saliente, o que a caracteriza como uma anciã. A senhora Um Águia é considerada como a anciã dos rios por vários estudiosos. Quase sempre sua aparição nos códices é feita dentro de meios aquáticos. Por isso, Um Águia é considerada (Jansen & Pérez Jiménez, 2011, p. 263), como a avó dos rios mencionada na *Relación Geográfica de Juxtlahuaca*: “Y, por la multiplicación del género humano, tenían outro dios que llamaban en sua lengua dellos YOCOSITÑAYUTA, al cual ofrecían plumas coloradas y verdes, y sahumeros” (Acuña 1984, *Tomo II*: 285). Um Águia também é associada ao temazcal na região da Mixteca¹³.

Nos códice Vindobonense, Um Águia é uma das entidades que participou ativamente de uma série de rituais ou cerimônias com a finalidade de causar a

¹² Santos (2004) apresenta alguns dos princípios e prioridades que guiavam as soluções figurativas nos sistemas de escrita mixteco-nahua.

¹³ Para Jansen, Um Águia como senhora do Rio, pode ser comparada a Chalchiuhtlicue mexicana, “Aquele que veste a Saia de Jade”. Como patrona do Temazcal, seria comparável a Tlazolteotl. No entanto, é preciso enfatizar que a iconografia de todos esses deuses é diferente da senhora Um Águia. Jansen apenas compara tais deidades em termos do que representam, ou qual tipo de atividade regeriam (Jansen & Pérez Jiménez 2011: 263).

primeira saída do sol e, posteriormente, atuou na organização e inauguração dos senhorios da região oeste, representado pelo Rio de Cinzas, participando da quinta cerimônia de Fogo Novo do *Vindobonense* (p. 17-15). Um Águia, portanto, é um agente oriundo dessas outras temporalidades, de uma época anterior a primeira saída do Sol e da criação dos senhorios mixtecos do pós-clássico. Em suas representações, mesmo no *Códice Vindobonense*, já é representada como anciã.

Voltando a análise do encontro, enquanto a senhora Um Águia está ao lado direito da cena, a personagem do lado esquerdo é identificada como Três Pedernal. Mas, nesse episódio, Três Pedernal passou por uma metamorfose, adquirindo elementos zoomorfos. Ainda podem ser observados seus braços e rosto, saindo das faces de uma serpente emplumada, bem como o peitoral circular que usava anteriormente. O restante de seu corpo foi transformado em uma serpente emplumada. Sob essa forma, Três Pedernal oferece copal à senhora Um Águia através de um incensário em sua mão direita e, em sua mão esquerda, leva um ramo de plantas. Em troca, Um Águia lhe entrega uma conta de jade (Herman Lejarazu 2009: 42). Depois desse episódio, Três Pedernal volta à sua forma humana, já sem seu tocado de serpente emplumada e sem sua narigueira. E, daí em diante, se dedica a uma série de rituais e oferendas no Templo da Serpente Emplumada.

A motivação para a visita de Três Pedernal à senhora Um Águia não é completamente entendida nos estudos dos códices. Muitos autores associam a entrega da conta de jade por parte de Um Águia a uma suposta gravidez por intervenção sobre-humana, pela qual teria passado a Senhora Três Pedernal. Tanto Maarten Jansen (ANDERS et al. 1992a) quanto Manuel Hermann (2009) aceitam essa hipótese formulada por Alfonso Caso (Caso 1977-1979: 389). Apesar de não ser possível entender completamente as motivações para essa visita, nos interessa o episódio, sobretudo, pela necessidade de Três Pedernal em se transfigurar em *nahualli*.

Na história de Três Pedernal, a senhora empreende sua visita em forma de serpente emplumada em um ambiente aquático, para seu encontro com uma entidade dos rios, portanto, não humana. A necessidade de transformação em *nahualli* deriva-se desses dois fatores, tanto a capacidade de se locomover nesse ambiente aquático,

como ganhar a capacidade de interagir diretamente com a entidade do início do mundo, a senhora Um Águia.

Dessa maneira, em ambos os casos analisados nesse artigo, tanto a senhora Três Pedernal, quanto o senhor Sete Serpente transformaram seus corpos em serpentes e usaram seus poderes de *nahualli* para se locomoverem pelo céu ou pela água, lugares que suas formas humanas provavelmente não lhes permitiria visitar. Em ambos os casos parecia haver uma relação pré-existente entre o senhor Sete Serpente, a senhora Três Pedernal e as serpentes, o animal no qual se transformam, pois os dois senhores quando se encontravam em sua forma humana portavam toucados de serpentes emplumadas. Segundo Maarten Jansen, as serpentes seriam um dos animais característicos do nahualismo. Tanto a serpente emplumada (que está relacionada à segunda categoria analítica utilizada nesse artigo), quanto, a serpente de fogo (relacionada à primeira categoria analítica dos *yaha yahui*¹⁴) seriam *nanahualtin* poderosos, que podiam voar, e seriam representativos dos poderes do sacerdote-xamânico, como nomeado por Jansen (1997: 76).

No entanto, gostaríamos de destacar mais dois aspectos. Primeiro, que as transformações em serpentes, ou o uso dos atributos dos *yaha yahui*, aparecem nos códices em contextos de interações com não humanos, ou seja, seres ou agentes que pertencem a diferentes planos, inicialmente não humanos, mas que exercem papéis políticos no cosmos e são fundamentais nas narrativas do passado mixteco. Outro aspecto que deve ser considerado é o da transformação de humanos em figuras de predação para desenvolver a atividade comunicativa do nahualismo, tais como as serpentes: manifestadas em serpentes emplumadas ou de fogo, portanto, *nanahualtin* poderosos e, por isso, potencialmente perigosos. Seria sob essa forma que poderiam interagir diretamente com outras figuras poderosas ou perigosas, participantes do início da idade atual, e consideradas pelos especialistas como deidades.

Portanto, o nahualismo, tanto nas figuras dos *yaha yahui* quanto de outros agentes que passam por transformações corpóreas, parece ser um fenômeno de

¹⁴As análises do nahualismo através das figuras dos *Yaha Yahui*, ou serpentes de fogo, podem ser encontradas em Lima, 2017.

relação entre humanos e não humanos. Para tal comunicação, a transformação das formas humanas em não humana, ou a prática do transe para a transcendência desse aspecto corpóreo, se fazem necessárias.

A partir das representações do nahualismo analisadas nos códices mixtecos e de seus contextos narrativos de aparição, propomos que o conceito de nahualismo não apenas figure como prática de transformação de corpos ou de práticas extáticas e de transe. Apesar de podermos identificar as representações de episódios de nahualismo através das representações de transe, uso de alucinógenos ou de transformações corpóreas reversíveis e intencionais, nos importa, sobretudo, a finalidade da prática. Assim, o nahualismo, nos códices mixtecos, pode ser considerado como uma forma privilegiada de comunicação e interação direta entre humanos e não humanos e suas diferentes posições no cosmos. Ou seja, mais do que meras representações de práticas de transformação, o nahualismo é a representação da capacidade de comunicação e interação entre humanos e não humanos¹⁵.

Na Mesoamérica, tal capacidade era aplicada em diversos cenários, tendo uma ampla gama de usos políticos. Tais usos podem ser conhecidos a partir de fontes ameríndias, sejam pré-hispânicas ou coloniais, mas também através de fontes produzidas por missionários e cronistas. Como proposto por Federico Navarrete Linares, em uma análise diacrônica dos usos políticos do nahualismo na Mesoamérica (Navarrete Linares 2000), tal fenômeno poderia ser utilizado para exercer poder ou para se opor a ele. Podia ser exercido para curar ou adoentar e ser uma prática ora pública e oficial, ora secreta e perseguida, segundo a ordem social estabelecida.

Conclusões

À guisa de conclusão, acreditamos que o fenômeno do nahualismo é um tópico em aberto dentro do debate entre os mesoamericanistas, pois este carece ainda de uma conceitualização que talvez não possa ser alcançada de maneira totalizante ou

¹⁵Tal conceitualização em muito se assemelha ao conceito de nahualismo defendido por Navarrete Linares (2000, p. 165): “el nahualismo puede ser comprendido como una técnica de mediación y comunicación entre los planos cósmicos(...) permite que un ser se transforme en outro ser de naturaleza diferente, o perteneciente a un nivel cósmico diferente, abre un canal de comunicación y acción que rebasa el ámbito de la acción normal de esse ser y le permite actuar en otros planos cósmicos.”

cabal, pois os termos (*nahualli, tonalli*), representações e referências ao nahualismo se transformam substancialmente segundo dinâmicas regionais, locais e principalmente, temporais. Ou seja, as concepções acerca do nahualismo na época pré-hispânica e suas mudanças no período colonial até os dias de hoje, apenas são apreensíveis através de análises contextuais. Entretanto, acreditamos que análises contextuais (contexto de produção) e intertextuais (a organização da narrativa interna do manuscrito) dos códices, a partir de representações de questões específicas, como o nahualismo, não apenas contribuem para o quadro geral e conceitual do nahualismo, mas pode revelar concepções e aspectos sobre a sociedade que os produziu, em nosso caso, os mixtecos.

O nahualismo, como representado nos códices mixtecos, demonstra a inclusão de agentes não humanos nas narrativas sobre seu passado, e, portanto, a importância dos agentes não humanos nas relações políticas dos senhorios da Mixteca. O nahualismo e suas representações vem sendo estudados enquanto prática mágico-religiosa, com objetivos de reiteração do poder exercido pelas elites através de um sistema de propaganda. Mas, nessa pesquisa, buscamos entender tal fenômeno a partir do âmbito político, não como propaganda ou reiteração do poder coercitivo, fundamento mágico do poder, mas como uma maneira de se fazer política, ou seja, do nahualismo enquanto uma prática cosmopolítica¹⁶, pois criaria um canal de comunicação transespecífico, entre humanos e não humanos. Acreditamos, no entanto, que essas duas hipóteses tampouco são excludentes.

A capacidade de representação do governante mixteco frente à sociedade, não dependeria apenas das relações entabuladas com humanos, como casamentos e as guerras intestinas e contínuas na Mixteca, mas também na conformação de alianças políticas e de sua capacidade de comunicação direta com não humanos, como deuses e outras entidades. O nahualismo, portanto, seria uma dessas formas de relação privilegiada, mas não a única, a qual incluiria também oferendas, jogos de bola e

¹⁶ A cosmopolítica, ou política do cosmos, proposta por Bruno Latour (1994) na antropologia foi um empréstimo da filosofia da ciência de Isabelle Stengers. A cosmopolítica pressupõe que para muitas sociedades não existe distinção entre natureza e cultura, sendo essa distinção um fenômeno da modernidade ocidental e que, portanto, a “política dos homens” é sempre também uma “política do cosmos”.

sacrifícios. Assim, o estudo sobre a política, poder e história das elites mixtecas também deve fixar seu olhar sobre o papel desses agentes não humanos e nas diversas formas de se entabular relações com eles.

Agradecimentos

Esse artigo é resultado da pesquisa de mestrado intitulada “Os agentes nas histórias mixtecas pré-hispânicas e coloniais”. Agradecemos ao apoio da FAPESP concedido através dos processos 2014/09751-1 e 2015/13492-4.

Referências Bibliográficas

Fontes

CÓDICE BODLEY. Edição fac-similar. In: JANSEN, Maarten & PÉREZ JIMÉNEZ, Gabina Aurora. *Codex Bodley: a painted chronicle from the mixtec highlands, México*. Treasures from the Bodleian Library, 1. Oxford, University of Oxford, 2005.

CÓDICE VINDOBONENSE. Edição facsimilar. Introdução e explicação Ferdinand Anders et al. Graz/ México/Madrid: ADV/FCE/SEQC (Códices Mexicanos I), 1992.

CÓDICE ZOUCHE-NUTTALL. Edição facsimilar. Introdução e explicação Ferdinand Anders et al. Graz/ México/Madrid: ADV/FCE/SEQC (Códices Mexicanos II), 1992.

Obras de Referência

ACUÑA, Rene. Relaciones geográficas del siglo XVI: Antequera, tomos I y II. México, Universidade Nacional Autónoma de México, 1984.

Obras historiográficas

ANDERS, Ferdinand & others. *Cronica mixteca. El Rey & venado, Garra de Jaguar, ou la dinastia de Teozacualco-Zaachila. Libro explicativo del llamado Códice Zouche-Nuttall*. Áustria: Akademische Druck-und Verlagsanstalt & México: Fondo de Cultura Económico, 1992a.

_____. *Origen e historia de los reyes mixtecos. Libro explicativo del llamado Códice Vindobonensis*. Áustria: Akademische Druck-und Verlagsanstalt & México: Fondo de Cultura Económico, 1992b.

BYLAND, Bruce E. Tree birth, the solar Oracle, and Achiutla. Mixtec sacred history and the classic and postclassic transition. In: BLOMSTER, Jeffrey P. (ed.) *After Monte Albán: transformation and negotiation in Oaxaca, Mexico*. Colorado, University Press of Colorado, 2008, pp. 331-364

CASO, Alfonso. *Reyes y reinos de la Mixteca*. Tomos I y II. México, FCE, 1977-1979.

FOSTER, George. Nagualism in Mexico and Guatemala. *Acta Americana* 2 (1-2):, 1944, pp. 85-103.

HERMANN LEJARAZU, Manuel A. *Arqueología Mexicana*. Edición especial Códices, nº23: Códice Nuttall. Lado 1: La vida de 8 Venado. México D.F., Editorial Raíces/ INAH, 2007.

_____. *Arqueología Mexicana*. Edición especial Códices, nº29: Códice Nuttall, segunda parte. Lado 2: La historia de Tilantongo y Tezacoalco. México D.F., Editorial Raíces/ INAH, 2009.

JANSEN, Maarten. Símbolos de poder en el México antiguo. In: *Anales del Museo de América*, 5: pp. 73-102, 1997.

JANSEN, Maarten & PÉREZ JIMÉNEZ, Gabina Aurora. *The mixtec pictorial manuscript. Time, agency and memory in Ancient Mexico*. Leiden, BRILL, 2011.

KIRCHHOFF, Paul. Mesoamérica: sus límites geográficos, composición étnica y caracteres culturales. In: *Suplemento Revista Tlatoani*. México: Sociedad de Alumnos de la Escuela Nacional de Antropología y Historia, nº3,. Disponible en: > <http://www.posgrado.unam.mx/mesoamericanos/uploads/docs/Paul%20Kirchhoff.PDF>, 1960.

LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos: Ensaio de Antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 1994.

LIMA, Ana Cristina de Vasconcelos. *Os agentes nas histórias mixtecas pré-hispânicas e coloniais*. 160 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LOPEZ AUSTIN, Alfredo. Cuarenta clases de magos en el mundo náhuatl. In: *Estudios de Cultura Náhuatl*, v.8, 1967, pp. 87-117.

_____. *Cuerpo humano e ideologia. Las concepciones de los antiguos nahuas*. (2 tomos). México, UNAM, 1980.

MARTÍNEZ GONZÁLEZ, Roberto. La animalidad compartida: el nahualismo a la luz del animismo. *Revista española de antropología americana*, vol 40, núm. 2:, 2010, pp. 256-263.

_____. *El nahualismo*. México, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas, Serie Antropológica 19, 2011.

NAVARRETE LINARES, Federico. Nahualismo y poder: un viejo binomio mesoamericano. In: *El héroe entre el mito y la historia*. NAVARRETE LINARES, F. &

OLIVIER, G. (coord.) México, UNAM & Centro francés de estudios mexicanos y centroamericanos, 2000, pp. 155-179.

SANTOS, Eduardo Natalino dos. *Deuses do México indígena: estudo comparativo entre narrativas espanholas e nativas*. São Paulo, Editora Palas Athena, 2002.

_____. *Os códices mexicas: soluções figurativas a serviço da escrita pictográfica*. In: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 14, 2004, pp. 241-258.

_____. *Tempo, espaço e passado na Mesoamérica: o calendário, a cosmografia e a cosmogonia nos códices e textos nahuas*. São Paulo, Brasil, Ed. Alameda, 2009.

Arqueologia do Som: historiografia e metodologia para o estudo das representações simbólicas sonoras

Archaeology of sound: historiography and methodology for the study of the symbolic representations about the sound

*Ana Maria da Silva Gomes de Oliveira Lucio de Sousa*¹

Resumo

A relação entre o homem e a natureza sempre foi considerada importante. Tema também caro para estudos arqueológicos, de modo particular, onde esta relação é frequentemente abordada. O estudo em questão retoma este tema de um ângulo pouco estudado, qual seja o das relações entre paisagem sonora e a dimensão simbólica da natureza, na relação entre o homem e o seu entorno, antes do tempo presente. Nesta análise, para abordar as representações simbólicas trazidas pelo som produzido por artefatos, se faz necessário tomar elementos vindos da Arqueomusicologia, da Acústica, da Arqueologia Experimental, da Etnoarqueologia, entre outras disciplinas. Com este objetivo, este estudo propõe uma reflexão teórica e historiográfica para estabelecer perspectivas, possibilidades e limites para os estudos da Arqueologia do Som.

Palavras-chave: Arqueologia do Som, Arqueologia Experimental, Paisagem Sonora.

Abstract

The relationship between men and nature has always been considered important. This is also a particularly dear theme for archaeological studies, where this relationship is often addressed. The study in question takes up this subject from an understudied

¹ Doutora em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

angle, namely the relations between soundscape and the symbolic dimension of nature, in the relationship between man and his surroundings, before the present time. In this analysis, to address the symbolic representations brought by the sound produced by artifacts, it's necessary to take elements from Archaeomusicology, Acoustics, Experimental Archaeology, Ethnoarchaeology and other disciplines. To this end, this study proposes a theoretical and historiographical analysis to establish perspectives, possibilities and limits for the studies of Archeology Sound.

Keywords: Archaeology of Sound, Experimental Archaeology, Sound Landscape,

Poder pensar sobre as questões que buscam compreender, na relação entre o Homem e a natureza, as representações simbólicas relacionadas ao som produzido por determinados artefatos, situa-se uma das preocupações dos estudos relacionados à Arqueologia do Som. No presente artigo e considerando os seus limites, abordo a reflexão teórico metodológica, presente no processo de aproximação e de diálogo entre a disciplina arqueológica nas suas diferentes abordagens e os estudos antropológicos contemporâneos.

Nestes diálogos podemos situar em especial a Arqueomusicologia, que se dedica ao estudo do fenômeno da música nas culturas do passado, a Arqueologia Experimental que através da pesquisa e experimentação, conduzida por diferentes técnicas, tem como objetivo verificar as fases utilizadas por grupos humanos, para realizar diferentes atividades, junto a Etnoarqueologia, que desenvolve o estudo da cultura material etnográfica partindo de perspectivas arqueológicas.

Neste mesmo sentido, destacamos ainda, a Antropologia Arqueológica cujo projeto visa compreender as comunidades remotas, através dos vestígios materiais e imateriais presentes nas atividades técnicas e culturais humanas e finalmente, a Acústica.

Esta última também denominada Arqueoacústica, caracteriza-se como área voltada para os estudos sobre a relação entre a posição, o conteúdo e as representações da arte rupestre, com os elementos acústicos do lugar onde está localizada. Também estuda a acústica de recintos e monumentos arqueológicos e históricos, para compreender os seus usos e funções, além do estudo acústico sobre os

instrumentos musicais e artefatos produtores de som, para a reconstrução experimental.

Recentemente a Arqueoacústica estuda a relação acústica entre dois ou mais lugares com arte rupestre e as áreas intermediárias destas localizações, contribuindo para os estudos dos elementos sonoros de determinada paisagem.

Assim, com o intento de refletir sobre estas aproximações e diálogos, se faz necessária a compreensão historiográfica que permitiu estas aproximações, para sistematizar os elementos teóricos metodológicos próprios para as propostas de estudos que abordam questões relacionadas aos artefatos sonoros e suas significações.

A música, o som e as formas sonoras, encerram em si uma grande quantidade de comportamentos sociais, simbólicos e ritualísticos que podem responder a questões sobre as culturas passadas, impossíveis de serem reveladas por outros resíduos da cultura material (Benito; Pasalodos 2011: 80).

O estudo da produção sonora humana, pela Arqueologia do Som, ou Arqueologia Sonora, pode contribuir para encontrar tais repostas, ao estabelecer um eixo cultural, desde a Pré-História, percorrendo os diferentes períodos históricos. E neste sentido se encarregar também do estudo das diferentes paisagens sonoras, para pensar os aspectos sonoros do passado, composto por elementos musicais e paramusicais, na elaboração de hipóteses para a reconstrução sonora do passado, tendo como base também os vestígios arqueológicos.

Desta forma, o estudo abordado neste artigo, pretende contribuir para as reflexões que tratam de formas sonoras situadas para além da música, definidas como sons combinados de modo coerente, de forma mais ou menos complexa, segundo um código criado culturalmente (Homo-Lechner 1989: 72-75), que portam diferentes elementos paramusicais.

Para o propósito, de se pensar de modo metodológico e teórico as bases da Arqueologia do Som é importante situar a historiografia que pertence à Arqueologia Musical ou Musicoarqueologia. Esta historiografia tem o seu início no final da década de 1970 quando surgiram estudos investigativos, encontros e congressos, voltados para o conhecimento da música dos nossos antepassados, principalmente sobre a

música da Antiguidade Clássica e o interesse crescente dos estudos sobre a sistematização de instrumentos musicais antigos.

Datam do século XVII, os primeiros estudos sistematizados sobre organologia greco-latina e as tentativas de catalogar, através de ilustrações, os instrumentos musicais até então conhecidos.

No século XVII, desenvolvem-se os interesses pela música grega e romana e, apenas no século XIX, iniciaram-se os estudos voltados para a música do Antigo Egito e da Mesopotâmia, contexto em que os estudos bíblicos passaram a despertar maior atenção e contribuíram para o desenvolvimento de novas pesquisas, diante das possibilidades abertas pelos estudos sobre a escrita cuneiforme e pelas escavações em palácios neo-assírios no Iraque, a partir da década de 1840.

Sem dúvida esclarecer a origem e os caminhos seguidos pela cultura musical Ocidental, tornou-se fundante para as possibilidades de uma disciplina arqueológica sobre a Música e posteriormente sobre o Som. Neste sentido o interesse pela origem da música tornou-se mais consistente com a publicação, em 1943, da obra *O nascimento da música no mundo antigo*, do músico alemão Curt Sachs (1881-1959), onde não são negligenciados dados arqueológicos, para pesquisar a música de culturas desaparecidas.

O estudo de Curt Sachs é dedicado à tarefa de esboçar a história da Música desde os pré-históricos cantos xamânicos até as culturas mais desenvolvidas do Egito e da Grécia. Como exemplo podemos citar ainda a obra do músico italiano Ottavio Tiby de 1942, *La Musica in Grecia e a Roma*, um dos primeiros estudiosos da tradição siciliana.

Estes dois musicólogos foram fortemente influenciados pela vertente evolucionista trazida pelos estudos do pesquisador, musicólogo e antiquário inglês Francis W. Galpin (2011 [1938]), em seu texto, *The music of the Sumerians and their immediate successors, the Babylonians and Assyrians*, considerado um marco para o estudo sistemático da música do Oriente Médio Antigo. Neste estudo as considerações arqueológicas, até então desenvolvidas, são relevantes para a classificação organológica que tem por base as representações iconográficas e pelas transcrições da leitura cuneiforme, em uma tentativa de reconstituir hinos sumérios, utilizando o método comparativo.

Os estudos arqueológicos, por sua vez, possuem uma historiografia que tem a sua origem na Europa do século XV, em trabalhos de caráter especulativo, em torno dos gabinetes de curiosidades que reuniam objetos exóticos. O século XIX, por volta de 1840 até 1914, abrigou o período hoje denominado descritivo classificatório, que se constituiu como uma fase de consolidação, com novos métodos para o trabalho de campo, além da configuração de importantes cronologias regionais, que passaram a ser estabelecidas. Neste período a Arqueologia passa a firmar-se como disciplina que junto à Geologia funda e elabora as bases para os métodos da escavação estratigráfica.

Na América Central, os estudos de J. Stephens (1841), F. Catherwood (1844) e W. Holmes (1895), em Yucatán no México, relacionados aos Maias, revelaram novas contribuições sobre a classificação de artefatos cerâmicos e a tipologia da arquitetura cerimonial.

Neste percurso, até a década de 1960, o diálogo entre Musicologia, Arqueologia e Etnomusicologia ainda não estavam cristalizados. No entanto desenvolveram-se teorias em torno da utilização e função da música para fundamentar as interpretações relacionadas aos artefatos arqueológicos sonoros. Na década de 1969, nos Estados Unidos, surgiram os estudos que fundaram a chamada Nova Arqueologia, que teve como grande interlocutor Lewis Binford, com a publicação de *Archaeology as Anthropology*, de 1962, e *New perspectives in Archaeology*, de 1968, entre outros tantos estudos que levaram a Arqueologia a nunca mais ser a mesma.

O mérito desta escola foi tirar o foco de uma Arqueologia descritiva para uma Arqueologia explicativa, diante dos processos humanos de desenvolvimento com a análise de mudanças e permanências culturais. Posteriormente, na década de 1980 na Inglaterra, surgiu a chamada Escola Pós-Processual ou Arqueologia interpretativa, que foi marcada pelo neomarxismo, pelo antipositivismo e pela hermenêutica.

O pós-processualismo se caracteriza por uma visão relativista do passado e pela convicção de que o passado é algo socialmente construído e possui dentre outros, como representantes, I. Hodder e M.H. Salmon (1981) e I. Hodder (1995). Porém, mesmo nas escolas consideradas acima, ainda não havia muito espaço para a Arqueologia da Música ou para a Arqueologia do Som, ainda que consideradas de valiosa importância nos trabalhos de Hans Hickman (1980).

Na década de 1970 os estudos antropológicos passaram a propor novos enfoques até então pouco abordados, para além da perspectiva econômica e social, como o gênero, os elementos simbólicos e os rituais. Nesta esteira, os estudos sobre a música na Antiguidade e na Pré-História humana multiplicaram-se significativamente, trazendo abordagens que passaram a levar em consideração aspectos da análise organológica tradicional ou de diferentes dados iconográficos, junto a propostas que estão centradas nos contextos arqueológicos. Tais propostas buscam interpretações baseadas na comparação etnográfica com a música de culturas vivas e também as propostas em torno dos usos e funções da música.

Os trabalhos do antropólogo e etnomusicólogo britânico Jonh Blacking (1976) e Cajsja Lund (1981), especialista em músico-arqueologia, que datam do final da década de 1970, tornaram o diálogo entre a Arqueologia e a Musicologia fundamentais para novas análises que foram consolidadas na fundação da International Musicological Society ocorrida em Berkeley em 1977, onde foi fundado o ICTM Study Group for Music Archaeology.

Em 1996 foi criada a ISGMA – International Study Group for Music Archaeology mais centrada nos estudos arqueológicos, com sede na Alemanha no Deutsches Archäologisches Institute, dirigido pelo arqueólogo alemão Ricardo Eichmann.

Assim, com o desenvolvimento e a ampliação dos estudos músico-arqueológicos, os diferentes elementos musicais e paramusicais produzidos por uma variedade de artefatos sonoros, passaram a receber maior atenção de pesquisadores. Tais estudos passaram a abordar novos territórios e cronologias mais amplos, para além da Pré-História e da Antiguidade humana para focar, por exemplo, datações situadas antes do Presente – AP, definido por consenso como 1950 d.C., década da descoberta de Willar Libby sobre o carbono-14 para datação. Estas definições temporais passaram a determinar também especializações arqueológicas definidas como Arqueologia Pré-Histórica e Arqueologia Histórica.

O artefato produtor de som, assim como outros de modo geral, carregam em si uma problemática de fundamental importância: situar se nos encontramos diante de um artefato musical ou um artefato relacionado com a música, para ser analisado de modo organológico, iconográfico, etnomusicológico e acústico. Esta problemática, de

aparente simplicidade, também passou a receber especial atenção e mobiliza estudos e análises fundamentadas em diferentes fontes.

No caso de fontes iconográficas, é de fundamental importância considerar o contexto arqueológico em que aparecem, para que se possa analisar sua função, representação e significações, na sociedade em que foram produzidas. Estas fontes estão presentes em inúmeros materiais arqueológicos que podem, por exemplo, contribuir para situar comportamentos e manifestações relacionados a diferentes instrumentos ou artefatos sonoros em determinados recortes temporais.

Sem dúvida, os registros de cenas com a utilização de artefatos sonoros, tratam de representações de determinado âmbito cultural e neste sentido, para subsidiar aportes analíticos, e leituras sobre a cultura a que pertenceram, devem ser entendidos sempre, sob a luz de determinado ponto de vista interpretativo, fato que conta com o aporte da disciplina arqueológica.

Para estas análises, sem dúvida, são necessários outros tipos de fontes para esclarecer de forma plausível, a representação. As fontes escritas ocupam neste sentido, um importante lugar, ao fornecerem elementos que podem revelar questões sobre o tempo e o espaço onde se dava a ação representada. A análise cuidadosa pode sustentar a tese de que uma representação pode estar tratando de um mito ou do contexto pós-vida que pertence a cosmovisão de determinada cultura.

Neste sentido ainda, o contexto a que pertencem as representações, podem revelar diferentes significados para os mesmos símbolos não apenas na sua cultura de origem como também, posteriormente, nas culturas receptoras, quando ganham outros significados. Um exemplo clássico são as representações cerâmicas do mundo grego que perderam o seu significado narrativo mitológico, como parecem indicar estas representações, em urnas cinerárias com cenas musicais mais, próximas às representações rituais, encontradas na cerâmica ibérica Pasalodos (2009: 637-654).

É neste processo que se tornaram relevantes as contribuições da Etnoarqueologia, desenvolvida na década de 1960, para a Arqueologia do Som especificamente, quando estas disciplinas podem utilizar as mesmas ferramentas, para as análises que permitem a comparação entre antigas culturas produtoras de artefatos musicais e sonoros com culturas vivas nos seus aspectos de usos e funções do som como elemento cultural

Assim se configura a importância dos registros iconográficos para o reconhecimento dos artefatos sonoros de uso comum ou restrito, em diferentes sociedades do passado e em especial aqueles que foram preservados até o tempo presente como o Aerofone de Conímbriga, encontrado na província romana da Lusitânia, na Península Ibérica.

Trata-se de um instrumento musical de sopro do Período Romano; uma flauta de 238 mm, manufaturada em osso com cinco orifícios, procedente das escavações realizadas em Conímbriga, uma povoação romana conquistada em 138 a.C. Porém, de modo geral, os artefatos construídos em material mais resistentes, como o marfim, a prata e outros tipos de metal, comumente relacionados a contextos de enterramentos e de santuários relacionados a determinados cultos, podem ser preservados por mais tempo.

Desta forma, o estudo que busca refletir sobre a função, representação e significados do som para o homem, deve considerar de modo relevante as características que pertencem ao registro arqueológico musical/sonoro para não considerar apenas uma realidade parcial, mas considerar as reflexões vindas de outras implicações contextuais específicas, que permitem o diálogo interdisciplinar.

Assim, no percurso a ser desenvolvido por diferentes propostas de estudo, o fato de poder contar com estes parâmetros, constitui-se em elemento de essencial importância para o intento que busca refletir sobre o som como produção cultural.

Referências Bibliográficas

BENITO, C. G.; PASALODOS, R. J. La música enterrada: Historiografía y Metodología de la Arqueología Musical. Espanha, *Cuadernos de Etnomusicología*, nº1: 80, 2011.

BINFORD, R. L. Archaeology as Anthropology, *American Antiquity*. Chicago, USA, vol. 28, nº2, 1962, pp. 217-225.

BINFORD, S.R.; BINFORD, R. L. *New Perspectives in Archeology*. Eds. Aldine, Chicago, USA, 1968.

BLACKING, J. ãnce, *Conceptual thought and production in the archaeological record*. In. *Problems in economic and social archaeology*. Londres, Duckworth, Sieveking, G. G. Longworth, I. H. y Wilson, K. E., 1976, pp. 3-13.

CATHERWOOD, Fr. *View of Ancient Monuments in Central America, Chiapas, and Yucatán*. Londres, England, Vizetally, 1844.

GALPIN, F. W. *The music of the Sumerians and their immediate successors, the Babylonians and Assyrians*. Londres, England, Cambridge University Press, 2011.

HICKMANN, Hans. *Miscellanea musicologica. Organization des antiquites de l'Egypte*, French, 1980.

HOMO-LECHNER, C. *Archéologue et musique ancienne. La musique dans l'Antiquité, LesDossiers d'Archéologie 142*, Paris, França, novembre, 1989, pp. 72-75.

HOMO-LECHNER, C. *Sons et Instruments de Musique au Moyen Age. Archéologie musicale e dans l'Europe du VII eau XIV siècle*. Paris, França, Ed. Éditions Errance, 1996, pp. 26-27.

HODDER, I.; ORTON, C. *Spatial Analysis in Archaeology*. Londres England, Cambridge: Cambridge University, 1981.

HODDER, Ian. *Interpreting archaeology, finding mean in the past*, Londres, 1995.

HOLMES, W. *Archaeological Studies among the Ancient Cities of Mexico*, Government Printing Office, Washington, D.C. 1895.

LUND, C. The archaeomusicology of Scandinavia. Suécia. *Special Archaeomusicology, World Archaeology 12, 3*, fevereiro, 1981, pp. 246-265.

PASALODOS, J. R. *Arqueología Musical y Etnomusicología: Por una interpretación etnomusicológica de los materiales arqueológicos*. Espanha, *Etno-Folk, Revista de Etnomusicología*, nº 14-15, 2009, pp. 637-654.

STEPHENS, John Lloyd. [1841] *Incidents of Travel in Central America, Chiapas and Yucatán*, Vols. 1 & 2, Reissued by Cambridge University Press, 2010.

TIBY, O. *La Musica in Grecia e a Roma*. Roma, G.C. Sansoni Editore, 1942.

Cidades antigas, objetos e linguagens: resultados finais de um projeto educativo

Ancient cities, objects and languages: final results of an educational project

*Ana Paula Moreli Tauhy*¹

Resumo

Esse artigo apresenta alguns dos resultados obtidos a partir de um projeto educativo realizado com materiais pedagógicos do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga – Labeca, a saber: videodocumentário “Siracusa Cidade Antiga”, mapas, plantas, fotografias e desenhos de reconstituições provenientes do banco de dados do laboratório e maquetes de cidades gregas antigas. Como público alvo, foram selecionadas duas turmas do 1º. Ano do Ensino Médio da Escola de Aplicação da FE/USP. As atividades tinham como objetivos: divulgar a produção do Labeca, ampliando a visão sobre a Grécia antiga comumente presente na escola; trabalhar com os alunos o fazer ciência, por meio da Arqueologia; exercer o pensamento crítico em relação às linguagens que representam objetos; e despertar o olhar do público para o universo das coisas materiais.

Palavras-chaves: Educação – Museu – Cidades – Arqueologia Mediterrânea

Abstract

This article describes some results obtained from an educational project carried out with the DVD “Siracusa Cidade Antiga” (“Syracuse, Ancient City”), maps, plans, photographs, reconstructions and models of ancient Greek cities developed by the Laboratory for the Study of the Ancient City (Labeca – MAE/USP). Two classes of the

¹ Mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP

1st. year of High School from the Escola de Aplicação of the Faculty of Education at the University of São Paulo were selected. The activities aimed at presenting and testing Labeca's products with the audience, seeking to expand their vision of ancient Greece, commonly presented in school. Students were also presented to the archaeological scientific thinking, to the diversity of languages used to represent objects and to how these languages must be criticized, drawing the students' attention to the material things surrounding them.

Keywords: Education – Museum – Cities – Mediterranean Archaeology

Introdução

Este artigo tem por objetivo divulgar um experimento educativo realizado durante o ano de 2013 que resultou em minha dissertação de mestrado intitulada “Alfabetização do olhar: aprender pelos objetos e suas representações”, defendida no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo em outubro do mesmo ano, com a orientação da Profa. Elaine F. Veloso Hirata². O experimento em questão foi desenvolvido com duas turmas do 1º ano do Ensino Médio da Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e tinha como proposta e desafio trabalhar com os estudantes cidades gregas antigas na sua materialidade, trazendo-as para a realidade das cidades atuais. Para isso foram utilizados objetos arqueológicos e objetos contemporâneos, além de diversas linguagens usadas para a representação dessas cidades. Para que todo o processo possa ser compreendido, este artigo terá a seguinte estrutura: primeiramente, serão explicitados os antecedentes que resultaram no experimento, ou seja, as aplicações de alguns materiais pedagógicos resultantes de anos de pesquisas no âmbito do Labeca – Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga. Estas tentativas iniciais foram as responsáveis pelo desenho final do experimento. Em seguida, o foco mudará para o

² Agradecimentos: À Professora Elaine Farias Veloso Hirata, orientadora da dissertação de que trata o artigo; a Judith Mader Elazari, educadora do MAE/USP, a Gustavo Peixoto e a Isabel Catanio, pelo auxílio nas atividades desenvolvidas com os alunos da Escola de Aplicação; a Regina Helena Rezende, pela grande colaboração nos experimentos que antecederam o projeto relatado neste artigo, e aos professores Fábio Bezerra de Brito, Maria José de Rosis e Maria Conceição Cabrini pela confiança e parceria.

experimento em si, com explicações sobre as bases teóricas que o sustentam, a escolha do público-alvo, a definição dos objetivos e da estrutura prática pensada para o projeto. Na sequência, surge o tema da avaliação do experimento. Este é o momento em que ficarão claras as estratégias pensadas para que determinados fins fossem alcançados. Por fim, serão apresentados alguns resultados selecionados para este artigo, os quais não esgotam de forma alguma tudo o que foi produzido no âmbito do experimento e que está devidamente registrado na dissertação de mestrado.

Os antecedentes

O Labeca – Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga – foi fundado em 2006, no MAE/USP, com o intuito de ser um local de reflexão sobre a sociedade grega antiga por meio do estudo da espacialidade das suas cidades. Além disso, o Labeca também se caracterizou pela vocação bastante destacada de difundir o conhecimento produzido por seus pesquisadores para públicos variados, desde o professor do ensino básico até especialistas na área. Desde a sua fundação até 2015, o laboratório esteve vinculado a dois projetos temáticos financiados pela FAPESP, o que possibilitou uma grande produção de materiais, os quais serão citados neste artigo.

Um deles é o videodocumentário “Siracusa Cidade Antiga”, dirigido por Silvio Cordeiro. O vídeo, que é de 2009, mostra uma expedição realizada pela equipe do Labeca na cidade siciliana de Siracusa, com o intuito de contar a visão de alguns de seus moradores em relação à materialidade da cidade e tudo o que decorre dela, ainda mais considerando os vários povos que passaram pela região, antes mesmo dos gregos antigos. Suas histórias pessoais se misturam com a história que emana da espacialidade dessa cidade milenar. Outro recurso pedagógico do Labeca são suas maquetes. A princípio feitas com o intuito de proporcionar uma melhor visualização da organização espacial das cidades gregas antigas de Selinonte, Poseidônia, Priene e Olinto para seus pesquisadores, as maquetes se revelaram um grande sucesso com o público escolar. Apesar da simplicidade com que foram confeccionadas, afinal, são feitas de madeira monocromática e não contam com detalhes lúdicos e refinados, as maquetes possibilitam o contato com a terceira dimensão, sem necessitar do uso de alguma tecnologia mais complicada e não cotidiana. Por fim, não se pode deixar de

mencionar um último, mas não menos importante produto do Labeca: seu banco de dados, que recebeu o nome de *Nausitoo*. Na verdade, o projeto de criação de um banco de dados e imagens acompanha o Labeca desde sua fundação, pois sempre foi uma preocupação do laboratório reunir e organizar imagens das cidades gregas antigas, fossem elas retiradas de livros e teses ou então obtidas por meio dos trabalhos de campo feitos por seus pesquisadores. Assim, o *Nausitoo* conta hoje com mais de seis mil imagens, entre fotografias, mapas, plantas e desenhos de reconstituição, todas de alguma forma relacionadas às cidades gregas antigas.

Tendo por base, portanto, estes materiais pedagógicos, alguns experimentos foram pontualmente pensados desde 2009, seguindo a vocação do Labeca de difusão do conhecimento aos mais diversos públicos. O primeiro destes experimentos foi realizado a partir de fevereiro de 2010, e consistiu no acompanhamento, por meio de reuniões³ mensais no MAE/USP, do uso do videodocumentário “Siracusa Cidade Antiga” em sala de aula por duas professoras: Maria José de Rosis, que aplicou o material com três turmas de 3º ano do Ensino Médio da Escola Estadual de 1º e 2º graus Emygdio de Barros, localizada no bairro do Butantã, em São Paulo; e Maria Conceição Cabrini, que apresentou o DVD a três turmas de 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Nossa Senhora das Graças, o “Gracinha”, situado no bairro do Itaim-Bibi, também na cidade de São Paulo. Utilizando o vídeo como disparador, as duas professoras puderam trabalhar a relação das cidades contemporâneas com seus moradores, levantando questões comuns como meio ambiente, urbanização, moradias, mas adaptando-as aos projetos já existentes em cada escola.

Em janeiro de 2011, foi a vez da estreia das maquetes no evento “Férias no MAE”, atividade oferecida pelo Museu à comunidade externa. Nessa ocasião, crianças de 11 a 14 anos (algumas delas eram da comunidade São Remo, vizinha do MAE) passaram duas tardes manuseando objetos arqueológicos, conhecendo o trabalho do arqueólogo e conversando sobre as cidades gregas antigas e a cidade de São Paulo de hoje. As crianças puderam ver, além das maquetes, algumas plantas e fotografias das cidades apresentadas. Finalizaram as duas tardes com a produção de desenhos e jogos

⁽²⁾ No MAE/USP, as reuniões eram acompanhadas pela docente do Museu, Elaine Hirata, pela educadora do Museu, Judith Mader Elazari, por Ana Paula Moreli Tauhyl, mestranda no período em questão, e pelo diretor do videodocumentário, Silvio Cordeiro.

de mímicas sobre locais de São Paulo. A atividade se repetiu em duas tardes nas férias de julho do mesmo ano, desta vez com crianças mais novas, de 8 a 10 anos. Contudo, a dinâmica foi bastante similar ao experimento de janeiro, com a diferença do uso da argila como produto final. As crianças, que já haviam desenhado a planta de uma casa no dia anterior, terminaram a atividade construindo com a argila o que haviam desenhado, reproduzindo a relação planta/maquete que fora apresentada.

As professoras anteriormente citadas continuaram a utilizar o videodocumentário em sala de aula no ano seguinte (2011), com novas turmas. Em conjunto com os projetos de cada escola, foi adicionada uma nova atividade: uma visita ao MAE/USP, onde as turmas participariam de uma dinâmica semelhante àquela realizada em janeiro do mesmo ano, nas férias. Em abril, portanto, três turmas do 3º ano do Ensino Médio do Emygdio de Barros visitaram o Museu em três manhãs, após terem discutido em sala de aula questões como o uso da água nas cidades modernas e sua relação com o planejamento urbano. Já no Museu, os alunos conheceram as maquetes das cidades gregas, além de manipularem mapas, plantas e fotografias. Toda a atividade se baseou no exercício de comparar o planejamento das cidades antigas com as atuais, principalmente a cidade de São Paulo, por meio dos diversos materiais com os quais os estudantes tomavam contato. As três turmas ainda não haviam assistido ao DVD, o que fariam em breve. Também estava planejada pela professora Maria José uma visita ao centro de São Paulo.

Dinâmica semelhante foi pensada pela professora Conceição, responsável por três turmas do 9º ano do Ensino Fundamental do “Gracinha”. Em junho do mesmo ano, os alunos em questão visitaram o MAE/USP para a atividade com os materiais citados. Diferentemente do caso anterior, os estudantes já haviam visto o DVD, fato este que acrescentou mais uma linguagem à discussão, suscitando também comentários sobre a parcialidade dos registros que estavam sendo trabalhados, questão bastante presente no filme. Por fim, em outubro de 2011, a professora Mara Cristina Gonçalves, responsável pela disciplina de História na ETEC Dr. Emílio Hernandez Aguilar, de Franco da Rocha, levou ao Museu duas turmas do 1º ano do Ensino Médio para uma atividade semelhante àsquelas realizadas com as outras duas escolas. Nesse caso, os alunos também já haviam assistido ao DVD. Digno de nota é o fato de a professora realizar com os estudantes confecção de maquetes de cidades

gregas antigas na ETEC. Além de haver por parte deles a familiaridade com essa linguagem, o Labeca pôde colaborar fornecendo-lhes imagens do seu banco de dados, o que tornou a ocasião a primeira vez em que um público não universitário utilizou o acervo do laboratório.

As três experiências descritas resultaram em grande sucesso, de acordo com a opinião dos estudantes durante as atividades, com o retorno dado pelas professoras e com as impressões obtidas pelos educadores participantes. Após a realização dos primeiros testes, chegava a hora do planejamento de um experimento completo, em que tudo pudesse ser devidamente pensado e avaliado.

O experimento

As atividades anteriores haviam trabalhado com as seguintes linguagens: a audiovisual, por meio do vídeo-documentário “Siracusa Cidade Antiga”, a visual, através dos mapas, das plantas, das fotografias e dos desenhos de reconstituição e, por fim, as maquetes. Em comum, o uso de todas elas almejava ir muito além da mera ilustração. O intuito era, primeiramente, o de explicitar o que cada uma delas tinha de único em relação às outras. Em segundo lugar, os materiais deveriam ser sempre questionados, para que ficasse claro que todos eles carregam um objetivo e um discurso escolhido, entre outros possíveis. Faltava um tipo de material, que se encaixasse na atividade tanto em termos de ser outra linguagem, quanto em relação a fazer parte de uma espécie de escala. Ora, se as experiências anteriores falavam de cidades e se a abordagem a elas era feita utilizando desde mapas até fotografias de locais específicos, passando pelas plantas e pelas maquetes, faltava algo menor nesse “zoom”. Além disso, considerando que a Arqueologia estava presente para auxiliar nessa viagem pelo mundo material e que tudo estava se passando no ambiente de um Museu, o Museu de Arqueologia e Etnologia, a lacuna deveria ser preenchida pelo objeto. Manusear um objeto, entender do que foi feito, como foi feito, para que foi feito e as histórias que tais materiais contam, passariam a integrar o experimento.

Portanto, conhecer as linguagens, ser capaz de utilizá-las e desenvolver um pensamento crítico em relação a elas era um dos objetivos deste projeto. Um segundo seria o de trabalhar com os alunos o fazer ciência, por meio da Arqueologia, ou seja,

entender como o arqueólogo constrói seu raciocínio para investigar o que está ao seu redor. Para que os dois objetivos citados se concretizassem, um tema seria necessário: o mundo grego antigo e suas cidades. Isso configuraria mais um objetivo, portanto, o de ampliar a visão dos alunos de hoje, que vivem nas cidades de hoje, sobre esse Mediterrâneo da Antiguidade. E, por fim, um quarto e não menos importante objetivo (ou talvez aquele que englobe todos, sendo o fim último), era o de despertar nos estudantes um olhar diferente para o mundo material, inquisidor, que desconstrua o que vê, que interprete a materialidade como textos são interpretados e questionados. Daí vem o título da dissertação da qual trata este artigo: alfabetização do olhar. A expressão “alfabetização do olhar”, neste caso, é utilizada como analogia ao ato de aprender as primeiras letras, momento muitas vezes de grande entusiasmo na vida das crianças, quando tudo o que é visto é lido. O que se queria com o experimento não era ensinar uma forma de ler as coisas (obviamente, as pessoas leem os objetos o tempo todo, desde sempre), mas incentivar um olhar mais aprofundado e crítico, ou seja, relacional, à medida que o inseria na prática social do grupo.

Quanto ao público-alvo escolhido para o projeto, a seleção das duas turmas do 1º ano do Ensino Médio da Escola de Aplicação da FE/USP se deu basicamente por três motivos. O primeiro deles é a proximidade da escola com o MAE/USP. A proximidade é geográfica, mas também é de vocação, uma vez que, como o próprio nome diz, existe uma relação entre a escola e a universidade, no que concerne à aplicação de experimentos educativos. E tal vocação já havia sido colocada em prática em atividades anteriores com o Museu⁴. Em segundo lugar, a escolha se deveu pela heterogeneidade das turmas. Depois de realizar experimentos educativos com estudantes de escola pública, de escola particular e de escola técnica, trabalhar com alunos filhos de docentes e funcionários da Universidade e também com aqueles oriundos da comunidade externa poderia trazer uma dinâmica diversa do que havia sido feito.

⁽³⁾ Em relação às atividades envolvendo especificamente a Escola de Aplicação da FE/USP, existe uma sistematização de documentação primária, disponibilizada pelo MAE/USP, que pode ser acessada em Tauhyl (2013). Para relatos de atividades educativas realizadas pelo MAE/USP na área de Arqueologia Mediterrânea com um público mais geral, ver os artigos de Suano (1968), Hirata (1985), Hirata et al. (1898), Elazari (1991; 1992) e Peixoto (1994).

Antes da descrição do experimento, é importante frisar alguns autores que muito auxiliaram na concepção teórica deste projeto. Um deles é Paulo Freire. Sua Educação para a liberdade, que leva a um questionamento contínuo e a um olhar crítico perante o mundo (Freire 1979) é a base sobre a qual se assenta o conjunto de atividades. Afinal, o grande objetivo é ir contra o ocultamento da realidade, a falta de nitidez cotidiana, por meio de uma Educação que almeje o esclarecimento das coisas (Freire; Shor 1986, p. 36), e que procure discutir e tornar os alunos mais conscientes das contradições da sociedade (Freire; Shor 1986: 86).

Sendo o Museu o cenário deste projeto, é importante especificar qual o tipo de instituição ideal neste contexto: um local de problematizações, que abandone a pretensão de apresentar uma história “verdadeira” e que estimule a capacidade crítica. Nas palavras de Ulpiano Bezerra de Meneses:

A capacidade crítica é, precisamente, a capacidade de separar, distinguir, circunscrever, levantar diferenças e avaliá-las, situar e articular os inúmeros fenômenos que se entrelaçam na *complexidade* da vida de todos os dias e nas transformações mais profundas do tempo rápido ou lento. (Meneses, 2000, p. 94; grifo do autor).

Especificamente em relação ao MAE/USP, museu universitário e antropológico, a vocação para tal estímulo é ainda mais urgente, assumindo tal exercício como missão:

Nesta direção, é fundamental trabalharmos na perspectiva da percepção crítica sobre o mundo em que vivemos a partir da sensibilização em relação ao universo da cultura material, ou seja, dos objetos contextualizados/musealizados em suas mais distintas áreas de saber. (Vasconcellos 2005: 296).

Para que os objetivos propostos fossem alcançados, dois autores se tornaram fundamentais no planejamento das atividades. Falk e Dierking (2002) entendem que o sucesso de uma atividade com o público se dá em três esferas: pessoal, social e físico. Ou seja, para que a experiência seja melhor lembrada, a atuação do educador e/ou do espaço em questão deve atingir as três esferas de modo satisfatório. Os autores entendem o ato de aprender como a consolidação de antigas informações, de forma gradual e lenta. Portanto, planejar uma visita ao Museu, por exemplo, se tornou um exercício onde houve preocupação com os três contextos, com o intuito de criar uma

experiência única e agradável, para que esta se fixasse na memória dos alunos, abrindo caminho para a aprendizagem de que falam os autores.

Tendo recebido uma resposta positiva da Escola da Aplicação quanto ao projeto em meados de julho de 2012, uma primeira reunião foi realizada em 02 de agosto com o professor de História Fábio Bezerra de Brito para o planejamento de três encontros com as duas turmas do 1º ano do Ensino Médio. As atividades começaram duas semanas depois desta primeira reunião e se configuraram deste modo: um primeiro encontro ocorreu no dia 16 de agosto para a apresentação do projeto (com o intuito de situar o público e reduzir a ansiedade, conforme Falk e Dierking 2002) e do DVD “Siracusa Cidade Antiga” aos alunos. Nesta ocasião, houve também uma discussão posterior sobre o conteúdo do filme e a linguagem audiovisual. Além da educadora Ana Paula Tauhyl, a dinâmica contou com a participação do estagiário do Labeca Gustavo Peixoto. A atividade no Museu aconteceu em dois dias diferentes, cada dia com uma turma. Portanto, nas tardes dos dias 22 e 29 de agosto, os alunos foram ao MAE para entrarem em contato com mapas, plantas, fotografias, desenhos de reconstituição e maquetes das quatro cidades gregas antigas. Nesta oportunidade, foram discutidas as especificidades de cada linguagem utilizada para representar tais cidades (Fig. 1). Além disso, foi apresentado o trabalho do arqueólogo e os diversos objetos dos quais ele se ocupa. Nesse encontro esteve sempre presente a preocupação em trazer elementos das cidades modernas, principalmente da cidade de São Paulo. O filme visto no encontro anterior também foi retomado nas discussões realizadas no Museu. Essa dinâmica contou com o auxílio da docente do MAE/USP Elaine Hirata, da educadora do MAE/USP Judith Mader Elazari, da bolsista do Labeca Isabel Catanio e do estagiário Gustavo Peixoto.



Fig. 1: Alunos fazendo exercício de comparação entre a planta e a maquete de Olinto. Fotografia: Paulo Rogério Soares (2012).

Por fim, na manhã do dia 13 de setembro, Ana Paula e Gustavo retornaram à Escola para uma última atividade: o manuseio de objetos arqueológicos e contemporâneos. Este encontro objetivava o exercício do olhar cuidadoso em relação aos objetos, aproximando-se, de certa forma, do ofício do arqueólogo. Para isso foram utilizadas duas réplicas de moedas antigas (uma grega e outra romana), duas moedas originais (uma grega antiga e uma moeda atual de 1 real), um vaso grego antigo pequeno, original, e uma vasilha contemporânea, de plástico, tipo “Tupperware”. Novamente, assim como na visita ao Museu, além de realizar a dinâmica em si, havia também a preocupação de relembrar com os alunos os encontros anteriores, explicitando o “zoom” que norteava o projeto (de uma cidade até um simples objeto) e como isso era feito por meio das linguagens apresentadas. Obviamente, sem deixar de lado o pensamento crítico sobre a produção das representações, na busca por entender o discurso e os objetivos presentes em cada uma delas.

A avaliação

Antes de qualquer atividade, era essencial que os alunos fossem conhecidos pela equipe participante do projeto. Portanto, pensou-se um questionário inicial que foi aplicado logo no primeiro encontro (16 de agosto), o qual os indagava sobre três

aspectos: dados pessoais e familiares (com algum destaque para o tempo de vínculo do aluno com a Escola e com a cidade de São Paulo, e se existia o hábito de visitar museus), o contato com a Arqueologia (se havia interesse pelo tema, se já tinha ouvido falar, se sabia o que era e se considerava a disciplina importante) e questões sobre Grécia antiga (descrição do que vinha à mente sobre o assunto e uma pergunta sobre em que ano escolar havia visto o tema em sala de aula).

Um segundo questionário foi aplicado no terceiro encontro (dia 13 de setembro – na manhã do manuseio de objetos). A opção por essa data teve como objetivo livrar a visita ao MAE da sombra de qualquer atividade que demandasse escrita por parte dos alunos, a fim de que a dinâmica não exigisse deles uma resposta imediata que pudesse ser encarada como enfadonha ou desagradável. Este questionário era composto por seis perguntas, quatro de múltipla escolha e duas dissertativas. Cada cidade apresentada tinha uma pergunta correspondente: uma delas era para averiguar se os alunos haviam entendido o significado das linhas tracejadas na planta de Olinto; outra tratava de questionar uma medida específica da planta de Poseidônia, que deveria ser calculada com base na escala disponível; e ainda uma terceira questionava o significado de uma área específica da planta de Selinonte, pergunta que poderia ser respondida com base no que foi discutido no Museu. Já sobre a cidade de Priene, perguntou-se quais as construções que poderiam ser identificadas no desenho de reconstituição impresso no questionário, lembrando os alunos que tais construções também faziam parte da cidade de Siracusa, vista no vídeo, e que representações deste tipo contam com certa dose de imaginação, com o intuito de retomar o tema da desconstrução crítica das linguagens. A outra questão dissertativa pedia aos alunos que diferenciassem uma planta de uma maquete e, por fim, a última pergunta de múltipla escolha indagava qual era o vínculo do estudante com a Escola de Aplicação. O objetivo da questão era saber se o aluno era ligado a algum docente, funcionário ou a algum membro da comunidade externa da USP. Essa questão fora feita no primeiro questionário de forma dissertativa. Contudo, por não ter sido compreendida pelo público, foi reformulada para se tornar mais clara.

O último questionário foi aplicado em novembro de 2012, em um quarto encontro, na Escola, exatos 70 dias depois do terceiro encontro com os alunos. Apesar

de existir a preferência por um intervalo de tempo maior entre o último encontro e a aplicação, a duração do intervalo se baseou mais na disponibilidade de agenda do professor. Este último conjunto de perguntas tinha três objetivos: coletar a opinião dos alunos sobre todo o projeto (do que mais eles haviam gostado, do que eles menos haviam gostado), comparar a visão que tinham sobre Arqueologia e Grécia antiga antes do experimento com a visão adquirida depois do experimento (se acreditavam agora saber mais sobre os temas e o que vinha à mente deles em relação à Arqueologia e à Grécia Antiga depois dos encontros) e, por fim, aplicar tudo o que fora visto em um exercício final, em que os alunos deveriam se imaginar como arqueólogos no futuro. Eis o enunciado:

Durante os nossos encontros, vimos que os objetos e as construções podem nos dizer muita coisa. Vejamos alguns exemplos. A presença de uma muralha em uma cidade pode significar um período de guerras e disputas; um templo gigantesco pode indicar a grande importância da religião para uma população. Agora vamos pensar um pouco sobre a cidade de São Paulo. Escolha algum edifício, uma rua, um monumento ou um objeto da cidade. Vamos imaginar que muito tempo se passou e que agora você é um arqueólogo estudando São Paulo. Escreva abaixo o que você escolheu e quais as informações que você pode conseguir observando esse objeto (Tauhyl 2013).

Tanto o último exercício proposto como as questões que perguntavam aos alunos sobre o que vinha à mente deles se basearam na concepção de aprendizagem de Falk e Dierking (2002). Ou seja, a intenção era saber o que havia marcado os alunos e que, provavelmente, permaneceria com eles, mesmo depois do final das atividades.

Junto aos questionários, foram analisados também os relatos dos educadores participantes do projeto, o relato do professor e o trabalho final dos alunos, que versava sobre as impressões obtidas a partir de cada um dos encontros, bem como a explicitação dos pontos fortes e fracos do projeto.

Os resultados

Os materiais utilizados para a avaliação produziram muita informação, que vai desde o perfil das duas turmas até o diagnóstico do imaginário dos alunos em relação à Arqueologia e à Grécia Antiga (e a mudança sobre esse imaginário que ocorreu após o projeto). Ademais, cada encontro foi avaliado pelos educadores participantes, no intuito de entender se o objetivo proposto foi alcançado, e de elencar os pontos

positivos e negativos do experimento. Coube ao professor avaliar, por meio também de seu relato, a interação da atividade como um todo com seus alunos, a partir de uma posição externa, mas ao mesmo tempo interna, uma vez que esteve durante todo o tempo de certa forma participando das dinâmicas. Cabe aqui neste artigo destacar alguns resultados, que são uma pequena parte de toda a produção apresentada na dissertação de mestrado. Assim, optou-se por explicitar neste espaço os resultados concernentes principalmente ao último questionário, comparando as respostas das questões sobre Arqueologia e Grécia antiga deste questionário com aquelas relativas aos mesmos temas no questionário inicial.

Questionados se achavam que a visão deles sobre a Grécia antiga havia mudado após o projeto, 75% dos alunos do 1º EM I acreditavam que sim, enquanto que 21% disseram que não. 4% afirmaram que a visão sobre o tema não mudou, mas que aprenderam com a atividade. Quanto ao 1º EM II, os números são bastante semelhantes: 77% disseram que a visão sobre a Grécia antiga havia mudado, 18% consideraram não ter havido mudança e 5% declararam que aprenderam mais sobre o assunto, apesar de não terem notado tal mudança de visão. Em relação à Arqueologia, a questão indagava se os alunos acreditavam que sabiam mais sobre o tema depois do projeto. No 1º EM I, 68% disseram que sim, 29% que não e 3% não responderam. Já para o 1º EM II, os números são os seguintes: 73% sim e 27% não.

Para a questão: “Depois das atividades que desenvolvemos nos últimos meses, o que vem a sua mente quando o assunto é Grécia antiga?”, as palavras respondidas pelos alunos foram divididas em categorias, que agrupavam termos pertencentes a temáticas semelhantes, a fim de que pudessem ser comparadas visualmente, por meio do Tag Cloud⁵, com as respostas fornecidas pelos mesmos no primeiro questionário. Os Tag Clouds que representam as respostas do 1º EM I podem ser vistas nas Figs. 2 e 3:

⁽⁴⁾ Representação visual do número de ocorrências das palavras citadas pelos alunos; quanto maior o número de ocorrências, maior o tamanho da palavra.



Fig. 2: Tag Cloud de ocorrências de palavras para o 1º EM I, referentes ao questionário inicial.



Fig. 3: Tag Cloud de ocorrências de palavras para o 1º EM I, referentes ao questionário final.

Já as respostas do 1º EM II aparecem nas Figs. 4 e 5:



Fig. 4: Tag Cloud de ocorrências de palavras para o 1º EM II, referentes ao questionário inicial.



Fig. 5: Tag Cloud de ocorrências de palavras para o 1º EM II, referentes ao questionário final.

As duas turmas trazem respostas bem semelhantes. O destaque fica para a palavra “Guerra”, que permanece com forte presença nos dois momentos. Pelas conversas durante os encontros e pelas respostas a outras questões, a influência do cinema é bastante percebida no imaginário dos alunos. Logo na sequência, aparecem expressões relacionadas à organização das cidades e ao planejamento urbano, as quais não estavam presentes nas respostas do questionário inicial. As atividades realizadas aparecem, de certa forma, nas palavras ligadas à arquitetura, muralhas, religião e templos (com maior destaque no 1º EM I). No questionário inicial não havia menção às influências gregas no presente, fato que pode estar relacionado ao conteúdo do vídeo-documentário “Siracusa Cidade Antiga”. Outra novidade é a pouca citação das famosas (no mundo escolar e talvez no imaginário popular) Atenas e Esparta no último questionário. Já em relação às cidades trabalhadas, Poseidônia teve uma menção. É interessante notar que, no último questionário, ao contrário do primeiro, houve maior incidência de frases, ao invés de palavras soltas. Aquelas foram agrupadas em

categorias, quando possível. Quando isso não ocorreu, optou-se por reproduzi-las como foram escritas (assim como as palavras). A título de exemplo, algumas frases agrupadas na categoria “Cidade/Organização”:

Uma enorme organização interna que se repetia nas cidades (44⁶, 1º EM II, 2013).

Cidades que agora estão completamente diferentes, as organizações de espaço que eram sempre certinhos, não eram nos mesmos lugares, mas todos possuíam (51, 1º EM II, 2013).

Agora, em relação à categoria “Identidade”:

[...] moedas que circulavam pelas cidades, trazendo aspectos culturais de cada uma (44, 1º EM II, 2013).

Quase todas as cidades vinculadas à Grécia Antiga supervalorizam os templos porque eles são a identidade da cidade [...] (49, 1º EM II, 2013).

Por fim, a respeito da última questão dissertativa, que buscava fazer com que o aluno aplicasse tudo o que havia visto no projeto, a partir do exercício de um “olhar arqueológico”, algumas respostas merecem ser destacadas:

O metro. O metro é um meio de transporte expresso e isso indica a necessidade de transportar uma grande quantidade de pessoas de um modo prático e rápido. Isso indica uma sociedade onde o trabalho é intenso e urbano (9, 1º EM I, 2013).

Ponte metálica. Se eu fosse um arqueólogo e achasse essa ponte eu diria que era um povo bom de matemática, já havia transporte (carros) na época em que eles viviam (55, 1º EM II, 2013).

Um prédio residencial. Com este edifício, é possível perceber que tentaram botar um número muito grande de pessoas em um mesmo lugar (50, 1º EM II, 2013).

⁽⁵⁾ Cada aluno recebeu um número, garantindo assim, seu anonimato.

Eu escolhi a Catedral da Sé. Ela nos transmite a parte religiosa da nossa sociedade. Por ela podemos ver o poder e a riqueza que a Igreja tinha (1, 1ª EM I, 2013).

Considerações finais

Este artigo procurou descrever, mesmo que brevemente, as atividades educativas desenvolvidas no âmbito de um projeto de mestrado vinculado ao Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga. Os resultados apresentados neste espaço não esgotam tudo o que foi produzido durante os três encontros, uma vez que um recorte bastante limitado foi escolhido. Contudo, estes poucos exemplos selecionados já indicam que os objetivos propostos foram alcançados. A divulgação dos recursos pedagógicos do Labeca chegou a mais uma escola, novas cidades gregas antigas passaram a ser conhecidas, as diversas linguagens utilizadas para representar o objeto de estudo do arqueólogo foram trabalhadas e problematizadas e, como foi possível notar, pelas respostas dos alunos, houve o exercício de observação ao mundo material, aplicado também em relação às cidades modernas. Apesar de as cidades estarem em contextos históricos e geográficos completamente diferentes, o exercício de olhar o outro para que seja feita uma reflexão sobre si mesmo é fundamental e pode ser o caminho para uma sociedade mais tolerante, mais reflexiva e mais integrada ao ambiente em que está inserida. Vale registrar, por fim, que a próxima exposição do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP intitulada “*Polis: Viver na Cidade Grega Antiga*” deve parte significativa de sua concepção e objetivos aos resultados do experimento acima descrito.

Referências Bibliográficas

- ELAZARI, Judith M. Projeto: Museu vai à escola à noite. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 01. 1991, pp. 201-202.
- ELAZARI, Judith M. Projeto: Crianças no museu. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 02. 1992, pp. 161-162.
- FALK, John H.; DIERKING, Lynn D. *The museum experience*. Whalesback Books, Washington. 2002.

- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 12. ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro. 1979.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Tradução de Adriana Lopez. Paz e Terra, Rio de Janeiro. 1986.
- HIRATA, Elaine. Relato das experiências educacionais do MAE: 1981 - 1982. *Dédalo*, v. 24. 1985, pp. 11-20.
- HIRATA, Elaine; ELAZARI, Judith M.; PEIXOTO, Denise C. C.; DEMARTINI, Celia M. C. Arqueologia, educação e museu: o objeto enquanto instrumentalização do conhecimento. *Dédalo*, v. 27. 1989, pp. 11-46.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. *Ciências & Letras, Faculdade Porto-Alegrense de Educação*, v. 27. 2000, pp. 91-101.
- PEIXOTO, Denise C. C. Museu e Educação: reflexões acerca de uma metodologia. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 4. 1994, pp. 203-206.
- SUANO, Marlene. Uma experiência de visita programada ao Museu de Arte e Arqueologia. *Dédalo*, v. 8. 1968, pp. 51 - 55.
- TAUHYL, Ana Paula Moreli. *Alfabetização do olhar: aprender pelos objetos e suas representações*. (Dissertação de Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.
- VASCONCELLOS, Camilo de Mello. A função educativa de um museu universitário e antropológico: o caso do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. *Cadernos CEOM*, v. 21. 2005, pp. 289-298.

Arqueologia forense: a ditadura militar brasileira em perspectiva

Forensic archaeology: brasilian military government in perspective

*André Campos de Camargo*¹
*Luccas Eduardo Castilho Maldonado*²

Resumo

O presente texto mostra a importância da arqueologia forense como produtora de enunciados capazes de revelar aquilo que estava encoberto sobre o passado recente de nosso país. Para tanto, iniciaremos nosso percurso delineando o que pode ser entendido por arqueologia. Em seguida, buscaremos compreender o papel social que o arqueólogo pode ocupar.

Palavras-chave: Arqueologia Forense. Enunciados. Ditadura Militar Brasileira. Social.

Abstract

This text exposes the importance of forensic archaeology as producer statements capable reveal that what was hidden about the recent past of our country. In this manner, we start our way outlining what can be understood about archaeology. Next, we seek to understand the social role that the forensic archaeologist would occupies.

Keywords: Forensic archaeology. Statements. Brazilian Military Government. Social.

¹ Graduado em História (FREA), Mestre em Educação (UNICAMP), camargo.andre.campos@gmail.com

² Graduando em História (USP), luccas_eduardo@hotmail.com

Introdução

A forma como o imaginário³ coletivo e/ou pessoal é construído sempre foi uma preocupação das ciências humanas. Se durante os séculos anteriores os enunciados⁴ impulsionavam lentamente as mudanças no imaginário, em nossas sociedades atuais, por serem disseminadas com maior rapidez, acabam por possibilitar uma transformação mais acelerada do imaginário. Tal processo se deve a combinação de novas e antigas tecnologias de comunicação utilizadas por diferentes centros produtores de conhecimento e informação, o que gera, por um lado, em muitos casos, uma falta de criticidade em relação aquilo que se recebe como verdade, e por outro, um imaginário muitas vezes assujeitado aos padrões estabelecidos.

No contexto brasileiro o imaginário coletivo sobre o passado recente do país está envolto em uma série de problemáticas. Parte destas questões dizem respeito ao modo de como os enunciados se relacionam com a memória da ditadura militar do país (1964-1985). Nesse processo podemos colocar em questão uma série de enunciados que permeiam o espaço do dito e do não dito, por exemplo, a famigerada Lei da Anistia: “ampla geral e irrestrita”, para aqueles que sobreviveram.

Retomando a questão previamente lançada, o quanto estamos dispostos a colocar em questão/debate o nosso passado recente, ou melhor, o significado de nossos traumas mal resolvidos. Ao tomar a ditadura militar brasileira em perspectiva, mais precisamente os atos cometidos pelo Estado ditatorial brasileiro, podemos dizer que muito do que não se sabe não foi perguntado, pois ainda tais informações permanecem no envolto do silêncio. Necessitando assim, portanto, de mecanismos para a busca e identificação dessas informações para a construção de um outro imaginário.

Talvez as perguntas possam ser feitas aos arqueólogos, mas a qual arqueólogo? Definitivamente, um dos mais importantes ícones do cinema do século XX, o ator Harrison Ford, foi o maior divulgador do ofício de arqueólogo. Seu personagem *Indiana*

³ Segundo (Baczko 1991: 28) podemos entender o imaginário coletivo e/ou pessoal como uma construção auto-reflexiva. É a maneira como o sujeito ou grupo se auto convenciona, ou melhor, como se enxergam diante dos outros grupos e pessoas.

⁴ Para Foucault o enunciado é um saber que pode se expressar como ciência ou política, que pode justificar ou induzir uma relação de poder. Sendo assim, toda ciência é uma disciplina criadora de enunciados (Foucault 2009: 03).

Jones tornou-se mundialmente famoso. Milhões de pessoas dirigiam-se até os cinemas para acompanhar as aventuras do professor e caçador de relíquias. Porém, o que é apresentado nos filmes corresponde aos ofícios da prática de um arqueólogo?

Não importa o quão atraente, divertido, e bem humorado é o personagem de Ford. Há uma apresentação falha e descaracterizada do arqueólogo na obra cinematográfica⁵. Não que a arte tenha que se comprometer com uma criação fundada e elaborada – ela compromete-se consigo mesmo, com sua própria inventividade e inovação. Entretanto sua influência não pode ser ignorada, uma vez que os conceitos e as noções do *metiê* arqueológico são entendidas e reproduzidas pelos admiradores do filme como uma verdade correspondente a profissão de arqueólogo⁶. Na verdade, existe até mesmo um repúdio por parte dos arqueólogos (Zanettini 1991) – claro, com devido tom de brincadeira – à imagem construída nos filmes.

Se a arqueologia praticada pelo personagem de Ford é um simulacro, ou seja, uma cópia falsa e extremamente distante da realidade, o que pode ser entendido por arqueologia? Ou ainda: o arqueólogo é socialmente imparcial? O que o arqueólogo pode fazer pelo social?

A disciplina arqueológica

A ousadia de se definir uma disciplina é uma tarefa que sustenta muitos desafios, entre eles acreditamos existir um em especial que se destaca como principal fator complicador: a generalização. Inquestionavelmente a arqueologia é uma matéria complexa, suas diversas metodologias de prática, seus variados campos de pesquisa e inúmeras outras características quando relacionados, em uma tentativa de definição, acaba inevitavelmente produzindo uma generalização que resultará em diversas omissões, e logo, portanto, em uma incompletude.

⁵ Foram quatro filmes no total: *Indiana Jones e os caçadores da arca perdida* (1981), *Indiana Jones e o templo da perdição* (1984), *Indiana Jones e a última cruzada* (1989) e *Indiana Jones e o reino da caveira de crista* (2008).

⁶ Na verdade tal afirmação traz um problema de diálogo entre a academia e a população em geral. O *analfabetismo científico* (Sagan 1996; Carta Escola 2014) se expressa como uma característica presente na sociedade – no Brasil e internacionalmente. O distanciamento do discurso científico com a praticidade na vida das pessoas é uma realidade em voga que não vem apresentando avanços.

Segundo Michel Foucault (1996: 30), o que caracteriza uma disciplina é um conjunto de práticas, metodologias e preposições formadores de enunciados. Mais precisamente, é a estruturação de um campo do conhecimento capaz de criar, induzir e propor verdades. A partir do momento, portanto, que se entende as ciências como discursos, como convenções direcionadas a fundamentar – ou até mesmo impor – posicionamentos, podemos situar a disciplina arqueológica como produtora de enunciados.

A arqueologia definitivamente está inserida no panteão das ciências. Contudo, o nascimento da disciplina; sua institucionalização como matéria, ocorre no seio de uma tentativa de construção de uma retórica racista que se desejava afirmar como legítima.

O século XIX traz em si a vigência de novos paradigmas, entre eles a noção de evolução⁷ e de progresso da humanidade⁸. O debate existente nesse momento que envolvia diversas ciências – como arqueologia, antropologia e etnologia –, trazia a tentativa de legitimação de uma relação social eugenista. Ideias como inferioridade racial, frenologia e antropometria⁹ serão alguns exemplos dos expoentes deste debate (Schwarcz 1993).

A arqueologia, a partir da metade do século XX, sofreu diversas transformações em seus objetivos de pesquisa. Novas tendências se firmaram, edificou-se uma ciência mais preocupada com a construção de um discurso sobre o passado do que com uma justificativa racista. A própria origem do termo arqueologia teve seu conceito grego original revigorado: “conhecimento dos primórdios” ou “o relato das coisas antigas” (Funari 2010: 13). As abordagens se direcionarem a compreensão das relações e transformações sociais dos homens antigos por meio da cultura material. Segundo Ulpiano Bezerra de Menezes (1983: 122):

⁷ Diversas correntes de pensamento surgirão no século XIX inspiradas (erroneamente) nos escritos de Charles Robert Darwin. As noções de superioridade racial, desenvolvida pela perspectiva de evolucionismo social de Herbert Spencer, será uma expressão recorrente.

⁸ Novas noções serão fundadas no decorrer do século XIX em relação à História. O entender do decorrer do tempo como um progresso linear da humanidade (teleologia; o fim antes do início) se tornará baliza para muitos autores (em que se destacam Hegel e Kant), inspirando assim os debates em diversas expressões das ciências (um paradigma).

⁹ Herdadas, pensadas e reelaboradas dos escritos de Buffon e Cornelius De Pauw. Autores que entendiam a existência de uma superioridade do europeu sobre os demais homens.

Por cultura material poderíamos entender aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais.

Os campos abordados pela arqueologia são extremamente amplos. A construção e consolidação de diversas universidades, estas com laboratórios dedicados exclusivamente à disciplina, possibilitou o crescimento de estudos direcionados à compreensão do modo de vida do homem antigo em várias partes do mundo.

Alguns exemplos de temática são: os sambaquis na costa continental atlântica do Brasil; as comunidades hebraicas no Oriente-Médio; as polis gregas, entre outras. Os exemplos são os mais variados possíveis. Definitivamente, a arqueologia se expressa com um campo prático e teórico vastíssimo.

Há uma caracterização corrente, entre os especialistas da área, que posicionam a matéria em dois grandes campos de análise, mais precisamente, aqueles que trabalham com a pré-história e com a história. Os espaços destinados à pré-história seriam os momentos que os homens não detinham escrita, ou seja, períodos extremamente afastados dos dias atuais, e que se têm pouquíssimas fontes para se trabalhar. Enquanto a arqueologia histórica teria como objetivo de pesquisa os grupos humanos que desenvolverão escritas¹⁰.

Os limites da arqueologia também são um debate dentro da disciplina. Até qual período temporal o pesquisador pode dedicar-se? Claramente há balizas no recuo, pois em algum momento a espécie humana surgiu, logo caracterizando um princípio, ainda não determinado, mas absoluto das possibilidades de análise. Porém em relação ao recente, isto é, a arqueologia do tempo presente, os debates mostram-se polêmicos.

Após a década de 1990, novos ares provindos de teorias críticas ao conceito de verdade se inseriram no mundo acadêmico. A compreensão da “noção de que as ciências são construções discursivas, inseridas em contextos sociais” (Funari 1990: 2) foi, talvez, o maior responsável pelas rupturas de antigos postulados e a edificação de novas tendências teóricas da arqueologia.

¹⁰ Tal posicionamento de definição histórica e arqueológica traz em si uma série de preconceitos, como, por exemplo, o que é mais ou menos complexo, e o que é legitimamente histórico ou não.

Este é, provavelmente, o grande momento da mudança no paradigma dos limites das análises arqueológicas. Anteriormente havia um posicionamento conservador inserido entre uma parte dos praticantes da disciplina. O posicionamento que a arqueologia é uma ciência que não deve analisar o tempo recente ou o capitalismo, se transformou de maneira lenta e gradual, foi preciso dissipar diversas heranças da lógica positivista de como se deveria fazer ciência. Segundo Oliveira (2005: 119):

Essas mudanças, ainda em curso e de difícil avaliação no calor dos acontecimentos, têm aproximado cada vez mais os arqueólogos de outros cientistas sociais e demais especialistas de áreas afins, propiciando o surgimento de um ambiente mais aberto e profícuos debates sobre a Arqueologia e seus campos interdisciplinares, dentre outras temáticas.

A responsabilidade social se infiltrou nas produções arqueológicas no limiar do século XX para o XXI. Novas áreas como a arqueologia pública¹¹ e a forense se consagraram como importantes vertentes da disciplina. Ambas procuram firmar um compromisso com: os direitos humanos; a dignidade; a ética; estas somadas à incumbências políticas potencializaram a formação de novos (jovens) pesquisadores (Oliveira 2005: 118) – entre eles: Pedro Paulo A. Funari e Walter A. Neves – preocupados com as relações sociais do homem no presente.

A arqueologia forense como expressão da responsabilidade social dos arqueólogos

A equipe argentina

O século XXI traz muitos fantasmas a serem exorcizados. Certamente há muito sofrimento por causa de feridas mal fechadas.

A arqueologia forense é uma ciência de abordagem da compreensão do ato criminal, ou seja, ela tem um caráter de pesquisa que objetiva o entendimento de o que e como a violação foi realizada. Essa característica de tentativa cognitiva traz como

¹¹ De maneira resumida, podemos entender a Arqueologia Pública como um movimento de problematização e relativização. O conhecimento (no caso, os enunciados produzidos pela disciplina) possui valia para quem, para quais grupos, e como ele poder auxiliar a sociedade em geral? Estas questões são à base desta nova tendência que principiou na década de 1990, e é responsável por repensar a disciplina. Para ter uma noção mais completa: *O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a arqueologia pública no Brasil* (Almeida 2003).

escopo último à realização de uma sentença em pleito jurídico, e isto é o fator caracterizador do conceito forense: desvendamento de crimes com o fim de julgamento sob tutela do Estado.

Em 1984, em decorrência de pedidos de auxílio do grupo *As avós da Praça de Maio*¹² - organização não governamental (ONG) responsável por exigir informações das crianças desaparecidas durante a Ditadura Militar Argentina (1976-1983) –, o então diretor da Associação Americana para o Avanço da Ciência¹³ (AAAS), Eric Stover, organizou uma equipe composta por médicos, arqueólogos e antropólogos, com o fim de investigar as violações dos direitos humanos no regime político militar argentino.

A Equipe Argentina de Antropologia Forense¹⁴ (EAAF) – nome atribuído ao grupo organizado por Stover – analisou uma série de ossadas sem identificação providas de contextos de violência, a partir de técnicas advindas de diversas disciplinas, entre elas principalmente a antropologia e arqueologia.

O uso dessas disciplinas com fins legais era uma prática inovadora para o período. Tal aplicação se inseria em uma conjuntura do crescimento da responsabilidade social dos acadêmicos:

Os profissionais da arqueologia estão de fato diante de um conflito extremamente complexo, que merece profunda reflexão e para a qual pouco adianta a clássica atitude do arqueólogo/avestruz, tão comum entre nós, de ignorar o que se passa, enterrar a cabeça no sedimento das escavações e prosseguir como se nada estivesse ocorrendo a sua volta (Lima 1994 apud Abreu; Hattori; Fischer 2012: 215).

Os resultados do grupo foram extremamente positivos. Uma série de processos jurídicos foi organizada devido aos trabalhos dos especialistas. Torturadores; generais; tenentes; e soldados foram emplacados e questionados sobre as violações da dignidade humana que se realizou durante a vigência o Estado de exceção argentino. Talvez, a contribuição mais importante da equipe tenha sido o de trazer a tona a Memória daqueles que sofreram a tentativa de apagamento pelo regime. O entorpecimento de uma lembrança, imagem, ou som trata-se de um processo de

¹² Tradução realizada pelos autores. Título original: Grandmothers of Plaza de Mayo.

¹³ Tradução realizada pelos autores. Título original: Science and Human Rights Program at American Association for the Advancement of Science (AAAS).

¹⁴ Tradução realizada pelos autores. Título original: Argentine Forensic Anthropology Team.

seleção de informação, que pode contar com fatores de seleção ativos e inconscientes. No caso das ditaduras latinas o processo foi algo, definitivamente, planejado. Em grande medida, o esquecimento é um projeto político em que se investem muitos poderes (Pollak 1989).

Atualmente a EAAF é uma, se não a maior, referência dos trabalhos com as práticas da arqueologia forense. O amplo espectro de realizações: trabalhos em mais de trinta países, entre eles o Brasil, somados com a responsabilidade criação e auxílio de outras equipes, como a do Chile (1989) Guatemala (1991) e Peru (2001) justificam sua significativa influência internacional.

O ofício do arqueólogo forense

A lógica contemporânea ocidental do sistema judiciário se baseia em uma premissa básica: em qualquer ato de julgamento todos são inocentes até que se prove o contrário, portanto quem deve demonstrar a legitimidade de uma acusação, é o próprio denunciante.

Tomando esse referencial de premissa básica, um promotor ou advogado de acusação, deve encontrar indícios; argumentos; raciocínios que provem a sua denuncia. Em casos de crimes violentos – principalmente homicídios e suicídios –, uma prática recorrente na busca de provas é a realização de um processo investigativo desenvolvido por especialistas – médicos legais, fotógrafos, antropólogos forenses –, sendo a prática da arqueologia forense um método investigativo de grande valia.

A arqueologia forense é uma importante ferramenta para desvendar os enredos de crime violentos, porém o desenvolvimento dessas práticas no Brasil ainda é extremamente limitado. Há casos, em nosso país, muito pontuais de seu uso, porém existe uma preocupação crescente em capacitar especialistas na área (Nakaza; Oliveira; Silva 2007). Em países como Inglaterra e Estados Unidos da América (EUA) o uso das técnicas pela polícia é mais recorrente, entretanto ainda assim é encontrado dificuldades, limitações e despreparo (Bass; Birkby 1978) é preciso muita complementação e avanços nas práticas da arqueologia forense nos meios policiais anglo-saxões. A arqueologia forense é resultado de demandas sociais voltadas à solução de delitos hediondos; crimes de guerra; violações políticas.

A existência de deposições mortuárias, somados com uma série de características do meio – o contexto da ossada/cadáver –, possibilita, através da análise arqueológica uma prática indiciária comprometida com a tentativa de compreensão da cena do crime.

O amparo teórico e metodológico do especialista forense auxilia no desenvolvimento da investigação. Por exemplo, em esqueletos, pode-se determinar a idade biológica aproximada; o sexo; o grupo ou afinidade racial; a estatura; a data relativa de morte; os indícios de patologias e as fraturas em vida ou responsáveis pelo falecimento (Nakaza; Oliveira; Silva 2007: 191). O grau de deterioração da ossada; a presença de compostos químicos específicos; existência de artrópode em particular são alguns exemplos contextuais que podem conter informações preciosas sobre a condição do óbito¹⁵.

As conclusões adquiridas por meio do processo indiciário são fundamentais na conjuntura jurídica, pois a partir delas o veredito de uma investigação pode ser estabelecido, compondo de maneira fundamental a conclusão de um julgamento.

Arqueologia forense e a realidade brasileira

O primeiro curso institucionalizado e focado para o desenvolvimento de arqueólogos forenses no Brasil ocorreu entre os anos de 2005 e 2006 na Academia de Polícia Civil de São Paulo, por meio da Secretária de Cursos Complementares (Nakaza; Oliveira; Silva 2007: 189).

A organização do curso forense foi um passo significativo para o avanço dessas práticas no Brasil. A existência de uma grande quantidade de homicídios da esfera civil não resolvidos, somados com os políticos, principalmente os praticados pela ditadura militar brasileira, direciona aos especialistas de arqueologia forense um papel de grande importância ética.

Com a eleição da presidenta Dilma Rousseff ao poder executivo federal em 2010, novas prioridades foram estabelecidas em relação à ditadura militar. A Comissão

¹⁵ O artigo *Potencial de análise e interpretações das deposições mortuárias em arqueologia: perspectivas forenses* de Sergio Francisco S. M. Silva e José Boullosa Calvo (2007) apresenta um estudo detalhado das possibilidades de usos forenses nos esqueletos. E a obra de Walter A. Neves (2013), *Um esqueleto incomoda muita gente*, é um bom meio introdutório sobre o assunto.

da Verdade foi instalada visando investigar os crimes e violações aos Direitos Humanos cometidos pelos agentes do estado brasileiro entre as datas de 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Apesar do encerramento de seus trabalhos em 2014, uma série de precedentes e outras comissões (estaduais e municipais) foram abertas, possibilitando assim novas práticas de arqueologia forense no Brasil.

A arqueologia forense pode servir como importante fonte de informações para os processos de investigação para essas novas comissões. A Equipe Argentina de Antropologia Forense (1996-1997; 2001; 2006) foi responsável por algumas abordagens no Brasil com essa metodologia que podem servir como importantes referenciais. Tais investigações, em especial aquelas que possuem intensa aclamação nacional, como os casos da Vala de Perus e do Araguaia (Nakaza; Oliveira; Silva 2007: 189), são fundamentais para o processo de amadurecimento democrático, e resolução de feridas mal fechadas do Brasil.

Ponderações finais

Como conclusão poderíamos dizer: o inquérito não é absolutamente um conteúdo, mas a forma de saber. Forma de saber situada na junção de um tipo de poder e de certo número de conteúdo de conhecimentos (Foucault 2002: 77).

O que entendemos sobre o passado é um enunciado, mais precisamente, uma construção que acabamos por acreditar que é/foi a realidade. Porém, sempre há a conotação, a maneira como trabalhamos e entendemos o decorrido. Isso pode ser tanto destruidor, indiferente ou edificante.

A construção discursiva sobre o passado recente do Brasil caracteriza-se por uma série de conflitos extremamente mal resolvidos. A ditadura militar é culpada por muitos fantasmas que estão amalgamados na história e imaginários do passado recente do país. Crimes extremamente violentos; violações da dignidade humana como a tortura; ocultação de cadáver e sequestros são exemplos das impetuosidades promovidas pelo Estado.

A Lei da Anistia de 1979 é a base da manutenção da violência em roupagens de memória. A afirmação contida nela de ampla, geral e irrestrita trazem em si a

sustentação do sofrimento de muitas pessoas as quais perderam seus parentes durante o período. Ela apoia e conserva um posicionamento de omissão e logo de impunidade dos gestores do Estado. Práticas como o de ocultação de cadáver; assassinatos sumários; torturas; e exílios são alguns dos crimes que nunca serão resolvidos enquanto a Lei da Anistia não for modificada.

A revisão e retração desse passado, na tentativa de minimizar a aflição desses sujeitos, é uma responsabilidade social da sociedade brasileira. A disciplina e os arqueólogos forenses, nesse sentido, podem criar enunciados capazes de revelar aquilo que estava encoberto sobre o passado recente de nosso país.

As metodologias dos cientistas forenses, portanto, seriam de grande valia para a resolução dos crimes. A existência de muitos túmulos sem corpos é uma questão que necessita de muitas explicações.

O atual imaginário brasileiro sobre a ditadura possui em si muitos pontos que ainda devem ser contestados e reinterpretados. O clima de justificação e legitimidade não deve ser permitido, por isso é necessário uma revisão da Lei de Anistia. A construção de enunciados discursivos sobre o passado deve levar em conta que o Estado precisa visitar os limites do seu monopólio da violência a uma maneira mais ética. Um passado que não respeita os Direitos Humanos e os valores éticos, não deve ser legitimado.

Referências Bibliográficas

ABREU, Rafael de Souza; FISCHER, Patrícia; HATTORI, Márcia Lika. Osso do ofício: cemitérios, licenciamento ambiental e prática arqueológica em Arraias, Tocantins. *Revista Habitus*, Goiânia, v. 10, n. 2, jul./dez. 2012, pp. 215-240.

ALMEIDA, M.B. O Público e o patrimônio arqueológico: Reflexões para a arqueologia pública no Brasil. *Habitus*, 1(2), 2003, pp. 275-295.

ARGENTINE FORENSIC ANTHROPOLOGY TEAM. História of EAAF. Disponível em: (http://eaaf.typepad.com/founding_of_eaaf/) Acessado em dois de dezembro de 2014. 1996-1997.

_____. *An investigation into the guerrilla group of Araguaia and an investigation into the identities and causes of death of the remains of five persons who disappeared during the last Brazilian military government.*

Disponível em: (http://eaaf.typepad.com/pdf/1996_1997/04Brazil96_97.pdf). Acessado em dois de dezembro de 2014. 2001.

_____. *At the request of a local Prosecutor and an organization of victims' families, EAAF members made two separate missions to different provinces of Brazil, to investigate cases of political militants disappeared in the late sixties and early seventies.* Disponível em: (<http://eaaf.typepad.com/pdf/2001/06BRAZIL.PDF>). Acessado em dois de dezembro de 2014. 2006.

_____. *At the request of the Special Secretary for Human Rights of the government of Brazil, EAAF traveled to Foz do Iguaçu to search for the remains of six members of the militant group Vanguardia Popular Revolucionaria (Popular Revolutionary Front), who were reportedly killed by security forces in 1974.* Disponível em: (http://eaaf.typepad.com/ar_2006/EAAF06_58-61_brazil-2.pdf). Acessado em dois de dezembro de 2014.

BACZKO, Bronislaw. *Los imaginários sociales: memorias y esperanzas coletivas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.

BASS, W. M.; BIRKBY, W. H. Exhumation: The method could make the difference. *FBI – Law Enforcement Bulletin, Forensic Science*, jul. 1978, pp. 6-11.

CARTA NA ESCOLA, *Analfabetos Científicos: pesquisa expõe dificuldade em aplicar conceitos das Ciências no dia a dia*. Disponível em: <http://www.cartanaescola.com.br/single/show/442> Acesso em 24 de novembro de 2014.

CALVO, J B; SILVA, Sergio F M. Potencial de análise e interpretações das deposições mortuárias em arqueologia perspectivas forenses. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, no17, 1991, pp. 469-49.

FOUCUALT, Michael. *A ordem do discurso*. 19ª Ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. NAU, 2002.

_____. *Microfísico do Poder*. 27ª reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

_____. *Teoria e método na Arqueologia Contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica*. In: Textos Didáticos: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. N. 1, Campinas: UNICAMP/IFCH, 1990, pp. 15-21.

LIMA, Tânia Andrade. Restos humanos e arqueologia histórica: uma questão de ética. *Historical Archaeology in Latin America*, n. 5. Columbia: The University of South Carolina, 1994, pp. 1-17.

MENESES, Ulpiano T Bezerra de. *A cultura material no estudo das sociedades antigas*, Revista de História, NS n.115, 1983, pp. 103-117.

NEVES, Walter A. *Um esqueleto incomoda muita gente*. Campinas: Editora UNICAMP, 2013.

SILVA, Sergio F M; NAKAZA, E; OLIVEIRA R N. *A arqueologia forense na investigação criminal: o método pode fazer a diferença*. Arquivos da Polícia Civil, v. 50, 2007, pp. 183-207.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. *Por uma arqueologia socialmente engajada: arqueologia pública, universidade pública e cidadania*. In: FUNARI, Pedro Paulo; ORSER, Charles E. JR; SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. (Org.) *Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

POLLACK, Michael *Memória, esquecimento e silêncio*, *Estudos Históricos*, 3, 1989, pp. 3-15.

SAGAN, Carl. *O mundo assombrado pelos demônios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWARCZ. Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1993.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. "Indiana Jones deve morrer". *Jornal da Tarde*. São Paulo/SP 18/05/1991, pp. 04-05.

Estudo etnoarqueológico sobre o processo de enculturação e criação do *habitus* visto por meio da cultura material no filme “A Guerra dos Botões”, de Yves Robert

Ethnoarchaeological study concerning enculturation and *habitus* viewed by means of material culture in the movie “The War of the Buttons”, by Yves Robert

*Any Marise Ortega*¹
*Alex Ubiratan Goossens Peloggia*²

Resumo

Uma das formas de nos aproximarmos da infância, no registro material, se refere aos processos de enculturação – que as incorporam à sociedade tanto pela aquisição de habilidades funcionais quanto pela transmissão de saberes e pela internalização de papéis e posições que deverão desempenhar na vida. Verificaremos a função de elementos da cultura material em tal processo, no contexto de uma região rural francesa no pós-guerra, por meio do filme “A Guerra dos Botões” (1962), de Yves Robert, no qual um grupo de crianças reconfigura um micromundo (em uma cabana) dotado de objetos que são representantes simbólicos da casa, da família e das posições sociais no mundo adulto e participam, também simbolicamente, do processo de introjeção de valores culturais e criação do *habitus*.

Palavras-chave: enculturação, cultura material, *habitus*.

Abstract

The enculturation processes that incorporate children into society by both the acquisition of functional skills, the transmission of knowledge and the internalization

¹ Centro Universitário Metropolitano de São Paulo e Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

² Pesquisador independente

of roles and positions that are expected to play in life, have a proper dimension in the material record. We will check then in this work, in considering the function of material culture elements in such a process, in the context of a French countryside after World War II, through the movie "War of the Buttons" (1962), by Yves Robert, in which a children group creates a microworld (a hut) having objects that are symbolic representatives of home, family and social positions in the adult world and participate, also symbolically, of the internalization process of cultural values and creation of *habitus*.

Keywords: enculturation, material culture, *habitus*.

Introdução

Em um trabalho anterior, Ortega (2015) propõe a abordagem da obra cinematográfica como uma fonte para o estudo arqueológico, especificamente em uma perspectiva de etnoarqueologia interpretativa. Nessa visão, interessam elementos da cultura material presentes no filme (este que corresponde, assim, a uma iconografia), que são tomados como base para a discussão da sociedade representada (no caso, a sociedade francesa do pós-guerra), discussão esta que foi referida a conceitos antropológicos, sociológicos e psicanalíticos.

A autora citada ressalta a particularidade do acesso à cultura material efetuado na abordagem proposta, que é a presença de um suporte (o registro cinematográfico) que pode nos apresentar tanto cenários ficcionais como paisagens reais, o que, todavia, é inerente ao registro iconográfico em geral, como em cerâmicas decoradas ou pinturas murais. Ortega lembra que, mesmo na iconografia arqueológica "usual", as imagens não podem ser vistas como espelhos a refletir o "mundo real", mas como referências simbólicas e metafóricas que, seja como for, também falam ao arqueólogo sobre a realidade, conforme sugerido por Chapa Brunet & Mayoral Herrera (2007). Sendo assim, foi adotado o critério de verossimilhança, assumindo-se que a cultura material representada nos cenários reflete de maneira sintética e exemplar o real, como faz a literatura realista ao construir "personagens típicos", como entende Lukács (1978), critério este que pode ser testado empiricamente.

Neste trabalho partiremos dos mesmos pressupostos da abordagem arqueológica citada (Ortega 2015), que estudou o filme *Meu Tio*, de Jacques Tati, aplicando-os também a um filme francês da mesma época: *A Guerra dos Botões*, de Yves Robert, lançado em 1962 e ganhador do prêmio Jean Vigo desse mesmo ano, e baseado no romance de mesmo nome de Louis Pergaud (Carzou 1995).

Conquanto contemporâneos (o filme de Tati é de 1958), os filmes representam contextos de geograficidade distinta: em *Meu Tio* trata-se do mundo urbano em transformação rápida, em que os valores da vida tradicional vão desaparecendo ao mesmo ritmo que os artefatos e estruturas arqueológicas que os representam simbolicamente; já em *A Guerra dos Botões* o que se representa é o mundo rural das *villages* dispersas entre os campos de cultivo, cidadezinhas estas que são a referência espacial não da transformação, mas da conservação transgeracional do modo de vida tradicional. Aí se verifica um processo socioantropológico em que a criação da identidade é referida ao mesmo tempo ao local e ao nacional, e em que a introjeção dos valores sociais e inserção no “modo de viver” culturalmente colocado (*habitus*) é referenciada à oposição a um “outro” que, como se vê ao fim, é essencialmente o mesmo.

Tal oposição consiste, no filme, em uma “contenda” entre as crianças de duas dessas vilas rurais, que há gerações se organizam de forma militar para “combater” os “inimigos” da vila vizinha. Mas nessa “guerra” ocorre uma novidade: os capturados são desprovidos de seus botões, suspensórios e cadarços de calçados (enfim, de tudo que permite sustentar as roupas): assim, lhe é subtraída a “honra” (*l'honneur*): daí o título original do filme (*La Guerre des Boutons*).

Nesse processo, interessa-nos um momento específico: o da construção e uso de uma “cabana” para a qual são levados diversos objetos, tanto os troféus capturados aos “inimigos” como outros, representantes simbólicos da casa, da família e dos hábitos e posições pessoais no mundo adulto. Analisaremos o papel que cada artefato desempenha na configuração deste micromundo adulto, seu significado simbólico e papel na introjeção de valores culturais nesse ritual de passagem no qual um espaço doméstico típico é reconstruído e os jovens assumem os papéis que lhes esperam na vida adulta. Os elementos de cultura material são aqui a chave simbólica que dá a verossimilhança necessária a tal vivência preparatória de formação do *habitus*.

Fundamentação Conceitual

Como foi indicado acima, do ponto de vista da análise arqueológica trabalharemos com elementos de cultura material (artefatos, essencialmente), revestidos de conteúdo simbólico muito mais que prático, e que adquirem esse significado especial justamente por terem sido retirados de seu contexto usual de utilização, ou seja, o “contexto sistêmico” ou da “cultura viva” da vida campesina (Schiffer 1996; Neustupný 1993) e reposicionados em um contexto extraordinário, essencialmente arqueológico conquanto não “assimilado ao ambiente” (a cabana). Nesse momento e nesse lugar os objetos comuns, reposicionados e ressignificados, adquirem a capacidade de “falar por si mesmos”, pois que refletem escolhas específicas (foram selecionados, o que se dá de forma consciente e inconsciente), e assim também *agem* sobre os indivíduos.

Portanto, a relação específica aí definida entre os seres humanos (as crianças) e os artefatos pode ser interpretada como representativa do processo antropológico em curso, o que abre caminho para tomarmos a cultura material como base simbólica para a discussão da configuração e autor reprodução da sociedade (portanto, em particular, a sociedade rural francesa do pós-guerra).

Como indicamos acima, arqueologicamente estamos trabalhando com um sítio específico, no qual se verifica a acumulação de uma cultura material que concretiza e dá sustentação ao caráter simbólico do espaço, o que possibilita nele a realização de rituais não propriamente religiosos, mas análogos a estes.

Para realizar a análise proposta, lançaremos mão da intermediação dos conceitos de enculturação, *habitus*, espaços simbólicos e identidade, tomados sob os pontos de vista antropológico, sociológico e psicanalítico. Sobre o primeiro deles, temos a opinião de González Ruibal (2003), que entende que uma das formas de nos aproximarmos da infância, no registro material, se refere aos processos de enculturação – que tornam as crianças em “seres sociais”. Esta incorporação à sociedade se dá tanto pela aquisição de habilidades funcionais (aprendizado de técnicas) quanto pela transmissão de saberes e pelo “posicionar-se socialmente”, isto é, pela internalização de papéis e posições que deverão desempenhar na vida. A

enculturação pode ser definida, assim, como o processo contínuo de tornar-se conhecedor e competente em uma dada cultura (Darvill, 2008).

Para González Ruibal (2003), existir como ser humano significa justamente estar imerso em uma realidade instrumental em que se vive essa forma sutil e duradoura de enculturação, e que corresponde a uma totalidade de significados com a qual as pessoas, como seres sociais, têm de estar familiarizados. Uma vez que os artefatos (assim como as paisagens) são dotados de poder metafórico, conclui o autor citado que a realidade material que nos rodeia vai conformando o *habitus*, no sentido proposto por Pierre Bourdieu (2007), que é a chave para a assimilação de uma *identidade*, sendo que um dos mais poderosos criadores do *habitus* é o espaço doméstico.

Lembra Ortega (2015) que este conceito de *habitus* tem sido referido no âmbito arqueológico (e.g. Barret 2005) para indicar a relação entre os contextos materiais investigados e os contextos de vida, propondo questões relativas ao modo como certos valores sociais são fundamentados sobre referências materiais que ocorrem nas condições que são investigadas.

A autora citada explica o conceito: Bourdieu (2007), ao estudar a particularidade da sociedade francesa na década de 1970, escreve que o espaço social é construído de tal modo que os agentes ou os grupos são aí distribuídos, ao menos nas sociedades mais desenvolvidas, de acordo com dois princípios de diferenciação: o *capital econômico* e o *capital cultural*. O resultado de tal diferenciação é que as distâncias espaciais equivalem a distâncias sociais. Esses espaços das posições sociais, então, poderiam ser “retraduzidos” na forma de *habitus*, expressando o resultado dessas separações diferenciais nas “propriedades dos agentes”, quer dizer, em suas práticas, gostos e nos bens que possuem, produzidos pelos condicionantes sociais associados à condição correspondente, e que vão configurar, assim, uma *afinidade de estilo*.

Ortega (2015) assinala ainda que, para Bourdieu, é essencial observar que as diferenças nos *elementos do habitus* (práticas, bens possuídos, opiniões expressas e maneiras) tornam-se diferenças simbólicas e constituem uma linguagem. Seria justamente tal caráter que tornaria possível sua apreensão cinematográfica, já que os diversos elementos do *habitus* são expressos visualmente, como imagem, movimento

e (talvez em menor intensidade) discurso, para formar um conjunto coerente e diferenciado.

Tendo tudo isto em vista, devemos por fim explicitar a abordagem arqueológica adotada neste trabalho, que segue a proposta de Ortega (2015). Em primeiro lugar, tomamos por referência a conceituação de Lima (2011), segundo a qual a Arqueologia é vista como uma disciplina que investiga a emergência, a manutenção e a transformação dos sistemas socioculturais através dos tempos, por meio da cultura material por eles produzida, e que tem assim interesse em explicar fenômenos de mudança cultural. Nesse contexto, entendemos a perspectiva etnoarqueológica como uma especialidade interessada nas relações das sociedades contemporâneas com o mundo material, como coloca Silva (2009).

Nesse contexto, trabalhamos com uma perspectiva pós-processual (interpretativa), que se marca, também conforme Silva (2009), pela tentativa de obter uma compreensão contextual e específica dos fenômenos, procurando entender os princípios estruturais subjacentes à relação do ser humano com o mundo material, específicos em cada contexto. A autora acima citada considera que não se pode entender o comportamento e a realidade material sem a consideração da relação dialética entre prática e simbolismo da ação humana efetuada no mundo material. Desse modo, além de formular generalizações a serem utilizadas na interpretação do registro arqueológico, a etnoarqueologia propicia um aprofundamento no entendimento dessa relação tal como expressa na cultura material.

E uma possibilidade de aplicação é, justamente, a perspectiva de uma etnoarqueologia como “arqueologia do presente”, cujo objetivo seria entender a relação dos homens com o mundo material no tempo presente e contribuir para o debate antropológico sobre a relação dos homens com os objetos e a materialidade, no sentido de entender as populações do presente em termos de suas relações com a natureza e a sobrenatureza (Silva, 2009).

Nesse sentido, a arqueologia do presente (González Ruibal 2009) ou a da arqueologia do moderno (Meskell 2012) permitem trabalhar com uma concepção ampla de arqueologia sem restrição de tempo, como aquela proposta por Lima (1989). Observe-se que esta perspectiva não entra em contradição com as definições usuais de Etnoarqueologia entendida como o estudo dos modos de vida atuais para o

entendimento dos processos que geram evidência arqueológica, ou são responsáveis por sua preservação ou destruição como registro arqueológico (Gosdem 2005; Darvill 2008): a diferença é que a evidência arqueológica com a qual trabalhamos também é contemporânea.

Discussão

Em “A Guerra dos Botões”, o sentido simbólico dos artefatos e estruturas se coloca fundamental no processo de criação de identidade do ser social como integrante do grupo social (o *nós* em relação ao *eles*), da sociedade (os valores coletivos) e da família (no que diz respeito ao papel do indivíduo neste grupo nuclear).

Retomemos o enredo. Em meio à “guerra” com os “inimigos” do vilarejo vizinho, um grupo de meninos constrói uma cabana (Fig. 1), uma estrutura na qual será depositado o “tesouro” (botões e materiais de costura, que permitem a eles reconstituírem sua “honra”) e os “troféus” (os botões, suspensórios, cadarços e peças de roupas capturados), além de diversos outros elementos “decorativos” referentes ao espaço doméstico das casas camponesas. Tal ambiente surge, no entanto, contextualizado em uma dimensão mais ampla: o tesouro é adquirido pelo trabalho coletivo dos meninos, que concordam em se organizar conforme os princípios republicanos fundamentais da liberdade, igualdade e fraternidade: daí a bandeira tricolor posicionada em um mastro ao lado da cabana, no espaço público, um totem que denota o pertencimento daqueles da cabana à nação francesa, à qual prestam reverência.

Não é de fato à toa que as discussões sobre a organização do empreendimento se realizam, no filme, no espaço da escola municipal, o lócus por excelência da transmissão da cultura nacional francesa, por meio notadamente da língua (que precisa ser muito bem dominada em sua gramática) e das obrigações cívicas.

A cabana em si, conquanto de construção rústica, denota planejamento: são sabidas suas dimensões e qualidades geométricas (os meninos as descrevem), para o que se lançou mão de conhecimento escolar, portanto socialmente adquirido. O conhecimento formal matemático também é utilizado no inventário dos objetos que serão armazenados com organização cuidadosa, como também foram bem

contabilizados os ganhos necessários para adquiri-los. A cabana, assim, é um produto de rígido controle neurótico, o que pode ser entendido, numa perspectiva de antropologia psicanalítica, como um demonstrativo do preço pago pelas crianças para adentrar à civilização, convivendo com suas regras.

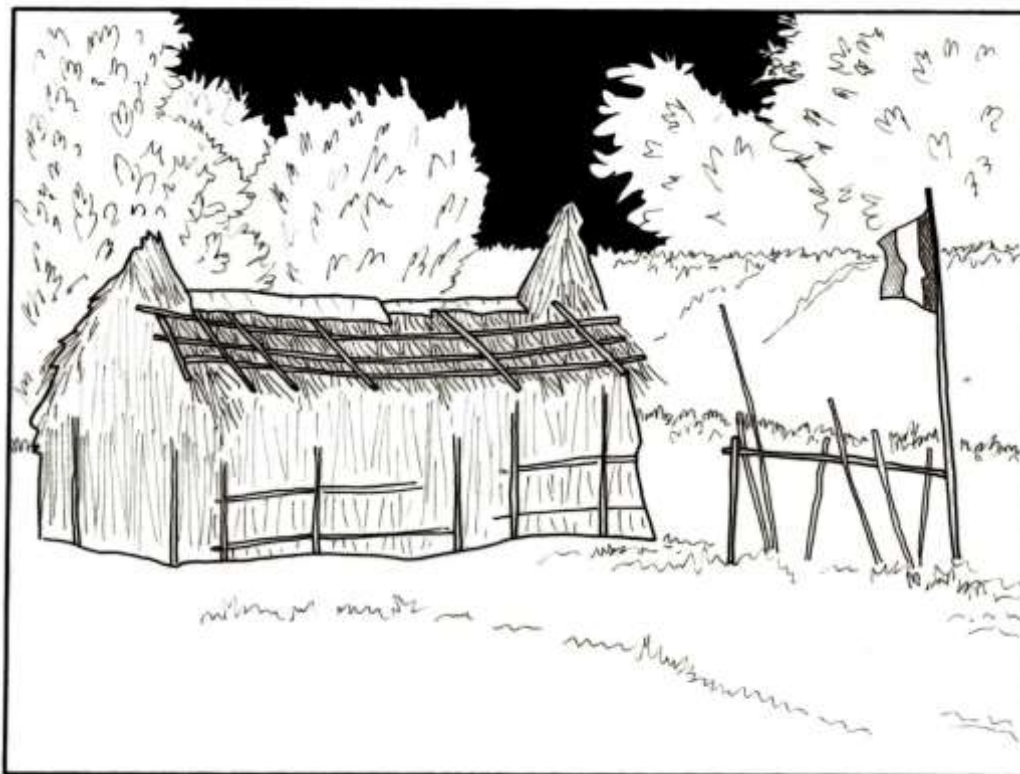


Fig. 1. A cabana-estrutura geometricamente definida, guardada pela bandeira tricolor. Desenho original de A.U.G. Peloggia, a partir de cenas do filme, evidenciando elementos da cultura material.

Todavia, é no espaço interno da cabana (ou seja, no mundo do privado) que se configura a distribuição dos artefatos. Na figura 2 vemos os troféus, representantes simbólicos das vitórias obtidas: lembremos que os “inimigos”, ou seja, os meninos do vilarejo vizinho, quando capturados nos “combates” – aliás realizados de forma ritualizada, lembrando muito as descrições das formas de guerrear das tribos primitivas (Keegan 2006) –, são despojados daquilo que permite sustentar suas vestes; portanto, àquele que não é capaz de se apresentar adequadamente vestido é negada a “honra”. Do que se pode concluir que a vestimenta é entendida como um traço civilizatório fundamental, e negá-la ao inimigo significa reduzi-la a uma condição

inferior, não civilizada. No filme, quando os meninos adotam a tática de atacarem o grupo rival sem as roupas (para não correrem o risco de serem despojados delas próprias), o efeito é aterrorizador ao “inimigo”, mas causador de um mal-estar tão intenso quanto nos atacantes.

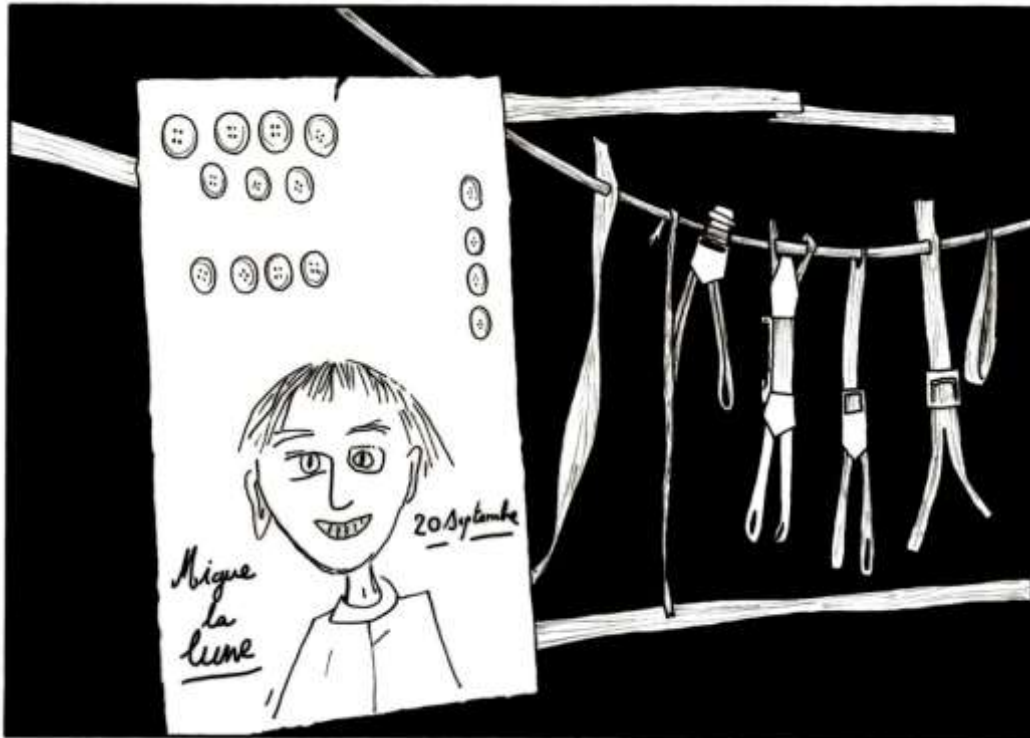


Fig. 2. A parede interna da cabana, onde se distribuem os “troféus de guerra”: os botões do “inimigo” capturado, com a indicação precisa de seu nome, o retrato do mesmo e a data do feito. Ao lado, um varal com cadarços e suspensórios de outros “desonrados”. Desenho original de A.U.G. Peloggia, a partir de cenas do filme, evidenciando elementos da cultura material.

Mas, enfim, em que consistiria a “honra” em disputa? No filme, o ritual de corte dos botões, suspensórios e cadarços aparece como substituto do “corte do pipi”, o que remete imediatamente a uma atualização do complexo de castração proposto por Freud, ou seja, o temor infantil do menino que, por punição a seus desejos incestuosos em relação à mãe, seja punido pelo pai com a perda do pênis.

A cabana é também um local para o qual as crianças trazem e armazenam cuidadosamente outros objetos de cultura material como se observa na Figura 3. Aí vemos essencialmente objetos de uso corriqueiro no ambiente doméstico adulto, e

não no infantil: garrafas de vinho, cigarros e maços de cigarro, dentre outros. Tais elementos da cultura material, cuidadosamente catalogados e armazenados, serão consumidos em rituais de comensalidade. Ainda na Figura 3 observam-se, na parede da cabana, além dos “troféus”, as “armas” utilizadas no combate (estilingue e espadas de madeira), com evidente significado fálico.



Fig. 3. O “estoque” de mantimentos armazenados na cabana. Desenho original de A.U.G. Peloggia, a partir de cenas do filme, evidenciando elementos da cultura material.

No entanto, o que mais se destaca na cultura material da cabana é o “tesouro”, na verdade um altar em que um saco de pano, que guarda botões, linhas, suspensórios e cadarços, assume o papel análogo ao da imagem da divindade nos cultos religiosos, cercado por velas, flores e amostras de seu conteúdo (linhas e botões) (Fig. 4). Vimos que os botões, suspensórios e cadarços podem ser interpretados como substitutos do “pipi” (falo), e que este é essencialmente um representante metafórico do poder paterno. Assim, o que se conclui aqui, pela própria cultura material, como fez Freud por outros meios (Freud 2010), é que a essência da divindade provém da figura

paterna. Vemos nessa figura, de forma contundente, a fundamentação infantil da religião, referida por Freud como neurose obsessiva universal da humanidade.



Fig. 4. O “tesouro”, na verdade um altar em que o saco de botões ocupa posição análoga à divindade. Desenho original de A.U.G. Peloggia, a partir de cenas do filme, evidenciando elementos da cultura material.

Seja como for, é também nesse espaço comensal que as posições e papéis sociais vão se evidenciar: a cabeceira da mesa cabe ao menino mais velho, na verdade o de “pipi maior”. Nesse ambiente essencialmente masculino, é permitido à única menina presente sentar-se a seu lado: ela está lá porque tem um papel materno muito bem delimitado: conservar o espaço doméstico e costurar os botões perdidos no “combate”, ou seja, recuperar a “honra” perdida pelos filhos.

É evidentemente possível uma interpretação antro-po-psicanalítica freudiana (Freud 2013) para tal ritual: trata-se de uma refeição totêmica, em que a fraternidade de irmãos reforça seus laços pela comensalidade e, ao mesmo tempo, reverencia a geração anterior e dialeticamente se prepara para negá-la, assumindo sua posição e seus papéis. Para isso, todavia, é preciso internalizá-la, o que é simbolicamente representado pela ingestão antropofágica de alimentos e bebidas próprios dos

“adultos”. Daí a preocupação de se abastecer a cabana com um estoque de bebida e fumo, o “corpo” dos pais que será ingerido.

Representando simbolicamente o ritual, à parede da cabana vê-se justamente um quadro de casamento (Fig. 5), aliás também onipresente nas regiões rurais tradicionais, inclusive do Brasil, como evidenciado nas pinturas *naïf* analisadas por Peloggia (2015), e que retratam os noivos que pairam sobre as crianças como os modelos do que estão a reproduzir. Ao lado do quadro observam-se objetos de decoração, na verdade castiçais com evidente significado fálico referente ao poder parental. Do outro lado, figuras rabiscadas, algo grotescas, de crianças, aquelas mesmas que se preparam fraternalmente para deixar o mundo infantil e adentrar ao universo adulto-neurótico-civilizado.

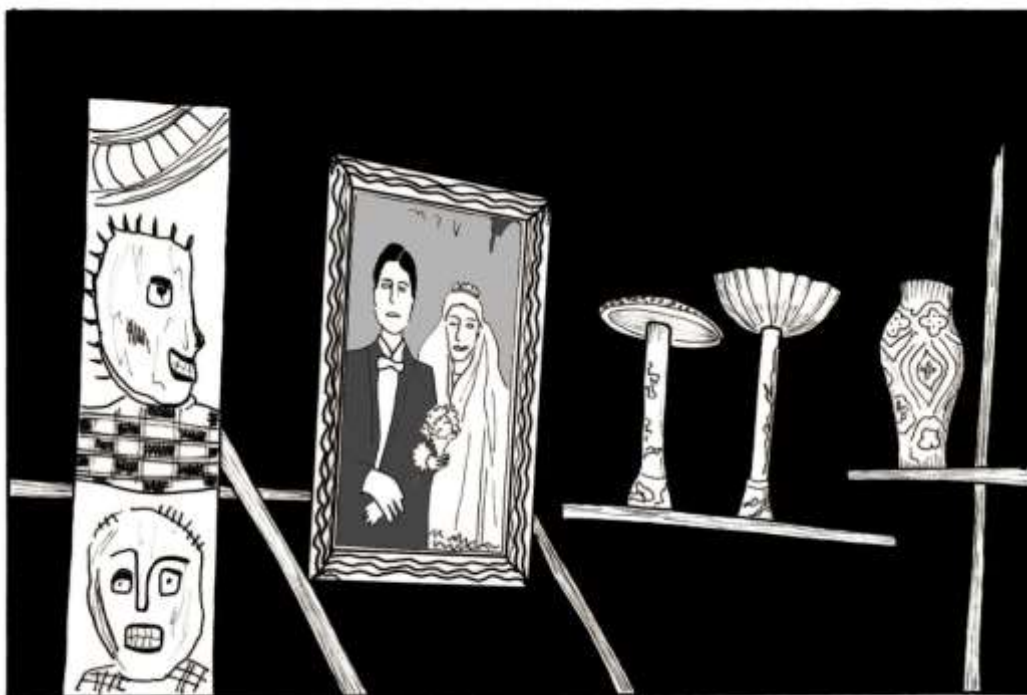


Fig. 5. Parede interna da cabana, com o tradicional “quadro de casamento”. Desenho original de A.U.G. Peloggia, a partir de cenas do filme, evidenciando elementos da cultura material.

Mas os meninos que, pelo processo de enculturação acima descrito, preparam-se para suceder à geração adulta que conhecem, não serão quaisquer adultos: eles pertencem à própria vila, à comunidade que não é a dos outros. Profundamente ligado à terra, o campesinato francês produz um *habitus* híbrido, de longa duração no sentido

braudeliano, que mescla o arraigado pertencimento local (talvez resquício feudal) com a fidelidade à nação (que remete à Revolução Francesa).

Enfim, se retomarmos o mecanismo de formação do *habitus*, como proposto por Bourdieu (2013), veremos que, a partir de um conjunto de condições de existência “objetivamente classificáveis” e de posições nas estruturas dessas condições de existência, o *habitus* aparece como “estrutura estruturada” (produto), mas também estruturante, ou seja, capaz de condicionar sua própria reprodução, o que se dá por “sistemas de esquemas geradores de práticas”, mas também “esquemas de percepção e apreciação”, do que resulta o “estilo de vida”. Nesse contexto, a cultura material aparece como elemento sustentador de ambos os esquemas.

Conclusão

Podemos dizer que a cabana-arqueológica estudada representa um local próprio a um ritual de passagem, em boa parte psiquicamente posto de forma inconsciente, caracterizando um ensaio pelo qual um espaço doméstico típico é reconstituído e as crianças ou juvenzinhos assumem os papéis que lhes esperam na vida adulta, reproduzindo modelos e convenções claramente simbolizados nos elementos da cultura material ali dispostos. Nesse contexto, tais elementos são a chave para, por meio de seu simbolismo, dar a verossimilhança necessária a tal vivência preparatória de introjeção de *habitus*.

A cabana configura, assim, um espaço simbólico, de caráter análogo a um sítio destinado a rituais religiosos ou a cerimônias funerárias, em que os artefatos não têm a utilidade usual cotidiana, mas são especialmente escolhidos (não necessariamente de maneira consciente) para “falar sobre o assunto”, isto é, representar no imaginário coletivo os valores a serem incorporados: honra, família, tradição, pertencimento, posição.

E, mesmo sem ter “visto o filme”, a análise etnoarqueológica interpretativa, a partir da cultura material da cabana, poderia “contar a história”.

Referências Bibliográficas

BARRETT, J.C. Habitus. In: Renfrew C. e Bahn P. (eds.) *Archaeology: the key concepts*. London/New York, Routledge. 2005, pp. 133-137.

BOURDIEU, P. *Razões Práticas*. São Paulo, Papirus. 2007.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. 2.ed. Porto Alegre: Zouk. 2013.

CARZOU, J.-M. La Guerre des Boutons. In: Rapp, B.; Lamy, J.-C. (dirs). *Dictionnaire des Films*. Paris: Larousse. 1995, p. 639.

CHAPA BRUNET, T.; MAYORAL HERRERA, V. *Arqueología del Trabajo: el ciclo de vida em um poblado ibérico*. Madrid, Akal. 2007.

DARVILL, T. *The Concise Oxford Dictionary of Archaeology*. 2.ed. Oxford, Oxford University Press. 2008.

FREUD, S. *O futuro de uma ilusão*. Porto Alegre, L&PM. 2010.

FREUD, S. *Totem e Tabu*. Porto Alegre, L&PM. 2013.

GONZÁLEZ RUIBAL, A. *La experiència del outro: uma introducción a la Etnoarqueología*. Madrid, Akal. 2003.

GONZÁLEZ RUIBAL, A. De la etnoarqueología a la arqueologia del presente. In: Salazar, D.; Domingo I.; Azkárraga, J. Ma.; Bonet, H. (coords.), *Mundos Tribales: uma visão etnoarqueológica*. Valencia, Museo de Prehistória de Valencia, 2009, pp. 16-27.

GOSDEN, C. Ethnoarchaeology. In: Renfrew, C. e Bahn, P. (eds.), *Archaeology: the key concepts*. London/New York, Routledge, 2005, pp. 95-101.

KEEGAN, J. *Uma história da Guerra*. São Paulo, Companhia das Letras. 2006.

LIMA, T.A. Arqueologia histórica: algumas considerações teóricas. *Clio - Série Arqueológica*, v.5. 1989, pp. 87-99.

LIMA T.A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi*, v.6, n.1. 2011, pp. 11-23.

LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1978.

MESKELL, L. The social life of heritage. In: Hodder, I. (ed.), *Archaeological Theory Today*. 2. ed. Cambridge/Malden, Polity Press. 2012, pp. 229-250.

NEUSTUPNÝ, E. *Archaeological Method*. Cambridge, Cambridge University Press. 1993.

ORTEGA, A.M. O simbolismo da cultura material no filme “Meu Tio”, de Jacques Tati: um estudo de etnoarqueologia interpretativa. In: Ortega, A.M. & Peloggia, A.U.G. (orgs.), *Entre o Arcaico e o Contemporâneo: ensaios fluindo entre Arqueologia, Psicanálise, Antropologia e Geologia*. São Paulo, Iglu. 2015, p. 9-48.

PELOGGIA, A.U.G. A cultura material da casa popular interiorana brasileira vista por meio da pintura naïf: um estudo etnoarqueológico sobre modo de vida e simbolismo. In: Ortega, A.M. & Peloggia, A.U.G. (orgs.). *Entre o Arcaico e o Contemporâneo: ensaios fluindo entre Arqueologia, Psicanálise, Antropologia e Geologia*. São Paulo, Iglu. 2015, pp. 139-157.

SCHIFFER, M.B. *Formation processes of the archaeological record*. Salt Lake City, University of Utah Press. 1996.

SILVA, F.A. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. *Métis: História & Cultura*, v.8, n.16. 2009, pp. 121-139.

Desafios do conhecimento: o passado pré-colonial em livros didáticos de História do Ensino Fundamental II

Challenges of knowledge: the pre-colonial past in textbooks of History of Elementary Education II

Cássia Aparecida Guimarães¹

Resumo

Por meio da análise de três livros didáticos do Guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2014) para o 6º ano do Ensino Fundamental II, procurou-se compreender a continuidade de registros escassos a respeito do período Pré-colonial brasileiros nos livros didáticos. Embora existam estudos arqueológicos e antropológicos que apontem a diversidade social e cultural, as populações originárias ainda são descritas de maneira simplificadora. Os livros escolares são entendidos como divulgadores científicos e lugares onde a memória é forjada. Uma abordagem mais abrangente do período pré-cabralino nesses livros significa torná-los formativos de uma memória que percebe a heterogeneidade no passado, o que contribui para a elaboração de um saber histórico escolar atento à diversidade étnica, no passado e no presente.

Palavras-chave: Livros didáticos, período pré-colonial, memória, diversidade étnica.

Abstract

Through the analysis of three textbooks of the Programa Nacional do Livro Didático Guide (PNLD 2014) for the 6th year of elementary school II, it tried to understand the continuity of scarce records regarding the Brazilian Pre-colonial period in textbooks. Although there are archaeological and anthropological studies that show the social and

¹ Professora na rede municipal de ensino de São Paulo. Programa de Mestrado Interdisciplinar da Universidade de Santo Amaro. E-mail: cassia.guimarães75@hotmail.com

cultural diversity, native populations are described in simplified way. Textbooks are understood as science communicators and places where memory is forged. A more comprehensive approach to pre-Cabral period these books means making them formation of a memory that realizes the heterogeneity in the past, which contributes to the elaboration of a school historical knowledge that is attentive to ethnic diversity, in the past and in the present.

Keywords: Textbooks, Pre-colonial period, memory, ethnic diversity.

Introdução

Bittencourt (2011: 299) afirma que os livros didáticos são obras “de difícil definição”, e, apesar disso, são corriqueiras no processo de escolarização de tal maneira que identificá-las é uma tarefa simples para quem foi, ou ainda é, estudante do Ensino Básico. Sabe-se, portanto, que os manuais escolares estão em contato com milhares de alunos dentro das instituições de ensino.

Assim, por serem produtos culturais relevantes e influentes, as publicações didáticas devem ser problematizados. Neste artigo, pretende-se averiguar as razões dos registros acerca do passado pré-colonial brasileiro apresentarem-se escassos nos livros escolares, em determinados momentos históricos.

Justifica-se a discussão a respeito do período pré-colonial nos livros didáticos, pois se trata de um momento da história que se caracteriza pela complexidade e heterogeneidade. Logo, o estudo do período anterior ao processo de colonização do Brasil coaduna-se com a construção de um saber histórico escolar que valoriza a diversidade étnica e social.

Livros didáticos: alguns aspectos

Livros didáticos são obras que possuem o intuito de facilitar o processo de ensino-aprendizagem. São desenvolvidas de acordo com idade e com o nível de ensino em que os alunos se encontram. Como são produzidas para o público escolar, recebem

influências das teorias educacionais e das teorias que perpassam a produção do conhecimento de cada disciplina.

Além disso, por serem produtos sociais, o momento político, os questionamentos e conquistas que os diversos grupos sociais fazem, também interferem em sua constituição. Portanto, são portadores das ideologias que permeiam a sociedade em que são produzidos.

Bittencourt (2011) caracterizou os livros didáticos como objetos complexos e destacou que este material é mercadoria. Assim, a lógica de mercado capitalista os influencia. A autora ainda lembrou que a interferência estatal se faz presente por meio de propostas curriculares, de políticas públicas e de avaliações.

A atual política pública para os livros escolares recebe o nome de Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Criado na década de 1930 com os objetivos de avaliar, comprar e distribuir livros didáticos para todos os alunos das escolas públicas do Brasil. A avaliação é feita por uma comissão composta por professores que possuem, no mínimo, a titulação de mestres. Após a aprovação, as coleções são colocadas à disposição dos professores do nível básico, que indicarão sua escolha. As coleções indicadas são compradas pelo governo federal, que também as distribui para os alunos.

Como o âmbito do Programa é nacional, seu peso financeiro é significativo. De acordo com Choppin (2004: 551), no Brasil, “os livros didáticos correspondiam, no início do século XX, a dois terços dos livros publicados e representavam, ainda em 1996, aproximadamente a 61% da produção nacional”. Situação que não se difere na atualidade, pois, conforme dados do governo federal², foram gastos R\$ 1,2 bilhões em 2013 com o PNLD.

Além disso, as publicações didáticas chegam a todos os estudantes das escolas públicas brasileiras. Logo, sua inserção no ambiente escolar e no cotidiano de aprendizagem é relevante, o que torna compreensíveis a disputa e o controle em torno de tais obras.

² (1) conforme o site: <http://www.fn.de.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>. Acesso em 14/10/2015.

Bittencourt (2011) também afirma que há a necessidade da intervenção do professor no manuseio do livro escolar, pois não existe uma publicação didática que atinja o que a autora chama de ideal. Deste modo, a incompletude e provisoriedade do material a ser utilizado são afirmações que devem conduzir o trabalho docente.

Livros didáticos: registros e compromissos

Logo após a Independência, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que agregava um conjunto de intelectuais com a tarefa de produzir uma história que fomentasse os vínculos entre os brasileiros. Uma das estratégias empreendidas era a produção de livros didáticos, portadores de uma narrativa histórica nacionalista (Mariano 2006).

Da criação do IHGB até a atualidade, a intervenção governamental faz-se presente na escolha dos conteúdos. Prova disso é o PNLD, que analisa coleções didáticas e somente as obras aprovadas são disponibilizadas para que os docentes das escolas públicas possam escolhê-las. Isto lhes confere um caráter oficial, pois as coleções foram referendadas pelo governo.

Como os livros didáticos são parte do universo escolar, pesquisadores de diversas áreas passaram a questionar o comprometimento do material didático com os valores da cidadania. Uma vez que, mesmo com regras legais específicas, não se pode mais entender a escola como um ente passivo e obediente às determinações do governo, seu mantenedor.

O pensamento educacional desenvolveu-se e reivindica a construção de uma escola democrática, transformadora, enfim, pautada nos valores da cidadania (Freire 2011) e os livros didáticos precisam se alinhar a esta construção. Especificamente a respeito do passado pré-colonial brasileiro, duas arqueólogas, Lima & Silva (1999), verificaram que em cem anos, entre 1898 e 1998, ocorreram três momentos de valorização do período nas publicações pedagógicas.

O primeiro momento foi no século XIX. O conhecimento escolar era voltado para a elite e influenciado pelos positivistas, que valorizavam a erudição. O segundo momento, na Era Vargas, em que se desejava consolidar os ideais nacionalistas. O elemento indígena recebeu destaque, pois trazia um ingrediente de peculiaridade para

a imagem de sociedade miscigenada e harmoniosa que o governo deseja divulgar entre os brasileiros.

Ainda de acordo com Lima & Silva (1999), entre o final da década de 1950 e a de 1970, os registros relacionados ao Brasil pré-colonial foram simplificados e constavam até equívocos científicos. A situação volta a mudar com a redemocratização do Brasil, que repercutiu nos livros escolares dos anos de 1990. Neles, as pesquisadoras encontraram autores que tratam com maior cuidado o período pré-colonial, embora ainda houvesse casos de autores que entendessem a História brasileira apenas a partir do início da colonização portuguesa.

Também a respeito da década de 1990, o estudo de Vasconcellos, Alonso & Lustosa (2000) verificou avanços na iconografia e no entendimento que a História do Brasil começou antes de 1500. Porém, o artigo observa a presença do evolucionismo social. Ideias de estágio civilizatório e cultural, primitivismo são ainda encontradas nas obras didáticas. Outro problema constatado é a utilização da imprensa como fonte, ao invés de referências acadêmicas.

Mariano (2006), ao pesquisar a imagem dos indígenas nos livros didáticos do final do século XIX e começo do XX, encontrou idealizações vinculadas ao pensamento romântico indianista, caso do livro *“Por que me ufano do meu paiz”*, 1900, de Affonso Celso, que exaltava o indígena como componente do mestiço, que foi conduzido pelos portugueses.

Houve publicações depreciativas dos povos nativos, com base no evolucionismo. Exemplos deste tipo de construção histórica são os livros *“Lições de História do Brasil”*, 1861, de Joaquim Manuel de Macedo e *“Compêndio da História do Brasil para o curso ginasial”*, 1939, de autoria de Vicente Tapajós. Nas duas obras, os indígenas são descritos pelas ausências culturais e técnicas. O último exemplar, no entanto, dentro ainda da visão evolucionista acredita que os indígenas são como crianças grandes, que poderiam progredir e sair de seu atraso, se houver a integração ao restante do país, com a ajuda do Estado (Mariano 2006).

Quanto aos livros didáticos atuais, a autora analisou algumas publicações direcionadas para o Ensino Médio. Foram estudadas diversas edições ocorridas entre as décadas de 1990 e início dos anos 2000. O resultado é que houve poucas alterações

de conteúdo e a repetição, entre os livros e suas respectivas edições, da ideia de um contato que destrói as populações nativas e sua cultura.

Curado (2013) é outro estudioso do passado pré-colonial nos livros didáticos de História para o Ensino Fundamental II. Este arqueólogo verificou as seis coleções mais vendidas do PNLD de 2011 e pode apurar a manutenção de um espaço reduzido para o assunto, além da utilização da mídia como fonte de referência. O autor entende que o pouco espaço reservado ao período anterior à chegada de Cabral demonstra o etnocentrismo europeu.

Além disso, Curado (2013) avalia que a rapidez com que o assunto é trabalhado não permite a conscientização de que o Patrimônio Arqueológico Nacional deva ser preservado. O autor notou que alguns livros sequer traziam a problemática da preservação, ou limitavam-se a citar rapidamente que existem dificuldades na manutenção e preservação patrimonial.

Como Curado (2013) verificou edições do PNLD 2011, para este artigo foram analisados os três primeiros livros indicados pelo Guia do PNLD 2014. São eles: *“Estudar história: das origens à era digital”*, de Patrícia Ramos Braick, de 2011; *“Link História”*, de Denise M. Marino & Léo Stampacchio, de 2012; e *“Encontros com a História”*, de Vanise Ribeiro & Carla Anastasia, de 2012. Deve-se ressaltar que todos os livros verificados são direcionados para o 6º ano do Ensino Fundamental II, pois é o momento em que os livros escolares tratam dos assuntos relacionados à antiguidade e pré-história.

Observa-se a permanência de algumas características, como a quantidade reduzida de páginas dedicadas ao passado pré-colonial brasileiro: uma página no livro de Ribeiro & Anastasia (2012) e quatro páginas, na publicação de Marino & Stampacchio (2012). Em relação ao livro de Braick (2011), registrou-se o maior número de páginas: um total de 12. Além disso, esse último livro trouxe uma boa iconografia e dados mais atualizados sobre o período.

No exemplar de autoria de Ribeiro & Anastasia (2012) constaram poucas informações e, em relação à ocupação do Brasil, o livro informa ter ocorrido há apenas 12 mil anos. A obra de Marino & Stampacchio (2012: 15) trouxe duas datações diferentes para a ocupação pré-colonial: 11 e 40 mil anos.

Os três exemplares destacam os sítios arqueológicos de maior evidência na mídia, Lagoa Santa (MG) e São Raimundo Nonato (PI). Os meios de sobrevivência, como coleta, agricultura, caça, são relacionados sem maiores explicações, o que pode originar equívocos e o reforço ao evolucionismo com seus estágios de desenvolvimento.

É possível perceber uma retomada do passado pré-colonial brasileiro nos livros didáticos de História. Contudo, mantém-se o formato de registros muito simples e curtos. Mesmo havendo exceções, como o livro *“Estudar História: das origens à era digital”*, que busca trazer conteúdos mais apurados. Cabe aos docentes a procura de fontes para construir com seus alunos uma formação a respeito da história anterior à chegada europeia.

Por meio das análises acima descritas, verifica-se que é imprescindível a atuação formativa dos professores. Uma vez que ao se tratar do Brasil pré-colonial, mesmo em momentos que o assunto se tornou preocupação para os autores de livros didáticos, houve um comprometimento ideológico que desejava determinar e veicular o pensamento que a elite de cada época entendia acerca deste período histórico e das populações originárias que nele viveram.

Assim, no século XIX, o compromisso educacional positivista com a erudição da elite determinou o apuro nos conteúdos a respeito do Brasil pré-colonial. Também durante o governo Vargas, em que se procurou estabelecer a mestiçagem como traço da nacionalidade brasileira. Neste caso, conhecer o período que antecede a chegada dos portugueses era entendido como conhecer as raízes fundadoras do Brasil e seu elemento indígena.

O engajamento varguista buscava construir uma mestiçagem generalizante, pois o mestiço equalizava não só as diferenças étnicas, mas também sociais (Lima; Silva, 1999). Na atualidade, a escola progressista (Gadotti 2008), oriunda dos debates entre professores, grupos que reivindicam direitos sociais e o meio intelectual, busca o comprometimento com os valores democráticos. Dessa forma, registros satisfatórios acerca do período anterior à colonização demonstrariam a riqueza étnica e cultural do Brasil.

Livros didáticos: Importância e lugar de memória

A escolarização é um processo criado pelas sociedades para transmitir aos mais jovens o conhecimento produzido. Assim, a escola é um lugar de divulgação científica e, também, ideológica, pois o entendimento de mundo e o modo de vida adentram os muros escolares. O processo de escolarização não se distancia da sociedade que o produz.

Inseridos entre os procedimentos educativos estão os livros didáticos. Com o objetivo de facilitar o trabalho de professores e alunos, os manuais escolares recebem uma carga de influência cada vez maior: a sociedade, o Estado e, na atualidade, também o mercado procuram determinar os conteúdos contidos nestas obras.

Controlar conteúdos significa controlar a memória e estabelecer um discurso que corresponda aos interesses das categorias dominantes. Silva (2005) afirma que a memória é usada para justificar e assegurar a manutenção do poder. Por isso, a constante supervisão sobre a escola e o material didático.

Segundo Mariano (2006), no Brasil, a princípio, os livros didáticos foram utilizados como recurso para suprir a deficiência na formação dos professores. Existiam dois tipos de livros escolares: um para o aluno e outro, o livro do mestre, para os professores, com as respostas dos exercícios e das questões propostos no livro do aluno. É preciso lembrar que, atualmente, devido à excessiva carga de trabalho, os docentes ainda acabam por depender dos livros didáticos durante as aulas.

Estudiosos, como Vasconcellos, Alonso & Lustosa. (2000) e Lima (2014), observam o livro escolar, não só como recurso, mas como única fonte de referência, leitura e pesquisa para os docentes. A inserção dos compêndios didáticos no universo escolar se faz há tempos e se mantém grande, o que explica o interesse dos pesquisadores em analisá-los.

Outro motivo que gera interesse acadêmico sobre os livros escolares relaciona-se ao fato de que este tipo de livro tem o papel de divulgador científico. Logo, é compreensível que os debates e proposições das academias interajam com as publicações didáticas. Há trabalhos atuais, como os de Vasconcellos, Alonso & Lustosa (2000), Mariano (2006) e Lima (2014), que acreditam no estreitamento das relações entre escola, academia, museus e autores de livros didáticos como uma solução para a ampliação do saber.

Por meio do relato da segunda seção, é possível verificar a recorrência no modo de exposição do passado pré-colonial nos livros didáticos de História para o Ensino Fundamental II. As publicações mais recentes (PNLD 2014) ainda revelam repetições de formatos observados por pesquisadores de edições das décadas anteriores.

Deve-se considerar, contudo, que há avanços, como fato de todos os livros analisados do PNLD 2014 discutirem as teorias de ocupação americanas, além de deixarem claro que o Brasil era ocupado com populações nativas muito anteriores ao ano de 1500. É importante mencionar que o livro de Braick (2011) mostrou o modo de vida destas populações, a megafauna brasileira e o desenvolvimento de técnicas cerâmica e lítica.

Braick (2011) utilizou como referências importantes estudiosos: Niède Guidon, Walter Neves, Norberto Luiz Guarinello e Pierre Vidal-Naquet. Portanto, um maior envolvimento com fontes acadêmicas e arqueológicas ampliariam os registros a respeito do passado pré-colonial. O aprimoramento dos conteúdos é relevante, pois a inserção do material didático entre alunos e professores é relevante e acaba por projetar um determinado discurso sobre a memória em que a ancestralidade indígena é invisibilizada.

Bosi (1994: 55), ao expor a teoria a respeito da memória de Halbwachs, explica que a memória possui um caráter coletivo, pois ela é sempre alçada e modificada pelo presente: “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”. Esta dinâmica da memória é apenas aparentemente individual, pois, ainda para Halbwachs, há um entrelaçamento entre o que é lembrança “da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade” (Bosi 1994: 55).

Nora (1993) verifica que a memória, antes viva e se desenvolvendo em meio às sociedades vivas, cristaliza-se e se transforma em História. Os locais em que há tal cristalização compõem o que este autor denomina como “lugares de memória”. É ainda Nora (1993) que afirma que os livros didáticos são exemplos de lugares de memória.

Nos bancos escolares, portanto, compõem-se a memória social, a noção de ancestralidade e de desenvolvimento humano em tempos anteriores. Com relação ao passado pré-colonial, seu estudo revela a diversidade étnica que ocupava toda a

extensão territorial do Brasil, bem como um conjunto enorme de técnicas que permitiam o manejo do ambiente e a sobrevivência das várias populações nativas.

Neste ponto, o estudo do passado pré-colonial brasileiro também pode contribuir para que os estudantes formem um entendimento de que, muito antes da chegada dos europeus, as populações originárias se caracterizavam pela complexidade e heterogeneidade social e cultural. Isto não significa que os povos nativos mantinham relações harmoniosas. Mas é possível perceber que a sociedade brasileira é marcada, há tempos, pela diversidade.

Os valores da democracia são alicerçados na compreensão, no respeito à diversidade étnica e cultural e no convívio com as diferenças. São estes valores que o pensamento educacional da atualidade deseja divulgar. Desse modo, o conhecimento histórico escolar deve corroborar na formação de estudantes que se percebam herdeiros de sociedades complexas e heterogêneas.

Na segunda parte deste artigo, observou-se que as classes dominantes, por meio do Estado, pretenderam direcionar a memória ao exercer o controle do material didático. Convém que os conteúdos escolares, entre eles os referentes ao passado pré-colonial, sejam objetos de discussão nas escolas e nas academias para que se constitua uma memória social que revele a alteridade.

Considerações Finais

Os livros escolares têm recebido atenção de diversos pesquisadores devido à sua importância: são obras com peso ideológico e que estão inseridas nas atividades rotineiras das escolas. Pela relevância apresentada, os livros didáticos passam por intensa supervisão governamental. Não obstante o controle, a escola não é uma receptora passiva: professores, alunos, pais, pesquisadores educacionais pensam e agem sobre estas obras.

No Brasil, após o governo militar de 1964 a 1985, a educação tecnicista (Severino, 1986) implementada com a ajuda dos EUA, foi rediscutida. Houve o desenvolvimento do pensamento progressista, que acredita que os objetivos e as ações da escola devem ser definidos por seus atores: é a construção da escola

democrática, cuja base é a discussão de todo o processo educacional, o que inclui os conteúdos e programas.

Ao compreender a relevância de sua participação nos debates, grupos ligados aos direitos dos povos indígenas e afrodescendentes reivindicaram a lei 11.645/08, que institui os conteúdos relacionados à História e à Cultura destes povos na Educação Básica. Diante disso, o ensino do passado pré-colonial brasileiro atende às determinações legais, pois revela a História milenar dos povos originários do Brasil.

Povos que nos deixaram importantes e frágeis heranças culturais. Fragilidade que se expressa por se tratarem de vestígios arqueológicos, que podem ser perdidos facilmente (Robrahn-González 2000). O conhecimento desta herança é o caminho para sua valorização e proteção. A perda do conhecimento ancestral é irreversível, pois, como pontua Neves,

cada vez que uma pequena sociedade tribal é extinta num rincão da Terra, vai com ela um repertório milenarmente testado de soluções materiais e existenciais. E que essas soluções poderão, um dia, ser fundamentais para o nosso bem-estar material e existencial (Neves 2000: 8).

Além disso, o estudo de um passado recuado, como o pré-colonial, demonstra que a diversidade humana, social e cultural são realidades no passado que se mantêm no presente, apesar de todas as tentativas de se homogeneizar a sociedade brasileira: no século XIX e começo do XX, com as ideias de embranquecimento; durante a permanência de Getúlio Vargas no poder, com a propagação do mestiço como símbolo de brasilidade; e, no recente período de governo militar, com o cidadão ordeiro e nacionalista.

Por fim, estudar os vestígios arqueológicos e etnográficos que compõem o Brasil pré-colonial, conduz alunos e professores para a construção de um ensino histórico escolar que destaque a diversidade de caminhos e soluções que a humanidade tomou. Desta forma, compreende-se que a História não é inexorável (Sevcenko, 2001) e a sociedade nunca foi ou será homogênea.

Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. Cortez, São Paulo. 2011.

BOSI, Éclea. *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. Companhia das Letras, São Paulo. 1994.

BRAICK, Patrícia Ramos. *Estudar história: das origens do homem à era digital*. Moderna, São Paulo. 2011.

CHOPPIN, Alain. História dos Livros e das Edições Didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, nº 30. Vol. 03. 2004, pp. 549-566.

CURADO, Danilo. *Contradições entre as Políticas Públicas do PCN e do PNL D 2011: uma análise da arqueologia brasileira nos livros didáticos de História*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho. 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra, São Paulo. 2011.

GADOTTI, Moacir. *Pensamento pedagógico brasileiro*. Ática, São Paulo. 2008.

GUIA de Livros Didáticos: PNL D 2014 – História: ensino fundamental: anos finais. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2013.

LIMA, Leilane Patrícia de. *A arqueologia e os indígenas na escola: um estudo de público em Londrina- PR*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2014.

LIMA, Tânia Andrade; SILVA, Regina Coeli Pinheiro. 1898-1998: a pré-história brasileira em cem anos de livros didáticos. *Fronteiras*, nº 3. Vol. 06. 1999, pp. 91-134.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. *A representação sobre os índios nos livros didáticos de história do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2006.

MARINO, Denise Mattos; STAMPACCHIO Léo. *Link História*. IBEP, São Paulo. 2012.

NEVES, Walter Alves. Antes de Cabral: a arqueologia e a sociodiversidade no passado. *Revista USP*, nº 44. 2000, pp. 6-9.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, nº 10. 1993, pp. 7-28.

RIBEIRO, Vanise Maria; ANASTASIA, Carla Maria. *Encontros com a História*. Editora Positivo, Curitiba. 2012.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. *Revista USP*, nº 44. 2000, pp. 10-31.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. Companhia das Letras, São Paulo. 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Educação, ideologia e contra-ideologia*. EPU, São Paulo. 1986.

SILVA, Glaydson José. A antiguidade Romana e a Desconstrução das Identidades Nacionais. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu. (Org.) *Identidades, Discurso e Poder: estudos da arqueologia contemporânea*. Annablume; FAPESP, São Paulo. 2005, pp. 91-101.

VASCONCELLOS, Camillo Mello; ALONSO, Ana Carla; LUSTOSA, Paulo Rodrigues. A Abordagem do Período Pré-colonial Brasileiro nos Livros Didáticos do Ensino Fundamental. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n.º 10. 2000, pp. 231-238.

O uso do SIG como aliado na proteção do patrimônio arqueológico: um estudo na cidade de Santos – SP

The use of GIS as allied in the protection of archaeological heritage: A study in the city
of Santos – SP

*Cristiane Eugênia Amarante*¹

Resumo

Os sistemas de informação geográfica (SIG) são cada vez mais utilizados nas pesquisas arqueológicas. No âmbito da dissertação de mestrado desta autora, que visava a criação de um museu de arqueologia, deparou-se com questões relacionadas a reconhecer e mapear o patrimônio arqueológico da cidade de Santos - SP. Para organizar um museu é preciso reconhecer acervos, sítios arqueológicos e pesquisas arqueológicas. No intuito de realizar esta tarefa, trilharam-se alguns caminhos tais como verificação de mapeamentos anteriores, levantamentos de relatórios e apoiou-se teoricamente em teses de doutorado sobre o uso do SIG na arqueologia. Esse processo resultou na listagem de sítios que não estavam presentes em mapas anteriores. O estudo possibilitou ainda, levantar reflexões sobre a importância do mapeamento dos sítios na proteção do patrimônio arqueológico.

Palavras chave: sistemas de informação geográfica; museus de arqueologia; arqueologia em Santos.

Abstract

¹ Mestra em Arqueologia pelo MAE-USP. Doutoranda em Arqueologia pela UFS. Bolsista da Capes. (1) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Orientadora: Doutora Marília Xavier Cury. Universidade Federal de Sergipe (UFS). Orientadores: Doutor Paulo Bava de Camargo e Doutor Gilson Rambelli.

Geographic Information Systems (GIS) have been increasingly used in archaeological researches. In the scope of the master's dissertation of this author, who aimed the creation of an archaeological museum, there occurred questions regarding the identification and mapping of the archaeological heritage of Santos, SP. To organize a museum, it is necessary to identify collections, archaeological sites and archaeological researches. In order to accomplish the task, some paths were followed, such as verification of previous mapping and reports survey, basing on doctoral theses about the use of GIS in archaeology. This process resulted in a listing of sites, which were not present in prior maps. The study also allowed raising reflections about the importance of the sites mapping in archaeological heritage protection.

Keywords: Geographic information system; Archaeology museums; Archaeology in Santos.

Introdução

Este artigo expõe a busca da compreensão da importância do Sistema de Informação Geográfica (SIG), na Arqueologia, analisando suas possibilidades de uso e os desafios dessa ferramenta.

Longe de ser uma análise técnica, pois a autora não tem conhecimentos profundos para tal, este texto é escrito para o pesquisador leigo em SIG, para que tome um primeiro contato com o tema. É uma discussão dessa prática que está se expandindo.

O SIG permite utilizar diferentes ferramentas para mapeamento de sítios, localização, análise entre sítios em regiões selecionadas por quem realiza uma pesquisa e também o acompanhamento de trabalhos de escavações via georreferenciamento de fotos, croquis e cartas topográficas. Nos SIGs é possível arquivar e acionar diferentes informações, relacionando-as. Por esse motivo, possibilita realizar complexas análises intersítios e intrassítio.

Um dos motivos de ter selecionado esse tema para análise foi a necessidade de realizar um trabalho em SIG surgida devido à dissertação de mestrado *Refletindo sobre Musealização: um encontro entre Público e Arqueologia Marítima em Santos*, desenvolvida no MAE-USP, sob orientação da professora doutora Marília Xavier Cury,

concluída e defendida em 2014. O trabalho propôs um planejamento estratégico para musealização do material arqueológico proveniente de escavações na cidade de Santos.

A Arqueologia Marítima em Santos/SP (Brasil) é inerente à geografia dessa cidade, que é toda cercada por águas e abriga o maior Porto da América Latina. Desde a década de 1950, várias escavações vêm sendo realizadas na região e adjacências, porém esse material ainda não foi musealizado para que o público tivesse contato com ele e as temáticas associadas.

No entanto antes da musealização vem a necessidade de mapear os sítios escavados e os potenciais sítios, além de levantar informações importantes sobre eles, e realizar um histórico dessas escavações bem como analisar os sítios da cidade de Santos sob a ótica do tema da maritimidade.

A Prefeitura de Santos desenvolveu um SIG próprio, com base cartográfica gerada no início do século XXI, ou seja, bastante atualizada em relação à maior parte do país – intitulado SIG Santos. Nessa plataforma foram inseridas várias informações sobre o planejamento, a arborização e a educação da cidade, mas os sítios arqueológicos ainda não foram contemplados.

Por esse motivo, pela necessidade do desenvolvimento de um trabalho de pesquisa e de planejamento da Prefeitura de Santos, fazendo parte do seu corpo técnico e possuindo formação como mestra em Arqueologia do MAE-USP (concluída em 2014) e tendo cursado especialização em Arqueologia Subaquática pela Universidade Autônoma de Lisboa e pelo Instituto Politécnico de Tomar (UAL-IPT) (concluída em 2012), houve a necessidade de unir forças e realizar essa tarefa.

Mas, ao dedicar-se a essa tarefa, esta autora se deparou com muitos desafios. Desde o desconhecimento dos aparatos tecnológicos até a definição de quais informações são mais importantes e devem ser disponibilizadas. É uma responsabilidade grande, pois se trata de organizar os dados de um modo que qualquer pesquisador, no futuro, tenha acesso à informação ali contida e a compreenda.

Como base teórica, foram utilizadas: a tese de doutorado *SIG Arqueologia: Aplicação em Pesquisa Arqueológica*”, de Nilton Ricetti Xavier de Nazareno, defendida no MAE-USP em 2005, sob orientação do professor doutor José Luiz de Moraes, a tese

de Andreas Kneip, também do MAE-USP, defendida em 2004 com o título *O Povo da Lagoa: O Uso do SIG para Modelamento e Simulação na Área Arqueológica do Camacho*” e a apresentação em PowerPoint, elaborada para as aulas da pós-graduação em Arqueologia Subaquática (UAL-IPT), da professora doutora Alexandra Figueiredo, com o título “Técnicas de Registro e Sistema de Informação Geográfica”, de 2011.

As possibilidades

Primeiro faremos algumas considerações para melhor compreensão do contexto do SIG aplicado à Arqueologia.

Nazareno (2005) faz um breve histórico do surgimento do SIG e contextualiza sua utilização por outras ciências, além de oferecer algumas explicações técnicas.

Ainda o autor traz a seguinte definição:

Um Sistema de Informações Geográficas (SIG) pode ser entendido como um banco de dados não convencional (georreferenciado) com a capacidade de proceder a análises. No âmbito da Arqueologia, onde diferentes tipos de dados devem ser analisados conjuntamente (geológicos, geomorfológicos, climatológicos, arqueológicos, estatísticos, entre outros) é uma ferramenta extremamente poderosa (Nazareno 2005: 5).

Um SIG possui uma base de dados gráfica e alfanumérica que permite monitorar e tomar decisões relativas ao espaço geográfico. Não é um simples *hardware* ou *software*, mas uma combinação. Além disso, o corpo técnico especializado também é considerado parte do sistema.

Mas por que uma ferramenta tão boa não é amplamente utilizada? Porque não se compra um pacote em uma loja; é preciso desenvolver várias tecnologias e saber combiná-las para compor uma base de dados que atenda à necessidade da pesquisa. O conhecimento técnico é bastante específico, obrigando a constituição de um corpo técnico habilitado a operar com os programas. No caso do Brasil, falta uma base cartográfica precisa e confiável. E, quando se tem a cartografia adequada, faltam computadores com grande capacidade de processamento.

Há uma grande potencialidade do SIG para a produção de Cartas Arqueológicas em um trabalho prévio de análise intersítios. Em um momento posterior, depois de realizado o trabalho de escavação, lançar as informações nos programas para a análise

intrassítio permite compreender a ocupação ao longo do tempo e a formação do registro arqueológico.

Outro ponto interessante é: como transpor para a realidade virtual o que se observa nos sítios arqueológicos? Como traduzir em mapas e informações as interações que os homens do passado mantinham entre si e com o ambiente? Em seu trabalho, Nazareno (2005) propõe alguns modelos para caçadores-coletores, que, segundo ele, com algumas adaptações, podem ser aplicados em outros locais do país. Na tese, foram selecionados alguns traços da paisagem que podem ser mapeados e foram descritos para que outros utilizem, como a criação de um modelo.

Nazareno (2005: 50) explica o critério para a criação desses modelos da seguinte forma: “De início, o pesquisador precisa selecionar quais informações do mundo real são importantes. É neste momento que os dados relacionados ao tipo de solo, a topografias locais ou regionais, à geofísica, ao clima e à vegetação entram em questão.”. Esses dados devem levar em consideração o modo como foram utilizados no passado, e como se inter-relacionavam.

Aliás, referindo-se à formação de modelos, muito se tem que pensar e não só nos modelos arqueológicos, mas nos modelos de apresentação em SIG.

Um SIG pode ser composto por vários *layers*. E esses *layers*, hoje em dia, ainda não são padronizados.

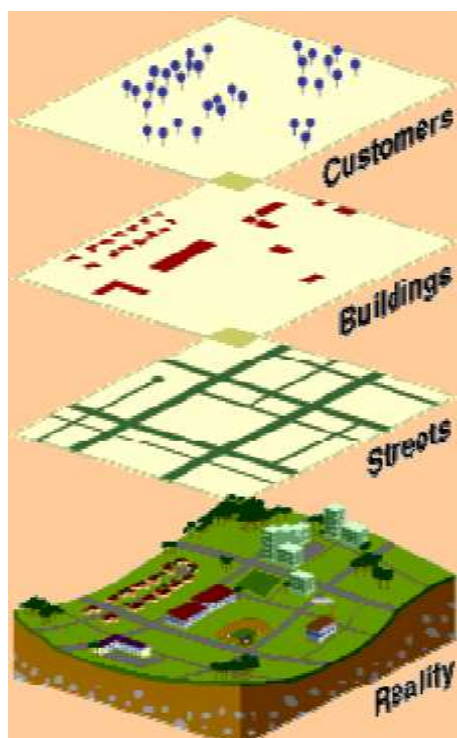


Fig. 1: Exemplo de apresentação de *layers*.
(Figueiredo, 2011. Slide 51.)

Segundo a apresentação de Figueiredo (2011) (Fig. 1), os *layers* são a organização dos objetos espaciais em níveis de informação ou temas. Vamos imaginar que é como se fossem as camadas de um bolo. Em cada camada você pode colocar diferentes ingredientes. Por exemplo: em uma camada é possível colocar a projeção da foto atual do local, em outra, projetar o mapa, em outra um mapa antigo combinando com o atual a partir de computação gráfica, em outro o croqui do sítio. Esses dados devem todos ser georreferenciados. Outra sugestão para análise intrassítio é colocar, por exemplo, para uma região uma camada de sítios de sambaqui, em outra os sítios de fortaleza, em outra os sítios já pesquisados e em outra os sítios ainda não pesquisados.

Essas informações são colocadas em uma tabela de atributos e o programa faz a seleção dos *layers* criados pelo programador, ao habilitar as camadas que desejar.

No trabalho de Kneip (2004), o objetivo específico era recriar a planície costeira do litoral de Santa Catarina, explicitando as variações do nível do mar e a influência nos sítios de sambaqui.

O papel do pesquisador na geração de dados é algo importante a ser considerado, uma vez que imagens de alta definição e mapeamento das curvas de nível do sítio podem contribuir muito para os bancos de dados.

Devido a essa problemática, Nazareno (2005) propõe a criação de mapas próprios, citando como exemplo o trabalho de Thomaz (2002), ao longo de 40 quilômetros do Rio Paraná, em seu trecho superior. O mapa final de Thomaz (2002) mostrou áreas abrangentes e não pontos de elevado potencial arqueológico, como o esperado. (Nazareno 2005: 59). Ainda assim o trabalho se mostrou promissor, expondo áreas de interesse arqueológico.

Problemas

Ao analisar o trabalho de Nazareno (2005), observamos que faz uma apresentação da situação da cartografia no Brasil com os problemas e desafios para a Arqueologia.

A desatualização da cartografia brasileira devido a última atualização ter sido realizada entre as décadas de 1960 e 1980 é um grande problema, uma vez que os SIGs

necessitam de precisão. O uso de imagens de satélite tem contribuído para atenuar essa dificuldade.

No caso da cidade de Santos, uma base cartográfica de 2003 é utilizada e são feitas correções anuais para que ela esteja sempre atualizada.

A falta de dados, percebida nos trabalhos brasileiros citados, nos impede de compreender melhor o uso da ferramenta em análise intra sítio. Em Kneip (2004), embora privilegie uma análise intersítios, a apreciação intrassítios fica um pouco mais clara. E, em Figueiredo (2011), as duas formas de utilização ficam claras. Inclusive, no caso de análise intrassítio, é demonstrado um modelo de georreferenciamento de fotografias na escavação de um naufrágio (Fig. 2). A autora esclarece a importância da utilização do SIG no mapeamento do processo de escavação, permitindo observar posteriormente as etapas de trabalho de campo.

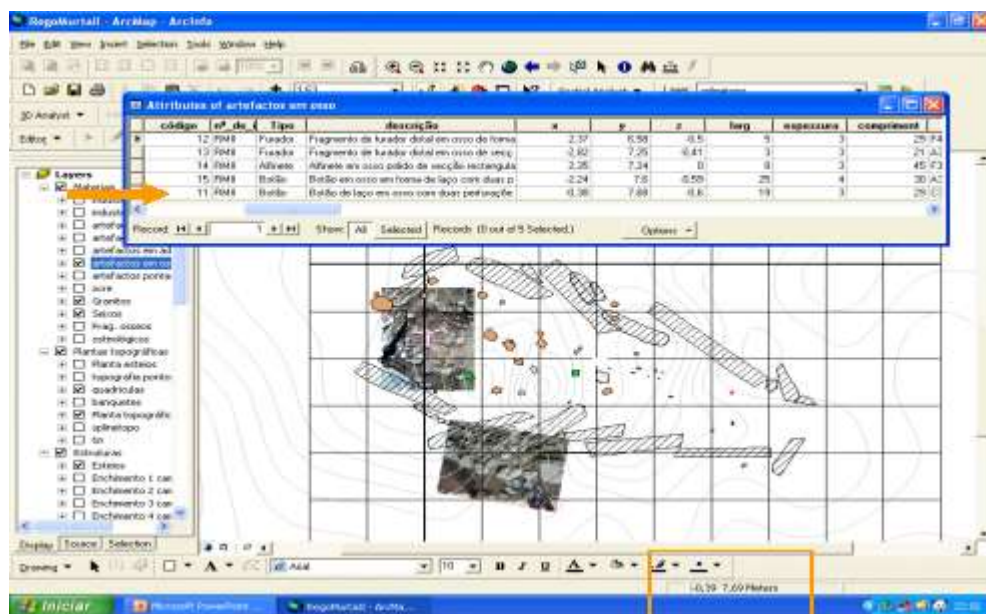


Fig. 2: Georreferenciamento de foto.
(Figueiredo 2011. Slide 37)

As explicações sobre os modelos de SIG devido à deformação do planeta e às distorções que podem ser causadas por esses desalinhos não são expostas nesse trabalho.

Esse dado é importantíssimo, pois diz respeito à utilização dos GPSs no mapeamento dos sítios. O GPS é um aparelho nem sempre preciso, embora existam

modelos de alta precisão. As informações contidas nele podem distorcer a localização do sítio em alguns metros. E, para a Gestão do Patrimônio, um erro como esse pode causar uma distorção da localização dos sítios. Portanto é preciso checar as informações várias vezes para que a localização seja precisa.

Em sua apresentação na Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), Najjar (2011) mostrou alguns exemplos de sítios arqueológicos no Rio de Janeiro, que, ao terem seus dados de coordenadas lançados no SIG, os mesmos apareceram plotados na região Nordeste do país. Esse erro grave pode gerar a depredação do sítio, uma vez que a documentação se refere a um local que não pode ser dimensionado e, portanto, não pode ser protegido.

Outra questão apontada pela mesma pesquisadora foi em relação à inserção dos dados na ficha do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), problema que também está ocorrendo em sítios de Santos. Geralmente, ao preencher a ficha, o pesquisador coloca apenas o ponto central sem delimitar a área. De novo, em relação à Gestão do Patrimônio, como se protege um ponto? O interessante é registrar quatro pontos para delimitar a área, além do ponto central. Uma solução apontada por Najjar (2011) foi a criação de manchas em volta desses pontos nos mapeamentos, nos casos dessas fichas que tiveram o preenchimento de um ponto central somente (Fig. 3). Ainda assim, torna-se uma solução parcial, pois a informação do ponto central do sítio não traz a dimensão de seu diâmetro.

Acreditamos, porém, que o mais indicado (embora nada prático) seja reavaliar o local para tentar estimar pelo menos uma área aproximada que se aproxime do real.

Delimitação da área / Coordenadas UTM			
Ponto central:	Zona:	E:	N:
Perímetro:	Zona:	E:	N:
	Zona:	E:	N:
	Zona:	E:	N:
	Zona:	E:	N:
<input checked="" type="radio"/> GPS	DATUM: 69		
<input type="radio"/> Em mapa	Margem de erro:	20 m	

Fig. 3: Detalhe de localização de sítio em ficha do Iphan.

Os trabalhos utilizados neste estudo, mesmo compondo uma pequena amostra, permitem observar a multiplicidade de aplicações; porém o SIG oferece muitas possibilidades, ainda a serem descobertas e utilizadas pelos arqueólogos.

Sugestões

Como foi dito antes, um SIG pode ser composto por vários *layers*. E esses *layers*, hoje em dia, ainda não são padronizados. Essa está sendo uma dificuldade no caso de Santos e acreditamos que os arqueólogos terão que pensar nisso com uma certa urgência.

Quais parâmetros podem ser utilizados para a criação dos *layers*? A ficha do Iphan? A criação de modelos arqueológicos para sítios? Uma outra classificação a ser criada por um grupo?

Por que estamos pensando nessa problemática? Por dois motivos: o primeiro é que, muito em breve, muitos SIGs estarão disponíveis, pois órgãos de defesa do patrimônio já estão utilizando essas ferramentas, bem como algumas empresas. Mas o que acontecerá quando esses dados se cruzarem? Será possível fazer isso se cada localização tem adotado seus próprios *layers*?

A outra questão se refere às escolhas: Ao criarmos os *layers*, hoje, será que eles irão conter todas as informações significantes para os futuros pesquisadores? Ou estamos adotando modelos falhos? Claro que não será possível responder a isso agora. Mas acreditamos que cursos voltados para essas questões e o levantamento delas em fóruns, encontros, seminários e congressos de arqueologia começam a tentar uma padronização sob o olhar atento de vários arqueólogos.

Outra questão refere-se à aplicação prática do SIG, sobre a qual Nazareno (2005) não se limita a explicações técnicas e metodológicas, mas amplia a discussão para o uso social dessa ferramenta, mostrando que se trata de um instrumento de inclusão social. É importante saber que os SIGs mantêm ferramentas para bloquear dados. Sendo assim, os dados mais técnicos podem ficar disponíveis para os pesquisadores, enquanto informações mais simplificadas podem ser disponibilizadas para o público. E nesse caso ele pode ser uma forma de divulgação do conhecimento científico dentro das linhas de Arqueologia Pública e Comunitária.

A ferramenta possibilita visualizar sítios em grandes áreas. E pode haver informações desde o número total de sítios de uma região, os tipos, até as informações individualizadas dos sítios, tais como o georreferenciamento de peças arqueológicas acopladas a croquis e fotos, dados estes georreferenciados durante as pesquisas em campo. Um SIG bem planejado permite conhecer e cruzar dados. Porém é uma ferramenta que necessita de atualização constante – o banco de dados deve ser atualizado para ser eficiente.

Os SIGs são uma importante ferramenta de Gestão do Patrimônio e, se bem utilizados, podem compor um grande banco de dados, pois permitem um grande acúmulo de informações e cruzamentos de dados. O trabalho é criá-los com um corpo técnico especializado na área e com arqueólogos que compreendam o sistema para coletar os dados com maior exatidão nos sítios.

Resultados

Graças ao início dos diálogos entre técnicos de diferentes secretarias da Prefeitura de Santos, incluindo esta autora, foi possível avançar alguns passos na direção da criação do SIG Santos Arqueologia.

Realizou-se uma pesquisa sobre mapeamentos já existentes, tais como o mapa de sítios do Centro Histórico, elaborado pela arqueóloga Dayane Goulart, e o mapeamento criado pelo arqueólogo Manoel Mateus González, durante as obras de ampliação da linha do bonde no Centro Histórico de Santos/SP, onde constam 34 sítios arqueológicos.

Foram realizadas consultas às fichas de alguns sítios arqueológicos inscritos no Iphan de São Paulo, preenchidas por arqueólogos que pesquisaram na cidade de Santos. Essa pesquisa resultou em uma lista complementar de sítios arqueológicos registrados após 2008, data em que foi elaborado o mapa para as obras de ampliação da linha do bonde.

Criou-se uma lista com dados que podem ser utilizados para a criação de *layers* e fichas de informação, além de levantamento de informações em fontes escritas e iconográficas dos locais listados por Manoel Mateus González e dos sítios listados posteriormente.

A seguir, a lista dos sítios arqueológicos presentes no mapa elaborado no período da ampliação da linha do bonde, (Santos 2008):

1. Bolsa do Café;
2. Caminho do bonde
3. Caminhos coloniais (Rua XV de Novembro e Rua do Comércio)
4. Capela Jesus, Maria e José
5. Capela Nossa Senhora da Graça
6. Capela do Monte Serrat
7. Capela São Francisco de Chagas
8. Antiga Casa de Conselho, Câmara e Cadeia
9. Casa da Frontaria Azulejada
10. Casa do Trem Bélico
11. Casarão do Valongo
12. Cassino e Bonde do Monte Serrat
13. Colégio Barnabé
14. Colégio dos Jesuítas
15. Conjunto Religioso de Nossa Senhora do Carmo
16. Conjunto Religioso de Santo Antônio do Valongo
17. Estação Ferroviária do Valongo
18. Fonte da Coroação (atual Praça Visconde de Mauá)
19. Fonte do Itororó
20. Forense (Av. São Francisco, Rua Marrey Jr. e Brás Cubas)
21. Igreja Matriz
22. Igreja da Misericórdia
23. Igreja Nossa Senhora do Rosário
24. Mercado das Casinhas (Praça da República)
25. Mercado Provisório (Rua Tuiuti)
26. Mosteiro de São Bento
27. Outeiro de Santa Catarina
28. Pelourinhos (primeiro na Rua Tiro 11 e segundo na Praça Barão do Rio Branco)
29. Portos e trapiches (Porto do Bispo no Largo Marques de Monte Alegre e Porto do Consulado na Praça Antônio Teles)
30. Quilombos (Jabaquara, Pai Felipe, e do Garrafão – Centro Histórico)
31. Teatro Guarany
32. Engenho dos Erasmos (Caneleira)
33. Igreja São Francisco de Paula
34. Pavilhão dos Tuberculosos

Lista dos sítios arqueológicos levantados após 2008 por esta autora:

1. Sítio Codesp

2. Sítio da Barca
3. Sítio Armazéns Gerais do Porto de Santos
4. Sítio Galeria Submersa Rio Nossa Senhora do Desterro
5. Sítio Largo Senador Vergueiro
6. Sítio Porto do Valongo
7. Sítio Monumento a Brás Cubas
8. Cemitério do Paquetá
9. Sítio Hospedaria dos Imigrantes
10. Sítio Torre de Saneamento de Esgoto Saturnino de Brito
11. Sítio Cemitério dos Protestantes
12. Sítio Bacia do Mercado
13. Sítio Ruínas da Ilha Barnabé
14. Sítio Vila Sândi
15. Sítio Vila Diana [Ilha Diana]
16. Sítio das Neves/Ruínas do Engenho do Rio Quilombo/Engenho da Madre de Deus
17. Sítio Casa das Caldeiras
18. Sítio Antiga Elevatória de Esgotos III
19. Sítio do Galpão de 1892.

Embora a elaboração do SIG Santos Arqueologia não tenha se concretizado, por razões adversas que independiam da vontade e capacidade dos técnicos envolvidos, considera-se que a cidade de Santos, de certa forma, promoveu ações bastante interessantes rumo ao objetivo inicial da proposta.

O diálogo mobilizou técnicos das Secretarias Municipais de Planejamento e de Meio Ambiente, além de componentes do Conselho Municipal para Defesa do Patrimônio Cultural de Santos (Condepasa). Esse debate criou a consciência da importância do mapeamento dos sítios arqueológicos para melhor proteção e gestão desses bens.

Conclusão

Realizar esse trabalho, em primeiro lugar foi desafiador, porque, embora seja um tema importante da dissertação de mestrado já concluída, é um assunto ainda em fase de descoberta.

O SIG exige um conhecimento específico, como bem salientado por Nazareno (2005), no primeiro capítulo de sua tese, além de ferramentas específicas. Ainda, suas potencialidades estão sendo descobertas pela Arqueologia. No Brasil, poucos trabalhos

o utilizam e, segundo uma frase dita a mim por colegas de classe do MAE-USP: “Quem sabe não ensina”.

Então, o trabalho com SIG se tornou uma busca e um desafio.

A leitura de Nazareno (2005) não só auxiliou nessa busca como também ofereceu suporte teórico e metodológico para um trabalho que vai além da Arqueologia e dialoga com o conceito de Arqueologia Pública, Colaborativa e Comunitária.

As informações arqueológicas organizadas em SIGs que depois podem ser acessados por um grande público leigo é uma ferramenta de divulgação de um conhecimento muitas vezes distante e desconhecido, causando um estranhamento entre a população e o patrimônio ao qual lhe pertence. Nazareno (2005) o chama de ferramenta de inclusão social.

Outro ponto importante é que cada vez mais a situação caminha para que a informática e os meios digitais ganhem maior espaço. Não por acreditar em uma revolução cibernética pura e simples, mas porque eles facilitam o trabalho do pesquisador ao organizar a informação e permitir que ela seja acessada por outros em diferentes momentos da pesquisa.

O trabalho do Arqueólogo possui em linhas gerais quatro momentos: um primeiro momento de pesquisa em documentação variada, tais como fotografias, fotos aéreas, mapas, bibliografia, fontes orais, escavações anteriores e relatórios (quando é o caso); em um segundo momento têm-se as etapas de campo; em um terceiro momento, no laboratório, acontecem a curadoria, classificação e análise dos materiais; e em quarto a musealização e divulgação do material envolvendo processos de comunicação e educação. É importante destacar que essa sequencia não é rígida, e, portanto, pesquisas em fontes variadas e processos educacionais podem acontecer em diferentes momentos, por exemplo. O SIG pode ser considerado uma ferramenta auxiliar a todas essas etapas, além de ser uma metodologia própria, composta por várias habilidades de pesquisa, registro, mapeamento, organização, cruzamento e apresentação de dados, demonstrando mais uma vez a interdisciplinaridade da Arqueologia.

No caso do trabalho de mestrado desenvolvido por esta autora, especificamente, cremos que o SIG Santos será uma ferramenta de mapeamento de

sítios cumprindo com uma proposta de lei municipal de Santos. Seu papel também se expande para melhor compreensão da Arqueologia não só na cidade de Santos, contribuindo com a reconstrução de histórias locais, a divulgação para o público leigo, e constituindo um importante instrumento de gestão do patrimônio arqueológico e de fonte de pesquisa para futuros arqueólogos que trabalharão em diferentes regiões.

Referências Bibliográficas

AMARANTE, Cristiane E. S. *Refletindo sobre Musealização: um encontro entre Público e Arqueologia Marítima em Santos*. 2014. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2014.

FIGUEIREDO, Alexandra. *Técnicas de Registro e Sistemas de Informação Geográfica. Apresentação em Power Point (Manual da Disciplina)*. (Pós-graduação em Arqueologia Subaquática). Universidade Autônoma de Lisboa e Instituto Politécnico de Tomar (UAL/IPT), Portugal, 2011.

KNEIP, Andreas. *O povo da lagoa: o uso do SIG para modelamento e simulação na área arqueológica do Camacho*. 2004. Tese (Doutorado em Arqueologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

NAJJAR, Rosana. Simpósio Temático Gestão do Patrimônio (coord.). In: *Sociedade de Arqueologia Brasileira*. [SAB]. (2011). XVI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Programação Geral, 04 a 10 de Setembro de 2011, Florianópolis, Santa Catarina, 2011.

NAZARENO, Nilton R. X. *SIG Arqueologia: Aplicação em Pesquisa Arqueológica*. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS. Processo da Prefeitura Municipal de Santos 77618/2008-43. Conselho de Defesa do Patrimônio de Santos (CONDEPASA). Santos, SP, 2008.

THOMAZ, Rosângela C. C. *O uso de SIG na predição da localização de sítios arqueológicos: um estudo de caso na Bacia do Paraná superior*. 2002. Tese (Doutorado em Arqueologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

A contribuição da Estela do Porto à numismática de Tasos no século V a.C.

The contribution of the stele from the harbour to the numismatics of Thasos in the fifth century BC

*Daniela Bessa Puccini*¹

Resumo

A *Estela do Porto* é um uma lei sacra, publicada em Tasos em c. 470/60 a.C., em que são definidas medidas de administração das ruas de um percurso processional. Além das diversas referências topográficas e monumentais de interesse da Arqueologia, este documento traz grande contribuição para a Numismática grega. Ali se encontra a referência mais antiga ao *arguramoibeion*, um edifício situado na ágora onde se realizavam as trocas monetárias, além de fornecer o fracionamento das moedas em uso na cidade neste período. Este artigo visa, portanto, através do cruzamento entre duas modalidades de documentos, trazer à discussão questões relativas à metodologia aplicada ao estudo numismático e a contribuição da Epigrafia neste contexto.

Palavras-chave: Numismática Grega, Epigrafia Grega, metodologia numismática, Arqueologia Clássica, Tasos.

Abstract

The *Stele from the Harbour* is a sacred decree, published in Thasos circa 470/60 BC, in which management methods for the streets of a processional route are defined. In addition to diverse topographical and monumental references of interest to Archaeology, this document makes a considerable contribution to Greek numismatics.

¹ Pós-doutora – MAE-USP

On it we find the oldest known reference to the *arguramoibeion*, a building located in the Agora where monetary exchange took place; the Stele also provides the denomination of the currencies in use in the city during this period. This article, by means of intersecting two divergent types of documents, aims to bring to the discussion questions concerning the methodology applied to the numismatic study and the contribution of epigraphy in this context.

Keywords: Greek Numismatics, Greek Epigraphy, Numismatic methodology, Classical Archaeology, Thasos.

Estrangeiros, quem sois? De onde
vindes pelas úmidas vias do mar?
(*Od.* III, 71)

Tasos foi uma colônia estabelecida no norte do Mar Egeu, na primeira metade do século VII a.C., que teve os seus recursos naturais como motivação primeira na escolha do sítio por parte dos colonos provindos de Paros, ilha das Cíclades. (Pouilloux 1954: 22-23) A história mesma dos primeiros decênios de estabelecimento dos pários, quando uma segunda leva de imigrantes conquistaram alguns pontos da costa continental trácia, atesta o interesse dos colonos em controlar esses recursos. Além do mármore, cujas jazidas se distribuem por diversas áreas do território insular, a ilha é um repositório privilegiado de metais preciosos e não preciosos. (*ibidem*: 13-14)
(Figura 1)



Figura 1: Mapa do norte do Mar Egeu e continente traco-macedônio, com destaque para a *peraia* de Tasos. (Pouilloux 1954: 7).

Heródoto (VI, 47) foi testemunha ocular das minas de ouro que se encontram sobre as encostas do maciço de Klissidi, entre Potamia e Koynira², na parte leste da ilha, de frente para a Samotrácia; já a prata era extraída de minas que se encontram próximas de Kallirachi, a oeste, e na zona de Demetrium, entre Potos e Limenaria, ao sul, de onde também eram extraídos bronze e minério de ferro. Também no território continental, os tásios se beneficiaram das minas de prata de Pangheia, a oeste de Kavala, e as de ouro de Skapté Hylé, a noroeste, sendo esta última a mais rentável de todas (*ibidem*, VI, 46; Thuc., I, 100).

Não podemos negar que a abundância em metal é um dos fatores que facilitaram uma cunhagem abundante em Tasos, que se iniciou já nas últimas décadas do século VI a.C. Mas outros fatores podem ser considerados ainda mais efetivos no que diz respeito a tal abundância, como o pagamento de tributo ao Grande Rei, como sugerem os achados em tesouros monetários, a intensa política arquitetural efetuada neste período, assim como a formação de uma frota de Guerra. (Grandjean; Salviat

² Chamadas por ele de Ainyra e Koinyra, ele afirma que fenícios de Tiro já as haviam explorado antes de os gregos fundarem a cidade. Cf. Hdt. II, 44.

2000: 303-304) Outro fator seria mesmo o comércio, o que não surpreende se consideramos a importância desta atividade em uma polis como Tasos.

Localizada a 8km do continente trácio, Tasos controlava o estreito que se formava entre a ilha e a costa continental, por onde passava uma importante rota comercial que ligava Atenas ao Mar Negro. Além disso, ao estabelecer a sua *peraia* no continente, Tasos tinha acesso privilegiado ao interior da Trácia, através dos rios Strymon e Nestos, além das rotas terrestres que corriam pela costa continental ligando Oriente e Ocidente. Foi graças a esta posição privilegiada que as riquezas de Tasos – metais, mármore e o vinho – puderam ser comercializadas por todo o Mediterrâneo, seja pelas vias marítimas que pelas terrestres. (Bonias 2010, *passim*)

Ainda que todo este conjunto de evidências sinalizem para o fato de a cunhagem de moedas ter desempenhado importante papel na economia e na política de Tasos, a moeda antiga dificilmente é representada em contexto arqueológico na exata proporção e importância de que gozou quando da sua emissão e circulação: por ter valor intrínseco – ela valia o quanto pesava em metal precioso --, a moeda podia ser entesourada, saindo de circulação, e não ser recuperada mais; o disco metálico podia ser refundido e reutilizado em outras emissões ou mesmo na produção de outros objetos; a moeda podia ainda ter seu peso ajustado e ser rebatida dentro da pólis ou mesmo em outra localidade. Deste modo, os achados de tesouros monetários, em escavações arqueológicas ou mesmo os achados esporádicos, por mais representativos que sejam, estão longe de refletirem o montante cunhado em um dado período. Para lidar com tal lacuna, a Numismática desenvolveu uma metodologia de estudo que permite uma aproximação do corpus produzido então – que consiste na análise de ligação de cunhos, por meio da qual se identificam os cunhos utilizados na produção das séries de modo que se faz possível propor um estudo de quantificação dos exemplares produzidos com cada um dos cunhos.³

Outro recurso utilizado pelos numismatas são as fontes escritas. Embora as fontes literárias não possam ser consideradas como uma fonte importante de informação no que concerne à Numismática de Tasos, as inscrições epigráficas –

³ Para um aprofundamento das questões metodológicas inerentes à Numismática Grega, cf. Breglia, 1964; Barelló, 2006.

especialmente do século V a.C., mas sem prejuízo para os séculos IV e III a.C. --, por outro lado, nos fornecem informações de grande relevância não somente para o estudo das moedas de Tasos neste período, mas de interesse para toda a Numismática antiga.

É neste sentido que a *Estela do Porto* (Duchêne 1992: 17-34) constitui um documento epigráfico de grande importância não somente para a Numismática, mas para as mais diversas áreas de estudo do mundo antigo. Esta estela foi descoberta em 1984, pela Eforia de Antiguidades Submarinas de Kavala, em parceria com a École Française d'Athènes. O bloco de mármore sobre o qual foi inscrito o regulamento encontrava-se em situação de abandono⁴, na extremidade oeste do pequeno porto de pescadores de Limenas, a menos de 10m da costa, e foi publicada integralmente por Hervé Duchêne, estudioso vinculado à Escola Francesa, em 1992. (*ibidem*: 9-11) (Figura 2).



Figura 2: *Estela do Porto*, conservada no Museu Arqueológico de Tasos (acervo pessoal).

Esta estela constitui uma das mais antigas inscrições de Tasos – ela foi datada entre 470-460 a.C.⁵ – e é a mais longa inscrição de Tasos de época arcaica até aquele momento. É também o mais antigo regulamento de urbanismo do mundo grego.

⁴ O abandono se evidencia pelo contexto do achado: a estela foi recuperada juntamente com outros tipos de materiais arquitetônicos e escultóricos, de períodos diversos. (Duchêne, 1992, pp. 9-10).

⁵ O texto foi escrito em boustrophedon, em alfabeto pário, em dois parágrafos, sendo que as primeiras linhas foram comprometidas pelo estado bastante deteriorado em que a pedra foi encontrada. A cronologia proposta por Duchêne foi feita através de análise paleográfica (*ibidem*: 32-33; 109-131).

Embora suas cláusulas digam respeito à limpeza e sistematização das ruas da cidade, é também uma lei sacra, já que pontua no tempo-espaço um percurso processional (Marginesu 2008: 33-34; *ibidem*: 41-42). Por isso, encontram-se no texto referências a diversos marcos da topografia e da urbanística de Tasos, consistindo de um documento de grande importância para o estudo do cenário monumental da *ásty*, de sua paisagem, assim como para o estudo das instituições e da religião antiga. (Figura 3)

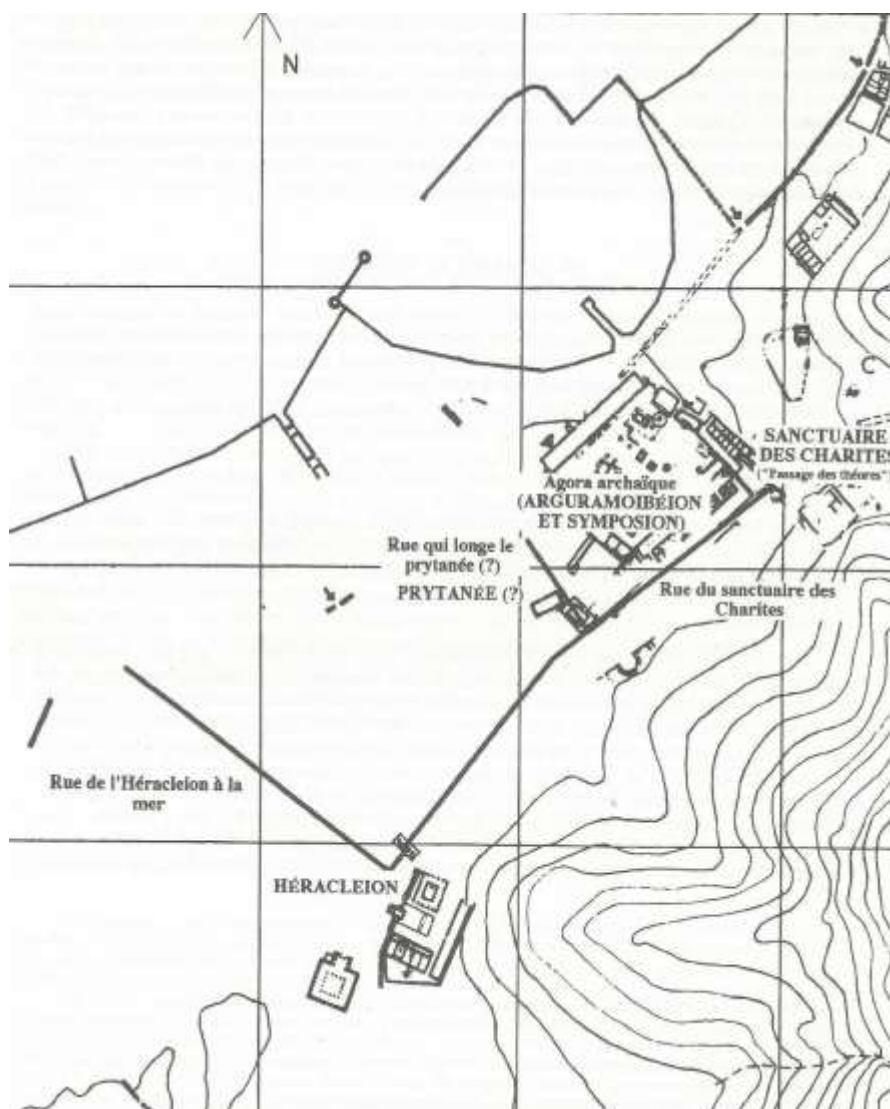


Figura 3: Percurso hipotético descrito na *Estela do Porto* (Duchêne 1992: 103).

Mas especialmente é um documento de grande interesse para a Numismática, já que se encontra ali a referência epigráfica mais antiga ao *argyramoibeion* (linha 42),

que pode ser traduzido como “casa de câmbio”. Ainda que não identificada arqueologicamente, ela nos fornece uma referência topográfica bastante específica:

Depois do santuário das Chárites até os edifícios onde se realiza o câmbio (ἀργυραμοιβήϊον) e os banquetes e seguindo a rua que margeia o Pritaneu, em meio a este espaço, não é permitido jogar nem amontoar lixo. (linhas 41-45)

O termo é um *hapax*, ou seja, é a única menção que temos a uma casa de câmbio, ou um banco, com esta palavra. É também a referência mais antiga a um estabelecimento onde eram efetuadas as transações financeiras da pólis. Este *hapax* ganha um significado ainda mais efetivo por ter sido inscrito sobre pedra – trata-se de um regulamento, de caráter oficial, emitido pelas autoridades da pólis. Estamos portanto diante de uma palavra que retrata uma realidade material, prática, cotidiana, que faz parte do universo mental da pólis – não se trata de uma criação literária.

A partir da raiz *amoibé* (ἀμοιβή), um substantivo abstrato que significa a troca propriamente, são adicionados *árghiros* (ἄργυρος), que é a prata cunhada, e o sufixo indicador de lugar *éion* (ήϊον), presente também em *Pritaneion* (πρυτανήϊον), citado logo em seguida (linhas 43-44).

Do período em que esta inscrição foi redigida⁶, temos a referência – literária, no entanto – a *chryamoibós*, no *Agamemnon*, de Ésquilo, representada em 457 a.C., em que o deus Ares é definido não como um cambista de moedas, mas de objetos de ouro (linhas 436-444). Ele é representado, neste caso, como aquele que em troca dos corpos dos guerreiros mortos em batalha ele devolve a urna com as cinzas.⁷ Esta era, até a descoberta da *Estela do Porto*, a referência mais antiga a cambista (Bogaert, 1966: 136), ainda que neste caso não remeta a uma referência numismática, além de retomar uma ideia – a da pesagem do destino – já presente em Homero (*Il.* VIII, 68 ss.; XXII, pp. 208-213) (Duchemin 1995: 267-290).

Até a descoberta desta inscrição, a referência mais antiga ao cambista, de moedas de prata, de que havíamos notícia estava presente em um regulamento

⁶ Não é minha intenção, neste artigo, listar exaustivamente as referências relacionadas à atividade de câmbio no mundo antigo, mas antes citar aquelas que forneçam um panorama da nomenclatura constante nos documentos de época mais recuada, do século V a.C. especialmente, adentrando, mas não aprofundando as de século IV a.C. Para maior aprofundamento da questão, Bogaert, 1968; Duchêne, 1992: 79-85.

⁷ Também em Themistocles, Epist. VI, ed. Hercher 746, o termo é empregado em referência a um banqueiro coríntio de nome Philostéphanos.

monetário ático (Meritt 1945: 120) datado em 422 a.C., em que o especialista é definido como *trapezites* (τραπεζίτης) (linhas 19-20) – termo cuja raiz provém de *trápeza* (τράπεζα), a “mesa” sobre a qual os cambistas executavam o controle de qualidade da liga metálica e a pesagem das moedas que ali chegavam, para poder então efetuar a troca das moedas estrangeiras por moeda local. Com o desenvolvimento do pensamento econômico e financeiro da pólis no século IV a.C., este especialista amplia suas funções, passando a realizar operações de empréstimo, depósito e retirada de moedas (Bogaert, 1968, p. 38). É neste período que o termo *trapezites* passa a designar banqueiro – termo que se faz presente entre os oradores áticos no início do século IV a.C.⁸

Já o termo *trapéza*, que faz referência a lugar, a banco, é utilizado em Pseudo-Aristóteles (*Oecon.* II, 2, 1346b, 3a), que recorda a decisão tomada pela pólis de Bizâncio, por volta de 520 a.C., de conceder o monopólio de câmbio a somente um estabelecimento. (Wilcken 1901: 190, n. 3 apud Duchêne 1992: 82, n. 24). Este mesmo termo está presente na famosa *Lei Ateniense sobre a Moeda de Prata* (Stroud 1947), datada de 375-4 a.C., em que a atividade efetuada pelos “verificadores públicos” (ὁ δοκιμαστής ὁ δεμόσιος, linhas 4-5) se fazia “em meio às mesas” (μεταξὺ τῶν τραπεζῶν, linha 5-6)⁹. No século IV a.C. (c. 350), o *Decreto de Olbia regulando a cunhagem* (Dittenberger, *Syll.* III, 218 apud Duchêne 1992: 82) estabelecia que toda moeda que ali chegasse passasse obrigatoriamente por um estabelecimento: neste caso, o estabelecimento é denominado *líthos* (λίθος), pedra, que se localizava na assembleia (linha 4). Este termo sugere a pedra-de-toque, sobre a qual se esfregava o metal para avaliar a sua pureza.¹⁰

O termo *arghyramoibós* (ἀργυραμοῖβός), que tem a mesma raiz do termo utilizado em nossa inscrição, faz sua aparição somente a partir do século IV a.C., embora em textos poéticos, históricos e filosóficos. Platão (*Polit.*, 289e) utiliza o termo com o sentido de profissional, um especialista, enumerado ao lado de armadores,

⁸ Somente para citar alguns, Andoc. I, 130; Isocr. 17, 2; Lys. 9, 5.

⁹ O adjetivo *demósios* ao lado de *trápeza*, que caracteriza o estabelecimento como público, está presente em Schol. Aristoph., *Ranae* 367.

¹⁰ Sobre o conteúdo da inscrição, cf. Martin, 1985, pp. 196-218. No que concerne à referência fornecida pela *Estela do Porto*, não temos dados suficientes para discutir aqui a natureza da operação de câmbio, se de responsabilidade da pólis ou de particulares.

comerciantes, revendedores. Já na poesia elegíaca de Teócrito (XII *Elegie*, v. 34-37), no século III a.C., é o *arghyramoibós* que testa a legitimidade das moedas de ouro da Lídia.

A referência a um edifício de transações financeiras – que na *Estela do Porto* é especificado por *ton oikemáton* (τῶν οἰκημάτων ἔνθα, linha 41-42), *nos edifícios onde se realizavam o câmbio e os banquetes* – em data assim recuada se insere em um contexto mais amplo de difusão da moeda de prata na Grécia, da metade do século VI até c. 480 a.C. através de sua adoção no comércio – impondo-se como solução mais segura e prática diante da circulação de moedas de ouro da Ásia Menor, que tinham a proporção entre o ouro e a prata muito variável – e a consequente e crescente necessidade de um maior controle do peso e da qualidade da liga metálica que estava em circulação.

O edifício onde se realizavam as trocas, que ficaria localizado na ágora de Tasos, em Limenas, não foi identificado arqueologicamente, mas a presença do edifício em um documento epigráfico consiste de uma evidência de grande importância para a compreensão da topografia e da urbanística desta pólis, além da economia e da história das instituições. De fato, a presença de um edifício de câmbio no coração da cidade justifica o juízo de Hipócrates (*Epid.* III, caso 12, 213-4)¹¹ sobre o comércio e as transações financeiras decorrentes desta atividade, ao definir a ágora de Tasos como “a ágora das mentiras”. E reflete a importância, vitalidade e intensidade que o comércio gozou desde época arcaica em Tasos e o papel que a moeda desempenhou nesta atividade em época assim recuada.

Se a discussão sobre a presença de um *argyramoibeion* em período assim recuado remete à função do *argyramoibós* como verificador e garantidor dos aspectos exteriores e legais da moeda, o léxico monetário grego atribuído ao seu fracionamento diz respeito ao nome concedido oficialmente – ou seja, pela autoridade políade – à moeda e, portanto, ao valor imposto por tal autoridade. Ou seja, a moeda mesma já nasce na Grécia como uma convenção, inerente a sua existência como *nómisma*.

¹¹ Hipócrates se hospeda em Tasos no final do século V a.C., por quatro anos, como médico público convidado pela cidade para conter uma malária endêmica (Grandjean; Salviat 2000: 17).

Essa convenção está presente também na escolha do metal, que reflete um universo de valores: a escolha da prata em oposição ao ouro, adotado em ambiente oriental ou sob sua influência, define conceitos de riqueza distintos, daí a atribuição do nome *árghyros*, prata, à moeda cunhada pelos gregos. No que concerne à unidade monetária, mesmo que teoricamente se encontre também um sistema de valores diferentes entre Oriente e Ocidente -- a dracma em ambiente grego, o siclo em ambiente oriental¹²--, o que observamos ao nos depararmos com o material numismático é uma variedade muito grande nessas escolhas por parte das diversas poleis desde período arcaico. Ocorre mesmo a coexistência de dois sistemas monetários simultâneos em uma pólis em um dado período. Isto porque a escolha da unidade base e principalmente do sistema de fracionamento da cunhagem está submetida a razões de caráter econômico de uma localidade e da rede comercial em que se insere a moeda. A mesma variação encontramos no valor intrínseco da moeda, nas flutuações de peso que encontramos dentro de uma mesma denominação ou mesmo na atribuição de um valor base, cuja dificuldade – digamos que a maior no estudo numismático – é decorrente do suceder-se de situações econômicas que a pólis enfrenta e da dinâmica comercial de que gozavam as poleis ao longo de sua história¹³.

Neste aspecto, o documento epigráfico, em conjunto com a aplicação de uma metodologia sistemática no estudo das moedas, pode ser de grande importância na compreensão da emissão monetária da pólis e da realidade em que se insere a sua cunhagem. Tasos é particularmente privilegiada neste aspecto. Os nomes das denominações em uso encontram-se em diversas inscrições epigráficas dos diversos períodos de cunhagem da cidade e um levantamento desses dados tem rendido bons resultados na compreensão do grupo de valores em uso, assim como no universo e significado de circulação do seu numerário.

Na *Estela do Porto*, temos referência ao nome de três denominações que fazem parte do primeiro grupo de emissões da cidade, cunhado entre c. 520/10 e 480 a.C., dois deles constantes também em outros documentos epigráficos de mesmo

¹² Lembramos, no entanto, que os dois sistemas são provenientes de valores ponderais comuns, baseados no talento e na mina.

¹³ Para um aprofundamento dessas questões, cf. Breglia 1964: 114-125; Caltabiano, 1989.

período. O primeiro deles é o estáter, presente também em outras inscrições¹⁴: a lei regulamenta que quem violar algumas prescrições sobre o uso da água e de construção de soleira em uma rua definida como “depois do santuário das Chárites” deve pagar cem estáteres a Apolo Pítio e cem à cidade (linhas 8-10). A mesma denominação é cobrada, um estáter, a quem subir nos telhados ou se alguma mulher se debruçar na janela dos edifícios de propriedade da pólis. O estáter, por ser a denominação mais pesada do sistema de fracionamento deste grupo, é também o mais atestado nos tesouros monetários, o que não surpreende, já que o enterouramento de moedas se condicionava ao valor intrínseco da moeda, ou seja, à maior quantidade de prata presente em um dado exemplar.

Já o hekté está presente também no primeiro fragmento da *Lei sobre o Comércio do Vinho e do Vinagre* (Pouilloux 1954: 37), datado de 480 a.C. A lei dispõe sobre o policiamento de objetos que se encontram fora dos imóveis na rua que se estende entre o Santuário de Héracles até o mar; quem violar esta disposição deveria pagar um hekté por dia à cidade (linha 28). Ainda que não se conheça um exemplar desta fração, ele existia como valor monetário então – o que não pressupõe necessariamente que existisse como denominação. Afinal, esta multa poderia ser paga com duas moedas de hemihekté, que é uma fração conhecida materialmente e que teve somente uma emissão nesta série.

Na *Estela do Porto* fica definido que: deve pagar um hemihekté por dia quem deixar escorrer água da varanda para a rua – no caso a rua entre o Santuário de Héracles e o mar (linhas 39-40). A mesma multa é estipulada cada vez que alguém jogar ou amontoar lixo na Rua das Chárites passando pelo Prytaneion, sempre que cometer esta infração (linha 46). Epigraficamente o hemihekté está presente também em uma inscrição conhecida como *Locação do Jardim de Héracles* (Fredrich 1909: 265, l. 9), datada da segunda metade do século V a.C. Podemos nos questionar, portanto, se esta mesma emissão continuou em circulação até a segunda metade do século V a.C. ou se a segunda referência em documento epigráfico diz respeito a uma lacuna no

¹⁴ Regulamento dos Carpologoi (Salviat 1968-79: 237-47); Lei sobre a Diluição do Vinho (De Gaertringen 1939: 34).

repertório numismático¹⁵. De qualquer modo, sabemos que o hemihekté era cunhado neste período, e que ele poderia ainda ser o meio de pagamento de valores que somavam um hekté.

Um outro dado a ser considerado na referência ao hemihekté é que a multa recolhida de quem deixasse escorrer água da varanda na rua seria dividida: metade entrava para a caixa da pólis, e a outra metade para o *epistates* (linhas 38-40). Isto significa que a pólis cunhava então uma subdivisão do hemihekté em dois, que seria $\frac{1}{4}$ de hekté, já que não faria sentido a própria pólis estabelecer uma multa em que o seu pagamento estaria condicionado à quebra da moeda em dois -- como era comum na Antiguidade¹⁶--, com grande risco de divisão desigual do disco metálico. E confirma mais uma vez que a única emissão conhecida de $\frac{1}{4}$ de hekté -- não presente em nenhuma outra inscrição epigráfica nem mesmo como valor ponderal -- já era cunhada neste período.

Este fracionamento de moedas, do qual a *Estela do Porto* é testemunha, dentre outros documentos, é conhecido como sistema traco-macedônio, e em Tasos é referente à série conhecida como do Centauro e a Ninfa¹⁷, que foi uma série cunhada em três grupos que se estenderam até o final do século V a.C. (Figura 4).

¹⁵ O segundo grupo de emissões de moedas de Tasos, cunhada entre 480 e 430 a.C. é de longe mais pobre em fracionamentos do que o primeiro, provavelmente em razão da interferência que o domínio ateniense sobre a ilha e sua peraiá ocasionou na emissão de moedas da pólis.

¹⁶ De fato, no estudo empreendido por Kzamalís (2011, p. 68) no âmbito de uma pesquisa de doutorado sobre as imitações traco-macedônias da série do Centauro e a Ninfa de Tasos, efetuadas no continente trácio a leste do Monte Pangeu, dos 199 exemplares reunidos desta série, 5% estavam fragmentados. O estudioso observa ainda que possivelmente outros exemplares fragmentados então podem bem ter sido refundidos.

¹⁷ A partir das evidências numismáticas, o seu fracionamento parte de um estáter pesando entre 10 e 8,6g -- uma variação bastante considerável para a denominação mais pesada --, que se fraciona em trite (3,9-3,6g) -- fração não presente em inscrições epigráficas --, o hekté, de 1,8g, o qual não conhecemos um exemplar atribuído ao primeiro grupo de cunhagens, o hemihekté, pesando entre 0,9 e 0,8g; o $\frac{1}{4}$ de hekté, de 0,5-0,4g; e por fim, o $\frac{1}{8}$ de hekté, de 0,25-0,2g, em que uma das emissões conhecidas pode ser atribuída a este primeiro grupo (Grandjean; Salviat 2000: 303-304).



Fig. 4: Estáter (AR) com A/ Sileno e a ninfa, R/ Quadrado incuso, do primeiro grupo de emissões desta série. SNG Copenhagen 1010-1; Dewing 1323. California Collection.

Embora a maioria das cidades gregas vizinhas adotassem o sistema ático (tetradracmas de 17,2g) em suas cunhagens, em Tasos a escolha para toda esta série foi o sistema traco-macedônio, adotado também pelas tribos que se estendiam entre o Monte Pangeu e o Vale do Strymon. Vale dizer ainda que a distribuição dos tesouros monetários com moedas datadas deste período, assim como as imitações feitas pelas tribos traco-macedônias a esta série especificamente, coincidem na sua circulação e refletem a criação por parte de Tasos de uma zona de influência, o que justifica a adoção de tal sistema monetário (Tzamalís 2011, *passim*; Picard 2011: 103).

As observações decorrentes da presença dos nomes das denominações em uma lei com data tão recuada como a *Estela do Porto* confirmam e enriquecem uma cronologia já sugerida pelos numismatas com base na análise tipológica e técnica das moedas. O estudo dos tesouros monetários, por outro lado, atesta um outro comportamento que diz respeito ao entesouramento militar com conseqüente não recuperação deste depósito e fornecem o *terminus post quem*¹⁸, assim como ocorre com os achados em escavações arqueológicas. Para as denominações menores, portanto, mostra-se de grande utilidade por apresentar o uso das pequenas denominações internamente à pólis.

¹⁸ A moeda poderia circular por longos períodos, e seu entesouramento poderia ocorrer mesmo quando a moeda já tivesse saído de circulação – já que a moeda era entesourada pelo metal que continha.

Neste sentido, as lacunas a que a Numismática é condenada, como a dificuldade de recuperação de evidência material devidamente contextualizada, ou a ausência absoluta de evidência monumental aos estabelecimentos de transações financeiras, podem receber uma contribuição efetiva do documento epigráfico. Afinal, além de nos fornecer dados escritos contextualizados, o documento epigráfico é acima e antes de tudo um monumento arqueológico¹⁹.

Referências Bibliográficas

BARELLO, F. *Archeologia della moneta. Produzione e utilizzo nell'antichità*. Roma, Carocci, 2006.

BOGAERT, R. *Banques et banquiers dans les cités grecques*. Leyde, A.W. Sijthoff, 1968.

BONIAS, Z. L'importance de la plaine du Strymon comme voie de contacts culturels et commerciaux entre Grecs et Thraces, In: Tréziny, H. (ed.). *Grecs et indigènes de la Catalogne à la mer Noire*. Actes des rencontres du programme européen Ramses² (2006-2008). Paris / Aix-en-Provence, Errance/Centre Camille-Jullian: (Bibliothèque d'Archéologie Méditerranéenne et Africaine, 3), 2010, pp. 235-239.

BREGLIA, L. *Numismatica antica*. Storia e metodologia. Milano, Feltrinelli, 1964.

CALTABIANO, M.C.; COLACE, P.R. Darico persiano e nomisma greco: differenze strutturali, ideologiche e funzionali alla luce del lessico Greco. *REA*, 91 (1): pp. 213-226, 1989.

DE GAERTRINGEN, F.H. *Inscriptiones Graecae: Inscriptiones insularum maris Aegaei praeter Delum*. Supplementum, Berlin, XII, Suppl. 1939.

DUCHÊNE, H. *La Stèle du Port*. Fouilles du port 1. Recherches sur une nouvelle inscription thasienne. Athènes, École Française d'Athènes. (*ÉtThas*, XIV).

DUCHEMIN, J. La pesée des destins (1980). In: *Mythes grecs et sources orientales*. Paris, Les Belles Lettres: pp. 267-290. Textes réunis par Bernard Deforge, 1995.

FREDRICH, C. (ed.) *Inscriptiones Graecae: Inscriptiones insularum maris thracici*, Berlin, XII, 8, 1909.

GUARDUCCI, M. *L'epigrafia greca dalle origini al tardo impero*. Roma, Libreria dello Stato/Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 2005.

¹⁹ Sobre a natureza do documento epigráfico e sua metodologia de estudo, cf. Guarducci, 2005.

GRANDJEAN, Y.; SALVIAT, F. *Guide de Thasos*. Athènes, École Française d'Athènes, 2000.

KZAMALIS, A.R.A. Monnaies "traco-macédoniennes": quelques observations sur les monnaies au centaure et à la nymphe, *BCH Suppl.* 53: 2011, pp. 67-77.

MARGINESU, G. Diarchi giudici di strade, *Workshop di archeologia classica*, 5: 2008, pp. 29-41.

MARTIN, T.R. 1985 *Sovereignty and Coinage in Classical Greece*. Princeton: 1985, pp. 196-218.

MERITT, B. D. Attic Inscriptions of the Fifth Century, *Hesperia*, 14: 1945, pp. 61-133.

PICARD, O. La circulation monétaire dans le monde grec: le cas de Thasos, *BCH Suppl.* 53: 2011, pp. 79-109.

POUILLOUX, J. *Recherches sur l'histoire et les cultes de Thasos*, 1. Paris, Boccard, 1954.

STROUD, R.S. An Athenian Law on Silver Coinage, *Hesperia*, 43: 1974, pp. 157-188.

Moluscos para construir e peixes bons de festa. Contribuição de análises de isótopos para a zooarqueologia e pesquisa em sambaquis

Mollusks and fish good to party. Contribution of isotopic analyses for zooarchaeology and sambaqui research

Daniela Klokler¹

Resumo

A influência da zooarqueologia para as pesquisas em sambaquis é inquestionável, e mudanças de perspectiva na disciplina ampliam ainda mais a sua importância em estudos futuros. Apresenta-se aqui discussão sobre a utilização de análises de isótopos estáveis de carbono e nitrogênio em esqueletos humanos recuperados em sambaquis e as questões levantadas por seus resultados para a zooarqueologia. Mais especificamente discute-se as diferenças entre a fauna encontrada em Jabuticabeira II e os recursos animais efetivamente consumidos pelos indivíduos sepultados no sítio.

Palavras-chave: zooarqueologia, análise de isótopos, sambaquis

Abstract

The influence of zooarchaeology upon sambaqui research is unquestionable, and perspective shifts within the discipline further broaden its importance in future studies. Here I discuss the use of nitrogen and carbon isotope analyses of human skeletons recovered from sambaquis and the questions that have arisen from their results. More specifically I discuss the differences between the faunal assemblage from

¹ Universidade Federal de Sergipe. Pós-doutoranda MAE/USP

Jabuticabeira II and the animal resources actually consumed by the individuals buried at the site.

Keywords: zooarchaeology, isotope analysis, sambaquis

Introdução

Moluscos são parte fundamental da arqueologia de sambaquis, afinal estes sítios são compostos basicamente por conchas de bivalves, e em menor número de gastrópodes. A própria origem do termo sambaqui deriva da palavra marisco em Tupi, Tamba. A importância destes animais para as sociedades sambaqueiras foi entendida em termos alimentares desde o início das pesquisas ainda no século XIX. No entanto, mudanças metodológicas e teóricas trouxeram à tona evidências sobre outros papéis desempenhados por esses recursos.

A série de avanços ocorrida em pesquisas sobre populações sambaqueiras transformou esse campo de estudos, principalmente em relação a aspectos da construção dos sítios, do ritual funerário e também, porque não, da alimentação destas sociedades; e a contribuição das análises faunísticas foi essencial. Em meio às questões amplamente discutidas nos últimos anos, resultados de estudos com base em dados isotópicos sobre esqueletos humanos trazem novas questões para arqueólogos e arqueólogas.

Análises de isótopos de Carbono e Nitrogênio já são usadas há algumas décadas de forma positiva em estudos sobre dieta em outros países. No caso específico da arqueologia de sambaquis os dados isotópicos publicados nos últimos anos lançam luz sobre questões ligadas não só à dieta como também em relação ao ritual funerário realizados em regiões do litoral sul brasileiro.

Meu qui é formado por tambas

O amontoado (Qui em Tupi) de moluscos que caracteriza os sambaquis somente pode ser explicado por muitas décadas como resultado do consumo de mariscos e/ou mexilhões por populações de coletores costeiros. Da mesma forma os estudos em sambaquis baseados na análise da fauna invariavelmente tratavam os

componentes dos depósitos destes sítios como reflexo da dieta de seus construtores com debate dividido entre os defensores da dieta baseada em moluscos e os defensores de uma dieta mais diversificada. A *Anomalocardia flexuosa*, ou berbigão, domina a matriz da maior parte dos sambaquis brasileiros. Em termos nutritivos o berbigão é uma boa fonte de proteína e minerais, mas fornece poucas calorias e lipídeos, portanto não seria possível para um grupo ter uma dieta baseada somente em seu consumo.

O primeiro grande avanço sobre o tema ocorreu quando estudos de Levy Figuti (1989, 1992), utilizando fatores de conversão entre peso em vida e peso esquelético de peixes e moluscos a partir de amostras de sedimento total, mostraram que peixes, ao invés de moluscos, seriam a fonte mais importante de proteína para estas populações costeiras. Estes resultados salientam como o impacto visual causado pelas conchas, não só maiores como também mais robustas que ossos de peixes, afetou as interpretações sobre o uso destes recursos.

E os moluscos? Qual o motivo de sua acumulação? Qual seria o papel deles para as sociedades sambaqueiras? São algumas das questões que surgiram em meados dos anos 90. Com base em estudos no sambaqui Espinheiros II localizado em Joinville, pesquisadores propuseram que moluscos seriam usados principalmente como material construtivo, com episódios de deposição seguindo séries de regras ao invés de ser somente acumulações aleatórias de refúgio (Afonso e DeBlasis 1994; Figuti e Klokler 1996). Dessa maneira, os grandes amontoados de conchas fariam sentido, já que as mesmas seriam material de construção. Entretanto, parte dos pesquisadores ainda acredita que moluscos não poderiam ter sido coletados apenas com propósito construtivo.

Em muitas comunidades tradicionais pesqueiras e mariscadoras as famílias coletam berbigões para subsistência e para uso como isca, e também para venda para mercados (Gaspar et al. 2011). As conchas são vendidas para aterros e pavimentação de ruas, ou seja, a utilização de berbigão para construção de estruturas continua hoje em dia, o que atesta sua conveniência para a tarefa. Acredito que parte dos moluscos encontrados em sambaquis foram coletados para construção dos sítios por conta de

características físicas como paredes grossas, disponibilidade, facilidade de captura e mesmo coloração (Klokler 2008, 2014). Porém não se pode ignorar que a seleção de moluscos foi influenciada por outros fatores além de aspectos físicos.

Uma zooarqueologia mais “humana”

A zooarqueologia é parte de uma abordagem integral da arqueologia, e para compreender questões diversas, ela se vale da colaboração com outras áreas, principalmente biologia, zoologia, paleontologia e também geologia. A integração, o diálogo, nos permite utilizar mais linhas de evidência, e ampliam o escopo da análise. A colaboração, em última análise, aumenta o fôlego das discussões e a abrangência do conhecimento produzido. Abordagens multidisciplinares na arqueologia (não só na zooarqueologia) são não só bem-vindas como necessárias.

A zooarqueologia no Brasil, apesar de consolidada, ainda é subutilizada (interessante pois situação similar ocorre em outros países dos trópicos conforme discutido por Emery em 2004). Muitos praticantes não têm treinamento formal em arqueologia, e enquanto os trabalhos possam trazer dados importantes suas contribuições são mais tímidas em termos da compreensão do comportamento humano. Temos muito trabalho pela frente para que a zooarqueologia realmente ocupe um lugar privilegiado para responder questões-chave no nosso campo de conhecimento tal qual ocorre no Velho Mundo e América do Norte.

No passado estudos de fauna centravam-se na classificação de animais (atuais e extintos) como meio de determinação da dieta, subsistência e habitat, assim como exploração do desenvolvimento da domesticação e pesquisas sobre tafonomia (Reitz; Wing 1999). No Brasil grande parte das publicações focam em abordagens sobre dieta e tafonomia, poucos estudiosos aventuram-se em trabalhos sobre economia política, diferenciação de status, etnicidade, ritual, entre outras temáticas.

Com influência de perspectivas pós-processuais nos últimos 20 anos, percebe-se maior preocupação em entender aspectos simbólicos e sociais das relações entre humanos e animais. Neste interim houve o surgimento da chamada Zooarqueologia Social, que explora aspectos não-econômicos das relações entre humanos e animais e

relações entre seres humanos mediadas através de animais (Russell 2011). A atenção dos estudiosos sai do aspecto exploratório da relação humano x animal para focar em outros meios de ligação entre ambos, assim como na significação. Enfim, como Hesse afirmou já em 1995 uma “zooarqueologia que enfatiza significado como construído socialmente e expressado materialmente²” (p. 205).

Animais x isótopos

Análises de isótopos estáveis em colágeno humano tem sido amplamente usadas em pesquisas arqueológicas para inferir dietas pré-históricas. Isótopos são especialmente úteis na determinação das contribuições relativas de recursos marinhos e terrestres à dieta (Reitz; Wing 1999; Richards; Hedges 1999), assim estabelecendo uma distinção entre o uso de plantas C3 e C4 (Tykot 2002). Análises da proporção entre Carbono e Nitrogênio podem verificar a importância de recursos distintos com base no enriquecimento ou diminuição de isótopos (Reitz; Wing 1999).

Carbono é o isótopo mais comum usado para estudos de dieta. Conforme o carbono passa pela cadeia alimentar, o fracionamento de $\delta^{13}C$ muda, facilitando a distinção entre o consumo de plantas e animais (Reitz e Wing 1999). Adicionalmente também é possível distinguir dietas marinhas e terrestres pois o carbono tem somente duas fontes (marinha e terrestre) e devido à absorção de CO₂ no oceano, organismos marinhos contém mais ¹³C (Jelsma 2000; Richards et al. 2001: 718). Dessa forma valores de $\delta^{13}C$ próximos a -12‰ indicam dietas que são exclusivamente terrestres (Figura 1). Adicionalmente, quanto mais alto o nível trófico do alimento, mais pesado é o $\delta^{13}C$ nas amostras embora variação devido ao clima e outros fatores também possam influenciar os valores de $\delta^{13}C$ (Richards; Hedges 1999).

A proteína é a única fonte significativa de nitrogênio para os seres vivos. O nível de concentração de nitrogênio aumenta ao passar da cadeia alimentar de plantas para herbívoros e para carnívoros. Por isso, os níveis de $\delta^{15}N$ são mais influenciados pelo nível trófico da dieta, embora possam também ser afetados pelo solo, vegetação e condições climáticas (Richards; Hedges 1999). Geralmente, quanto mais baixo o valor de $\delta^{15}N$, menor o nível trófico dos animais consumidos. Valores de nitrogênio não são

² Tradução da autora

afetados significativamente pela geografia entre animais ocupando níveis tróficos semelhantes, permitindo aos pesquisadores o uso de valores de animais de áreas geográficas distintas, principalmente quando valores locais não estão disponíveis. Valores de $\delta^{15}\text{N}$ em humanos são enriquecidos em 3-4‰ acima dos recursos animais consumidos (Richards e Hedges 1999). Os valores entre 10 e 22‰ estão relacionados a recursos marinhos enquanto valores terrestres abrangem entre 4 e 10‰ (Figura 1).

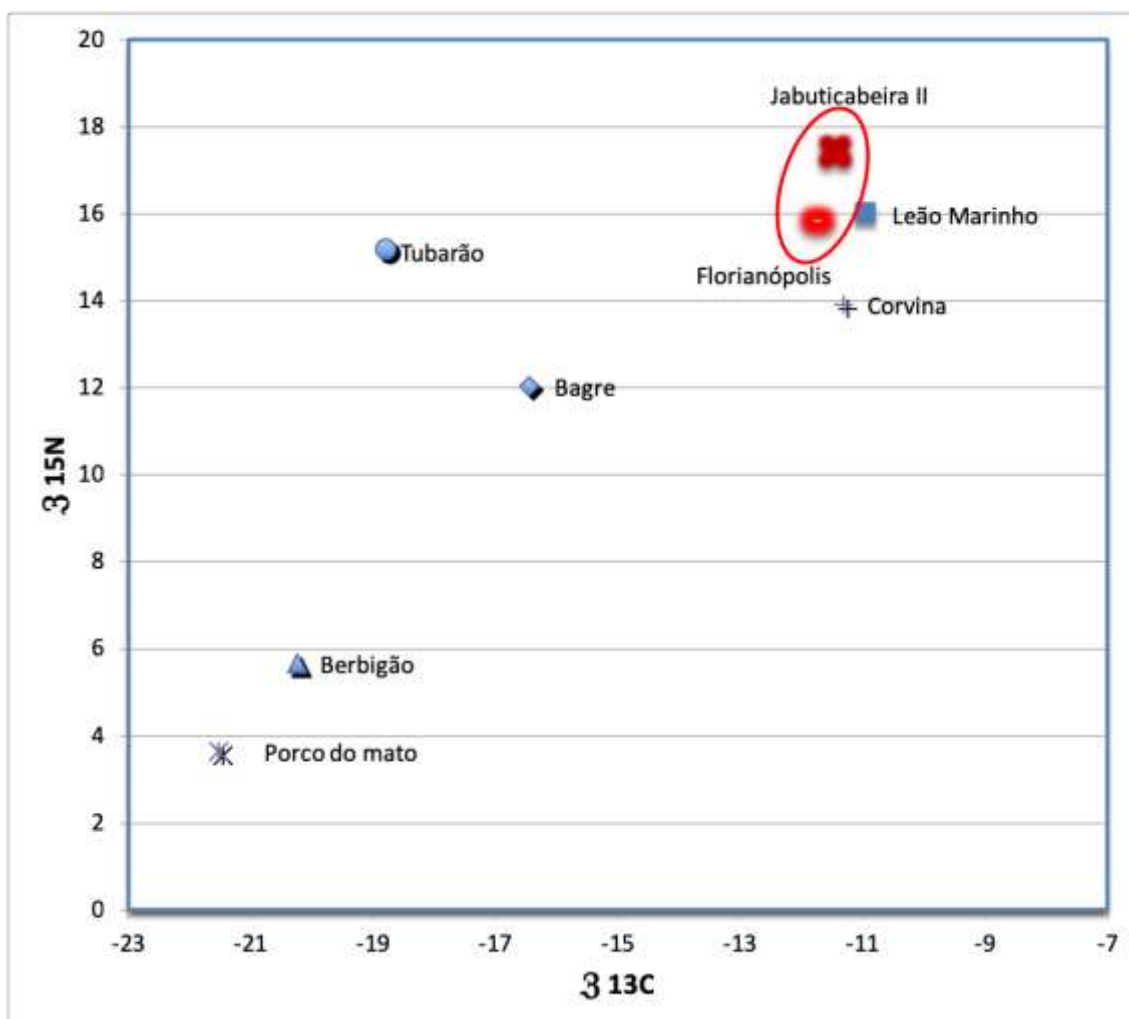


Fig. 1. Valores de isótopos de carbono e nitrogênio de alguns recursos faunísticos recuperados em sambaquis e comparação com valores de dois grupos sambaquieiros (em vermelho) (Fontes: De Masi 1999, Garcia et al. 2007, Colonese et al. 2014)

Estudos de 1999 feitos por De Masi em sítios de Florianópolis, forneceram os primeiros dados sobre dieta não exclusivamente baseados na análise faunística em sambaquis. A pesquisa, utilizando material esquelético humano de 4 sítios, demonstrou

que a alimentação cotidiana destas populações teria contido majoritariamente peixes ao invés de fixar-se no consumo de moluscos. Os resultados reforçaram a interpretação proposta por Figuti sobre a importância dos peixes na dieta sambaqueira, apesar do impressionismo imposto pela dominância visual das conchas de moluscos. Apesar dos resultados de De Masi, o pensamento normativo que considera a dieta de sambaqueiros como diretamente refletida nos materiais constituintes das matrizes dos sítios ainda resistia às análises zooarqueológicas e isotópicas.

Dezesseis indivíduos recuperados no sítio Jabuticabeira II, localizado na região de Jaguaruna, tiveram ossos analisados para isótopos estáveis em carbono e nitrogênio (Tabela 1) quase dez anos após o trabalho de De Masi (Klokler 2008, 2014). Os resultados confirmam que os moluscos teriam mínima participação na dieta e que a mesma seria baseada em recursos marinhos. Esses dados reforçam os resultados de 1999 e dão mais vigor à hipótese de que moluscos teriam tido função principal como elementos construtivos para a população sambaqueira.

Tabela 1. Valores de Carbono e Nitrogênio de indivíduos de Jabuticabeira II (cf. Klokler 2008).

Indivíduo	$\delta^{13}\text{C}$	$\delta^{15}\text{N}$	Número da Amostra
15, masculino, Locus 1 (perfil 1.05)	-11.17	16.39	S-EVA 4173
17, masculino, Locus 1 (perfil 1.05)	-10.95	16.99	S-EVA 4174
10b, feminino, Locus 1 (perfil 1.25)	-10.01	17.71	S-EVA 4172
41, masculino, Locus 1-2	-10.19	17.85	S-EVA 4171
43, masculino, Locus 1 (perfil 1.77)	-10.02	17.47	S-EVA 4176
26, criança, Locus 2 (camada funerária 2.15.13)	-11.4	22.9	BETA 188381
34, feminino, Locus 2 (camada funerária 2.15.13)	-10.41	17.77	S-EVA 4177
36, feminino, Locus 2 (camada funerária 2.15.13)	-10.54	17.58	S-EVA 4178
38, criança, Locus 2 (camada funerária 2.15.13)	-10.9	20.3	BETA 188382
37, masculino, Locus 2 (camada funerária 2.15.13)	-10.9	18.9	CR114539
40, feminino, Locus 2 (camada funerária 2.15.13)	-11.01	17.22	S-EVA 4179
131, Locus 3	-11.7	15.1	BETA 234201
2a, Locus 6	-11.9	17.9	AA77105
114, Locus 6	-11.6	18.5	AA77106
115, masculino, Locus 6	-11.9	21.5	CR114540
121, masculino, Locus 6	-10.6	20.9	CR114538

Diferenças no consumo alimentar não puderam ser detectadas entre indivíduos de acordo com sexo ou período de ocupação do sítio. Existem, entretanto, diferenças entre valores de isótopos nos indivíduos juvenis que são causadas pelo “efeito de desmama” o que leva a um enriquecimento dos valores. Este aumento afeta os resultados de crianças por aproximadamente 10 anos após o período de desmama, portanto, o uso de indivíduos com idades abaixo dos 12 anos não é recomendado (Jelsma 2000)³. Dois dos indivíduos analisados (sepultamentos 26 e 38) provavelmente apresentam este efeito nos respectivos valores isotópicos (Tabela 1).

Interessantemente, os valores obtidos a partir dos indivíduos recuperados em Jabuticabeira II estão dentro do que seria esperado em populações com dieta quase exclusivamente marinha. Dois indivíduos do Locus 6 (115 e 121) têm valores de nitrogênio (¹⁵N) muito altos, distinguindo-os dos outros membros do grupo testado. Tais indivíduos teriam acesso a recursos distintos? Ou seriam novas adições ao grupo? Teriam estes indivíduos acesso a uma dieta ou a recursos distintos do resto da população ou seriam eles novos integrantes do grupo, vindos de outras áreas e seus valores de Nitrogênio reflexo de sua dieta anterior? No momento ainda não temos respostas, mas com novas análises talvez possamos compreender tais distinções.

Contrastamos os resultados de Nitrogênio do sambaqui Jabuticabeira II, com valores de outros sítios conchíferos do Brasil: o material pesquisado por De Masi (1999, 2009) e por Plens (2009). Plens analisou os valores isotópicos de indivíduos recuperados no sítio Moraes, localizado no interior do estado de São Paulo. Moraes é um sambaqui fluvial, distante aproximadamente 50 km da região costeira e composto primariamente por gastrópodes terrestres (Plens 2009).

Como é possível notar na Tabela 2, os valores médios do isótopo Nitrogênio nos sambaquis de Florianópolis são inferiores aos encontrados nos indivíduos de Jabuticabeira II, sugerindo o consumo de animais de nível trófico inferior, provavelmente peixes de estuário e pelágicos. Segundo o trabalho de DeMasi em 2009 somente as análises em Carniça 1, 4 e 5, Caieira 4, Congonhas 1 e Porto Belo forneceram resultados com valores semelhantes ao de Jabuticabeira II. A comparação

³ Devido ao fato do nitrogênio refletir sinais de proteína mais importante nos últimos dez anos de vida do indivíduo.

com os valores do sítio Moraes mostra diferenças mais evidentes no que concerne a fonte de proteínas para estas duas populações (sambaquis de grande porte do sul de Santa Catarina e sambaqui fluvial). Os construtores de Moraes consumiam uma dieta eminentemente terrestre (ver Tabela 2) com participação importante de mamíferos e plantas do tipo C3.

Tabela 2. Valores médios de Nitrogênio nos locais mencionados no texto.

	Região/Sítio	15N	N	Referências
Portugal	Mesolítico	12.15	11	Lubell et al. 1994
Canadá	Newfoundland	19.72	30	Jelsma 2000
EUA	Sul da Califórnia	14.93	7	Walker and DeNiro 1986
Argentina	Ushuaia	18.80	1	Yesner et al. 2003
Brasil	Jabuticabeira II	17.98	14	Klokler 2008
	Cabeçuda	19.01	5	Scheel-Ybert 2012
	Sernambetiba	13.65	6	Gaspar 2012
	Florianópolis	15.84	18	De Masi 1999
	Moraes	10.52	9	Plens 2009

Foi possível verificar que a amostra de Jabuticabeira II agrupa-se com populações que tinham dietas com maior participação de mamíferos marinhos, tais como Newfoundland, Ushuaia e Sul da Califórnia (Tabela 2). Esses grupos costeiros foram escolhidos pois existe uma extensa literatura etnográfica e arqueológica que confirma dietas com dependência em peixes carnívoros (alto nível trófico) ou mamíferos marinhos. Os valores de Jabuticabeira II aproximam-se mais dos resultados encontrados em Newfoundland e Ushuaia.

Um fator importante ao analisar estes dados, além da inexpressiva contribuição de recursos malacológicos é que em Jabuticabeira II (e em grande parte dos sambaquis do litoral sul) raramente são recuperados vestígios de mamíferos marinhos, e a maior parte dos peixes destes sítios representam níveis tróficos baixos, indicando que a fauna recuperada de alguns sambaquis pode não refletir uma dieta cotidiana, mas sim vestígios de refeições especiais.

Conciliando os resultados zooarqueológicos e isotópicos

Segundo discussão de Milner e colegas (2007: 2), divergências entre isótopos estáveis e o registro zooarqueológico podem estar relacionadas a diferenças em escala

e resolução de análise. De maneira geral, os valores isotópicos estimam a média da dieta de um indivíduo nos últimos 10 anos antes da morte (Richards e Hedges 1999; Richards et al. 2001), ao passo que a amostra faunística de um sítio pode facilmente representar centenas de anos, ou seja, um palimpsesto do uso de animais por um grupo grande de indivíduos.

É preciso lembrar que o material faunístico recuperado em determinado sítio arqueológico passou por várias transformações motivadas por ações naturais e antrópicas e não representa a totalidade de recursos explorados no passado. Além disso, recursos animais podem ser e são muitas vezes utilizados para confecção de artefatos, roupas, adornos, e seus subprodutos usados em diversas maneiras, como por exemplo matéria-prima para construção de aterros e plataformas.

As pesquisas no sambaqui Jabuticabeira II, um sítio funerário, cuja construção seguiu atividades rituais relacionadas ao sepultamento e à celebração da passagem de indivíduos, discutem os possíveis usos rituais de recursos faunísticos por populações sambaqueiras, particularmente peixes e moluscos (Klokler 2008, 2012, 2014). Nele não foram encontrados vestígios de atividades cotidianas, mas somente atividades ligadas ao ritual funerário. O sítio é caracterizado por dois depósitos: lentes compactas enegrecidas com muito material ictiológico e camadas espessas compostas em sua quase totalidade por conchas de berbigão. Estes dois depósitos se alternam ao longo dos perfis do sambaqui sendo que, a partir de aproximadamente 1800 anos atrás um depósito escuro dominado por peixes, chamado por Villagrán de ictiomontículo (Villagrán et al. 2010) cobre o sítio como um todo.

Sepultamentos são onipresentes nas lentes enegrecidas em Jabuticabeira II. Estes depósitos contêm restos de banquetes elaborados em homenagem aos mortos (Klokler 2008, 2012, 2014). Os festins funerários incluem principalmente peixes enquanto moluscos (também presentes) têm papel secundário. Neste sítio as duas espécies de peixe mais comuns são (assim como na maioria dos sítios do sul e sudeste brasileiros) a corvina e bagre, ambas espécies estuarinas. Outros peixes estuarinos são recorrentes, porém em menores quantidades como pescada, miraguaia e sargo.

Elasmobrânquios, ou seja, tubarões e raias, apesar de relativamente comuns, são pouco numerosos neste sambaqui. Peixes pelágicos são pouco comuns nas amostras.

Cálculos de tamanho dos espécimens ictiológicos nos mostra que a maioria seriam indivíduos juvenis. Os dados sugerem o uso de espécimens de fácil captura e seleção de itens que poderiam ser facilmente explorados no ambiente ao redor do sítio. Hoje em dia, tais peixes são chamados de “peixes do gato” por pescadores da região, ou seja, aqueles que não seriam consumidos pela família (Gaspar et al. 2011).

Mamíferos marinhos aparecem de forma infrequente nas amostras de Jabuticabeira II, e geralmente estão associados a sepultamentos. A localização de vestígios esqueléticos destes animais dentro ou próxima aos corpos sugere que teriam sido considerados como oferendas (Klokler 2008, 2014). Castilho (2007, 2008) e Rosa (2006) destacam a presença de elementos de golfinhos e leões-mamíferos em sítios de Santa Catarina atestando o uso destes animais por grupos da região.

No caso de Jabuticabeira II, corvinas e bagres parecem ter sido utilizados em eventos celebratórios específicos, no caso funerários, e não cotidianamente. Em Jabuticabeira II considera-se que seriam os itens principais dos banquetes, talvez pela facilidade em sua captura em grandes quantidades com o uso de redes proporcionando assim recursos para elaboração de eventos de maior escala (Klokler 2008, 2012).

O processamento diferencial de peixes de alto nível trófico, como elasmobrânquios, pode ter limitado seu grau de representação no registro arqueológico levando a uma sub-representação dos mesmos nas análises zooarqueológicas. Uma situação similar pode explicar as raras evidências de captura e uso de mamíferos marinhos. É possível que estes animais fossem processados e seus ossos depositados em diferentes locais longe dos sambaquis, dessa maneira resultando na raridade ou ausência de seus elementos nos sítios. A reprodução de mamíferos marinhos e elasmobrânquios em zoólitos demonstram o apreço dos povos sambaquieiros por esses animais e sugerem que a raridade de evidências deve ser melhor investigada.

Futuros resultados, novas questões

Os resultados apresentados nas últimas décadas pela zooarqueologia em sambaquis demonstra que não é mais possível encarar os vestígios de peixe e moluscos como simples acumulações de refugio alimentar. Alguns animais foram especialmente selecionados para festins comemorativos (corvinas e bagres) e construção de memoriais para os mortos (berbigões). Pesquisadores finalmente passaram a se interessar pelo significado simbólico de animais para construtores de sambaquis e a se alinhar com perspectivas distantes do discurso normativo-econômico que dominou a arqueologia de sambaquis.

As incongruências entre o registro arqueofaunístico e isotópico também ocorrem em contextos distintos, tanto culturalmente quanto geograficamente. Ou seja, esta situação não se restringe às pesquisas no Brasil. Segundo Trimble e Macko (1997), arqueólogos precisam ir além do estudo de vestígios faunísticos, florísticos e artefatuais para definir dieta, pois tais informações podem se apresentar de maneira incompleta e em alguns casos mesmo enganosa.

No caso específico de sambaquis, a falta de amostras de sítios claramente identificados como habitacionais dificultam a análise dos dados obtidos e das divergências entre os vestígios recuperados e resultados dos isótopos. Os valores isotópicos não significam que moluscos e peixes de baixo nível trófico não seriam consumidos pelos construtores de alguns sambaquis (aqui incluindo os sítios citados no estudo de De Masi 2009), mas tão somente que a contribuição dietária é pequena e que sua importância, ao menos no caso de Jabuticabeira II, estaria plenamente relacionada a fatores simbólicos.

Conchas de moluscos possuem forte carga simbólica em todas partes do mundo, sendo associadas com renascimento, fertilidade, rejuvenescimento, reprodução, entre outros. A maioria dos arqueólogos identificam prontamente o poder simbólico dos gastrópodes e bivalves na iconografia ou adornos por isso o uso como matéria construtiva para construção de estruturas e como ingrediente de festim não deveria causar surpresa. Em outras áreas do mundo pesquisadores identificam o uso de moluscos no menu de banquetes (EUA, Europa). A escolha do berbigão

provavelmente está ligada ao reconhecimento desta espécie como possuindo forte significado simbólico.

As análises isotópicas ainda são um recurso pouco utilizado por pesquisadores brasileiros. Porém, como atestam as pesquisas já realizadas com o auxílio destas análises, a popularização da técnica permitirá que questões relacionadas à subsistência, organização social, e função de sítio, entre outras poderão ser aprofundadas e interpretações mais robustas oferecidas sobre os grupos que habitaram nosso litoral.

Agradecimentos: Gostaria de agradecer o convite feito pela comissão organizadora da IV Semana de Arqueologia e por Ximena Villagrán coordenadora da mesa-redonda sobre Métodos em Arqueologia. A pesquisa apresentada teve auxílio financeiro da CAPES, NSF e CNPq.

Referências Bibliográficas

AFONSO, M. E DEBLASIS, P. Aspectos da formação de um grande sambaqui: alguns indicadores em Espinheiros II. Joinville. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 4: 1994, pp. 21-30.

DE MASI, M. *Prehistoric Hunter-gatherer Mobility on the Southern Brazilian Coast: Santa Catarina Island*. Tese de Doutorado, Stanford University, 1999.

DE MASI, M. Aplicações de isótopos estáveis de $^{18/16}\text{O}$, $^{13/12}\text{C}$ e $^{15/14}\text{N}$ em estudos de sazonalidade, mobilidade e dieta de populações pré-históricas no sul do Brasil. *Revista de Arqueologia* 22(2): 2009, pp. 55-76,

EMERY, K. Tropical Zooarchaeology: An introduction to the themes and issues. *Archaeofauna* 13: 2004, pp. 7-10

FIGUTI, L. Estudos dos vestígios faunísticos do sambaqui Cosipa-3, Cubatão, São Paulo. *Revista de Pré-História* 7: 1989, pp. 112-126.

FIGUTI, L. *Les sambaquis COSIPA (4200 à 1200 ans BP): étude de la subsistance chez les peuples préhistoriques de pêcheurs-ramasseurs de bivalves de la côte centrale de l'état de São Paulo, Brésil*. PhD Dissertation, Paris: Museum National d'Histoire Naturelle, Institut de Paleontologie Humaine, 1992.

FIGUTI, L & KLOKLER. Resultados Preliminares dos Vestígios Zooarqueológicos do Sambaqui Espinheiros II (Joinville, SC). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 6: 1996, pp. 169-187.

GASPAR, M. E DEBLASIS, P. Construção de sambaquis'. *Anais da VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira* 2: 1992, pp. 811-820.

GASPAR, M.; KLOKLER, D. E DEBLASIS, P. Traditional fishing, mollusk gathering, and the shell mound builders of Santa Catarina, Brazil. *Journal of Ethnobiology* 31(2): 2011, pp. 188-212

HESSE, B. Husbandry, *Dietary Taboos and the Bones of the Ancient Near East: Zooarchaeology in the Post-Processual World*. In: Small, D. (Ed.) *Methods in the Mediterranean: Historical and Archaeological Views on Texts and Archaeology*, Leiden: E.J. Brill, 1995, pp. 197–232.

JELSMA, J. A. *Bed of Ochre. Mortuary Practices and Social Structure of a Maritime Archaic Indian Society at Port au Choix, Newfoundland*. Tese de Doutorado. Rijksuniversiteit Groningen, 2000.

LUBELL, D. M. JACKES, H. SCHWARCZ, M. KNYF, E C. MEIKLEJOHN .The Mesolithic-Neolithic Transition in Portugal: Isotopic and Dental Evidence of Diet. *Journal of Archaeological Science* 21: 1994, pp. 201-216.

KLOKLER, D. *Food for Body and Soul: Mortuary Ritual in Shell Mounds (Laguna - Brazil)*. Tese de Doutorado. Arizona, University of Arizona, 2008.

KLOKLER, D. Consumo ritual, consumo no ritual: festins funerários e sambaquis. *Revista Habitus* 10(1): 2012, pp. 83-104

KLOKLER, D. *A Ritually Constructed Shell Mound: Feasting at the Jabuticabeira II site*. In: Roksandik, M.; Souza, S.; Eggers, S.; Burcell, M.; e Klokler, D. (Eds.) *The Cultural Dynamics of Shell Middens and shell mounds: A worldwide perspective*. University of New Mexico Press: Albuquerque, 2014.

MILNER, N., CRAIG, O., E BAILEY, G. *Shell Middens in Atlantic Europe*. In: Milner, N.; Craig, O.; e Bailey, G. (Eds.) *Shell Middens in Atlantic Europe*. Oxbow, Oxford, 2007, pp. 3-9.

REITZ, E. J., E WING, E. *Zooarchaeology*. Cambridge University Press, Cambridge, 1999.

RICHARDS, M. P. E HEDGES, R. Stable Isotope Evidence for Similarities in the Types of Marine Foods Used by Late Mesolithic Humans at Sites Along the Atlantic Coast of Europe. *Journal of Archaeological Science* 26, 1999, pp. 717-722.

RICHARDS, M. P., PETTITT, P., STINER, M., E TRINKAUS, E. Stable Isotope Evidence for Increasing Dietary Breadth in the European mid-Upper Paleolithic. *PNAS* 98, 2001, pp. 6528-6532.

ROSA, A. O. A Importância dos Mariscos na Subsistência de Antigos Grupos Indígenas no Litoral Central. Sítios RS-LC-81, 86, 87, 90, 92 e 96. *Pesquisas* 63, 2006, pp. 259-288 .

RUSSEL, N. *Social Zooarchaeology: Humans and animals in prehistory*. Cambridge University Press, Cambridge, 2011.

TRIMBLE, C., E MACKO, S. Stable Isotope Analysis of Human Remains: A Tool for Cave Archaeology. *Journal of Cave and Karst Studies* 59, 1997, pp. 137-142.

TYKOT, R. H. Contribution of Stable Isotope Analysis to Understanding Dietary Variation among the Maya. In: Jakes, K. (Ed.) *Archaeological Chemistry: Materials, Methods, and Meaning*. American Chemical Society, Washington, 2002.

VILLAGRAN, X. *Estratigrafias que falam: geoarqueologia de um sambaqui monumental*. Editora Annablume, São Paulo, 2010.

WALKER, P. L. E DE NIRO, M. Stable Nitrogen and Carbon Isotope Ratios in Bone Collagen as Indices of Prehistoric Dietary Dependence on Marine and Terrestrial Resources in Southern California. *American Journal of Physical Anthropology* 71: 1986, pp. 51-61.

YESNER, D. R., TORRES, M., GUICHON, R., E BORRERO, L.. Stable Isotope Analysis of Human Bone and Ethnohistoric Subsistence Patterns in Tierra del Fuego. *Journal of Anthropological Archaeology* 22, 2003, pp. 279-291.

No “Morro dos Índios”: Da Arqueologia Indígena à História de Pescador

In "Morro dos Índios": From Indigenous Archeology to Fisherman's Story

*Dinoelly Soares Alves*¹

Resumo

O presente artigo é parte da pesquisa de dissertação desenvolvida no município de Cajueiro da Praia, litoral do Piauí, apresenta, reflexões sobre a importância da arqueologia pública junto a comunidades tradicionais, visando o diálogo e a participação ativa dessas pessoas nos trabalhos de arqueologia e no processo de construção do conhecimento. Na tentativa de identificar a relação entre a comunidade local e os sítios arqueológicos, foram realizadas entrevistas e ações de arqueologia pública com pescadores tradicionais, que através da memória e de suas experiências foram fundamentais para o desenvolvimento e conclusão desse trabalho.

Palavras-chaves: Pescadores, Arqueologia Pública, Memória, Sítios Arqueológicos.

Abstract

This article is part of the dissertation research developed in the municipality of Cajueiro da Praia, on the coast of Piauí. It presents reflections on the importance of public archeology with traditional communities, aiming at dialogue and the active participation of these people in archeology and process of knowledge construction. In an attempt to identify the relationship between the local community and the archaeological sites, interviews and public archeology actions were carried out with

¹ Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional-IPHAN

traditional anglers, who through their memory and their experiences were fundamental for the development and conclusion of this work.

Keywords: Fishermen, Public Archeology, Memory, Archaeological Sites.

O município de Cajueiro da Praia, localizado na porção leste do litoral do Piauí, tem como base econômica atividades de pesca, agricultura de subsistência e serviços de logística e, nas duas últimas décadas, tem contado cada vez mais com o crescimento turístico. Vale ressaltar que o turismo nessa localidade tem como característica a intensa participação da população local, desde a organização de associações de turismo comunitário até a venda de produtos regionais, artesanato e culinária. A participação direta da comunidade caracteriza o que Maldonado (2009) sugere como turismo comunitário:

“A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com o objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida” (Maldonado 2009: 31).

Outro ponto importante dentro das possibilidades turísticas de Cajueiro é a presença de sítios arqueológicos cadastrados na localidade. Alguns desses sítios já se encontram ilustrados em catálogos e panfletos turísticos e são de conhecimento de grande parte da população, principalmente pelos condutores locais de passeios e trilhas.

Manzato (2005) defende a projeção do turismo arqueológico – ou arqueoturismo – considerando que a população reconhece os sítios como lugares de importância para o passado e, ainda, permite que o visitante tenha, através da visita, acesso ao passado do outro.

Considera-se que um Sítio Arqueoturístico ideal é aquele que consegue, através do planejamento, preservar e ao mesmo tempo promover seus vestígios remanescentes utilizando meios e técnicas de interpretação condizentes com as características de cada local. Nota-se que há um anseio pela procura de um lugar especial, pelo afastamento da modernidade e aproximação com a ancestralidade. Há, portanto, uma necessidade de conhecer estruturas tradicionais ofuscadas pela

modernidade. Essa é, apenas uma das possíveis visões de se perceber esses lugares. Há de se reconhecer também que esses espaços, antes de adquirirem uma concepção científica e acadêmica, foram primeiramente lugares de memória para a população local, os lugares que no passado abrigaram índios e suas histórias ainda por serem desvendadas se confundem com um passado recente de histórias de pescadores que compartilham memórias com a paisagem, lugares e com os vestígios materiais ali encontrados (Alves 2014).

O que para a arqueologia é um sítio, para os moradores é um 'lugar dos índios antigos', 'aldeia', morada dos antepassados. Narram as ações que ocorreram ali, as práticas que deixaram marcas, com a facilidade de quem conhece, sabem inferir o significado das coisas, pois são comuns ao seu dia a dia (Borges 2005: 111).

Partindo da ideia de que trabalhos de âmbito arqueológico deveriam ter uma maior preocupação em estabelecer o diálogo entre as comunidades e os profissionais envolvidos, buscamos, no caso de Cajueiro da Praia, o caminho trilhado pela memória da comunidade local, antigos moradores, em sua grande maioria composta por pescadores tradicionais que ali ouviram de seus antepassados histórias, lendas e lembranças hoje compartilhadas através da memória coletiva e da história oral.

Na maioria das conversas realizadas com os pescadores, podemos observar a presença da memória coletiva – as lembranças de um estavam sempre associadas a outros indivíduos, principalmente a amigos e familiares. As histórias eram sempre compartilhadas e, ao serem narradas por um pescador, logo eram de alguma forma complementadas por outro componente do grupo, que retomava com a informação dando continuidade.

Maurice Halbwachs (1990) afirma que a memória, ainda que pareça individual, faz parte da coletividade de um determinado grupo; o indivíduo carrega a sua lembrança, mas precisa da interação com os demais membros sociais. A memória é desenvolvida por sujeitos pertencentes a um grupo, que, por sua vez, pertence a um espaço com referências culturais provido também de memórias coletivas. Esses são os lugares de memória. Eles existem como uma forma de evocar o passado de uma sociedade e promover lembranças que possibilitem a continuidade de um tempo (Nora, 1993).

Ou, como coloca Augé (1994), “lugar antropológico”, onde os ancestrais escolheram, seus descendentes viveram e onde o nativo compartilha sua existência, sua identidade e suas referências, atribuindo-lhe valores simbólicos de história, relação e identidade. “[...] e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca” (Halbwachs 1990: 143).

A própria história de origem da cidade de Cajueiro se confunde com os lugares que mais tarde seriam cadastrados como sítios arqueológicos. Não há registro oficial sobre a história do município, o pouco que se conhece a respeito do local são histórias contadas por antigos moradores e repassadas oralmente para os mais novos, e assim por diante. Segundo o que se conta, havia dois pescadores que costumavam trabalhar naquela localidade, José de Barro e Profiro de Queiroz, que durante suas andanças acabaram percebendo a presença de vestígios indígenas, panelas e potes de barro, gamelas feitas de troncos de árvores, entre outros objetos. Com o tempo, os pescadores concluíram que ali não viviam mais os índios, apenas restavam os vestígios de sua presença. Eles passaram então a ocupar o lugar que possuía um famoso cajueiro à beira da praia. Aos poucos o local foi crescendo e sendo povoado por várias outras famílias. Foi então que ganhou o nome de Cajueiro da Praia.

A região de Cajueiro é composta pela Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, constituída por formações dunares e desembocadura de rios formando estuários afogados e manguezais. Ou seja, é uma região bastante propícia para passagem e permanência de grupos indígenas, dada a diversidade de recursos alimentícios. As informações etnográficas associadas a dados arqueológicos sustentam que os Tremembé foram os principais habitantes do litoral piauiense. Como podemos observar em inúmeras citações acerca desse povoamento, eram “(...) exímios nadadores e guerreiros [os] que habitaram o baixo Parnaíba na região deltaica” (Chaves 1984: 6). “Os Tremembé moram junto da barra do Parnaíba, têm pazes com os brancos” (Castelo Branco 1982: 12), “Os Tremembé consignados nos primeiros documentos referentes ao norte do Brasil, ocuparam por dilatados anos o delta do Parnaíba e grande parte do litoral do Maranhão e do Ceará” (Odilon Nunes 1965: 12).

Sobre os atuais pescadores de Cajueiro da Praia consta a Colônia de Pescadores “Z-6” com sede atual na praia de Barra Grande, um dos mais importantes

pontos turísticos do município. A colônia, além de atuar nas atividades econômicas locais, promove atividades de associação de defesa dos direitos sociais. Os membros da associação vêm tradicionalmente mantendo a prática da pesca artesanal ao longo das gerações, tratam-se de técnicas e atividades pesqueiras que têm sido passadas de pai para filho até os dias de hoje. Diegues entende que além de ter como principal fonte alimentícia a pesca, o pescador artesanal é caracterizado também pelos seus meios de produção:

[...] o controle do como pescar e do que pescar, o controle da arte da pesca, o domínio da arte que exige dele uma série de qualidades físicas e intelectuais que foram conseguidas por longos anos de experiência e aprendizado, o que lhe permite apropriar-se também dos segredos da profissão (1983: 198).

Geistdoerfer (1989) considera que a antropologia marítima, consiste nos sistemas técnicos e sociais, passando pelos aspectos simbólicos que são elaborados pelas populações litorâneas no espaço marinho, de onde se apropriam e retiram sua subsistência. Durante a vivência em Cajueiro da Praia, podemos observar no dia a dia a relação entre a técnica, o social e o simbólico: desde a construção de armadilhas de pesca de origem indígenas aos vestígios arqueológicos que embasam uma memória social ainda latente entre os moradores mais antigos.

A memória por trás das dunas

Seu Ribamar Rodrigues, pescador aposentado, afirmou ter conhecimento dos lugares com vestígios materiais dos índios que ocupavam a costa. Ele explicou que, quando mais novo, costumava visitar essas dunas para pegar búzios para comer. Seu Demétrio (56 anos) é também pescador aposentado e atualmente usa sua canoa para pequenos passeios turísticos, já que há alguns anos a pesca se tornou uma prática apenas de subsistência para sua família. Durante uma de nossas conversas, mencionou com satisfação seu conhecimento sobre o mar, e com o olhar certo de quem conhece, afirmou: “Eu tenho mil metros de rede a 18 milhas pra fora [no mar] e eu vou lá pelo dom que Deus me deu”. Diegues explica que, ao contrário da gente da terra, “os marinheiros tinham grande necessidade de usar a vista, tendo existido mesmo uma medida marítima de distância que representava uma vela no horizonte e o observador no tempo claro” (1998: 69).

Tanto Diegues (1983) como Knox (2007) entendem que o pescador artesanal é possuidor de um conhecimento extraído do meio natural, como o controle da pesca, domínio das práticas, conhecimento das marés, bem como o conhecimento adquirido ao longo do tempo com as gerações passadas, a compreensão dos fenômenos naturais, ecológicos e o pertencimento ao ambiente marítimo. Quando questionado sobre o que aprendeu com o seu pai e que gostaria que ainda permanecesse para as gerações futuras, Demétrio respondeu: “Duas coisas que aprendi com meu pai: ser honesto, não pegar nada que é dos outros e navegar pelos planetas, porque hoje existe navegador, tem a bússola... Nós trabalhamos só pelos planetas!”. Para a maioria das comunidades de pescadores artesanais, sejam elas ribeirinhas ou litorâneas, o território marinho/aquático tem uma função coletiva e possui uma marcação que vai além terra.

Um elemento fundamental à apropriação e ao usufruto do mar pelos pescadores [...]. A familiaridade de cada grupo de pescadores com uma dessas áreas marítimas cria territórios que são incorporados à sua tradição. Na mesma medida em que é um recurso ou um espaço de subsistência, o território engloba também a noção de *lugar*, mediante a qual os povos marítimos definem e delimitam o mar (Maldonado 1993: 105).

Seu Demétrio, durante uma visita ao sítio arqueológico Sambaqui da Estrada, afirmava que os mesmos vestígios encontrados ali também poderiam ser vistos comumente em outros lugares da praia. Enquanto segurava uma concha na mão e a tocava contra um caco de cerâmica, dizia que acreditava que a concha era ainda mais antiga que a cerâmica, e afirmava com propriedade: “Tem mais de três séculos”. Apontava para a concha e dizia: “Eu conheci essas dunas cheias disso aqui”. Então, concluiu que a própria natureza a estava “dissolvendo”. Passagens como essa, demonstra como a prática da arqueologia pública tem trazido para as pesquisas arqueológicas importantes contribuições interpretativas, seja para os vestígios materiais, seja para os lugares de culturas pretéritas.

Um fato curioso é que no fim da pesquisa recebemos a informação da datação do sítio arqueológico Sambaqui da Baía, referente à localidade da Ponta do Socó, em Cajueiro da Praia, e o material ósseo datado por Beta havia sido coletado das camadas mais profundas que contavam também com a ocorrência de cerâmica (Gaspar 2014). A

datação, portanto, chegou a 300 anos A.P., a mesma estimativa dada pelo pescador quando se referia ao material malacológico de outro sítio nas proximidades.

Nós chamamos de lama, cavava e fazia isso aqui, [enquanto aponta para o caco de cerâmica indígena]. Tem uma lama ali na praia que a gente passa e é igual a cimento, concreto, depois de seca... Isso aqui vem do chão, aí [eles] faziam o que queriam, prato, pote, o banco pra colocar o pote (Demétrio 2014).

Em outro sítio, conhecido como “sambaqui da estrada”, conforme mostra a figura abaixo, separamos um caco de cerâmica indígena e um caco de grés, e ao ser perguntando o que achava das peças, seu Demétrio interpretou: segurando o caco de grés, disse que se tratava de algo mais recente “(...) é dessa nova geração do índio, mais caprichado no preparo, é diferente desse daqui que foi logo no começo” (ao se referir ao fragmento de cerâmica indígena).



Fig. 1. Seu Demétrio com os vestígios arqueológicos do sítio sambaqui da estrada

Como se reconhece na bibliografia, o grés é caracterizado como uma espécie de cerâmica vidrada trazida pelos viajantes europeus, podendo ser encontrada em sítios arqueológicos históricos ou de contato, como o caso de alguns sítios no litoral do Piauí. Sobre a observação dada pelo pescador para os vestígios do sítio, Sanches reconhece que a arqueologia não se encontra fechada para outras leituras, mas cabe a ela “(...) abrir-se a si mesma à tolerância de outras interpretações e à crítica sobre seus métodos e atuação” (2011: 141).

O fato de que a arqueologia pode gerar um número cada vez maior de ideias sobre o que aconteceu no passado sugere que ela pode construir uma base cada vez mais eficaz para a compreensão da mudança social. Isso, por sua vez, indica que, no devido tempo, ela poderá servir de guia, para o desenvolvimento futuro, não no sentido de proporcionar conhecimento teocrático a planejadores sociais, mas ajudando a população a fazer, em matéria de políticas públicas, escolhas mais fundamentadas em termos de informação [...] (Trigger 2004: 399).

Seu José Carlos da Rocha (55 anos), também ex-pescador, conta que desde criança ouvia dos seus pais e avós histórias sobre os índios Tremembé.

Meus pais contavam que quem vivia aqui eram os índios, que essas praias eram mesmo tudo habitadas por índios. Em 1616 já tinha índio aqui nessa região, até Parnaíba tinha, a gente sabe porque todo ano tem uma quadrilha² aqui e eles contam essa história [...]. Aí, o pessoal vinha combater pra tirar os índios, assim a história fala [...] (José Carlos da Rocha 2014).

O ex-pescador também relembra os lugares que marcaram suas brincadeiras na infância: segundo ele, quando criança, sempre costumava ir aos morros de dunas onde encontrava fragmentos de cerâmica e outros objetos.

Na figura 2, seu José Carlos desenha na areia uma antiga construção indígena. Segundo ele e outros pescadores, uma barreira de pedras liga a praia até uma pequena ilha a poucos quilômetros dali, a estrutura de pedra tinha como objetivo a facilitação da pesca.



Fig. 2. Seu Ribamar representando em desenho a estratégia indígena de pesca.

² “Quadrilha de arraiais” componente comemorativo de festas juninas comum na região nordeste do país.

[...] Só o que se vê é caco de prato, é búzio, coisa enterrada, tem uma terra preta que é onde eles faziam o fogo... Ali, perto daquela ilha, tem um paredão de pedra que foram os índios que fizeram pra quando a maré rasar, o peixe ficar fácil de pegar, eram as armadilhas. [...] Eles comiam era o búzio da praia, era o peixe... De primeiro, a gente via muito em cima desses morros, a gente via muito pedaço de pote quebrado de barro (José Carlos da Rocha 2014).

Segundo Diegues (1999), entre outros aspectos que constituem as culturas marítimas, sobressaem os valores simbólicos, os ritos e a magia existente na relação homem/mar. Os aspectos simbólicos são marcados principalmente pelo aparecimento ou morada dos ancestrais místicos.

Hoje em dia a gente vê pouco, mas no tempo que eu era menino, que a gente andava por aí, era demais, é porque o morro vai mudando, vai cobrindo e descobrindo, a terra vai mudando... Eu lembro que era alvinho de tanto búzio e caco velho de pote. Os mais velhos ainda viram coisa melhor porque estava um pouco mais recente (José Carlos da Rocha 2014).

A cultura material está constantemente relacionada a significados que vão sendo (res)significados ao longo tempo. Para Shackel (2004), os interesses atribuídos à cultura material perpassam tanto a memória dos indivíduos quanto a memória do grupo social (memória coletiva). “Utilizando esse atributo, indivíduos ou grupos podem transcender barreiras como parte de uma memória coletiva, com um passado, presente e futuro comum” (Ribeiro 2013: 28). Para Meneses (1998), o artefato é como um documento e possui propriedades naturais, tais como sua forma e matéria; a partir do momento em que esse artefato é combinado a relações sociais, passa a ter atributos de sentidos e simbologias, o que o autor considera como fetichismo. Os artefatos podem ser entendidos também pela sua importância enquanto objetos de memória coletiva, já que, por conta da sua natureza física e durabilidade, eles acabam perpassando pela vida de seus primeiros produtores e usuários, podendo chegar até gerações posteriores, expressando traços do passado até o presente.

Ainda nesse sentido, Jodas (2012) ressalta a relevância em valorizar os indivíduos como portadores de lembranças para a construção e preservação da memória e identidade de um grupo: através de estratégias que se articulam para a conservação dos lugares e objetos de memória, ou seja, através da cultura material. Quando se estabelece de fato a relação entre a preservação do patrimônio material e

o diálogo com a sociedade, tem-se maior possibilidade de alcançar a compreensão e a consciência dos indivíduos em relação à construção e à preservação de sua própria história (Jodas 2012: 3).

Pensando nas atividades praticadas e nos aspectos tradicionais ainda existentes na comunidade local, a interação entre arqueologia e a comunidade de Cajueiro da Praia torna-se ainda mais relevante. Thomas e Middleton (2003 apud Ferraro 2003) propõem a existência de cinco níveis participativos de manejo com a comunidade. São eles: informar, consultar, decidir em conjunto, atuar em conjunto e apoio aos interesses comunitários. Concorda-se, portanto, que o trabalho desenvolvido contempla as duas primeiras etapas, tendo como base os sistemas dos autores:

Informar: partindo do nível inicial de participação, os grupos são munidos com informações de um determinado projeto de gestão. *Consultar*: após o processo informativo, são ouvidas as opiniões da comunidade local, os atores sociais e as organizações interessadas em participar do projeto.

A aproximação com os membros comunitários de Cajueiro contribui no sentido de trazer para a pesquisa as impressões que essas pessoas têm sobre o lugar onde seus antepassados viveram, onde elas próprias vivem até os dias de hoje, e de onde extraem suas memórias, seja com a paisagem, seja com os “os lugares dos índios antigos”, no mito ou na história.

Além do grupo de pescadores tradicionais, outros trabalhos foram desenvolvidos paralelamente junto a alunos do município. A ideia é que muitos outros atores devem ser integrados a novas pesquisas, a fim de que se reconheçam outras vozes, novos parceiros, e com isso, múltiplas formas de se perceber a história. Em Cajueiro da Praia, identificou-se uma possibilidade de agregar uma arqueologia de coisas e do passado em uma arqueologia presente e de pessoas.

Referências bibliográficas

ALVES, D. S. *Arqueologia e memória: comunidade indígena Cariri da Serra Grande*. Monografia (Graduação em Arqueologia). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2011.

ALVES, D. S.; CALIPPO, F. R. *Arqueologia pública dos sítios costeiros do Piauí: primeiras discussões*. VII Workshop Arqueológico de Xingó, II Ciclo Internacional de Simpósios Temáticos e II Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Sergipe, 2012.

AUGÉ, M. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 1994. Coleção Travessia do Século.

BORGES, J. F. *As palavras e as coisas: arqueologia e história oral*. In: CASTELO BRANCO, E.A. N F. A.; PINHEIRO, Á. P. (Orgs.) Recife: Bagaço, 2005, pp. 111-122.

BORGES, J. F. *Sob os areais: arqueologia, história e memória*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2006.

CASTELO BRANCO FILHO, M. *O povoamento do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1982.

DIEGUES, A. C. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores no Brasil. *Etnográfica*, v. III (2), 1999, pp. 361-375.

DIEGUES, A. C. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, A. C. *Ilhas e mares: simbolismo e imaginário*. São Paulo: Hucitec, 1998.

FERREIRA, L. M. Sob fogo cruzado: arqueologia comunitária e patrimônio cultural. *Revista de Arqueologia Pública*, 2008.

FERRARO, L; ENRIQUE, L. A; CAMARERO, G.; DESMERY, C; JARA, P. *Antropología y gestión: contribuciones al debate sobre el lugar de las ciencias antropológicas en el manejo del patrimonio cultural*. Manejo de bienes culturales em ciencias antropológicas. Parte 1. Universidad de Buenos Aires, 2012.

GASPAR, P. H. S. *Processos formativos de um sítio costeiro no Piauí: geoarqueologia e zooarqueologia do sambaqui da baía*. Monografia (Graduação em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2011.

GEISTDOERFER, A. *Anthropologie maritime: appropriation technique, sociale et symbolique des ressources maritimes*. Paris; CNRS, 1989.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

JODAS, A. S. Memória, história e arqueologia. Disponível em: <http://arqueologiapublicalap.blogspot.com.br/2012/11/memoria-historia-e-arqueologia.html>. Último acesso em: 31 jul. 2013.

KNOX, W. *Vivendo do mar: tradição, memória e mudanças na vida pesqueira de Pitangui (RN)*. Tese (Doutorado). Natal (RN), 2007.

LITTLE, P E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2002.

MALDONADO, C. O turismo comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MANZATO, F. *Turismo arqueológico: diagnóstico em sítios pré-históricos e históricos no estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2005.

MENESES, U. B. de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, n. 21, 1998, pp. 89-103.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara AunKhoury. *Projeto História*, São Paulo, 1993.

NUNES, O. *Pesquisa para a história do Piauí*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1965.

RIBEIRO, A. S. de. *Entre a teoria e prática: uma discussão sobre arqueologia pública através do caso Parque Nacional Serra da Capivara (PI)*. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2013.

ROCHA, J. C. da. Entrevista concedida a Dinoelly Soares Alves. Cajueiro da Praia (PI). 2014.

RODRIGUES, R. Entrevista concedida a Dinoelly Soares Alves. Cajueiro da Praia (PI). 2014.

RODRIGUES, D. Entrevista concedida a Dinoelly Soares Alves. Sítio Sambaqui da Estrada, Cajueiro da Praia (PI). 2014.

SÁNCHEZ, J. A. Arqueología para todos los públicos: hacia una definición de la arqueología pública a la española. *ArqueoWeb*, 13, 2011, pp. 87-107.

SHACKEL, P. A. Working with communities heritage development and applied archaeology. In: SHACKEL P. A; CHAMBERS, E. J. (Eds.). *Places in mind: public archaeology as applied anthropology*. New York: Routledge, 2004.

SHANKS, M. Arqueología simétrica: arqueología simétrica in Un giro teórico sin revolución paradigmática. *Complutum*, v. 18, 2007, pp. 283-319.

TRIGGER, B. *História do pensamento arqueológico*. Tradução de Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus Editora Ltda., 2004.

Cerritos nos terrenos costeiros da Laguna dos Patos. Análise da região ao sul do Canal São Gonçalo, Rio Grande do Sul, Brasil

Cerritos in the coastal lands of Laguna dos Patos. Analysis of the region south of the São Gonçalo Canal, Rio Grande do Sul, Brazil

Fabricio Bernardes¹

Resumo

O estudo arqueológico da porção final do estuário da Laguna dos Patos, Rio Grande do Sul, Brasil, revelou que, nos últimos 2500 anos, houve simultaneidade entre a formação dos terrenos costeiros marginais e a sua ocupação por grupos humanos. Porém identificamos que no momento em que as pesquisas arqueológicas foram desenvolvidas, a região em questão ainda não havia sido alvo de estudos geomorfológicos adequados à escala dos problemas levantados. Dessa maneira, procuramos compreender como o conhecimento geomorfológico do estuário da Laguna dos Patos modificou-se no decorrer dos últimos quarenta anos, e como foi explicada a gênese dos terrenos onde estão os vestígios de ocupação humana. Como resultado do estudo apresentamos explicações complementares àquelas contidas nas pesquisas arqueológicas pioneiras, das décadas de 1960 e 1970.

Palavras chave: Arqueologia; Cerritos; Geomorfologia; Laguna dos Patos.

Abstract

The archaeological study of the final portion of the Laguna dos Patos estuary, Rio Grande do Sul, Brazil, revealed that during the last 2500 years, there was simultaneity between the formation of marginal coastal lands and their occupation by human

¹ Mestrando no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE USP).

groups. However, we identified that when the archaeological research was developed, the region in question had not yet been the target of adequate geomorphological studies to the scale of the problems raised. So we try to understand how the geomorphological knowledge of the Laguna dos Patos estuary has changed during the last forty years and how the genesis of the lands where the vestiges of human occupation were explained. As result of the study, we present complementary explanations to those contained in the pioneering archaeological researches of the 1960s and 1970s.

Keywords: Archeology; Cerritos; Geomorphology; Laguna dos Patos.

Introdução

Neste trabalho procuro discutir alguns dos aspectos geológicos/geomorfológicos responsáveis pela formação dos terrenos costeiros do estuário da Laguna dos Patos, Rio Grande do Sul, Brasil². A área de interesse é delimitada a norte pelo canal São Gonçalo, que divide os Municípios gaúchos de Pelotas e Rio Grande, até o ponto onde a Laguna dos Patos desagua no Oceano Atlântico, a sul (Fig. 1). Proponho esta discussão pois nesta área foi identificado um grande conjunto de montículos artificiais (Cerritos) que evidencia a presença humana nesta região desde 2500 anos A.P. (Schmitz 1976).

O estudo arqueológico desses montículos assinalou a relação entre a sua localização e uma discreta sequência de terraços lagunares formados após a última grande variação do nível do mar, que ocorreu em torno de 5000 anos A.P. e elevou o seu nível a 5 m acima do atual (Villwock & Tomazelli 1995). Esta observação é discutida com maiores detalhes em Naue (1973), Schmitz (1976) e Schmitz, Naue & Becker (2006) onde é registrado a existência de dois terraços, “A” o mais antigo e “B” o mais recente.

² Este texto remete ao trabalho de conclusão de curso apresentado pelo mesmo autor como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arqueologia, pela Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Entretanto grande parte do seu conteúdo foi modificado no decorrer dos últimos três anos.

Agradecimentos: A Capes pela bolsa de mestrado que permitiu o prosseguimento das pesquisas iniciadas na graduação. Aos professores: Martial Pouquet, pelos anos de orientação, e Rafael Milheira pela cooperação na análise dos mapas de sítios arqueológicos.

No momento em que esses trabalhos foram publicados (década de 1970) ainda não havia clareza sobre os processos responsáveis pela formação dos terrenos onde os cerritos estão inseridos, muito menos haviam sido produzidos mapas geomorfológicos que identificassem os diferentes contextos deposicionais em uma escala adequada aos interesses arqueológicos. Esta situação foi parcialmente superada nas últimas décadas por via de um esforço contínuo dos pesquisadores da Universidade Federal de Rio Grande (FURG) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Desta forma, considerando a já destacada relação entre esse conjunto de montículos artificiais e a sua posição costeira lagunar, se faz importante colocar este tema novamente em discussão a fim de incluir novas contribuições vindas principalmente da geomorfologia.

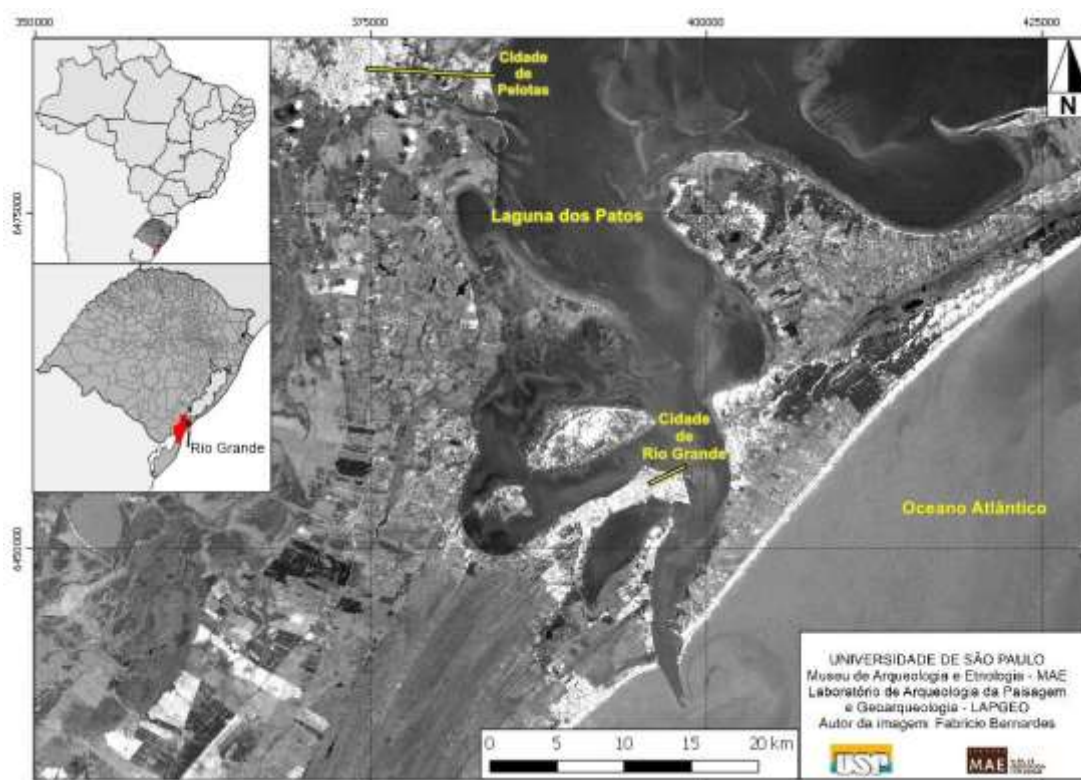


Figura 1 - Localização do estuário da Laguna dos Patos, Rio Grande do Sul, Brasil.

Cerritos: definição, área de abrangência e histórico das pesquisas

No período entre 4.000 anos A.P. e o início da colonização europeia do continente americano a região entre o sul do estado do Rio Grande do Sul e o nordeste

do Uruguai foi ocupada por povos construtores de montículos (cerritos). Estas construções em terra ocorrem de maneira muito variada dentro desta grande área, podendo em alguns casos atingir até 7 metros de altura. Eles são encontrados tanto em grandes agrupamentos, como também de maneira individualizada. Em Rio Grande, foco deste estudo, foram registrados montículos de até 1,5 m de altura, mas são frequentes aqueles que possuem alturas inferiores a um metro (Schmitz 1976); também é frequente nesta região que os montículos formem agrupamentos de quase uma dezena de indivíduos e em nenhum caso pode-se dizer que um montículo está isolado dos demais por longas distancias.

O sedimento que compõe a elevação é composto de solos húmicos e escuros, junto aos mesmos foram encontrados materiais líticos, cerâmicos, faunísticos e, eventualmente, foram identificados enterramentos humanos (Ferreira 2012). Em outras regiões também foi encontrada uma variedade de outras estruturas construtivas junto aos montículos, como micro relevos, terraplanagens e canais (Iriarte 2003; Gianotti 2015).

Na região que estamos estudando, no entorno do estuário da Laguna dos Patos, é encontrado junto aos montículos uma grande quantidade de vestígios alimentares de origem antrópica, como otólitos e vertebrae de peixe, garras de siri, etc (Chim 2013; Schorr 1975). De acordo com Schmitz & Becker (1970) esta característica distingue a região em questão das demais onde são encontrados cerritos. Os mesmos autores também enfatizam o volume de material cerâmico encontrado junto aos sítios aqui estudados, o que não se repete em outros locais.

Os estudos que tratam dos cerritos localizados no município de Rio Grande inserem-se dentro de um contexto amplo de pesquisas exploratórias, que ocorreram em conjunto com o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). A equipe de pesquisadores orientada por Pedro I. Schmitz foi quem primeiro identificou que os cerritos também se estendiam para o território brasileiro, no entorno das Lagunas Mirim e dos Patos. Entre os anos de 1965 e 1972 foram realizados estudos nos municípios de Camaquã, Bagé, Santa Vitoria do Palmar e também em território

uruguaio (departamento de Treinta y Tres) com a cooperação de pesquisadores brasileiros e uruguaios (Schmitz 1976).

Em um primeiro momento, antes de dispor das primeiras datações de C14, tentou-se associar os vestígios arqueológicos então encontrados aos relatos históricos do século XVIII, quando foi fundada a cidade de Rio Grande (Naue et al. 1971: 91-93). Posteriormente, com as datações apresentadas por Naue (1973) e Schmitz (1976), que demonstraram que os sítios recuavam até 2.500 anos A.P., abandonou-se essa postura. Em Schmitz (1976) e Schmitz, Naue & Becker (2006) encontramos esses dados adequados ao modelo caçador-coletor, conforme descrito por Lee & Devore (1973). Ao mesmo tempo continuou-se associando os cerritos aos minuanos, o que é questão controversa até os dias de hoje (Becker 2002; Pérez 2016).

Os trabalhos das décadas de 1960 e 1970 procuraram ser uma primeira abordagem ao tema e foram muitas as contribuições deixadas em termos de reconhecimento e caracterização do registro arqueológico. Posteriormente as pesquisas arqueológicas no município de Rio Grande perderam o ritmo, mesmo com a criação, na Universidade Federal de Rio Grande (FURG), do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAN), ainda em 1983.

Já na década de 2000 se inicia em Pelotas, município vizinho a Rio Grande, uma prolífica sequência de pesquisas em cerritos que se estende até os dias de hoje (Cerqueira & Loureiro 2004; Milheira et al. 2016). Por fim, com a criação do curso de arqueologia em Rio Grande, na FURG, em 2008, retoma-se as pesquisas nos mesmos sítios que já haviam sido estudados na década de 1970, rendendo inúmeras monografias sobre o tema (Bernardes 2015; Chim 2013; Crescenti 2012; Ferreira 2012; Manzine 2018; Oleiro 2012).

Em paralelo ao abandono das pesquisas em cerritos no território brasileiro houve uma intensificação dos estudos em território uruguaio, que foram impulsionados pela preocupação com o impacto de obras públicas sobre o patrimônio arqueológico. As pesquisas desenvolvidas por pesquisadores uruguaios assumiram uma postura crítica frente ao trabalho desenvolvido nas décadas de 1960 e 1970, questionando e apresentando soluções para questões chave no estudo dos cerritos,

como a relação com dados históricos, funcionalidade e ritmo de crescimento dos montículos, e delimitação das ocupações. Também se ampliou o quadro de datações, que recuou a antiguidade da construção de cerritos para aproximadamente 4.000 anos A.P. (Durán & Bracco 2000).

Correlação entre os montículos e os terraços lagunares

Desde as primeiras pesquisas que tiveram como tema os montículos artificiais situados no município de Rio Grande pôde-se perceber que os mesmos estavam localizados, em sua grande maioria, nos terrenos baixos e alagadiços próximos às margens da Laguna dos Patos. Esta área é delimitada por um relevo bastante particular, pois configura-se como uma faixa de terra entre a linha de costa lagunar e um barranco de aproximadamente 6 metros de altura, que marca o início de uma sessão de terrenos mais elevados (barreira 3 de acordo com o que é apresentado em Villwock & Tomazelli 1995). A Partir do mapa de relevo a seguir podemos perceber a delimitação desta faixa costeira.

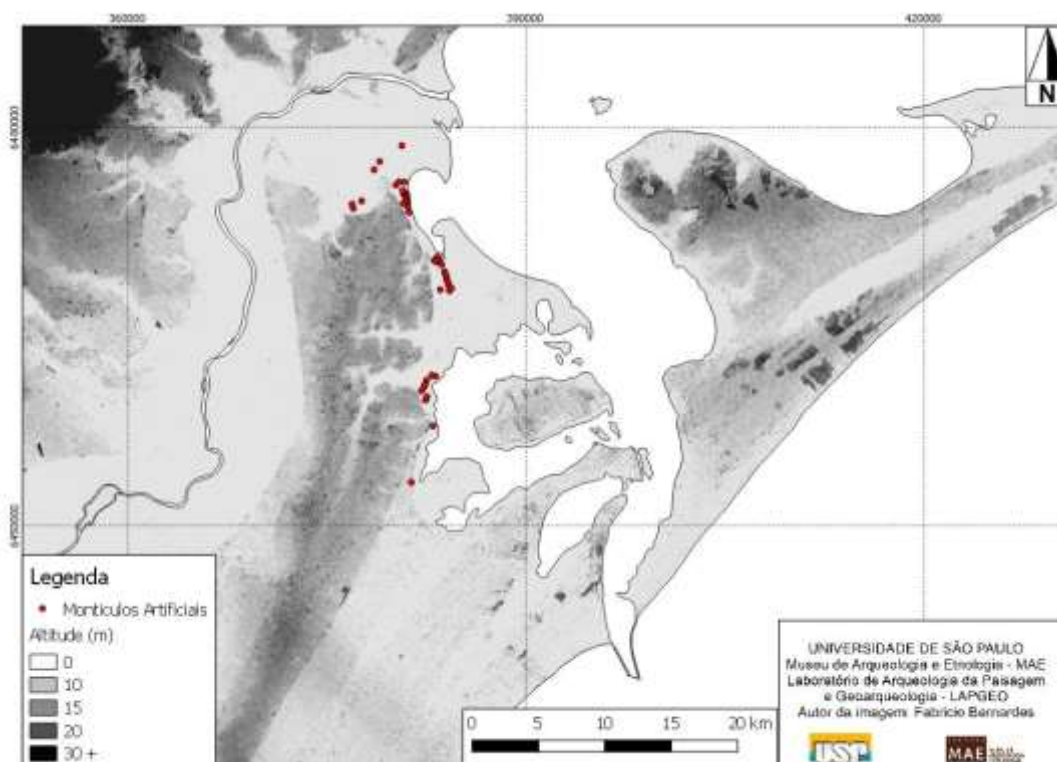


Figura 6 - Relevo e localização de sítios arqueológicos no estuário da Laguna dos Patos. Município de Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.

Neste mesmo mapa (Fig. 2) também estão assinaladas as localizações dos cerritos já cadastrados na área de estudo. Estes dados foram obtidos com a revisão dos mapas de localização de sítios arqueológicos anexados nos trabalhos de Naue (1973) e Schmitz (1976). Tal revisão foi feita com base em imagens de satélite, onde os cerritos podem ser visualizados devido a vegetação mais vistosa que cresce sobre eles, e também com saídas de campo, que verificaram presencialmente a coordenada de cada um dos sítios. Em muitos casos o local onde o sítio estava inserido foi profundamente impactado nas últimas décadas, mas, mesmo assim, a sua localização foi assinalada com base nos mapas consultados. Também foram inseridas as localizações dos cerritos identificados no âmbito do projeto “Intercambio e geopolítica no litoral sul”, desenvolvido na FURG entre os anos de 2009 e 2014.

A faixa de terra descrita acima é parcialmente plana (Fig. 3), sendo recortada apenas por uma discreta sequência de terraços lagunares. Os terraços apresentam pequenas variações de altitude, mas têm seus limites bastante marcados, sendo fácil identificar a transição entre cada um deles. Em todos os casos expostos acima (Fig. 2) os cerritos se encontram nas proximidades do limite entre um terraço e outro. Em



Figura 3- Fotografia tirada na borda da Barreira 3. Ao fundo linha de cerritos. Estuário da Laguna dos Patos, município de Rio Grande, RS, Brasil.

alguns casos o conjunto de montículos foi construído justamente na borda do terraço, de maneira linear.

Em Naue (1973) foi utilizado o estudo de Eurípides Vieira (1970) para explicar a gênese destes terraços. De acordo com Vieira (1970: 3-5) os terraços teriam se formado com um processo de “sedimentação lateral progressiva”, onde os sedimentos lacustres teriam se acumulado primeiro na base dos terrenos mais altos e, a partir daí, recuado de maneira progressiva a margem da Laguna até o local onde se encontra nos dias de hoje. A partir desta explicação se compreendeu que a margem da Laguna teria recuado de maneira gradual, como fica evidente no seguinte trecho:

A contínua deposição de sedimentos forçou o recuo das águas da Lagoa dos Patos. Os cerritos abandonados foram distanciando-se sempre mais da praia. As águas próximas, pouco profundas, tornaram-se impróprias para a pesca e a alteração do ambiente ecológico fez com que o indígena se deslocasse para novas praias que melhor atendessem às exigências de sua subsistência (Naue 1973: 17).

Deste modo, se utilizou da interpretação dos processos geomorfológicos costeiros para inferir que aqueles cerritos que estão mais distantes da margem lagunar seriam mais antigos, conseqüentemente os mais novos estariam mais próximos da água nos dias de hoje. Esta inferência também foi sustentada com as datações apresentadas por Naue (1973), onde o cerrito 5, que está sobre um terraço próximo da costa, foi datado em 200 +/- 80 anos A.P. (nível 20-10 cm); em um terraço mais recuado foram datados dois montículos: cerrito 1 em 1080 +/- 90 anos A.P. (nível 50-40 cm), e o cerrito 4 em 2160 +/- 80 anos A.P. (nível 50-40 cm) e 2000 +/- 120 anos A.P. (nível 40-30 cm).

Como é complementado em Schmitz (1976: 32) esta inferência só pode ser feita caso se aceite o pressuposto de que cada cerrito representa uma ocupação individual e que sempre é construída na margem da Laguna. Desta forma o início da construção do montículo representaria o local onde a linha de costa estaria naquele

momento. Como nem todas as datações feitas até então representavam o nível de base dos montículos estipulou-se um “índice de crescimento médio dos estratos arqueológicos”, onde a cada 75 anos seriam acumulados 10 cm de sedimento. Tal índice pautava-se na interpretação de que os montículos teriam sido construídos com o contínuo acúmulo de sedimento no interior do assentamento (Schmitz, Naue & Becker 2006: 103).

Em Schmitz (1976) a interpretação dos fenômenos geológicos/geomorfológicos é feita com base no trabalho de P. Delaney (1965). Neste caso as interpretações diferem daquilo que se encontra em Vieira (1970), pois é dada maior ênfase à variação do nível médio do mar como agente de transformação dos terrenos na margem da Laguna dos Patos. Entretanto, devido ao momento inicial da sua pesquisa, Delaney não apresenta dados que possibilitem detalhar temporalmente as suas inferências.

O Trabalho de M. Godolphim (1976) também é referido por Schmitz (1976). Ambos foram desenvolvidos na mesma época e assinalaram a possibilidade de datar as flutuações recentes do nível da Laguna dos Patos com base nos Cerritos situados na sua costa. Godolphim (1976) também apontou essas mesmas flutuações como agente formador dos ambientes marinhos ao sul da desembocadura da Laguna, onde o contínuo recuo do nível do mar formou uma sequência de depósitos arenosos, ou “cordões litorâneos”, conforme Tagliani (1997).

Desta forma em Schmitz (1976: 34-35) e Schmitz, Naue & Becker (2006: 103) ficou expressa a possibilidade de correlacionar as datações dos cerritos com o momento de deposição dos terraços lagunares e, conseqüentemente, com as variações do nível do mar.

A gênese dos terraços lagunares

Em sua configuração atual o estuário da Laguna dos Patos pode ser classificado como “Estuário de Laguna Costeira”, possuindo apenas uma entrada estreita (choked), seguindo a classificação de Perillo, Piccolo & Quivira (1999). Nesta porção da Laguna 70% da área inundada apresenta profundidades inferiores a 1 metro, formando

principalmente enseadas, que de acordo com Godolphim (1976) e Alvarez et al. (1981) são corpos de água delimitados por esporões arenosos recurvados, localmente conhecidos como “sacos”.

Em função da posição costeira da Laguna dos Patos e das baixas altitudes de toda a planície costeira do Rio Grande do Sul as variações do nível do mar se destacam como um dos principais agentes de transformação da paisagem. Para o nosso estudo é importante observar o período após o último máximo transgressivo, que ocorreu em torno de 5000 anos A.P. e elevou o nível do mar 5 metros acima do atual. Nesse momento grande parte das regiões costeiras no entorno do estuário ficaram submersas e a linha de costa alcançou a Barreira 3. Após o máximo transgressivo o nível do mar recuou até o seu estado atual e emergiu grande parte dos terrenos onde os cerritos estão localizados.

De acordo com Long (1989: 108) o recuo do nível marinho não se deu de maneira gradual, mas com acelerações súbitas ou com oscilações cíclicas de regressão e transgressão. Os terraços lagunares seriam justamente o testemunho sedimentar dessas oscilações, pois se configuram de maneira escalonada. Conforme registrado por Long (1989: 95) o terraço mais antigo (T3) eleva-se 2 metros acima do nível lagunar atual, o intermediário (T4) 0,5 metros e o mais recente (T5) acompanha o nível de deposição atual.

Os trabalhos de Godolphim (1976) e Long (1989) divergem sobre a delimitação dos terraços na porção sul do Canal São Gonçalo. No mapa geomorfológico anexado no trabalho de Godolphim (1976) é representado uma sequência de três terraços quase paralelos. De acordo com essa interpretação o terraço mais antigo se estenderia desde a porção norte da barreira 3, seguido pelos terraços mais recentes. Por sua vez, Long (1989) interpreta que os terrenos mais antigos se concentrariam no entorno da região onde a Barreira 3 se interioriza em direção oeste. Já os terrenos mais próximos do Canal São Gonçalo não seriam tão antigos e a atual comunidade do Pesqueiro marcaria a transição entre as unidades estratigráficas T3 e T4. Essa segunda delimitação é coerente com o modelo de evolução paleogeográfica também discutido por Long (1989).

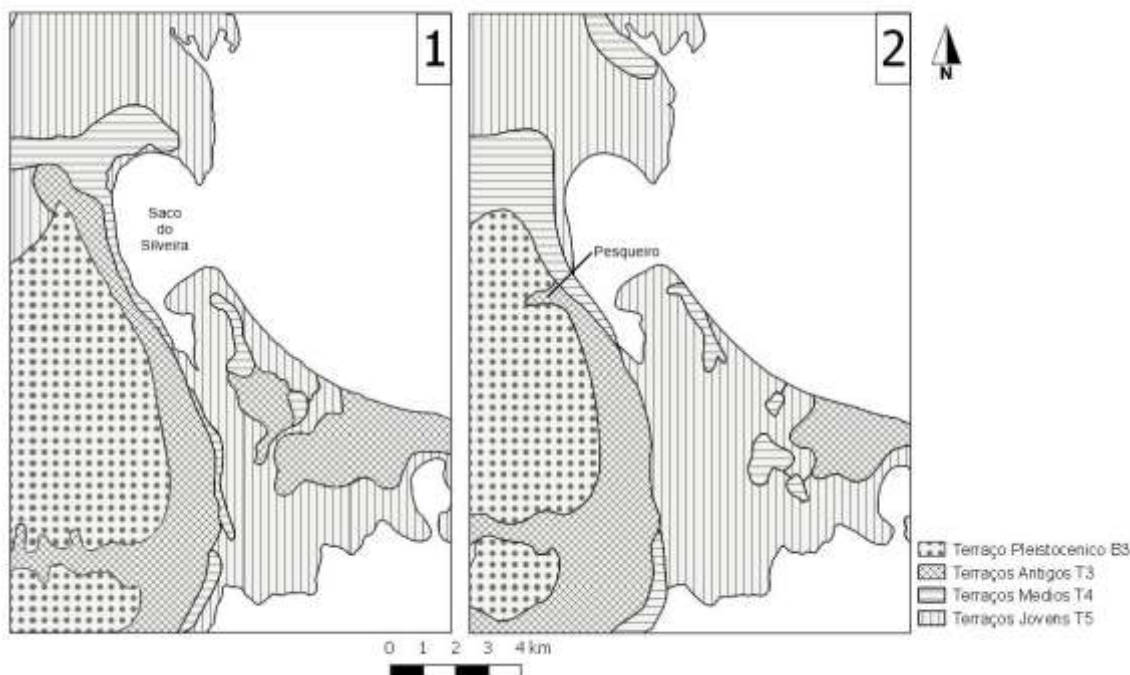


Figura 4 – Diferença entre os mapas geomorfológicos de Godolphim (1976) (1) e Long (1989) (2). Estuário da Lagoa dos Patos, Rio Grande do Sul, Brasil.

O mesmo autor detalha os processos envolvidos na sedimentação lagunar e consequente formação dos terraços. Segundo Long (1989: 101) esse processo se dá com a decantação das argilas fornecidas pelos rios tributários, porém, devido à baixa profundidade da água e a intensa ação dos ventos, o acúmulo dos sedimentos finos ocorre apenas em áreas protegidas, como em baías fechadas. O crescimento de vegetação juncosa acelera o processo de decantação.

Os atuais terraços lagunares são essas antigas superfícies de fundo lagunar que ficaram expostas após o rebaixamento do nível da água. Em uma tentativa de datação relativa Long (1989: 113) correlacionou os níveis de deposição dos terraços lagunares com a curva de variação relativa do nível do mar proposta por Martin *et al* (1987), caso essa associação esteja correta T3 teria se formado no período entre 3600 – 2800 anos A.P. e T4 no período após 2500 anos A.P.

Como já foi destacado os cerritos se inserem majoritariamente na borda dos terraços lagunares. Nesses locais a transição entre um nível e outro é representada por

um suave desnível, o que varia bastante de um local para outro. Em alguns pontos essa transição é perceptível apenas pela delimitação dos terrenos húmidos. É comum que os montículos sejam circundados por uma linha de árvores, que podem ser conectadas entre si nos maiores conjuntos, formando bosques alinhados a linha divisória dos terraços. Muito provavelmente essas árvores representam o uso frequente dos montículos como roça, fato já observado por Schmitz (1976).

Por fim, no mapa a seguir estão representadas as localizações dos montículos artificiais junto com as principais feições geomorfológicas identificadas como a transição entre terraços lagunares. Foram consultados os trabalhos de Godolphim

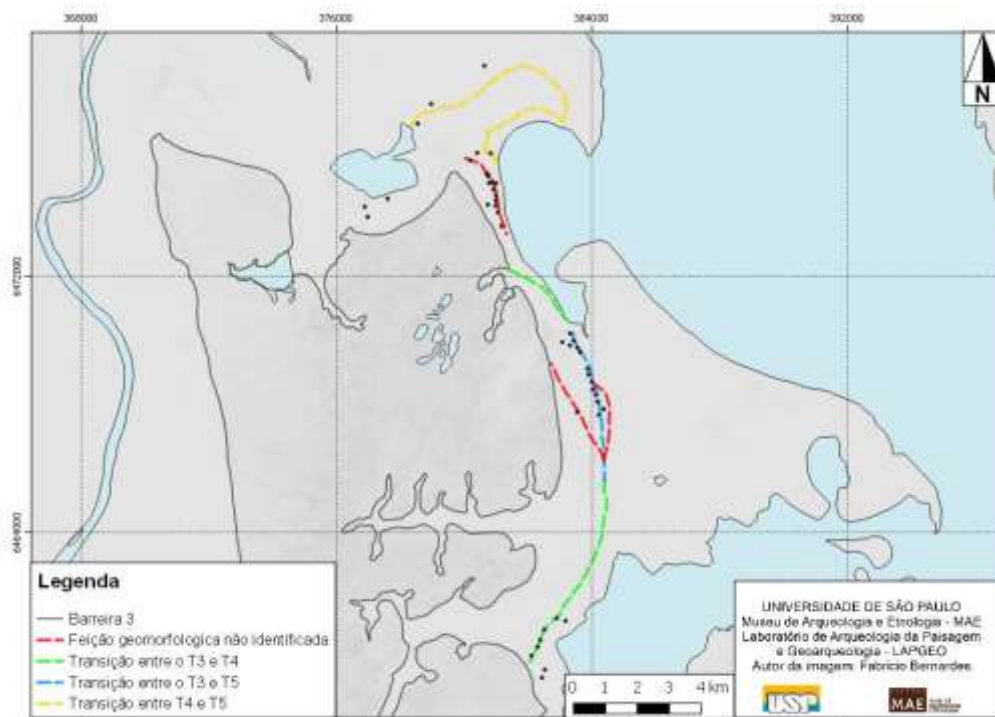


Figura 5 - Localização aproximada dos cerritos sobre mapa geomorfológico de parte do estuário da Laguna dos Patos. Município de Rio Grande, RS, Brasil. Modificado de Tagliani 1997.

(1976), Long (1989) e Tagliani (1997).

Discussão

O mapa acima (Fig. 5) apresenta as regiões formadas pelas oscilações no nível do mar citadas por Long (1989) e Tagliani (1997). De acordo com estes trabalhos o

terraço 3 já estava consolidado antes da construção dos primeiros montículos, enquanto o terraço 4 estaria em processo final de formação. Estes dados divergem em parte daquilo que havia sido interpretado em Naue (1973), Schmitz (1976) e Schmitz, Naue & Becker (2006), entretanto as hipóteses levantadas por estes autores não devem ser desconsideradas, pois como está destacado há feições geomorfológicas na mesma área que ainda não foram estudadas. Fica evidente a necessidade de novos trabalhos na região, que procurem aprofundar a escala de análise e mediar as múltiplas escalas dos fenômenos presentes.

Ao mesmo tempo, ao analisarmos a possibilidade de que esse conjunto de cerritos tenha sido construído sobre um terreno já consolidado, e não em processo de formação como anteriormente se pensou, podemos questionar o pressuposto de que cada montículo seria o resultado de uma única ocupação, o que condiz com estudos mais recentes onde Iriarte (2003) e Gianotti (2015) analisaram situações em que foi possível correlacionar diversos montículos em uma única ocupação. Também deve-se ter em conta a provável ineficiência do “índice de crescimento médio dos estratos arqueológicos” utilizado por Schmitz (1976), pois como é apresentado por Villagrán & Gianotti (2013) a estratigrafia de um cerrito possui maior complexidade do que a simples sobreposição vertical de camadas arqueológicas.

Referências bibliográficas:

ALVAREZ, J. A.; MARTINS & MARTINS. Estudo da Lagoa dos Patos. *Pesquisas em Geociências*, 14. Porto Alegre. 1981, pp. 41-66.

BECKER, I. *Os índios Charrua e Minuano na antiga banda oriental do Uruguai*. Vol. 15. Editora Unisinos. São Leopoldo, RS. 2002.

BERNARDES, F. *A questão da distribuição de montículos artificiais no Município de Rio Grande - RS*. (Monografia de conclusão de curso). Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, RS. 2015.

CERQUEIRA, F. V; LOUREIRO, A. Relatório do Mapeamento Arqueológico de Pelotas e Região (Atividades desenvolvidas entre março de 2002 e fevereiro de 2003). *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)* 1.1. 2004.

CHIM, E. *Análise dos otólitos provenientes do sítio RS-LS-11 - Rio Grande - RS.* (Monografia de conclusão de curso). Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, RS. 2013.

CRESCENTI, D. *Análise cerâmica dos sítios RS-LS-11 e RS-LS-14.* (Monografia de conclusão de curso). Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, RS. 2012.

DELANEY, P. *Fisiografia e geologia de superfície da planície costeira do Rio Grande do Sul.* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. 1965.

DURÁN, A; BRACCO, R. *Arqueología de las tierras bajas.* Montevideo: Comisión Nacional de Arqueología, Ministerio de Educación y Cultura 2000.

FERREIRA, M. Uma análise osteobiográfica dos remanescentes ósseos do sítio arqueológico RS-LS-85: cerrito Oscar Erocildo Abreu. (Monografia de conclusão de curso). Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, RS. 2012.

GIANOTTI, C. Paisajes Sociales, *Monumentalidad y Territorio en las tierras bajas de Uruguay.* (Tese de Doutorado). Universidad de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela. 2015.

GODOLPHIM, M. *Geologia do Holoceno Costeiro do Município de Rio Grande, RS.* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1976.

IRIARTE, J. *Mid-Holocene emergent complexity and landscape transformation: the social construction of early formative communities in Uruguay.* (Tese de Doutorado). University of Kentucky, Lexington, Kentucky. 2002.

LEE, R; DEVORE, I. Problems in the study of hunters and gatherers. In: *Man the Hunter: the first intrusive survey of a single, crucial stage of human development – man's once universal hunting way of life.* Aldine Publishing Company. Chicago, 1973, pp. 3-12.

LONG, T. *Le quaternaire littoral du Rio Grande do Sul. Temoin des quatre derniers épisodes eustatiques majeurs.* (Tese de Doutorado). Universidade de Bordeaux. Bordeaux, France. 1989.

MANZINE, M. A. *A utilização de SIG no estudo dos cerritos de Rio Grande: Uma abordagem teórica sobre o potencial interpretativo das imagens de satélite em pesquisas na região.* (Monografia de conclusão de curso). Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, RS. 2018.

MARTIN, L; SUGUIO, K; FLEXOR, J-M; DOMINGUEZ, J; Quaternary evolution of the central part of the Brazilian Coast. The hole of relative sea level variation and of shoreline drift. In *Quaternary Coastal Geology of West Africa and South America.* UNESCO Reports in Marine Science, v 43, 1987, pp. 97-145.

MILHEIRA, R; *Et. al.* Arqueologia dos Cerritos na Laguna dos Patos, Sul do Brasil: uma síntese da ocupação regional. *Cadernos do CEOM*, v. 29, n. 45. 2016, pp. 33-63.

NAUE, G. Dados sobre o estudo dos cerritos na área meridional da Lagoa dos Patos, Rio Grande, RS. *Veritas: revista da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*, v18. 1973, pp. 246-269.

NAUE, G et al. Novas perspectivas sobre a arqueologia de Rio Grande, RS. *O homem antigo na América*. Instituto de Pré-história/USP. São Paulo, SP. 1971, pp. 91-122.

OLEIRO, L E. *Buscando uma nova metodologia: o caso dos montículos artificiais de Rio Grande – RS*. Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande - RS. Monografia. 2012.

PÉREZ, L. Entre la arqueología y la historia: reflexiones sobre el pasado indígena de las tierras bajas del sur de Brasil y este uruguayo. *Tessituras: Revista de Antropología e Arqueología*, 4. 2016, pp. 208-233.

PERILLO, G; PICCOLO, Cintia; QUIVIRA, M. What do we know about the Geomorphology and Physical Oceanography of South American Estuaries?. In: *Estuaries of South America (their Geomorphology and Dynamics) - Environmental Science*. Springer. Berlin. 1999, pp. 1-13.

SCHMITZ, P. *Sítios de pesca lacustre em Rio Grande RS, Brasil*. Instituto Anchieta de Pesquisas, 1976.

SCHMITZ, P; BECKER, I. Aterros em áreas alagadiças no sudeste do Rio Grande do Sul e Nordeste do Uruguay. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Anchieta de pesquisas. 1970.

SCHMITZ, P. *Et.al.* Os aterros do sul: a tradição Vieira. *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Documentos*, 5. 2006, pp. 101-124.

SCHORR, M. Abastecimento indígena na área alagadiça lacustre de Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos nº 1*. Associação Santanense Pró Ensino Superior, Departamento de Pesquisas e Projetos. Sant’Ana do Livramento. 1975.

TAGLIANI, C. *Proposta para manejo integrado da exploração de areia no município costeiro de Rio Grande - RS, dentro de um enfoque sistêmico*. (Dissertação de Mestrado) Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS. 1997.

VIEIRA, E. Geografia Física do Município de Rio Grande, Publ. Av. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. 1970.

VILLWOCK, J; TOMAZELLI, L. Geologia costeira do Rio Grande do sul. *Notas técnicas*, 8, 1995, pp. 1-45.

Religião e política: Alexandre, o Grande e sua legitimação religiosa no Egito, sob o olhar da iconografia monetária

Religion and policy: Alexander the Great and his religious legitimation in Egypt, from the perspective of monetary iconography

*Gabriel da Silva Araújo*¹

Resumo

Esta pesquisa pretende analisar o papel da religião na legitimação do poder de Alexandre o Grande no Egito, sobretudo identificar na iconografia de moedas antigas cunhadas sob o governo alexandrino e de seus gerais aspectos que auxiliaram Alexandre na sua afirmação política. Nosso objetivo geral é destacar o importante papel que a cunhagem de moedas com aspectos religiosos e híbridos trouxe para a subjugação dos povos nas áreas dominadas e a criação de um “Alexandre divino”. Além das moedas traçamos um paralelo entre a cultura material e a tradição escrita sobre Alexandre.

Palavras-Chave: Alexandre o Grande, Moedas, Iconografia, Egito.

Abstract

This research aims to examine the role of religion in the power legitimation of Alexander the Great in Egypt, particularly to identify the iconography of ancient coins minted under the Alexandrian government and his general aspects that helped Alexander in his political statement. Our overall objective is to highlight the important role that the minting of coins with religious and hybrid aspects brought to the subjugation of people in the dominated areas and the creation of a "divine Alexander",

¹ Universidade de Santo Amaro

in addition to the coins, we draw a parallel between the written tradition about Alexander and material culture.

Keywords: Alexander the Great, Coins, Iconography, Egypt.

Introdução

As duas grandes produções cinematográficas sobre a vida de Alexandre, o Grande ignoraram a passagem do jovem rei pelo Egito e Norte da África. Nem Robert Rossen em 1956, tampouco Oliver Stone em 2004 trouxeram ao grande público os feitos de Alexandre nas terras próximas ao Nilo.

Em contrapartida, o interesse na estadia do rei macedônio no Egito se deu já na antiguidade. Segundo Mossé (2004: 177-182) reis ptolomaicos e imperadores romanos demonstraram grande afeição pela lendária campanha de Alexandre e se espelhavam em sua imagem mítica. Mesmo muitos séculos depois turcos-otomanos, franceses e britânicos que se apossaram do território egípcio procuravam seus restos mortais e cultura material com objetivo meramente comercial, colecionista e posteriormente científico.

A egiptomania advinda da conquista Napoleônica e da tradução dos hieróglifos por Champollion instigou de comuns à eruditos, esses últimos começaram a se debruçar no entendimento do Egito (Bakos 2005: 4). Os desenterramentos frenéticos de necrópoles e templos evidenciaram valiosas fontes de informação sobre o Egito sob domínio grego, no início com o caráter meramente ilustrativo: a documentação material estava subordinada aos registros escritos.

A historiografia do século XIX, preocupada em registrar de forma linear a história de Alexandre consulta seus principais biógrafos antigos: Plutarco, Arriano de Nicomédia, e Quinto Cúrcio, com o propósito de organizar os fatos do então “herói” e entender sua história para além das lendas. O alemão Johan Gustav Droysen é o primeiro a escrever a *Geschichte Alexanders der Grossen* em 1833. Influenciado pelo idealismo alemão, Droysen via em Alexandre o no período helenístico – termo inaugurado pelo próprio autor – as bases para a sociedade cristã que nasceria séculos mais tarde.

Sua obra ainda surpreende pesquisadores e leigos atualmente, a incorporação de outras fontes históricas e ciências, tais como: filologia, epigrafia e numismática podem ser percebidas já nas primeiras páginas, porém a extensa pesquisa não transformou a escrita do então jovem Droysen numa enfadonha literatura. Não se estuda ou conhece Alexandre, o Grande sem se inclinar à Droysen.

Como qualquer escrito, Droysen sofreu inúmeras críticas pelo romantismo dado à figura de Alexandre e a tentativa de proximidade do rei macedônio com Napoleão Bonaparte. Nas palavras de Jacques Benoist-Méchin no prefácio da edição francesa “Em vão, o autor adotara como divisa esta bela fórmula de um antigo: *Pectus fecit historicum* [o coração faz o historiador].”

Droysen deu à devida atenção ao caráter religioso em Alexandre, inclusive em sua passagem pelo Egito. Seus grandes críticos no século XX William Tarn (1933) e Fritz Schachermeyr (1949), relativizaram o papel da religião na conquista alexandrina em suas publicações e apenas a estudavam como simples superestrutura do poder político. Somente na segunda metade do século XX é que os trabalhos de Édouard Will e Claude Orrieux (1986) retomam a religiosidade como peça fundamental no entendimento das relações de Alexandre com os povos e áreas conquistadas (Mossé 2004: 205-208).

Os mais recentes pesquisadores, Peter Green (1970), Claude Mossé (2001), A. B. Bosworth (2002), Pierre Briant (2004) compreendem que a multiplicidade das abordagens históricas sobre Alexandre, foram importantes e formam um importante corpo documental de diferentes visões, porém vão além disso, analisando a iconografia de Alexandre, sua imagem, seu estado da arte e as relações culturais nas áreas que sofreram influência macedônia.

As novas análises devem ser mais abrangentes e inclusivas: novas ciências e fontes devem ser estudadas não como simples apoio para a História, mas trazendo consigo suas próprias informações e interpretações, desse modo a iconografia de Alexandre massivamente presente no documento numismático será amplamente catalogada e examinada nos museus.

Em 1991 Martin Jessop Price publica o que viria a ser até hoje o maior e mais completo catálogo de moedas sobre Alexandre III da Macedônia e Filipe III Arrideu, *The coinage in the name of Alexander the Great and Philip Arrhidaeus*. Price classificou sistematicamente as coleções existentes no museu britânico e no instituto alemão de arqueologia. Outros trabalhos que contribuíram substancialmente e corrigiram datações e interpretações de Price foram: *Studies in the Macedonian coinage of Alexander the Great* de Hyla A. Troxell (1997) publicado pela sociedade americana de numismática. *The legend of Alexander the Great on greek and roman coins* de Karsten Dahmen (2006) e *Les Séleucides et les Ptolémées: l'héritage monétaire et financier d'Alexandre, le Grand* de Georges Le Rider e François de Callataÿ (2006).

As obras citadas demonstram o quão representativo são as cunhagens para o estudo de Alexandre. Já nos primeiros anos de seu domínio o jovem rei macedônio uniformiza os sistemas ponderais, inaugura as representações de retrato humano – no caso a representação de sua efígie e o associa às divindades gregas. “Em primeiro lugar o padrão ponderal escolhido foi o ático, ou seja, o sistema de pesos [de Atenas]. Em seguida, Alexandre introduziu um sistema trimetálico em que ouro, prata e bronze mantinham proporções previamente estabelecidas.

Em relação às imagens monetárias Alexandre, escolheu como divindades protetoras pessoais em primeiro lugar Zeus, o deus maior do panteão grego, a quem pretendia comparar-se; depois escolheu Atena, deusa guerreira por excelência que representava todas as virtudes do guerreiro vencedor. A terceira divindade escolhida por Alexandre foi Héracles, herói grego civilizador que, tal como ele, havia percorrido em seus inúmeros trabalhos lugares desconhecidos, fundando cidades e divulgando a cultura e a civilização gregas. Florenzano (2009: 42-43)

As relações de uso da religião como instrumentalização política, ou como chama A. B. Bosworth (2002) propaganda por parte de Alexandre se modificam após a chegada do rei ao Egito. Dois são os fatos elementares: A fundação de Alexandria e a visita ao oásis de Siuá. A primeira, nos mostra o caráter civilizador proveniente da figura do herói Héracles e segundo Plutarco (*Alex.* 26, 4-9) o sonho de Alexandre com Homero. A segunda, mais significativa em nossa análise se configura como o momento

em que Alexandre legitima sua dominação no Egito e se auto denomina filho de Zeus. (*Alex.* 27 e 28).

Propondo analisar de que forma a religião e a política foram utilizadas por Alexandre e seus generais a partir da passagem macedônia esta pesquisa se iniciou, muitas foram as indagações sobre quais fontes seriam utilizadas, mas o diálogo entre os escritos antigos e cunhagens do período nos pareceram o melhor caminho a ser seguido. A análise dos catálogos com cunhagens provenientes do Egito e de outras áreas ao redor do mar mediterrâneo nos fez identificar diversos símbolos religiosos na iconografia monetária alexandrina e dos reis helenísticos.

A política de Alexandre se manifesta nas moedas batidas sob sua ordem, apresentando a imagem do jovem rei como bem-aventurado pelos deuses – seus e de estrangeiros – e merecedor das glórias e dos títulos egípcios, persas. Droysen (2010).

A apropriação de símbolos e signos religiosos egípcios em moedas gregas são percebidas de maneira substancial após o domínio macedônio, assim, como os de outros povos conquistados. Essas relações de poder perpassam a dicotomia de dominador e dominado e no campo cultural se demonstram muito mais híbridas.

A intenção deste trabalho é responder algumas indagações: A cunhagem de moedas com aspectos religiosos ajudou Alexandre a legitimar seu poder político no Egito? Essa “propaganda” por meio das moedas trouxe benefícios em sua expansão territorial? Além disso nos questionamos: Como os reis helenísticos se utilizaram da imagem de Alexandre após sua morte?

A criação do rei-deus

O mágico e o divino sempre estiveram junto de Alexandre, seus pais: Olímpia de Épiro e o monarca Filipe II da Macedônia acreditavam ser descendentes de Aquiles e Hércules, respectivamente. Segundo Plutarco (*Alex.* 3, 5) o nascimento de Alexandre acontece no mesmo dia em que o templo de Ártemis em Éfeso pega fogo, o que significaria um presságio agouroto para a Ásia. A relação da monarquia macedônia com o Egito também é atestada, (Pl. *Alex.* 3, 1) Filipe II, seu pai fez sacrifícios à Amon a conselho da sacerdotisa de Delfos por ter expiado sua esposa no leito com uma serpente, que na verdade, era uma manifestação divina.

A riqueza cultural e a religiosidade egípcia sem dúvidas ajudaram Alexandre a configurar uma imagem mítica. Sua fácil entrada no território, somada à sua recepção ligeiramente positiva pelos egípcios – que viam em Alexandre o libertador do jugo persa – o deixaram confortável para explorar o território e sua cultura. A peregrinação até o oásis de Siuá no noroeste egípcio atenuou mais ainda os relatos fantásticos sobre suas façanhas, sobreviver à um deserto escaldante e passar por provações pareciam ser necessários para o que o rei macedônio teria após a visita ao templo.

A fundação do templo remonta primeiras levas de gregos que chegam até ao norte da África e fundam Cirene, de acordo com Struffolino (2012) o santuário fora construído em homenagem à Zeus-Amon, e possuía um oráculo, a área era visitada por gregos, egípcios e indígenas do Norte da África. Os relatos escritos mais antigos sobre o templo são de Heródoto que o cita como importante oráculo na Líbia (Hdt. I, 46), e relata aspectos do culto de Zeus- Amon, no qual a seus adoradores adornavam a estátua de Zeus-Amon com a pele de cordeiro uma vez ao ano. (Hdt. II, 42).

Segundo Quinto Cúrcio apud. Gergel (2004: 50-53) a peregrinação de Mênfis até Siuá foi complicada, o clima desértico e a distância só criavam ainda mais um perfeito cenário para mais uma possível aventura, o deserto hostil não derrotou Alexandre, já que os deuses estavam com ele. Providências mágicas facilitaram a travessia, (Pl. *Alex.* 27, 1-2).

“A peregrinação de Alexandre se demonstra necessária para o âmago e construção da trajetória do herói” Campbell (2011: 37) a etapa mais significativa da construção de um Alexandre mítico se dá quando o jovem conquistador consulta o oráculo de Zeus-Amon. “Ao adentrar no templo os sacerdotes o receberam com animação, Alexandre pôs se a indagar a respeito da morte de Filipe”, segundo Plutarco (*Alex.* 27, 6-7) e Cúrcio, apud Gergel, (2004: 45-52), Alexandre questiona:

– *Algum dos assassinos de meu pai escapou de sua punição?*

O oráculo diz-lhe para vigiar sua língua, pois seu pai não era um mortal, Alexandre reitera a pergunta modificando a palavra pai por Filipe, o oráculo prontamente responde que sim, Alexandre continua seus questionamentos e pergunta:

- *Tu me concedes o império da terra inteira? E o oráculo afirma:*
- *O mundo será seu.*

As respostas do oráculo devem ter animado Alexandre, mas não se comparam ao episódio em que os sacerdotes de Amon o saúdam dizendo *παιδίον* (meu filho), porém por conta da pronúncia do grego o sacerdote teria substituído o *ni* (*ν*) no final da palavra por um sigma (*ς*), a mudança agradou a Alexandre que entendeu como: *παι Διος* (filho de Zeus) e passa a se auto afirmar, filho de Zeus.

A articulação política e de Alexandre é observada intensamente neste momento, ao voltar para Mênfis Alexandre ordena a cunhagem de moedas com signos referentes à Hércules e Zeus, - divindades estas que possuem ligação com os ritos de Siuá, como nos atesta Heródoto (II, 42) e que estão imbricadas em sua ascendência paterna.

Para autores como Pfeiffer (2014), MacGregor (2013) e Morgan (2016) os rituais e os desdobramentos acontecidos em Siuá e o fato de Alexandre oferecer sacrifícios e libações ao oráculo e a Zeus-Amon, presentear a classe sacerdotal e ordenar que os templos de Amon sejam restaurados o levaram a ser considerado faraó. “Visitou o oráculo do deus Amon, que o chamou não apenas de legítimo faraó, mas de deus. Ele saiu do oráculo com o título de filho de Zeus-Amon” MacGregor (2013: 235).

Seguindo as interpretações de Pfeiffer concordamos que Alexandre se comportara tal como faraó, mesmo que não tenha sido entronado com os rituais do período faraônico, as representações de Alexandre seguindo o padrão da arte egípcias e a inscrição hieroglífica com seu nome nos templos de Karnak e Luxor são fortes evidências para essa hipótese. Em uma delas Alexandre saúda Amon (fig.1). O título de “governante divino” deve ter agradado tanto à Alexandre, quanto a classe sacerdotal que estava em busca da restauração do Egito faraônico.



Fig. 1. Amon e Alexandre, detalhe de baixo relevo na parede do templo de Amon, Luxor.

As cunhagens de Alexandre

Segundo Florenzano (2009: 23-25) “as moedas tal como conhecemos (discos de metal) surgiram na Lídia (Ásia menor) no séc. VI a.C.”. No mundo grego observamos a utilização das moedas em massa pelas cidades estado, e uso político e religioso desse objeto perpassa a esfera econômica: as cidades gregas, cunhavam símbolos referentes à divindades, festas e cultos existentes na sua cultura com o objetivo de identificar e registrar nas moedas aspectos de seu *ethos*. Do continente até a Magna Grécia, observamos funções diferentes à de facilitador de câmbio comercial.

A moeda ultrapassa os limites geográficos do poder que a emitia e definia, em termos ideológicos, não só um povo, mas também a civilização a que este pertencia. Essas pequenas peças de metal eram os únicos objetos que chegavam de uma maneira uniforme ao público. Por meio da imagem, a mensagem política de um governo era transmitida aos seus governados, analfabetos em sua maioria. Não podemos subestimar o fato que, até o século XX, a maioria das pessoas era analfabeta e que as imagens, em geral, e nas moedas, em particular, constituam um elemento central de identificação. Carlan & Funari, (2012: 65).

Alexandre III da Macedônia é o primeiro rei que temos conhecimento que se utiliza das moedas como forma de propagação de ideologias e afirmação política, as cunhagens alexandrinas na maioria das vezes seguiram padrões de cunhagem muito

similares, onde no anverso observamos sua efígie representada, ornada com arquétipos e atributos de divindades, com o intuito de propagar sua imagem divinizada e reversos com iconografia relacionada a alguma divindade, em geral Zeus e Atena.

Como um governante imprime sua autoridade na mente dos governados? Nessa área, imagens, são em geral mais eficazes do que palavras, e as imagens mais eficazes são aquelas que vemos com tanta frequência que mal nos damos conta: moedas. Assim, o governante ambicioso dá forma à moeda: a mensagem está no dinheiro e vive por muito tempo depois da morte do governante. MacGregor (2013: 233).

Neil MacGregor traz a dimensão do papel das imagens impressas nas moedas e deve-se compreender a mobilidade da moeda enquanto objeto, levando em consideração o contato comercial das sociedades às margens do mar mediterrâneo. As relações entre Ocidente e Oriente cresceram vertiginosamente à medida que as tropas macedônias dominavam os povos. A imagem de Alexandre circulava em moedas nas mais distantes terras conquistadas e nas mãos de diversos seguimentos sociais, levando a imagem do rei divino, descendente dos deuses e governante da Ásia por direito.

As moedas escolhidas em nossa análise são basicamente de prata, - por conservarem melhor a iconografia, se comparadas às de bronze, mas os tipos monetários de Alexandre eram batidos em metais como bronze e ouro, o que nos fazem crer que havia uma circulação de moedas, e conseqüentemente, de propaganda entre meios menos abastados.



Fig. 2. Tetradracma de Alexandre III, Mênfis. 332 a.C. Prata (AG). Fonte: © Money Museum, Sunflower Foundation <http://www.sunflower.ch/en/coins?&id=168>.

Uma das primeiras moedas batidas sob a ordem de Alexandre é a tetradracma de Alexandre Héracles, (fig. 2), cunhadas em diferentes cidades sob domínio macedônio esta moeda em específico batida em Mênfis nos apresenta aspectos significativos da iconografia religiosa grega. No anverso a efígie de Alexandre está ornada com a pele do leão de Nemeia – atributo clássico da iconografia de Héracles. O ornamento faz alusão ao primeiro trabalho do semideus, que derrota o temível monstro, arranca sua pele e a usa como troféu e proteção.

Alexandre reclama nesta cunhagem sua ascendência divina em Zeus, e provavelmente reivindica o caráter civilizador do semideus. No reverso da moeda vemos a figura de Zeus olímpico sentado ao trono com a águia em sua mão direita e a legenda em grego ΑΛΕΞΑΝΔΡΟΥ (de Alexandre).

Podemos estabelecer conexões desta iconografia com os dois grandes feitos de Alexandre no Egito: A visita à Siuá e a fundação de Alexandria. A primeira é representada com a iconografia de Zeus e Héracles, que são divindades presentes nos cultos do santuário de Zeus-Amon, segundo Heródoto. E a última associada à Héracles como o fundador de cidades e o civilizador dos povos.

Outro exemplo de cunhagem que nos apresenta representações de Alexandre ligadas ao divino são os raros “medalhões dos elefantes”, chamados assim por conterem a iconografia do animal nas tropas de Poro, rei de Paurava, atual Punjabe. Holt (2003).

O medalhão (fig. 3), também interpretado como um decadracma, Dahmen (2006), traz em seu anverso um combate: do lado esquerdo um cavaleiro e seu cavalo são atingidos por uma lança projetada por um indivíduo montado no elefante. A cena, representa a dura batalha de Hidaspes.



Fig. 3. “Medalhã do Elefante”, Decadracma de Hidaspes. Babilônia, 322 a.C. (?) Prata (AG). Fonte: © British Museum - Trustees of the British Museum.

Ao adentrar o território da atual Índia, Alexandre se depara com os exércitos de Poro, os gregos são surpreendidos pelos elefantes de guerra e sofrem grandes baixas. A desgraça caída sobre as tropas macedônias, também afeta duramente Alexandre, que perde seu cavalo Bucéfalo em decorrência da batalha. (Plut. *Alex.* 61, 1-2).

“Não há dúvida sobre a identidade do cavaleiro em ambos os lados da moeda, com armadura tipicamente grega e capacete cristado com duas penas no reverso, são características da aparência de Alexandre” Briant (2010: 36-37). No reverso observamos a figura de Alexandre – notável pela armadura e capacete, característicos de suas descrições – sendo transpassado por uma lança, ferimento este proveniente de Hidaspes. Em sua mão direita ele empunha o raio de Zeus, e na mão esquerda uma lança.

Mesmo após sofrer duras perdas, Alexandre é representado de forma imponente, sua figura de pé e com a lança nos denota seu aspecto divino, a posse do raio de Zeus o liga novamente ao seu pai celeste. Em outras cunhagens relacionadas à Hidaspes os cunhos do reverso apresentam ainda a deusa da vitória Niké coroando Alexandre (Holt 2003).

O Alexandre mítico: os reis helenísticos

Após a morte de Alexandre, em 323 a.C. os territórios conquistados são divididos entre seus generais, conhecidos como diádocos: Lisímaco, Ptolomeu, Antígono, Selêuco e Cassandro. Com o objetivo de legitimar suas ações e seu poder nos territórios conquistados os generais se utilizam da iconografia envolvendo a figura de Alexandre e evidenciamos essa ação nas cunhagens sob seu comando Bosworth (2005).

Equiparar-se à Alexandre III da Macedônia e toda a sua trajetória heroica demonstra-se necessário para convencer os povos dominados e suas elites, o espírito de Alexandre e toda sua divindade deveriam apoiar o rei do território dominado.

Não podemos confirmar um culto heroico à Alexandre após sua morte, pelo menos por parte dos gregos, mas é provável que sua posição de faraó o delegasse no Egito culto e reverência, além disso sua imagem será altamente explorada pelos lágidas¹² ao longo dos anos em Alexandria e provavelmente foi assim também com os outros reis helenísticos que a exploraram juntamente com as religiões das áreas dominadas, favorecendo assim o aparecimento de divindades híbridas e de um Alexandre mais deus que homem.

A dinastia dos Ptolomeus será uma das primeiras casas a perpetuar e explorar a figura de Alexandre na tradição monetária no Egito. Já nos primeiros anos de seu reinado Ptolomeu Sóter ordenará a cunhagem de moedas com a efígie de Alexandre ornando inúmeros atributos relacionados a suas façanhas e conquistas.



Fig. 4. Tetradracma Ptolomaica, Alexandria, 323-305 a.C. Prata (AG)

² Referente aos reis descendentes de Ptolomeu Sóter, dinastia ptolomaica que reina no Egito após a morte de Alexandre.

A tetradracma ptolomaica (fig. 4) nos demonstra isso: no anverso da moeda nota-se uma couraça de elefante disposta sob a efígie de Alexandre, semelhante à pele do leão de Nemeia utilizada em outras moedas (fig. 2), o elefante é um animal desde a antiguidade que representa o Oriente, encontrado basicamente no continente africano e asiático, a escolha deste animal é altamente simbólica, representando os territórios conquistados. Ainda no anverso podemos observar que abaixo da pele de elefante, acima da orelha vê-se a ponta de um chifre e em torno do pescoço o *aegis*, tanto os chifres, quanto a pele da cabra são características da iconografia de Zeus-Amon, divindade patrona de Cirene e adorada em Siuá.

No reverso observamos a figura da deusa Atena Promácos – *Αθήνα προμαχός*, em posição de ataque com elmo, escudo e lança, a divindade além de muito cultuada no mundo grego, também se configura como próxima à Alexandre, já que é a mesma que auxilia os heróis: Hércules e Aquiles, estes que estão presentes na ancestralidade do jovem rei (Plut. *Alex.* 2. 1-3). Ao lado direito da deusa a águia segura os raios em suas garras. E a inscrição com o nome de Alexandre na forma genitiva: *ΑΛΕΞΑΝΔΡΟΥ* (de Alexandre).

Não apenas a linhagem de Ptolomeu se utilizará da efígie de Alexandre, Lisímaco, um dos generais macedônicos participantes das campanhas da Ásia também cunha a imagem de Alexandre com os mesmos propósitos, o general se apossa dos territórios da Ásia Menor e busca nas tradições de cunhagem de Alexandre e nas divindades híbridas, legitimidade.



Fig. 5. Tetradracma de Lisímaco, Lâmpsaco 322 a.C. Prata (AG). Fonte: © British Museum - Trustees of the British Museum.

Isso fica evidente na tetradracma com os cornos de Zeus-Amon (fig. 5). Lisímaco em especial não cunhou moedas com sua própria efígie. “Decidiu, em vez disso, apropriar-se da glória e da autoridade de seu antecessor. Isso é manipulação de imagem – quase roubo de identidade – em escala heroica.” MacGregor (2013: 237). A imagem divinizada de Alexandre não só legitimaria o poder de Lisímaco, mas também seria veículo da amálgama cultural que foi o helenismo.

No anverso a efígie de Alexandre com olhar fixo é acompanhada de atributos divinos: o filete ornando seus cabelos faz alusão à Dioniso, deus filho de Zeus proveniente do Oriente. E os chifres, atributo de Zeus-Amon. Divindade híbrida que após a conquista alexandrina terá seu culto disseminado por todo mediterrâneo, e no momento da circulação da moeda de Lisímaco, provavelmente já era conhecido em todo território da Ásia Menor.

A deusa Atena Niké figurada no reverso simboliza um momento de paz e vitória, ou imprime o desejo que Lisímaco tinha de veicular entre seus súditos. A inscrição *ΒΑΣΙΛΩΣ ΛΥΣΙΜΑΧΟΥ* (do basileu [rei] Lisímaco) imprime a autoridade emissora da cunhagem.

Logo, se reis e imperadores se utilizaram da imagem de Alexandre é porque havia no imaginário público um Alexandre divino, o jovem rei era um ser mítico, de histórias e façanhas incríveis alimentadas por seus conterrâneos e admiradores. As conquistas de Alexandre em nada podem ser comparadas à sua perpetuação na história

e memória, homem ou lenda, Alexandre modificou o mundo antigo e sua figura permaneceu viva por séculos no mundo mediterrâneo.

“A propagação dessa ideologia nos séculos posteriores fortifica essa ideia, e delega a Alexandre o arquétipo básico do herói, que inclui a conquista, a coragem e também uma morte trágica” Campbell, (2011: 37). A semelhança de sua vida com a de seus heróis prediletos: Aquiles e Hércules também se dá após sua morte, a glória de estarem vivos entre os mortais por toda eternidade.

Sabemos que esta visão um tanto romanceada de Alexandre não pode ser generalizada e adotada em todos territórios sob domínio macedônio, Holt (2003) e Ansari (2012) nos apresentam diferentes visões sobre Alexandre na Ásia, a primeira próxima da imagem mediterrânea, de herói que legitime o poder dos reis – como no caso Demétrio I, rei da Bactria. A outra ligada às culturas pré-islâmicas que o referem com o epíteto *gujastak*, que significa "amaldiçoado".

Considerações Finais

Ao término desta pesquisa consideramos que Alexandre, o Grande utilizou-se da iconografia religiosa para legitimar seu poder político no território egípcio. As evidências materiais também nos indicam tal ação não só no território egípcio, mas em outras localidades de seus domínios.

O Egito tem papel importante na formação da imagem de um Alexandre divino, por legitimar ao próprio Alexandre suas origens míticas. O oráculo de Siuá o leva a se auto proclamar filho de Zeus-Amon, o delega o título de faraó e o faz ser próximo dos heróis e deuses que o jovem rei cultuava. A fundação de Alexandria o fez ficar próximo de Hércules, sua morte prematura o equiparou à Aquiles.

A campanha alexandrina deixou um rastro incrivelmente duplo, a destruição da guerra e da expansão militar e a edificação de um novo modelo de vida: a política, a religião e a cultura nas margens do mar mediterrâneo nunca mais foram as mesmas, divindades híbridas nasceram e se espalharam, a língua grega imperou nas cidades dominadas, as alexandrias disseminaram a filosofia, a arquitetura e a cultura helênica,

que se fundiu a com os saberes e crenças locais, criando novas visões de mundo e vivência.

Alexandre se autoproclama filho de Zeus-Amon reforçando mais ainda a proximidade entre gregos e egípcios, criando a ideia de unidade, mas não de uniformidade, as culturas estranhas à Alexandre não serão desprezadas, pelo contrário, serão aglutinadas, trazendo transformações ao Ocidente e Oriente.

A utilização da iconografia religiosa aumentará a aproximação de forma oficial, Alexandre enfrentou vários obstáculos durante toda sua expansão territorial no Oriente, travou várias batalhas em lugares distintos, e enfrentou resistências, porém o mesmo sempre se retratou como um ser ligado ao divino.

A circulação das moedas nos territórios dominados nos faz inferir a proposta de se mostrar divino e ter o aval do domínio de vários povos, claro que só isso não bastou para aceitação por parte dos dominados, mas já serviu como propaganda e legitimação, sob essa perspectiva, nos aproximamos de um Alexandre histórico, desvencilhando-o de visões místicas, que o consideram como um homem predestinado ao sucesso, mas sim um monarca estrategista e articulado que tinha consigo suas crenças como qualquer antigo, mas que sabia muito bem como se articular politicamente.

A efígie de Alexandre explorada por diversos governantes do período helenístico – e até mesmo romano – nos mostra que a ideia de divinização de Alexandre e sua imagem transpassaram sua vida. Ao propagar-se através dessa iconografia monetária, Alexandre e aqueles que se utilizaram de sua imagem se mostram legítimos por um direito divino provindo diretamente dos mais ricos panteões do mediterrâneo,

Tal mecanismo nos mostra o quão os antigos são próximos de nós contemporâneos, mostrando que a preocupação com a legitimação do poder, a propaganda, disseminação de informação e religião eram existentes na antiguidade e de extrema serventia. As relações entre homem e iconografia e no caso das moedas, a própria materialidade nos trazem mais indagações do que respostas, o que para as humanidades é um verdadeiro deleite

A utilização da religião com objetivo de legitimação política não era uma novidade no período de Alexandre, muito menos no Egito, mas se utilizar de sua própria imagem em moedas, representando a si mesmo como um ser divino, é ainda um mérito seu.

Referências Bibliográficas

ANSARI, A. Alexander the not so Great: History through Persian eyes, *BBC News Magazine*, Julho de 2012. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/magazine-18803290#>>. Acessado em 11/06/2017.

BAKOS, M. O. *Egito antigo: na fronteira entre ciência e imaginação*. In: NOBRE, C., CERQUEIRA, F. POZZER, K. (ed.) *Fronteiras & Etnicidade no mundo antigo*. 13 Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos. Pelotas, 2003: Canoas: ULBRA, 2005, pp. 271-281.

BRIANT, P. Alexandre le Grand aujourd'hui, In: *Annuaire du Collège de France*. Résumé des cours, 103, 2003, pp. 771-788.

BRIANT, P. *Alexandre, o Grande*. L&PM, Rio de Janeiro. 2011.

BOSWORTH, A. B. (2002) *The Legacy of Alexander: Politics, Warfare and Propaganda under the Successors*. Oxford University Press, London. 2005.

CAMPBELL, Joseph. *O Poder do Mito*. Palas Athena, São Paulo, 2011.

CARLAN, Cláudio Umpierre & FUNARI, Pedro Paulo A. *Moedas: a numismática e o estudo da História*. Annablume, São Paulo. 2012.

CALLATAÏ, F. & LE RIDER, G. *Les Séleucides et les Ptolémées: l'heritage monétaire et financier d'Alexandre, le Grand*. Rocher, Paris, 2006.

DAHMEN, K. *The Legend of Alexander the Great on Greek and Roman Coins*. New York Routledge, New York. 2006.

DROYSEN, J. G. *Alexandre, o Grande*. Contraponto, Rio de Janeiro. 2010.

FLORENZANO, M. B. B. *A Origem das Moedas*. In: *Faces da Moeda*, Ed. Olhares, São Paulo. 2009, pp. 12-58.

GERGEL, T. *Alexander the Great, Selected Texts from Arrian, Curtius and Plutarch*. Penguin, London. 2004.

GREEN, P. (1970) *Alexander of Macedon, 356-323 B.C.* University of California Press, California, 1991.

GREEN, P. *Alexandre, O Grande e o período helenístico*. Objetiva, Rio de Janeiro, 2013.

HERÓDOTO. *Histórias, Livro I – Clio*. Trad. Maria Aparecida de Oliveira Silva. Edipro, São Paulo, 2015.

HERÓDOTO. *Histórias, Livro II – Euterpe*. Trad. Maria Aparecida de Oliveira Silva Edipro, São Paulo, 2016.

HOLT, F. L. *Alexander the Great and the Mystery of the Elephant Medallions*. University of California Press, California, 2013.

MacGREGOR, N. *Moeda com cabeça de Alexandre*. In: A história do mundo em 100 objetos. Intrínseca, Rio de Janeiro, 2013, pp. 231-238.

MORGAN, Ch. *How important was it for Alexander to be recognized as pharaoh and what did it involve?* In: Alexandria: Multicultural Metropolis of the Ancient World. Swansea University, Swansea, 2016.

MOSSÉ, C. (2001). *Alexandre, o Grande*. Ediouro, Rio de Janeiro. 2004.

PFEIFFER, S. *Alexander der Große in Ägypten: Überlegungen zur Frage seiner pharaonischen Legitimation*, In: Alexander the Great and Egypt. History, Art, Tradition. Wrocław/Breslau 18./19. Nov. 2011, Wiesbaden. 2014, pp. 84-106.

PLUTARCO. *Vidas Paralelas: Alexandre e César*. Trad. Júlia da Rosa Simões. L&PM, Porto Alegre. 2009.

PORTO, V. C. *Subsídios para o estudo do culto de Hércules da Sicília: uma análise da iconografia monetária*. (Mestrado em Arqueologia) – São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2001.

PRICE. M. J. *The Coinage in Name of Alexander the Great and Philip Arrhidaeus*. British museum press, London. 1991.

SCHACHERMEYER, F. *Alexander, der Grosse. Ingenium und Macht*, Pustet, Graz-Salzburg, Wien, 1949.

STRUFFOLINO, S. *L'oasi di Ammone Ruolo politico, economico e culturale di Siwa nell'antichità: Una ricostruzione critica*. Aracne Editrice, Roma, 2012.

TARN, W. *Alexander the Great and the Unity of Mankind*. Humphrey Milford, London, 1933.

TROXELL, H. Studies in the Macedonian coinage of Alexander the Great. *American Numismatic Society*, New York, 1997.

WILL, É & ORRIEUX, C. Ioudaïsmos-Hellénismos, essai sur le judaïsme judéen à l'époque hellénistique. In: *Revue des Études Grecques*, Vol. 100. 1987. Numéro 477, pp. 524-525.

Considerações acerca do complexo estilístico Serra Talhada, Parque Nacional Serra da Capivara: um estudo de caso

Considerations about the complex stylistic Serra Talhada, Parque Nacional Serra da Capivara- PI: a case study

Gabriel Frechiani de Oliveira¹
Suely Amâncio Martinelli²
Soraia Dias de Brito e Silva³

Resumo

O presente trabalho tem por finalidade realizar algumas considerações sobre o Complexo estilístico Serra Talhada da Tradição Nordeste de pinturas rupestres localizado no Parque Nacional Serra da Capivara, região Sudeste do Piauí. O complexo estilístico Serra Talhada era antigamente denominado de Serra Nova, é o estilo considerado mais complexo e heterógeno de ser caracterizado por figuras humanas em linhas horizontais, policromia (marrom, cinza, branco, vermelho e amarelo), a adição de um traçado gráfico diferenciado como a existência de uma zona reservada, a representações de violência (estupros, execuções e combates) e figuras miniaturizadas (menos de 10 cm), surgindo na região por volta 10 a 9 mil anos atrás e considerada um estilo intermediário entre os estilos Serra da Capivara e Serra Branca. A principal problemática dessa de pré-projeto: quais são os elementos técnicos que diferenciem o complexo estilístico Serra Talhada dos estilos Serra da Capivara, Angelim e Serra Branca da tradição Nordeste presente no parque Nacional Serra da Capivara?

Palavras-chave: Pinturas rupestres; Complexo estilístico Serra Talhada; Parque Nacional Serra da Capivara.

¹ Universidade Federal de Sergipe.

² Universidade Federal de Sergipe

³ Universidade Aberta do Piauí.

Abstract

The present work has the purpose to make some considerations about the Serra Talhada stylistic Complex of the Northeast Tradition of rock paintings located in Serra da Capivara National Park, Southeast region of Piauí. The Serra Talhada stylistic complex was formerly called Serra Nova, the most complex and heterogeneous style to be characterized by human figures in horizontal lines, polychrome (brown, gray, white, red and yellow). The addition of a distinctive graphic layout such as the existence of a reserved zone, representations of violence (rapes, executions and combats) and miniaturized figures (less than 10 cm). It appeared in the region around 10 to 9 thousand years ago and considered an intermediate style between the styles Serra da Capivara and Serra Branca. The main problem of this pre-project: what are the technical elements that differentiate the Serra Talhada stylistic complex from the Serra da Capivara, Angelim and Serra Branca styles of the Northeast tradition present in the Serra da Capivara National Park?

Keywords: Rock paintings; Serra Talhada stylistic complex; Serra da Capivara National Park.

Introdução

O Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC) está localizado na região sudeste do Piauí, entre os municípios de Coronel José Dias, João Costa, Brejo do Piauí e São Raimundo Nonato, com uma área de 130.000 hectares, sendo criado durante mandato do presidente João Batista Figueiredo, em 1979 (Bucu; Guidon 2010). As principais justificativas para a criação dessa unidade de conservação foram os critérios: (a) ambientais, a diversidade da fauna⁴ e da flora⁵ da região; (b) culturais: a presença de vestígios de grupos humanos em períodos recuados, em especial as ocorrências de

⁴ Fauna: A fauna do PNSC é de uma grande variedade de espécimes, contendo várias espécies importantes para o ecossistema da região, demonstrando assim a necessidade de sua preservação. A fauna de vertebrados é constituída por 33 espécies de mamíferos não-voadores, 24 de morcegos, 19 de lagartos, 17 de serpentes, 17 de jias e sapos, 208 de aves e uma de peixe. A unidade de conservação possui espécies endêmicas da Caatinga, como o mocó (*Kerudun rupestres*) e a lagartixa da serra (Barbosa E; Olmos 1991; Pessis 2003).

⁵ Flora: A vegetação PNSC é composta por 615 taxa⁵, divididas em: 75 famílias de Dicotiledôneas; 45 espécies composta por 13 famílias de Monocotiledôneas e 9 espécies composta em 6 famílias de Pteridophytas; Carpóforo e líquens, compõem 561 espécies (Araújo et al. 1998).

registros rupestres; (c) o potencial turístico que contribuiria para o desenvolvimento sustentável da região (Guidon 1991). Outros importantes fatores para a necessidade de conservação dessa unidade são: (a) ser uma região de fronteira ecológica, geológica e cultural; (b) a importância geológica e geomorfológica, em especial no que tange os estudos acerca da evolução tectônica da Plataforma Sul-americana e Bacia sedimentar do Parnaíba⁶; (c) o estudo geomorfológico das formas de relevo⁷ presente na unidade e; (d) a importância paleontológica, a expressiva quantidade de fósseis de animais encontrados na região, que permitiram o conhecimento da paleofauna brasileira (Barros *et al* 2011).

Dentro dessa perspectiva, todos os fatores citados contribuíram para a PSNC ser considerado Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 1991 e Patrimônio Nacional pelo IPHAN, em 1993. O PNSC é considerado o maior enclave⁸ de sítios arqueológicos do mundo, atualmente existe 1158 sítios arqueológicos catalogados, sendo que 800 desses sítios apresentando registros rupestres, assim abrangendo uma ocupação que remontaria a quase 100 mil anos atrás, possuindo os sítios arqueológicos mais antigos do continente americano (Guidon; Buco 2010).

As pesquisas na região tiveram início na década de 1970, liderada pela arqueóloga Niède Guidon que instalou um grupo de trabalho com o foco inicial acerca das pinturas rupestres (Guidon 1991). Ao longo de quase quarenta anos de trabalhos, o grupo de pesquisa cresceu, desenvolveu-se e assim dando origem a Fundação Museu do Homem Americano em 1986, que coordena as pesquisas arqueológicas, paleontológicas e ambientais na região em cooperação com outras instituições acadêmicas nacionais e internacionais (Martin 2008).

Segundo Guidon, Pessis, Martin (1990: 124):

O estudo do povoamento do Nordeste não supõe, obviamente, a restrição da pesquisa a uma única região do Brasil. A escolha do Nordeste é uma alternativa preliminar em razão dos conhecimentos acumulados e das pesquisas em realização, orientadas nesse sentido. Estima-se necessário que esta linha de pesquisa desenvolva-se em outras regiões, com extensão geográfica semelhante à proposta. Mas é preciso que, antes de se pensar em um programa de caráter nacional, com todas as limitações e problemas

⁶ O PNSC situa-se entre dois domínios geológicos específicos, a Bacia Sedimentar⁶ do Parnaíba e a faixa de Dobramento Riacho do Pontal, representada pela Província Estrutural do Borborema (Santos 2007).

⁷ No PNSC foram identificados seis tipos de padrões de relevo: Baixos Platôs Dissecados, Planaltos; Superfícies Aplainadas; Inselberg; Rebordos Erosivos; Vales Encaixados

⁸ ENCLAVE ARQUEOLÓGICO: remete ao um local de grande concentração de sítios arqueológicos (Martin 2008).

que implicam operacionalizar tal objetivo, procure-se implementar uma política de pesquisa que privilegie estudos em profundidade. Nesta proposta sugere-se consolidar, numa primeira instância, as pesquisas em curso quando possuam infraestruturas de funcionamento contínuo e acervo de conhecimentos que sirvam de embasamento à continuidade das mesmas. Estas linhas de pesquisas são abertas, o que implica a necessidade de que, em outras regiões do país, sejam iniciados projetos com esta mesma finalidade, mas que obedeçam a requisitos de ordem teórico-metodológica aos que são aplicados nas pesquisas em curso do Nordeste. Numa segunda instância, depois de avaliados os resultados de projetos regionais, e sugere que seja considerada a formulação de um projeto de caráter nacional.

Desenvolvimento

O campo de estudo da arte rupestre no Brasil consolida-se a partir nos anos de 1970 e 1980. Nosso referencial teórico foi importado da Europa e esteve associado com as ideais Pronapistas, nascidas no bojo de um projeto em que foram elaboradas as tradições rupestres para as pinturas e gravuras (Schmitz 2009). Esse referencial teórico⁹ é complexo e apresenta dissonâncias quanto às interpretações adotadas por alguns arqueólogos.

Para Netto (2001: 14-15):

Com o crescimento dos estudos de Arte Rupestre no Brasil e o desenvolvimento de suas metodologias, essa especialidade vai assumindo os contornos que apresenta atualmente. Tal crescimento acarreta a necessidade de criação de mecanismos que possa sintetizar os dados observados e, ao mesmo tempo, transferir a informação obtida. Assim, surgem os mecanismos tradicionais de representação da Arte Rupestre, suas unidades classificatórias como, por exemplo, os conceitos de Tradições, Estilos e outros. No entanto, a definição desses conceitos nunca foi realizada de modo equitativo nos diversos grupos que compõem a comunidade de arqueólogos brasileiros. Cada grupo, através de uma linha teórica própria, definiu de maneira particular o que entendia como cada unidade classificatória, de acordo com os seus princípios constitutivos. A situação vem se agravando pela criação de novos conceitos de representação, já que muitos pesquisadores consideram que todas ou parte dessas unidades não detêm o poder de representar, de maneira satisfatória, a realidade sensível da Arte Rupestre. A proliferação de conceitos e unidades classificatórias de um mesmo tema estudo tem levado à produção de sérios problemas de comunicação científica entre pares, como foi apontado por Consens & Seda (1990). O principal problema de comunicação diz respeito à transferência de informação, já que a informação contida nos painéis de Arte Rupestre, devido aos problemas de sua representação, produzem barreiras na

⁹ De acordo Reis (2010: 12), “o lugar da teoria na Arqueologia brasileira é ainda motivo de indefinições, de resistências. As práticas de campo com os métodos e técnicas já bem conhecidas e desenvolvidas bem como as análises quantitativas e descritivas nos laboratórios, pontuam as fronteiras que mapeiam a pesquisa arqueológica no Brasil. Nas publicações, em sua grande maioria, o marcos teórico permanece tênues ou ocultos.”

transferência da informação de um polo a outro de uma cadeia comunicacional, isto porque há pouco ou nenhum entendimento por parte do receptor da informação transferida.

Nesse universo encontrar-se, por exemplo, os conceitos de tradições, subtradições e estilo: a tradição remete ao campo das recorrências e da longa temporalidade (permanência) de um grupo humano no espaço; a subtradição é uma ocorrência da tradição em um determinado espaço geográfico; e o estilo uma especialização relativa a técnica.

Outras categorias classificadas encontradas no estudo arte rupestre, são fáceis e variedades e gerando problemas conceituais¹⁰ que se refletem no momento de comparação. Bednarik (2007) afirma que os estudiosos de arte rupestre adoram inventar estilos, em lugar de buscar métodos e técnicas seguras de datações diretas e indiretas.

Consens e Seda (1980: 33) constataram o seguinte quadro na década de 1980:

Quando nós finalizamos este trabalho havíamos detectado no Brasil, 37 estilos, 19 tradições, 3 grandes tradições, 6 subtradições, 8 variedades, 13 fases, 7 fáceis, 8 categorias, algum ‘conjunto estilístico’, alguma “unidade estilística” e também um complexo estilístico. E, no entanto, não questionamos do que se trata: simplesmente existem. Dispor de tão importantes quantidade de unidades taxonômicas de sínteses impõe para os que trabalham em arte rupestre, a necessidade de conhecê-los em profundidade para poder com eles operar.

Os resultados dessas várias décadas de trabalho resultaram na construção de um quadro acerca dos grupos humanos da região e demonstrando que a região serviu de *habitat* para os grupos humanos pré-históricos quanto os grupos humanos históricos em períodos recentes. Os primeiros habitantes da região chegaram por volta

¹⁰ O uso de conceito é um problema complexo dentro do campo da arte rupestre, existindo conceitos variantes como o registro rupestre. Esse campo do conhecimento foi elaborado pela pesquisadora Anne-Marie Pessis tendo por finalidade excluir aspectos puramente estéticos no estudo da arte rupestre (Martin 2008). Para Pessis (1993: 10), “os registros rupestres são vestígios arqueológicos como são os vestígios líticos, cerâmicos, sepultamentos, ornamentos e outras manifestações da cultura material. Devem, portanto, ser trabalhados com a finalidade de fornecer uma contribuição real à pesquisa arqueológica, devem contribuir para formular novas hipóteses, assim como ser estudados a partir de hipóteses das análises de outros vestígios arqueológicos”.

Guidon (1984: 348) afirma que “o termo arte não tem nenhuma conotação estética. Nós utilizamos em sua primeira acepção, no conceito que tinha a palavra latina. Em resumo, a arte é o conhecimento que permite a realização de uma tarefa, de uma obra qualquer. Recusamos, de princípio, a aplicação de conceito imanentes da história da arte diretamente do estudo da ‘arte’ rupestre pré-histórica. Recusamos toda e qualquer discussão sobre o valor estético comparativo entre a arte americana e a arte europeia, toda ideia de mais ou menos avançado com base em critérios estéticos próprios de nossa civilização. Recusamos aplicar o modelo evolutivo da arte pré-histórica europeia e à arte pré-histórica americana”.

100 mil anos atrás, possivelmente em pequenos grupos e originários de outros continentes, tendo em vista os seres humanos no continente americano são alóctones (Guidon 2007).

Os estudos dos registros rupestres feito pelas professoras Niède Guidon, Gabriela Martin, Silvia Maranca, Anne-Marie Pessis e Laurence Ogel-Ross permitiram a identificação de três tradições de pinturas rupestres (Nordeste, Agreste e Geométrica) e duas tradições de gravuras (Itacoatiara do Oeste e do Leste), gerando uma série de trabalhos no intuito de uma melhor compreensão do registro gráfico, considerando como um sistema de comunicação (Pessis 1987).

O sítio Toca do Boqueirão da Pedra Furada (BPF) é um registro interessante acerca do modo de vida desses primeiros habitantes, dotados de uma tecnologia de ferramentas líticas e vivendo de acordo com a influência do clima, convivendo com os animais da macrofauna e microfauna, esse sítio arqueológico é considerado mais antigo do Brasil (Guidon 2006).

Nele foram encontrados fragmentos do paredão rochoso pintado associados a carvões vegetais em um mesmo nível estratigráfico (camada XIX: - 303 cm), a datação desse carvão remontaria a 26.300±800 BP (GIF 6309), constituindo a datação para arte rupestre mais antiga das Américas (Guidon, 1984). No Sítio do Meio obteve-se uma datação indireta para as pinturas rupestres, a partir da de uma concentração de carvão vegetal sob um bloco rochoso, oriundo do paredão no setor 3 da escavação, resultando em uma datação entre 10.370 e 10.330 BP (BETA 148099) (Guidon et al. 2002).

Os vestígios materiais de ferramentas líticas do BPF são divididos em seis níveis culturais: Pedra Furada 1 (≥ 50.000 à > 35.0000 BP); Pedra Furada 2 ($\geq 32.160\pm 1000$ BP à > 25.000 BP); Pedra Furada 3; Serra Talhada 1 (10.400 ± 180 à 8.050 ± 170 BP); Serra Talhada 2 (7.750 ± 80 à 7.220 ± 80 BP) e Agreste (6.150 ± 60 à 3.000 BP) (Parenti 1996). Um conjunto de 67 datações por radiocarbono 14 forneceu um controle estratigráfico de 57 a 5 mil anos B.P.¹¹ e as datações por termoluminescência das rochas no entorno

¹¹ A pesquisadora Guaciara M. Santos datou com a técnica de AMS sete amostras de carvão vegetal oriundas das escavações do BPF, no nível cultural Pedra Furada I, obtendo resultados similares entre 50 a 60 mil anos B.P. (Guidon et al 2002).

das estruturas de fogueira apontaram para uma datação recuada de 100 mil anos B.P. (Guidon 2007; Ayta 2005).

O conjunto do registro gráfico do BPF é impressionante, devido a englobar as três principais tradições de pinturas rupestres da região (Nordeste, Agreste e Geométrica), contendo mais de mil grafismos no paredão rochoso. Esse sítio possui todos os estilos da subtradição Várzea Grande, Tradição Nordeste: (1) estilo Serra da Capivara; (2) Complexo Estilístico Serra Talhada; (3) Estilo Serra Branca (Guidon 1991; Parenti 1996).

O estilo Serra da Capivara é caracterizado pela presença de figuras com contorno fechado, com uma boa técnica de confecção e desenho, sendo pintadas geralmente com tinta lisa e com dimensões pequenas e majoritariamente com o coloração vermelha, com rara presença de bicromia, o movimento é o elemento central desse estilo (cenas lúdicas, de dança, de caçada, de rituais e representações sexuais), surgindo na região por volta de 12 mil anos atrás e se difundido por volta de 10 mil anos atrás (Guidon 1991; Araujo *et al* 1998; Guidon 2006).

O complexo estilístico Serra Talhada era antigamente denominado de Serra Nova, é o estilo mais complexo e heterógeno de ser definido, caracterizado por figuras humanas em linhas horizontais, policromia (marrom, cinza, branco, vermelho e amarelo), a adição de um traçado gráfico diferenciado como a existência de uma zona reservada, a presença de cenas de violência (estupros, execuções e combates) e figuras miniaturizadas (menos de 10 cm), surgindo na região por volta 10 a 9 mil anos atrás e considerada um estilo intermediário entre os estilos Serra da Capivara e Serra Branca (Guidon 1991; Prous 1992; Pessis 2003; Guidon 2006, Prous 2006).

O estilo Serra Branca é caracterizado como o final da tradição Nordeste, suas principais características são a ausência de movimento e geometrismo na elaboração das figuras, apresenta bicromia (vermelho e branco), antropomorfos desenhado de uma perspectiva de perfil e frontal, ausência de preenchimento em zoomorfos e preenchimento parcial em antropomorfos com linhas retas e alongados e inserção de adornos, vestimentas e ornamentos, presença de cenas de luta e cena de vários antropomorfos em volta uma árvore e a diminuição das cenas de sexo, surgindo por volta de 9 a 8 mil anos atrás. (Guidon 1991; Prous 1992; Pessis 2003; Guidon 2006, Prous 2006).

Dentro das três tradições de pinturas rupestres existentes, a tradição Nordeste, mais especificamente a subtradição Várzea Grande é a mais estudada, seus estilos foram delimitados e explicitados pelas pesquisadoras Niède Guidon e Anne-Marie Pessis na década de 1980 e 1990. Mas algumas arestas ficaram pendentes a ser elucidado, o complexo estilístico Serra Talhada é um ponto interessante a ser abordado.

O pesquisador norte-americano Reinaldo Morales realizou um de revisão acerca da Tradição Nordeste, dando ênfase ao Parque Nacional Serra da Capivara. Morales Júnior (2002) propôs uma nova forma de classificação para a tradição Nordeste, mais especificamente um reordenamento da subtradição Várzea Grande, no sentido de propor a existência de um novo estilo, “Angelim” presente no Parque Nacional Serra da Capivara, no norte de Minas Gerais e no estado da Bahia; também propôs a extinção do Complexo Estilístico Serra Talhada presente dentro da subtradição Várzea Grande, da tradição Nordeste de pinturas rupestres no PNSC, por considerar a inexistência de parâmetros classificatórios que sustentassem suas propriedades, em comparação com os estilos Serra da Capivara e Serra Branca pertencentes as mesmas subtradição e tradição de pinturas rupestres.

Silva (2008) no intuito de aprofundar a discussão pesquisou acerca grafismos de contorno aberto pertencentes ao complexo estilístico Serra Talhada no PNSC, assim postulando a existência de uma nova categoria de analítica dos grafismos de contorno aberto diferenciado dos estilos Serra da Capivara e Serra Branca. Mas como podemos diferenciar os grafismos do complexo estilístico Serra Talhada que não possuem contorno aberto dos outros estilos da Subtradição Várzea Grande?

A principal problemática dessa pesquisa: quais são as principais características similares e diferentes presentes no estilo complexo estilístico Serra Talhada em comparação os estilos Serra da Capivara, Serra Branca e Angelim no Parque Nacional Serra da Capivara-PI?

Os primeiros levantamentos realizados pelas professoras Niède Guidon e Anne-Marie Pessis buscaram uma classificação geral para os registros rupestres na região, destarte, evidenciando as principais características da Tradição Nordeste, em especial a Subtradição Várzea (Martin 2008). A subtradição da tradição Salitre pertencente à Tradição Nordeste é pouco estudada, sem características delimitadoras bem

específicas e assemelhando-se ao estilo Serra Branca, devido ao seu geometrismo (Ogel-Ross 1985).

Considerações Finais

Os estilos Serra da Capivara e Serra Branca são estilos que foram bem definidos, em decorrência suas características identitárias (Pessis 1987; Guidon 2006). Silva (2008) estudou os grafismos de contorno aberto pertencente ao complexo estilístico Serra Talhada visando a busca de similaridades e diferenças, demonstrando a complexidade de estudo desse estilo, tratando como uma categoria hipotética que compreenderia a transição entre os estilos Serra da Capivara e Serra Branca.

De acordo Silva (2008: 118, grifo meu),

No período compreendido entre 8000 e 6000 anos BP ocorrem variações nas formas de apresentação gráfica e na técnica, que constitui, segundo Pessis (1989a) o Complexo estilístico Serra Talhada. As variações ocorridas nessas pinturas são muito próximas ao estilo Serra da Capivara, e faz necessário ainda um estudo mais pormenorizado nessa categoria para defini-la estilo. [...] Os grafismos de contornos abertos estudados aqui estão atualmente estão inseridos no complexo estilístico Serra Talhada, que é ainda uma unidade gráfica como caráter hipotético e assim categoria preliminar de entrada para os grafismos com morfologias distintas dos estilos Serra da Capivara e estilo Serra Branca.

Mas quais seriam outras características em comum desse estilo? Um estudo detalhado e exaustivo poderia forencer outros fatores indicativos característicos desse estilo ou mesmo apontar uma possível revisão acerca de sua existência, o estudo desse estilo é algo que urge tem em vista as revisões metodológicas realizadas no campo do registros rupestres nesse últimos anos (Guidon; Martin 2011).

O presente estudo visa contribuir para uma melhor compreensão do complexo estilístico Serra Talhada, pertencente a tradição Nordeste de pinturas rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara – PI.

Referências Bibliográfica

ARAÚJO, A. et al. *Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí Brasil*. Fundação do Homem Americano. São Paulo: Typelaser Desenvolvimento Editorial Ltda, 1998.

AYTA, W. Datação termoluminescente e de ressonância paramagnética eletrônica da calcita coletada sobre as pinturas rupestres de dois sítios no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil. *FUMDHAMENTOS IV*, São Raimundo Nonato, 2005, pp. 8-26.

BARBOSA, M.F. e; OLMOS, F. Fauna. Parque Nacional Serra da Capivara. Plano de Manejo do parque Nacional Serra da Capivara. In: *FUMDHAM*. Brasília, DF, 1993, pp. 207-236.

BARROS, J. ; FERREIRA , R.V.; GUIDON , N.; SILVA ,U. J. C. L. Pedreira. *Projeto Geoparques: Geoparque Serra da Capivara – PI*. Brasília: SGM, 2011.

BEDNARIK, R. G. *Rock Art Science: The Scientific Study of Palaeoart*. New Delhi: Aryan Books International, 2007.

BEDNARIK, R. Taphonomy of palaeoart. *Revista Antiquity*. EUA, vol. 68, 1994, pp. 68-74.

GUIDON *et al.* Pedra Furada, Brazil: Paleoindians, Paintings, and Paradoxes. *Athena Review: Peopling of the Americas*. Athena Review, Vol.3, no.2, 2002.

GUIDON, N, *As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia)*. In: CUNHA, M.C. (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUIDON, N. *As primeiras ocupações da área arqueológica de São Raimundo Nonato*. Arquivos do Museu de História Natural. Belo Horizonte: UFMG, v. VIII-IX, 1984, pp. 17-20.

GUIDON, N. Parque Nacional Serra da Capivara: modelo de preservação do patrimônio arqueológico ameaçado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. IPHAN, Brasil, nº 33, 2007, pp. 74-94.

GUIDON, N.; BUCO, C. A. “O estado da arte”: as pesquisas arqueológicas e o desenvolvimento regional do Parque Nacional Serra da Capivara. In: PELEGRINI, S.;PINHEIRO, A. P. *Tempo, Memória e Patrimônio Cultural*. Teresina: EDUFPI, 2010.

GUIDON, N.; MARTIN, G. A onça e as orantes: uma revisão das classificações tradicionais dos registros rupestres do NE do Brasil. *Revista Clio Arqueológica*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, v. 25, nº 1, 2011, pp.11-30.

GUIDON, N.; PESSIS, A.M., MARTIN, G. 1990. O Povoamento Pré-Histórico do Nordeste do Brasil, Proposta da: Fundação do Museu do Homem Americano e do Núcleo de Estudos Arqueológicos, da UFPE. *Revista Clio Arqueológica*, Recife, v. 1, nº 6, 1990, pp. 123-125.

MARTIN, G. *A Pré-História do Nordeste*. Pernambuco: Editora UFPE, 2008.

MORALES JUNIOR, R. *The Nordeste Tradition: Innovation and continuity in Brazilian Rock Art*. p.501 Tese (Doutorado em Filosofia). Virginia Commonwealth University, 2002.

NETTO, C.X.A. *A arte rupestre no Brasil: Questões de transferência e representação da informação como caminho para interpretação*, 195 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Instituto Brasileiro em Informação em Ciência e Tecnologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

OGEL-ROSS, L. A noção de Subtradição aplicada um sítio de arte rupestre pré-histórica. *Caderno de Pesquisa 4: série antropológica III*. Teresina, Universidade Federal do Piauí, 1985, pp. 147-186.

PARENTI, Fabio. *Problema da Pré-História do Pleistoceno Superior no Nordeste do Brasil: O abrigo da Pedra Furada em seu contexto regional*. FUNDAMENTOS. São Raimundo Nonato PI, V.1, Nº1, 1996, p. 16-53.

PESSIS, A. M. *Os Registros Rupestres: Perfil e grupo social*. Revista Clio Arqueológica. Recife, Vol.1, Nº 9, 1993, pp. 7-14.

PESSIS, A.M. *Art rupestre prehistorique: Premiers registres de la mise en scene*. 1987, 502 f. Tese (Doutorado de Estado). Université de Paris X ,Nanteire, 1987.

PESSIS, A.M. *Imagens da Pré-história*. Parque Nacional Serra da Capivara. Images de la Préhistoire; Images form the prehistory. São Raimundo: FUMDHAM/ PETROBRÁS, 2003.

PROUS, A. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

PROUS, André. *O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

REIS, J.A. *“Não pensa muito que doí”*: um palimpsesto sobre teoria na arqueologia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

SANTOS, J.C. *O Quaternário do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil: morforestratigrafia, sedimentologia, geocronologia e paleoambientes*.171 f. Tese (Doutorado em Geociências). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SCHMITZ, P.I. A Sociedade de Arqueologia Brasileira: a fundação e os primeiros mandatos. In: SCHAAN, D.; BEZERRA, M (orgs.). *Construindo a arqueologia no Brasil: a trajetória da Sociedade da Arqueologia Brasileira*. Belém: GKNORONHA, 2009.

SILVA, D.C. *Similaridades e diferenças nas pinturas pré-históricas de contorno aberto no Parque Nacional Serra da Capivara*. 321 f. Tese (Doutorado em Arqueologia). Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

Religião e poder aristocrático: algumas reflexões a partir das moedas republicanas romanas do século II

Religion and aristocratic power: a few thoughts from the second century roman republican coins

*Gisele Oliveira Ayres Barbosa*¹

Resumo

No século II, moedas são espaços que refletem as disputas aristocráticas que ocorrem dentro da República Romana. Através da iconografia numismática, famílias importantes relembram ao povo e a seus pares seus diferenciais em relação aos demais. Referências religiosas, presentes com frequência nas cunhagens monetárias da Antiguidade, assumem, nesse momento, formas particularmente variadas. Utilizando o conceito de Bourdieu (1989) apropriado por Hölkeskamp (2010) para o estudo da República Romana, pretendemos traçar algumas considerações sobre como essas referências integram o “capital simbólico” da aristocracia romana, uma cuidadosa coleção de honras ancestrais, equivalente à herança particular de uma família. Serão analisadas, em especial, três moedas cunhadas em 125 por Caio Cecílio Metelo, da *gens* Cecília.

Palavras-chaves: moedas; poder aristocrático; religião

Abstract

During the second century, coins are spaces that reflect the aristocratic disputes inside the Roman Republic. Through the numismatic iconography, important families remind the people and their peers their distinctions concerning the others. Religion

¹ NERO – PPGH/UNIRIO

references, frequently present in ancient coinage, assume, in this moment, a variety of forms. Using Bourdieu's concept (1989), adapted by Hölkeskamp (2010) for the Roman Republic study, we intend to establish some remarks about how these references are part of the Roman aristocracy's "symbolic capital", a careful collection of ancestral honors which are part of a particular family heritage. Three coins, issued in 125 by *Caius Caecilius Metellus*, from *Caecilia gens*, will be analyzed in this article.

Keywords: coins; aristocratic power; religion

O presente artigo é fruto da pesquisa que vem sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO com o objetivo de analisar as formas através das quais religião e política elaboram juntas um discurso comum, presente nas moedas republicanas romanas cunhadas entre 139 e 83 que integram a coleção de Numismática do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro (MHN/RJ)². Dentre as moedas que integram o *corpus* documental da pesquisa, três serão examinadas mais detalhadamente no decorrer deste trabalho: um denário (Fig. 1), um *semis* (Fig. 2) e um *quadrans* (Fig. 3), todos cunhados por iniciativa de Caio Cecílio Metelo no ano de 125³. A partir dessas peças, procurarei analisar a utilização do discurso iconográfico numismático pela elite política romana, bem como a recorrente presença de elementos religiosos nessas mensagens elaboradas através de imagens.

² Projeto de Pesquisa *Quando o divino celebra o humano: religião, política e poder nas moedas republicanas romanas (139-83AEC)*, desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Doutorado em História, sob a orientação da Prof^a Dr^a Claudia Beltrão da Rosa. As balizas temporais da pesquisa consideram respectivamente a *lex Gabinia* que introduziu o voto escrito e secreto nos comícios eleitorais romanos tornando necessárias novas formas de publicidade junto ao eleitorado e a data da cunhagem das moedas de Sila (Crawford 359/1-2; Sear 6 e 276), com características que prenunciam as emissões imperiais.

³ Todas as datas deste trabalho são AEC, isto é, antes da Era Comum.



Fig. 1: Denário. Roma. 125. AR, prata. Crawford 269/1; Sear 145; MHN/RJ 164165 (1 ex) Procedência da imagem: <http://davy.potdevin.free.fr/Site/crawford3-2.html> 05 jan15



Fig. 2. Tetradrachma de Alexandre III, Mênfis. 332 a.C. Prata (AG). Fonte: © Money Museum, Sunflower Foundation – <http://www.sunflower.ch/en/coins?&id=168>



Fig.3: Quadrans. Roma. 125. AE, bronze. Cr 269/4; Sear 1171 ; MHN/RJ 164163 (1 ex). Procedência da imagem: <http://davy.potdevin.free.fr/Site/crawford3-2.html> 05 jan 15

No ano de 125, Caio Cecílio Metelo exercia o cargo de triúviro monetário (*tresviri monetale*), o que pode ser atestado por seu nome gravado no reverso das peças, C METELLVS no exergo no denário (Fig. 1) e C METEL ou METE na proa do navio, no *semis* e no *quadrans* (Fig. 2 e Fig. 3). Esses magistrados, três em exercício em cada ano, possuíam como atribuição específica cuidar da cunhagem de metais (Cic. *Leg*, III, 3) e, a partir do final do século III, passaram a fazer seus nomes constar nas moedas. Eram, em geral, jovens ligados à elite romana. No caso, Caio Cecílio Metelo pertencia a *gens* Cecília (*Caecilia*), a mais bem-sucedida dentre as famílias plebeias que, no último quarto do século II, faziam parte do grupo denominado “aristocracia de cargos” ou “aristocracia senatorial”. Ao longo do século passado, a caracterização de Roma como uma República aristocrática baseou-se principalmente no fato de as instituições e posições de poder serem controladas por esse grupo, o qual recrutava em suas fileiras não apenas magistrados, generais, sacerdotes e senadores, mas também os representantes oficiais do povo, os tribunos da plebe (Hölkeskamp 2010: 1). Como as magistraturas romanas eram, no geral, eletivas, tornava-se necessário que os candidatos em potencial se apresentassem bem diante da população. Nas duas últimas décadas, essa caracterização de Roma como uma República aristocrática tem sido revista, gerando intensos debates. À luz de novos pressupostos teóricos e metodológicos e com a utilização de outros tipos de documentação, além das fontes escritas, estudos recentes defendem a existência de um potencial de participação popular nas instituições romanas e de poderes díspares e heterogêneos permeando as relações políticas e sociais⁴. Ainda assim, a grande influência da aristocracia nas cunhagens monetárias do século II é inquestionável.

Em tese, uma *gens* compreendia todos os descendentes legítimos do sexo masculino de um ancestral comum que, assim, tomavam o mesmo *nomem* (Smith 2006: 31). O *nomem* é o segundo nome dos romanos, depois do *praenomen* e antes do *cognomen*, sendo que este último nem todos usavam. Christopher J. Smith alerta que, de todas as instituições romanas, a *gens* é uma das mais citadas, ainda que pouco explicada. Justamente por ter atravessado diversas épocas, foi constantemente reinventada e redefinida em função do contexto histórico do momento. Portanto, o

⁴ Vide Millar (1998), Morstein-Marx (2004) e Yakobson (2006).

papel da *gens* na República média e tardia tem pouco em comum com seu papel nos primeiros tempos, exceto pelo apelo a uma descendência comum e ao sucesso da autorreprodução da mesma. Um passado grandioso era, na sociedade romana, uma vantagem para se obter sucesso no presente e uma contínua construção de mitos fazia com que genealogias lendárias fossem elaboradas e se tornassem fonte e depósito de conhecimento acerca dos feitos gloriosos dos antepassados (Smith 2006: 340-341).

A *gens* Cecília se dizia descendente de Céculo (*Caeculus*), o mítico filho do deus Vulcano e fundador da cidade de *Praeneste* ou de Cecas (*Caecas*), um dos companheiros do herói Eneias em sua trajetória pela Itália (Smith 1859: 526). Seu primeiro integrante a obter o consulado foi Lúcio Cecílio Metelo Denter, em 284. (Smith 1859: 526; Broughton 1951: 187) e, depois dele, há Cecílios tribunos, pretores, censores e cônsules, entre outros. O filho de Lúcio Cecílio Metelo Denter, também Lúcio Cecílio Metelo, cônsul em 251, havia conquistado uma importante vitória sobre os cartagineses, na famosa batalha de *Panormus* (Plb, 1, 40). A vitória assegurou o sucesso de Roma na Primeira Guerra Púnica e o domínio sobre a Sicília. O exército cartaginês lutava com elefantes, sendo que mais de cem desses animais foram capturados e exibidos mais tarde em Roma. O diferencial cartaginês, que inicialmente causara temor aos romanos pelo seu ineditismo, tornou-se símbolo de habilidade e da capacidade de superação do exército romano. De volta a Roma, Lúcio Cecílio Metelo prosseguiu com outras conquistas, entre as quais um segundo consulado em 247, o cargo de *pontifex maximus* em 243 e o exercício de uma ditadura em 224. O pai do monetário de 125 era Quinto Metelo Macedônico, general romano de destaque na Quarta Guerra Macedônica de 148 que, além de ter sido agraciado com um triunfo, se tornou cônsul em 143. Dessa forma, Caio Cecílio Metelo, um dos monetários de 125, possuía, entre seus antepassados, figuras de considerável destaque.

Na Roma Republicana, não apenas as realizações concretas e os méritos pessoais contavam como um critério legítimo para o progresso de um indivíduo em direção às altas magistraturas, mas também a reputação de sua família, o que Karl-Joachim Hölkeskamp caracteriza como uma “recomendação”, “pagamento antecipado” ou “crédito” (Hölkeskamp 2010: 107). Para Nathan Rosenstein, o principal valor para a aristocracia era a honra a qual se relacionava diretamente com a coragem e o exercício dos cargos públicos. A coragem tornava os homens aptos a liderar e, acumulada em

algumas famílias, supostamente dotava os descendentes destas de maiores credenciais para ocupar as magistraturas (Rosenstein 2006: 367). Ainda Hölkeskamp, remetendo a Pierre Bourdieu, considera essa recomendação familiar o “capital simbólico” da aristocracia romana, uma cuidadosa coleção e arquivamento de honras ancestrais equivalente à herança particular de uma família continuamente acumulada e acessada através da posse de um nome gentílico (Hölkeskamp 2010: 108). Hölkeskamp aponta como constituintes desse “capital simbólico” o exercício de magistraturas ou o recebimento de triunfos pelos antepassados, a ascendência divina da *gens* e a associação dos ancestrais a lendas, histórias ou feitos particulares. Esse diferencial que a aristocracia possuía em relação ao restante da população deveria ser cultivado e continuamente renovado e lembrado para que não corresse o risco de ser esvaziado. Discursos, monumentos, rituais (como a *pompa funebris* ou a *pompa triumphalis*, por exemplo) eram formas através das quais esse processo de renovação e relembração tomava forma. A *pompa funebris* era a procissão funerária romana, que contava com a participação de atores que, envergando máscaras de cera (*imagines*, sing. *imago*), “representavam” os ancestrais ilustres do falecido. Tais procissões eram, contudo, exclusivas das famílias aristocráticas cujos membros possuíam o “direito de imagem” (*ius imaginum*), isto é, de ter sua imagem usada por seus descendentes (Flower 1996: 53-59). A *pompa triumphalis* era uma espécie de parada através da cidade de Roma que celebrava uma grande vitória contra um inimigo. Ser agraciado com tais triunfos era a maior honra que um general romano podia receber. Era conduzido pelas ruas de Roma em um carro puxado por cavalos, acompanhado pelas presas de guerra, pelos prisioneiros e pelas tropas até o templo de Júpiter no Capitólio, onde oferecia um sacrifício ao deus (Beard 2009: 1).

A partir da década de 130, moedas começaram também a integrar esse rol de mídias. Nesse momento, as referências religiosas, que haviam estado presente nas moedas por toda a Antiguidade, se ampliaram nas cunhagens romanas, passando a contemplar não só efígies de deuses e símbolos sagrados, mas também representações da cultura material da prática religiosa romana através de imagens que iam desde os vasos utilizados para os sacrifícios até templos ou monumentos. Além disso, alusões aos antepassados ilustres dos magistrados monetários responsáveis pela cunhagem, se tornaram cada vez mais constantes como uma forma simultânea de

enaltecimento da *gens* e de autopromoção do idealizador da peça, visando à progressão desse último na carreira política. Observando o fenômeno, T.P. Wiseman notou um aumento entre os detentores do cargo entre os anos de 140-130 que se tornaram cônsules nos anos subsequentes. A constatação de que a função de monetário se tornou mais atrativa para os aspirantes ao consulado sugeriu a ele uma ligação do fenômeno com a *lex Gabinia* de 139 (Wiseman 1971: 4-5 e 148-149). Primeira das quatro leis tabelares⁵ (*leges tabellariae*), a *lex Gabinia*, que introduziu o voto escrito e secreto para a eleição dos magistrados, teria tornado necessário aos candidatos que encontrassem novas formas de promoção junto ao eleitorado. A ideia foi posteriormente desenvolvida por Michael Crawford (Crawford 1974: 710 e 728) e acatada por autores que se seguiram (Suspène 2002: 42; Morstein-Marx 2004: 82-83; Welch 2006: 531). Contudo, em um artigo de 2001, Jonathan Meadows e Andrew Williams rejeitaram essa explicação essencialmente pragmática e atribuíram a inovação ao processo de “monumentalização” da sociedade romana ocorrido na mesma época, incluindo-a em uma perspectiva cultural comemorativa. Lembrando que demonstrações públicas de *status* eram centrais na vida da aristocracia romana e podiam tomar várias formas, ritual, retórica e arquitetônica, os autores destacam que a palavra em latim que abarca todas estas atividades é *monumentum*, que claramente deriva da mesma raiz de *Moneta*, a deusa em cujo templo estaria situada a oficina de cunhagem em Roma Republicana (*Liv.* 6. 20). Ambos, por sua vez, derivam do verbo latino *moneo* que aqui dever ser tomado não no sentido de “alertar”, “avisar”, mas de “fazer pensar”, “lembrar” (Ernout; Meillet 1951: 731-732). *Monumentum* é, portanto, tudo aquilo que “apela para a memória”, “particularmente para a memória de um morto: tumbas, estátuas, inscrições” (Ernout; Meillet 1951: 732). Temos a tendência de associar *monumentum* a uma construção, mas esta é apenas uma de suas possibilidades de aplicação. No século II, o acirramento da competitividade entre a aristocracia teria feito florescer esta característica cultural preexistente também nas moedas. Meadows e Williams equiparam as moedas a “monumentos em pequena

⁵ Cícero faz referência a quatro leis tabelares (*Leg.* 3.16). A *lex Gabinia* de 139 introduziu o voto escrito e secreto para a eleição dos magistrados; a *lex Cassia* de 137 e a *lex Papiria* de 131 estenderam a inovação aos julgamentos populares, exceto nos casos de alta traição e para a rejeição ou aprovação das leis respectivamente. Finalmente, através da *lex Coelia* de 107 o mesmo tipo de sufrágio foi estabelecido também nos julgamentos populares inclusive nos casos de alta traição.

escala”, com ampla circulação (Meadows; Williams 2001: 40-44). Remetendo a esses autores, Anna Clark classifica esses novos tipos numismáticos, emitidos a partir da década de 130, como novos e pequenos “espaços portáteis” nos quais os monetários podiam pensar sobre si mesmos, suas famílias, sua cidade, seu passado e seu presente (Clark 2007: 139).

Inicialmente, é sob esta perspectiva que proponho olhar as moedas cunhadas por Caio Cecílio Metelo em 125. No reverso do denário cunhado por sua iniciativa (Fig. 1), por exemplo, a tradicional cena do carro em movimento guiado por uma divindade é inédita no mundo romano. Ao invés de cavalos, o carro é puxado por elefantes, animal que remetia ao grande feito de seu antepassado em 251. Ao fazê-lo, o monetário evoca um episódio grandioso do passado, seu, de sua *gens* e da cidade de Roma. O “monumento em pequena escala” que ele estabelece no reverso do denário, porém, atende igualmente às demandas do seu presente. Entre estas, destaca-se o fato de a cultura romana ser uma cultura do “ver” e “ser visto”, em que o espetáculo estava no centro da política e da compreensão da identidade da comunidade (Flower 2006: 322). Igualmente, devem ser consideradas a intensa competição dentro da aristocracia e uma provável ambição de Caio Cecílio Metelo em alcançar as magistraturas mais altas (ele se tornaria cônsul em 113).

As peças de bronze de 125 cunhadas por Caio Metelo (Fig. 2 e Fig. 3), também com representações de elefantes, seguem a mesma lógica. Diferentemente do denário de prata, cuja iconografia variava, influenciada pela escolha do monetário responsável por sua emissão, as moedas de bronze tinham uma iconografia padrão, com uma divindade fixa para cada tipo no anverso e a proa de um navio no reverso. No *semis* e no *quadrans*, as divindades eram Saturno e Hércules, respectivamente. Caio Cecílio Metelo, contudo, imprimiu o diferencial seu e de sua *gens* nas moedas de bronze cunhadas por sua iniciativa, ao fazer constar uma cabeça de elefante ao alto, sobre a proa do navio, no reverso (Fig. 2 e Fig. 3). A inserção de elementos novos na iconografia padrão das moedas de bronze cunhadas entre 139 e 83 não é inédita, mas pouco frequente. A inclusão de elementos conectados com a iconografia do denário do mesmo ano, equivalendo a uma simplificação ou a uma alusão a essa, aparece apenas em mais um caso, em moedas cunhadas por Tibério Minúcio Augurino em 134. No reverso do denário daquele ano, está representado o suposto antepassado de Tibério

que teria sido o primeiro plebeu a ingressar no Colégio dos Áugures, segurando um *lituus*, bastão de extremidade curva que aqueles sacerdotes portavam (Crawford 243/1; Sear 120). Nas moedas de bronze, um *lituus* está colocado sobre a proa do navio. As cabeças de elefante nas moedas de bronze de Caio Cecílio Metelo reforçam uma premissa e sugerem outra: a possibilidade de interferência dos monetários também na iconografia das moedas de bronze e a preocupação desse membro da *gens* Cecília de obter o maior alcance possível para sua mensagem.

A utilização de elefantes como um símbolo de exaltação da *gens* Cecília não foi uma opção individual de Caio Metelo. O monetário teve três irmãos. Os quatro rapazes, além de dois primos, alcançaram o consulado, a mais alta das magistraturas romanas⁶. Os três irmãos de Caio (ou dois de seus irmãos e um de seus primos) foram triúmviros monetários antes de se tornarem cônsules. E dois deles cunharam moedas com imagens de elefantes. Em 128, moedas de prata e bronze anônimas (Crawford 262/1-5; Sear 138, 880, 1021, 1163, 1303) foram emitidas com cabeças de elefantes no reverso. O nome do emissor não está gravado nas peças e as alternativas prováveis são o irmão de Caio, Lúcio Cecílio Metelo Diademado, ou seu primo, Lúcio Cecílio Metelo Delmático (Crawford 1974: 287). Em 127, Marco Cecílio Metelo, outro irmão de Caio, cunhou peças, também de prata e bronze (Crawford 263/1a-5b; Sear 139, 763, 881, 1022, 1164/1165), com a imagem da cabeça de um elefante dentro de um escudo macedônico (o escudo era uma referência à vitória de seu pai na guerra contra a Macedônia).

O historiador romano Veleio Patérculo afirma que a geração dos filhos e sobrinhos de Quinto Cecílio Metelo conquistou para sua *gens* uma sucessão de honras, triunfos e consulados sem precedentes e sem paralelos (Vell.P. 2.11.3). Ao mesmo tempo, utilizaram o discurso numismático e os “espaços portáteis” representados pelas moedas para lembrar os grandes feitos de seus antepassados, atendendo às demandas da época em que viveram. Mas, também inovaram ao acomodar a uma prática já existente aspectos (a utilização reiterada de uma imagem-símbolo associada à família) e arranjos iconográficos (elefantes guiando carros em movimento ou

⁶ Além de Caio Cecílio Metelo, que se tornou cônsul em 113, seus irmãos Quinto Baleárico, Lúcio Diademado e Marco haviam exercido a magistratura em 123, 117 e 115, respectivamente. Um primo Lúcio Cecílio Metelo Delmático havia sido cônsul em 119 e o outro, Quinto Cecílio Metelo Numídico, tornou-se cônsul em 109.

ornamentando escudos) originais. Sob esse aspecto criaram para sua *gens* uma identidade visual (partilhada entre as moedas de diferentes membros da família ou entre moedas de prata e bronze cunhadas por um mesmo monetário em um mesmo ano) sem precedentes dentro da aristocracia romana.

Por outro lado, mesmo com todas essas inovações, permaneceram utilizando largamente elementos religiosos na elaboração do discurso numismático, característica comuns às cunhagens romanas do período. Nesse particular, me deterei na análise do denário (Fig. 1) uma vez que as moedas de bronze aqui abordadas (*semis* e *quadrans*, Fig. 2 e Fig. 3) possuíam a iconografia fixa para seus respectivos tipos, com exceção das já comentadas representações de elefantes. Conforme já citado, com o início da exaltação dos antepassados em moedas, a partir da década de 130, os elementos religiosos não desapareceram nem se tornaram menos frequentes nas peças. Apenas ampliaram suas funções e representações, incluindo objetos de cultura material ligados à prática religiosa ou cenas rituais, por exemplo. No denário de Caio Cecílio Metelo, três divindades estão representadas, *dea Roma* em forma de efígie, no anverso, e Júpiter conduzindo uma biga e sendo coroado pela deusa Vitória, no reverso.

O culto à Vitória aparentemente desenvolveu-se em Roma no decorrer do século IV, derivado do culto da *Niké* grega e sob o impacto dos eventos ocorridos fora do mundo romano, especialmente as conquistas e a fama de Alexandre, o Grande. Vitória recebeu um templo em Roma em 294, ao mesmo tempo em que outros deuses romanos começaram a atrair o título de *Victor* ou *Invictus*. Muito antes, porém, como as cunhagens monetárias demonstram, a nova deusa já desempenhava um papel proeminente na imagética da guerra (Beard; North; Price 1998: 69). No denário de Caio Cecílio Metelo, Vitória segura uma coroa, seu símbolo tradicional, que assinala uma realização bem-sucedida e indica a participação da natureza superior e transcendente, da qual o círculo é símbolo (Chevalier; Gheerbrant 1991: 289). Em muitas representações numismáticas, a simples coroa basta para aludir à deusa (coroa é símbolo de vitória). Na cena, contudo, a ideia é reforçada: a deusa, de forma visível, impunha o objeto, com o intuito de coroar alguém.

A figura prestes a ser coroada, detalhe não desprezível, encontra-se em um carro em movimento, o que também é um símbolo de triunfo. As mais conhecidas dentre as moedas que trazem essa cena são as cunhagens da Sicília no século V,

expressando os interesses da aristocracia local e dos tiranos que associavam a imagem dos vencedores das corridas de carro ao próprio triunfo político. E quem é a figura? Júpiter, o líder supremo e pai dos deuses. Quando Rômulo consultou os auspícios buscando a aprovação para a fundação de Roma e cuidadosamente traçou o limite sagrado (*pomerium*) da cidade, o primeiro templo que ergueu foi para Júpiter *Feretrius*, onde dedicou o espólio de suas vitórias militares (Beard; North; Price 1998: 1). Na cena em que, até aqui, tudo remete ao divino e ao sobrenatural, os elefantes evocam o aspecto humano da conquista que está sendo lembrada: fora Lúcio Cecílio Metelo, um homem, que capturara esses animais, reais, do exército inimigo, trazendo a vitória para Roma. Os romanos acreditavam que a boa vontade dos deuses era imprescindível para qualquer empreitada humana. Logo, sem o apoio divino era impossível vencer uma batalha. Porém, no reverso do denário de 125, a vitória que Júpiter celebra é principalmente uma vitória humana. O ato de coroar, isto é de colocar a coroa acima de alguém ou de alguma coisa, une o coroado com o que está acima deste, e pertence ao divino. Recompensa de uma prova, a coroa é uma promessa de vida imortal, a exemplo da vida dos deuses (Chevalier; Gheerbrant 1991: 289). Ao coroar Júpiter na “biga de elefantes”, a deusa Vitória une o conjunto, junto com tudo aquilo que ele representa, ao divino e o inclui na galeria de fatos memoráveis que constituem a comunidade de deuses e homens que é a cidade de Roma, esta também personificada por uma divindade.

A divindade, no caso, é a deusa Roma, cuja representação em forma de efígie encontra-se no anverso da moeda. Os primeiros cultos centrados na personificação deificada de Roma, *dea Roma* ou suas variantes "o povo de Roma" ou "Roma e os Benfeitores", datam do início do século II, na região do Mediterrâneo Oriental, mais especificamente o mundo grego sob domínio romano. Não está claro o que, no geral, (ou, em qualquer caso particular) levou à criação do culto de Roma nas cidades do mundo grego. Nenhum culto semelhante é conhecido na própria Roma até o reinado do imperador Adriano, quando o primeiro templo de *dea Roma* é construído na cidade. O que é certo é que uma representação religiosa de Roma se desenvolveu no Oriente grego, lado a lado com a dominação romana e que as cidades orientais gradualmente incorporaram o poder romano ao seu próprio mundo religioso e cultural (Beard, North, Price, 1998: 160). Porém, se as primeiras notícias de culto à *dea Roma* ocorreram via

mundo grego, no século II, sua presença em cunhagens monetárias, um universo inicialmente dominado pela clara influência grega, foram ainda mais antigas. Deuses passam a existir nos espaços sociais a partir do momento em que são representados de alguma forma (Rüpke 2007: 9) e, no caso da deusa Roma, essas primeiras representações se deram através das cunhagens monetárias. Na iconografia numismática, as primeiras imagens de *dea Roma* datam do século III, em forma de efígie. Dentre as moedas de bronze, ela é a divindade padrão nas *unciae*. Nos denários de padrão variado, *dea Roma* é a divindade dominante entre as peças cunhadas entre 139 e 83, o que não parece ser muito difícil de ser explicado ou compreendido, uma vez que moedas são cunhadas em nome do Estado e testemunham de certa forma a existência deste poder constituído, e a deusa Roma é a representação divina que mais bem o traduz. No denário de Caio Metelo, sua representação, de certa forma, “arremata” a mensagem, pois a vitória cuja celebração a cena do reverso relembra fora obtida, afinal, em seu nome.

A título de conclusão e retomando a proposta central do artigo, isto é, apresentar algumas reflexões acerca do poder aristocrático e sua relação com os *signa* religiosos, através da análise da iconografia numismática, gostaria de ressaltar alguns pontos. Inicialmente, considero as emissões monetárias da *gens* Cecília na segunda metade do século II, e entre elas as moedas de Caio Metelo, mais detalhadamente analisadas no decorrer deste artigo, altamente representativas do papel do discurso numismático para a elite romana do período. Como raras eram as famílias que conseguiam manter-se no topo por mais de uma geração, a competição era intensa e o arbítrio só poderia advir daqueles que estavam fora da disputa, ou seja, o povo reunido em assembleias. Daí a necessidade de os aristocratas apresentarem-se bem diante da população e a importância do “capital simbólico” de uma família. A partir daquilo que era considerado o comportamento próprio para a aristocracia o qual todos deviam seguir, os aristocratas competiam individualmente com base nas ações, feitos concretos ou serviços em prol da República prestados por eles mesmos ou por suas respectivas famílias. As peças de Caio Cecílio Metelo (Fig. 1, Fig. 2 e Fig. 3) oferecem um bom exemplo de como essa prática tomou forma através do discurso numismático. Moedas inserem-se, assim, no quadro das disputas aristocráticas do século II, em uma cultura política marcada, entre outras coisas, por alto grau de visibilidade e publicidade

(Hölkeskamp 2010: 55). Em segundo lugar, elementos religiosos formatando o político são recorrentes no mundo romano, mas não apenas em moedas. O que chamamos “religião” e o que chamamos “política” são fenômenos inseparáveis em Roma Republicana, sendo a cidade uma “comunidade de deuses e homens” (Cic. *Leg.* 1.7.23). Assim, magistrados já eleitos recebiam diretamente de Júpiter, através da *lex curiata*, o direito de tomar os auspícios. Rituais eram realizados antes das Assembleias para conhecer a predisposição divina. Para os romanos, a política, entendida como a vida em comunidade ou a dinâmica das relações de poder, incluía também os deuses. Dessa forma, divindades e símbolos religiosos participando da construção de narrativas acerca das ações humanas podem representar uma inovação em termos de iconografia numismática, mas, no geral, representam a tradução, para a linguagem das moedas, de uma prática característica da cultura política romana.

Referências Bibliográficas

Autores Antigos:

CÍCERO. *De Legibus*. Introdução, tradução e notas de Marino Kury. Caxias do Sul: Educus, 2004.

POLÍBIO. *Histórias*. Seleção, introdução, tradução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

VELEIO PATÉRCULO. *Historiae Romanae*.

Disponível em <http://www.thelatinlibrary.com/vell.html> Acesso em 01 Jan 2016.

Geral:

BEARD, M. *The Roman Triumph*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

BEARD, M.; NORTH, J.; PRICE, S. *Religions of Rome*. 2 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BROUGHTON, T. R. S. 1951-1952 *The Magistrates of the Roman Republic*. v.1 (509 BC-100 BC.); v.2 (99BC-31BC). New York: American Philological Association.

CLARK, A. J. *Divine Qualities*. New York: Oxford University Press, 2007.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1991.

CRAWFORD, M. H. *Roman Republican Coinage*. 2 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

ERNOUT, A.; MEILLET, A. *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*. Paris: Klincksieck, 2001.

FLOWER, H. I. *Ancestor Masks and Aristocratic Power in Roman Culture*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

HÖLKESKAMP, K. J. *Reconstructing the Roman Republic: an Ancient Political Culture and Modern Research*. Princeton: Princeton University Press, 2010.

MEADOWS, A.; WILLIAMS, J. *Moneta and the Monuments: Coinage and Politics in Republican Rome*. *The Journal of Roman Studies*, 91, 2001, pp. 27-49.

MILLAR, F. *The Crowd in Rome in the Late Republic*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998.

MORSTEIN-MARX, R. *Mass Oratory and Political Power in the Late Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ROSENSTEIN, N. Aristocratic Values. In: ROSENSTEIN, N.; MORSTEIN-MARX, R. (org). *A Companion to the Roman Republic*. London, Blackwell Publishing, 2006, pp. 365-382.

RÜPKE, J. Roman Religion – Religions of Rome. In: RÜPKE, J (org). *A Companion to Roman Religion*. London, The Blackwell Publishers, 2007, pp. 1-9.

SEAR, D. R. *Roman coins and their values: the Republic and the Twelve Caesars*. v. 1. London: Spink, 2000.

SMITH, C. J. *The Roman Clan: the gens from Ancient ideology to modern Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SMITH, W. *Dictionary of Greek and Roman Biography and Mythology*. 3 vols. Boston: Little, Brown and Company, 1859.

SUSPÈNE, A. *Sur la loi monétaire de c. 212 (?)*. *Cahiers du Centre Gustave Glotz*, 13, 2002, pp. 33-43.

WELCH, K. E. Art and Architecture in Republican Rome. In: ROSENSTEIN, N.; MORSTEIN-MARX, R. (org). *A Companion to the Roman Republic*. London, Blackwell Publishing, 2006, pp. 496-542.

WISEMAN, T. P. *New Men in the Roman Senate. 139 B.C. 14 A.D.* Oxford: Oxford University Press, 1971.

YAKOBSON, A. Popular Power in the Roman Republic. In: ROSENSTEIN, N.; MORSTEIN-MARX, R. (org). *A Companion to the Roman Republic*. London, Blackwell Publishing, 2006, pp. 383-400.

Estruturas de Poder e Patronato nas representações discursivas das moedas da Palestina romana entre os séculos III e VI d.C.

Structures of Power and Patronage in the discursive representations of coins of Roman Palestine between centuries III and VI A.D.

Gladys Mary Santos Sales¹

Resumo

O presente artigo relaciona-se à compreensão das estruturas de Poder e Patronato observadas nas moedas cunhadas em três províncias da Palestina romana (Neapolis/Nablus; Aelia Capitolina/Jerusalém e Cesareia) entre os séculos III e VI d.C. Faz-se necessário a reflexão da cultura material (moeda) e suas representações imateriais (estruturas de poder e patrocínio), para o entendimento de dois questionamentos principais: i) Quais princípios socioculturais alicerçaram o patrocínio das elites locais em relação a comunidade provincial na Antiguidade Tardia? ii) Qual a contribuição da amoeção da Palestina romana para veiculação e legitimação das estruturas de poder e patronato na região, no Período Romano Tardio e início do Bizantino?

Palavras-chave: Monetização; Iconografia Monetária; Palestina romana; Poder e Patronato.

Abstract

This article relates to the understanding of Power and Patronage structures observed in coins issued in three provinces of the Roman Palestine (Neapolis/ Nablus, Aelia

¹ Doutoranda Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE/USP. Universidade de São Paulo – USP

Capitolina/ Jerusalem and Caesarea) between centuries III and VI A.D. It is necessary to reflect the material culture (coin) and its immaterial representations (power structures and sponsorships), to understanding two main questions: i) what sociocultural principles underpinned the sponsorship of local elites in relation to provincial community in late antiquity? ii) What is the contribution of the minting of Roman Palestine to serve and legitimation of power and patronage structures in the region in the Roman Period Late and early Byzantine?

Keywords: Monetization; Monetary Iconography; Roman Palestine; Power and Patronage.

Introdução

Esta pesquisa arqueológica deverá promover o entendimento das relações existentes entre Roma – especificamente do lado Oriental do Império – e as respectivas elites locais, na compreensão de sua integração com a comunidade provincial de Neapolis/Nablus; Aelia Capitolina/Jerusalém e Cesareia, por meio do diálogo entre numismática e fonte textual, na compreensão da tríade patrocínio, reciprocidade e prestígio, no período de ocupação romana na Palestina romana, no recorte temporal compreendido entre os séculos III e VI d.C., especialmente na compreensão do impacto do domínio romano sobre as condições socioculturais locais e o comportamento das elites provinciais diante deste domínio (ver Fig. 1, extraída de Millar 2001 apud Porto 2007).

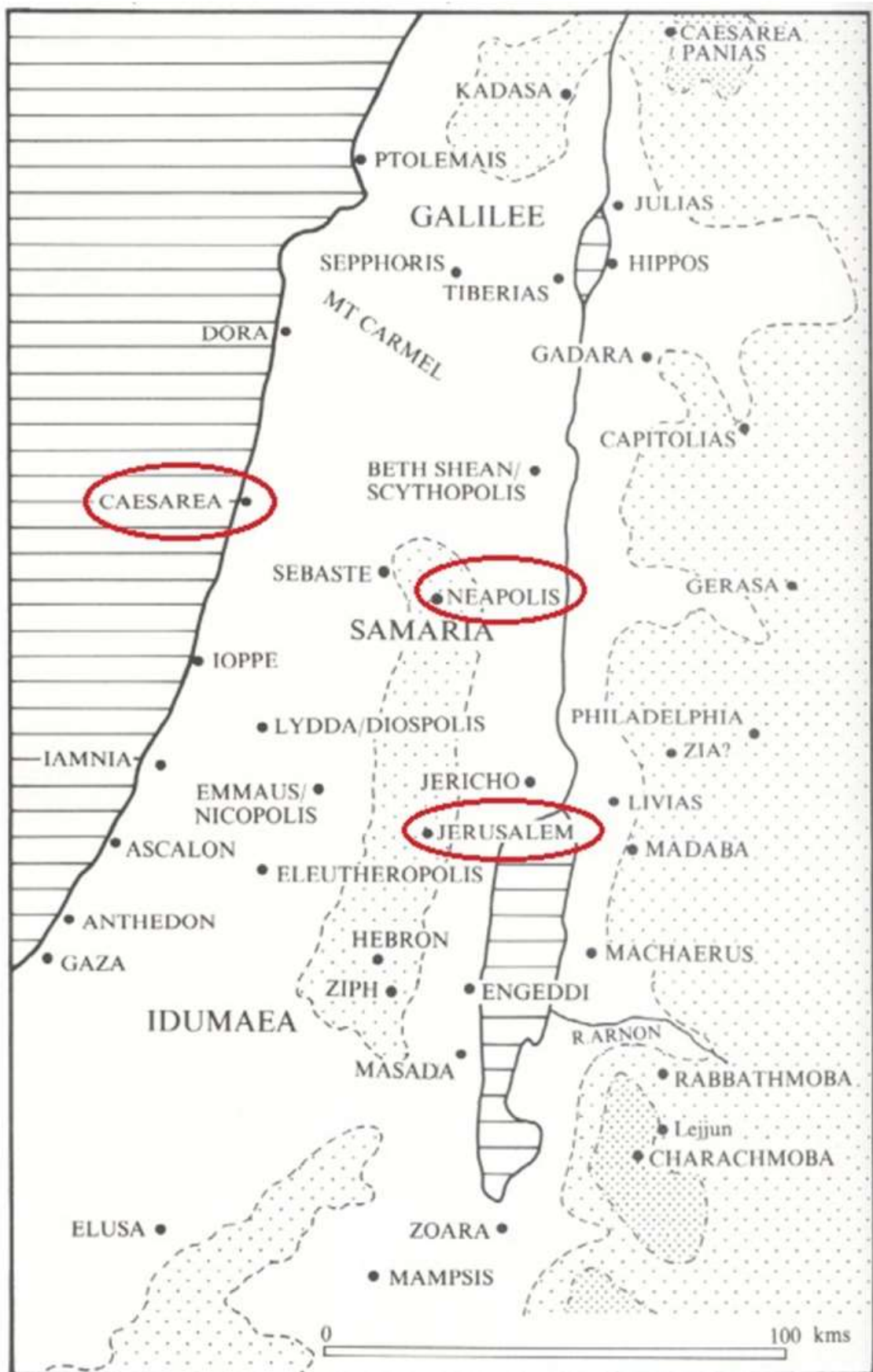


Fig. 1. Mapa da Síria Palestina do século I ao III d.C. – em destaque as cidades Neapolis/Nablus, Aelia Capitolina/Jerusalém e Cesareia.

Segundo Norberto Guarinello (2008), é importante ressaltar que havia duas áreas de dominação romana – Oriente e Ocidente, passíveis de estratégias de dominação diferentes. No Ocidente romano houve a difusão de todo um modo de ‘ser romano’ – baseado na difusão do latim, padrões arquitetônicos e nas práticas que difundiam os ideais latinos, tais como: as vestimentas, os *fora* e o anfiteatro. Em contrapartida, no Oriente, já havia uma vida urbana pré-romana, além do helenismo, que difundiu a língua grega. Sendo assim, as estratégias romanas no Oriente visavam reforçar características helenísticas que já haviam interagido com as culturas daquela região (Guarinello 2008: 13).

Observa-se nas estratégias de dominação romana e na resistência apresentada pela população nativa, que o processo de dominação imperial acarretava, invariavelmente, em um diálogo entre as culturas do dominador e do dominado. Ao deixar de lado a coerção física (intervenção militar) e partir para novas formas de aproximação (negociação), baseadas principalmente nas relações entre a elite romana e as elites provinciais, Roma iniciou um processo definido por Gramsci como “*negociação colonial*” (Gramsci 1971 apud Portelli 2002: 32), que manteve a hegemonia política nas mãos do conquistador, por meio da colaboração política da elite local.

Segundo Costa Junior (2010), a Palestina romana apresentava um alto nível de complexidade social se comparada a outras áreas conquistadas pelo Império Romano. Enfim, pode-se estudar os conceitos que envolvem a dominação imperial romana na Palestina, tendo em vista que esta região exigiu que os romanos estabelecessem estratégias de dominação diferentes daquelas que utilizaram para o domínio do Ocidente.

Ressalta-se que a presença romana na região ocorreu por meio de negociações, e ainda assim, encontrou resistência da comunidade local, o que evidencia que o imperialismo romano na Palestina não ocorreu de forma unívoca, tendo que se adequar às especificidades histórico-sociais da região. Portanto, esta pesquisa segue a reorientação arqueológica da segunda metade do século XX que viabilizou a compreensão do posicionamento dos nativos nos estudos sobre o imperialismo

romano no entendimento da importância das regiões periféricas durante a conquista do mediterrâneo por Roma. Dessa forma, o estudo do processo de dominação imperial romana na Palestina não pode ser feito com base apenas em questões políticas e/ou econômicas, mas faz-se necessário, análises que contemplem as interações e mudanças culturais no Império e nas províncias.

As condições histórico-sociais da Palestina romana, ao longo do processo de conquista romana transformaram-se (teve início em 63 a.C., de acordo com Josefo *Antiguidades Judaicas*, XIII, 10.2.211 apud Anderson 1995: 446) porque desde 164 a.C., o contexto histórico da região era marcado por lutas de libertação da Judeia frente ao domínio estrangeiro dos selêucidas, processo no qual Roma seria uma importante aliada dos judeus. Naquele momento, a sociedade judaica estava repartida entre “o grupo que aceitava e apoiava a dominação selêucida e suas propostas helenizantes e outro que visava a manter o apego dos judeus à lei mosaica e alcançar a independência dos judeus” (Costa Junior 2010: 11).

Segundo Rajak (1992: 11), a diáspora judaica proporcionou a formação do judaísmo rabínico após o fracasso da primeira revolta contra Roma e da destruição do Templo em 70 d.C., e como resposta a estes eventos. Por isso, evidenciou-se a cristalização e a crescente influência do judaísmo rabínico como acontecimento mais importante na vida e no pensamento judaico ao longo dos primeiros cinco séculos da era cristã.

Importante ressaltar que o judaísmo rabínico promoveu a construção de sinagogas como aparato religioso para o estudo da Lei Mosaica, cujos fundamentos interpretativos da Torá iniciaram-se com os fariseus (Rajak 1992).

Na Palestina romana, o judaísmo rabínico substituiu a cisão que marcou o período entre os Macabeus e a destruição do Templo. A ênfase dos rabinos estava no estudo da Torá (ou Pentateuco) e sua interpretação, em um *corpus* cada vez maior da doutrina oral, cujo objetivo principal era a normatização do comportamento judaico (*Halakhah*), embora seu alcance fosse de fato muito mais amplo.

A produção de textos escritos começou com a *Mishnah*, um resumo da prática judaica em forma de comentários que foi compilada por volta de 200 d.C., e foi complementada pelo longo *Tosefta*, talvez uma geração mais tarde, porém, uma compilação massiva e heterogênea do século V d.C. ganhou destaque, conhecida como Talmude Babilônico. Ressalta-se que esta obra não foi produzida na Palestina romana, mas durante a diáspora, em aramaico.

Nesse contexto, no séc. III d.C. o imperador romano (211-217) era Marco Aurélio Antonino, conhecido como Caracalla (188 - 217), nascido na Gália, cujo evento mais marcante de seu reinado talvez tenha sido o Édito de 212, que concedia cidadania romana a todos os habitantes livres das províncias do Império. Nos últimos anos de governo (213-217) promoveu uma campanha contra os partos no Oriente, até que foi assassinado por seu prefeito pretoriano e sucessor, Macrino. Foi nesse contexto que as cunhagens provinciais estamparam a face do imperador Caracalla, na materialização e legitimação do poder imperial.

Desta forma, objetiva-se analisar como ocorreu o processo de patrocínio das elites locais em relação à comunidade da Palestina sob dominação romana, uma vez que, o Período Talmúdico (séculos II e V d.C.) representou a mudança significativa nas estruturas socioculturais, e fundamentais no judaísmo praticado por rabinos. Logo, parte-se dos pressupostos da teoria Pós-Colonial apresentados e discutidos por Hingley (2006), Webster & Cooper (1996) e de Mendes (2002; 2006), na análise dos variados tipos de discursos imperiais. Portanto, trata-se do estudo regional, na compreensão do relacionamento entre poder e cultura, cujo enfoque é a tradição e as histórias da população nativa como referenciais de análise para o estudo da dominação imperial romana.

Estado da Arte acerca dos estudos das Estruturas de Poder e Patronato na Palestina sob dominação romana

A multiplicidade da vida em sociedade associada à especificidade dos artefatos promove a transformação, através da prática, dos padrões sociais. A dinâmica social permite que haja tanto a manutenção quanto a transformação da cultura, assim

conforme Cassirer, “[...] em lugar de definir o homem como um animal ‘rationale’, deveríamos defini-lo como um animal ‘symbolicum’” (Cassirer 1977: 70).

A compreensão de que a materialidade da vida social está amalgamada às representações simbólicas direcionaram esta pesquisa arqueológica na discussão das relações existentes entre Roma e suas províncias (Pastor 1997; Ze’ev 1994; Anderson 1995; Chancey & Porter 2001).

Segundo Porto (2012) *“Roma entendia o Oriente, no caso a Judéia-Palestina, [...] como periferia. Periferia de seu mundo, de seus domínios”*. Na contemporaneidade, ainda segundo este autor, *“novas reflexões e preocupações de parcela importante de historiadores da História Antiga e também de Arqueólogos que estudam os confins do Império Romano”* suscitam uma nova forma de conceber o Império Romano, uma mudança de direcionamento da leitura Roma-Oriente. Assim, nesta pesquisa pretendemos *“trocar o foco e colocar a periferia do Império Romano em evidência”*.

Neste contexto, pretendemos acrescentar a discussão existente sobre os processos de integração entre Roma e suas províncias e salientar que essas reflexões passam por vários matizes conceituais.

Deve-se considerar epistemologias vinculadas à identidade, alteridade e etnicidade (Mitchell 1987; Millar 1995; Jones 1997), a influência do exército e a resistência da população das províncias, bem como a discussão sobre fronteiras e territórios (Rajak & North 1992).

Destaca-se o exame da inter-relação entre Roma e as províncias na compreensão do papel da religião no Império Romano. Whittaker (1997) expõe que é impossível descrever a história sociocultural da cidade sem a religião. Religião e política operavam na mesma esfera, o que era capital para a cultura urbana do Império. O impacto da religião romana variou enormemente nas comunidades provinciais e, conforme nos diz Mary Beard, John North e Simon Price (1998), no campo da religião foi impossível escapar de ser culturalmente afetado pelo imperialismo.

Segundo Porto (2012: 15):

Se tal generalização puder ser feita, porém, este impacto possuiu uma grande multiplicidade de formas e foi vivenciado de modo muito diverso pelas partes envolvidas – conquistador e conquistado, camponês e aristocrata. Roma, de um modo geral, não erradicou drasticamente as tradições religiosas nativas nem impôs sistematicamente sua própria tradição religiosa nos territórios conquistados: havia intercâmbio em vários níveis entre os cultos romanos e outras práticas religiosas existentes nas províncias do Império.

A discussão acerca da integração pode passar também pelos conceitos de poder, assim L. Revell em seu texto *'Roman Imperialism and Local Identities'* sugere que o conceito de poder e o sistema das “redes de poder” que se formaram nas diferentes localidades sejam examinados em suas particularidades. Isto pressupõe compreender “*como as populações viviam durante o período romano e como foi construída, portanto, uma multiplicidade de identidades romanas*” (Revell 2009: IX).

Nessa linha de análise, são particularmente interessantes os estudos de Curchin (2004), Key e Terrenato (2001), Williams (2000), Mattingly (2004) e Revell (2009), que propõem a superação das visões tradicionais em relação aos conceitos de “romanização” e cultura. “*Romanização é um termo mais descritivo do que definitório ou explicativo*” (Fleming 2011: 11 apud Porto 2012 16).

Faz-se necessário a utilização de novas conceituações de termos como “romanização” e cultura, bem como o entendimento do contraponto conceitual entre as forças materiais e simbólicas das relações do Império Romano com a Província da Palestina, por isso, recorreu-se a fonte textual, epigráfica e a moeda, na interpretação dos símbolos de anverso e reverso, mais suas legendas, para a compreensão da relação existente entre elite local e comunidade provincial.

Houve nos últimos quarenta anos, vários estudos sociocientíficos das relações econômicas relacionadas às estruturas de poder na Antiguidade Tardia, que deram origem a modelos monolíticos de ‘império aristocrático’, ‘honra e vergonha’ e ‘patrono-cliente’.

O Novo Testamento tem recebido diversas interpretações, bem como, o entendimento do modelo ‘patrão-cliente’, principalmente nas obras de Vernon K.

Robbins, *Exploring the Texture of Texts: A Guide to Socio-Rhetorical Interpretation* (1996), Carl Lande, 'The Dyadic Basis of Clientism', em Steffen W. Schmidt (ed.), *Friends, Followers and Factions: A Reader in Political Clientelism* (1977); Earnest A. Gellner and John Waterbury (eds.), *Patrons and Clients in Mediterranean Societies* (1977); J. Boissevain e C.J. Mitchell (eds.), *Network Analysis: Studies in Human Interaction* (1973); S.N. Eisenstadt e L. Roginer (eds.), *Patrons, Clients and Friends: Interpersonal Relations and the Structure of Trust in Society* (1984); K.C. Hanson and D. Oakman, *Palestine in the Time of Jesus: Social Structures and Social Conflicts* (1998); D. A. de Silva, *Honor, Patronage, Kingship and Purity: Unlocking New Testament Culture* (2000); Jerome H. Neyrey, *Render to God: New Testament Understandings of the Divine* (2004).

Ao mesmo tempo em que houve a produção acadêmica massiva sobre o modelo 'patrão-cliente', sob a perspectiva antropológica da economia na Antiguidade, ocorreu à minimização das estruturas de patrocínio e poder dos gregos e dos judeus, ao existente entre os romanos, na padronização das trocas recíprocas assimétricas como Patronato-Clientelismo.

Esta generalização das relações econômicas na Antiguidade foi duramente criticada por MacGillivray (2009), que na obra *Re-Evaluating Patronage and Reciprocity in Antiquity and New Testament Studies*, elucidou que as estruturas sociais dos gregos, judeus e romanos, diferem-se muito na maneira como cada comunidade se relaciona com o patrocínio.

No caso judaico-cristão, as relações de poder e patrocínio permeiam a tradição religiosa, que condena a exaltação individual e/ou coletiva, das doações e ofertas aos necessitados, uma vez que a Lei Mosaica estabelece que o auxílio aos pobres e aos desprovidos de bens seja uma obrigação comunal, em agradecimento e relacionamento com Deus.

Desta forma, faz-se necessário a compreensão das estruturas socioculturais na Palestina romana para elucidação das representações de poder e patrocínio, tendo como foco as evidências materiais de Honra e Prestígio – indícios públicos de reconhecimento de determinada benfeitoria, que no caso das moedas, poderiam estar

materializados com a cunhagem da imagem do imperador, imagens de suas edificações e conquistas, nas inscrições/ legendas relativas à exaltação da figura do governante, na relação estabelecida entre Império Romano, elite local e comunidade provincial.

É crucial para esta pesquisa a compreensão das relações entre Império Romano, elite local e comunidade provincial, em suas particularidades, especialmente no que se refere às estruturas de poder e patronato na Palestina romana, por isso, recorreremos as teorias formuladas no século XX – principalmente nos EUA e na França – que deram origem a Antropologia Econômica. Tal perspectiva de estudo acerca das atividades econômicas das sociedades antigas defendem que o sistema de trocas na Antiguidade tem origem nas relações sociais, cujo desenvolvimento comunal influencia diretamente a maneira como o coletivo promove a organização das relações econômicas. Logo, deve-se estudar as sociedades antigas desvinculadas das concepções contemporâneas e capitalista de mercado, pois que na Antiguidade todas as esferas da sociedade – econômica, religiosa, política, social – estavam amalgamadas.

As teorias desenvolvidas por Karl Polanyi e continuadas pela chamada escola de Polanyi serão para nós basilares na compreensão do sistema de trocas que ocorriam na Palestina romana. Pois que estas sugerem instrumentais teóricos de análise diferenciados para o estudo das sociedades antigas.

Polanyi sugere que a análise das economias antigas demanda uma conceituação diferente das economias modernas e contemporâneas, pois que é errônea a aplicação de conceitos da economia contemporânea às sociedades não capitalistas. Polanyi nos informa que esta visão foi fortemente alimentada pelo pensamento de Adam Smith, que sugeriu que a divisão do trabalho na sociedade dependia da existência de mercados ou, como ele colocou, da "*propensão do homem de barganhar, permutar e trocar uma coisa pela outra*". Esta frase resultou, mais tarde, no conceito do 'Homem Econômico' (Polanyi 1944).

Os seguidores das ideias polanianas defendem que a alegada propensão do homem para a barganha, permuta e troca está inteiramente equivocada, pois trata-se

de alguns preconceitos do século XIX, que sustentavam a hipótese de Adam Smith sobre a predileção do homem primitivo por ocupações lucrativas.

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. O homem valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas (Polanyi 1944).

A obra de George Dalton *Economic Theory and Primitive Society* (1961), estudioso das teorias da Escola Polaniana, permite a compreensão das ideias sobre redistribuição, com conceitos que afirmam que na Antiguidade as organizações políticas, religiosas e familiares coordenavam a produção e distribuição de bens. Logo, para o autor, a redistribuição envolvia uma autoridade central que recolhia tributos para manutenção de serviços. Esta autoridade central estabelecia as prioridades – usava a receita para manutenção de determinada instituição, prestava serviços à comunidade e proporcionava o necessário em casos de emergências. O motivo da cobrança associava-se ao bem estar coletivo e o cálculo do valor devido pelos indivíduos baseava-se no princípio de justiça, onde cada um recebia sua “justa parte” baseada na sua necessidade.

Conforme observa-se nas definições de Dalton sobre a redistribuição polaniana, pode-se associá-las ao caso da Palestina romana, cuja a base do sistema de trocas repousava nos preceitos religiosos, que em alguns casos (principalmente o judaico-cristão), condenava a busca por lucro e exaltava a contribuição voluntária, para manutenção do Templo, sinagoga ou igreja, sustento dos levitas, amparo dos órfãos e

das viúvas – estendendo-se a estrangeiros, preceitos estabelecidos pela Lei Mosaica. Assim, o interesse econômico não era predominante, pois a comunidade velava para que nenhum de seus membros estivesse faminto, a não ser que ela própria fosse avassalada por uma catástrofe, em cujo caso os interesses envolviam o coletivo e não o individual. Por outro lado, a manutenção dos laços sociais era crucial. Primeiro porque, infringindo o código estabelecido de honra ou generosidade, o indivíduo se afastava da comunidade e se tornava um marginal; segundo porque, em longo prazo, todas as obrigações sociais eram recíprocas, e seu cumprimento servia melhor aos interesses individuais de dar-e-receber (Polanyi 1944).

Trata-se de um universo onde imperam as relações comunais às quais o costume, a lei, o sagrado e a religião exercem influência, de modo que o sistema de trocas imbrica-se às motivações econômicas originadas no contexto da vida social.

Para Polanyi a garantia da produção deve-se a dois princípios de comportamento não associados basicamente à economia: reciprocidade e redistribuição, ainda mais em uma comunidade como a judaica, onde é vedada a ideia do lucro; as disputas e os regateios são desacreditados; o dar generosamente os dízimos e ofertas é considerado como virtude; assim, não aparece a suposta propensão à barganha, à permuta e à troca. Na verdade, o sistema econômico é mera função da organização social.

De forma mais ampla, as proposições de Polanyi sustentam que todos os sistemas econômicos conhecidos atualmente, até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três. Dentro dessa estrutura, a produção ordenada e a distribuição dos bens eram asseguradas através de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento. E entre essas motivações, o lucro não ocupava lugar proeminente. No caso da Palestina, os costumes e a Lei Mosaica cooperavam para induzir o indivíduo a cumprir as regras de comportamento, as quais, eventualmente, garantiam o funcionamento no sistema econômico, por isso, as teorias de Polanyi são cruciais para

esta pesquisa, uma vez que, percebe o sistema de trocas nas sociedades antigas, imbricado as relações socioculturais e religiosas.

Os estudos relacionados às estruturas de Poder e Patronato na Palestina sob dominação romana perpassam a compreensão das relações existentes entre a monetarização da Palestina romana e sua relação com as instâncias socioculturais e religiosas dessa sociedade. Nesse sentido, de acordo com Pedro Paulo Funari nos lembra que “[...] *Não se trata, assim, de acreditar no que diz o documento, mas de buscar o que está por trás do que lemos, de perceber quais as intenções e os interesses que explicam a opinião emitida pelo autor, esse é o nosso foco de atenção*” (1993: 86).

Acreditamos que, para compreender os elementos imateriais inerentes à moeda, compreender o ‘discurso impresso nas moedas’, uma estratégia bastante válida seja a utilização da chamada análise multimodal. Esta possui aporte nas epistemologias da Linguística. Esse tipo de análise possibilitará a evidenciação dos sistemas simbólicos que permeiam o ‘mercado de trocas’, representados na moeda da Palestina romana. Esse tipo de análise conta, necessariamente, com a contribuição da documentação arqueológica, numismática, textual e epigráfica.

Entendemos que o uso da linguagem seja moldado no âmbito social, não no individual. Ou seja, Fairclough (2001: 90) propõe usarmos o termo *discurso* para designar “*o uso de linguagem como forma de prática social*”; o que implica tomar o discurso como uma forma de ação e assumir que sua relação com a estrutura social seja dialética. Em outras palavras, o social constitui o discurso e é por ele constituído. Considerá-lo assim, nessa reciprocidade, implica enxergar uma relação entre um conjunto de discursos particulares e uma situação social. E o cerne dessa relação entre discurso e sociedade é o *poder*.

Faz-se necessário considerar a influência de Michel Foucault (1979, 1986) para a análise do discurso. Percorrendo o trabalho filosófico de Foucault, Fairclough (2001) identificou importantes considerações sobre o discurso, dentre as quais, as principais apontam para a natureza constitutiva do discurso – o discurso construindo a sociedade –, o caráter interdiscursivo e intertextual das práticas discursivas – os textos sempre

recorrem a outros textos –, o poder como prática discursiva, o discurso como prática política – pois é ideológico –, e a mudança social dialética com a mudança discursiva.

Considere-se também que qualquer texto que combine vários modos semióticos pode ser visto também como uma instanciação do sistema semiótico e reflete as escolhas feitas pelo seu autor, dentro do contexto onde é produzido (Halliday & Hasan, 1989). Na verdade, segundo Kress & Van Leeuwen (1996), mesmo um texto verbal tem outros modos de comunicação co-presentes que contribuem para o seu significado. Textos são, portanto, multimodais, ou seja, *“um conjunto de múltiplas formas de representação ou códigos semióticos que, através de meios próprios e independentes, realizam sistemas de significados”*. (Kress & Van Leeuwen, 1996).

Utilizando conceitos da Gramática Sistêmico-Funcional (Halliday, 1994), Kress & Van Leeuwen *“afirmam que, como a linguagem verbal, todos os modos semióticos realizam três grandes funções simultaneamente: a primeira ‘ideacional’, ao representar o que está a nossa volta ou dentro de nós; a segunda ‘interpessoal’, realizando interações sociais; a terceira ‘textual’, revelando a composição do todo, na maneira como os elementos interativos e representacionais se relacionam e como eles se integram para construir o significado”*.

Tão importante quanto a análise documental é o estudo das imagens monetárias, que possibilita o entendimento das representações discursivas de estruturas de poder, uma vez que, imagens, símbolos e palavras legitimavam o poder romano sobre as províncias. Nos valeremos da contribuição da Linguística e das teorias da Multimodalidade, pois que estas nos permitem desvelar as estratégias de persuasão e legitimação que o poder romano imprimia na região da Palestina e que estavam impressos nas moedas das cidades de Neapolis/Nablus; Aelia Capitolina/Jerusalém e Cesareia) durante o período estudado.

Para análise iconográfica, além das teorias multimodais, recorreremos às proposições de Paul Zanker (1987), que entende que através do uso das imagens, uma das mais significativas transformações do início do Império Romano aconteceu. Zanker sugere que as imagens que passaram a ser observadas em conjunto, representaram,

uma nova linguagem visual caracterizada pelos padrões de centralismo do Império Romano (Zanker 1987).

Isto posto, faz-se necessária a observação da análise iconográfica e linguística das moedas da Palestina romana, cunhadas entre os séculos III e VI d.C., para compreensão das estruturas de poder e patronato na região, com aporte das fontes textuais e epigráficas, relacionadas a este período.

Metodologia

A fim de obter coerência entre a problemática, os objetivos e as hipóteses desta pesquisa, os dados foram obtidos por meio da análise das fontes textuais e materiais. Foram consultados textos judaicos e cristãos, bem como as obras de Flávio Josefo, os relatos de Cassio Dión e as obras de Eusébio de Cesareia. Para análise da cultura material, e divulgação dos resultados iniciais obtidos no projeto de pesquisa – Estruturas de Poder e Patronato nas representações discursivas das moedas da Palestina romana entre os séculos III e VI d.C., fez-se um recorte dos dados retirados de catálogos numismáticos publicados até o momento, de moedas cunhadas durante os séculos II e III d.C. na cidade de Aelia Capitolina/Jerusalém, para o mapeamento dos locais de suas produções monetárias. Igualmente, foram consultados os trabalhos sobre os tesouros monetários para mapear a circulação destas moedas. A partir daí inferiu-se sobre as questões ligadas às Estruturas de Poder e Patronato em Aelia Capitolina/Jerusalém

Dados

Foram coletadas, inicialmente dez moedas de Aelia Capitolina/Jerusalém em maio do ano de 2015, mas foram analisadas dessas, apenas três para se ter uma visão geral da construção ideológica das Estruturas de Poder e Patronato presentes nas escolhas imagéticas e discursivas das cunhagens provinciais do séc. III d.C. (conforme Quadro 1).

Nº	século	Título
1	II/III d.C.	Tetradracma - Aelia Capitolina - Caracalla
2	II/III d.C.	Bronze - Aelia Capitolina - Caracalla
3	III d.C.	Tetradracma - Aelia Capitolina - Macrinus

Quadro 1 – Moedas de Aelia Capitolina/ Jerusalém

1.1 Procedimentos de análise

Verificar os procedimentos enumerados no – **Quadro 2 - Procedimentos de**

Autores		Procedimentos
Numismática	Lacroix (1974)	Locais de produção e circulação das moedas, com ênfase às informações provenientes da análise iconográfica e legendas das moedas.
	Caltabiano (1998)	Cada símbolo (imagem e letra/legenda), preconiza a associação de cada traço iconográfico de uma cunhagem, inclusive entre anverso e reverso.
	Pérez (1986)	Teorias relacionadas às estruturas discursivas de Poder, e discurso ideológico emanado pelas moedas do Império Romano.
Análise da imagem (Multimodalidade)	Van Leeuwen e Kress (1996)	Contato Distância social Dimensão horizontal Dimensão vertical

Quadro 2 – Procedimentos de análise

análise

A persuasão presente no tetradracma – Caracala – séc. II/III (Meshorer 1989) – o fator contato, distância social, dimensões horizontal e vertical

Discussão: O estudo numismático evidenciou que essa cunhagem provincial de Aelia Capitolina, apresenta estruturas de poder – Legião Romana, e patronato – honra e prestígio, da figura do imperador Caracalla. A Linguística Sistêmico-Funcional apresentou a construção da disposição gráfica e do que é tratado na moeda, bem como as múltiplas estratégias textuais e discursivas utilizadas na cunhagem monetária para materializar a posição ideológica da elite provincial (ver Fig. 2)



Fig.2. Tetradracma, séc. II/ III d.C. - Aelia Capitolina – Caracala

O Fator Contato

O **fator contato** na cunhagem da moeda se apresenta com uma imagem frontal no anverso – do imperador Marco Aurélio Antonino – Caracala, laureado, com túnica drapeada, com barba e borda de pontos e no reverso – águia legionária com coroa de flores no bico, simbolizando a força militar e poder do imperador, presença dos atributos do deus Baco – *thyrsus* e folha de videira, borda de pontos. Essa imagem logo chama atenção da comunidade local, principal *contato* desse gênero, por se remeter obrigatoriamente a relevância do papel do Estado com relação à troca de bens e consumo bem como a preocupação de que se deve ter ao valor intrínseco materializado no metal. Nas laterais da imagem há outros participantes – legenda e borda de pontos, e o suporte material da prata, metal considerado precioso pela sociedade da época e de grande aceitação mercantil, que viabilizava a disseminação ideológica do poder imperial, da importância da Legião romana e do culto ao deus Baco.

Distância Social

Discussão: As imagens da moeda podem ser consideradas acessíveis e convincentes, uma vez que, o público alvo é uma comunidade provincial, e os elementos/participantes que compõem o anverso – do imperador Marco Aurélio Antonino – Caracala, laureado, com túnica drapeada e com barba e no reverso – águia legionária com coroa de flores no bico, simbolizando a força militar e poder do imperador, presença dos atributos do deus Baco – *thyrsus* e folha de videira, simbolizando a força e poder do imperador bem como a prata, têm total proximidade, já que fazem parte do frame mental deles, e por meio da disposição e composição dos participantes que dão sentido às imagens, evidencia que o texto visual é bem persuasivo, porque sugere a ideologia de honra e prestígio daqueles que detinham o domínio da época.

Dimensões Horizontal e Vertical

Discussão: O aspecto *atitude* evidencia uma intensa proximidade com a comunidade local, uma vez que há o diálogo entre as dimensões de horizontalidade e verticalidade. A imagem central do imperador e da águia legionária, se apresentam de maneira vertical, criando assim um envolvimento com a comunidade por meio da frontalidade, já os outros participantes – legenda, que compõem a imagem são mostrados de maneira circular e de sobreposição, ocasionando uma relação de poder com a comunidade provincial. Nota-se que a composição e disposição dos participantes na imagem reforçam a ideologia de poder e patronato de honra e prestígio. A complexidade dessa disposição, contribui para a construção do sentido do texto visual, bem como para persuadir a comunidade para reflexão da relevância da hierarquização social.

Considerações Finais

As análises fundamentadas nas teorias de Polanyi (1944), evidenciaram que o sistema de trocas nas sociedades antigas, encontrava-se imbricado nas relações socioculturais e religiosas, conforme enunciado da primeira pergunta de pesquisa, que comprovou a relevância social na construção do sistema de trocas nas comunidades

provinciais. Com relação à segunda pergunta sobre a contribuição da amoedação da Palestina romana para veiculação e legitimação das estruturas de poder e patronato na região, verificou-se pelas epistemologias numismáticas de Lacroix (1974), Caltabiano (1998) e Pérez (1986), o entendimento de que as imagens monetárias da Palestina romana do séc. III d.C., são representações discursivas de estruturas de poder e patronato, uma vez que, imagens, símbolos e palavras legitimavam o poder romano sobre as províncias. As contribuições da LSF e de seus colaboradores Van Leeuwen e Kress (1996) deram suportes para a legitimação da análise das moedas dos séc. II/III d.C., e comprovaram por meio da Multimodalidade – imagem e verbiagem, a ideologia presente na amoedação provincial, a qual permeava todas relações da vida social da Palestina romana, que envolvia os âmbitos – histórico-social, político, econômico e cultural.

Referências Bibliográficas

Fontes Textuais

APIANO. *Apian's Roman History*. The Loeb Classical Library, Londres: William Heinemann Ltd, 1960.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 4ª impressão, 2006.

CASSIO DÍON. *Roman History*. Livro LXIX. Paris: Les Belles Lettres, 1995.

EUSÉBIO DE CESAREIA. *História Eclesiástica*. Livro IV 6. Cambridge, Harvard University Press,

_____ *Vida de Constantino*. Tradução de Martín Gurruchaga. Madrid: Gredos, 1994a.

FILO DE ALEXANDRIA. *De sacrificiis Abelis et Caini*. Paris, Éditions du Cerf, 1966.

FLAVIO JOSEFO. *Guerra de Los Judios: y destruccion del templo y ciudad de Jerusalém*. Barcelona, Iberia. 1948

_____. *Jewish antiquities*. London, Heinemann, 1950.

_____. *História dos Hebreus (Obra completa)* – 11ª Edição, Rio de Janeiro: Editora CPAD, 2007.

Bibliografia Geral

- ANDERSON, J. D. *The impact of Rome on the periphery: the case of Palestine – Roman period (63a.C. - 324 d.C.)*. In: *The Archaeology of Society in the Holy Land*, New York: Facts on File, 1995, pp. 446-469.
- BEARD, M.; NORTH, J.; PRICE, S. *Roman religion and Roman Empire*. In: *Religions of Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, pp. 313-363.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- BOISSEVAIN, J. & MITCHELL, C.J. (Eds.). *Network Analysis: Studies in Human Interaction*. The Hague: Mouton, 1973.
- CALTABIANO, M. C. *Immagini-parola, grammatica e sintassi di un lessico iconografico monetale*. In: A. E. ARSLAN (a cura di), *La “parola” delle immagini e delle forme di scrittura: modi e tecniche di comunicazione nel mondo antico*. Messina, 1998, pp. 57-74.
- CARLAN, C. U. *Iconografia: imagem e política no século IV*. *Revista Mimesis*, Bauru, vol. 29, nº 2, 2008, pp. 135-149.
- CASSIRER, E. *Antropologia Filosófica – Ensaio sobre o Homem*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.
- CHANCEY, M. A.; PORTER, A. *The Archaeology of Roman Palestine*. *Near Eastern Archaeology*, vol. 64, nº 4, 2001, pp. 164-203.
- COSTA JUNIOR, J. G. *Judaea Romana: negociação e resistência*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.
- CURCHIN, L. *The Romanization of Central Spain: complexity, diversity, and change in a Provincial Hinterland*. London: Routledge, 2004.
- DALTON, G. *Economic Theory and Primitive Society*. In: *American Anthropologist*, vol. 63, nº1, 1961, pp. 1-25.
- EISENSTADT, S.N.; ROGINER, L. (Eds.). *Patrons, Clients and Friends: Interpersonal Relations and the Structure of Trust in Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- FAIRCLOUGH, N.; WODAK, R. *Análisis crítico del discurso*. In: _____. *El discurso como interacción social. Estudios sobre el discurso II: una introducción multidisciplinaria*. Barcelona, Espanha: Gedisa, 2000, pp. 367-404.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UNB, 2001.

FLORENZANO, M. B. B. Numismática e História Antiga. In: *Anais do 1º Simpósio Nacional de História Antiga*. João Pessoa, 1984.

FLORENZANO, M. B. B. Notes on the Imagery of Dionysus on greek coins. In: *RBN*, CXLV, 1999, pp. 1-10.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organizado por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 12ª edição. São Paulo: Forense Universitária, 1986.

FUNARI, P. P. A. *Roma Vida Pública e Vida Privada*. 4a ed. São Paulo: Atual, 1993.

GELLNER, E. A.; WATERBURY, J. (Eds.). *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*. London: Duckworth, 1977.

GUARINELO, N. L. *Império e Imperialismo, realidades antigas e conceitos contemporâneos*. In: FELDMAN, S. A.; CAMPOS, A. P.; SILVA, G. V.; NADER, M.B. (Org.); FRANCO, S. P. (Orgs.). *Os impérios e suas matrizes políticas e culturais*. Vitória e Paris: Flor & Cultura; Université de Paris-Est, 2008.

HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to functional grammar*. 2ª ed. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R. *Language, context, and text: Aspects of language in a socialsemiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HANSON, K.C., OAKMAN, D. *Palestine in the Time of Jesus: Social Structures and Social Conflicts*. Minneapolis: Augsburg–Fortress, 1998.

HINGLEY, R. *Recreating coherence without reinventing Romanization*. University of Durham, 2006. Disponível em <www.digressus.org>. Acesso em: 24 de outubro de 2014.

JONES, S. *The Archaeology of Ethnicity – Constructing identities in the past and present*. Londres: Routledge, 1997.

KEAY, S.J.; TERRENATO, N. (Eds.). *Italy and the West. Comparative Issues in Romanization*. Oxford: Oxbow Books, 2001.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading images: The grammar of visual design*. London: Routledge, 1996.

LACROIX, L. *Études d'archéologie numismatique*. Universidade de Lion. Publicações da Biblioteca Salomon Reisch, Diffusion de Boccard, 1974.

- LANDE, C. The Dyadic Basis of Clientism'. In: Schmidt, Steffen W. (Ed.). *Friends, Followers and Factions: A Reader in Political Clientelism*. Berkeley: University of California Press, 1977.
- MACGILLIVRAY, E. D. Re-evaluating Patronage and Reciprocity in Antiquity and New Testament Studies. *Journal of Greco-Roman, Christianity and Judaism*. Scotland, UK: University of Aberdeen, 2009, pp. 37-81.
- MATTINGLY, D.J. Dialogues in Roman Imperialism. Power, discourse and discrepant experience in the Roman Empire. *Journal of Roman Archaeology*. Supplementary Series Number 23, 2004.
- MENDES, N. M. *Sistema Político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.
- MESHORER, Y. *A treasury of Jewish Coins*. Jerusalém: Yad Ben-Zvi Press, 2001.
- MESHORER, Y. *The Coins of Aelia Capitolina*. Jerusalém: Yad Ben-Zvi Press, 1989.
- MILLAR, F. *The Roman Near East 31 BC – AD 337*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.
- MITCHELL, C. A questão da quantificação na Antropologia Social. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). *A Antropologia das sociedades contemporâneas*, São Paulo: Editora Global, 1987, pp. 77-126.
- NEYREY, J. H. *Render to God: New Testament Understandings of the Divine*. Minneapolis: Augsburg–Fortress, 2004.
- PÉREZ, C. Monnaie du pouvoir. Pouvoir de la monnaie. Une pratique discursive originale: le discours figuratif monétaire (1er s. av. J.-C - 14 ap. J.-C.). *Annales Littéraires de l'Université de Besançon*, 332. Histoire ancienne, vol. 71. Paris, 1986.
- POLANYI, K. *A grande transformação – As origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1944.
- PASTOR, J. *Land and economy in ancient Palestine*. Londres: Routledge, 1997.
- PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- PORTO, V. C. *Imagens monetárias na Judéia/Palestina sob dominação romana*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – MAE/USP. São Paulo, 2007.
- PORTO, V. C. As moedas romanas da Península Ibérica e da Síria-Palestina: uma tentativa de diálogo. *Revista Mare Nostrum*, n. 3, 2012, pp.13-32.

RAJAK, T.; NORTH, J.; LIEU, J. (Ed.) *The Jews among Pagans and Christians in the Roman Empire*. London and New York: Routledge, 1992.

REVELL, L. *Roman Imperialism and Local Identities*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

ROBBINS, V. K. *Exploring the Texture of Texts: A Guide to Socio-Rhetorical Interpretation*. Trinity Press International, 1996.

SILVA, D.A de. *Honor, Patronage, Kingship and Purity: Unlocking New Testament Culture*. Inter-Varsity Press, 2000.

SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

WEBSTER, J. Roman Imperialism and the Post Imperial Age. In: WEBSTER, J. e COOPER, N. (Eds.). *Roman Imperialism: Post - Colonial Perspectives*. Leicester: School of Archaeological Studies - University of Leicester, 1996.

WHITTAKER, C. R. Imperialism and culture: the Roman initiative. In: *JRA*, suppl. 23, 1997, pp. 143-163.

WILLIAMS, M. Jews and Jewish Communities in the Roman Empire – Essay Eleven. In: Huskinson, J. (Ed.) *Experiencing Rome: culture, identity, and Power in the Roman Empire*. London:Routledge, 2000.

ZANKER, P. *Augusto y el Poder de las Imágenes*. Madrid: Alianza Editorial, 1987.

ZE'EV, S. *The economy of Roman Palestine*. Londres: Routledge, 1994.

Os Tupiguarani e os Itararé-Taquara no cenário paulista – uma abordagem metodológica

Tupi and Jê in São Paulo scenario – a methodological approach

Glauco Constantino Perez¹
Marisa Coutinho Afonso²
Lúcio Tadeu Mota³

Resumo

Pretende-se apresentar a proposta metodológica da pesquisa de doutoramento do primeiro autor e alguns resultados parciais dessa pesquisa que se iniciou em 2013. Este trabalho tem como objetivo estudar os grupos ceramistas que ocupavam a região entre as bacias dos Rios Tietê e Paranapanema no Estado de São Paulo. A bibliografia descreve este espaço como uma região de interação cultural, mas há poucos estudos sistemáticos. A revisão de uma extensa bibliografia e a organização de um banco de dados arqueológico auxiliaram na integração de informações. Com isso, é possível observar e compreender a distribuição dos sítios arqueológicos pela paisagem, períodos de ocupação e regiões com concentração de sítios.

Palavras-chave: São Paulo, Jê, Tupi, fronteira, arqueologia

Abstract

We present the methodological approach of the first author's doctoral research project and some partial results of this research that started in 2013. The aim of this

¹ Museu de Arqueologia e Etnologia/Universidade de São Paulo – MAE/USP e Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história/Universidade Estadual de Maringá/PR – LAEE/UEM

² Museu de Arqueologia e Etnologia/Universidade de São Paulo e Laboratório de Arqueologia da Paisagem e Geoarqueologia LAPGEO/MAE/USP

³ Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história/Universidade Estadual de Maringá/PR – LAEE/UEM

project is to study the ceramic groups who lived in the region between the Tietê and Paranapanema River Basins in the state of São Paulo. The literature describes this space as a cultural interaction region, but there are few systematic studies. The review of an extensive bibliography and the organizing of an archaeological database helped to integrate information. This makes it possible to observe and understand the distribution of archaeological sites in the landscape, periods of occupation and regions with concentration of sites.

Key words: São Paulo, Jê, Tupi, border, archaeology

Introdução

Esse texto teve como base a apresentação feita durante a IV Semana Internacional de Arqueologia na mesa redonda “Métodos Contemporâneos na Arqueologia” e memorial do exame de qualificação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP – MAE/USP.

O objetivo principal da pesquisa tem sido organizar os dados disponíveis a respeito dos sítios arqueológicos ceramistas localizados nas regiões entre os Rios Tietê e o Paranapanema, e a partir desse banco de dados gerado, construir mapas com o intuito de repensar e buscar compreender a distribuição desses grupos populacionais.

O levantamento de dados para o preenchimento do Banco de Dados (BD) já está concluído, porém possíveis itens que possam surgir até a defesa deste trabalho ainda devem ser incluídos no levantamento.

As fontes

As fontes selecionadas para a pesquisa foram as seguintes:

- Acervo da Biblioteca da empresa Scientia Consultoria Científica;
- Banco de dados do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) online;
- Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/SP);
- Arquivo de Fichas do CNSA impressas;

- Arquivo de Projetos e Relatórios de arqueologia preventiva;
- Acervo da Biblioteca do Museu de Arqueologia e Etnologia MAE/USP;
- Teses;
- Dissertações;
- Revista do Museu Paulista;
- Arquivos do Museu Paranaense;
- Arquivos do Museu Paranaense – série Antropologia;
- Arquivos do Museu Paranaense – série Arqueologia;
- Arquivos do Museu Paranaense – série Etnologia
- Anhembí;
- Revista do CEPA Santa Cruz do Sul/RS;
- Revista de Arqueologia/Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB;
- Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia;
- Arqueologia - Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas – UFPR;
- Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas - Manuais de Arqueologia - UFPR;
- Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas – UFPR;

Destacamos que dentro do Arquivo do IPHAN/SP existe uma distribuição em que os relatórios entregues pelas empresas são organizados em ordem alfabética por município e dentro dessa ordem, são colocados em ordem de número de processo. Isso quer dizer que as fichas cadastrais (Fichas CNSA impressas) acessadas para o nosso Banco de Dados (BD), até o momento, são respectivas a todos os trabalhos arqueológicos realizados entre as décadas de 1960 até 2009. Entre 2010 até 2014, as fichas cadastrais exigidas pelo IPHAN estão dentro dos relatórios finais enviados pelas empresas de arqueologia preventiva, e não mais separadas em um arquivo específico.

Já os relatórios entregues anteriormente a 2010 estão organizados apenas por ordem alfabética de municípios. Essa diferenciação na maneira de organizar os

arquivos dificulta o acesso à fonte, já que a pesquisa fica atrelada à disponibilidade de um arquivista responsável.

Dessa maneira, no período em que existe o aumento dos trabalhos de arqueologia preventiva (Wichers 2011: a e b) e um aumento das descobertas de novos sítios arqueológicos, acontece a diferenciação da organização do arquivo. Para esta pesquisa estipulamos 2013 como data limite para o levantamento, já que entre 2014 e 2015 muitos projetos estão em andamento e não teriam os relatórios finais das pesquisas.

As informações contidas nas fontes

Como um resultado já esperado na arqueologia brasileira, observamos que as diferentes formações teórico-metodológicas dos arqueólogos também se refletem nas informações levantadas durante a escavação dos sítios arqueológicos. Isso, associado à falta de uma legislação coerente a respeito do proceder arqueológico nos vislumbra com uma gama de informações bastante díspares para cada sítio arqueológico levantado.

Apesar disso, o órgão fiscalizador (IPHAN) fornece um padrão de informações mínimas para que se possa cadastrar um sítio arqueológico – Fichas do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), porém essas fichas não respeitam a diversificação metodológica do pesquisador e o resultado são fichas que não são preenchidas completamente contém com as informações necessárias para que se possa correlacionar os sítios arqueológicos de uma região, embora o arqueólogo não precise filiar um sítio a tradições se não tiver uma formação histórico-culturalista, sendo necessário apenas apresentar uma boa arqueografia do sítio e dos vestígios arqueológicos. Poucas são as fichas que contém todos os campos preenchidos.

Além disso, as informações relevantes para cada publicação sobre uma pesquisa arqueológica variam de acordo com a maneira como essa pesquisa é divulgada; como exemplo temos: as informações de um relatório de trabalho de contrato não são as mesmas informações elencadas para a disponibilização em um

artigo referente à mesma pesquisa de campo. Isso justifica a consulta a tantos tipos diferentes de fontes, mesmo que tratem do mesmo sítio ou do mesmo trabalho de arqueologia preventiva.

A partir do que foi exposto, independentemente do método aplicado nos estudos dos sítios, prezar por uma documentação primária de qualidade dos trabalhos realizados junto aos sítios arqueológicos é de fundamental importância para a manutenção das informações e facilitam pesquisas futuras, bem como uma divulgação adequada do trabalho feito.

Quantidade de fontes

O universo de trabalhos produzidos dentro da temática Tupiguarani e Itararé-Taquara é muito grande. São muitas de teses, dissertações e artigos produzidos ao longo das últimas seis décadas de arqueologia brasileira. Porém quando filtramos a pesquisa para a região do sul do Estado de São Paulo, especificamente entre os Rios Tietê e do Paranapanema, as referências são mais raras.

Além do acervo do Arquivo do IPHAN/SP e as fichas cadastrais de sítios arqueológicos (132 fichas disponíveis online e 12 caixas arquivos contendo as fichas de impressas para o estado todo que datam da década de 1960 e 2009), consultamos teses e dissertações (num total de 22 produzidas que continham esse recorte geográfico) e 56 relatórios, além do conjunto de outras sete grandes revistas que poderiam conter informações sobre os sítios arqueológicos da região com 33 artigos publicados, bem como outros 9 artigos de outras revistas, como a Radiocarbon, Revista USP e Fronteiras, que também foram consideradas e contam 42 artigos. Assim, temos um total de 128 referências bibliográficas.

Durante o estudo dos artigos das sete revistas elencadas, separamos os assuntos pertinentes à Arqueologia brasileira do que era pertinente à pesquisa. Dessa forma temos publicações desde 1895 até 2013, como podemos observar no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Publicações consultadas entre 1895 e 2013.

Revista	Ano de Início	Última Publicação	Pertinentes à Arqueo. Brasileira	Pertinentes à pesquisa/ considerados
Revista do Museu Paulista	1895	1984	133	19
Arquivos do Museu Paranaense - Museu Paranaense	1941	1993	105	17
Anhembi	1950	1962	18	1
Revista do CEPA - RS	1968	2004	77	0
Revista CEPA/UFPR	1968	2003	26	1
Revista de Arqueologia/SAB	1987	2013	169	2
Revista do MAE	1991	2013	145	10
Total de artigos			2762	33

A observação óbvia que podemos fazer a respeito da análise dessas revistas é que, apesar da grande quantidade de artigos publicados, pouquíssimos (menos de 1,2%) são aqueles que se referem diretamente à temática da pesquisa. O que chama bastante atenção é que nos últimos 50 anos de arqueologia, poucas revistas se mantêm como divulgadoras das produções dos arqueólogos. Muitas vezes os

pesquisadores acabam divulgando em revistas de temas interdisciplinares, como revistas das Geociências, Históricas, Ciências Sociais, Biológicas, entre outras; o que acaba dificultando o acesso às informações, isto é relacionado à interdisciplinaridade da disciplina arqueológica e não só a falta de revistas especializadas no assunto. E então, os arqueólogos publicam pouco? Esta é uma dúvida a se debater, visto que de acordo com este levantamento, temos poucas publicações junto às principais revistas destinadas ao assunto arqueológico destinadas à área de pesquisa.

A seguir mostraremos os primeiros resultados do levantamento junto à bibliografia associada aglutinado em um Banco de Dados (BD) que facilita o acesso às informações.

Banco de Dados - apresentação preliminar

O Banco de Dados (BD) foi criado no software Microsoft Office Access (2010), um sistema de gerenciamento de banco de dados da Microsoft que combina o Microsoft Jet Database Engine com uma interface gráfica. Nele a tabela do banco é constituída por linhas que representam os sítios arqueológicos e por colunas que indicam características dos sítios. O programa oferece ainda a possibilidade da construção de um formulário base para a observação dos dados.

O BD foi inspirado nas categorias elencadas do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), embora algumas características tiveram de ser modificadas e adequadas para as informações atuais dos sítios, como por exemplo inserimos espaços para maiores informações relacionadas às datações, mais espaço para o campo de Coordenadas geográficas (UTM e por grau, minuto e segundo) e também maior espaço para uma segunda referência bibliográfica associada a cada sítio.

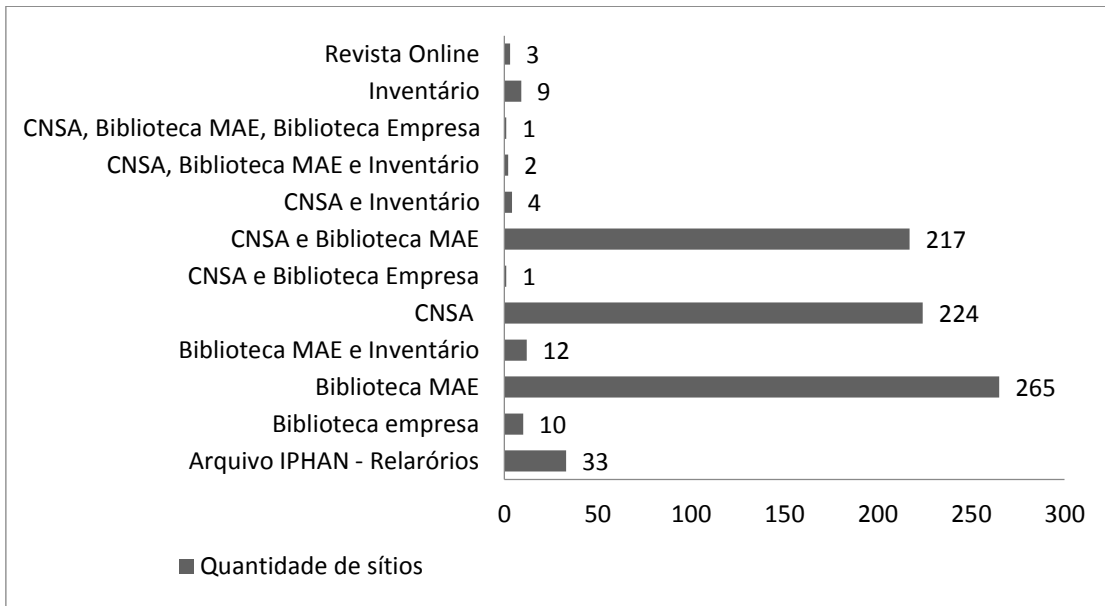
Além disso, a ordem das colunas de características está distribuída em três eixos: **Descrição geral** (município atual; município registrado; sigla do sítio – IPHAN; sigla do sítio – Autor; nome do sítio; tradição; datação existente; informações datação/amostra), **Distribuição espacial e física** (categorias (pré-colonial/contato); componentes (unicomponencial/multicomponencial); deposição

(superfície/profundidade); exposição (céu aberto/abrigo); dimensões (m²); unidade morfológica; compartimento topográfico (topo, terço superior, inferior, planície de inundação); DATUM; Zona; longitude (E); latitude (N); coordenada em grau, minuto segundo), e por fim, **Referências bibliográficas** (nº CNSA; localização dos dados; referência bibliográfica associada; informações extra/observações; segunda referência bibliográfica). Esse *layout* do banco de dados favorece o entendimento desses eixos como um todo, já que as informações são bastante complementares entre as colunas; no total são 25 categorias descritivas elencadas para cada sítio arqueológico.

Os municípios elencados para fazer parte da pesquisa se localizam ao sul da bacia do Rio Tietê e ao norte da bacia do Rio Paranapanema, pensando nisso, uma busca pela internet facilitou a visualização destes municípios. No total foram 291 municípios utilizados nas buscas, embora nem todos apresentassem sítios arqueológicos. Esse levantamento auxiliou na agilidade da busca dos sítios no CNSA, e também dentro do Arquivo de Relatórios finais entregues ao IPHAN.

A seguir temos um Gráfico 1 que aponta os principais locais de coleta de informação para essa pesquisa. É possível notar que a Biblioteca do MAE e o CNSA são os principais locais para a coleta de informações desta pesquisa, com 265 e 224 sítios respectivamente. Além disso, outros 217 sítios aparecem em ambos locais, isto é, tem publicações e fichas cadastrais associadas.

Gráfico 1 - Localização dos dados a partir de bibliotecas.



A apresentação dos eixos referentes à **Descrição geral** e à **Distribuição espacial e física** dos sítios será feita em conjunto, já que é interessante notar como os dados estão intrinsecamente ligados.

Em uma primeira abordagem do BD podemos observar a presença de sítios arqueológicos em 121 municípios do Sul do estado de São Paulo, isto é, 41,6% deles apresentam registros de ceramistas pela paisagem. O BD conta com um total 781 sítios cadastrados, sendo que são 479 sítios Tupiguarani, 193 sítios Itararé-Taquara, 100 sítios sem referência à uma tradição associada e 9 sítios que são classificados com as duas tradições Tupiguarani e Itararé-Taquara.

Ainda segundo o BD, temos um total de 71 sítios arqueológicos que apresentam datas, distribuídos por 33 municípios; sendo 5 sítios Itararé-Taquara, 63 sítios Tupiguarani, 1 sem referência associada à tradição e 2 sítios que apresentam material cerâmico Itararé-Taquara e Tupiguarani. No total, temos 135 datas para esses sítios, sendo elas de termoluminescência ou radiocarbônicas.

Dos 71 sítios que apresentam datações, apenas 44 podem ser georreferenciados, sendo: 37 sítios Tupiguarani, 5 Itararé-Taquara, 1 sem referência a uma tradição arqueológica e um outro Itararé-Taquara e Tupiguarani.

Dessa maneira, de um universo com 781 sítios, 71 sítios datados, ou melhor, 9,0% dos sítios apresentam datações conhecidas, 428 coordenadas UTM são apresentadas, isto é 54,8% dos sítios estudados tem referência geográfica; e apenas 44 sítios, ou 5,9% deles, têm as duas características, conforme o quadro 2 a seguir.

Quadro 2 - Banco de dados em números resumo.

Sítio	Quantidade de sítios	Apresentam datas	Quantidade de coordenadas geográficas	Sítios com datação e coordenadas geográficas
Tupiguarani	449	52	256	32
Itararé-Taquara	192	10	71	5
Tupiguarani/Itararé-Taquara	6	1	4	0
Sem Referência	97	2	43	1
Total	744	65	367	38
Porcentagem	100%	8,75%	49,39%	4,9%

Dessa maneira, a partir do levantamento bibliográfico e da organização dos dados dentro do BD foi possível observar dois fatores: a) os dados não são suficientes

para um amplo estudo da longa duração dos grupos, pois apenas 5,6% deles são indexados com datas e coordenadas geográficas e b) embora exista um salto na produção de relatórios de arqueologia preventiva após os anos de 2010, não houve um salto significativo na quantidade de sítios arqueológicos descobertos e descritos com informações que pudessem ser anexadas ao BD para fazer diferença nas estatísticas preliminares do levantamento. É válido lembrar que a pesquisa de levantamento no Arquivo do IPHAN entre os relatórios finais teve como limite o ano de 2013.

A observação dos dados em mapas

A existência do BD tem por intuito não apenas facilitar o gerenciamento dos dados referentes aos sítios arqueológicos do estado de São Paulo, mas também para facilitar a utilização desses dados. Os novos programas de manejo da informação digital exigem bancos de dados cada vez mais complexos e completos e dessa maneira a digitalização dos dados facilitaria a observação dos dados arqueológicos a partir de diversos softwares.

Apesar dos problemas apontados anteriormente relacionados à datação e às coordenadas geográficas, 54,8% dos sítios apresentam coordenadas e por isso sua disposição em mapas geográficos e a utilização de SIG (Sistemas de Informações Geográficas) parecem ser uma opção para entender a distribuição dos sítios pelo estado de São Paulo, assim como tem acontecido no estado do Paraná e Minas Gerais (Souza; Merencio 2013; Delforge 2010).

A intenção dessa pesquisa é utilizar softwares juntamente aos dados coletados para construir cartas geográficas que apontem melhor a distribuição dos sítios pela paisagem paulista e assim, identificar pontos de possíveis contatos, possíveis aproximações e divisões do território durante o longo período de ocupação desse espaço.

Primeira imagem

Na figura 1 podemos observar a nuvem de dispersão dos sítios arqueológicos pesquisados pela paisagem paulista. Nessa execução foi utilizado o programa ArcGis

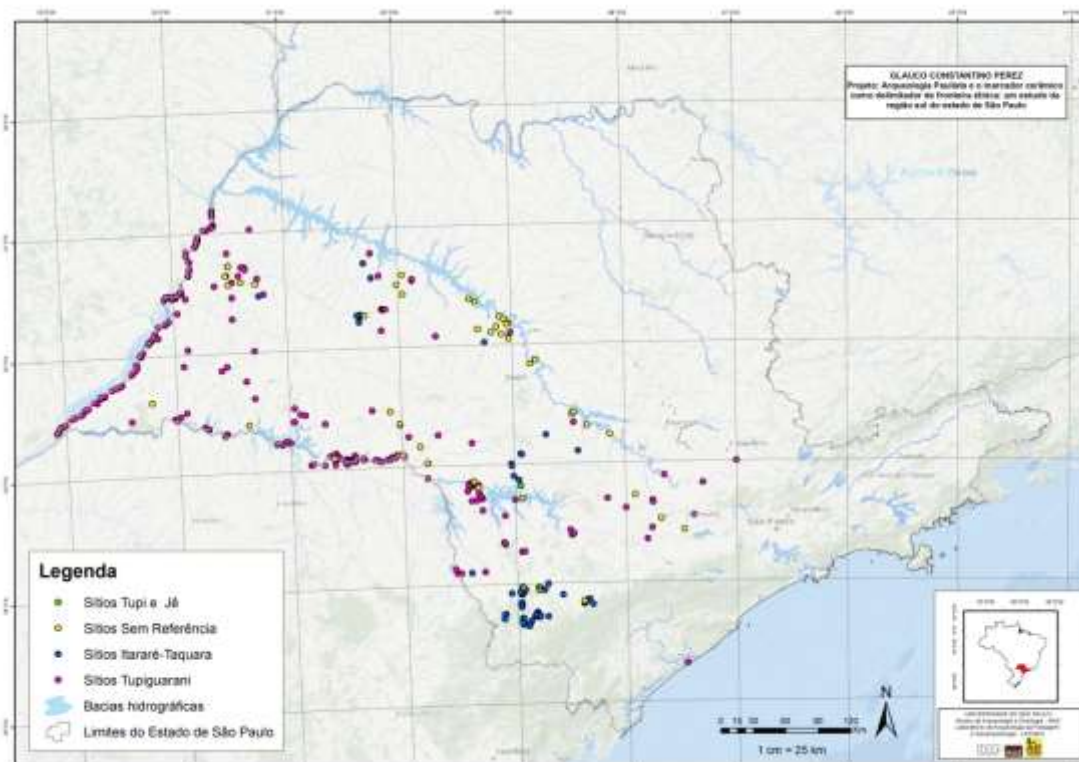


Figura 1 - Distribuição dos sítios arqueológicos pela paisagem de São Paulo.

em sua versão 10.2 para esta apresentação.

É importante notar que a imagem construída aponta para uma aglomeração de sítios arqueológicos Tupiguarani (pontos rosa) no centro-sul e oeste paulista até aproximadamente Tupã e Marília e existe uma grande quantidade de sítios sem referência a uma tradição arqueológica nas margens do alto rio Tietê – apontados pelos indicadores amarelos. Na região do médio baixo Tietê, na mesma margem do rio, temos as comunidades indígenas atuais de Icatu e Vanuíre em que grupos indígenas Kaingang e Guarani estão aldeados. Na proximidade dessas Terras Indígenas há 10 sítios Jê cadastrados (Coió 1, 2, 3, 6, 7, 8, Fogo 01 e Fogo 02 e Córrego Água Limpa 2), além de seis sítios Tupiguarani (Alto Alegre I, II, III, IV, Glicério 1 e Córrego Água Limpa 1) e quatro sítios sem filiação a tradições ceramistas (Caingangue 01, Baixada Preta,

Penápolis 1 e Quaresma). Já no centro-sul e sul do estado, existe uma vasta quantidade de sítios de grupos ceramistas Itararé-Taquara (pontos azuis).

Destacamos o sítio arqueológico Fazenda Panorama (indicador verde figura 1) por ser o único que apresenta marcador cerâmico Tupiguarani e Itararé-Taquara e está localizado no município de Avaré – SP, bastante próximo de outros sítios Itararé-Taquara e alguns Tupiguarani, sendo uma clara demonstração de contatos possíveis, reocupação ou reorganização do espaço pelos grupos ceramistas. Acreditamos que este sítio merece maior atenção e almejamos que pesquisas futuras possam apontar por datações mais precisas e maiores descrições a respeito da distribuição dos fragmentos cerâmicos nos perfis.

Considerações finais

Os grupos ceramistas no estado de São Paulo são motivos de discussões em muitas pesquisas no século XX (von IHERING, 1906-1909; MILLER, 1978; ARAUJO, 2007; AFONSO, 2005; KASHIMOTO, 2009; MOTA, 2010; WICHERS, 2011a.; CORREA, 2014) e apenas o enfoque regional é capaz de inferir hipóteses sobre sua ocupação. Acreditamos que com o maior avanço deste trabalho teremos maior respaldo para afirmar ou formular novas hipóteses da distribuição desses grupos na região. Este trabalho almeja ser mais um passo em direção ao entendimento deste espaço, que exige atenção especial dada a sua importância atualmente. Os sítios arqueológicos não devem ser barreira para o desenvolvimento, mas também não devem arcar com sua destruição aos avanços econômicos e industriais regionais. A educação e a valorização destes espaços, pelas pessoas próximas que ali estão, são os melhores caminhos para a salvaguarda deste rico patrimônio arqueológico paulista.

Dessa maneira, notamos a necessidade de pessoas capacitadas tanto na execução dos trabalhos arqueológicos (em empresas de arqueologia preventiva e nas instituições de pesquisa), quanto dentro do órgão fiscalizador oficial (IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional); com isso, é essencial a padronização das informações apresentadas e um gerenciamento eficaz para este tipo de patrimônio.

No Brasil, gerenciamento de sítios arqueológicos deveria ter maior importância, já que desde o segundo semestre de 2007, estão em execução os Plano de Aceleração do Crescimento implantados pelos Presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Esses planos promovem a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país e desde o início da sua segunda fase em 2011, têm envolvido mais estados e municípios, para a execução de obras estruturantes e que irremediavelmente afetam direta e indiretamente os trabalhos de arqueologia e os sítios arqueológicos. Dessa maneira, reforçando, temos uma situação no Brasil que exige a necessidade imediata de um bom e funcional plano para o gerenciamento dos vestígios arqueológicos encontrados.

Agradecimentos

À CAPES/CNPq pela bolsa de doutorado e ao CNPq pela bolsa produtividades para a Pesquisa; Scientia Consultoria Científica pela utilização de relatórios; Ao **IPHAN/SP** na pessoa de Rafael Oliveira; à Equipe de funcionários da Biblioteca MAE/USP.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, A. G. M. *A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil*. Revista de Arqueologia. 20: 2007, pp. 09-38.

AFONSO, M. C. *Um olhar para a arqueologia pré-histórica do Estado de São Paulo*. Tese de Livre Docência. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CORREA, A. A. *Pindorama de Mboîa e Îakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi*. Tese de doutorado. MAE/USP, 2014.

DELFORGE, A. *O gerenciamento do patrimônio arqueológico no estado de Minas Gerais utilizando-se sistema de informações espaciais (SIG)*. Mestrado, PUC-MG, Belo Horizonte, 2010.

KASHIMOTO, E. M. *Arqueologia do leste de Mato Grosso do Sul*. I Encontro de arqueologia de MS. Campo Grande, 2009.

MILLER, E. *Tecnologia Cerâmica dos Caingang Paulistas*. Arquivo do Museu Paranaense – Nova Série – Etnologia, Curitiba, 1978.

MOTA, L. T. V Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em História & XVI Semana de História da Universidade Estadual de Maringá em uma mesa redonda intitulada 'Populações tradicionais: indígenas, quilombolas e faxinalenses – Populações indígenas no Paraná' em outubro, 2010.

SOUZA, J. MERENCIO, F. A diversidade dos sítios arqueológicos Jê do Sul no Estado do Paraná. *Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*. V. X, nº20. Pelotas, RS: Editora da UFPEL, 2013.

VON IHERING, H. A questão dos índios no Brasil. *Revista do Museu Paulista*. V.8: 1906-1909, pp. 112-140.

WICHERS, C. A. de M. *Patrimônio arqueológico paulista: proposições e provocações museológicas*. Tese doutorado, MAE/USP, São Paulo, 2011.

WICHERS, C. A. de M. (org). b. *Mosaico Paulista*. Guia do Patrimônio Arqueológico. Zanettini Arqueologia, 2011.

Arqueologia Experimental: Algumas perspectivas teóricas

Experimental Archaeology: Some theoretical perspectives

Ingrend Guimarães Cornaquini¹

Resumo

O campo arqueologia experimental é embrionário na arqueologia brasileira. Os poucos trabalhos realizados sobre a temática são de ordem muito prática. Não demonstram clareza no arcabouço teórico do campo, e as poucas citações são bem sibilinas. O que enfatiza uma imagem de que os experimentos em arqueologia são ignorados, na sua maioria, primeiro pela falta de bases teóricas fortes, resultando em uma aplicabilidade genérica em testar hipóteses arqueológicas; e segundo pela falta de rigor e atenção aos processos científicos experimentais em todas as etapas de planejamento, execução, registro e análise. Partindo do princípio que a arqueologia experimental busca testar, avaliar e explicar método, técnica, suposições, hipóteses e teorias em qualquer e todos os níveis da pesquisa arqueológica (Ingersoll e Macdonald, 1977: *xii*), apresento o campo da arqueologia experimental, sua origem e como este vem sendo introduzido na arqueologia brasileira.

Palavras-chave: Arqueologia experimental/ Artefato/ Experimento

Abstract

The experimental archaeology field within Brazilian archaeology is embryonic. The few researches on the theme are practical, but don't demonstrate the theoretical conception of the field, and the rare citations are in some manner hard to comprehend. Which emphasizes the idea that the great majority of archaeological

¹ Bacharela em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

experiments have been ignored, firstly by the lack of strong theoretical bases, resulting on a generic applicability on testing archaeological hypothesis, and secondly by the absence of rigor and attention at all scientific experimental processes throughout the planning, execution, recording and analysis of a research. Based on the principle that the experimental archaeology seeks to test, value and explain method, technique, assumptions, hypothesis and theories at any and all levels of archaeological research (Ingersoll e Macdonald, 1977: *xii*), I present you the field of experimental archaeology, its origins and how it has been introduced to brazilian archaeology.

Keywords: Experimental Archaeology/ Artefact/ Experiment

Introdução

Este artigo é resultante de parte da minha monografia defendida em janeiro de 2015 para obtenção do grau de Bacharel em Arqueologia. Desde o início da graduação sempre me interessei pelo apelo prático à cultura material e estudos afins. O que sempre me encantou na arqueologia é a possibilidade de tentar entender como as coisas são feitas e o porquê elas são feitas de determinadas maneiras; que eu, uma acadêmica - membro ativo de uma sociedade europeizada e capitalista – tentava compreender, buscando fundamentá-las dentro dos meus preceitos adquiridos durante a minha existência. Eu me lembro, como se fosse hoje, das primeiras aulas de *Introdução à Arqueologia*, onde éramos impulsionados a rompermos com os nossos pré-conceitos arqueológicos midiáticos e mesquinhos. No início desta fase foi tudo muito nebuloso, confesso. Mas com o passar do tempo fui entendendo o porquê de tudo aquilo: eu tinha que estar livre de fundamentos paradigmáticos para poder, eu mesma, construir os meus fundamentos na ciência, criticamente. Buscar os meus significados de arqueologia. Encontrei-me na arqueologia experimental.

Como sempre estive envolvida em projetos acadêmicos que me ligavam, de uma maneira ou outra, às análises do material cerâmico arqueológico, via interpretação, registro e ilustração deste material, fui pegando ‘o gosto pela coisa’. E via dentro da arqueologia experimental uma possibilidade grande de atuação, segundo os meus interesses ‘cerâmicos’.

Lendo mais sobre o assunto, vi que o campo experimental é muito embrionário no país. Notei que os poucos trabalhos realizados sobre a temática eram de ordem muito prática. Não demonstravam clareza no arcabouço teórico do campo arqueologia experimental, e as poucas citações que encontrei eram bem sibilinas. O que, de certa forma, legitimava uma imagem distorcida do campo. Nesta correlação do objeto de estudo/prática é muito comum confundirem o termo experimental com o ato de experiência. São coisas diferentes. Apesar da etimologia das duas palavras serem a mesma, representam posturas diferentes.

Na experiência não conseguimos escapar do nosso próprio *habitus*, e do viés que o mesmo terá sobre a interpretação da própria experiência vivida (Reynolds 1994). Já o experimento tem como objetivo ser replicado. A experiência individual é única, já o experimento é especificamente sistemático. É criado para testar hipóteses, não para oferecer experiência à pessoa do pesquisador. A postura do experimento é bem positivista, mas partindo da premissa que o mesmo é utilizado para obtenção de dados acurados e específicos, tal postura tem fundamento. Deixo claro que esta postura não é referente à interpretação arqueológica dos dados experimentais. É referente à metodologia de obtenção de dados experimentais, somente.

Partindo deste contexto ambíguo, minha pesquisa começou a me levar por caminhos diferentes. Senti a necessidade de estruturar bem a teoria do campo arqueologia experimental, para depois refletir sobre a metodologia experimental. A arqueologia experimental busca testar, avaliar e explicar método, técnica, suposições, hipóteses e teorias em qualquer e todos os níveis da pesquisa arqueológica (Ingersoll e Macdonald 1977: *xii*). E a partir disto, meu objetivo passou a ser o de corroborar com a sedimentação da arqueologia experimental na arqueologia brasileira, e não somente fazer experimentos.

Neste artigo, serão abordadas algumas perspectivas teóricas da arqueologia experimental sobre as quais baseio o meu trabalho. Eu apresento aqui apenas uma síntese de uns poucos paradigmas que precisamos romper. No primeiro tópico, ao qual dou o nome *Antro do meu Tópico*, busco enfatizar a agência do homem sobre a técnica, a '*objetificação*'. No segundo tópico, apresento o campo da arqueologia

experimental, e suas origens no terceiro. E logo em seguida, finalizo com o quarto tópico no qual apresento como vem sendo introduzida a temática experimental na arqueologia brasileira.

O Antro do meu Tópico

O ser humano se destaca das demais espécies na Terra, não pelo humano e sim pelo ser. O ser é racional e se automeceu humano por conveniência. Gostamos de ser racionais, de entender e de criar coisas. Dominamos tudo o que entendemos, e chamamos de mundo. Estamos por todos os cantos e, criamos a todo tempo. ‘Objetificamos’ os ambientes e contextos dos quais fazemos parte. ‘Objetificar’ aqui é entendido como uma ação, uma produção física de coisas que têm um papel ativo na construção da identidade e interação social (Tilley 2006: 60). É como dar corpo a uma ideia através da utilização física de matéria; criar uma coisa. E essas coisas são constantemente ‘objetificadas’, não só quando são produzidas, mas durante todo seu ciclo de utilização, trocas, apropriação e consumo (Tilley, 2006, p. 61). Segundo Tilley, as *“classes das coisas no mundo refletem grupos sociais pré-existentes a estas”* (op. cit: 60).

A materialidade do mundo é percebida sensorialmente através das experiências mnemônicas² prévias, não só daquela materialidade específica, mas também de todas as outras materialidades e todos os encontros experimentais. Até mesmo quando as pessoas no passado encontravam determinada característica, coisa, evento, ou ser pela ‘primeira’ vez, a sua percepção contemporânea daquele encontro, e suas futuras coleções teriam sido moldadas por encontros prévios e experiências de natureza similar (Hamilakis 2013: 118.)

O objeto da ciência arqueológica é a técnica, pois o artefato é produto desta (Bruneau e Balut 1997: 43). A cultura material é o conjunto de objetos que se tornam artefatos da interação humana, como resíduos de relações sociais (Pellegram 1998: 103). Tais artefatos formam a única classe de eventos históricos que ocorreram no passado e que sobrevivem no presente (Prown 1996 apud Jones 2007: 3). E como materiais físicos, os artefatos promovem uma conexão autêntica com o passado, e como tal, podem ser utilizados novamente. “É através dessa nova reutilização que o

² “A arte de cultivar a memória” (Abbagnano 2007: 675).

mundo do passado, o outro, faz interface com o presente” (Jones 2007: 3). Aqui, vou usar a arqueologia experimental como exemplo.

O Campo Arqueologia Experimental

A palavra experimento, embora seja, às vezes, usada para indicar a experiência em geral, indica “(...) uma observação provocada com o fim de dar origem a uma ideia”³. Partindo do pressuposto de que o modo científico de entender a realidade está condicionado pela sociedade que produz a ciência (Morgado; Preysler 2011), entendemos que uma ciência experimental ou de experimento raciocinará sobre os fatos obtidos nas condições que o experimentador criou e determinou (Abbagnano 2007: 138), obtendo dados através da observação, da experiência do pesquisador e dos instrumentos de observação (Morgado; Preysler *op. cit.*). Dentro de uma visão científica positivista, a experimentação parte de um processo hipotético-dedutivo. Uma hipótese é formulada e é testada buscando a sua invalidação. Se falsa, esta hipótese deve ser descartada e substituída por uma nova, a qual também será testada. Se uma hipótese resiste à invalidação e é suportada pela experimentação, a mesma pode ser resguardada como válida. ‘Válido’, neste sentido, não significa ‘verdade’, mas meramente que os princípios da hipótese podem continuar sendo usados até que sejam invalidados e substituídos por outros princípios mais condizentes com a hipótese sendo testada (Outram 2008).

Tomando o experimento como um entre os muitos instrumentos cognoscitivos⁴ na arqueologia, temos o campo⁵ “arqueologia experimental” como limite de validade ou de aplicabilidade deste mesmo instrumento. Neste sentido a arqueologia experimental é um campo arqueológico dedicado ao reprocessamento de informação empírica não expressamente manifestada pelo sujeito pretérito, visando a obtenção de uma restauração funcional em conformidade com os vestígios arqueológicos

³ Bernard, C. Introduction à l'étude de la médecine expérimentale. Paris, Librairies de l'Académie Impériale de Médecine, 1865.

⁴ O termo Cognoscitivo é referente a algo conhecido, compreensível, inteligível.

⁵ Segundo o Dicionário de Filosofia Abagganano, o campo de uma ciência é descrito como: “*Conjunto de [...] limites de validade ou de aplicabilidade de um instrumento cognoscitivo. Dizia Kant: "Os conceitos têm um campo próprio na medida em que se referem a objetos, prescindindo da possibilidade do conhecimento dos próprios objetos. E o campo é determinado unicamente pela relação que o objeto tem com a nossa faculdade de conhecer em geral"* (Abagganano 2007: 125).

(fontes). No entanto, torna-se um restauro apenas quando seus valores, reproduzível e mensurável, são probatórios, de acordo com os cânones probantes da ciência. (Arsumicandi, s/d).

Este mesmo campo é descrito por Callahan como sendo “(...) um ramo da arqueologia que busca interpretar a cultura material, tecnologia, ou modos de vida do passado por meio de experimentações científicas e estruturadas” (1999, p. 04)⁶. Millson (2011: 03) também define a experimentação arqueológica como “um processo pelo qual a experimentação controlada é usada para responder questões específicas”, sendo este campo referente somente a dois âmbitos de pesquisa. O primeiro é o enquadramento dos experimentos dentro da perspectiva arqueológica para testar hipóteses criadas em relação a um sítio arqueológico ou um tipo de artefato e/ou estrutura. O segundo âmbito é testar métodos⁷, os quais são usados para angariar dados sobre o passado e também assegurar que os mesmos dados coletados sejam uma representação⁸ correta⁹ do passado (Millson *op. cit.*). Deixo enfatizado aqui que a arqueologia experimental tem objetivos específicos, sobre questões específicas que podem resultar em dados que podem ser empiricamente entendidos; sendo que tais representações são concernentes às nossas interpretações, o que pensamos ser pertinente observar no/do artefato. Ou seja, o nosso entendimento de mundo é intrínseco¹⁰ à nossa interpretação e, portanto, à ciência.

⁶ As traduções das citações das obras em línguas estrangeiras são minhas.

⁷ A autora se refere a métodos idôneos. Esta idoneidade está classificada independentemente da técnica ser antiga ou recente, contanto que o método testado acrescente informações, dados sobre o experimento, já é válido para ser usado.

⁸ Representação aqui é entendida no âmbito de ideia. “*Designa-se por esse termo aquilo por meio do qual se conhece algo; neste sentido, o conhecimento é representativo, e representar significa ser aquilo com que se conhece alguma coisa*” (Abbagnano, *op. cit.*, p. 853).

⁹ Pode ser entendido também como representação apropriada do passado, sendo que apropriação aqui é entendida como “*Ato, processo ou efeito de compreender, conhecer, reter conhecimento*” (FERREIRA. A. B. H.: (2010) – “Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa” – 5. Ed. pp.: 181. Curitiba: Editora Positivo).

¹⁰ Segundo o que dizem Hume, Kant e Hegel sobre as epistemologias pós-modernas: “(...) o sujeito do conhecimento já está materializado no objeto do conhecimento: a mente humana jamais está fora do mundo, julgando-o de um ponto de observação externo. Todo objeto de conhecimento já é parte de um contexto previamente interpretado; além desse contexto só existem outros contextos previamente interpretados. Todo o conhecimento humano é mediado por signos e símbolos de proveniência incerta, constituídos por predisposições histórica e culturalmente variáveis e influenciados por interesses humanos muitas vezes inconscientes” (TARNAS, Richard (2001) – *A epopeia do pensamento ocidental: para compreender as ideias que moldaram nossa visão de mundo* – 4^a. ed., pp. 424 – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.)

O cientista, de forma geral, lida com as coisas existentes e eventos que podem ser observados, repetidos e mensurados. Na filosofia da ciência empirista lógica, podemos considerar que o conhecimento não existe sem a experiência, portanto, a observação e sua repetição são fundamentais para a elaboração de hipóteses, complementos teóricos, extensões teóricas, novas teorias, por exemplo. Na arqueologia, os eventos são passados, não voltam, não podem ser observados e nem medidos. Foi a vertente arqueológica processualista que almejou tornar a arqueologia uma ciência positiva buscando a nomotética na mesma e, quiçá, obteria desta maneira a tão desejada ciência natural das sociedades. O experimento, por exemplo, é baseado em conjecturas; a ideia de um arqueólogo que acredita que um objeto específico foi feito de certo modo ou realizava certa função, por exemplo. Portanto, um dos fundamentos iniciais para alguns arqueólogos da arqueologia experimental era justamente fornecer a possibilidade de observar e repetir as observações. O que o cientista faz é provar ou desaprovar sua teoria, mas está na natureza da situação que o mesmo não possa estar convicto do resultado (Coles e Scot 1968: 06). Portanto, “(...) o que é possível conhecer são unicamente os fenômenos e as suas relações, não a sua essência, as suas causas íntimas, quer eficientes, quer finais.” (Ribeiro Junior 1982: 40). Segundo Coles e Scot (1968), quando este estruturou as bases iniciais da arqueologia experimental:

O grande problema [para a época] na arqueologia experimental é o elemento subjetivo, o fato de que o experimentador vem de um corpo cultural diferente com uma abordagem diferente para a existência; este não pode esperar reproduzir a mentalidade, e a carga espiritual, obtida em tempos passados. Tudo no experimento deve ser objetivado em neutralizar ou eliminar a influência pessoal do experimentador sobre o experimento, através da incorporação do máximo de fatores naturais, o quanto for possível (Coles e Scot 1968: 03).

Passados quase cinquenta anos do início da legitimação da arqueologia experimental, vivemos hoje, na arqueologia, contextos diferentes do que o exposto por Coles e Scot acima. A subjetividade não é mais um campo intangível no aspecto científico. E dentro da arqueologia está se tornando uma constante. “Assim como um aperto de mão é tocar e também ser tocado, e o alimento que se torna a ser, é quase impossível sustentar a distinção do sujeito - objeto” (Hamilakis 2013: 116). Dentro da arqueologia experimental a subjetividade pode contribuir na reflexão sobre a cultura

material de maneira ontológica, corroborando com novas hipóteses à serem testadas e com a interpretação experimental.

No experimento arqueológico, uma metodologia científica deve ser adotada onde as variáveis são controladas, garantindo replicabilidade (Millson 2011: 03). Ou seja, a experimentação deve ser clara tanto em objetivos como em resultados e, fundamentalmente, na apresentação dos dados, para que essa possa ser comparada e replicada por outros pesquisadores. Sendo assim, a experimentação arqueológica se difere da mera observação passiva do registro arqueológico, intervindo de maneira ativa na observação, fazendo possível a repetição, isolamento do experimento, variando seus elementos de análise (Morgado; Presley 2011: 22). Nossa dificuldade primária quanto arqueólogos, é determinar qual vai ser o processo empregado. No âmbito teórico é indispensável que usemos métodos presumíveis do passado, mas na prática, a maioria das experimentações evita esse problema simplificando a realização do experimento, fazendo o uso de equipamento moderno (Coles; Scot 1968: 02). Se o intuito for fazer uma cópia em um curto espaço de tempo, tal metodologia é compensadora, mas a quantidade de informação que podemos obter sobre o produto final é severamente reduzida.

A condução de um experimento sobre um material arqueológico pode ser comparado com uma escavação, onde o arqueólogo levanta uma problemática e se direciona a informações especializadas de outros para conseguir determinar um plano de ações e desenvolver conclusões sobre o produto final. Não é necessário, ou possível, para um arqueólogo possuir todos os detalhes dos processos científicos e teorias envolvidas, mas é necessário que saiba apreciar o âmbito e possibilidades, e, mais importante, as limitações de tais aparelhos científicos assim como pode ser capaz de corroborar com a problemática. Acredito que isto se aplique tanto na escavação arqueológica quanto na experimentação (Coles; Scot 1968: 01-02).

A arqueologia experimental aborda o registro arqueológico de maneira científica, mas na realidade, é intrinsecamente atada às interpretações humanísticas que criamos (Millson 2011: 1). Outros autores como Morgado e Preysler (2011) já defendem um papel heurístico da arqueologia experimental: “A experimentação não é uma mera metodologia de constatação da formulação da hipótese, também tem um

papel heurístico, é uma forma de descobrimento” (Hempel¹¹ apud Morgado; Preysler 2011: 22).

A Gênese da Arqueologia Experimental

A arqueologia experimental vem sendo usada desde o começo da formulação da própria arqueologia como ciência, no sentido mais clássico do termo ciência¹² (Morgado; Preysler 2011: 22). Tais atuações geralmente abrangiam experimentações com artefatos que foram recuperados de escavações, ou tirados de escavações, ou adquiridos de escavações, por exemplo. Estes artefatos eram identificados e dispostos em sequência cronológica para daí, então, criar suposições sobre a manufatura e uso dos mesmos (Renfrew; Bahn 2005: 110). Deste modo

(...) eram feitas adequações de certa experiência sobre as técnicas e modos de vida deste(s) passado(s) desde a replicação, sem nenhum tipo de controle além de analogias dos elementos arqueológicos” (Morgado; Preysler 2011: 22).

Alguma experimentação foi praticada no início do século XIX, embora isso pareça primariamente ligado a estudos da pré-história (Flores 2011: 36). Entretanto, é somente depois de meados de 1850 com a afirmação da própria arqueologia, é que a arqueologia experimental começa a se desenvolver (Millson 2011: 01). Alguns desses trabalhos, propriamente ditos, envolviam a construção de réplicas planejadas experimentalmente, como, por exemplo, o experimento de Pitt-Rivers, em 1876, onde este planejou a construção de valas usando picaretas de chifre de veado, baseado nos estudos feitos sobre o sítio Hillfort, na Inglaterra (Millson 2011: 01).

¹¹ Hempel, C.G.: (1973): “Filosofia de la ciencia natural”. Madrid: Alianza Editorial.

¹² “Uma disciplina científica é determinada por uma organização mental. É o que chamamos, em filosofia da ciência, de uma matriz disciplinar ou um paradigma, ou seja, uma estrutura mental, consciente ou não, que serve para classificar o mundo e poder abordá-lo [...] Mesmo certos conceitos que parecem absolutamente evidentes, como o de “matéria”, são culturalmente construídos, e servem de base a disciplinas como a física [...] Do mesmo modo, há objetos de estudo que aparecem em um dado momento histórico. Por exemplo, para que se possa falar da psicologia, é necessário que se tenha certa concepção do ser humano como indivíduo [...] Em cada um desses casos, uma disciplina científica nasce como uma nova maneira de considerar o mundo e essa nova maneira se estrutura em ressonância com as condições culturais, econômicas e sociais de uma época” (Fourez, G. (1995) – “A Construção das Ciências: Introdução à Filosofia e a Ética das Ciências” pp. 103-105. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de São Paulo).

A partir da segunda metade do século XX, as observações experimentais se desenvolveram e se encaminharam segundo duas vertentes. A primeira via foi o papel heurístico¹³ da experimentação arqueológica, que apesar da falta de controle sobre as variáveis e interpretações indutivistas e universais de certas experimentações, fora o primeiro modo de estímulo para o estudo do passado (Morgado; Preysler 2011: 22). A segunda via foi a experimentação como método de aproximação sistemática na observação, com controle das variáveis e a explicação dos dados adequados para a formulação de hipóteses a serem testadas (Ingersoll et al. 1977 apud Morgado; Preysler 2011: 22).

Alguns dos experimentos mais sistemáticos na agricultura pré-histórica foram realizados na Dinamarca durante a primeira metade do século XX, tanto que este país continua sendo o centro mais renomado em experimentação arqueológica até os dias atuais. Enquanto alguns arqueólogos ingleses faziam alguns trabalhos durante os anos de 1920 e 1930, o uso do experimento como metodologia arqueológica não se destacaria de novo até os anos de 1940 e 1950, quando os arqueólogos escandinavos reergueram a pesquisa (Coles 1979: 29 apud Flores 2011: 37). Mas o conceito de arqueologia experimental se tornou formalmente reconhecido na segunda metade deste mesmo século com a iniciação de grandes projetos na década de 1960, como o projeto *Overton Down Experimental Earthwork*, na Inglaterra (Renfrew; Bahn 2005: 111). Este mesmo projeto tem seu planejamento baseado em 128 anos de duração. Dentro deste, vários estudos experimentais estão em andamento desde a década de 1960. No *Overton Down* são realizados muitos estudos sobre: agricultura; processos tafonômicos nos sítios; experimentos gerais sobre técnicas de manufatura de ferramentas e utilitários em geral; também é feito todo o acompanhamento da pedogênese e formação do sítio; assim como é analisada a ação dos processos de intemperismo no sítio e em seus artefatos, durante o passar do tempo (para maiores

¹³ Segundo o dicionário Abbagnano de filosofia, heurística é uma "(...) palavra moderna originada do verbo grego *εὐρίσκειν* = *acho*. Pesquisa ou arte de pesquisa" (2007: 499). Heurístico aqui é entendido no sentido de descobrimento, talvez também se adequasse como a arte de descobrir.

elucidações, veja: Jewell, P. A. 1963; Bell, M., Fowler, P. J. e Hillson, S. 1996¹⁴). Outro grande avanço feito pelos experimentalistas escandinavos, foi a fundação do Centro Experimental de Arqueologia Histórica de Lejre, nos anos 1960¹⁵. Assim como Peter Reynolds criou, também, o Centro Experimental em Butser Hill, na Inglaterra¹⁶ na mesma época.

As grandes obras resolutas dessa formulação da arqueologia experimental, que até hoje servem de base para todos os estudos em arqueologia experimental, são dois livros de John Coles, *Archaeology by Experiment* (1973) e *Experimental Archaeology* (1979). Estas são as principais referências, devido à sua contextualização teórica bem estabelecida, e também por serem as obras pioneiras no campo da arqueologia experimental. A muito já havia se escrito sobre experimentos na arqueologia, mas quem definiu e teorizou a arqueologia experimental foi John Coles. Tive acesso à um artigo do mesmo autor, "*Experimental Archaeology*" (Coles; Scot 1968). Este artigo é mais antigo do que as obras citadas acima, porém, apesar de ser bem sucinto, já nos dá uma boa ideia de como os autores lidava com o termo.

Mesmo sendo dificultoso o acesso às obras, todos os autores mais recentes, inclusive os que eu cito no meu trabalho, utilizam-se dessas referências em seus próprios trabalhos (Renfrew; Bahn 2005; Flores 2011; Millson 2011; Morgado; Preysler 2011; Callahan 1999c). Portanto, eu interpreto a obra de John Coles através do que estes autores interpretam da mesma.

Além das muitas leituras e análise de fontes, temos que levar em consideração o período em que tais obras foram escritas. A década de 1970 foi muito importante para a arqueologia, pois foi durante esta que os trabalhos originários da dita Nova Arqueologia estavam começando a serem publicados, mostrando as novas questões e paradigmas positivistas que esta nova vertente arqueológica estava levantando. É neste contexto que a arqueologia experimental é sedimentada, e foi com o

¹⁴ Jewell, P. A. (1963) - "*The Experimental Earthwork on Overton Down*". London: British Association for the Advancement of Science. E também: Bell, M.; Fowler, P.J. e Hillson, S. (1996) – "*The Experimental Earthwork 1962-90*". York: Council for British Archaeology.

¹⁵ (<http://www.sagnlandet.dk/>)

¹⁶ (<http://www.butser.org.uk/>)

Processualismo que ela ganhou destaque, com o estabelecimento de vários centros de experimentação arqueológica e grandes projetos, como já citado acima.

A filosofia aceita na época demandava que experimentos deveriam ser concebidos dos dados arqueológicos, para daí serem direcionados por uma disciplina científica especificamente envolvida. Para um experimento ser sobre agricultura, deveria satisfazer também um engenheiro agrônomo; se fosse de uma construção, este deveria também satisfazer um engenheiro estrutural; se fosse um programa de conservação de alimento, este também deveria satisfazer um microbiólogo. Somado à isto, o elemento humano deveria ser mantido afastado o máximo possível de qualquer equação. A premissa de que a nossa única escapatória está no futuro foi totalmente abraçada. É impossível para o homem moderno, com toda a impedimenta da tecnologia, voltar no tempo. O objetivo era explorar as questões marcantes levantadas pelos arqueólogos, das suas escavações; era tentar prover respostas reais que poderiam ser fundamentadas inúmeras vezes e sempre continuarão sendo (Reynolds 1994: 01).

Partindo deste desabafo feito por Reynolds (1994), vemos que muito da arqueologia experimental daquele período era baseada no *falsificacionismo* de Karl Popper¹⁷. A metodologia tinha que ser científica de modo que satisfizesse os critérios científicos básicos. Tais metodologias eram baseadas diretamente sobre experimentos físicos. Os experimentos eram baseados em um conjunto de dados engendrados em uma hipótese que é sujeita a testes replicativos empíricos, com o objetivo de destruir a hipótese. Se o teste falhar em destruir a hipótese, daí a mesma pode ser aceita como válida. Tal método é negativo em sua abordagem (Reynolds 1994: 02). E, portanto, não existe espaço para induções, ou a hipótese é falsificada ou passa no teste. Não importando a constante criação de dados novos para serem falsificados, pois sempre uma nova hipótese terá que ser criada para manter o *falsificacionismo* funcionando.

Durante as três últimas décadas, o campo da arqueologia experimental se desenvolveu intensamente, tanto teoricamente quanto na extensa gama de temáticas envolvendo experimentos arqueológicos. Também sofreu as mesmas transições que a arqueologia. Os estudos são os mais diversos possíveis, envolvem desde experimentos

¹⁷ "K. Popper afirmou, em *Lógica da descoberta científica* (1935), que o instrumental da ciência não está voltado para a verificação, mas para a falsificação das proposições científicas. "Nosso método de pesquisa", dizia ele, "não visa defender as nossas antecipações para provar que temos razão, mas, ao contrário, visa destruí-las. Usando todas as armas do nosso arsenal lógico, matemático e técnico, tentamos provar que nossas antecipações são falsas, para apresentar, no lugar delas, novas antecipações não justificadas e injustificáveis, novos 'preconceitos apressados e prematuros' como escarnez Bacon" (*The Logic of Scientific Discovery*, 2a ed., 1958, § 85, p. 279)." (Abbagnano 2007: 139).

com cadeia operatória, objetos bióticos, estruturas arquitetônicas, metalurgia, até mesmo experimentos de penteados romanos do séc. I. Este campo está sendo ensinado em nível superior, e também é foco de cursos de mestrado desde o ano 2000, na Europa (Flores 2011: 39).

Arqueologia Experimental Brasileira

A arqueologia experimental brasileira, diferentemente do estabelecimento do campo arqueológico experimental na Europa e América do Norte, ainda continua um campo embrionário. Isso se justifica pautado no pressuposto de que a disciplina arqueológica é também muito recente no Brasil, e seu crescimento se posterga devido à vários fatores externos, como a falta de apoio à pesquisa científica, por exemplo. Em âmbito geral, os estudos arqueológicos caminham a passos bem lentos. Segundo Prous (1992: 57), a arqueologia experimental no Brasil ainda é muito incipiente devido à falta de arqueólogos no país, mais do que propriamente a ausência de interesse por parte da comunidade arqueológica. Mas nos últimos dez anos esse quadro vem mudando. Cursos de bacharelado foram abertos em universidades e o contingente de profissionais em Arqueologia no país vem aumentando. Conseqüentemente, a grande maioria dos poucos trabalhos que tive acesso é produto desse processo.

Prous (1992) relata alguns estudos arqueológicos experimentais já realizados no país, e como todas essas pesquisas estão diretamente correlacionadas com o estudo da arqueologia pré-colonial brasileira. Tom Miller Jr (1975) trabalha com experimentos sobre líticos em sílex, no interior de São Paulo e também com experimentações de quartzo e quartzito. O próprio Prous (2000) faz experimentos com as técnicas de fabricação do lítico polido. Temos também experimentos com objetos de conchas a exemplo de Caio Garcia, André Prous e Guy Collet), ou até mesmo experimentações com gravações rupestres empreendidas por Desidério Aytai (Prous, 1992: 56). Sobre a temática cerâmica temos alguns trabalhos, destaque os de Sallum (2011) e Nunes (2009).

Por outro lado, alguns dos poucos trabalhos que estou tendo acesso, fortaleceram ainda mais a ideia de que o experimento é muito inebriante para qualquer pesquisador querendo ter experiências heurísticas, por exemplo. Mas seguir experimentos com protocolos regimentados para testar hipóteses que possam ser replicados e levantar bancos de dados coerentes para realização de análises plausíveis do material arqueológico está, à priori, ainda pairando em um campo utópico. Em um futuro próximo, pretendo publicar o resultado dessas revisões bibliográficas para respaldar melhor este meu parágrafo.

Considerações finais

O tempo da pesquisa arqueológica é o tempo 'inabitado', aquele tempo que não é registrado com precisão astronômica, mas com compleição cultural. Em outras palavras, o arqueólogo vê e toca o conteúdo da história, isso significa que ele percebe de maneira sensorial a verdade metafísica do tempo histórico (Seremetakis 1972 *apud* Hamilakis 2013).

A cultura material é multi-temporal. A 'vida útil' do artefato continua, com a sua 'cadeia operatória' ainda operante, através da arqueologia. O 'descarte' da cultura material não existe, pois somos nós, arqueólogos, que a criamos como objeto arqueológico, assim que a encontramos. E essa cultura material se perpetua através do registro arqueológico (Hamilakis 2013: 123-124).

Apesar de ser recente e embrionário na arqueologia brasileira, o campo arqueologia experimental tem muito a colaborar neste quesito de perpetuação do registro arqueológico, não somente no que tange o intuito heurístico originário do querer e saber científico, mas também pelo forte apelo didático e a convicta geração de conhecimento. Portanto, pode também ter um grande papel social dentro da disciplina arqueológica.

Agradecimentos

Agradeço ao programa de bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal de Rio Grande - RS pelo suporte didático e ao meu professor orientador Dr. Martial Pouguet pela crítica e perspicaz docência.

Referências Bibliográficas

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes (5ª Ed.), 2007.
- ARSDIMICANDI, Scientia Dimicandi Ricerca e Sperimentazione: Definizione de Archeologia Sperimentale *Arsdimicandi Magazine*. Disponível em: <http://www.arsdimicandi.net/ad_1_0000a7.htm>. Acesso em: 06 de maio de 2014.
- BRUNEAU, P.; BALUT, P. *Artistique et archéologie: memoire d'archeologie generale*. Paris: Presses de l'Université de ParisSorbone, v. 1-2, 1997, pp. 37-44.
- CALLAHAN, E. *What is experimental archaeology?*; In: *Primitive Technology: A book of Earth Skills*. Salt Lake City: Gibbs Smith Publishers, 1999c.
- COLES, J. M.; SCOT, F.S.A. Experimental Archaeology; In: *Royal Museum of Scotland: Proceedings of the Society of Antiquaries of Scotland*, Vol.99 (1966-67). Edinburgh: Royal Museum of Scotland, 1968, pp. 01-20.
- FLORES, J.R. Creating a History of Experimental Archaeology; In: MILLSON *et al.* Experimentation and Interpretation: The use of experimental archaeology in the Study of the Past, Hampshire: Hobbs the Printers, 2011, pp.29-45.
- HAMILAKIS, Y. *Archaeology of the senses: Human experience, Memory and affect*. New York: Cambridge University Press, 2013.
- INGERSOLL, D.; MACDONAL, W. – *Introduction*. In. *Experimental Archaeology*, pp. xi – xviii. New York: Columbia University Press, 1977.
- JONES, A. *Memory and Material Culture*. New York: Cambridge University Press, 2007.
- MILLER JR, Tom Oliver. Tecnologia lítica arqueológica; Arqueologia experimental no Brasil. *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*, Florianópolis 7(8: 1975, pp. 7-93), il. bibl. pp. 84-91.
- MILLSON, D.C.E.: *Introduction*; In: MILLSON et al. Experimentation and Interpretation: The use of experimental archaeology in the Study of the Past, Hampshire: Hobbs the Printers, 2011, pp.01-06.
- MORGADO, A.; PREYSLER, J.B. *Experimentación, Arqueología experimental y experiencia del pasado en la Arqueología actual*; In: MORGADO et al.: *La investigación experimental aplicada a la Arqueología*. Ronda: Imprenta Galindo, 2011, pp. 21-28.
- NUNES, K. P. *Estudos Arqueométricos do sítio arqueológico Hatahara*. Dissertação (Mestrado em Ciências na Área de Tecnologia Nuclear - Aplicações), Instituto de pesquisas Energéticas e Nucleares, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
- OUTRAM, Alan K. Introduction to experimental archaeology, *World Archaeology*, 40: 2008, pp. 1-6.

PELLEGRAM, A. *The message in paper*. In. *Material Cultures. Why some things matter*, London: UCL Press Limited, 1998, pp. 103-119.

PROUS, A. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

RENFREW, C.; BAHN, P. *Archaeology: The Key Concepts*. Oxon: Routledge, 2005, pp. 110-115.

REYNOLDS, D.T. *Experimental Archaeology: A perspective for the future* Palestra Reuvens 5. Hampshire: Fundação Holandesa de Arqueologia, 1994, pp. 01-16.

RIBEIRO JUNIOR, J. *O que é o positivismo*. Coleção Primeiros Passos, V. 72 -5.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

SALLUM, M. *Estudo do gesto em material cerâmico do Sítio Gramado – Município de Brotas/ São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

TILLEY, C. *Objetification*. In. *Handbook of Material Culture*: Londres, Sage publications. 2006, pp. 60-73.

O oîkos na apoikia: o domicílio grego e sua especialização no Mediterrâneo Ocidental

The *oîkos* into the *apoikia*: the Greek household and its specialization in the Western Mediterranean

Isabel Cristina Catanio¹

Resumo

O presente artigo pretende abordar a questão da importância do estudo da casa para compreensão do processo de ocupação territorial e formação de uma pólis no contexto do apoikismo focu no Mediterrâneo Ocidental – e de forma mais específica, em Empórias, cidade grega fundada em cerca de 580 a.C, localizada na atual região da Catalunha, na Espanha.

Palavras-chave: Hábitat; *emporion*; *apoikia*, pólis; Mediterrâneo Ocidental; domicílio; especialização do espaço.

Abstract

This text intends to focus in how important the study of the household is to understand the territorial occupation process and the *polis* formation in the Phocaeen apoikism context in Western Mediterranean – more specifically, in Emporion, Greek city founded around 580 a.C. in actual Catalonia, Spain.

Keywords: Hábitat; *emporion*; *apoikia*; *polis*; Western Mediterranean; household; spatial specialization.

¹ Mestre em Arqueologia – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP).

Essa apresentação será dividida em duas etapas: na primeira metade, buscarei falar sobre a casa, mais especificamente a casa grega e a importância de seu estudo para a compreensão do modo de vida dos gregos antigos – no caso de nossa pesquisa, dos focos – tendo como materialidade a casa, sua estrutura arquitetônica, e como ela se insere no contexto urbano da pólis.

Na segunda metade do tempo disponível, gostaria de abordar, como exemplo (ou estudo de caso), uma das *apoikiai* gregas que estudo em minha pesquisa sobre o espaço doméstico: tal lugar seria Ampúrias/Empúries, ou simplesmente Empórias, conforme adotamos no Labeca (Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga) do MAE-USP. Empórias está situada no litoral nordeste da Espanha, sendo uma das fundações gregas mais distantes, no Mediterrâneo Ocidental, cujos vestígios prevaleceram – visto que Mainake, Hemeroskopeion, entre outras, possuem somente referências nas fontes textuais (Monedero, 2007, p. 340), o que dificulta a precisão de sua localização exata ao longo dos períodos Arcaico e Clássico.

Primeiramente, vamos considerar algumas definições relativas à casa; segundo o dicionário Larousse da língua Portuguesa (1992):

- **Domicílio** *s.m.* (*lat. domicilium*). A habitação, a casa de residência. ***Dir.** Lugar onde o cidadão tem a sua residência permanente.

- **Habitação** *s.f.* (*lat. habitatio*). **1.** Ato ou efeito de habitar. **2.** Lugar onde se habita ou mora; moradia, casa, residência, domicílio.

- **Hábitat** *s.m.* **1.** Parte do meio ambiente definida por um conjunto de fatores físicos na qual vive um indivíduo, uma população, uma espécie ou um conjunto de espécies. **2.** Conjunto dos fatos geográficos e condições relativos à moradia do homem (forma, localização, agrupamento das casas, etc.).

- **Habitar** *v.t.* (*lat. habitare*). **1.** Ocupar como residência; morar, residir em. **2.** Povoar, viver. **3.** Frequentar. **v.i.* **1.** Residir, morar, viver. **2.** Estar em.

Podemos observar, nas definições dadas, a relação entre lugar, entre espaço (ao falar em “meio ambiente” e aos “fatos geográficos”), entre a moradia (o edifício doméstico), entre um indivíduo ou populações, incluindo o ser humano, e um ponto muito interessante ao que pretendo retornar: o homem como cidadão, no que toca ao Direito. *Habitar é estar em algum lugar, existir ali, é viver*. Isso já nos diz muito sobre a importância da materialidade da casa enquanto objeto de pesquisa para entender o modo de vida das pessoas que nela residiram.

Para Ekambi-Schmidt (1972: 26), é possível definir a casa como objeto de estudo, dentro da cultura material; sua localização é o lugar (portanto, é importante distinguir lugar de espaço, e por sua vez, distinguir espaço de paisagem, na Arqueologia) e o modo de uso da casa enquanto objeto no lugar correspondente, é a ação de habitar. Habitar é algo que está profundamente ancorado no nosso ser, dentro do nosso comportamento.

Conforme Pierre Bourdieu, em obras como “*O Poder Simbólico*” e “*Esboço de uma Teoria da Prática*”, estruturas que formam as regras do viver e do pensamento (estruturantes), e também estruturas que são geradas por elas (estruturadas) – ou seja, as estruturas geradoras ou legitimadoras de práticas – formam um sistema que pode ser chamado de “habitus”, e este é perceptível através das práticas cotidianas de povos que estudamos (em nosso contexto, os gregos/foceus), práticas refletidas na materialidade deixada por tais povos.

Neste estudo, nos interessa a casa enquanto edifício arquitetônico como materialidade do registro arqueológico, devido aos códigos, aos símbolos que podem ser encontrados em elementos cognitivos que podem ser percebidos na análise da estrutura residencial, de sua planimetria, de sua orientação dentro dos eixos das vias públicas da pólis. Os gregos refletiam sua comunidade política em suas formas de organização urbana, vide a existência do modelo hipodâmico, ou “modelo milésio” de disposição de ruas e edifícios *per strigas* (grade urbana), refletindo essa ideologia por trás da organização do espaço na pólis (Martin 1956: 286-287).

Organização, que na realidade, não se limitaria somente ao espaço da *ásty* (o centro urbano), mas à disposição de propriedades rurais ao longo da *khóra* (espaço

extraurbano), ao modo como esse território mais distante era ligado ao centro urbano através de modificações na paisagem, refletindo essa influência administrativa, estendendo-se aos territórios de fronteiras, denominados *eschatiai*. Caso realmente exista toda essa organização baseada no funcionalismo – ou especialização – do espaço, onde poderíamos posicionar a casa? Qual seria o papel do espaço doméstico nesse organismo políade (e político) desenhado de acordo com as funções espaciais?

Nessa linha de pensamento, Amos Rapoport, em *“House Form and Culture”*, cita o termo *“genre de vie”* de Max Sorre, que inclui todos os aspectos espirituais, materiais e sociais que afetam a forma do edifício doméstico; casas e assentamentos são, para Rapoport, a expressão física do *“genre de vie”*, e isso constituiria a natureza simbólica do espaço doméstico (Rapoport 1969: 47). Para ele, o domicílio é um dos primeiros ambientes onde ocorre o processo de endoculturação (Rapoport 1990: 68), e o significado dos ambientes é produto da interação das pessoas com eles, o que faz com que a casa não apenas nos dê pistas de como seus habitantes viviam, mas das relações sociais implícitas na configuração do ambiente doméstico.

Ekambi-Schmidt (1972: 26) relaciona à habitação o ato de personalizar, de criar, de delimitar a privacidade; ora, frente à configuração racional e às normas de organização espacial da pólis, a casa é, enquanto espaço privado, o contraponto da regra: Malaco (2002), ao abordar o casario de Atenas, relata, ao longo de toda a sua obra, como a área residencial fugia da ordem estabelecida pelo planejamento urbano, possuindo uma configuração própria dentro do organismo políade; ao caminhar pelas ruas, era possível perceber a diferença entre os edifícios públicos e a casa, não somente pela disposição no plano urbano, mas pela interiorização e isolamento do espaço doméstico em relação à rua. Aparentemente, o casario de Atenas não apresentaria uma evidente funcionalidade, no conjunto urbano, mas sua “organização irregular” abre a discussão para a especialização do espaço domiciliar na cidade grega antiga (Malaco 2002: 20-23).

Além disso, a construção de prédios públicos implicaria no uso de técnicas e métodos predeterminados e específicos, revelando um conjunto de regras a seguir (Cooper 2008: 226); os gregos possuiriam um arsenal de técnicas de construção

variado, muito lógico e sujeito à especialização, de acordo com o tipo de solo em que construía seus templos e edifícios públicos. Segundo o autor, no VIII século a.C., os templos, assim como as casas, tinham piso de terra batida, mas logo houve a transformação desse espaço, com a adoção de pisos de pedra – enquanto as casas mantiveram o chão de terra batida, e a estrutura com fundações e paredes de pedra (Cooper 2008: 237).

Portanto, pólis e *oîkia* (termo referente à casa, enquanto edifício arquitetônico, e também aos seus moradores) aparecem, a priori, como divergentes, a pólis refletindo a regra, a norma, e a casa refletindo a individualidade do grego, o seu modo de ser cotidiano, e as relações e hierarquias próprias da identidade do grego além do *zoón polítikon* de Aristóteles. Xenofonte, em seu *Econômico*, opõe pólis e *oîkia*, mas ao mesmo tempo, relaciona as duas esferas (a pública e a privada) ao apontar que o indivíduo estaria para o *oîkos* como o cidadão para a pólis, e por isso, a boa administração do *oîkos* (o domicílio, com seus habitantes) é tão importante quanto a boa administração da pólis.

Em sua obra, *Política*, Aristóteles coloca o domicílio como a unidade básica da pólis [1253b] e que a interação do homem com a pólis é de grande necessidade, pois “o todo deve, necessariamente, ser posto antes da parte”. Westgate, em seu artigo sobre a casa e a ideologia da cidadania, cita que no primeiro livro da *Política*, Aristóteles compara repetidamente a autoridade do chefe da casa com aquela do líder de um Estado (Westgate 2007: 230-231); assim, a adoção de casas com pátio, no período Clássico, mostraria essa mudança do ideal do governante homérico – representado por Odisseu, cuja volta para sua casa, em Ítaca, representava o retorno do aristocrata, da autoridade sobre o *oîkos* e o Estado, na Idade do Ferro inicial – para a ideia de que o poder deveria ser compartilhado ampla e igualmente dentro de um grupo de cidadãos (Morris 1987, 2000 *apud* Westgate 2007: 234). Nessa perspectiva, cada homem seria elevado ao status de chefe dentro de seu domicílio, em seu direito próprio, o que justifica a progressiva “interiorização” da casa em torno do pátio interno, o qual seria um espaço de diferenciação e negociação entre as pessoas da casa.

O exemplo mais comum de negociação do espaço no domicílio concerne às relações de gênero, mas autores como Lisa Nevett também tratam a casa como um espaço de produção, de armazenamento de víveres e até mesmo de comércio, assemelhando-se a bairros semi-industriais, ou que pelo menos, não seguiriam os padrões do que é considerado um típico bairro residencial hoje em dia (Nevett 2010: 3-21). Mas, inserindo a casa no padrão ideológico isonômico sugerido pela organização e planejamento urbanos da Antiguidade grega, principalmente no período Clássico, é possível apreender que o domicílio colabora para que, em sua diferença, em sua independência, cada residência possa refletir essa igualdade de condições entre os cidadãos da pólis para que possam ser reconhecidos como tal.

Roland Martin, ao discorrer sobre a habitação na composição da estética urbana, ou seu papel na organização urbana, não considera a casa em ela mesma, dentro de seus diversos aspectos, sua instalação e seu planejamento interior, mas se concentra nas formas exteriores, na relação do domicílio grego com o plano urbano, suas relações com os grupos vizinhos ou espaços vazios (Martin 1956: 275-290). Ou seja, ele tenta apreender a casa como elemento do plano e componente da paisagem urbana e se, através de sua materialidade, as mudanças na forma da casa (principalmente do período Geométrico para o período Arcaico) refletiram também as mudanças na organização do viver em sociedade entre os gregos antigos, assim como na formação da identidade grega.

No Mediterrâneo Ocidental, os gregos são estrangeiros em busca de novos locais para povoar, e principalmente com a queda de Focéia, na Ásia Menor (atual Foça, na Turquia), nas mãos dos persas, seus habitantes fugiram em navios em direção ao Ocidente. Heródoto, em seu relato sobre as Guerras Persas, refere-se aos foceus como os primeiros gregos a realizar viagens marítimas de longa distância: eles teriam descoberto o Mar Adriático, o Mar Tirreno, a Península Ibérica, e Tartessos – região importante devido ao comércio e contato com outros povos, na parte baixa do vale do Guadalquivir [Heródoto I. 163].

Assim, ao se deslocarem para o Ocidente, e fundarem a *apoikia* (tradução literal do grego antigo: colônia) de Massália, os foceus desenvolveram ainda mais suas

redes de trocas, baseadas primeiramente no comércio do vinho etrusco, e depois do vinho massaliota, com os povos celtas, o que é atestado pela presença de ânforas de vinho gregas em enterramentos de chefes celtas (Riva 2010: 213). Tais trocas eram também culturais, e fortaleciam as redes de contato no mar Tirreno, proporcionando aos focos massaliotas certo prestígio nessa área - o que se reflete nas fundações de postos de abastecimento dos gregos ao longo da costa entre o sul da França e a Espanha, dentro do que seria uma hinterlândia massaliota. Uma das fundações de Massália foi Empórias, localizada no atual território da Catalunha, na Espanha.

Monedero (2007: 317-376) discorre sobre todo o processo de contato dos gregos com os ibéricos, na região de Tartessos, ao sul da Península Ibérica, a ligação estreita entre os focos e o rei tartésico, Argantônio, o qual teria financiado a construção da muralha da cidade de Focéia, então em conflito com os lídios e principalmente, com os persas, segundo Heródoto [I 163-164]. Segundo o autor, os gregos possuíam pequenos *emporion* pela península, locais de comércio e trocas submetidos a normas estáveis, e com normas de funcionamento internas que garantiam transações seguras entre os diversos elementos que ali confluíam (Monedero 2007: 337).

O autor também defende que muitos entrepostos gregos tenham seus nomes modificados, seja em termos indígenas ou de raiz romana, e por isso seja tão difícil identificar tais locais materialmente, restando apenas as referências presentes nas fontes textuais. Existe também a hipótese dos gregos atribuírem nomes a assentamentos fenícios, ao sul da Península Ibérica, em sua própria língua, o que também não permitiria sua identificação precisa (Monedero 2007: 341).

Empórias, como o nome sugere, surgiu como um entreposto comercial entre gregos e ibéricos, um *emporion*, que segundo Polanyi et al. (1965) aborda a questão do *emporion* como uma instituição, um *port-of-trade*, mesmo sem a existência do sistema de livre-mercado; o *emporion* funcionaria como as atuais aduanas ou zonas francas, ou como coloca Bresson (1993) como um local no qual as pessoas poderiam realizar suas trocas mediante algumas regras e taxas específicas. Este seria politicamente neutro, estabelecido em regiões de fronteira (não apenas aquática, como rios, e mares, mas

também em fronteiras com desertos e montanhas), e sua administração favoreceria as trocas, ao fornecer suprimentos e proteger as vidas e propriedades dos estrangeiros (Polanyi et al. 1965). Ao apoiar-se nisso, a neutralidade estaria garantida, mas mais que isso, a soberania da pólis em relação ao *emporion* e às relações de reciprocidade com os “estrangeiros” (Bresson 2008).

Além disso, Empórias está localizada ao sul do Golfo de Rosas, e o assentamento grego divide-se em duas ocupações distintas, que por sua vez possuem fases próprias de desenvolvimento; a primeira ocupação é denominada Palaiapolis (Cidade Velha), e na Antiguidade, era uma ilha, separada da península por um braço do rio Ter, e do rio Fluvià – o território do assentamento ficava entre os dois rios – e hoje, o sítio está em grande parte sob as ruas da cidade de Sant Martí d’Empúries. Ver esquema de Tang (2005: 109).

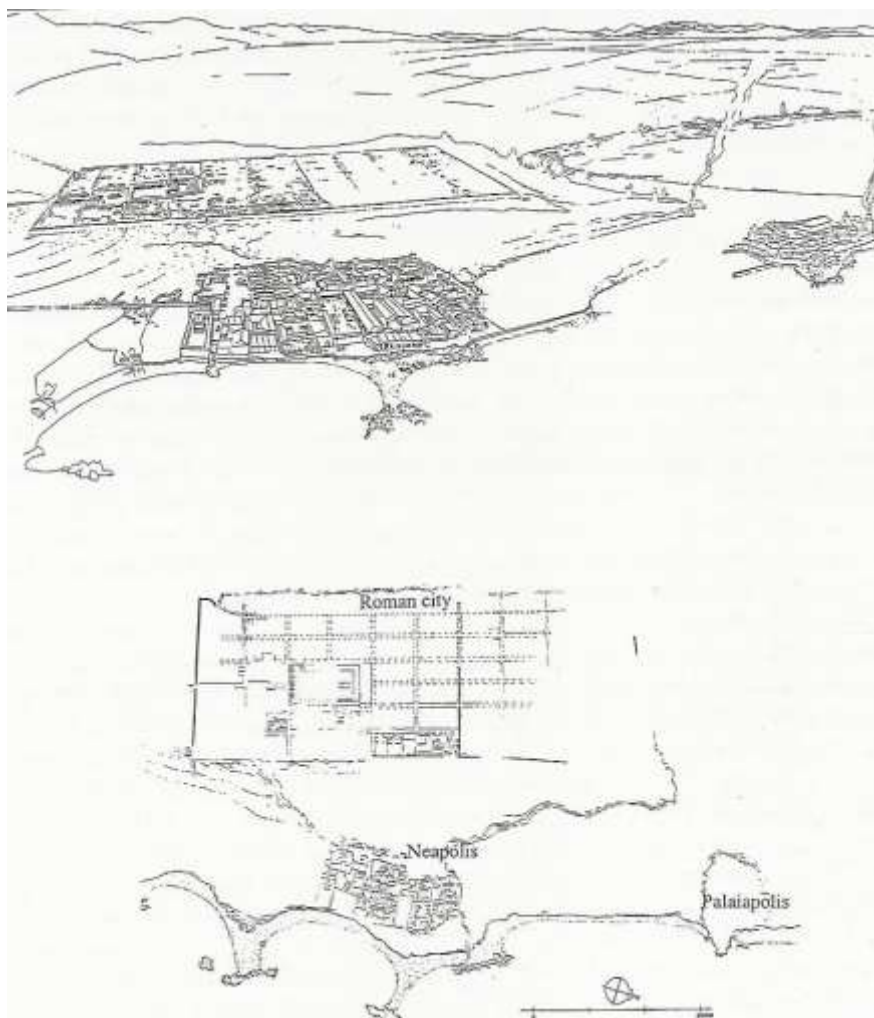


Fig. 1. Esquema do território emporitano em cerca de I a.C., mostrando os núcleos gregos – Palaiapolis e Neápolis – e o assentamento romano, logo atrás de Neápolis.

A primeira ocupação ocorreu no século VI a.C., mas vestígios habitacionais confirmaram que indígenas viviam ali desde o final da Idade do Bronze. As escavações revelaram a presença de cabanas justapostas, absidais e pequenas, que foram posteriormente abandonadas; nelas foram encontrados ânforas e cântaros de *bucchero nero*, etruscos, assim como cálices jônicos, do século VI a.C. – a época da fundação de Massália pelos foces, o que sugere o contato entre indígenas e gregos.

O autor destaca o processo de transformação gradual do espaço especializado do *emporion* em uma pólis até 580 a.C.; tal processo seria marcado por mudanças nas estruturas habitacionais, e sobretudo, na cultura material do local, com aumento de produções do tipo grego, associadas com produções ibéricas (Monedero 2007: 343). Um processo lento e complexo, que culminaria em uma organização urbana de identidade multiétnica, o que é refletido nas habitações helenísticas da Neápolis (Cidade Nova), como veremos mais à frente.

Empórias também é a única das cidades focéias no Ocidente a ser considerada “uma comunidade que é um *emporion*”, segundo Hansen (2006), possuindo classificação como pólis, também, no sentido urbano e político do termo; o autor coloca que todos os sítios classificados como *emporion* são também assentamentos indígenas, ou assentamentos coloniais gregos que são centros de comércio entre gregos e “bárbaros”. Várias cidades gregas possuíam um *emporion*, mas nenhum assentamento considerado *emporion* estaria situado na Grécia, em si.

Para Hansen, classificar uma pólis como *emporion* ou não dependia do contexto: “no período Clássico, um *emporion* era primeiramente uma parte da pólis reservada para o comércio exterior e situada perto do porto; mas se o porto era a parte mais importante da pólis, ou se o contexto assim sugerisse, todo o assentamento poderia ser classificado como um *emporion*.” (Hansen 2006 [tradução livre]). Um assentamento definido como *emporion* e pólis seria mais como uma pólis dependente.

Bresson (1993) coloca que a visão tradicional, nesse caso, costuma apontar o *emporion* como uma fase de evolução de um assentamento colonial para o status de pólis, como se tal “etapa” fosse obrigatória nesse “processo evolutivo” o que, de fato, não ocorre. O autor compartilha do método de Hansen (2006) ao estudar o conceito atrás do termo “*emporion*” e os assentamentos descritos como tal como sendo *emporia*, não importa se eles seriam entrepostos de troca no senso abordado pelos historiadores modernos.

O laço estreito com os indígenas – no caso, os Indiketes, Indigetes, ou *Untikesken* (“aqueles de Índica”, em ibérico) – incluiu a concessão de um espaço para a construção de um pequeno assentamento, situando os gregos em um ponto estratégico de sua rota marítima, e permitindo a comunicação direta com Massália; com a queda de Focéia e a fuga dos foces para o Ocidente, tanto Massália quanto Empórias passariam por um aumento demográfico que contribuiria para a ampliação de seu território.

Segundo Tréziny (1995), a segunda fase de desenvolvimento urbano de Massália (atual Marselha) no período Arcaico, ocorreu devido às reformas nas áreas habitacionais para acolher os fugitivos do leste, gerando certo planejamento no ordenamento da cidade; no caso de Empórias, levaria à ocupação e desenvolvimento da Neápolis (Cidade Nova), situada a sul de Palaiapolis, e convivendo com ela, por algum tempo. A orientação do novo assentamento seria de norte para sul, mas mais escavações e coleta de dados seriam necessárias para datar com precisão quando Empórias se consolidou como uma pólis (Monedero 2007: 350).

No entanto, o principal fator que torna Empórias um caso interessante para nossa pesquisa e que justifica seu sucesso em obter autonomia em relação à Massália, formando sua própria *khóra*, é a complexidade das redes de contatos dos foces emporitanos com os indígenas da Península Ibérica. Além da ampliação de Neápolis – mesmo assim, um local de pequena dimensão, entre 4-5 hectares, e população um pouco superior a 1500 habitantes – a formação de um território agrícola que servisse ao novo caráter político que Empórias assumiria durante o final do século VI e o século V a.C. se torna importante.

A *khóra* emporitana se estenderia para áreas de povoamento indígena, como o *oppidum* de Ullastret, então com cerca de 150 hectares e vestígios de urbanismo com influência grega, devido ao padrão semelhante ao ortogonal, e habitações de planta retangular - com bases de pedra e tetos de adobe (Monedero 2007: 373). A produção cerealista e a presença de silos tanto ali, quanto em uma série de assentamentos indígenas situados a 20 km de Empórias, na direção do interior, confirmam o papel de Empórias como local de escoamento e saída de cereais, intermediando sua redistribuição, assim como de outros produtos de diversas origens, até a época romana.

O interesse emporitano no extremo norte do Golfo de Rosas, com o estabelecimento de Rhode, no século IV a.C., também marca o auge de Empórias e seu papel de principal centro de recepção e redistribuição dos carregamentos de barcos que chegavam até a cidade, para o mundo ibérico, consolidando o sinecismo entre gregos e indígenas. No período Helenístico, posterior ao nosso recorte cronológico, as casas de Neápolis que mais apresentam elementos estilísticos e arquitetônicos gregos também possuem elementos de origem púnica, ibérica e até romana – mesmo com a distinção entre a Neápolis grega e a Ampúrias romana.

Em Palaiapolis, foram definidas três fases de desenvolvimento do assentamento, as duas últimas com subfases relacionadas; a primeira refere-se às primeiras habitações de Sant Martí d'Empúries (950-850 a.C.); a fase II é correspondente às habitações da primeira Idade do Ferro (650-580 a.C.), sendo a subfase IIb (625/600 – 580 a.C.) a mais interessante, devido à cronologia de nossa pesquisa (600- 350 a.C.). A fase III corresponde ao assentamento arcaico (580-480 a.C.), dividida em três subfases; nesse caso, duas foram as principais áreas de escavações: a Praça Maior e o terreno do solar entre as ruas Francesa e Corral, na parte norte da cidade, conforme planta correspondente (Aquilué et al. 2000: 21).



Fig. 2. Planta da área de escavação de salvamento em Sant Martí d'Empúries (antigo território de Palaiapolis), entre as ruas Francesa e Corral, no terreno de um solar, a norte da cidade.

No caso da Neápolis, várias escavações foram feitas na parte grega do assentamento, porém, houve confusão na interpretação de algumas estruturas descobertas por Gandía (Sanmartí et al. 1986), que na realidade, eram parte das casas mais antigas do local, situadas ao sul. Alguns vestígios foram encontrados perto de locais públicos, como a ágora e a *stoá*, e fica evidente como reformas urbanas realizadas no assentamento durante o período Helenístico alteraram o terreno, já que as estruturas habitacionais mais antigas de Neápolis foram encontradas abaixo do estrato do *Serapieion*, ou templo de Zeus Serapis, construído em I a.C.. Existe a teoria de que tais reformas foram feitas para reforçar o caráter grego da cidade, visto que

isso não existia de modo claro, até a chegada dos romanos e os conflitos com os ibéricos pela influência no local (Kaiser 2000).

A partir desse período, as casas estão mais preservadas e reúnem vários elementos estilísticos diferentes em uma estrutura só, ou em um determinado grupo de casas. Segundo Tang (2005), as cisternas de estilo púnico predominam no assentamento – 17 de 18 cisternas encontradas seguem o “formato de banheira”, porém só uma casa de Neápolis possui mais de uma cisterna, a denominada “AmpN29”. No sítio romano, foi encontrada uma casa com nove cisternas (Tang 2005: 121). O uso de poços foi documentado em três casas de Neápolis, somente, duas delas com amplos peristilos; a presença de casas com peristilo ou átrio é de herança grega, porém, apesar de algumas casas apresentarem pórticos, não foram encontradas *pastas houses*, cujos cômodos são ligados por um pequeno corredor. A planta da cidade na época romana já mostra uma organização mais definida da área residencial, conforme mostra



Fig. 3. Planta da Neápolis grega, em cerca de I a.C., conforme Ricardo Mar, com destaque para as habitações, no contexto urbano geral.

Vilaseca em sua obra sobre a Neápolis (Vilaseca 1998: 30).

Os padrões comuns encontrados nas casas helenísticas foram: planta retangular, pátios simples sem pórticos e quartos principais situados a norte do principal espaço de circulação – o pátio, ou átrio, ou peristilo. As casas de Neápolis não são homogêneas, pois suas formas e número de quartos variam; a maioria das casas não se encaixa em um padrão (Tang 2005: 131). Em relação aos vestígios arcaicos, que apresentam, em sua maioria, chão de terra batida, nivelamento do piso com argila, muros de base de pedra (geralmente calcária) e parede de tijolos de adobe (Sanmartí et al. 1986), é perceptível uma organização espacial urbana mais evidente; entretanto, é possível observar que toda a extensão da Neápolis grega já era ocupada no período Clássico, a dispersão das habitações por todos os setores da cidade reafirmando o espaço políade (Aquilué et al. 2002).

As casas mais antigas do assentamento como um todo – no caso, pertencentes à Palaiapolis – também possuíam chão de terra batida, e diversas áreas circulares demarcadas com argila, às quais indicavam presença de cinzas (ver imagem de Aquilué et al., 2000, p. 30); existe a hipótese do uso de tais casas como oficinas de cerâmica acinzentada monocromática emporitana, típica do local (Aquilué et al. 2002: 319). Nessa área de escavação, o problema da impossibilidade de acesso à uma planta “inteira” é uma realidade, visto que os estratos gregos estão hoje sob a cidade de Sant Martí d’Empúries, dificultando uma visão maior do todo, entretanto, fornecem um vislumbre de um possível exemplo de espaço doméstico especializado, já nos primórdios da ocupação grega de Empórias.

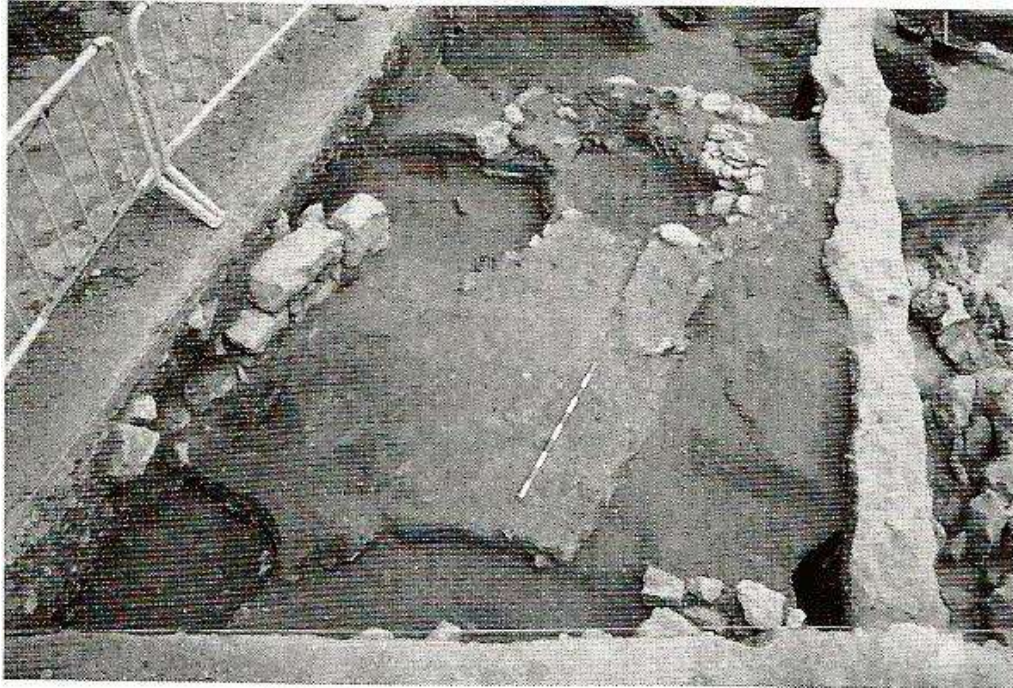


Fig. 4. Foto de estrutura habitacional da época da ocupação de Palaiapolis (580 a.C.); detalhe para as formas circulares no solo, indicando o posicionamento de fornos no espaço da casa.

Referências Bibliográficas

Fontes textuais

ARISTÓTELES. *A Política*. Escala, Coleção Mestres Pensadores, São Paulo, 2008.

HERÓDOTO. *The Persian Wars*. Livros 1-2. Tradução de A. D. Godley, Loeb Classical Library, Harvard University Press, 1971.

XENOFONTE *Econômico*. Martins Fontes, São Paulo, 1999.

Referências gerais

AQUILUÉ, X., CASTANYER, P., SANTOS, M., TREMOLEDA, J. *Nuevos datos acerca del hábitat arcaico de la Palaia Polis de Emporion*, in *Hábitat et Urbanisme dans le Monde Grec de la fin des Palais Mycéniens à la Prise de Milet (494 av. J.C.)*. Pallas: Revue des Études Antiques, 58. Presses Universitaires du Mirail, 2002, pp. 301-327.

AQUILUÉ, X., VILASECA, L.B., CASTANYER, P., ESTEBA, Q., PONS, E., SANTOS, M., TREMOLEDA, J. *Els assentaments indígenes i l'ocupació grega arcaica de Sant Martí d'Empúries (L'Escala, Alt Empordà)*. Resultats del projecte d'intervencions arqueològiques de 1994 i 1995, in *L'hàbitat protohistòric a Catalunya, Rosselló i Lluenguadoc Occidental*. Actualitat de l'arqueologia de l'edat del Ferro. Sèrie Monogràfica 19, Museu d'Arqueologia de Catalunya-Girona, 2000.

BOURDIEU, P. *Esboço de uma Teoria da Prática: Procedido de três estudos de Etnologia Cabila*. Oeiras: Celta, 2002.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2010.

BRESSON, A., e ROUILLARD, P. *L'emporion*. Publications du Centre Pierre Paris (URA 991), 26, Paris, 1993.

BRESSON, A. *L'économie de la Grèce dès cités (fin VI^e – I^{er} siècle a.C.): II. Les espaces de l'échange*. Armand Colin, Paris, 2008.

CAHILL, N. *Household and City Organization at Olynthos*. Yale University Press, New Haven and London, 2001.

COOPER, F.A. *Greek Engineering and Construction*, in OLESON, J.P. (ed). *The Oxford Handbook of Engineering and Technology in the Classical World*. Oxford University Press, New York, 2008.

DEMETRIOU, D. *Negotiating Identity in the Ancient Mediterranean: the Archaic and Classical Greek Multiethnic Emporia*. Cambridge University Press, New York, 2012.

EKAMBI-SCHMIDT, J. *La perception de l'habitat*. Éditions Universitaires, Paris, 1972.

HANSEN, H. "Emporion: A Study of the Use and Meaning of the Term in the Archaic and Classical Periods", in TSETSKHLADZE, G. (ed.), "Greek Colonization: An Account of Greek Colonies and Other Settlements Overseas – vol. I". Brill, Leiden, 2006.

KAISER, A. *Ethnic Identity and Urban Fabric: The Case of the Greeks at Empúries, Spain*. *Journal of Mediterranean Archaeology*, 13.2, 2000, pp. 189-203.

MARTIN, R. *L'urbanisme dans la Grèce antique*, Paris, 1956.

MORRIS, I. *Burial and Ancient Society: The Rise of the Greek City-State*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

MONEDERO, A.J.D. *Los griegos en Iberia*, in SÁNCHEZ-MORENO, E. (ed.), *Historia de España: Protohistoria y Antigüedad de la Península Ibérica, vol.1*. Sílex Ediciones, Madrid, 2007.

NEVETT, L. *Domestic Space in Classical Antiquity*. Cambridge University Press, New York, 2010.

POLANYI, K., ARENSBERG, C.M., PEARSON, H.W., *Trade and Market in the Early Empires: Economies in History and Theory*. The Free Press, New York, 1965.

RAPOPORT, A. *House Form and Culture*, Prentice-Hall, 1969.

RAPOPORT, A. *The Meaning of the Built Environment: A Nonverbal Communication Approach*. The University of Arizona Press. Tucson, 1990.

RIVA, C., *Trading Settlements and the Materiality of Wine Consumption*, in VAN DOMMELEN, P., e KNAPP, A.B. (eds.), *Material Connections in the Ancient Mediterranean: Mobility, Materiality and Identity*. Routledge, New York, 2010.

SANMARTÍ, E., CASTANYER, P., TREMOLEDA, J., BARBERÁ, J. *Las estructuras griegas de los siglos V y IV a. de J.C., halladas en el sector sur de la Neapolis de Ampurias (Campana de excavaciones del año 1986)*. Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonense 12, Castelló de la Plana, 1986.

TANG, B. *Delos, Carthage, Ampurias: the Housing of Three Mediterranean Trading Centers*. L'Erma di Bretschneider, Roma, 2005.

TRÉZINY, H. *La topographie de Marseille antique de sa foundation (600 av. J.C.) à l' époque romaine*, in Méditerranée, 3-4, 1995, pp. 41-52.

VILASECA, L.B. *Les structures hidràuliques a la ciutat antiga: l'exemple d'Empúries*. Monografies Emporitanes 10, Museu d'Arqueologia de Catalunya-Empúries, 1995.

WESTGATE, R. *The Greek House and the Ideology of Citizenship*, in *World Archaeology*, vol. 39, nº 2, Junho, 2007, pp. 229- 245.

Arqueologia e semiótica do espaço: um breve estudo dos templos do antigo Israel

Archeology and semiotics of space:
a brief study of the temples of ancient Israel

Jorge Luiz Fabbro da Silva¹

Resumo

Até recentemente, a única fonte arqueológica para o estudo dos templos do Reino de Judá – que existiu durante praticamente toda a Idade do Ferro II (1000-586 a.C.) e que assumiu a posição de herdeiro e guardião das tradições do antigo Israel – era o templo de Tel Arad, escavado na década de 1960. Recentemente, um segundo templo judaíta foi descoberto em Tel Moza, nas imediações de Jerusalém. A comparação entre ambos, e deles com as duas únicas instalações de culto legitimadas pelos escritos bíblicos preservados por Judá, a saber, o Tabernáculo de Moisés e o Templo de Salomão, oferecem agora um significativamente ampliado corpo de dados e uma oportunidade renovada de se estudar o culto patrocinado pelo Reino de Judá e, por conseguinte, a religião do antigo Israel. Este artigo apresenta uma breve análise formal dessas quatro estruturas, destacando as semelhanças e diferenças que têm entre si, e com alguns templos aproximadamente contemporâneos, representativos da arquitetura sacra de outros povos vizinhos. Seu objetivo, porém, é compreender o significado dessas semelhanças e diferenças, e o busca por meio de um tipo de análise semiótica da forma como o espaço é disposto nessas estruturas. Ele constata que, conquanto os templos judaítas compartilhem uma série de traços individuais com muitos templos do Levante, eles consistentemente adotam uma específica seleção

¹ Doutor em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Pesquisador associado do laboratório de estudos sobre a cidade antiga (Labeca).

desses traços, de maneira única e em oposição direta aos traços que caracterizam os templos filisteus; e sugere a conclusão de que essa diferenciação é parte de uma estratégia para promover a identidade nacional.

Palavras-chave: Arqueologia; semiótica do espaço; templos; Antigo Israel.

Abstract

Until recently, the only archaeological source for the study of the temples of the Kingdom of Judah - which existed throughout the Iron Age II (1000-586 BC) and which assumed the position of heir and guardian of the traditions of ancient Israel - was the temple of Tel Arad, excavated in the 1960s. Recently, a second Judahite temple was discovered in Tel Moza, in the vicinity of Jerusalem. The comparison of the two with the only two cultic installations legitimized by the biblical writings preserved by Judah, namely, the Tabernacle of Moses and the Temple of Solomon, now offer a significantly expanded body of data and a renewed opportunity to study the cult sponsored by the Kingdom of Judah and, therefore, the religion of ancient Israel. This article presents a brief formal analysis of these four structures, highlighting the similarities and differences they have between themselves, and with some contemporary temples, representative of the sacred architecture of other neighboring peoples. Its purpose, however, is to understand the meaning of these similarities and differences, and seeks to do that through a kind of semiotic analysis of how space is arranged in these structures. It finds that while Judahite temples share a series of individual traits with many Levantine temples, they consistently adopt a specific selection of these traits, uniquely and in direct opposition to the traits that characterize the Philistine temples; and suggests the conclusion that this differentiation is part of an strategy to foster national identity.

Keywords: Archeology; space semiotics; temples; Ancient Israel.

Introdução

Apesar da influência que tanto o estruturalismo linguístico quanto o pós-estruturalismo exerceram sobre as ciências sociais, só muito tardiamente suas

realizações teóricas e metodológicas começaram a ser levadas em conta no âmbito da Arqueologia.² No caso específico da Arqueologia da Idade do Ferro do sul do Levante, contudo, isso jamais chegou a ocorrer efetivamente.

Esse alheamento talvez se deva ao fato de que, em regra, a formação de arqueólogos não inclui nenhuma introdução à Linguística; quadro este que pode ter sido agravado por um conjunto de circunstâncias, algumas das quais já têm sido apontadas:³ boa parte dos debates promovidos pelo estruturalismo e pós-estruturalismo restringiu-se inicialmente à França e a poucos outros círculos europeus; os trabalhos dessas “escolas”, quase sempre, foram publicados em francês e só muito depois traduzidos para outros idiomas; sua argumentação e propostas foram expressas, como é típico dos pensadores francófonos, num linguajar que, para os não iniciados, pode ter parecido hermético e exotérico; e, por fim, a maioria dos mais influentes arqueólogos que trabalharam em Israel foram formados ou fortemente influenciados pelas escolas inglesas, norte-americanas e alemãs,⁴ portanto, pouco expostos ou susceptíveis às correntes de pensamento francesas. O repúdio à tendência, percebida por alguns em certos setores da assim chamada *Arqueologia Bíblica*, de atribuir aos dados arqueológicos significados concordantes com visões preconcebidas da história, e a adoção, por muitos dos mais proeminentes arqueólogos que trabalham com a Idade do Ferro em Israel, dos fundamentos teóricos e metodológicos da Arqueologia Processualista,⁵ talvez também possam explicar por que esse ramo da Arqueologia tornou-se e continua sendo preponderantemente funcionalista e resistente aos métodos de busca de significado do estruturalismo.

Em face do cenário acima delineado, o presente trabalho tem, como objetivo geral, demonstrar, por meio de um breve estudo da forma como o espaço é disposto nos templos do antigo Israel, as vantagens heurísticas de se empregar na Arqueologia, ainda que apenas rudimentarmente, os métodos da *semiótica*⁶ – descendente direta

² Fritz 1978: 37-60; Hodder 1982a: 1-16; 1982b; 1995: 10-70; Hodder; Hutson 2003: 45-74; Louhivuori 2010; Preucel 1995: 147-175; 2006; Robb 1998: 329-346; Small 1987: 105-121; Wylie 1982: 39-45.

³ Lane 1970: 11; Pace 1978: 283.

⁴ Mazar 1990: 10-21.

⁵ Finkelstein 2007: 10-14.

⁶ O termo *semiótica* refere-se aqui à “ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significado e sentido” (Santaella 2007: 2).

do estruturalismo linguístico – e, desse modo, sugerir a necessidade de se continuar explorando as possibilidades de profícua interação entre essas duas disciplinas.

A designação *Israel* será aqui empregada em apenas uma de suas acepções. As fontes bíblicas a usam com significados diversos: (a) nome pelo qual o patriarca Jacó passou a chamar-se; (b) nome da nação formada pelas doze tribos descendentes de Jacó; (c) nome do sistema monárquico unido eventualmente fundado por essas tribos; (d) nome de um dos reinos que resultaram da divisão da monarquia, após a morte do rei Salomão, a saber, o Reino de Israel, ao norte, em contraposição ao Reino de Judá, ao sul; (e) referência ao Reino de Judá, como legítimo sucessor, herdeiro e guardião das tradições do antigo Israel, especialmente após a queda do reino do norte, em 722 a.C.⁷ Essa última acepção é a que o presente trabalho emprega.

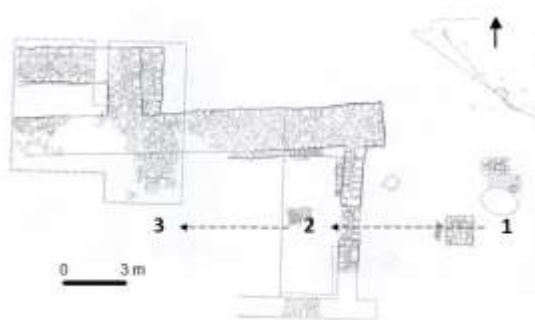


Figura 1: Templo de Tel Moza
Idade do Ferro II, Séc. X-VI a.C.
(Kisilevitz 2015: 152; eixo acrescido)

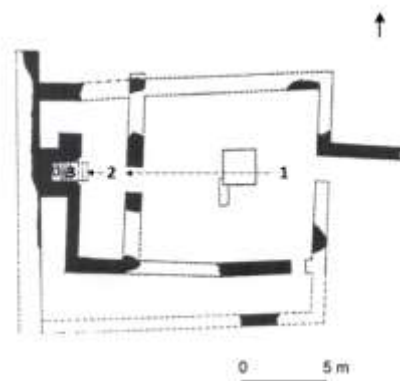


Figura 2: Templo de Tel Arad
Idade do Ferro II, Séc. X-VI a.C.
(Aharoni 1968: 18; eixo acrescido)

Portanto, serão aqui considerados apenas as quatro estruturas que são em geral diretamente associadas ao Reino de Judá: os templos de Tel Moza (Fig. 1) e de Tel Arad (Fig. 2), trazidos à luz por escavações arqueológicas, e as instalações de culto retratadas nessas antigas fontes hebraicas, a saber, o Templo de Salomão (Fig. 3) e o

⁷ Para uma cronologia do antigo Israel, baseada em dados bíblicos e históricos, ver Thiele 1975.

Tabernáculo de Moisés (Fig. 4). Tal limitação é imposta pelo fato de que tais estruturas são os únicos templos de Judá de que se tem conhecimento, sendo, portanto, representantes de um único sistema cultural, propício à análise sincrônica que o método semiótico requer.

Os dados arqueológicos

Apesar do complexo, sofisticado, oneroso e necessário esforço empreendido pelos *surveys* e escavações, muitas das mais importantes descobertas arqueológicas não resultam desse trabalho metódico, mas sim do mero acaso. Um típico exemplo é o templo recentemente encontrado em Tel Moza (Fig. 1), durante as obras de mudança do traçado da Rodovia 1, que liga Tel Aviv a Jerusalém através de um vale estreito e profundo entre as montanhas pedregosas, porém verdejantes da Judeia, imediatamente submetido a escavações arqueológicas de resgate.⁸

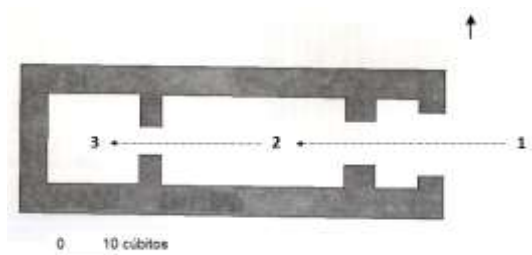


Figura 3: Templo de Salomão
Séc. X-VI a.C.

(Aharoni 1973: 5; eixo acrescido)

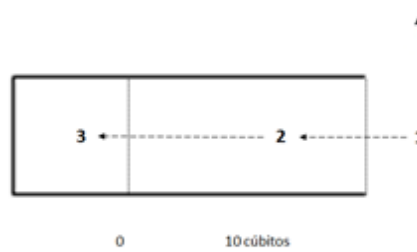


Figura 4: Tabernáculo
Séc. XIV-X a.C.

O achado é importante e surpreendente por várias razões. Primeira, o templo encontra-se a apenas 7 Km do centro de Jerusalém, onde se erguia o famoso Templo de Salomão que, de acordo com as fontes deuteronomistas, deveria ser o único lugar de culto para a nação de Israel (Dt 12, pp. 2-27).

⁸ Greenhut; DE Groot 2009; Kisilevitz 2015; Kisilevitz et al. 2014.

Segunda, as evidências arqueológicas sugerem que o templo de Tel Moza esteve ativo do Séc. IX até o Séc. VII-VI a.C.,⁹ tendo portanto sobrevivido à reforma do culto que teria sido empreendida pelo rei Ezequias (2Rs 18:4), que reinou entre 715-686 a.C., e possivelmente também à mais radical reforma levada a efeito pelo rei Josias, entre 640 e 609 a.C., que teria destruído templos e santuários alternativos e promovido a centralização do culto em Jerusalém (2Rs 22-23; 2Cr 34-35).

Terceira, o templo de Tel Moza apresenta significativas semelhanças com o Templo de Salomão (Fig. 3) e com seu predecessor, o Tabernáculo móvel (Fig. 4), dos quais não há evidências arqueológicas, mas são detalhadamente retratados pelas antigas fontes bíblicas (1Rs 6; 7:15-51; 2Cr 3; Ex 25-31; 35-40). Em linhas gerais, as três estruturas apresentam formato retangular, com eixo longitudinal no sentido leste-oeste; uma única entrada voltada para o leste; duas colunas flanqueando a entrada;¹⁰ um altar de base quadrada, centralizado no pátio à frente da porta; e evidência de sacrifício de animais.

Quarta, alguns desses mesmos atributos arquitetônicos que o templo de Tel Moza tem em comum com o Tabernáculo e com o Templo de Salomão caracterizam também o templo de Tel Arad (Fig. 2), trazido à luz pelas escavações arqueológicas ali realizadas na década de 1960, por Yohanan Aharoni, que o datou do Séc. X ao VI a.C.,¹¹ o qual também tem seu espaço organizado ao longo de um eixo retilíneo leste-oeste, com uma única entrada voltada para o leste, flanqueada por duas colunas, tendo um altar de base quadrada centralizado à sua frente.¹²

Quinta, as evidências arqueológicas sugerem que Tel Moza era um centro de armazenagem e distribuição de grãos e que essa atividade, intimamente ligada ao templo, como indicam os artefatos e inscrições ali encontrados, “era controlada por uma autoridade única de natureza tanto religiosa quanto militar”;¹³ portanto, nisso também, assemelha-se tanto ao templo de Tel Arad, cuja ligação direta com o governo

⁹ Kisilevitz 2015: 149; Kisilevitz et al. 2014.

¹⁰ As fontes bíblicas fazem referência à existência dessas duas colunas apenas no Templo de Salomão, não no Tabernáculo.

¹¹ A cronologia proposta por Y. Aharoni tem sido contestada por diversos autores, não havendo ainda consenso quanto à data das diversas fases do templo de Tel Arad (USSishkin 1988: 150-151, 155; Herzog, 1987; 2001: 158, 161-162; 2002; 2013; Bloch-smith 2015: 101-106).

¹² Aharoni 1967; 1968; 1969; 1973; Herzog 1981; Herzog et al. 1984.

¹³ Greenhut; DE Groot 2009: 225. A tradução desta e de todas as citações que a seguem são do autor do presente artigo.

central é evidenciada pelo fato de que foi construído “como parte integrante da primeira fortaleza israelita erigida no local” para proteger a fronteira sul do Reino de Judá,¹⁴ quanto ao Templo de Salomão e ao Tabernáculo, ambos alegadamente erigidos pela autoridade máxima da nação e geralmente entendidos como expressões da ideologia do estado.¹⁵

Em suma, o conjunto de dados arqueológicos dos templos de Tel Moza e Tel Arad, combinados com as descrições literárias do Templo de Salomão e do Tabernáculo de Moisés – instalações de culto, todas as quatro, de algum modo associadas ao governo central de Judá e representativas de praticamente todo o tempo de existência desse reino – revela um padrão tipológico, especialmente no que diz respeito ao modo como o espaço é nelas disposto, que não pode ser descartado como meramente acidental mas que, por isso mesmo, deve ser interpretado como indicativo de características essenciais do culto estatal, como portador de importante significado e, portanto, passível de análise pelo método semiótico.

Considerações teóricas e metodológicas

A auspiciosa oportunidade, oferecida por esse recentemente renovado e consideravelmente ampliado corpo de dados, de se conhecer quais sejam algumas das características essenciais do culto patrocinado pelo Reino de Judá é, porém, confrontada pelas mesmas questões epistemológicas e metodológicas que sempre desafiaram a Arqueologia, isto é, nas palavras pioneiras de Lewis R. Binford, aquelas impostas pelo propósito de “conhecer o passado por meio da investigação de fenômenos presentes”,¹⁶ afinal, como repetidamente ressaltou:

O registro arqueológico é um fenômeno contemporâneo. Acima de tudo, é um fenômeno estático. É o que restou, em forma estática, da dinâmica que ocorreu no passado, bem como da dinâmica em ação até o momento em que as observações presentes são feitas. As únicas afirmações significativas que podemos fazer acerca do passado são afirmações dinâmicas. Chegar ao passado é, então, um processo pelo qual o arqueólogo atribui significado a fenômenos estáticos em termos dinâmicos. Esse é um processo cultural, a atribuição de significado à experiência na qual o arqueólogo está engajado. Ressaltar constantemente que os dados não falam por si mesmos e que os

¹⁴ Aharoni 1973: 3.

¹⁵ Kapelrud 1963; Lundquist 1983; Cross 1984; Bloch-Smith 2002; Hundley 2013; Hurowitz 2015.

¹⁶ Binford 1983: 51.

significados atribuídos às observações arqueológicas podem estar erradas não deveria surpreender ninguém.¹⁷

Para transpor esse abismo epistemológico, Binford propôs que a submissão das hipóteses ao rigor científico dos testes passasse a ser dominante na Arqueologia. Com isso, ele rechaçou a ideia, até então bastante comum, de que o máximo que as “ciências sociais” poderiam produzir seriam teorias intelectualmente “satisfatórias”, portanto essencialmente subjetivas, uma ideia que se baseava na “crença de que o homem é muito complexo e de que os fenômenos socioculturais humanos são por natureza incompatíveis com o estudo pelo método científico”.¹⁸

No entender de Claude Lévi-Strauss, esse ideal positivista, embora por outras vias, já estava sendo realizado pela Linguística que, segundo ele, dentre todas as ciências sociais, seria “a única, sem dúvida, que pode reivindicar o nome de ciência e que chegou, ao mesmo tempo, a formular um método positivo e a conhecer a natureza dos fatos submetidos à sua análise”.¹⁹ Essa “natureza dos fatos” a que ele faz referência é, fundamentalmente, aquela proposta por Ferdinand de Saussure²⁰ e convincentemente demonstrada, quanto à fonologia, por Nicolai Trubetzkoy²¹ e, quanto à morfologia e sintaxe, por Roman Jakobson,²² segundo a qual os “elementos de significação”, sejam eles os da linguagem verbal ou de qualquer outro sistema de signos,²³ só adquirem seu significado por meio da construção de distinções entre os elementos integrantes de um mesmo sistema.²⁴ Central na teoria de Saussure é a ideia de que o signo é arbitrário²⁵ e socialmente criado,²⁶ isto é, não possui em si nada que necessariamente remeta à coisa que significa.²⁷ Em outras palavras, o significado de um signo – ou unicamente do “símbolo”, caso se use a classificação triádica de Charles

¹⁷ Binford 1983: 23.

¹⁸ Binford 1983: 55

¹⁹ Lévi-Strauss 2003: 45.

²⁰ Saussure 1959.

²¹ Trubetzkoy 2001.

²² Jakobson; Halle 2002.

²³ O termo *signo* tem aqui o sentido com que geralmente é empregado na linguística, isto é, a “correlação entre um significante e um significado (ou entre expressão e conteúdo)” (Eco 1986: 1).

²⁴ Lévi-Strauss 2003: 45-50.

²⁵ Saussure 1959: 67-70.

²⁶ Saussure 1959: 113.

²⁷ Roman Jakobson, em geral, concorda com Saussure quanto ao caráter arbitrário do signo, mas ressalva que há muitos signos que são motivados (Jakobson 1969: 98-117).

Sanders Peirce²⁸ – resulta não de suas qualidades intrínsecas mas sim da relação que mantém com outros signos.²⁹ Nesse sentido, referindo-se ao sistema verbal, o que também seria aplicável a qualquer outro sistema de signos, Saussure afirma que a linguagem é “um sistema de termos interdependentes no qual o valor de cada termo resulta unicamente da presença simultânea de outros”.³⁰ Para ele, esse é um princípio “tão básico” que explica não apenas o modo pelo qual as menores unidades sonoras do sistema fonológico de uma língua, os fonemas, se distinguem uns dos outros e encontram sua identidade própria e inconfundível,³¹ mas também explica como se dá o processo de significação das próprias ideias que os signos expressam:

Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, entende-se que os conceitos são puramente diferenciais e definidos não por seu conteúdo positivo mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais precisa é ser o que os outros não são... é muito claro que, inicialmente, o conceito não é nada, que é apenas um valor determinado por suas relações com outros valores similares, e que, sem eles, a significação não existiria.³²

Para Saussure, portanto, o *signo* significa o que significa unicamente porque é diferente, dentro de seu sistema, de todos os demais signos com seus respectivos significados (Santaella 2007: 17). Esse fundamento teórico sugeriu a Lévi-Strauss ser possível aplicar o método linguístico ao estudo de praticamente todos os fenômenos culturais, pois a compreensão de qualquer coisa que possua um significado poderia ser buscada por meio da análise das relações dessa coisa com as demais e, em decorrência, do delineamento da estrutura do sistema de diferenciação e significação a que pertencem. De fato, a ideia de que o processo de formação de significado dos signos, por meio de diferenciação, é arbitrário, social, relacional e sistêmico, e que rege não apenas o sistema de signos verbais mas também todos os outros sistemas de signos, levou Lévi-Strauss a ver nisso uma oportunidade, mesmo a obrigação de “verificar imediatamente suas consequências e sua aplicação” nas “disciplinas

²⁸ C. S. Peirce entendia haver três categorias de *signos* – os *ícones*, os *índices* e os *símbolos* – e que só esses últimos seriam produzidos arbitrariamente, por convenção social. Em suas palavras, um *símbolo* seria “um signo convencional ou dependente do hábito” (Peirce 1932: 297), mas apenas “na maioria das vezes” (Peirce 1932: 360).

²⁹ Sebeok 2001: 50-59; Chandler 2002: 29-44; Santaella 2007: 13-15.

³⁰ Saussure 1959: 114.

³¹ Saussure 1959: 119.

³² Saussure 1959: 117.

vizinhas”, o que ele próprio coerentemente buscou fazer ao estudar sistemas de parentesco, totemismo, organização social, magia, religião e arte:

No estudo dos problemas de parentesco (e sem dúvida também no estudo de outros problemas), o sociólogo se vê numa situação formalmente semelhante à do linguista fonólogo: como os fonemas, os termos de parentesco são elementos de significação; como eles, só adquirem esta significação sob a condição de se integrarem em sistemas; os ‘sistemas de parentesco’, como os ‘sistemas fonológicos’, são elaborados pelo espírito no estágio do pensamento inconsciente; enfim a recorrência, em regiões afastadas do mundo e em sociedades profundamente diferentes, de formas de parentesco, regras de casamento, atitudes identicamente prescritas entre certos tipos de parentes, etc., faz crer que, em ambos os casos, os fenômenos observáveis resultam do jogo de leis gerais, mas ocultas. O problema pode então se formular da seguinte maneira: numa outra ordem de realidade, os fenômenos de parentesco são fenômenos do mesmo tipo que os fenômenos linguísticos.³³

O potencial heurístico e ampla aplicabilidade do método proposto por Saussure, comprovados pelos resultados que seu emprego produziu no campo da Antropologia pelos trabalhos pioneiros de Lévi-Strauss, motivaram um fabuloso caudal de estudos de sistemas culturais diversos, com variados graus de sucesso, que veio a constituir-se nessa corrente de pensamento, multidisciplinar e pervasiva da primeira metade do Séc. XX conhecida como *estruturalismo*.³⁴

A partir de meados do Séc. XX, contudo, o estruturalismo passou a ser objeto de severa crítica, da parte de vários pesquisadores geralmente chamados de pós-estruturalistas. Seu alvo foi a percepção de que o método estruturalista pressupunha a existência de sistemas semiológicos ou semióticos totalizantes, todo-abrangentes que, por sua vez, definiam estruturas sociais e estruturas mentais e, por essa via, a própria forma de pensar e viver em sociedade. O objeto principal da crítica, portanto, foi a tese de que, além da realidade e da imaginação, existiria uma “terceira ordem”, como a chamou Gilles Deleuze,³⁵ aquela dos sistemas simbólicos, que media e condiciona a relação entre realidade e imaginação, mas que, no entender de Henri Lefebvre, apenas mascara a tendência à sistematização absoluta e a manipulação arbitrária dos signos em benefício de uma suposta ideologia tecnocrata e elitista.³⁶

³³ Lévi-Strauss 2003: 48-49; cf. Lévi-Strauss 1969.

³⁴ Assister 1984; Barthes 1999; Kearney 1994: 240-342; Lacan 2006; Piaget 2015; Sturrock 2003.

³⁵ Deleuze 2004: 171.

³⁶ Lefebvre 1967.

A crítica pós-estruturalista, porém, conquanto possa ter demonstrado a insuficiência do estruturalismo como modelo explicativo único e totalizante dos fenômenos culturais, não afastou a proposição de que identidade se forma por oposição a outra identidade e que, portanto, o significado de um elemento cultural deve ser buscado contextualmente, sincronicamente, emicamente, nas relações de oposição de signos com signos.

Vários estudos já demonstraram a utilidade da análise estrutural para a compreensão da religião em geral e do culto do antigo Israel em particular, porém, invariavelmente, limitaram-se aos textos sagrados³⁷ jamais tiveram como objeto seus remanescentes arqueológicos. O presente trabalho pretende contribuir, embora de forma apenas incipiente e tentativa, para suprir essa deficiência. Afinal, como ressalta William G. Dever, “é evidente que os artefatos, assim como os textos, são ‘signos’ e possuem significado simbólico”, portanto, “se há uma ‘estrutura subjacente’ discernível nos textos, então é razoável supor que algo de tal estrutura exista também nos remanescentes materiais”.³⁸ Essa lógica é corroborada pela professora Lúcia Santaella que, embora provavelmente não tivesse em mente as instalações de culto do antigo Israel, certamente as inclui conceitualmente:

Considerando-se que todo fenômeno de cultura só funciona culturalmente porque é também um fenômeno de comunicação, e considerando-se que esses fenômenos só comunicam porque se estruturam como linguagem, pode-se concluir que todo e qualquer fato cultural, toda e qualquer atividade ou prática social constituem-se como práticas significantes, isto é, práticas de produção de linguagem e de sentido.³⁹

Com algumas importantes exceções que ressaltam as *diferenças*,⁴⁰ a maioria dos estudos da religião e do culto do antigo Israel tem se concentrado nas *semelhanças* entre Israel e os demais grupos sociais de Canaã,⁴¹ inequivocamente atestadas pelo

³⁷ e.g. Andriolo 1973: 1657-1669; Culley 1976; Douglas 1966; 1999: 262-271; Kunin 2004; LEACH 1966: 58-101; 1973: 317-330; Longacre 1979: 89-133; Yelle 2013: 137-156. Uma amostragem analítica de trabalhos que usaram o método estruturalista para analisar textos bíblicos pode ser encontrada em Greenwood 1985.

³⁸ Dever 2002: 84.

³⁹ Santaella 2007: 2.

⁴⁰ e.g. Dever 2003: 101-128; Zevit 2001: 90-121.

⁴¹ O termo Canaã é empregado em fontes egípcias e hebraicas como referência à faixa de terra ao longo da costa oriental do Mar Mediterrâneo, sem precisar sua extensão ou exatas fronteiras, incluindo aproximadamente os territórios hoje constituem Israel, inclusive as áreas sob controle da Autoridade Palestina, o Líbano e o sudoeste da Síria.

imenso volume de dados literários e arqueológicos hoje disponíveis, particularmente aqueles que evidenciam suas respectivas concepções cosmogônicas, configurações do panteão de divindades, práticas religiosas, formas de assentamento, tipos das edificações domésticas e de culto, e estilos dos artefatos.⁴² Em razão disso, a convicção de que os dados bíblicos e arqueológicos permitem concluir que a religião de Israel era uma variedade local da religião canaanita, predominante na região, tem sido até hoje compartilhada pela maioria dos especialistas.⁴³

O método baseado na análise dessas *semelhanças* tem por mérito a desconstrução da imagem deuteronomista, presumida por séculos, de um Israel exógeno, essencialmente diferente dos povos canaanitas desde sua origem; e, com isso, a exposição do caráter ideológico e programático das escrituras hebraicas. Por outro lado, possui a deficiência de não permitir o entendimento daquilo que talvez seja muito mais significativo e importante: o fato notório de que Judá eventualmente desenvolveu sua própria identidade. A análise das *semelhanças* permite, quando muito, apenas a conclusão de que “ambiente e cultura idênticos resultam em experiências e comportamentos religiosos muito similares”,⁴⁴ mas não explica por que grupos sociais com tanto em comum acabaram se distinguindo uns dos outros e, eventualmente, se tornando uma etnia à parte. A compreensão da origem do povo de Israel precisa, portanto, ser buscada não nas *semelhanças*, mas sim no processo de diferenciação e formação de sua identidade. Para isso, há necessidade de mudança de foco, das *semelhanças* para as diferenças, e de um método capaz de identificar e analisar essas diferenças, e determinar seu significado. O método da Linguística, acima introduzido, considerando que já demonstrou capacidade de explicar a formação de significado a partir da análise de oposições binárias entre elementos de um mesmo sistema, desenvolvido com sucesso também no campo da semiótica, parece ser o mais adequado para esse propósito.

A crítica de Pierre-Ives Balut ao emprego desse método que ele chama de “*semiológico*” (Balut 1998), precisa contudo ser levada em consideração. Em sua argumentação, Balut parece presumir o axioma de que os símbolos são arbitrários, isto

⁴² e. g. Dever 1987: 209-247; Finkelstein; Silberman 2002: 118; Herzog 1980; Smith 1952.

⁴³ e.g. Bloch-Smith; Nakhai 1999: 62-127; Coogan 1987: 115; Cross 1973; Dever 2005: 257-264; Halpern 2009: 17-31; Noll 2007; 2003: 3; Smith 2001; Wright 2004: 178; Wyatt 2010.

⁴⁴ Noll 2007: 66.

é, não possuem, em si mesmos, nada que necessariamente indique seu significado. Assim, segundo ele, na ausência de outras fontes, seria impossível e, por isso mesmo, fútil tentar derivar sentido de dados exclusivamente arqueológicos. A única maneira de saber o significado de um símbolo, seja ele uma imagem, uma escrita, uma instalação funerária ou, no presente caso, um templo, seria obtendo informação das pessoas que, arbitrariamente, lhe atribuíram significado. Essa impossibilidade de apreender *significados* apenas com base nos *significantes* é agravada, segundo ele, pelo fato de que geralmente mediamos nossas representações por meio da linguagem que é, ela própria e *a priori*, uma representação particularista que limita a percepção da realidade e o campo de possibilidades de representá-la. Isso leva à conclusão, em suas palavras, de que “sem testemunho explícito do significado, não há como reconstruí-lo a partir de seus sinais”.⁴⁵ Daí sua tese de que, para a compreensão do passado remoto, os testemunhos escritos, quando existentes, são imprescindíveis.

Tal obstáculo epistemológico, contudo, é minorado pela existência de abundantes testemunhos escritos, consolidados na Bíblia Hebraica, acerca dos templos de Judá. É verdade que a crítica tem minimizado ou, em alguns casos, totalmente negado o valor histórico das fontes bíblicas por terem sido alegadamente produzidas séculos depois de muitos dos eventos que pretendem retratar.⁴⁶ Mas, ainda que seja necessário presumir que a literatura produzida pelo antigo Israel seja tardia e eivada por motivações teológicas, políticas e ideológicas, no caso dos templos do antigo Israel ela representa, na pior das hipóteses, a interpretação de pessoas que viveram na época ou muito próximo da época em que esses templos ainda estavam funcionando, pessoas do mesmo lugar e da mesma cultura, portanto, *testemunhas*.

Em face dessas considerações, este estudo, apesar de limitar-se a um reduzido conjunto de dados e de ser apenas introdutório e tentativo, propõe-se a investigar, de uma perspectiva semiótica e com a assistência das fontes bíblicas, o processo de diferenciação, formação e consolidação da identidade do antigo Israel, analisando a forma de disposição do espaço nos templos geralmente associados ao Reino de Judá. Apresenta-se, pois, como proposta de aplicação de um método de análise da linguagem verbal à análise de uma linguagem arquitetônica.

⁴⁵ Balut 1998: 287.

⁴⁶ Dever 2002; Finkelstein; Silberman 2002; Grabbe 1997; Schmidt 2007; Siberman; Small 1997.

Signos verbais são construídos por diferenciação em vários níveis, desde o mais simples, o dos morfemas, no caso da escrita, até, em ordem crescente de complexidade, o das palavras, das frases e dos textos. Assim, considerando-se que um *signo* passa a existir “toda vez que um grupo humano decide usar algo como veículo de outra coisa” (Eco 2017: 12), e que “qualquer produção humana dotada de sentido é um signo”,⁴⁷ presumir-se-á neste trabalho que um *templo* também deve ser estudado como sendo um *texto*, isto é, como uma sintagmática, um sistema de signos que pode ser decomposto em seus elementos de significado.⁴⁸ Deve-se, porém, ressaltar que a forma de disposição do espaço de culto equivaleria, no máximo e grosso modo, apenas a algumas das *palavras* ou *frases* do *texto*, indicativas mas não portadoras de seu pleno sentido. A *mensagem* encontra-se no todo que, em razão do caráter parcial e fragmentário do registro arqueológico, não se oferece para análise.

Semiótica do espaço nos templos do antigo Israel

A forma de disposição do espaço dos templos do antigo Israel apresenta várias semelhanças entre eles. Isso sugere que não são acidentais mas possuem importante significado. Essa inferência é reforçada pelo fato de que algumas dessas características foram preservadas nas reformas realizadas nos templos, restauradas após episódios de reconstrução e mantidas ao longo de toda sua longa história. Assim, parece razoável concluir que são *signos* e que, como tais, são passíveis de compreensão se considerados à luz das oposições binárias que possam ser identificadas entre eles e *outros signos* de seu sistema simbólico.

Uma primeira característica compartilhada é a rígida demarcação do perímetro da área de culto. Em Tel Moza, a delimitação parece ter sido efetivada, pelo menos em parte, pelo próprio relevo, muito íngreme tanto a norte como a sul. De fato, o templo assentava-se numa espécie de terraço cortado na encosta. A espessa parede norte do templo aparentemente escostava-se no perfil do corte, servindo como muro de arrimo.⁴⁹ Os lados sul e oeste erodiram costa abaixo, o que impede que se determine, nesses pontos, a existência e forma de demarcação do perímetro. A leste, embora

⁴⁷ Florin 2015: 60.

⁴⁸ Hjelmslev 1961: 21.

⁴⁹ Greenhut 2009: 51; Kisilevitz 2015: 150.

apenas parcialmente escavado, foi evidenciado um amplo pátio à frente do templo. Em Tel Arad, a área de culto era isolada das demais edificações e espaços da fortaleza por espessas paredes e muros de pedra, com uma única abertura de acesso a leste. Semelhantemente, a área onde se erguia o Tabernáculo é retratada como isolada do restante do acampamento por uma barreira de colunas e cortinas, com uma única entrada no lado oriental (Ex 27:9-18). A área compreendida pelo Templo de Salomão e seus dois átrios também era toda cercada por maciços muros erigidos com pedra talhada e madeira (1Rs 6:36; 2Cr 4:9). Em todos os casos, ressaltando-se a incerteza no caso de Tel Moza, a clara delimitação do perímetro impunha uma eloquente distinção entre *dentro* e *fora*.

O sentido dessa segregação, dessa dicotomia do espaço, pode ser encontrado no próprio sentido da religião que, nas palavras hábeis de Clifford Geertz, deve ser entendida como:

(1) um sistema de símbolos (2) que atua no sentido de estabelecer nos homens disposições e motivações poderosas, pervasivas e duradouras, (3) formulando conceitos de uma ordem geral de existência e (4) revestindo esses conceitos com uma tal aura de facticidade que (5) as disposições e motivações pareçam singularmente realistas.⁵⁰

A capacidade da religião de desempenhar com eficiência essa sua função parece assim depender, fundamentalmente, de que suas manifestações sejam percebidas como transcendentais e dotadas de virtudes e poderes supranaturais. Daí a prática, comum em praticamente todas as culturas, como apontou Émile Durkheim, de dividir o mundo em dois domínios qualitativamente opostos e irreconciliáveis e, desse modo, estabelecer radical distinção entre o *sagrado* e o *profano*.⁵¹ Pode-se entender, portanto, que a oposição binária *dentro/fora* seja expressão dessa distinção entre o *sagrado* e o *profano*. Que esses signos eram assim compreendidos na antiguidade, é evidente, por exemplo, em Lv 10:17-18 onde as palavras *dentro* (פְּנִימָה – *peniyimah*) e *lugar santo* (מְקוֹם הַקֹּדֶשׁ – *makom hakodesh*) são usadas como sinônimos.

Uma segunda característica compartilhada pelos templos de Judá é a tripartição do espaço de culto. Em Arad, a área é claramente dividida em três partes, dispostas

⁵⁰ Geertz 1973: 90.

⁵¹ Durkheim 2009: 18-26.

uma após a outra ao longo de um eixo leste-oeste: um pátio, onde foi encontrado o altar de sacrifícios, depois o primeiro compartimento do templo e, no extremo oeste do eixo, um nicho, onde foram encontrados, no limiar, dois altares de pedra e, no interior, estelas memoriais (*masseboth*). Em Moza, de igual modo, o pátio com o altar localiza-se a leste na frente do templo, que era aparentemente constituído por duas áreas sucessivas, seguindo o eixo para oeste.⁵² O Tabernáculo é retratado pelas antigas fontes como sendo constituído também por três áreas de culto, igualmente alinhadas ao longo do eixo leste-oeste: no extremo leste, localizava-se o pátio (הַצֵּר – *hatzer*) com seu altar de sacrifícios (Ex 27:9); depois um primeiro compartimento interno, o *Santo* (שֶׁדֶר – *kodesh*); e, ao final do eixo, um segundo compartimento interno, o *Santo dos Santos* (שֶׁדֶר הַקְּדוֹשִׁים – *kodesh hakadashim*), que tinha a metade do tamanho do *Santo*. Esses dois compartimentos eram separados entre si apenas por um véu (Ex 26:33). O Templo de Salomão também possuía, à sua frente, a leste, um átrio com seu altar de sacrifício (1Rs 6:36; 8:64). O edifício era constituído por um pórtico (אֹהֶל – *ulam*), ao qual as fontes não atribuem nenhuma função ritual (1 Rs 6:2-3);⁵³ seguido ao longo do eixo leste-oeste por uma ampla sala (הַיְכָל – *heykal*); e, ao final, por uma sala (דְּבִיר – *debir*), metade do tamanho da anterior, separadas entre si por parede e porta de madeira (1 Rs 6:31). Essa tripartição da área de culto é ainda mais marcada e qualificada pelas características consideradas a seguir que, no conjunto, podem elucidar sua função semiótica.

Uma terceira característica compartilhada é o acesso ascendente. Em Moza, o acesso do pátio para o primeiro compartimento do templo se fazia por degraus ascendentes.⁵⁴ Dentro do templo, parece que o caminho do primeiro compartimento para o segundo também era ascendente, uma vez que o piso do segundo provavelmente ficava 20 cm acima do primeiro.⁵⁵ No caso de Arad, o relatório final das

⁵² No templo de Tel Moza, o nível do piso interno a oeste é cerca de 20 cm acima do piso da entrada, a leste. Contudo, a estratigrafia não permite determinar se os dois pisos são contemporâneos ou se representam fases diferentes (Kisilevitz 2015: 151).

⁵³ *cf.* De Vaux, 1997: 313-314. Peter Dubovský entende que o texto bíblico permite concluir que o pórtico não fazia parte do edifício do templo (Dubovský 2015: 94). Isso reforça a tese de que, no Templo de Salomão, a área de culto também era tripartida, constituída pelo pátio, o *hekal* e o *debir*.

⁵⁴ Greenhut 2009: 39-41, 51.

⁵⁵ Kisilevitz 2015: 151. O templo de Tel Moza parece ter tido duas fases: uma do Séc. X-IX a.C. e outra do Séc. VII-VI a.C. Em razão da falta de informações estratigráficas mais completas e precisas, não está claro se os degraus entre o pátio e o templo caracterizam as duas fases ou apenas uma delas. Quanto à área

escavações nunca foi produzido, dificultando muito a interpretação dos dados arqueológicos disponíveis e dando causa a grande divergência quanto a sua estratigrafia.⁵⁶ Apesar disso, com base na maquete do templo apresentada pelo diretor das escavações, Yohanan Aharoni, parece ser possível concluir que, do pátio para o primeiro compartimento do templo, ascendia-se um degrau⁵⁷ e, desse primeiro compartimento para o segundo, isto é, para o nicho localizado na extremidade oeste do eixo, ascendiam-se, segundo Aharoni, “três degraus”⁵⁸ ou, segundo análises mais recentes, apenas “um ou dois degraus”.⁵⁹ No Tabernáculo, embora o acesso se dê num nível *plano*, o senso de ascendência parece ser semioticamente comunicado pelo gradativo aumento da quantidade dos materiais preciosos empregados na construção, na medida em se avança ao longo do eixo de acesso. No caso do Templo de Salomão, entretanto, embora as referências sejam indiretas, são significativas as indicações de que o caminho de acesso era ascendente. Pouco tempo depois de o templo ter sido destruído, ao descrever sua visão de um edifício restaurado, Ezequiel (Séc. VI a.C.)⁶⁰ diz que o acesso do pátio para o pórtico do templo se fazia por um lance ascendente de escadas, com dez degraus segundo a versão Septuaginta (Ez 40:49). Pode-se ainda presumir que o acesso do *heykal* para o *debir* também era ascendente, uma vez que as fontes dizem que este tinha vinte côvados de altura e aquele, trinta (1Rs 6:2, 20), o que sugere que o piso do segundo compartimento era dez côvados acima do primeiro.

Considerando-se que, nas antigas fontes hebraicas, o lugar da morada de Deus é invariavelmente concebido como elevado, acima do lugar dos homens, a diferenciação de nível nos templos afigura-se, assim, como recurso semiótico para atribuição de diferentes graus de santidade às diferentes áreas de culto, produzindo o senso de gradativa aproximação, de movimento ascendente em direção a Deus. Em Sl 24:2, por exemplo, a transcendência de Deus é expressa metaforicamente em termos da elevação geográfica do templo: “*Quem subirá ao monte do Senhor? Quem estará no seu lugar santo?*” Portanto, a ideia de *lugar santo* é semioticamente expressa não

interna do templo, não está claro se a parte mais elevada, a oeste, é um piso mais recente ou se é contemporâneo da parte mais baixa, a leste (Kisilevitz 2015: 149-151).

⁵⁶ Aharoni 1967; 1968; 1969; Herzog 1987; 2002; Ussishkin 1988.

⁵⁷ Aharoni 1969: 44, Fig. 49.

⁵⁸ Aharoni 1969: 31.

⁵⁹ Bloch-Smith 2015: 101.

⁶⁰ cf. Blenkinsopp 1996: 165-180.

apenas pela distinção *dentro/fora* como também pela distinção *alto/baixo*. No caso do Templo de Salomão, o poder retórico desses recursos semióticos é reforçado, à semelhança do que se faz na descrição do Tabernáculo, pela dispensação seletiva e progressiva, por ordem de valor relativo, dos tipos de metal empregados na construção de cada parte do templo e de seus respectivos móveis e utensílios. Quanto mais para dentro e mais para cima se adentrava no templo, mais preciosos e mais abundantes eram os metais empregados: bronze para o “altar” no pátio (Ex 27:1-8), ouro para a “arca” no Santo dos Santos (Ex 25:10-22).

As oposições binárias *dentro/fora*, *alto/baixo*, *ouro/bronze*, cumulativamente, parecem portanto expressar a irreconciliável distinção entre Deus e o homem, o santo e o profano. Presumindo que a razão de ser da religião, como acima discutido, é “estabelecer estados de espírito e motivações, poderosos, pervasivos e de longa duração”,⁶¹ tais características dos templos de Judá podem ser interpretadas, mais apropriadamente, como recursos retóricos, cujo sentido os demais atributos, abaixo analisados, parecem indicar com mais clareza.

Uma quarta característica compartilhada pelos templos de Judá é o arranjo das subáreas de culto ao longo de um eixo retilíneo, articuladas uma após a outra. Em todos os casos – Moza, Arad, Tabernáculo de Moisés e Templo de Salomão – o espaço é disposto de tal modo que obriga um acesso linear e progressivo, do pátio para o primeiro compartimento e deste para o segundo. Esse eixo de acesso era física e proeminentemente ressaltado por duas colunas que flanqueavam a entrada do templo de Arad,⁶² o de Moza⁶³ e o de Salomão (1Rs 7:15, 21). Ao impor a necessidade de percorrer toda a extensão do eixo para se chegar ao ponto mais distante, mais elevado e presumivelmente mais santo, o arranjo atribui ao signo um sentido dinâmico comparável àquele que resulta da “natureza linear do significante”, como Saussure chamou essa característica fundamental tanto do signo linguístico oral quanto do escrito.⁶⁴ Saussure observa que não é possível produzir dois sons ou duas palavras ao mesmo tempo. Por força da natureza desses signos, eles são dispostos um após o outro. Desse modo, diferentemente de uma pintura por exemplo, os enunciados

⁶¹ Geertz 1973: 90.

⁶² Aharoni 1969: 31.

⁶³ Kisilevitz 2015: 150.

⁶⁴ Saussure 1970: 46-47.

linguísticos, caracterizam-se por serem cadeias de signos organizados numa sucessão temporal, no caso da fala, ou espacial, no caso da escrita. Disso resulta a natureza linear do discurso. Semelhantemente, os templos de Judá, com seu eixo que obrigava uma progressão linear, impõe uma oposição entre o *antes* e o *depois*. A mensagem desses templos, entendidos como *discurso*, parece então ser a de que, o que quer que seu ritual fosse capaz de operar, seria operado gradualmente e só consumado depois de um determinado lapso de tempo. Essa é a compreensão que aparentemente também possuíam os autores das fontes bíblicas: no Tabernáculo e, por conseguinte, também no Templo de Salomão, alguns ritos deveriam ser iniciados no pátio (*e.g.* Lv 4:4) e continuados dentro do santuário, no Lugar Santo (*e.g.* Lv 4:5-6); o Santo dos Santos, porém, jamais poderia ser adentrado (Lv 16:2), exceto uma vez por ano no *Yom Kippur*, o Dia da Expição (Lv 23:27), quando o ciclo anual das cerimônias alcançava seu ápice e efetiva consumação.⁶⁵

Uma quinta característica compartilhada é a entrada do templo voltada para leste. Tanto no templo de Tel Moza,⁶⁶ quanto no de Tel Arad,⁶⁷ no Tabernáculo de Moisés (Ex 26:27; Nm 3:38) e no Templo de Salomão (Ez 8:16; 47:1), o eixo arquitetônico tem uma orientação leste-oeste, com a entrada voltada para o oriente. Ao atrelar a orientação do lugar de culto ao nascente do sol, parece buscar-se o estabelecimento de uma relação congenial entre o *local* e o *cósmico*, entre o *humano* e o *divino*, entre o *artificial* e o *natural*, entre o *símbolo* e a *realidade*. Tal recurso semiótico teria o efeito de velar a arbitrariedade do signo sagrado, isto é, sua natureza essencialmente humana, portanto sem nenhuma virtude ou poder excepcional, associando-o ao natural e ao divino, para mostrá-lo capaz de produzir os resultados pretendidos pelo adorador e oferecidos pela religião. Semelhantes recursos retóricos, com o mesmo propósito, como por exemplo as imitações de cosmogonias, repetições de fórmulas verbais ou gestuais, quiasmos, palíndromos e aliteraões, têm sido

⁶⁵ Milgrom 1976.

⁶⁶ Greenhut 2009: 51; Kisilevitz 2015: 150.

⁶⁷ Aharoni 1973: 4.

identificados por outros estudos em diversos rituais religiosos,⁶⁸ demonstrando que “ritual pode ser uma forma de verosimilhança ou virtualidade”.⁶⁹

A opção pelo leste é determinada, segundo sugerem as fontes bíblicas, pela associação que se fazia entre o *sol* e *Yahweh*, o Deus de Israel, e de como se manifestavam no templo. O Salmo 84, por exemplo, que expressa o anseio de um fiel por uma experiência com Deus, reúne todos esses elementos num mesmo contexto:

Quão amáveis são os teus tabernáculos, ó Senhor dos Exércitos! A minha alma suspira e desfalece pelos átrios do Senhor; o meu coração e a minha carne clamam pelo Deus vivo... Felizes os que habitam em tua casa... Deus lhes aparece em Sião... Vale mais um dia nos teus átrios do que em outra parte mil; preferiria estar à porta da casa do meu Deus... Pois o Senhor Deus é sol e escudo, o Senhor dá graça e glória; não nega bem algum aos que andam na retidão.

Como já ressaltou Mark S. Smith, textos como Sl 17, 27, 63 e Ez 8:16, “sugerem que o sol evocava pelo menos a dimensão luminescente da presença divina”.⁷⁰ Outros textos, porém, explicitamente indicam que, para alguns, provavelmente para muitos, o sol não era apenas metáfora para falar de Deus, mas sim o próprio objeto da adoração (2Rs 23:11 e Ez 8:16). Qualquer que seja o caso, a tradição do antigo Israel inequivocamente incluía essa associação, embora difusa, entre *Yahweh* e o *sol* – “o Senhor veio...alvoreceu...resplandeceu” (Dt 33:2) – e era para o alvorecer desse sol que os templos de Judá se voltavam, ligando-os semioticamente aos poderes cósmicos.

Todos os atributos até agora considerados – segregação, tripartição, elevação, axialidade retilínea, articulação progressiva dos compartimentos, dístico e orientação para leste – não são, porém, exclusivos dos templos do antigo Israel, mas caracterizam grande número de templos levantinos, dos períodos do Bronze e do Ferro, como já foi muitas vezes apontado neste último século.⁷¹ Podem ser mencionados, como exemplos, os templos do norte do Levante, com os quais os templos de Israel têm mais estreitas e mais numerosas semelhanças, como os notáveis templos de Ain Dara (Fig. 5), Tell Afis (Fig. 6) e Tell Tayinat (Figs. 7 e 8); e os templos geograficamente mais

⁶⁸ Bell 1992; 1997; 1998; Eliade 1959; 1974; Frazer 1951; Leach 1976; Schechner 1977; 1993; Tambiah 1979; Turner 1974; 1987; Yelle 2003; 2013.

⁶⁹ Yelle 2013: 21.

⁷⁰ Smith 1990: 30.

⁷¹ e.g. Busink 1963; Coogan 1987; Dever 1990: 119-166; Geraty 1989; Hundley 2013: 105-129; Hurowitz 2011; Kamlah 2012: 507-534; Kuschke 1967; Mazar 1992; Mierse 2012: 156-197; Ottosson 1980; Pinnock 2009; Sala 2008; Seton Williams 1949; Wightman 2007; Wright 1971.

próximos, do interior do sul do Levante, cujas semelhanças são menos estreitas e numerosas, como os de Hazor, Área H;⁷² Beth-Shean, Nível VII, Prédio 1072;⁷³ e Pella, Fases 3, 4 e 5.⁷⁴ Esse fato indica que os templos de Israel empregaram, em sua concepção arquitetônica, uma linguagem comum no Levante, caracterizada pelo uso de oposições binárias para a construção do significado de seus traços mais elementares e fundamentais, o que demonstra a validade e utilidade do método semiótico aqui proposto.

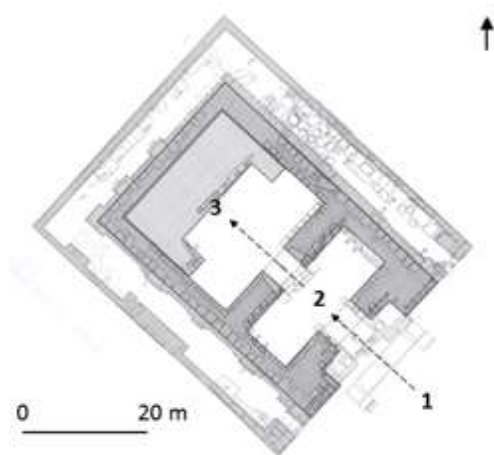


Figura 5: Templo de `Ain Dara
Séc. XII-VIII a.C.
(Novák 2012: 47; eixo acrescido)



Figura 6: Templo A1 de Tell Afis
Séc. VII-VI a.C.
(Mazzoni 2012: 31; eixo acrescido)

Tais semelhanças reforçaram a conclusão praticamente unânime, como já foi acima referenciado, de que, a despeito do caráter peculiar que as fontes bíblicas pretendem para a religião Israel, e de seu menosprezo pela religião das nações vizinhas, o culto do antigo Israel compartilhava traços fundamentais com o culto dos povos cananitas. Portanto, é nesse contexto sócio-cultural que a origem da religião de Israel deve ser buscada, como expressa a frequentemente citada frase de Michael

⁷² Zuckerman, 2012.

⁷³ Mullins, 2012.

⁷⁴ Bourke, 2012.

Coogan: “É essencial considerar a religião bíblica como um subconjunto da religião israelita, e a religião israelita como um subconjunto da religião canaanita”.⁷⁵

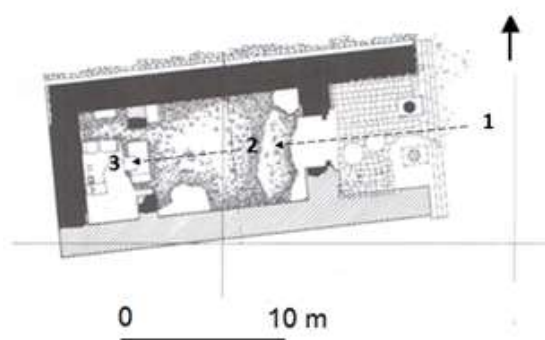


Figura 7: Templo de Tell Tayinat, Prédio II
Idade do Ferro II, Séc. IX-VIII a.C.
(Haines 1971: 64-66, pl. 103; eixo acrescido)

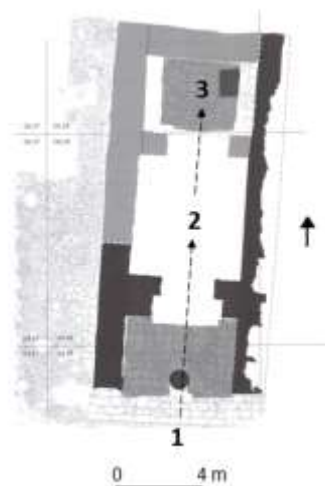


Figura 8: Templo de Tell Tayinat, Prédio XVI
Idade do Ferro II, Séc. IX-VII a.C.
(Harrison 2012: 12; eixo acrescido)

Por outro lado, conquanto as semelhanças possam informar uma origem comum, em nada ajudam para explicar o fato de que, eventualmente, o antigo Israel diferenciou-se das nações a seu redor e construiu uma identidade própria. Como já foi aqui sustentado, identidade é *significado* e, como tal, se constrói por processos de diferenciação entre *significantes* de um mesmo sistema. Se a origem do culto de Israel – isto é, aquele representado pelos templos que são objeto do presente estudo – pode ser encontrada nas semelhanças com o culto dos povos vizinhos, sua identidade então deve ser buscada nos traços peculiares com que a eles se opõe.

A religião representada pelos templos do antigo Israel, porém, antes de mais nada, era a religião promovida pela elite governante e, a princípio, como indicam tanto os dados arqueológicos quanto os literários, não a do povo.⁷⁶ O contexto arqueológico do templo de Tel Moza incluía, proeminentemente, um armazém com grande

⁷⁵ Coogan 1987: 115.

⁷⁶ cf. Dever 2005.

quantidade de vasos cerâmicos geralmente utilizados para a estocagem de grãos, bem como dezenas de silos, o que levou os arqueólogos que ali trabalharam à conclusão de que o sítio era “um celeiro real”.⁷⁷ O templo de Arad era a maior instalação de um posto militar de fronteira, onde foram encontrados selos oficiais e grande quantidade de óstracos com ordens e controles administrativos, inclusive uma inscrição que inclui a expressão “casa de Yahweh”,⁷⁸ o que levou o arqueólogo que o escavou a concluir que o templo era “parte integrante de uma fortaleza real”.⁷⁹ O Tabernáculo e o Templo de Jerusalém, por sua vez, são retratados nas fontes hebraicas como tendo sido erigidos, respectivamente, pelo profeta Moisés e pelo rei Salomão, as figuras mais emblemáticas da liderança nacional (Ex 40:16-17; 1Rs 7:51). Parece portanto razoável presumir que essas instalações de culto fossem, no mínimo, consistentes com a ideologia do reino, conducentes à construção e ao fortalecimento da identidade e dos interesses nacionais.

Presumindo que os templos do antigo Israel tenham sido patrocinados pelo estado e que, portanto, sejam concepções que interessavam aos governantes de um povo semita, autóctone, de tradição essencialmente pastoril e agrícola e que vivia nas terras altas a leste, não parece casual que seus traços mais elementares e notórios sejam justamente aqueles que os distinguem dos templos de seus “arqui-inimigos”,⁸⁰ os filisteus, um povo indo-europeu, imigrante, de tradição essencialmente náutica e comercial, que ocupava as terras baixas do litoral a oeste, vistos tanto por egípcios quanto por israelitas como *invasores*. As diferenças entre os templos de Israel e os templos filisteus de Tel Qasile (Área C), Erom/Tell Miqne (Field IV) e Asdode (Área H), abaixo considerados, bem como a natureza das muitas referências aos filisteus feitas pelas fontes literárias, algumas das quais são em seguida também apontadas, suportam essa suposição.

⁷⁷ Greenhut e De Groot, 2009, p. 223.

⁷⁸ Aharoni, 1981.

⁷⁹ Aharoni, 1969, p. 33.

⁸⁰ Niemann, 2013, p. 258.

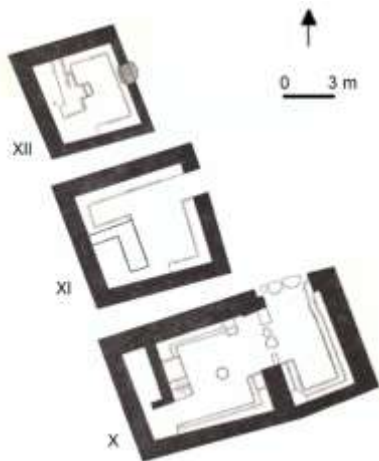


Figura 9: Templos de Tell Qasile: 319, 200 e 131
Idade do Ferro I, 1150-1050 a.C.
(Mazar 1975: 79)

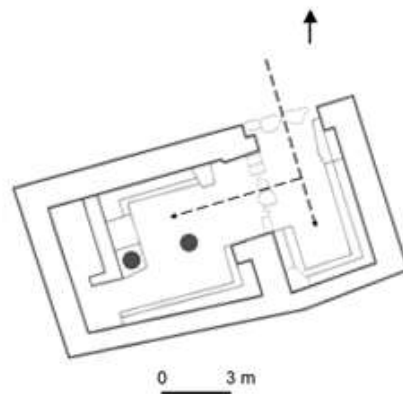


Figura 10: Templo Tell Qasile: 131
Idade do Ferro I, 1050 a.C.
(Mazar 1980, Fig. 11; eixo acrescentado)

O templo de Tell Qasile teve três fases (Fig. 9), denominadas, por ordem de sucessão, Templo 319 (Stratum XII, 1150 a.C.), Templo 200 (Stratum XI, 1100 a.C.) e Templo 131 (Stratum X, 1050 a.C.). Em cada caso, ao ser reconstruído, surgiu com uma planta diferente, assemelhando-se sem rigor à anterior, aparentemente apenas por ter aproveitado parte de sua estrutura. Não há evidência de clara separação entre a área de culto e diversas outras instalações a seu redor, inclusive residenciais, com as quais compartilhava paredes. Em nenhuma das três fases havia o par de colunas ladeando a entrada do templo, marcando o eixo de acesso. A orientação das estruturas não apresenta consistência: a entrada do Templo 319 era centralizada e voltada para nordeste; a do Templo 200 também era aproximadamente voltada para nordeste, porém mudada do centro para o canto norte; e a do Templo 131 voltava-se para o noroeste, estando localizada canto leste. Vários indícios sugerem que o eixo ritual era angular: nas três fases, o pátio externo tinha o formato de L, estendendo-se pelos lados norte e leste do edifício; nas três fases, a parede oeste separava o templo de um anexo (Santuário 300), que tinha função de culto e acesso independente; no Templo 131, o acesso percorria um eixo, de norte a oeste, com ângulo de 90 graus (Fig. 10). O

piso do Templo 200 ficava abaixo do nível do pátio, de modo que o acesso era descendente.⁸¹

O templo de Ecom teve duas fases – Prédio 351 (Stratum VIA, Séc. XII a.C.) e Prédio 350 (Stratum V, Séc. XI a.C.) (Fig. 11), diferentes entre si em vários aspectos, porém, compartilhando características que sugerem continuidade em conceitos elementares. Em ambos os casos, a fachada era aproximadamente voltada para o norte, com a entrada no canto noroeste; o pórtico monumental dava acesso a um pátio interno; o eixo de acesso apresentava múltiplos ângulos; havia vários compartimentos, de frente para o pátio interno, dispostos paralelamente um ao outro. No Prédio 350, o início do eixo era marcado por colunas no estilo *dístilo in antis*. A segregação da área de culto parece que não era rígida, uma vez que o Prédio 350 integrava um relativamente grande conjunto de estruturas, inclusive residenciais.⁸²

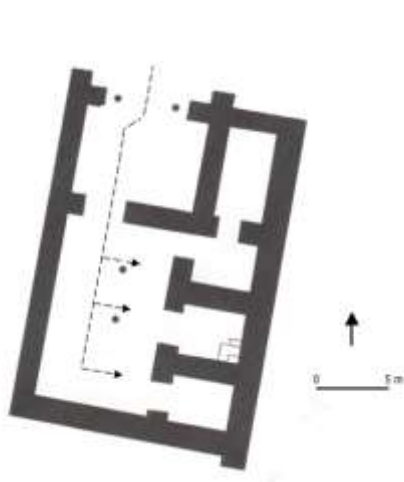


Figura 11: Templo de Ecom, Tell Miqne, 350
Idade do Ferro I, Séc. XI a.C.
(cf. Dothan; Gitin 2008: 1955. Eixo acrescido)

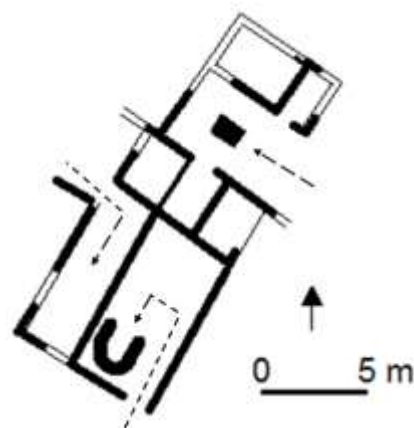


Figura 12: Templo de Asdode, Área H, Stratum XII
Idade do Ferro I, Séc. XI a.C.
(cf. Dothan 1982, Fig. 2. Eixos acrescidos.)

⁸¹ Dothan 1982b; Mazar 1975: 77-86; Mierse 2012: 76-83: 386-387.

⁸² Mierse 2012: 73-75.

O templo de Asdode (Fig. 12; Stratum XII, Séc. XI a.C.), igualmente, era parte integrante de um grande complexo de estruturas, com as quais dividia paredes, algumas das quais aparentemente residenciais. Evidências de atividade religiosa foram encontradas nos compartimentos de várias dessas estruturas, alguns com entradas independentes, cada uma voltada para uma direção diferente. A sala maior apresenta formato apsidal, único nessa região e época. Ao seu lado, havia um amplo pátio pavimentado, com colunas, ladeado por compartimentos que se abriam para ele. O acesso a cada um desses compartimentos seguia eixos diferentes, com orientação diversa um do outro.⁸³

Não se pode dizer que esses templos filisteus representam, todos eles, uma mesma forma de ritual e de culto, considerando-se que diferem em vários aspectos. Contudo, eles têm em comum o fato de que são radicalmente diferentes dos templos de Israel, pois caracterizam-se por uma segregação das áreas de culto pouco rígida; número variado de sub-áreas; disposição inconsistente dessas áreas; eixos de acesso múltiplos e angulares; diversidade de orientação; e níveis de piso inconsistentes que não sugerem uma disposição hierárquica das sub-áreas. Portanto, pode-se dizer que, contrariamente aos templos de Israel, segregação, orientação, axialidade, número de sub-áreas, disposição e hierarquização das sub-áreas não eram fatores significativos ou, pelo menos, de grande importância nos templos filisteus. Para efeito de comparação e contraste, o templo judaíta de Arad, que também passou, durante um longo período, por fases de reforma e reconstrução, sempre e estritamente manteve a mesma configuração: tripartição da área de culto; disposição sucessiva dessas sub-áreas; fachada voltada para o oriente; eixo de acesso único, retilíneo e ascendente; medidas e proporções. Em suma, preservando todas as características tipológicas dos templos de Israel destacadas neste trabalho.⁸⁴

O provável significado dessas marcadas oposições na arquitetura dos templos é repetidamente sugerido pelas fontes bíblicas. Dentre essas, os Salmos constituem exemplo especialmente relevante, uma vez que apresentam o conteúdo litúrgico utilizado nos rituais do Templo de Jerusalém. Um tema central e recorrente nessa coleção de escritos é o da “montanha sagrada” (הַר קֹדֶשׁ – *har kodesh*), o monte Sião,

⁸³ Dothan 1993; Mierse 2012: 72-73, 382.

⁸⁴ Herzog et al. 1984: 7.

onde ficavam o templo, morada de Yahweh, e o palácio dos reis de Judá. Em geral, os Salmos empregam a *elevação geográfica* como símbolo de *superioridade*, *primazia* e *supremacia* da tribo de Judá e da dinastia do rei Davi sobre todas as tribos de Israel e todas as nações da terra, como canta o Salmo 78:68-71 (*cf.* Sl 2:6; 15:1; 24:3; 43:3; 48; 68:16; 74:2; 78:68-72; 99:1-2, 9; Is 2:2-3; Ez 37:22-28; Mq 4:1-2; Zc 8:20-23):

[Yahweh] elegeu a tribo de Judá e o monte Sião que ele ama. Edificou o seu santuário como as alturas como a terra que fundou para sempre. Escolheu a Davi, seu servo; tirou-o do aprisco das ovelhas, da companhia das ovelhas fê-lo vir para apascentar Jacó, seu povo, e Israel, sua herança.

A própria identidade da nação é definida pelas terras altas onde habita. Por sinédoque, o monte é usado como símbolo de Israel e seu território, primariamente constituído pela região montanhosa: “[Yahweh] os introduziu nos limites de sua terra santa, a montanha que sua destra conquistara. Expulsou as nações da sua frente. Com cordel delimitou-lhes uma herança. Fez habitar em suas tendas as tribos de Israel” (Sl 78:54-55; *cf.* Sl 72:3; 8:8-11; Is 65:9; Jr 31:12; Ez 17:22-23; 20:40).

A ideia de que montanhas são local de habitação divina não era exclusiva de Israel mas comum em todo o Levante durante os milênios II-I a.C.⁸⁵ Nos textos de Ugarit, datados dos Séc. XIV-XII a.C., anteriores portanto à maior parte dos textos bíblicos, o deus El, chefe do panteão, habita uma montanha; a assembleia dos deuses reúne-se no Monte Lahu; e a morada de Baal é o Monte Zaphon.⁸⁶ Porém, conquanto um substrato cultural comum seja evidente, os textos bíblicos acima referidos sugerem que o fato de Israel ter se estabelecido desde seus primórdios nas montanhas de Canaã, como evidenciam tanto as fontes literárias quanto as arqueológicas,⁸⁷ e de nelas ter erigido seus templos, parece ter contribuído para desenvolver entre esse povo, uma peculiar e conveniente compreensão da oposição *alto/baixo*: uma forte correlação simbólica entre *altitude* e *valor*, que enaltece Israel, os menos abastados habitantes das terras altas, vis-à-vis os filisteus, os mais abastados habitantes das terras baixas do litoral, seus inimigos mais invejados e hostilizados.

Efeito retórico semelhante parece ter sido obtido pela orientação dos templos de Israel. Ao mesmo tempo em que a orientação para o nascer do sol ressalta a ideia da

⁸⁵ Clifford 1972.

⁸⁶ Coogan; Smith 2012: 14, 111, 119; Smith 1994: 265; 2001: 41-42; Steiner 2013.

⁸⁷ Finkelstein 1988.

natureza transcendental do templo e, portanto, a radical distinção entre o *santo* e o *profano*, parece também estabelecer-se uma oposição qualitativa entre o *oriente* e o *ocidente*. Se a divindade, personificação de todo o bem, vem do oriente, deve-se considerar a hipótese de que seu extremo oposto, o ocidente, fosse de algum modo associado à ideia do mal. Os dados estritamente arqueológicos não permitem dizer muito quanto a isso; porém, associados a dados textuais, autorizam fazer inferências significativas para a compreensão da função política da religião patrocinada pelo Reino de Judá.

A existência de um *oriente* e de um *ocidente*, separados por distância proverbialmente intransponível, evidentemente integrava a concepção de mundo do antigo Israel pois, do contrário, o salmista não poderia ter dito: *“Assim como está longe o oriente do ocidente, assim [Yahweh] afasta de nós as nossas transgressões”* (Sl 103:12). Cabe lembrar que a palavra geralmente traduzida por “oriente” é o substantivo מִזְרָח (*mizrah*), cuja raiz é o verbo זָרַח (*zarah*), que significa “levantar-se”, “surgir”, “aparecer”. Portanto, מִזְרָח (*mizrah*) é o *levante*,⁸⁸ o lugar de onde o sol surge em resplendor e glória. Em contraste, a palavra usada nas fontes hebraicas para “ocidente”, מַחְרָב (*maharav*), vem do verbo חָרַב (*harav*) que significa “cobrir com um manto”, “escurecer”, “anoitecer”.⁸⁹ Assim, a oposição *oriente/ocidente* é concebida em termos da oposição *luz/trevas*, com toda a carga simbólica que esses conceitos possuíam, como o Eclesiastes a expressa: *“Então vi eu que a sabedoria é mais excelente do que a estultícia, quanto a luz é mais excelente do que as trevas”* (Ecl 2:13). Isaías associa o oriente à justiça (Is 41:2), e o apresenta em oposição qualitativa à região marítima (Is 41:5). Ezequiel roga os piores infortúnios contra os “príncipes do mar” e vaticina seu naufrágio, qual navio sobrecarregado de riquezas, destruído pelo “vento oriental” (Ez 27:25-27).

Nesse contexto, parece significativo que o Tabernáculo, precursor do Templo de Salomão, seja retratado como de costas voltadas para o mar (Ex 26:22, 27),⁹⁰ muito embora isso fosse impossível. Segundo as fontes hebraicas, as instruções para construção do Tabernáculo teriam sido dadas e executadas no Sinai (Ex 19:1). Nessa

⁸⁸ Brown et al. 1979: 280.

⁸⁹ Brown et al. 1979: 788.

⁹⁰ no hebraico יָם (yam - mar) e não “ocidente” como em algumas versões para o português.

península, conquanto a frente do Tabernáculo pudesse estar voltada para o sol nascente, suas costas não poderiam estar viradas para o mar, como alega o texto, porque a oeste do Sinai ficava a terra do Egito, não o Mediterrâneo. Tal discrepância trai, não apenas o local e época em que o texto foi produzido, mas também a importância que a palavra “mar” tinha para a ideologia do texto. O sol, para os habitantes da antiga Canaã, se põe no “grande mar”, como é chamado o Mediterrâneo nas fontes literárias. A esse determinismo geográfico, que coloca a região marítima do lado das “trevas”, somaram-se fatores históricos que, como este trabalho propõe, parecem ter contribuído para que o mar e as coisas a ele associadas viessem a ser tratados de forma depreciativa e frequentemente hostil.

Embora a faixa litorânea fosse pretendida pelo antigo Israel (Gn 49:13; Nm 34:6; Js 15:12, 47; Ez 47:19; 48:28-29; Sf 2:7), ela era ocupada por outros povos, cujas origens, história, economia, estilo de vida e a própria identidade estavam intimamente ligados ao mar. Nisso, eram radicalmente diferentes de Israel, que habitava as montanhas e tinha uma economia predominantemente pastoril. Como se pode inferir das fontes bíblicas, Israel orgulhava-se de sua história e tradição pastoril (Gn 46:32-34) mas, ao mesmo tempo, invejava e ressentia-se da abundância dos povos marítimos, abominava seu estilo de vida e ansiava pelo dia em que a faixa litorânea seria transformada: *“A costa do mar será de pastagens, com abrigos para os pastores, e currais para os rebanhos”* (Sf 2:6).

A costa sul era controlada pelos filisteus, um dos “povos do mar”, como as fontes egípcias se referem às hordas de imigrantes trazidos pelo colapso das civilizações mediterrânicas que marcou a transição entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro (ca. 1200 a.C.), que ali se estabeleceram em cidades portuárias de grande afluência, como Gaza e Asquelom, ou próximas da orla marítima, como Asdode, Ecom e Gate. A costa norte, por sua vez, era ocupada, praticamente durante toda a Idade do Ferro, pelos fenícios, famosos por seu extenso e próspero comércio marítimo, e que também viviam em importantes cidades portuárias, como Tiro e Sidom. Apesar de serem, em todos os aspectos, povos distintos, as fontes bíblicas várias vezes se referem a filisteus e fenícios de forma conjunta ou com a mesma caracterização de prósperos comerciantes marítimos e abastados habitantes do litoral, porém vis, soberbos, opressores, cruéis, objetos de menosprezo e repúdio: *“Que sois para mim, Tiro e*

Sidom, e todas as regiões da Filístia?” (Jl 4:4); “Chegou o dia de destruir a todos os filisteus, de cortar de Tiro e de Sidom todo o resto que os socorra; o Senhor destruirá os filisteus, o resto da ilha de Caftor” (Jr 47:4; cf. Is 23; Ez 25:15-17; 26-28; Am 1:6-10; Zc 9:3-6).

Conclusão

A análise dos dados arqueológicos e literários acima apresentada sugere que as oposições binárias *dentro/fora, retilínio/angular, alto/baixo, leste/oeste* foram consistentemente empregadas nos templos de Judá para produção do significado de alguns de seus traços arquitetônicos mais elementares, o que permite concluir que os textos e os remanescentes materiais são expressões de uma mesma estrutura semiótica.

A análise sugere ainda que essas mesmas oposições foram empregadas para afirmar a identidade de Israel, como povo privilegiado e superior, autóctone e vinculado às terras altas do oriente, em oposição principalmente aos filisteus, povo desdenhado e hostilizado, estrangeiro e vinculado ao mar do ocidente.

As evidências de que esses templos foram, de forma consistente e permanente, patrocinados pelo poder govenante sugerem também que integravam uma estratégia de estado para compensar a inferioridade econômica, tecnológica e política, vis-à-vis os abastados, poderosos e influentes comerciantes marítimos, por meio do enlevo religioso e da ideia da progressão linear da história nacional rumo a uma consumação gloriosa, eventualmente consolidada numa esperança messiânica.

O apego mais rígido, consistente e prolongado de Israel ao conjunto de traços arquitetônicos de seus templos que, tudo indica, expressam a ideologia de uma nação divinamente privilegiada e superior, talvez possa ser aduzido como um dos fatores que contribuíram para a formação e consolidação da identidade de Israel, bem como para a excepcional resiliência e longevidade do relativamente pequeno e frágil Reino de Judá, enquanto os outros povos de Canaã, entre os quais os mesmos traços ocorrem porém sem grande rigidez e constância, foram gradualmente se extinguindo. Aqui também parece ficar evidente que a eficácia da ideologia parece depender muito mais do modo como os fatos são representados do que dos fatos propriamente ditos.

Referências Bibliográficas

AHARONI, Y. Excavations at Tel Arad: Preliminary Report on the Second Season, 1963. *Israel Exploration Journal*, v. 17, 1967, pp. 247-249.

AHARONI, Y. Arad: Its Inscriptions and Temple. Massachusetts: *The Biblical Archaeologist*, v. 31, 1968, pp. 20-32.

AHARONI, Y. Arad: Its Inscriptions and Temple. Massachusetts: *The Biblical Archaeologist*, v. XXXI, 1968, pp. 20-32.

AHARONI, Y. The Israelite Sanctuary at Arad. In: FREEDMAN, D. N.; GREENFIELD, J. C. *New Directions in Biblical Archaeology*. Garden City: Doubleday, 1969, pp. 29-39.

AHARONI, Y. The Solomonic Temple, The Tabernacle and the Arad Sanctuary. In: HAFFNER, J. . H. A. *Orient and Occident, Essays Presented to Cyrus H. Gordon on the Occasion of his Sixty-fifth Birthday*. Neukirchener: Verlag Butzon & Bercker Kevelaer, 1973, pp. 1-8.

AHARONI, Y. *Arad Inscriptions*. Jerusalem: The Israel Exploration Society, 1981.

ANDRIOLO, K. R. A Structural Analysis of Genealogy and Worldview. *American Anthropologist*, v. 75, 1973, pp. 1657-1669.

ASSISTER, A. Althusser and Structuralism. London: *The British Journal of Sociology*, v. 35:2, June 1984, pp. 272-296.

BALUT, P.-I. Contre Sens, Contre Histoire. In: MARCHEGAY, S.; LE DINAHET, M.-T.; SALLES, J.-F. *Nécropoles et Pouvoir: Idéologies, Pratiques et Interpretations*. Paris: Diffusion de Boccard, v. Travaus de la Maison de L'Orient Méditerranéen, No. 27, 1998, pp. 283-295.

BANNET, E. T. *Structuralism and the Logic of Dissent: Barthes, Derrida, Foucault, Lacan*. Basingstoke: Macmillan, 1991.

BARTHES, R. *Elements of Semiology*. New York: Hill and Wang, 1999.

BELL, C. *Ritual Theory, Ritual Practice*. New York: Oxford University Press, 1992.

BELL, C. *Ritual: Perspectives and Dimensions*. New York: Oxford University Press, 1997.

BELL, C. Performance. In: TAYLOR, M. C. *Critical Terms for Religious Studies*. Chicago: University of Chicago Press, 1998, pp. 205-224.

BINFORD, L. R. *Working at Archaeology*. New York: Academic Press, 1983.

BLENKINSOPP, J. *A History of Prophecy in Israel*. Louisville: John Knox Press, 1996.

BLOCH-SMITH, E. Solomon's Temple: The Politics of Ritual Space. In: GITTLEN, B. *Sacred Time, Sacred Place: Archaeology and the Religion of Israel*. Winona Lake: Eisenbrauns, 2002, pp. 83-94.

BLOCH-SMITH, E. Masebot Standing for Yhwh: The Fall of a Yhwistic Culto Symbol. In: COLLINS, J. J.; LEMOS, T. M.; OLYAN, S. M. *Worship, Women, and War: essays in honor of Susan Niditch*. Providence: Brown University, 2015, pp. 99-115.

BLOCH-SMITH, E.; NAKHAI, A. A Landscape Comes to Life: The Iron I Period. *Near Eastern Archaeology*, v. 62/2, p. 62-127, 1999.

BOURKE, S. The Six Canaanite Temples of Tabaqat Fahil: Excavating Pella's 'Fortress' Temple (1994-2009). In: KAMLAH, J. *Temple Building and Temple Cult: Architecture and Cultic Paraphernalia of Temples in the Levant (2.-1. Mill. B.C.E.)*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2012, pp. 159-201.

BROWN, F.; DRIVER, S. R.; BRIGGS, C. A. (Eds.). *A Hebrew and English Lexicon of the Old Testament*. Peabody: Hendrickson Publishers, 1979.

BUSINK, T. Les Origines du Temple de Salomon. *Jaarbericht van het Vooraziatisch-egyptisch Genootschap Ex Oriente Lux*, 1963, pp. 165-192.

CHANDLER, D. **Semiotics: The Basics**. London: Routledge, 2002.

CLARKE, S. *The Foundations of Structuralism: A Critique of Lévi Strauss and the Structuralist Movement*. Sussex: The Harvester Press, 1981.

CLIFFORD, R. J. *The Cosmic Mountain in Canaan and the Old Testament*. Cambridge: Harvard University Press, 1972.

COOGAN, M. D. Canaanite Origins and Lineage: Reflections on the Religion of Ancient Israel. In: MILLER, P. D.; HANSON, P. D.; MCBRIDE, S. D. (eds.). *Ancient Israelite Religion: Essays in Honor of Frank Moore Cross*. Philadelphia: Fortress, 1987, pp. 115-124.

COOGAN, M. D.; SMITH, M. S. *Stories from Ancient Canaan*. Louisville: Westminster John Know Press, 2012.

CROSS, F. M. *Canaanite Myth and Hebrew Epic: Essays in the History of the Religion of Israel*. Cambridge: Harvard University Press, 1973.

CROSS, F. M. The Priestly Tabernacle in the Light of Recent Research. In: MADSEN, T. G. *The Temple in Antiquity: Ancient Records and Modern Perspectives*. Provo: Brigham Young University, 1984, pp. 91-105.

CULLEY, R. C. *Studies in the Structure of Hebrew Narrative*. Philadelphia: Fortress Press, 1976.

DE VAUX, R. *Ancient Israel: Its Life and Institutions*. Grand Rapids: Eerdmans Publishing Co., 1997.

DELEUZE, G. *Desert Islands and Other Texts, 1953-1974*. Los Angeles: Semiotext(e), 2004.

DEVER, W. G. The Contribution of Archaeology to the Study of Canaanite and Early Israelite Religion. In: MILLER, P. D.; HANSON, P. D.; MCBRIDE, S. D. *Ancient Israelite Religion: Essays in Honor of Frank Moore Cross*. Philadelphia: Fortress Press, 1987, pp. 209-247.

DEVER, W. G. *Recent Archaeological Discoveries and Biblical Research*. Seattle and London: University of Washington Press, 1990.

DEVER, W. G. *What Did the Biblical Writers Know and When Did They Know It?* Grand Rapids: Eerdmans Publishing Co., 2002.

DEVER, W. G. *Who Were the Early Israelites and Where Did They Come From?* Grand Rapids: William B. Eerdmans, 2003.

DEVER, W. G. *Did God Have a Wife? Archaeology and Folk Religion in Ancient Israel*. Grand Rapids: William B. Eerdmans Publishing Company, 2005.

DOTHAN, M. Ashdod. In: STERN, E. *The New Encyclopedia of Archaeological Excavations in the Holy Land*. Jerusalem: The Israel Exploration Society & Carta, v. 1, 1993, pp. 93-102.

DOTHAN, T. *The Philistines and Their Material Culture*. New Haven: Yale University Press, 1982a.

DOTHAN, T. What We Know About the Philistines. Washington: *Biblical Archaeology Review*, v. VIII, n. 4, July/August 1982b, pp. 20-44.

DOTHAN, T.; GITIN, S. Mique, Tel (Ekron). In: STERN, E. *The New Encyclopedia of Archaeological Excavations in the Holy Land*. Jerusalem: Israel Exploration Society, v. 5, Supplementary Volume, 2008, pp. 1952-1957.

DOUGLAS, M. *Purity and Danger: an Analysis of Concepts of Pollution and Taboo*. London: Routledge and Kegan Paul, 1966.

DOUGLAS, M. *Implicit Meanings: Selected Essays in Anthropology*. New York: Routledge, 1999.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

DUBOVSKÝ, P. *The Building of the First Temple: A Study in Redactional, Text-Critical and Historical Perspective*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2015.

DURKHEIM, É. *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1912.

DURKHEIM, É. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2009.

ECO, H. *Semiotics and the Philosophy of Language*. Bloomington: Indiana University Press, 1986.

ECO, U. *Tratado Geral de Semiótica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.

ELIADE, M. *The Sacred and the Profane: The Nature of Religion*. Tradução de Willard R. Trask. New York: Harcourt Brace and Company, 1959.

ELIADE, M. *The Myth of the Eternal Return: Or, Cosmos and History*. Tradução de Willard R. Trask. Princeton: Princeton University Press, 1974.

FINKELSTEIN, I. *The Archaeology of the Israelite Settlement*. Jerusalem: Israel Exploration Society, 1988.

FINKELSTEIN, I. Digging for the Truth: Archaeology and the Bible. In: FINKELSTEIN, I. e MAZAR, A. *The Quest for the Historical Israel*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2007, pp. 10-14.

FINKELSTEIN, I.; SILBERMAN, N. A. *The Bible Unearthed: Archaeology's New Vision of Ancient Israel and the Origin of Its Sacred Texts*. New York: Simon and Schuster, 2002.

FIORIN, J. L. Teoria dos Signos. In: FIORIN, J. L. *Introdução à Linguística: Objetos Teóricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2015, pp. 55-74.

FRAZER, J. G. *The Golden Bough: A Study in Magic and Religion*. New York: Macmillan, 1951.

FRITZ, J. M. Paleopsychology Today: Ideational Systems and Human Adaptation in Prehistory. In: REDMAN, C. L., et al. *Social Archaeology: Beyond Subsistence and Dating*. New York: Academic Press, 1978, pp. 37-60.

GEERTZ, C. *The Interpretations of Cultures: Selected Essays*. New York: Basic Books, 1973.

GERATY, L. T. The Jerusalem Temple in Its Ancient Near Eastern Context. In: WALLENKAMPT, A. V.; LESHER, W. R. *The Sanctuary and the Atonement: Biblical, Theological and Historical Studies*. Silver Springs: Biblical Research Institute, 1989, pp. 37-62.

- GRABBE, L. L. (Ed.). *Can a 'History of Israel' be Written?* Sheffield: Sheffield Academic Press. Journal for the Study of the Old Testament Supplement Series 245, 1997.
- GREENHUT, Z.; DE GROOT, A. *Salvage Excavations at Tel Moza: The Bronze and Iron Age Settlements and Late Occupations*. Jerusalem: Israel Antiquities Authority, 2009.
- GREENHUT, Z.; DE GROOT, A. Tel Moza in Context. In: GREENHUT, Z.; DE GROOT, A. *Salvage Excavations at Tel Moza: The Bronze and Iron Age Settlements and Later Occupations*. Jerusalem: Israel Antiquities Authority, 2009, pp. 215-233.
- GREENHUT, Z. The Excavations: Stratigraphy and Architecture. In: GREENHUT, Z.; DE GROOT, A. *Salvage Excavations at Tel Moza: The Bronze and Iron Age Settlements and Later Occupations*. Jerusalem: Israel Antiquities Authority, 2009, pp. 9-60.
- GREENWOOD, D. *Structuralism and the Biblical Text*. Berlin: Mouton Publishers, 1985.
- HALPERN, B. *From Gods to God*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2009.
- HARRISON, T. P. West Syrian Megaron or Neo-Assyrian Langraum?: The Shifting Form and Function of the Tell Ta'yinat (Kunulua) Temples. In: KAMLAH, J. *Temple Building and Temple Cult*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2012, pp. 3-21.
- HAWKES, T. *Structuralism and Semiotics*. London: Routledge, 2003.
- HERZOG, Z. A Functional Interpretation of the Broadroom and Longroom House Types. *Tel Aviv*, v. 7, 1980, pp. 82-89.
- HERZOG, Z. Israelite Sanctuaries at Arad and Beer-sheva. In: BIRAN, A. *Temples and High Places in Biblical Times*. Jerusalem: The Nelson Glueck School of Biblical Archaeology, 1981, pp. 120-122.
- HERZOG, Z. The Stratigraphy of Israelite Arad: A Rejoinder. Boston: *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, v. 267, 1987, pp. 77-79.
- HERZOG, Z. The Date of the Temple at Arad: Reassessment of the Stratigraphy and the Implications for the History of Religion in Judah. In: MAZAR, A. *Studies in the Archaeology of the Iron Age in Israel and Jordan*. Sheffield: Sheffield Academic Press, v. JSOTSup 331, 2001, pp. 156-178.
- HERZOG, Z. The Fortress Mound at Tel Arad: An Interim Report. Tel Aviv: *Tel Aviv*, v. 29, 2002, pp. 1-109.
- HERZOG, Z. Arad. In: MASTER, D. *The Oxford Encyclopedia of the Bible and Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2013, pp. 38-41.
- HERZOG, Z. et al. The Israelite Fortress at Arad. Boston: *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, v. 254, 1984, pp. 1-34.

HJELMSLEV, L. *Prolegomena to a theory of language*. Madison: University of Wisconsin Press, 1961.

HODDER, I. Theoretical Archaeology: A Reactionary View. In: HODDER, I. *Symbolic and Structural Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982a, pp. 1-16.

HODDER, I. *The Present Past: An Introduction to Anthropology for Archaeologists*. New York: Pica Press, 1982b.

HODDER, I. *Theory and Practice in Archaeology*. New York: Routledge, 1995.

HODDER, I.; HUTSON, S. *Reading the Past: Current Approaches to Interpretation in Archaeology*. Third Edition. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HUNDLEY, M. B. *Gods in Dwellings: Temples and Divine Presence in the Ancient Near East*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2013.

HUROWITZ, V. A. Solomon's Temple in Context. Washington: *Biblical Archaeology Review*, v. 37/2, 2011, pp. 46-57.

HUROWITZ, V. A. "For Instruction Shall Come Forth from Zion": Biblical and Mesopotamian Temples as Palaces of Justice. In: GANE, R. E.; TAGGAR-COHEN, A. *Current Issues in Priestly and Related Literature: The Legacy of Jacob Milgrom and Beyond*. Atlanta: SBL Press, 2015. pp. 389-418.

JAKOBSON, R. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969.

JAKOBSON, R.; HALLE, M. *Fundamentals of Language*. Berlin: Mouton Gruyter, 2002.

KAMLAH, J. Temples of the Levant - Comparative Aspects. In: KAMLAH, J. *Temple Building and Temple Cult*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2012, pp. 507-534.

KAPELRUD, A. S. Temple Building, a Task for Gods and Kings. Roma: *Orientalia*, v. 32, 1963, pp. 56-62.

KEARNEY, R. *Modern Movements in European Philosophy: Phenomenology, Critical Theory, Structuralism*. Manchester: Manchester University Press, 1994.

KISILEVITZ, S. The Iron IIA Judahite Temple at Tel Moza. Tel Aviv: *Tel Aviv*, v. 42/2, 2015, pp. 147-164.

KISILEVITZ, S. et al. Moza, Tel Moza: Preliminary Report. *Hadashot Arkhaeologiyot*, v. 126, 2014. Disponível em: <www.hadashot-esi.org.il/Report_Detail_Eng.aspx?id=10582>. Acesso em: 4 ago. 2016.

KISILEWITZ, S. Ritual Finds from the Iron Age at Tel Motza. In: GUY D. STIEBEL, O. P.-B. D. B.-A. S. W. B. Y. G. *New Studies in the Archaeology of Jerusalem and its Region, Collected Papers, Volume VII*. Jerusalém: Israel Antiquities Authority, 2013, pp. 38-46.

KUNIN, S. D. *We Think What We Eat: Neo-Structuralist Analysis of Israelite Food Rules and Other Cultural and Textual Practices*. London: T & T Clark, 2004.

KUSCHKE, A. Der Tempel Salomons und der "Syrische" Tempeltypus. In: MAASS, F. *Das Ferne und Nahe Wort, Beiheft zur Zeitschrift die alttestamentliche Wissenschaft*. Berlin: [s.n.], 1967, pp. 124-132.

LACAN, J. *Écrits*. New York: W. W. Norton & Company, 2006.

LANE, M. Introduction. In: LANE, M. *Introduction to Structuralism*. New York: Basic Books, 1970.

LEACH, E. The Legitimacy of Solomon: Some Structural Aspects of Old Testament History. *European Journal of Sociology*, v. VII, 1966, pp. 58-101.

LEACH, E. Genesis as Myth. In: GRAS, V. W. *European Literary Theory and Practice*. New York: Dell, 1973, pp. 317-330.

LEACH, E. *Culture and Communication: The Logic by which Symbols are Connected*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

LEFEBVRE, H. *Position: contre les technocrates*. Paris: Gonthier, 1967.

LÉVI-STRAUSS, C. The Family. In: SHAPIRO, H. L. *Man, Culture, and Society*. New York: Oxford University Press, 1956.

LÉVI-STRAUSS, C. *The Savage Mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1966.

LÉVI-STRAUSS, C. *The Elementary Structures of Kinship*. Boston: Beacon, 1969.

LÉVI-STRAUSS, C. *Structural Anthropology*. New York: 1976.

LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LONGACRE, R. E. The Discourse Structure of the Flood Narrative. Atlanta: *Journal of the American Academy of Religion*, v. Sup 47, 1979, pp. 89-133.

LOUHIVUORI, M. *Understanding Neolithic Southern Levant: Case Studies of Archaeological Semiosis in Action*. Turku: Abo Akademi Press, 2010.

LUNDQUIST, J. M. What Is a Temple? A Preliminary Typology. In: HUFFMAN, H. B.; SPINA, F. A.; GREEN, R. W. *The Quest for the Kingdom of God: Studies in Honor of George E. Mendenhall*. Winona Lake: Eisenbrauns, 1983, pp. 205-218.

MATTHEWS, P. *A Short History of Structural Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MAZAR, A. Excavations at Tell Qasîl, 1973-1974 (Preliminary Report). Jerusalem: *Israel Exploration Journal*, v. 25, n. 2/3, 1975, pp. 77-88.

MAZAR, A. *Archaeology of the Land of the Bible: 10,000-586 B.C.E.* New York: Doubleday, 1990.

MAZAR, A. Temples of the Middle and Late Bronze Age and the Iron Age. In: KEMPINSKI, A.; REICH, R. *The Architecture of Ancient Israel from the Prehistoric to the Persian Periods.* Jerusalem: Israel Exploration Society, 1992, pp. 161-187.

MAZZONI, E. Temples at Tell Afis in Iron Age I-III. In: KAMLAH, J. *Temple Building and Temple Cult: Architecture and Cultic Paraphernalia of Temples in the Levant (2.-1. Mill. B.C.E.).* Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2012, pp. 23-40.

MIERSE, W. E. *Temples and Sanctuaries from the Early Iron Age Levant.* Winona Lake: Eisenbrauns, 2012.

MILGROM, J. Israel's Sanctuary: The Priestly 'Picture of Dorian Gray'. *Revue Biblique*, v. 83, 1976, pp. 390-399.

MULLINS, R. A. The Late Bronze and Iron Age Temples at Beth-Shean. In: KAMLAH, J. *Temple Building and Temple Cult: Architecture and Cultic Paraphernalia of Temples in the Levant (2.-1. Mill. B.C.E.).* Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2012, pp. 127-157.

NIEMANN, H. M. Neighbors and Foes, Rivals and Kin: Philistines, Shepheleans, Judeans between Geography and Economy, History and Theology. In: KILLEBREW, A. E.; LEHMANN, G. *The Philistines and Other 'Sea Peoples' in Text and Archaeology.* Atlanta: Society of Biblical Literature, 2013, pp. 243-264.

NIEMANN, H. M. Neighbors and Foes, Rivals and Kin: Philistines, Shepheleans, Judeans between Geography and Economy, History and Theology. In: KILLEBREW, A. E.; LEHMANN, G. *The Philistines and Other "Sea Peoples" in Text and Archaeology.* Atlanta: Society of Biblical Literature, 2013, pp. 243-264.

NOLL, K. L. Canaanite Religion. *Religion Compass*, v. 1/1, 2007, pp. 61-92.

NOLL, K. L. *Canaan and Israel in Antiquity: A Textbook on History and Religion.* London: Bloomsbury T & T Clark, 2013.

NOVÁK, M. The Temple of 'Ain Dara in the Context of Imperial and Neo-Hittite Architecture and Art. In: KAMLAH, J. *Temple Building and Temple Cult: Architecture and Cultic Paraphernalia of Temples in the Levant (2.-1. Mill. B.C.E.).* Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2012, pp. 41-54.

OTTOSSON, M. *Temples and Cult Places in Palestine.* Uppsala: Acta Universitatis Upsaliensis, v. Boreas 12, 1980.

PACE, D. Structuralism in History and the Social Sciences. *American Quarterly*, v. 3, 1978, pp. 282-297.

PEIRCE, C. S. *Collected Papers: Elements of Logic, Vol. II*. Cambridge: Harvard University Press, 1932.

PEIRCE, C. S. *Collected Papers: Exact Logic (Published Papers), Vol. III*. Cambridge: Harvard University Press, 1932.

PIAGET, J. *Structuralism*. London: Psychology Press, 2015.

PINNOCK, F. Open Cults and Temples in Syria and the Levant. In: *Interconnections in the Eastern Mediterranean. Lebanon in the Bronze and Iron Ages*. Beirut: Ministry of Culture of Lebanon, v. Proceedings of the International Symposium Beirut 2008. Bulletin d'archéologie et d'architecture libanaises. Hors-Série 6., 2009, pp. 195-207.

PREUCEL, R. W. The Postprocessual Condition. New York: *Journal of Archaeological Research*, v. 3/2, 1995, pp. 147-175.

PREUCEL, R. W. *Archaeological Semiotics*. Malden: Blackwell Publishing, 2006.

ROBB, J. E. The Archaeology of Symbols. Palo Alto: *Annual Review of Anthropology*, v. 27, 1998, pp. 329-346.

SALA, M. L'architettura sacra della Palestina nell 'età del bronzo antico I-III: Contesto archeologico, analisi architettonica e sviluppo storico. Roma: Contributi e Materiali di Archeologia Orientale XIII 2008, 2008.

SANTAELLA, L. *O que é Semiótica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

SAUSSURE, F. D. *Course in General Linguistics*. Tradução de Wade Baskin. New York: The Philosophical Library, 1959.

SAUSSURE, F. D. On the Nature of Language. In: LANE, M. *Introduction to Structuralism*. New York: Basic Books, 1970, pp. 43-56.

SCHECHNER, R. *Essays in Performance Theory, 1970-1976*. New York: Drama Book Specialists, 1977.

SCHECHNER, R. *The Future of Ritual: Writings on Culture and Performance*. London: Routledge, 1993.

SCHMIDT, B. B. (Ed.). *The Quest for the Historical Israel*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2007.

SEBEOK, T. A. *Signs: An Introduction to Semiotics*. Second Edition. ed. Toronto: University of Toronto Press, 2001.

SETON WILLIAMS, M. V. Palestinian Temples. Cambridge: *Iraq*, v. 11, n. 1, 1949, p. 77-89.

SIBERMAN, N. A.; SMALL, D. (Eds.). *The Archaeology of Israel: Constructing the Past, Interpreting the Present*. Sheffield: Sheffield Academic Press, v. Journal for the Study of the Old Testament Supplement Series 237, 1997.

SMALL, D. B. Toward a Competent Structuralist Archaeology: A Contribution from Historical Studies. Atlanta: *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 6, 1987, pp. 105-121.

SMITH, M. The Common Theology of the Ancient Near East. Atlanta: *Journal of Biblical Literature*, v. 71/3, September 1952, pp. 135-147.

SMITH, M. S. The Near Eastern Background of Solar Language for Yahweh. Atlanta: *Journal of Biblical Literature*, v. 109/1, 1990, pp. 29-39.

SMITH, M. S. *The Ugaritic Baal Cycle*. Leiden: E. J. Brill, v. Volume I, 1994.

SMITH, M. S. *The Origins of Biblical Monotheism: Israel's Polytheistic Background and the Ugaritic Texts*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

STEINER, B. Food of the Gods: Canaanite Myths of Divine Banquets and Gardens in Connection with Isaiah 25:6. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2013, pp. 99-116.

STURROCK, J. *Structuralism*. Malden: Blackwell Publishing, 2003.

TAMBIAH, S. A Performative Approach to Ritual. In: *Proceedings of the British Academy*. Oxford: Oxford University Press, v. 65, 1979, pp. 113-169.

THIELE, E. R. *A Chronology of the Hebrew Kings*. Grand Rapids, MI: Zondervan, 1977.

TRUBETZKOY, N. S. *Studies in General Linguistics and Language Structure*. Tradução de Marvin Tylor e Anatoly Liberman. Durham: Duke University Press, 2001.

TURNER, V. *Dramas, Fields, and Metaphors: Symbolic Action in Human Performance*. Ithaca: [s.n.], 1974.

TURNER, V. *The Anthropology of Performance*. New York: Performing Arts Journal Publications, 1987.

USSISHKIN, D. The Date of the Judaeon Shrine at Arad. Jerusalém: *Israel Exploration Journal*, v. 38/1-2, 1988, pp. 142-157.

WATZINGER, C. *Denkmaler Palastinas. Eine Einführung in die Archaologie des Heiligen Landes*. Leipzig: J. C. Hinrichs, v. I, 1933.

WIGHTMAN, G. J. *Sacred Spaces: Religious Architecture in the Ancient World*. Paris: Peeters Publishers, Ancient Near Eastern Studies, Supplement 22, 2007.

WRIGHT, D. P. Syria and Canaan. In: JOHNSTON, S. I. *Religions of the Ancient World: A Guide*. Cambridge: Belkna Press, Harvard University Press, 2004, pp. 173-180.

WRIGHT, G. R. H. Pre-Israelite Temples in the Land of Canaan. *Jerusalém: Palestine Exploration Quarterly*, v. 103, January-June 1971, pp. 17-32.

WYATT, N. Royal Religion in Ancient Judah. In: STAVRAKOPOULO, F.; BARTON, J. *Religious Diversity in Ancient Israel and Judah*. London: T & T Clark International, 2010, pp. 61-81.

WYLIE, M. A. Epistemological Issues Raised by a Structuralist Archaeology. In: HODDER, I. *Symbolic and Structural Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, pp. 39-45.

YELLE, R. A. *Explaining Mantras: Ritual, Rhetoric, and the Dream of a Natural Language in Hindu Tantra*. London, New York: Routledge, 2003.

YELLE, R. A. *Semiotics of Religion: Signs of the Sacred in History*. London: Bloomsbury Academic, 2013.

ZEVIT, Z. *The Religions of Ancient Israel: A Synthesis of Parallaxic Approaches*. London: Continuum, 2001.

ZUCKERMAN, S. The Temples of Canaanite Hazor. In: KAMLAH, J. *Temple Building and Temple Cult: Architecture and Cultic Paraphernalia of Temples in the Levant (2.-1. Mill. B.C.E.)*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2012, pp. 99-126.

Dura Europos como Estudo de Caso para as Comunidades Paleocristãs

Dura Europos as Study of Case for PaleoChristians Communities

*Juliana B. Cavalcanti*¹

Resumo

Dura Europos foi escavada na década de 1930 pela Universidade de Yale e a Escola Francesa de Letras. Nesta cidade, situada na região da Síria, foram localizadas três casas-templos respectivamente: uma casa-sinagoga, uma casa-igreja e uma casa mitrática. Em todos os casos o que se observou é que a estrutura interna da edificação passou por pequenas adaptações para abrigar as necessidades e demandas de cada culto.

Neste sentido, a partir da evidência material é possível propor paralelos sócio-arquitetônicos entre as três e perceber que os rituais de iniciação e manutenção das comunidades paleocristãs paulinas estão interagindo muito mais com o seu entorno religioso do que sendo uma ‘invenção’ das lideranças locais.

Palavras-Chave: Dura Europos – Cristianismos – Relações Batismais

Abstract

Dura Europos was excavated in the 1930s by Yale University and the French Language School. In this city, located in the region of Syria, it was located three houses temples respectively: a home Synagogue, a house Church and home Mithraism. In all cases what is observed is that the internal structure of the building has undergone minor adjustments to accommodate the needs and demands of each service.

¹ Programa de Pós-Graduação em História Comparada (Instituto de História). Laboratório de História das Experiências Religiosas. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

In this sense, from the material is possible evidence propose socio-architectural parallels between the three and realize that the rituals of initiation and maintenance of the Pauline early Christian communities are interacting more with their religious surroundings than being an 'invention' of local leaders.

Keywords: Dura Europos – Christianities – Relations Baptisms

I. A escavação da cidadela de Dura-Europos se deu em circunstância de exploração, em finais do século XIX e início do século XX, da região da Síria. Região essa entendida como uma área que tinha pouco a contribuir para os processos de romanização no Oriente, mas muito a dizer no que diz respeito aos estágios de helenização².

Assim se deu a descoberta acidental de Dura-Europos³ que teve o início de sua investigação entre os anos de 1921-1922 pela expedição arqueológica conjunta da Universidade de Yale e da Academia Francesa de Letras. Onde se encontrou, em 1931, uma interessante evidência para a forma física de um edifício e sua renovação para o uso cristão (Humphries 2008: 91).

A cidade foi fundada no final do século IV AEC pelos selêucidas, na fronteira com o rio Eufrates, tendo se tornado posteriormente uma cidade romana (de 165 EC a 211 EC) e tendo sido saqueada e abandonada pelos sassânidas em 256-257 EC. Durante os três primeiros séculos de sua existência⁴ Dura-Europos cresceu para ser um grande centro urbano. Comportando o comércio – mediando rotas entre a Índia e o Mediterrâneo – e administração regional para as ricas terras agrícolas da Mesopotâmia do outro lado do rio, os assentamentos menores ao longo do Eufrates e as

² Autores como Theodor Mommsen e Francis Haverfield afirmaram que a única contribuição romana para a região foi o aumento populacional. A dificuldade em um diálogo com Roma estaria no fato de que o processo de romanização só foi possível em áreas que desconheciam o helenismo. Essas colocações ainda vigoram na atualidade, sendo decisivos trabalhos recentes como de Lidewijde Jong (2007), Susan Downey (1998, 2000) e Beate Dignas e Engelbert Winter (2007) que demonstram que do ponto de vista textual e arqueológico há pouco a dizer sobre o período helenístico. Mas quando nos voltamos para o período romano é possível acessar uma série de documentações e mesmo a pensar em políticas de resistência, no âmbito cultural, à dominação romana.

³ Lisa Brody (2011: 17-18) nos conta que a descoberta foi feita pelo capitão Murphy e que rapidamente escreveu para o seu comandante, o tenente-coronel Gerard Leachman, descrevendo a mesma e solicitando assistência arqueológica.

⁴ A cidade foi fundada por macedônios gregos em aproximadamente 300 AEC e ficou completamente abandonada entre a sua destruição por volta do ano de 256 EC pelos sassânidas e sua eventual redescoberta em início do século XX.

comunidades pastoris da estepe circundante. Abrigando ainda diferentes templos, o que fomentava uma alta circularidade de pessoas e alimentos.

A população de Dura-Europos sob os selêucidas consistia em dois grandes grupos: ricos colonos gregos encarregados de manter a segurança da cidade e os povos indígenas semitas da Mesopotâmia fundiária. Além disso, a cidade recebia fluxos constantes de mercadores, soldados e outros funcionários, bem como civis que utilizaram a cidade como uma parada em suas viagens. Esses elementos aliados com a geografia da cidade fomentaram um ambiente poliglota e complexo, no que diz respeito à cultura e à religião. Um dado importante desse multiculturalismo é a existência de comunidades judaicas já no século I AEC⁵, que provavelmente migraram para a cidade a partir da rota que ligava a Babilônia e a Palestina (Matheus 1982: 7; Stephanos 2001: 5). Muito embora a expansão e os mais relevantes dados materiais, como edificações judaicas, só passam ser registradas sob os domínios parta (113 AEC a 165 EC) e romano.

Durante o período romano, Dura-Europos foi empregada como um importante forte, sendo elevada a categoria de colônia após 50 anos de controle imperial. Do ponto de vista populacional, a maior porcentagem continuou sendo de indivíduos de origem semita (persa e mesopotâmica), mas com raízes diferentes do período selêucida. O que implica dizer que a presença romana dirigiu grupos inteiros de Dura, enquanto que ao mesmo tempo, atraiu novos grupos sociais de regiões distintas. Outro grupo que compunha a sociedade de Dura-Europos era as legiões romanas que levaram o culto ao deus Mitra. Muito embora, a referida divindade fosse uma das mais conhecidas no Oriente⁶, o culto a Mitra em Dura-Europos representava do ponto de vista religioso o controle de Roma sobre a cidade. Uma vez que o culto se restringiu

⁵ A principal base para afirmação se encontra no fato de terem sido encontrados moedas que datam do período asmoneu. Contrariando assim, uma antiga suspeita de que a comunidade judaica teria chegado apenas no período da dominação romana. Ver: Stefanos 2001: 4-5.

⁶ Arnaldo Momigliano (1971: 148-149) já ponderava em seu livro "O limites da helenização" que os romanos estabeleceram um culto mitraico distinto do culto persa. Ele afirmou: "O Mitraísmo romano, com seu sistema de colégios e hierarquia de iniciados, a provável ausência de sacerdotes, a ênfase na luta e vitória e sua intelectual crueza, era exatamente o oposto da refinada decepção helenística grega praticada sobre si mesma por cultivarem o Zoroastrismo. Foi um verdadeiro culto e reforçamento a lealdade por parte dos soldados, funcionários e comerciantes ao Império Romano. No Egito Romano há uma abundância de evidências para o novo culto de Mitra, mas no Egito ptolemaico, tanto quanto eu saiba a única evidência para uma prática autenticamente Mazdeísta é do terceiro século AEC [...] Se Mitra, de acordo com Lucio (Deorum Concl. 9), não falava grego, ele certamente falou latim."

aos militares romanos. Em outras palavras, o culto de Mitra tinha pouca relação com outras experiências religiosas locais e excluiu a maioria da população da cidade.

Do ponto de vista econômico, nesse período, a cidade parecia girar em torno da preocupação em fornecer serviços (incluindo habitação e suprimentos) para suas forças residentes, que estavam preocupados principalmente em fortificar a cidade para resistir a um ataque dos persas. Essa nova função e realidade geopolítica (a cidade já não era tão politicamente estável como no período selêucida) acabaram fomentando uma queda no *status* de cidade caravana, o que implicou diretamente numa redução do padrão de vida da população durana.

Neste contexto, emergem os grupos cristãos que detinham uma pequena edificação situada na mesma rua em que estavam localizados o templo ao deus Mitra e a sinagoga (Figura 1). Segundo Carl Kraeling (1967: 20) pode-se datar a igreja do século III EC, tendo sido a principal evidência para datá-la como um templo cristão a existência de um batistério no segundo pavimento.⁷ A igreja teria passado por uma ampla reforma para atender os seus adeptos entre os anos de 240-241 EC. Observou-se que as técnicas estruturais e de acabamento dialogavam com as outras casas-templos, o que para muitos estudiosos sinaliza que os cristãos se inseriram num modelo arquitetônico e civil de seu tempo.

⁷ Muito embora a edificação seja datada do século II EC, e a adaptação para abrigar a comunidade cristã seja do século III EC. Ver: Kraeling, 1967: 19-20.

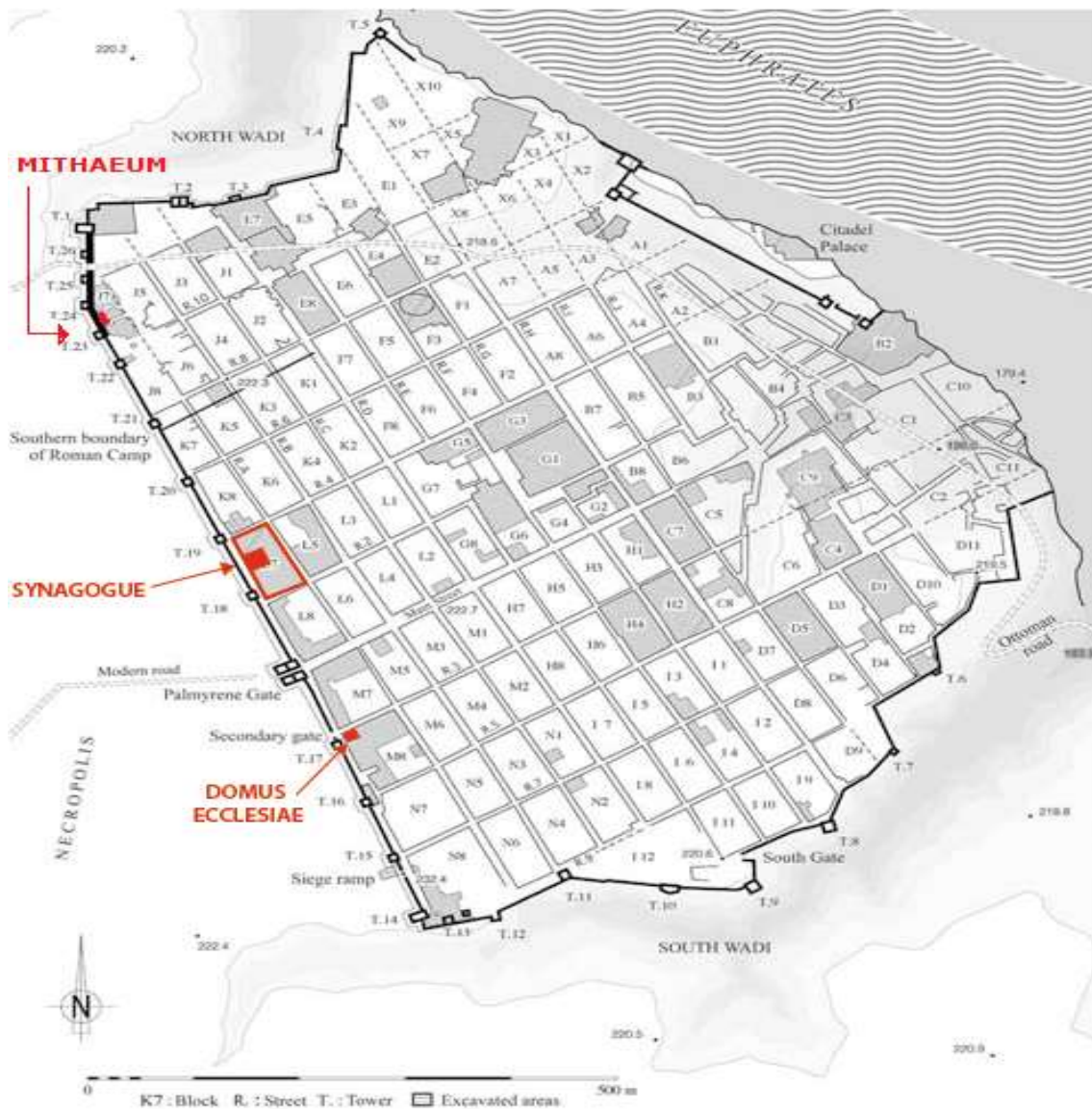


Figura 1: Planta de escavação sinalizando as três edificações-templos em Dura-Europos. Obtido em: <http://www.le.ac.uk/ar/stj/dura.htm#late> (intervenções nossa).

Significativamente, em todos os três casos encontrados em Dura-Europos a renovação inicial para o uso religioso não fez nada para que se retirasse o caráter doméstico básico do prédio existente. Para o caso cristão, que é o que nos interessa, apenas o ambiente 4 sofreu maiores intervenções (sendo fragmentado em dois novos cômodos), conforme é possível ver nas Figuras 2 e 3.

Neste sentido, Dura-Europos nos permite examinar os diferentes elementos que compõem o edifício, a interpretar o seu desenvolvimento a partir de casa privada à igreja, entender as atitudes dos cristãos de Dura-Europos para iniciação e escritura a partir dos assuntos escolhidos para o ciclo de afrescos no batistério⁸ e a especular quanto ao perfil social da comunidade que utilizou o edifício. Ainda que a construção cristã não tenha sido utilizada como residência depois de sua reforma (Humphries 2008: 92-94; White 1990: 102-14; White 1991: 10-12).

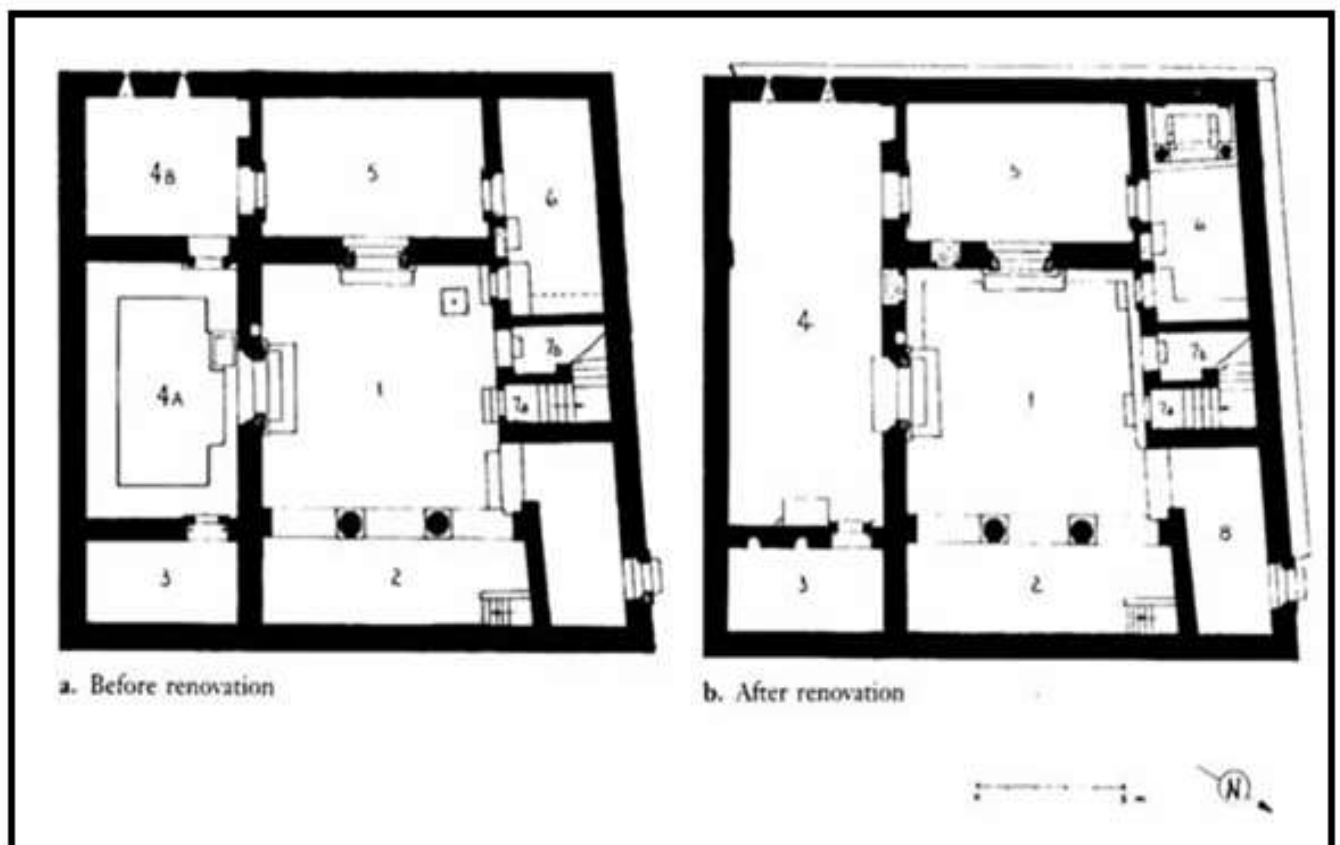


Figura 2: Plantas Baixas da Casa em Dura-Europos sinalizando os estágios anterior e posterior a reforma. Fonte: WHITE, L. *The Social Origins of Christian Architecture. Building God's House in the Roman World: Architectural Adaptations among Pagans, Jews and Christians* (Vol 1). Valley Forge: Trinity Press International, 1990.

⁸ Como veremos mais adiante em Dura-Europos encontra-se também o mais antigo batistério que se tem notícia.

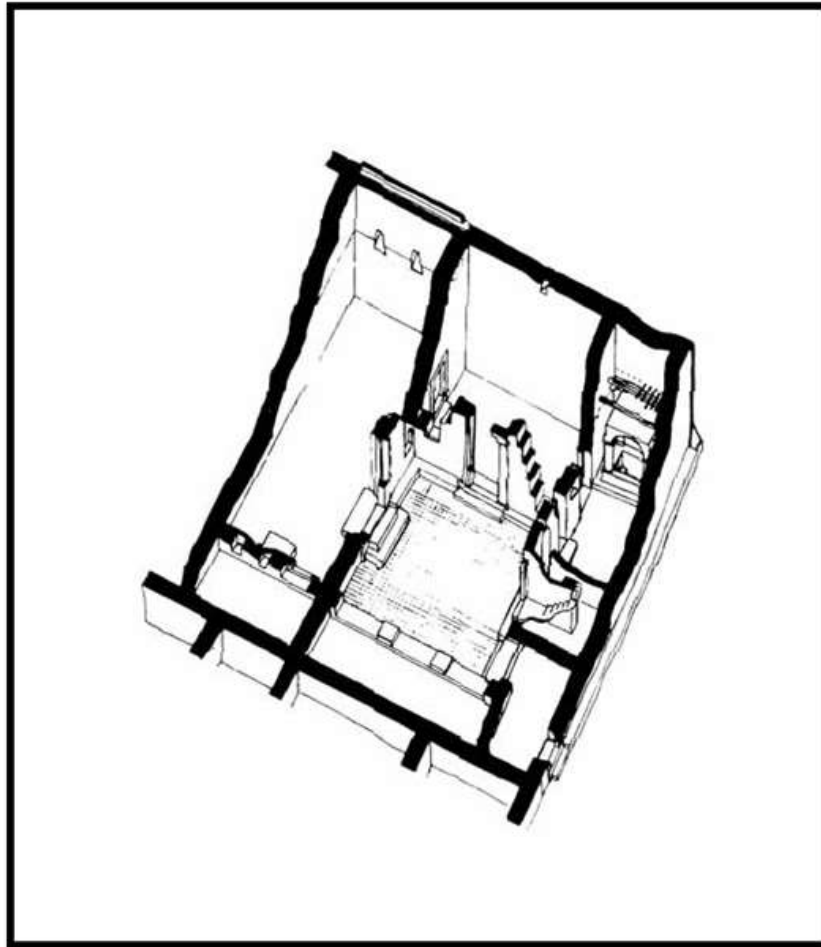


Figura 3: Plantas Isométrica, sentido AA' (Horizontal), da Casa em Dura-Europos sinalizando os estágios anterior e posterior a reforma. Fonte: WHITE, L. **The Social Origins of Christian Architecture. Building God's House in the Roman World: Architectural Adaptations among Pagans, Jews and Christians (Vol 1)**. Valley Forge: Trinity Press International, 1990.

II. Assim, a cultura material nos evidencia o quão importante era para as comunidades paleocristãs o ritual batismal, sendo o exemplo mais antigo existente de arquitetura batismal o quarto-batistério de Dura-Europos (Figura 4). O quarto localizado ao norte da casa foi transformado em um salão batismal, contendo uma fonte retangular em sua extremidade oeste, com medições (1.6 x 1x 1) m. Tendo sido colocada em um nicho coberto por um arco.

Este arranjo tem semelhanças com o arco recesso (*arcosolium*) ao longo de um sarcófago em uma catacumba romana. Nesta instância a fonte substituiu o túmulo

retangular ou sarcófago. Ambos os cofre do arco e do teto da sala são pintados com estrelas brancas em um campo azul. O arco em si tem uma faixa decorativa de romãs, uvas e trigo. A luneta sob o arco mostra uma imagem de um pastor com as suas ovelhas e ainda Adão e Eva em ambos os lados uma árvore. Uma serpente desliza pelo chão entre eles.

Os registros das pinturas das outras paredes (sul, norte e leste) foram em grande parte destruídos, mas as cenas restantes foram identificadas. Na parede sul temos a mulher samaritana no poço e Davi e Golias. Na parede norte está Jesus curando o paralítico, andando sobre a água, e acalmando a tempestade e, abaixo destas iconografias, vemos três mulheres⁹ transportando tochas em direção a uma estrutura retangular com um telhado pontiagudo, com as estrelas a cada canto.



Figura 4: Batistério, Dura Europos, leste da Síria, ca. 240. Foto: Yale University Art Gallery, Dura-Europos Collection. Fonte: JENSEN, R. *Living Water. Images, Symbols, and Settings of Early Christian Baptism*. Boston: Brill 2011.

⁹ Os estudiosos discordam sobre se esta pintura mostra a três mulheres a chegar ao túmulo vazio na manhã de Páscoa (cf. Marcos 16: 1), ou (em alternativa) três dos cinco virgens prudentes aproximando o do noivo tenda (cf. Mt 25: 1-13).

A parede sul da sala tinha duas portas e uma abertura para um pátio central e outro em um quarto ocidental que pode ter servido como um espaço privado para a preparação dos candidatos ao batismo. Esta sala de ligação levou para o que tem sido assumido como sendo um espaço conjunto para a comunidade na parte sul da casa (Jensen 2011: 182-183).

Os dois dados mais relevantes que o batistério em Dura-Europos nos traz é que: (1) o batismo era originalmente um ritual administrado em um lugar com água corrente/nascente. Um bom exemplo disto está no relato do batismo de Jesus ou ainda o batismo de um etíope registrado em Atos dos Apóstolos (At 8: 36-40). Entretanto, a existência de um batistério em pleno século terceiro demonstra que já na metade do século III EC o rito começou a ser ministrado no interior de casas, com um designer especial. Esta mudança fomentou também a existência de piscinas domésticas ou mesmo a utilização de banheiros (seja público seja privado). A própria expressão batistério (em latim *baptisterium*) implica em uma piscina ou uma vasilha grande (Jensen 2011: 179-180). E (2) quanto à produção iconográfica¹⁰, que reforçam o ambiente que entende o batismo como: purificação, renascimento, santificação e vida após-morte. Ao mesmo tempo a configuração da iconografia batismal, nos permite ver como os cristãos acionaram eventos e personagens neo e veterotestamentárias de

¹⁰ As primeiras representações pictóricas de batismo apareceram nas catacumbas romanas. Estas pinturas de parede subterrâneas pertencem a um limitado repertório de imagens que sobreviveram principalmente por serem em local subterrâneo, escapando assim de demolições causadas por reformas urbanas. No entanto, a sua definição sepulcral contribuiu não só para a sobrevivência destas pinturas, mas também para a seleção e conteúdo. Embora os estudiosos suponham que os cristãos produziram arte não fúnebre desde muito cedo (sendo a maior parte perdida), a ocorrência destas cenas num contexto de enterro sugere que tinham alguma relação especial com as crenças cristãs sobre a morte ou a vida após a morte.

Uma descrição de batismo é especialmente apropriada para um túmulo, porque o batismo serve tanto como o ritual cristão de associação, como para significar a passagem do antigo para novo estágio, decretando morte espiritual do indivíduo e seu renascimento. Além disso, o batismo é o meio pelo qual um membro reivindica a promessa de salvação em sua vida após a morte. Cenas de batismo na catacumba geralmente incluem certos detalhes distintivos, a saber: um jovem nu ou a criança em pé na ou sob uma corrente de água, tendo um homem vestido com a mão direita sobre a cabeça do jovem, e uma pomba que paira acima de ambas as figuras. Às vezes árvores ou rochas indicam um letreiro, slogan. As variações são relativamente mínimas; alterações no vestuário de quem batiza ou da pomba nem sempre é aparente. Ocasionalmente, um terceiro está ao lado de quem batiza (Jensen 2011: 5).

forma a atribuir novos significados, dando realidade ao mito por intermédio da prática cotidiana dos membros.¹¹

Quando comparado à cultura material com a documentação literária paleocristã fica claro que o batismo pode ser entendido não como um ato preparatório, mas como o rito central para transformação ou de passagem do mundo exterior que é 'imundo' para uma comunidade que foi "lavada" e "santificada". Uma conceituação distinta com o batismo de João Batista que foi um rito em muitos aspectos análogos as narrativas veterotestamentárias, exceto pelo fato de que o ritual visava retirar o pecado, por intermédio de uma instituição divina, e não as impurezas (Smith, 2006, p. 99; Hartman, 1997, p. 10).

O próprio Morton Smith (2006: 98-99) observou, a partir da historieta do corpo (1Cor 12: 12-23), que o batismo de Paulo era o caminho para a unificação com Jesus, concebido por Paulo como o Espírito. Estabelecendo, em outras palavras, uma relação entre Jesus por intermédio da possessão do Espírito. O espírito vive no interior do batizado e age através dele¹². Assim, o corpo de cada um possuía um "membro" do corpo de Cristo.

Contudo, mesmo o batismo paulino deve ser problematizado. Uma vez que assim como observamos releituras do ritual de João Batista para Paulo, teremos

¹¹ Mas não apenas elementos neo e veterotestamentários. É possível perceber um profundo diálogo com a cultura helenística. Dois exemplos podem ser rapidamente acionados. O primeiro deles é o pastor com o cordeiro que está no frontão do batistério. No caso em específico, esse pastor é Jesus e podemos afirmar isso quando levamos em consideração a quantidade enorme de representações do bom pastor encontradas em catacumbas e construções cristãs. Contudo, esse modelo de o bom pastor já foi na Bacia Mediterrânica para pensar Hermes, Apolo e mesmo Hércules. Há algumas diferenças, Jesus aparece sempre com um rapaz de feições finas e jovens, enquanto que Hermes e Hercules, por exemplo, sempre musculosos. Essas variações estéticas devem ser colocadas lado a lado e entendidas como rivais. É como se disséssemos: quem é maior? O jovem Jesus ou o deus (ou semideus) Hermes/Apolo/Hercules? (Methews, 1995 (1993: 8)

Esses padrões estéticos vão diretamente ao encontro com o segundo exemplo, as imagens de Jesus andando sobre as águas e curando um paralítico. Em ambas as situações Jesus não tem barba, é um jovem. Além de parecer ser privilegiado os momentos de cura de Jesus, isso implica diretamente nas leituras dessa comunidade sobre Jesus. O Jesus dos cristãos duranos é o curandeiro ou um homem divino (theios aner) e não um deus.

¹² Mais conscientemente, o Espírito fala através do possuído fazendo barulhos incompreensíveis. Sintoma que, segundo Smith, pode ser comparado à esquizofrenia. Lewis (1971: 221-253) buscou analisar a possessão e o êxtase de diferentes culturas com o material descrito e analisado pelos psiquiatras. A conclusão apontada é: (1) o xamã ou aquele que está em estado de possessão é um psicótico controlado; (2) a sociedade abre espaço para estes indivíduos, pois eles são parte integrante do sistema total e ideias e suposições religiosas para aquela sociedade e (3) os cultos de possessão periférica representam uma resposta de não aceitação ao padrão de normalidade vigente, buscando outras realidades como forma de escapismos.

também distinções do batismo de Paulo para o ritual que está registrando nas pseudoepigráficas. Em outras palavras, ao harmonizar as cartas autênticas com as que são atribuídas a Paulo corre-se o risco de ter uma leitura de modo a homogeneizar os sentidos atribuídos ao ritual.

É verdade, que em ambos os casos o ritual batismal significa ser possuído por um Espírito. No entanto, enquanto nas autênticas os dons do Espírito se manifestam em todos, como demonstrou Smith com a historieta do corpo, a lógica parece não proceder quando nos voltamos para a epístola aos Efésios (Ef 4: 11-13):

E ele é que “concedeu” a uns ser apóstolos, a outros profetas, a outros evangelistas, a outros pastores e doutores, para aperfeiçoar os santos em vista do ministério, para a edificação do Corpo de Cristo, até que alcancemos todos nós a unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus, o estado do Homem Perfeito, a medida da estatura da plenitude de Cristo.

O fragmento acima é lido como parte de um credo¹³ que reforça, entre outros assuntos, uma unidade por intermédio da hierarquização dos dons. Os que estão nos mais elevados estamentos da pirâmide social são os detentores do mistério que “[...] foi agora revelado aos seus santos e profetas, no Espírito” (Ef 3: 5), sendo estes os responsáveis por garantir que os demais obtenham “o conhecimento do Filho de Deus” (Barth 2008b: 428).

Assim, diferentemente da primeira epístola aos Coríntios, em que todos tinham o imediato acesso ao corpo de Cristo ou a dons do Espírito, aqui o acesso ao corpo compreende em unicamente a submissão à estrutura ministerial. Sendo este o significado do banho ritual para as lideranças que compuseram a carta aos Efésios. Isto é, um batismo que implicava na obtenção dos dons do Espírito por qualquer membro não era tido para estas lideranças como um “legítimo” batismo (Ef 4: 5).

III. Neste sentido, a casa-igreja de Dura-Europos se torna um importante objeto de estudo para os cristianismos originários. Uma vez que, nos permite vislumbrar do ponto de vista material os ambientes de reuniões dos cristãos que

¹³ Barth (2008b: 464-468) sugere que todo o capítulo 4 da carta aos Efésios seria um credo de forma a reforçar determinados aspectos e regimentos do convívio e manutenção da assembleia.

eram constantemente lembrados por Paulo em suas epístolas, mas que antes de Dura-Europos era impossível se falar sobre a luz da Arqueologia no recorte temporal entre os séculos I e IV EC.

Abrindo espaço para uma ampla reflexão sobre as identidades que estavam sendo configuradas, já em contexto de cisão entre Judaísmo e Cristianismo. Muito embora, a imagem de Jesus ainda não estivesse definida e por isso mesmo é central o batistério durano. Pois ele traz elementos sobre interpretações e compreensões da comunidade sobre Jesus, si mesma e uma origem identitário-religiosa ainda não definidos.

Em outras, palavras, o presente artigo preocupou-se em pontuar não apenas a relevância material da casa-igreja, mas buscou também, ainda que brevemente, levantar algumas discussões possíveis a partir da edificação no que diz respeito ao ritual batismal e as mudanças interpretativas que ele sofreu por conta das demandas sócio-estruturais.

Referências Bibliográficas

BÍBLIA. Novo Testamento. 1 Coríntios. Português. *Bíblia de Jerusalém*. Nova Edição, Revista e Revisada, São Paulo: Paulus, 2002.

BÍBLIA. Novo Testamento. Atos dos Apóstolos. Português. *Bíblia de Jerusalém*. Nova Edição, Revista e Revisada, São Paulo: Paulus, 2002.

BÍBLIA. Novo Testamento. Efésios. Português. *Bíblia de Jerusalém*. Nova Edição, Revista e Revisada, São Paulo: Paulus, 2002.

Relatórios de Escavação

KRAELING, C. *The Christian Building*. New Haven: Yale University Press, Excavations at Dura-Europos. Final Report Volume VIII, part. 2. 1967.

Trabalhos Teóricos

DETIENNE, M. *Comparar o incomparável*. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

GINZBURG, C. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. *Medo, Reverência, Terror*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LEWIS, I. *Êxtase Religioso*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

THOMPSON, E. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros. Uma Crítica ao Pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. *Costumes em Comum. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Dicionários, Manuais e Comentários

BARTH, M. *Ephesians 4-6. A New Translation with Introduction and Commentary*. New Haven: Yale University Press, 2008b.

Textos Específicos

BRODY, L. "Yale University and Dura-Europos: from Excavation to Exhibition". In: BRODY, L. and HOFFMAN, G. *Dura Europos. Crossroads of Antiquity*. Boston: McMullan Museum, 2011.

HARTMAN, L. *Into the Name of the Lord Jesus' Baptism in the Early Church*. Edinburgh: T&T Clark, 1997.

HUMPHRIES, M. Material Evidence (1): Archaeology. In: HARVEY, S. e HUNTER, D. (Ed.) *Early Christian Studies*. New York: Oxford University Press, 2008.

JENSEN, R. *Face to Face. Portraits of the Divine in Early Christianity*. Minneapolis: Augsburg Fortress, 2005.

JENSEN, R. *Living Water. Images, Symbols, and Settings of Early Christian Baptism*. Boston: Brill, 2011.

MATHEWS, T. *The Clash of Gods. A Reinterpretation of Early Christian Art*. Princeton: Princeton University Press, 1995 (1993).

MOMIGLIANO, A. *Alien Wisdom. The Limits of Hellenization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

SMITH, M. *The Secret Gospel: The Discovery and Interpretation of the Secret Gospel According to Mark*. Dawn Horse Press; 3th edition, 2005.

STEPHANOS, M. The Jewish Community at Dura-Europos: Portrait of a People. In: *Janus* 2 (2001): 1-26.

WHITE, L. *The Social Origins of Christian Architecture. Building God's House in the Roman World: Architectural Adaptations among Pagans, Jews and Christians (Vol 1)*. Valley Forge: Trinity Press International, 1990.

WHITE, L. *The Social Origins of Christian Architecture. Building God's House in the Roman World: Architectural Adaptations among Pagans, Jews and Christians (Vol 1)*. Valley Forge: Trinity Press International, 1991.

Creta e a integração do Egeu ao Mediterrâneo oriental no 2o milênio a.C.

Crete and the Integration of the Aegean Sea and the Eastern Mediterranean in the Second Millennium BC.

*Juliana Caldeira Monzani*¹

Resumo

As ideias de Max Weber e Karl Polanyi a respeito da economia do mundo antigo como sendo essencialmente agrária e que negavam a importância das atividades comerciais ainda influenciam os pesquisadores do Egeu que consideram a redistribuição, a troca de presentes e a movimentação de bens a curta distância mais importantes do que o comércio a longa distância. Andrew e Susan Sherratt propuseram combinar a teoria do sistema mundo com a de consumo ostentatório de para uma abordagem mais específica do Egeu na Idade do Bronze, quando processos dinâmicos e qualitativos teriam estimulado a proliferação de centros de comércio e da concorrência entre eles. É essa abordagem que nos interessa apresentar neste artigo e Creta no 2º milênio a.C. seria um exemplo desse tipo de dinâmica.

Palavras-Chave: Creta micênica – Mediterrâneo e Mediterranização – Consumo ostentatório.

Abstract

Max Weber's and Karl Polanyi's views of the ancient-world economy as essentially agrarian and the trade as unimportant still greatly influence the Aegean researchers who consider the redistribution, gift exchange, and the short-distance trade more important than the long-distance commerce. Andrew and Susan Sherratt proposed

¹ A autora é doutoranda em História Social na Universidade de São Paulo com tema de pesquisa sobre Creta Micênica. Mestre em Ciências Arqueológicas pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Membro do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo (LEIR-MA/USP). Professora de História Antiga e Medieval na Universidade Cidade de São Paulo (UNICID).

merging the world-system theory to conspicuous consumption concept more specifically approach the Aegean Bronze Age when dynamic and qualitative processes would have promoted the proliferation of commerce centers and the competitiveness among them. With this approach that we intend to discuss in this paper, and Crete, in the second millennium B.C., can be seen as an example of such dynamics.

Keywords: Mycenaean Crete – Mediterranean and Mediterraneanization – Conspicuous consumption.

Introdução

O presente artigo é fruto da apresentação a respeito do modelo de Susan e Andrew Sherratt para uma abordagem do Egeu na Idade do Bronze na IV Semana Internacional de Arqueologia dos discentes de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. A dita apresentação é parte integrante dos estudos que integram a pesquisa de doutoramento cujo objetivo principal é entender a natureza e a extensão da ocupação micênica em Creta e que visa conjugar fontes materiais, vestígios arquitetônicos, e as fontes escritas, ou seja, os documentos em Linear B. O enfoque temporal da pesquisa é o final da Idade do Bronze em Creta, ou seja, o período Palaciano Final. É necessário considerar cada região e suas especificidades ao mesmo tempo em que se pretende estabelecer critérios que sejam capazes de determinar a natureza e a extensão de tal domínio. A pesquisa se insere em questões mais amplas com relação à integração do Mediterrâneo durante a Idade do Bronze e a pergunta mais importante a ser feita é: por que os micênios se instalaram em Cnossos, o principal centro administrativo de Creta? A hipótese central é que, seja de forma planejada ou seja porque a oportunidade se apresentou (distúrbios internos em Creta), a ocupação de Cnossos deve ter uma explicação histórica. Esta ocupação pode ser entendida como uma iniciativa para controlar as rotas comerciais marítimas que pertenciam a Creta, bem como o controle das oficinas minoicas que se especializaram em produzir bens de luxo destinados a um comércio de longa distância que envolvia várias civilizações e sociedades.

O que se pretende aqui é refletir sobre o uso de modelos teóricos para uma abordagem desse período e de que forma a documentação arqueológica pode dialogar

com as teorias. Tendo em vista a natureza das apresentações da IV Semana Internacional de Arqueologia, nosso enfoque foi uma explanação sucinta e inicial da abordagem de Susan e Andrew Sherratt que congrega as ideias da teoria de sistema mundo e de consumo ostentatório para o Egeu na Idade do Bronze, e de que forma tal abordagem se insere em um debate mais amplo sobre as economias do mundo antigo.

A Idade do Bronze

A Idade do Bronze no Egeu compreende a história do continente grego, de Creta e das ilhas no período que marca a introdução do bronze na produção de ferramentas e armas até a difusão do uso do ferro, compreendendo, grosso modo, entre 3000 e 1100 a.C. As pesquisas sobre o período de iniciaram no final do século XIX e foram fortemente influenciadas pela chamada arqueologia filológica ou baseada em textos e tinha como objetivo comprovar a existência dos sítios citados nos textos antigos através de uma pesquisa baseada nas descrições e referências geográficas. Os pioneiros foram Schliemann, que fundou os estudos da pré-história grega no continente e na costa da Anatólia, e Evans e seus seguidores, responsáveis pelas pesquisas em Creta e pela divulgação da disciplina²

No caso de Schliemann a base de suas pesquisas foram as obras atribuídas a Homero. A partir de tais textos e do estudo da geografia da região, ele apontou a elevação Hissarlik como o local da Troia homérica, sendo em grande parte desacreditado, uma vez que o candidato mais aceito na época era a colina de Burnarbashi. O início das escavações, no entanto, provou que Schliemann estava certo. A seguir, a escavação do círculo funerário e das *Shaft Graves* em Micenas foi a mais espetacular descoberta da Arqueologia no continente grego e a mais importante por suas implicações históricas. As descobertas de Schliemann em Micenas foram tão surpreendentes que pareceu natural atribuir a nomenclatura micênico a todo material semelhante encontrado em vários sítios no Egeu.

A primeira escavação estratigráfica em grande escala no Egeu foi realizada pela Escola Britânica de Atenas no sítio de Phylakopi, na ilha de Melos, entre 1896 e 1899.

² Faz necessário mencionar, no entanto, que a primeira pesquisa científica na região foi conduzida pela Expedição Francesa na Moreia (nome medieval da península do Peloponeso) entre 1828 e 1833.

Mas na época da publicação, em 1904, as pesquisas em Phylakopi foram eclipsadas pela grandiosa escavação em Cnossos conduzida por Arthur Evans desde 1900. A civilização de Creta foi nomeada segundo o legendário rei de Creta, Minos. A comparação da civilização minoica com as grandes civilizações do Oriente Próximo, já presente desde os primeiros artigos de Evans, teve, no entanto, dois efeitos problemáticos. Em primeiro lugar concentrou o foco de atenção das pesquisas nos períodos palacianos e no material ligado aos chamados palácios. A segunda consequência foi a postura assumida de que não apenas a sociedade minoica era semelhante às do Oriente Próximo, como também tinha se originado nesta região, seja pela difusão ou pela migração de populações, em especial do Egito. Deste modo, termos como palácio, rei e cidade passaram a ser utilizados sem nenhuma crítica ou comprovação arqueológica.

Pensar o Mediterrâneo

Em um artigo intitulado *Mediterraneanization*, Ian Morris (2003) explora este novo modelo para o estudo da História. Desde a década de 1990 tem sido desenvolvida uma nova abordagem que enfatiza a conectividade e a fluidez no movimento de pessoas, mercadorias e ideias no Mediterrâneo³. Foi Fernand Braudel (1949) o primeiro a pensar o Mediterrâneo como unidade. Esta sua ideia, entretanto, não teve grande alcance, e os trabalhos sinóticos desenvolvidos sobre o Mediterrâneo são poucos quando comparados ao número de pesquisas dedicadas a outras áreas marítimas como o Atlântico ou o Índico.

O modelo antigo baseava-se em Moses Finley que, por sua vez, fora influenciado pela obra de Max Weber (1966) e pelo conceito de cidades consumidoras que exploravam o campo e obtinham produtos através do comércio. A abordagem de Finley (1973) tem como pressuposto estruturas rígidas no tempo e no espaço, fronteiras definidas e instituições poderosas. Tal abordagem enfatizava o enraizamento e a imobilidade na qual nem pessoas nem mercadorias viajam muito ou para muito longe devido ao alto custo dos transportes e da informação. No período da

³ O chamado Mediterraneísmo faz parte de um movimento maior das humanidades e das ciências sociais que tem o Mar Mediterrâneo como uma unidade de análise. O desenvolvimento dessa nova abordagem está intimamente ligado à globalização contemporânea do mesmo modo que o modelo de análise anterior se inseria no contexto histórico da Guerra Fria.

Guerra Fria e de debates ideológicos que opunham a esquerda e a direita, Finley assumiu certas concepções *a priori* que dialogavam com o contexto da época. Após 1989/91 esse tipo de debate deixou de fazer sentido e a globalização se tornou o centro das preocupações pois conectou pessoas, mercadorias e informações de maneiras fundamentalmente diferentes e diversas das até então conhecidas, alterando, assim, a maneira dos pesquisadores olharem para seus objetos de estudo.

Nesse sentido a obra *The Corrupting Sea* de Peregrine Horden e Nicholas Purcell (2000) foi fundamental para a visibilidade dessa nova abordagem em História⁴. Esse novo modelo enfatiza a conectividade e a fluidez e seus três principais conceitos são mobilidade, conexão e descentralização. Tais conceitos se opõem claramente às ideias de rigidez e fronteiras. Onde Braudel enxergava rotas e Finley enxergava imobilidade, os autores de “o mar corruptor” enxergam o movimento de pessoas em padrões os mais variados, de forma que a ideia de rota não serve como uma definição desses movimentos. Não se pensa mais em Estados ou impérios, mas em matrizes microecológicas conectadas pelo mar em um mundo fluído.

Segundo Morris, além de possuir muitas possibilidades interessantes, essa nova proposta é uma resposta adequada aos problemas e questões colocadas atualmente, mas apresenta deficiências ao assumir algumas ideias como certas, da mesma forma que os modelos anteriores. Dentre elas o de tratar a conectividade como um fato (Mediterranismo) e não como um processo (Mediterranização). Assim sendo, o conceito de Mediterranismo obscureceria o custo humano da conectividade: os conflitos, os deslocamentos sociais e as desigualdades geradas. Os teóricos da globalização enfatizam o processo de conexões; os autores de *The Corrupting Sea* assumem a existência dessas conexões. Sendo assim, para Morris, o conceito de Mediterranização seria mais adequado pois permitiria trabalhar com a conectividade em múltiplas perspectivas: indivíduos, mercados, cidades e Estados.

Com relação à História Antiga, entender o Mediterrâneo como um unidade através de suas conexões potenciais explica determinadas situações melhor do que o modelo da imobilidade e possui importantes pontos positivos: torna esse passado

⁴ Este não foi, no entanto, o primeiro livro a tratar do Mediterrâneo dentro no novo contexto mundial, mas faz parte de uma tendência acadêmica mais ampla, pois no final dos anos 80 e início dos 90 obras como Walter Burkert (*Die orientalisierende*, 1984. Edição em inglês, 1992) e Martin Bernal (*Black Athena*, 1987) já trabalhavam com a ideia de conexões intensas no Mediterrâneo oriental.

distante, atrativo para as pessoas e estabelece um diálogo possível com o mundo e seus questionamentos atuais. Tais questões, no entanto, demandam novos dados e os documentos escritos estão distribuídos de forma desigual no tempo e no espaço. Faz-se necessário, portanto, a combinação das fontes textuais com as fontes materiais para que se possa fazer uma história do Mediterrâneo Antigo. A documentação material, diferentemente dos documentos escritos, possibilita o acesso a épocas e lugares que não possuem textos, é quantitativa e pode fornecer novas evidências através das escavações. A Arqueologia, no entanto, também possui seus problemas, tais como a ambiguidade dos vestígios, a ausência de uma datação precisa e a publicação tardia das pesquisas, mas estas dificuldades podem ser superadas com o trabalho integrado com a História.

O comércio no Mediterrâneo durante a Idade do Bronze: nova abordagem

A integração de Creta às civilizações do Oriente Próximo está ligada à questão das rotas marítimas e do comércio no Mediterrâneo oriental. A historiografia a respeito dos desenvolvimentos econômicos se divide nas duas vertentes opostas descritas a seguir.

De um lado, o grupo dos modernistas no início do século XX projetaram para o mundo antigo suas experiências imperialistas do século XIX e defenderam ideias como as de um império marítimo ateniense no século V a.C. ou da talassocracia minoica no segundo milênio a.C., na qual Cnossos seria o centro de um importante império marítimo baseado na colonização de ilhas do Egeu e dos sítios costeiros no continente bem como do controle comercial na região⁵. Aqui se inserem as teses de Evans e seguidores apresentadas anteriormente.

⁵ Embora muitos autores atribuam a Tucídides a ideia de uma talassocracia minoica, o termo talassocracia (*thalattokratía*) não está presente na obra de Tucídides e, ao que nos parece, sua primeira ocorrência seria em Estrabão (1.3.2). Variações do termo, no entanto, têm uma ocorrência anterior. Como verbo (*thalassokratéin*) em Heródoto 3.122 e Políbio 1.7.6 (*thalattokratoúntas*), 1.16.7 (*thalattokpatoúnton*), e como substantivo em Heródoto 5.83.2 (*thalassokrátōres*) e Xenofonte *Hell.* 1.6.2 (*thalattokrátor*). Dentro do mesmo leque podemos considerar uma outra variante (*naucrátor*): Sófocles *Phil.* 1072 e Heródoto 6.9.1 (*naukrátōres*). Dentre todos os casos acima citados somente Estrabão e Heródoto relacionam o domínio do mar ao rei Minos. Na chamada Arqueologia de Tucídides (Thc. 1, 3-23) há duas construções que remetem à ideia do domínio sobre o mar: a respeito de Minos em 4.1 (*Minos gàr palaitatos hōn akoēi nautikōn ektésato kai tēs nūn Hellenikēs thallásseō epì pleíston ekrátēse*) e de Agamemnon em 9.3 (*Agamémnon paralabōv kai nautikōi te háma epì pléon tōn álloōn iscúsas*). A leitura atenta do texto, no entanto, relaciona tal domínio à colonização e expulsão de piratas possível graças à construção de uma poderosa marinha e não de uma verdadeira talassocracia.

De outro lado, os primitivistas, ou seja, historiadores como Jones, Finley e Keith Hopkins, influenciados por Max Weber, conceberam o mundo antigo como essencialmente agrário e negaram a importância das atividades comerciais. Tal corrente foi também influenciada pela escola substantivista de antropologia econômica associada a Karl Polanyi (1957). A crescente conscientização de que as economias estudadas pelos etnógrafos não poderiam ser interpretadas dentro do modelo de pensamento econômico desenvolvido pelas sociedades capitalistas levou a uma ênfase no contexto social das transações materiais. Tal modelo postulava que em sociedades consideradas “simples” os bens eram trocados como presentes, seja reciprocamente ou como um meio de redistribuição por parte do líder. Polanyi acreditava que o mercado era uma característica posterior, dependente do uso do dinheiro, enquanto que a reciprocidade e redistribuição foram, durante muito tempo, os mecanismos de movimentação de bens. A antropologia neoevolucionista entendeu tais ideias como os estágios fundamentais de desenvolvimento das sociedades tribais baseadas nas trocas recíprocas, das sociedades de chefia baseadas na redistribuição e, por fim, dos Estados primitivos comerciantes. Dentro deste modelo, os palácios minoicos seriam exemplos de sistemas de redistribuição.

Entretanto, do mesmo modo que os historiadores modernistas viram o mundo antigo através do espelho dos impérios marítimos comerciais, os primitivistas viram através do espelho etnográfico. Embora tal experiência tenha sido salutar no sentido de expurgar os anacronismos modernistas, o resultado foi substituí-los por um primitivismo igualmente anacrônico.

A maioria dos arqueólogos e historiadores que estudam a antiguidade e, mais especificamente, o Oriente Próximo, negaram as ideias de Polanyi, pois estas estariam baseadas em interpretações incorretas, tanto do ponto de vista das evidências arqueológicas (a ausência de mercados) quanto dos textos (mito da economia do templo). Tais ideias, no entanto, continuam a influenciar os pesquisadores do Egeu onde as distâncias curtas, redistribuição e troca continuam a ser entendidas como mais importantes do que o movimento de bens a longa distância através do comércio.

Andrew e Susan Sherratt (1991) propuseram a combinação das teorias de sistema mundo de Rowlands, Larsen e Kristiansen (1987) e do modelo de consumo

ostentatório (*conspicuous consumption*) de Werner Sombart (1967)⁶ para uma abordagem mais específica para o Egeu na Idade do Bronze.

As teorias de Werner Sombart se oporiam às de Max Weber no sentido em que, para este último, seriam os avanços na produção agrícola e as relações estruturais que resultam e permitem o comércio. Para Sombart, o incentivo ao comércio residiria no desejo da uma minoria em adquirir bens que tenham significado social, o que intensificaria as oficinas locais especializadas em produzir artigos para a troca. Este processo dinâmico não é quantitativo, mas qualitativo, e resultaria na proliferação de centros locais que estimulariam e conectariam redes comerciais regionais e a concorrência entre tais centros⁷, que, por sua vez, resultaria, na criação de novos centros onde antes eram áreas periféricas de tais redes, e assim por diante.

De acordo com tal modelo, a Grécia na Idade do Bronze não estava apenas ligada ao Oriente pelas trocas de bens, mas estava também sendo influenciada por esse contato e absorvendo a linguagem da ostentação na arquitetura, comida, bebida, roupas e adornos para o corpo. Neste sentido a economia urbana é um processo no qual o desejo por objetos de luxo precede a produção de commodities. Não se trata, no entanto, de uma difusão passiva, pois tal processo gerou iniciativas de colonização de territórios⁸. Tais comunidades são geralmente iniciativas de pequenas unidades políticas ou étnicas nas fronteiras de áreas mais integradas comercialmente e fornecem a articulação entre as grandes economias e as redes de trocas locais, operando através de portos de comércio. O surgimento desses centros secundários criariam novas periferias que seriam estimuladas à integração e que, em alguns casos, ulteriormente se desenvolveriam em novos centros. Assim, as economias da Idade do Bronze seriam, ao mesmo tempo, redistributivas e comerciais que responderiam às dinâmicas do mercado. Desta maneira, a economia no Egeu neste período pode ser entendida como um sistema dinâmico que passou por mudanças na escala e no caráter em um processo contínuo de transformação e no desenvolvimento de novos

⁶ Original em alemão: *Luxus und Kapitalismus*. München: Duncker & Humblot, 1913.

⁷ A ideia de concorrência entre grupos através de símbolos de status sociais e que estimularia as mudanças sociais e econômicas é conhecido como *Peer Polity* e apresentada e discutida por Renfrew & Cherry (2009).

⁸ O que chamamos de colônia, no entanto, talvez devesse receber uma nomenclatura mais neutra, a de missões comerciais (comunidades comerciais em território estrangeiro), processo discutido por Philip Curtin (1984), mas que não será abordado neste artigo.

centros na longa duração, postulada por Braudel (1986), que se estende de 2500 a 1100 a.C.

Na fase inicial (2500 a 2000 a.C.), as civilizações do Egito e da Mesopotâmia teriam estimulado o aparecimento de Estados secundários, como Biblos e Ebla, intermediários entre estas civilizações e pequenos sistemas periféricos como o do Egeu. Ali as ilhas Cíclades controlariam uma rede local de rotas de curta distância no Egeu que as ligavam a Creta, ao continente grego e à costa da Anatólia com canoas a remo (Figura 1) utilizando as correntes marítimas.



Fig. 1.: Representação de canoa a remo em frigideira de terracota cicládica datada entre 2500 e 2200 a.C. Fonte: <http://www.salimbeti.com/micenei/ships.htm>

O uso de tais correntes pode ser atestado arqueologicamente desde o Paleolítico através da distribuição da obsidiana de Melos no Egeu⁹ e durante a Idade do Bronze pela difusão da cerâmica cicládica conhecida como *duck vase* (Figura 2) nas ilhas e regiões costeiras do Egeu e em Creta. A organização dessa rede local teria estimulado o aparecimento de novas unidades políticas em Creta, que se materializariam em centros administrativos conhecidos como palácios.

⁹ A respeito dos estudos da obsidiana de Melos consultar RENFREW, C. et al *The Obsidian Trade*, 1982.



Fig. 2.: *Duck vase* de Phylakopi, c. 2300-2000 a.C. British Museum, 1865,1214.39, AN506115001. Fonte: <http://www.britishmuseum.org>

Em uma segunda fase (2000 a 1700 a.C.), os primeiros palácios, ou centros administrativos, de Creta no período Protopalaciano parecem ter dominado tais rotas no Egeu principalmente por causa da introdução de embarcações à vela (Figura 3) capazes não apenas de transportar uma quantidade maior de bens mas também de navegar mais rápido e contra as correntes naturais do Mediterrâneo.



Fig. 3.: Representação de embarcação a vela em selo minoico de Palaicastro, c. 2000 a.C. Fonte: <http://www.salimbeti.com/micenei/ships.htm>

O desenvolvimento desses primeiros centros baseava-se na organização de locais de armazenamento e de manufatura de produtos de exportação para o leste:

objetos de prata, vasos em pedra, a fina cerâmica Camares (Figura 4) e tecidos. Arqueologicamente, além da estruturação dessas primeiras unidades administrativas em Creta, observa-se também a substituição dos vasos cicládicos pela cerâmica minoica, como por exemplo a cerâmica Camares, e a difusão dessa cerâmica para o Egeu e para o Oriente Próximo.



Fig. 4.: Cerâmica Camares de Festos, entre 2000 e 1700 a.C. Heraklion Museum. Fonte: http://www.minoanatlantis.com/pix/Minoan_Kamares_Ware_Pottery.jpg

Na fase seguinte (1700-1400 a.C.), ou período Neopalaciano, os segundos centros promoveram a integração da produção agrícola à manufatura e às atividades de exportação. Tal intensificação integrou mais as Cíclades e o continente grego. Observa-se, nesse momento, o surgimento de novos centros, em especial na península grega, em duas áreas que eram nódulos importantes das rotas comerciantes de Creta. Um primeiro na Messênia, no sudoeste do Peloponeso, como ligação das rotas oeste para o sul da Itália. O segundo na Argólida na integração das rotas norte do Egeu até a costa noroeste da Anatólia (Troia) e o mar Negro. Tal fase é coetânea ao período das *Shaft Graves* em Micenas na Argólida e das primeiras *tholoi* na Messênia, ou seja, ao momento de enriquecimento e demonstração de prosperidade nessas regiões. Estes novos centros teriam competido com Creta e as Cíclades até dominarem Creta na

metade do século XV a.C. e passando a controlar as indústrias de lã e óleo de Cnossos e a produção em grande escala para exportação, iniciando, assim a quarta fase desse processo.

O clímax desse processo se deu entre 1400-1200 a.C. quando as unidades administrativas na Grécia continental passam a ser o centro das redes comerciais no Egeu. O papel de Creta passa a ser periférico dentro do sistema continental. A cerâmica micênica, por outro lado, em especial os vasos com alça em estribo, recipientes de transporte por excelência (Figura 5), foi encontrada em várias regiões do Mediterrâneo, do Oriente à Península Itálica.



Fig. 5.: Vaso micênico com alça em estribo, c. 1300 a.C.. British Museum, 1899, 1229.118, AN847355001001. Fonte da imagem: <http://www.britishmuseum.org>

Além da dispersão da cerâmica nota-se a presença micênica em alguns sítios do Egeu seja nas ilhas ou regiões costeiras da Anatólia. Tal ocupação é evidenciada pelo estabelecimento de portos, entrepostos e assentamentos. Nesta diáspora micênica o evento mais importante seria, sem dúvida, a ocupação e controle de Cnossos em Creta bem como um controle administrativo de outras regiões, como parecem comprovar os tabletes em Linear B encontrados em Cidônia no oeste da ilha, e as reestruturações arquitetônicas observadas em Hagia Triada no sul de Creta.

Na fase final desse processo, entre 1200 a 1000 a.C., houve a destruição de muitos centros, dentre os quais os chamados “palácios” micênicos, e o distúrbio nos demais centros de poder no Oriente Próximo produziu um comércio mais diversificado e multidirecional, mas de pequena escala, ainda que de longa distância. As grandes redes comerciais teriam se fragmentado e o Egeu teria voltado a ter uma condição periférica em relação ao Mediterrâneo oriental. Este momento marca a difusão do ferro, provavelmente devido aos distúrbios no fornecimento regular de cobre, uma das matérias-primas para a fabricação do bronze.

Considerações Finais

Dado o caráter fragmentário da documentação arqueológica, os modelos teóricos são fundamentais para o desenvolvimento da disciplina. Deve-se, contudo, ter o cuidado necessário para evitar forçar os documentos a satisfazer tais modelos e tampouco exigir da Arqueologia um discurso narrativo como propõem os documentos escritos. Pensar modelos teóricos abrangentes, como uma abordagem do Mediterrâneo, que ao mesmo tempo respeite e leve em consideração as especificidades de cada região mostrou-se um exercício teórico interessante para as questões do Egeu durante a Idade do Bronze.

A integração das teorias do sistema-mundo e do consumo ostentatório permite uma abordagem que vai além dos debates modernistas *versus* primitivistas e lança um olhar específico para as particularidades do período e da região em questão, evitando, assim, certos anacronismos de modelos e pressupostos tomados *a priori* e levando em conta o que a documentação arqueológica pode nos dizer a respeito do período.

Referências Bibliográficas

BERNAL, M. *Black Athena. Afroasiatic Roots of Classical Civilization*, Vol I: The fabrication of Ancient Greece, 1785-1985. New Jersey: Rutgers University Press, 1987.

BRAUDEL, F. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1949.

BRAUDEL, F. A longa duração. In: *História e ciências sociais*. 5ª ed., Trad.: Rui Nazaré, Lisboa: Editorial Presença, 1986, pp. 7-39.

BURKERT, W. *The Orientalizing Revolution*. Near Eastern Influence on Greek Culture in the Early Archaic Age. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

CURTIN, P. D. *Cross-cultural Trade in World History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

FINLEY, M. *The Ancient Economy*. London: Chatto & Windus, 1973.

HORDEN, P.; PURCELL, N. *The Corrupting Sea*. A Study of Mediterranean History. Oxford: Blackwell, 2000.

MORRIS, I. Mediterraneanization. *Mediterranean Historical Review*, 18 (2), 2003, pp. 30-55.

POLANYI, K; ARENSBERG, C. M.; PEARSON, H. W. Trade and Market in the Early Empires. In: *Economies in History and Theory*. Glencoe: The Free Press, 1957.

RENFREW, C.; CHERRY, J. F. *Peer Polity Interaction and Socio-political Change*. (New Directions in Archaeology). Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

RENFREW, C. et al. The Obsidian Trade. In RENFREW, C; WAGSTAFF, J. M. (eds.) *An Island Polity*. The archaeology of exploitation in Melos. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

ROWLANDS, M. J.; LARSEN, M.; KRISTIANSEN, K. *Centre and Periphery in the Ancient World*. (New Directions in Archaeology). Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SHERRATT, A.; SHERRATT, E. S. From Luxuries to Commodities: The Nature of Mediterranean Bronze Age Trading System. In GALE, N. H. (ed.) *Bronze Age Trade in Mediterranean*. SIMA 90. Jonsered: Paul Aströms Förlag, 1991, pp. 351-386.

SOMBART, W. *Luxury and Capitalism*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1967.

WEBER, M. *The City*. New York: The Free Press, 1966.

A Cerâmica Tasiense de Figuras Negras: Uma Perspectiva Contextual de Análise Material - Uso Social e Identidades Locais

The Thasian Black-Figure Pottery: A Contextual Perspective of Material Analysis – Social Use and Local Identities

Juliana Figueira da Hora¹

Resumo

O objetivo deste artigo² é apresentar as propostas metodológica e teórica a serem pesquisadas no Projeto de doutoramento em andamento. A cerâmica de Figuras Negras de Tasos, uma fundação grega do Norte do Egeu, é definida pelo seu ecletismo tanto em suas formas quanto em sua decoração. Ressaltamos a necessidade de trabalhar com os dados sob o aspecto social, por meio dos usos do material em contextos específicos, juntamente aos seus detalhes formais e decorativos. O contexto nos proporcionará a visualização da espacialidade como um importante vetor para uma proposta ampla de interpretação material.

Palavras-chave: Cerâmica de figuras negras – Tasos – Norte do Egeu.

Abstract

The aim of this communication is to present the methodological and theoretical proposals to be researched in the Project of PHD in progress. The black-figure pottery of Thasos, a Greek foundation of northern Aegean is defined by its eclecticism in both their forms as in its decor. We emphasize the necessity to work with their data under the social aspect, by means of usages of the material in specific contexts, along to their formal and decorative details. The context will provide us with the

¹ Doutora em Arqueologia Clássica pelo Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. Pesquisadora associada do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (LABECA).

² Artigo baseado na comunicação apresentada na IV Semana Internacional de Arqueologia - Discentes MAE-USP – 2015.

visualization of spatiality as an important vector for a broad of material interpretation.

Keywords: Black-figure pottery – Thasos – North Aegean.

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar parte das discussões em voga sobre as identidades helênicas que se desenvolveram no Mediterrâneo, mais especificamente no Norte do Egeu. As questões que serão discutidas fazem parte da minha pesquisa de doutorado, que será centrada em Tasos, uma ilha situada no norte do Egeu, fundada por gregos de Paros. Metodologicamente, concentrar-nos-emos no início do período arcaico (VI- V a.C.) a fim de identificar nos vestígios materiais de influência grega, mais especificamente na cerâmica tasiense de figuras negras, o processo de incorporação local e uso, por meio da análise contextual³. Esses objetos podem trazer informações sobre a cultura que a produziu, além de nos possibilitar a discussão sobre a reinterpretação de elementos gregos por artistas locais em contexto de contato cultural e de transformação social, política e econômica da região da Trácia. Ressaltamos que, mais importante do que compreender qual é o grupo étnico que emergiu na relação entre gregos e cultura local, é entender, por meio das relações estabelecidas no âmbito material, a inserção cultural grega de época arcaica integrada a novos elementos.

Abordaremos a questão da influência grega na elaboração e reinterpretação da cerâmica tasiense de figuras negras, a fim de compreender os elementos “híbridos”⁴ que delinearam culturalmente um objeto de uso cotidiano e votivo. Analisaremos as evidências materiais e textuais, por meio de bibliografia e relatórios de escavação publicados referentes a Tasos e a seus centros de produção cerâmica.

Tasos

³ Referência a contextos arqueológicos.

⁴ Utilizamos a palavra “híbrido” ou “hibridismo” entre aspas, pois nos aprofundaremos melhor em seu significado para o caso grego ao longo da pesquisa. Utilizamos como base os trabalhos de Homi Bhabha (1998) e Stockhammer (2012).

Segundo consta no *Guide de Thasos* (2000) a tradição literária nos assegura que a ilha se chamava Odonis, onde antes da chegada dos gregos de Paros (680 a.C.) na região viviam tribos trácias chamadas Sintes. Em 1960 e 1961 foram encontradas, em escavações, vestígios de casas, que poderiam corresponder a um estágio mais antigo, antes dos colonos gregos se instalarem, corroborando a informação da tradição literária (Grandjean; Salviat, 2000: 7).

A ilha abriu fluxo para o comércio, tanto no nordeste do Egeu quanto para o continente próximo. Heródoto, no livro VI, ao descrever as Guerras Médicas, no século V, recorda que os primeiros a explorarem as minas tasienses foram os fenícios. Heródoto conta que havia minas de ouro, localizadas entre Cenira e uma localidade denominada Enira (VI, 46-47).

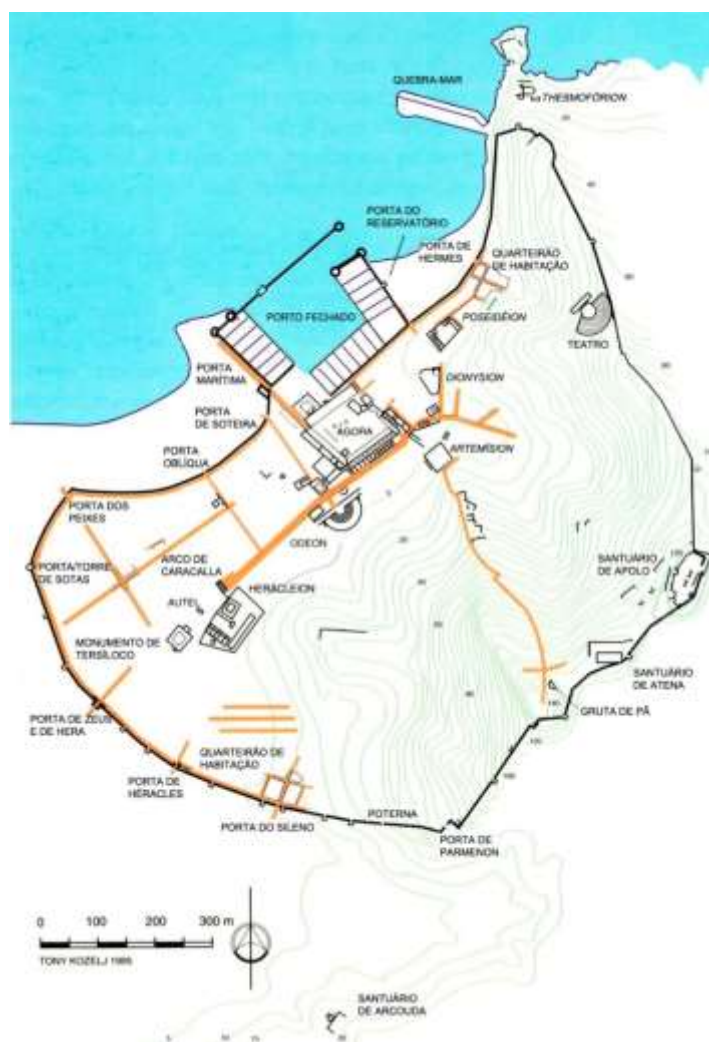


Figura 1. Imagem retirada de AA.VV. *L'espace grec. 150 ans de fouilles de l'École Française d'Athènes*, 1996, p. 74.

Tasos continuou prosperando, os santuários foram preenchidos por monumentos e oferendas (Grandjean; Salviat, 2000: 8). A nova pólis relacionava-se comercialmente e culturalmente com outras pólis e outros povos. Os vestígios mostram uma grande influência externa na cerâmica, no bronze, no marfim, ilustrando bem a relação com as cidades localizadas nas Cíclades, com os ródios, jônios, coríntios e atenienses no século VI a.C.

A partir deste século há dispersão de moedas de prata, o que mostra a amplitude das relações comerciais. No final do período arcaico a cidade estava rica, com um aparato urbano bastante estruturado. Na necrópole, as escavações forneceram parte do material cerâmico encontrado, mas a maior parte constituiu-se em fragmentos. Foram encontrados fragmentos do final do século VIII e início do VII a.C. nas áreas residenciais próximas ao templo de Dioniso. A partir do século VII a.C. nota-se a importação de vasos coríntios de Atenas e da Grécia do Leste. Cerâmica das Cíclades, fragmentos de peças votivas são encontrados principalmente no Artemision.

A História das escavações em Tasos

A Trácia possui um histórico de escavações sob organização francesa e até o século XIX foi uma região sistematicamente visitada. A partir do século XVII, os viajantes interessaram-se muito pela topografia da região. Na época do colecionismo⁵, em 1782 foi lançado em Paris o primeiro volume de *Voyage pittoresques dans l'Empire Ottoman, en Grèce, dans la troade, les îles de archipel et sur les côtes de l'Asia Mineure*; o segundo volume intitulado *Thrace* foi publicado em 1809; e o terceiro volume foi editado em 1822. Tais publicações dizem respeito às descrições das ruínas consideradas históricas e à topografia antiga (Marc 1997: 481).

A partir do século 19 os viajantes interessaram-se em descrever a economia e a organização política da região. Com a criação da *École Française d'Athènes* (EFA) em 1846 multiplicaram-se os trabalhos científicos na Trácia. As razões para a não

⁵ Colecionismo: De acordo com Trigger, 2004, p. 38 "O interesse pela antiguidade clássica espalhou-se pouco a pouco pelo restante da Europa. Com o passar do tempo, os membros da nobreza tornaram-se ávidos colecionadores de arte grega e romana, que seus agentes adquiriram da região do Mediterrâneo".

sistematização dos trabalhos anteriormente deveu-se às guerras balcânicas nesta região da Trácia, que até então não fazia parte do território grego, mas era parte do Império Otomano.

Com a primeira guerra, a França enviou um corpo expedicionário arqueológico à Macedônia que, de alguma forma, contribuiu com o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas locais. Entre 1916 e 1923 as missões de “proteção” francesas sistematizaram as missões de escavação e ocuparam os territórios da Macedônia e nesta, alguns locais na Trácia, tais como Tasos.

Nos anos 40 e 50 do século XIX marcou-se um novo período com o arqueólogo Rolan Martin e de outros importantes pesquisadores. Formou-se uma equipe técnica diversa composta por arquitetos, topógrafos e arqueólogos para a escavação da ágora de Tasos. Os trabalhos geraram publicações acerca dos primeiros tempos da colonização grega até o fim do Império Romano (Marc 1997: 499). Entre 1961 e 64 a preocupação passou a ser com a área rural (*khóra*) e nos anos 70 completaram-se os estudos topográficos na *khóra* de Tasos de época grega arcaica.

O *Guide de Thasos*, publicado pela primeira vez em 1968 pela EFA, organizado por Yves Grandjean e François Salviat, traz um histórico e um pormenor das escavações empreendidas na Ilha de Tasos. As publicações mais importantes encontram-se na revista *Bulletin de Correspondance Hellenique*.



Figura 2. Foto retirada de: *Cent ans de fouilles française à Thasos- 1911- 2011*. Org.Muller, A et Mulliez, D avec collaboration de Catherine Aubert 2012: 90.

Cerâmica tasiense de figuras negras

De acordo com as informações que se tem a respeito das escavações de cerâmicas de figuras negras em Tasos, pesquisadores da Escola Francesa de Atenas chegaram à conclusão de que esta cerâmica em específico pode trazer uma grande contribuição para os estudos da cidade em sua idade de ouro, que foi a época arcaica. Segundo a EFA⁶, há poucas publicações, poucos estudos acerca deste material, ainda pouco compreendido. Parece limitado à ilha e às regiões próximas, como em algumas cidades da Trácia. O curioso é que em Alikí, ao sul da ilha, não há vestígios desta cerâmica (Coulié 2002: 230).

Peculiaridades importantes podem ser observadas tanto na forma quanto na decoração desta cerâmica. A lécana é a forma mais destacada, pois em termos estatísticos é a que mais aparece nos contextos de achado. As lécanas tasienses tem características bem específicas: são desprovidas de cobertura, não têm decoração

⁶ Abreviação de Ecole Française d'Athènes.

interior, as figuras dos frisos são frequentemente apresentadas ao contrário. Não foram encontradas semelhantes características em ateliês da Ática, Beócia ou Tróia. Outras formas aparecem em menor quantidade, como as crateras, os cântaros, esquifos e as píxides, mas também apresentam peculiaridades bem marcadas em sua decoração.

O estilo tasiense de reprodução não se restringe somente à cerâmica, mas também é reproduzido nas esculturas e na arquitetura, o que nos mostra a abertura para o ecletismo na escolha de um repertório representativo local. O diálogo entre estilos abarca traços de ateliês advindos de Quios e da Ática principalmente. De acordo com Anne Coulié, o ecletismo constitui um fazer durável, princípio fundamental do estilo tasiense (Coulié 2002: 176).

Anteriormente aos estudos de Anne Coulié, esta cerâmica foi classificada como de imitação, haja vista que ainda não havia um aprofundamento nos traços que a identificavam como sendo tasiense, produzida e emulada localmente. Os ateliês que produziam esta cerâmica não foram encontrados fisicamente, mas as peculiaridades foram identificadas por Anne Coulié, que arbitrariamente a inseriu em grupos de pintores de traços comuns.

O estudo dos ateliês tasienses foi reorganizado pela pesquisadora em um processo de identificação de continuidades e rupturas em uma tentativa de reconstruir a vida das oficinas tasienses, dimensionando o caráter coletivo e global dos elementos. Anne Coulié utilizou-se do modelo metodológico de John D. Beazley (1885-1970) que se tornou pioneiro no campo da atribuição (Dias 2009: 53). O método de atribuição foi refinado por meio de um exercício sistemático de observação dos vasos de figuras negras e vermelhas áticos produzidos entre os séculos VI e IV a.C. A personalidade artística, observada através de uma metodologia de reconhecimento dos pintores trouxe para a realidade da cerâmica de figuras negras de Tasos a identificação da imitação entre pintores e de acompanhamento da evolução e do processo dos mesmos. A atribuição dá-nos suporte para a compreensão de questões culturais específicas corporativas entre artistas, entre oficinas, entre pintores (personagens) e nos permite compreender melhor as sociedades específicas através dos pintores locais e a relação destas sociedades para com outras.

Os ateliês não foram encontrados nas escavações como elementos físicos, portanto, não nos restam evidências. Não havendo vestígios preservados, por meio de estruturas que as identifiquem, então, o que fazer? A análise das produções deve permitir definir, por meio do uso das mãos, um número mínimo de artesãos, assim como as suas diferenças sistemáticas que podem ser traduzidas em termos de unidades de produção.

De acordo com A. Coulié (2002: 186) há no século VI a.C. a recorrência de uma organização relativamente complexa dos ateliês, com base na coexistência dos vários pintores. Os primeiros pintores de figuras negras tasienses foram identificados pela pesquisadora através das quatro mãos⁷: “Peintre passeiste”; “Peintre chioté”; “peintre de Poséidon et d’Athena”; “Peintre des grands plats”, enquanto que a segunda geração de pintores foi identificada por 3 novas mãos: “peintre fidèle”; “peintre de troilos” e “peintre de la palestre”.

Figuras negras tasienses em Contexto

A cerâmica de figuras negras tasiense é um material bastante fragmentado, fruto de escavações dos principais santuários de Tasos: Artemision, Heracleion, Atenaion e áreas residenciais. Anne Coulié, em seu trabalho “La céramique de Figures Noires”, publicado pela EFA, 2002 analisou cerca de 3000 peças fragmentadas pertencentes a 640 vasos. Nesta publicação, analisou 413 peças em uma descrição minuciosa, chamando a atenção para as peculiaridades dos traços deste material.

A questão da localização deste material, que se distingue das cerâmicas de figuras negras de importação chama a atenção para a sua produção e para a adoção de um estilo próprio, diferente do que foi importado por Paros. As diversas influências recebidas reforçam o caráter eclético do estilo adotado. Há um limite de alcance de circulação deste material, que se restringe mais a Limenas, salvo alguns indícios imitações em ateliês de Argilos.

⁷ J. Beazley (1885-1970) utilizou um método sistemático de identificação de traços comuns em peças agrupadas. A. Coulié utiliza o mesmo método e agrupa os “pintores” tasienses por traços similares ou mão similares. Este método proporcionou um avanço nos estudos sobre cerâmica de figuras negras tasienses, já que ressaltou suas características idiossincráticas.

De acordo com Sara Owen (2003) seria necessário, além da análise estilística feita por Anne Coulié, situar os fragmentos em contexto de achado, debruçar-se sobre o seu uso, a partir dos materiais associados e de suas características, das especificidades de culto e uso de objetos nos rituais e a relação com o contexto habitacional. Informações sobre práticas idiossincráticas em contextos específicos podem elucidar melhor o processo de construção de uma sociedade que adotou e escolheu sua versão do uso da sua materialidade

A cerâmica, como todos os produtos materiais da atividade humana é utilizada e produzida em um contexto social. Os indivíduos aprendem técnicas de produção de cerâmica com os pais ou por meio dos empregadores, e tendem a reproduzir, em maior ou menor grau, as técnicas de produção e produtos de seus mestres. Cerâmicas são produzidas para atender demandas, exigências locais que consideram determinados atributos como uma escolha que marca um “modo de fazer” próprio, como produto de uma construção das práticas sociais do contexto e que expressam aceitações e rejeições, as quais vão contribuir para a continuidade histórica de particularidades que perdurarão no tempo. Ao longo das duas últimas décadas, uma série de antropólogos culturais e arqueólogos consideram os estudos em contextos sociais imprescindíveis para a formação de quadros teóricos gerais para a visualização de cultura material e especificidades destes quadros no contexto arqueológico ou etnográfico (Sinopoli 1991: 119). A consideração do papel simbólico ou significativo de cerâmica em contextos específicos deve implicar o exame de como elas foram utilizadas, assim como a importância de tais atividades para os indivíduos e para a sociedade.

Perspectiva contextual: Identidades e Cultura Material

Teoria e prática: fragmentos de figuras negras tasienses e a discussão sobre as identidades

Partimos do pressuposto de que o estudo da cerâmica deve contemplar o local de achado do material, o ambiente no qual sobreviveu e levar em consideração como prerrogativa mais importante: “foi fabricado e utilizado pelo homem” (Sarian 1996: 31). De acordo com Haiganuch Sarian há um processo sistemático nos estudos

de ceramologia que deve ser seguido por estudos de laboratório e de gabinete, etapa inicial que leva à indagação sobre a cronologia, que por sua vez, permite imprimir uma data para os fragmentos trabalhados.

Anne Coulié fornece, a partir de uma metodologia de identificação das mãos do artista, quais seriam os “pintores” ativos na ilha de Tasos, a partir do final do século VII até meados do século VI. A partir de seus estudos foi possível identificar uma produção de um estilo próprio de figuras negras em Tasos. Há quase 50 anos atrás Lilly Kahil⁸ apontou que a cerâmica de figuras negras encontradas nos contextos de achado em Limenas eram locais, mas não houve um aprofundamento nos dados. John Boardman observou em 1967 que os traços técnicos que se encontravam na cerâmica em Tasos talvez não poderiam ser dos “pintores chiotos” imitadores das técnicas advindas de Quios.

Pela primeira vez, Anne Coulié apresentou um estudo abrangente deste material e identificou os sete pintores, sendo o “peintre chiote” o mais antigo, que pode ter sido um imigrante de Quios que treinou artistas posteriores, que por sua vez também foram influenciados por artistas de outras regiões.

Os pintores identificados como locais trouxeram um modo de fazer vasos gregos para uma realidade cotidiana e eclética em Tasos. Os “pintores” traduziram para uma linguagem própria um importante objeto de uso cotidiano. Os critérios mais importantes para determinar um ateliê como local seriam técnicos. Anne Coulié descreve peculiaridades da argila, das formas, da decoração em comparação principalmente com os ateliês de Quios (Lemos 1991). A principal forma que se apresenta em destaque é a lécana, enquanto que em Quios os cálices se destacam, um dos apontamentos de refutação da tese sobre imitação (Moore 2005: 803).

A proposta da pesquisa de doutorado é a de trabalhar com os dados já publicados por Anne Coulié, com base nos detalhamentos descritivos e nos estudos engatilhados pela pesquisadora e também ter acesso a um *corpus* amostral que nos dê subsídios para o aprofundamento direcionado sobre as questões identitárias no material e compreensão do sentido de sua inserção no cotidiano. Para tanto, será

⁸ Membro estrangeira da Escola Francesa de Atenas entre 1949 e 1954. Publicação Ghali Kahil La céramique grecque à Thasos [Fouilles 1911-1956] École Française d’Athènes. Etudes Thasiennes VII. Paris. E.Bocard, 1960.

necessário nos termos nos contextos de achado, apoiados nos dados que nos forem apresentados pela materialidade. Como suporte teórico escolhemos as bases pós processualistas, assim como discussões presentes na antropologia, que apontam para o uso material no cotidiano, a partir do *habitus* do Bourdieu. Temos a finalidade metodológica de levantar dados sobre marcas que apontam para diferenciais técnicos que nos levem a padrões que nos permitam e nos abram um caminho para a compreensão da sociedade e da sua dinâmica social a partir do uso ativo da cerâmica nos contextos de achado.

O *habitus* e a cultura material

Os estudos sobre etnicidade na Grécia Antiga vêm sendo reavaliados também na Arqueologia por meio das publicações atualizadas. Jonathan Hall (1997), por exemplo, usa a teoria literária e a abordagem antropológica para problematizar questões étnicas na Grécia. Irad Malkin (2001) por sua vez aborda, entre outros estudos, a etnicidade como parte de uma construção cultural alinhada aos estudos relacionados ao “construtivismo social” em estudos sociais. Dentro dos estudos sobre contatos no Norte do Egeu, é cabível as proposições colocadas por Jonathan Hall, já que procuramos compreender as relações étnicas sob o ponto de vista contextual, sob o ponto de vista variável.

A Arqueóloga Sian Jones (1997), referência importante nos estudos de etnicidade propõe um quadro analítico e contextual: a etnicidade multidimensional que vai além do objetivismo e subjetivismo a partir da teoria de *habitus* do Bourdieu (1994). Jones propõe que a cultura material deva ser entendida no contexto das construções de identidade cultural que são, muitas vezes, heterogêneas e contraditórias.

Bourdieu (1994) transcende a dicotomia entre objetivismo e subjetivismo, ou seja, estruturas constitutivas de um tipo particular de ambiente, que por sua vez, produzem um *habitus*, que pode ser rejeitado ou regulado. O *habitus* é formado pelas disposições duráveis de certas percepções e práticas, que se tornam parte de um sentido individual próprio e que podem ser transportadas de um contexto a outro.

Segundo Ortiz (1983: 10), ao se referir à obra de Durkheim: “*a noção de consciência coletiva supõe a existência de uma essência transcendental exterior aos indivíduos e que os enquadra coercitivamente na dimensão da norma*”. Partindo desse princípio, ao pressupor uma superestrutura que condiciona as ações dos indivíduos na sociedade, pode-se discutir o conceito de *habitus*, o qual aborda como o indivíduo adquire as práticas no cotidiano e, a partir delas, dá continuidade ou modifica a estrutura social. Para Ortiz (1983: 15), “o *habitus* tende, portanto, a conformar e a orientar a ação, mas na medida em que é produto das relações sociais ele tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o engendram”.

Dito de outra forma, o *habitus* age como uma superestrutura que rege as práticas sociais. Uma vez que os indivíduos adquiriram seus conhecimentos e práticas dentro da sociedade, eles tendem a reproduzir as práticas aprendidas, dando continuidade aos saberes tradicionais. Dessa forma, o *habitus* pode ser exemplificado como: [...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações — e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (Bourdieu apud Setton 2002: 62). Bourdieu postula que cada agente, quer saiba ou não, quer queira ou não, é produtor e reproduzidor de sentido objetivo, pois seus atos e suas produções são produto de um *modus operandi* do qual ele não tem domínio consciente, cujas ações ultrapassam as intenções conscientes. O indivíduo tende a reproduzir a memória social que adquiriu ao longo do tempo, através da aprendizagem formal e de suas relações com o meio em que vive, geralmente não consciente desse “controle” da estrutura social sobre seus atos. Conforme se tem elaborado, não só a aprendizagem formal seria capaz de passar os valores sociais para as gerações futuras, segundo o sociólogo Paul Connerton apud Strathern (1998: 141): *A dinâmica social [...] é a transmissão e a duração da memória, em que as práticas do passado são projetadas no futuro não apenas através dos registros que as pessoas deixam para trás, mas através de suas rotinas corporais*. Então a memória pode ser passada de formas não textuais e não cognitivas [tradução nossa].

Donald (1998) elabora a ideia de que a cultura material também é responsável pela transmissão de valores dentro da sociedade. Essa ideia é reforçada pelo discurso de Hodder (2003, p. 3) ao afirmar que “a cultura material e a sociedade se constroem mutuamente, dentro de conjuntos de ideias, crenças e significados culturais historicamente específicos”. Dessa forma, compreende-se que a aprendizagem, tanto formal quanto a partir das relações sociais e da produção da cultura material, é fundamental para a manutenção de uma visão de mundo do grupo. Entretanto, não é como se as pessoas fizessem os objetos e estes estocassem o conhecimento para transmitir para as outras pessoas, como se cada elemento tivesse seu momento de ação, ambos estão em constante atuação, um influenciando o outro. Os indivíduos produzem a cultura material, que fornece os meios para que as pessoas possam agir sobre o ambiente e assim, através da ação, indivíduos e objetos perdurem. Dessa forma, a cultura material possui a característica de transmitir a memória social, na medida que sua presença em eventos passados serve de referência entre as práticas sociais e o passar do tempo, evocando memórias e criando uma “segurança ontológica” no grupo, que seria a continuidade das práticas executadas por indivíduos no passado e passadas de geração em geração através da aprendizagem dentro da sociedade (Jones, 2007). Porém, conforme mencionado anteriormente, nessa perspectiva se considera que não haja uma estrutura fechada onde cada indivíduo apenas “replique” as relações sociais determinadas.

Isso remete ao conceito de *habitus*, conforme proposto por Pierre Bourdieu, que não é em si uma teoria totalmente nomotética, mas que busca identificar as relações entre sujeito e sociedade. Para Setton (2002: 63) pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria *habitus* implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados. Dessa maneira, *habitus* deve ser visto como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam.

Connerton (1989) aborda que, a cada nova geração, há pequenas alterações na forma de interagir com a sociedade. Mas que, ao mesmo tempo, os valores sociais são passados através de meios cognitivos e não cognitivos. Ou seja, nas rotinas diárias as práticas corporais encerram em si códigos de conduta que os

indivíduos aprendem a reproduzir sem ter necessariamente uma percepção consciente da simbologia implícita, mas que ao mesmo tempo os alteram em um nível individual. Nesse sentido, em relação à interação entre o indivíduo e a cultura material na Arqueologia, pode-se tomar como referência o proposto por Carla Sinopoli, Professora de Antropologia da Universidade de Michigan (1991: 121) ao abordar que “[...] *ceramistas, dessa forma, devem ser vistos como transmissores ativos da prática, mais do que recipientes passivos do conhecimento tradicional*” [Tradução nossa].

Considerações finais

A circulação deste material atende a uma demanda de escolhas de uso em determinados locais marcados, como o Artemision e as áreas residenciais. Os “pintores” das gerações nomeados por Anne Coulié são exemplos desta dinâmica social que inserem técnicas de diversas influências nas figuras negras em Tasos, reproduzindo uma memória social específica em seu uso cultural e cotidiano, que conscientes ou não estruturam um processo de aprendizagem que afirma o indivíduo em seu espaço como uma marcação da diferença.

Para os estudos com o *corpus* material de cerâmica tasiense de figuras negras, escolhemos como base teórica a teoria do *habitus* de Bourdieu, pois a relação cotidiana, seu uso, as escolhas definidas por um modelo de cidade grega permitem-nos introduzir os indivíduos “pintores” como agentes de produção e reprodução, que por sua vez estão inseridos ativamente na sociedade. Os mecanismos de identificação das identidades locais, que não são gregas puramente, podem expressar-se por meio das escolhas de determinados estilos, formas e de decoração presentes nos fragmentos de figuras negras tasienses em questão, produzidos por indivíduos imersos no cotidiano local. Desse modo, são produtores de um *modus operandi* que, por vezes, ultrapassa a barreira da consciência.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, P. *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*, Paris, Seuil, 1994.

COULIÉ, A. La Céramique Thasienne à figures noires. In: Grandjean, Y.; Salvat, F. *Étal. Guide de Thasos*. De Boccard, Paris, 2000, pp. 283-287.

COULIÉ, A. *La Céramique Thasienne à Figures Noires*. Études Thasiennes XIX, École Française d'Athènes, 2002.

DIAS, C. K. B. A organização das oficinas de cerâmica em Atenas. *Revista Litteris*. Número 3, novembro 2009, pp. 22-35.

GRANDJEAN; SALVIAT. *Guide de Thasos*, De Boccard, Paris, 2000.

HALL, J. *Ethnic Identity in Greek Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

HODDER, I., & HUTSON, S. *Reading the past: current approaches to interpretation in archaeology*. Cambridge University Press, 2003.

JONES, S. *Memory and Material Cultural*. Cambridge University Press, 2007.

JONES, S. *The archaeology of ethnicity: constructing identities in the past and present*. London: Routledge, 1997.

LÉMOS, A. *Archaic Pottery of Chios*. The Decored Styles, Oxford University, 1991.

MALKIN, I. *Ancient Perception of Greek Ethnicity*. Center for Hellenic Studies: Trustees for Harvard University, 2001.

SARIAN, H. *Vasos Clássicos, ceramografia e ceramologia: algumas reflexões*. Cerâmica da Quinta da Boa Vista. Rio de Janeiro. Catálogo da Exposição, 16 nov. 1995 a 16 mar. Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas Artes, 1996.

SARA OWEN, M. *Review A. Coulié. La ceramique Thasienne à Figures Noires*. Athens: École Française d'Athènes. Paris. De Boccard, 2002. University of Cambridge, 2003.

STRATHERN, M. *Audit cultures: anthropological studies in accountability, ethics, and the academy*. Psychology Press, 2000.

SINOPOLI, C. *Approaches to Archaeological Ceramics*. New York, Plenum Press, 1991.

Estilo, Função e Transmissão Cultural: reflexões sobre os ceramistas Tupiguarani da Zona da Mata mineira e o litoral de Araruama/RJ

Style, function and cultural transmission: reflections on the potters Tupiguarani from the Zona da Mata mineira and Araruama coastline – RJ

*Leandro Elias Canaan Mageste*¹

Resumo

O objetivo do presente trabalho é o de apresentar os resultados iniciais de pesquisa dedicada em promover a comparação de dois contextos arqueológicos no tocante a ocupação por ceramistas Tupiguarani. Trata-se da Zona da Mata mineira, particularmente os sítios pesquisados pela equipe do MAEA-UFJF; e Araruama, no litoral do Rio de Janeiro, região estudada por Angela Buarque, do Museu Nacional/UFRJ. Tais quadros regionais configuram um cenário adequado para o teste de hipóteses referentes a processos de transmissão cultural e continuidade hereditária, de modo a oferecer explicações diacrônicas para a variabilidade e semelhanças detectadas. Em termos práticos, são tratados nessa oportunidade os tipos de pasta e acabamentos plásticos de superfície e pintura, acompanhados de reflexões a respeito de estilo e função, conforme defendido por Robert Dunnell (1978).

Palavras-Chave: Estilo; Função; Transmissão Cultural; Zona da Mata mineira; Araruama

Abstract

The goal in the present work is to present the initial results of a research dedicated to promote the comparison of two archeological contexts regarding the occupation by Tupiguarani potters. It focus on the locations of the Zona da Mata in Minas Gerais, more specifically the sites researched by the team of MAEA-UFJ and Araruama, in the coast of Rio de Janeiro, Brazil, which was studied by Angela Buarque from the Museu

¹ Doutor em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial - UNIVASF E-mail: leandromageste@gmail.com

Nacional /UFRJ. Such regional scenarios depicts an adequate field to test hypothesis regarding the process of cultural transmission and heritage continuity offering diacronic explanations to the similarities and variance detected. In practical terms, this work deals with the different kinds of pasta and plastic finishing of surface and paintings, also with an insight regarding the style and function as defended by Robert Dunnell (1978).

Keywords: Style; Function; Cultural Transmission; Zona da Mata mineira; Araruama

Introdução

Nesse artigo, serão apresentadas reflexões a respeito de dois quadros arqueológicos regionais, relacionados à tradição Tupiguarani: os sítios pesquisados na Zona da Mata mineira, pela equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora (MAEA-UFJF) e aqueles estudados por Angela Buarque em Araruama, na Região dos Lagos, no Rio de Janeiro. Apesar de existirem diferenças marcantes entre as duas regiões, principalmente no que diz respeito ao quadro de implantação dos sítios na paisagem, parecem ser evidentes as semelhanças verificadas na cultura material, principalmente no tocante as pinturas e morfologia, que vem sendo apontada por diferentes pesquisadores nos últimos anos (Mageste 2008; Loures Oliveira 2009, Buarque 2009a, 2009b; Côrrea 2009).

Em termos contextuais, especificamente sobre a Zona da Mata mineira, o foco é a área que vem sendo pesquisada desde o ano 2000, no âmbito do Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira, conduzido pela equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora (MAEA-UFJF). Com o decorrer dos estudos, foram identificados 18 sítios relacionados à tradição Tupiguarani, dos quais seis foram efetivamente estudados e tiveram seus dados sistematizados. São eles: Emílio Barão (230±40 a 590±60 AP) e Teixeira Lopes (225±25 a 585±60 AP), situados no município de Juiz de Fora; Primavera (540±140 a 800±350 AP) e Poca (595±70 a 920±280 AP) na cidade de São João Nepomuceno, Mata dos Bentes (380±110 a 1300±100 AP) no município de Rio Novo e, por fim, Córrego do Maranhão (350±50 a 1750±200) no município de Carangola (Loures Oliveira 2006, 2008, 2009). Com os trabalhos arqueológicos conduzidos, foi

possível recuar a ocupação da região por ceramistas Tupiguarani para muito antes do contato e confirmar uma amplitude de ocupação que ultrapassa 1000 anos, conforme indicam as datações absolutas por TL e C14 disponíveis para os assentamentos, que se distribuem entre 1750. ± 200 AP e 225±25 BP (Mageste 2012).

Para a região de Araruama, as pesquisas de Buarque (2000, 2002, 2009a, 2009b, 2010, 2011, entre outros) iniciaram-se em 1993, com a escavação sistemática de sete sítios, situados próximos ao litoral: Morro Grande (2920±70 BP a 315±50 BP), Serrano, São José (282 BP), Bananeiras, Jardim Bela Vista (400 a 500 BP), Santo Agostinho e Barba Couto. Nos trabalhos conduzidos, a pesquisadora percebeu recorrência entre a distribuição dos sítios arqueológicos e a localização de aldeias Tupinambá apresentadas pelos cronistas quinhentistas e seiscentistas. Essas similaridades mostraram-se mais evidentes com as primeiras análises referentes à morfologia cerâmica e os acabamentos plásticos de superfície e pintura, que também se apresentaram congruentes às ilustrações presentes na documentação iconográfica. Por fim, a descoberta das primeiras estruturas funerárias, idênticas aquelas descritas pelos autores dos séculos XV e XVI permitiu inferir a respeito de uma ocupação Tupinambá na região (Buarque, 2002, 2009a, 2009b, 2011). Com o aprofundamento dos estudos, acompanhado pelas análises da cultura material e das estruturas funerárias, que foram balizadas pelas datações absolutas disponíveis, Buarque observou uma notável continuidade entre os grupos, que ultrapassou uma faixa superior a 2000 anos.

Frente a este cenário, a presente pesquisa tem se concentrado em examinar em uma perspectiva comparativa os dois contextos, buscando evidenciar e explicar as similaridades e especificidades percebidas, avaliando as relações de afinidade. Nesse movimento, a hipótese trabalhada é de que as congruências observadas entre os contextos da Zona da Mata mineira e de Araruama são a expressão de relações de continuidade hereditária e processos de transmissão cultural (cf. Lipo et al 1997; O'Brien; Lyman 2002a, Eerkens; Lipo 2005). Tendo em vista a contemporaneidade na ocupação das duas áreas, pode-se conjecturar sobre a ocorrência, no passado mais remoto, de possíveis interações entre as populações, e conseqüentemente, processos de transmissão cultural mais intensos, responsáveis pelas similaridades observadas entre os acervos.

Função e Transmissão Cultural nos quadros da Arqueologia Evolutiva

O desejo de explicar a variabilidade nos artefatos produzidos ao longo do tempo tem sido um objetivo caro para a Arqueologia. Nessa empreitada, tipologias foram inicialmente criadas no intuito de medir relações cronológicas expressas pelo registro arqueológico, de modo semelhante ao esforço realizado por biólogos ao lidar com espécies e os paleontólogos ao tratar do registro fóssil. Para todos os efeitos, os procedimentos elaborados, se revelaram úteis em detectar padrões entre os conjuntos analisados, contudo deixaram a desejar no tocante à tarefa de responder como e porque surgem as rupturas e continuidades possíveis de serem percebidas na cultura material (O'Brien; Lyman 2002a).

Em boa medida, a Arqueologia Evolutiva ou Darwiniana, desenvolvida a partir da década de 1970, com base nas reflexões de Robert Dunnell, tem buscado oferecer as respostas para essas questões, ao afirmar-se como um campo comprometido em entender a variabilidade em uma perspectiva diacrônica, tendo na utilização da teoria evolutiva de Darwin seu principal suporte para explicar a variação nos vestígios materiais (Leonard 2001). Na Biologia Evolutiva, o conceito de seleção é usado para se referir à ideia de sucesso replicativo, ou seja, que as características hereditárias que são favoráveis à manutenção de um indivíduo tendem a permanecer nas gerações sucessivas e, ao longo do tempo, acabam por se tornar predominantes (Meyer; Hel Hani 2005). Na Arqueologia Evolutiva, o termo é utilizado para denominar os mecanismos responsáveis pela forma, continuidade e extinção de determinadas características na cultura material (Dunnell 1980).

Outro mecanismo evolutivo levado em consideração na abordagem de Dunnell (1978) é a deriva. Trata-se de termo cunhado no âmbito da Biologia Evolutiva e usado para se referir à mudança aleatória, geralmente associada a processos de mutação, observada na frequência de dois ou mais alelos nos genes de uma população (Futuyma 1993). Na Arqueologia Evolutiva, a designação é utilizada para denominar a mudança na frequência de atributos da cultura material devido ao acaso, por motivos que não envolvem qualquer vantagem adaptativa. Podem ser copiadas e transmitidas (Shennan 2008).

Foi a partir das ideias de deriva e seleção natural que Dunnell direcionou o tratamento da variabilidade na Arqueologia, oferecendo uma alternativa para explicações que se focavam unicamente em aspectos como difusão, contatos, invenções independentes, entre outros. Ao definir função, Dunnell se afastou completamente do significado utilitário atribuído ao termo pela Arqueologia. Para ele, função pode ser encarada como a relação artificial que é firmada entre um objeto e seu ambiente natural. Trata-se de características controladas por processos de seleção natural, que fornecem maiores vantagens adaptativas em determinados cenários de modo a se tornarem recorrentes. Por sua vez, estilo foi utilizado para denominar variantes neutras no que diz respeito à adaptação, regidas por deriva, sendo muito mais relacionadas as contingências históricas específicas (Dunnell 1978).

Para o tratamento de características estilistas e funcionais, Dunnell (1978) importou da Biologia Evolutiva os conceitos de homologia e analogia. Características que tiveram uma origem em comum, configuram uma situação de homologia. Inversamente, somente elementos funcionais podem ser considerados análogos, ou seja, são respostas adaptativas semelhantes fornecidas por traços não relacionados historicamente. Parte-se da premissa de que estilo é algo tão complexo que a probabilidade de grupos diferentes efetuarem os mesmos tipos de escolhas aleatórias é muito baixa, de modo que a sua ocorrência por um recorte geográfico e temporal só pode ser explicada por homologia. Em termos práticos, lidar com questões de estilo, função, homologia e analogia abarcam reflexões sobre a atuação e verificação de processos de transmissão cultural (O'Brien; Lyman 2002a, 2002b).

Sob a perspectiva evolucionista, a concepção de transmissão cultural sustentou-se no reconhecimento que cultura constitui um mecanismo pelo qual a hereditariedade acontece. Nesse caso, cultura é mais proveitosamente concebida como um mecanismo de aprendizagem, que envolve aspectos relacionados à imitação e experimentação de comportamentos. Aprendizagem emerge no contexto como o elemento chave que promove a separação necessária entre transmissão cultural e transmissão genética. Em outras palavras, transmissão cultural acontece de uma forma diferenciada, suscitando um tipo particular de processo evolutivo. Isto porque, o resultado de aprendizagem pode ser passado para os outros indivíduos ou grupos de várias maneiras, estando sujeitas ou não a mecanismos evolutivos, gerando a

variabilidade entre os grupos humanos que podem ser expressas na cultura material (Cochrane 2001, 2004).

Particularmente no tocante a estilo e função, parte-se do princípio que as características estilísticas, por serem adaptativamente neutras, são explicadas por homologia, permitindo mensurar aspectos como interação e transmissão cultural. (Dunnell 1978; Leonard 2001). Já as formas funcionais são excelentes categorias para avaliar mudanças decorrentes de seleção natural e adaptação. Por um lado, é possível relacioná-las com a analogia, a partir da premissa de que grupos não relacionados podem inventar respostas semelhantes para determinados problemas. Por outro, função pode também ser fruto de homologia, informando desse modo a respeito de processos de transmissão cultural que são mediados por seleção natural e questões adaptativas de ordem diversa. Em outras palavras, embora seja verdade que as características análogas são funcionais, o contrário não é correto, já que função pode ser homóloga ou análoga (Dunnell 1978; Shennan 2008; O'Brien; Lyman 2000a, 2002b).

Questões de estilo, função e transmissão cultural perpassam pela noção de neutralidade. Particularmente em relação a estilo, neutralidade pode ser entendida como a base partir da qual a variabilidade e continuidade hereditária são avaliadas e relacionadas a contingências históricas e não a processos de seleção natural. Vale salientar que apesar da produção de características estilísticas também envolverem um custo, se ela for equivalente, a ideia de neutralidade continua valendo, com a variação acontecendo em função da complexidade dos processos de transmissão cultural (Lipo et al, 1997; Erkens; Lipo 2005).

Essas proposições têm orientado os arqueólogos a construir linhagens culturais, que são consideradas a linha temporal de mudança devido a existência de hereditariedade. Tal elaboração pressupõe o entendimento da atuação de mecanismos como seleção natural, deriva, transmissão cultural e invenção nos conjuntos analisados. Colocando de outra forma, o conceito de linhagem tem sido aplicado para agrupar uma sequência de entidades que representem relações de ancestralidade e descendência. Quando a análise do registro arqueológico visa à composição de linhagens de artefatos ou de cultura material, pode vir a evidenciar no tempo e no espaço os aspectos vinculados a geração da variabilidade. Assim, a partir

da constatação que evolução é descendência com modificação, os pesquisadores objetivam estabelecer laços de continuidade hereditária entre as linhagens estudadas, evidenciando as relações de afinidade geradas no contexto de contingências históricas específicas (Cochrane 2001, 2004). Para todos os efeitos, trata-se de premissa compatível com o objetivo de analisar as conexões entre a Zona da Mata mineira e a região de Araruama, que vem sendo perseguido no estudo em tela.

Comparações iniciais

Para realização das primeiras comparações entre os contextos da Zona da Mata mineira e Araruama, foram coletados os dados quantitativos disponíveis para a cerâmica evidenciada nos sítios das duas regiões, fundamentalmente os tratamentos de superfície e pinturas, bem como os tipos de pasta (Loures Oliveira et al 2008; Corrêa 2009; Buarque 2009a; Mageste 2012). Nessa oportunidade, a escolha dos elementos elencados pautou-se na suposição de poderem refletir de forma mais acurada as mudanças ao longo do tempo (Brantingham 2007). Futuramente, o interesse é pormenorizar essa análise, incorporando dados referente aos tipos de borda e composição da argila.

Cabe destacar ainda, que o material cerâmico aqui apresentado foi classificado por diferentes equipes, sendo utilizado em várias ocasiões como base para reflexões comprometidas com abordagens bem específicas (Loures Oliveira et al 2008; Côrrea 2009; Mageste 2012; Buarque 2009b). Na prática, nos trabalhos realizadas na Zona da Mata mineira e em Araruama, foram registrados os atributos individuais de cada fragmento ou vasilhame: os tipos de pasta, o modo de produção, morfologia, tipo morfológico, o tipo de queima/oxidação, a espessura, os acabamentos plásticos e pinturas na superfície externa e interna. Já a nomenclatura utilizada é mesma daquela apresentada nos manuais referencias de Chymz (1966) e La Salvia; Brochado (1989).

Particularmente em relação aos tipos de pasta foram adotadas as definições de pasta fina, média e grossa. Para os acabamentos plásticos de superfície e pinturas entre os sítios pesquisados pela equipe do MAEA-UFJF, o corrugado, digitado, dígito-ungulado e acanalado, ungulado, serrungulado, beliscado, ponteadado, estocado, inciso, escovado, espatulado, pintura, engobo branco, engobo vermelho, banho vermelho e resina. Já para a cerâmica do litoral, não foi computado o estocado e o beliscado. Por

sua vez, o banho vermelho não foi quantificado levando em consideração sua distribuição pela superfície externa e/ou interna, de modo que não puderam ser computados nessa oportunidade.

De posse das quantidades absolutas referentes a ocorrência de cada categoria, os dados foram sistematizados de modo a alimentar trabalhos de seriação. Para todos os efeitos, no empreendimento em tela, partiu-se da premissa de que a seriação consiste no exercício de colocar conjuntos em ordem, baseando-se nas similaridades que manifestam. Historicamente, o método vem sendo empregado nas pesquisas arqueológicas desde o final do século XIX, sendo vinculado a diferentes abordagens, tais como o evolucionismo cultural unilinear e o histórico-culturalismo. Nas últimas décadas, adquiriu um novo fôlego, com a sua incorporação nos estudos conduzidos sob o viés da Arqueologia Evolutiva. A partir desse momento, a seriação passou a ser tratada como estratégia capaz de evidenciar o fluxo de informações culturais através do tempo e do espaço, buscando distinguir homologia de analogia e estilo de função (Dunnell 1970; O'Brien; Lyman 2002b).

Tendo em vista os objetivos da presente pesquisa, entre as possibilidades disponíveis de seriação, vêm sendo aplicadas no tratamento dos dados coletados nos sítios da Zona da Mata mineira e Araruama, a seriação por frequência para os tipos de pasta e acabamentos plásticos de superfície e pinturas, e a seriação por ocorrência somente para os motivos impressos na superfície da cerâmica. Em termos contextuais, a seriação por ocorrência pressupõe a organização de um conjunto de características em termos de presença e ausência de determinados tipos. A ideia geral é a de que em uma área local, cada tipo irá ocorrer somente uma vez, de forma que sua distribuição ocupe somente um pedaço do contínuo espaço-tempo. Uma das vantagens mais evidentes do método é que contornam as possíveis distorções estatísticas, decorrentes dos métodos de amostragem empregados pelos arqueológicos em campo (O'Brien e Lyman 2002b).

Já a seriação por frequência estabelece que os conjuntos sejam avaliados levando em consideração as quantidades observadas, partindo da premissa de que as classes seriadas são temporalmente contínuas. Logo, a expectativa é que sejam construídas curvas unimodais, informando sobre o aparecimento, popularidade e desaparecimento de determinados elementos (Dunnell 1970; O'Brien; Lyman 2002b).

Na prática, os resultados gerados, permitem mensurar a distribuição da variabilidade ao longo do tempo, sendo ainda um excelente balizador para perceber distribuições ubíquas em um compartimento regional e verificar a pertinência e limitações dos métodos de datação absoluta diante a complexidade de um sítio (Mageste 2012). Cabe destacar que em ambos os procedimentos, o sentido cronológico da seriação é determinado levando-se em conta as especificidades do contexto estudado, tendo sempre em vista o fato da mudança não seguir nenhuma regra (O'Brien; Lyman 2002b).

Em termos práticos, para a execução da seriação por ocorrência e por frequência foram utilizadas duas planilhas digitais: *Occurrence Seriation Tool 3.0*, que gera a seriação por ocorrência, e o *Seriation Maker 1.0*, que realiza a seriação por frequência. As ferramentas foram elaboradas por Carl Lipo e Tim Hunt, sendo aplicada no estudo do Vale do Rio Missisipi, e também por Ethan Cochrane, em Fiji Ocidental.

Em relação aos resultados gerados, a respeito da seriação por frequência dos tipos de pastas do material da Zona da Mata mineira, a série gerada informou uma configuração próxima a desejada curva unimodal para a pasta fina e média (Fig. 01). Outro ponto digno de nota é que a ordenação se diferenciou em certa medida daquela obtida por meio da seriação por frequência dos elementos decorativos. Para explicar essa discrepância, foi possível suscitar a hipótese de os sítios terem sido ocupados sincronicamente, de forma que a variação nos tratamentos de superfície não aconteceu gradualmente no espaço, como parece ter acontecido com os tipos de pasta.

Em termos de cronologia, chama a atenção que o sentido que confere uma maior antiguidade ao Poca e um caráter mais recente para o Mata dos Bentes, encontra respaldo em algumas das datações absolutas obtidas para cada área, o que foi inclusive discutido anteriormente (Mageste 2012). Caso essa alternativa esteja correta, a seriação informa sobre um aumento gradual na utilização da pasta fina; uma variação abrupta nas taxas de utilização da pasta grossa; e um pequeno aumento, seguido por um período de estabilidade, até culminar na queda da pasta média.

Por sua vez, de forma semelhante ao verificado para a cerâmica da Zona da Mata mineira, a seriação por frequência dos tipos de pasta do material proveniente dos sítios de Araruama (Fig. 01), apresentou um formato próximo ao da curva

unimodal. Se for pertinente atribuir autenticidade a ordem cronológica gerada abaixo, que elenca o sítio Barba Couto como o mais antigo, seguido pelo Jardim Boa Vista, Santo Agostinho, Morro Grande, Serrano e São José, é possível testemunhar o aumento nas taxas de popularidade da pasta fina, acompanhado pelo decréscimo na utilização da pasta grossa. O quadro encontra certo respaldo nas poucas datações disponíveis, que expressam idades recentes para ocupações dos sítios São José e Morro Grande. Nessa perspectiva, deve ser considerada a probabilidade dos outros assentamentos pesquisados por Buarque terem sido habitados em períodos tão recuados quanto ao que é informado também para o sítio Morro Grande.

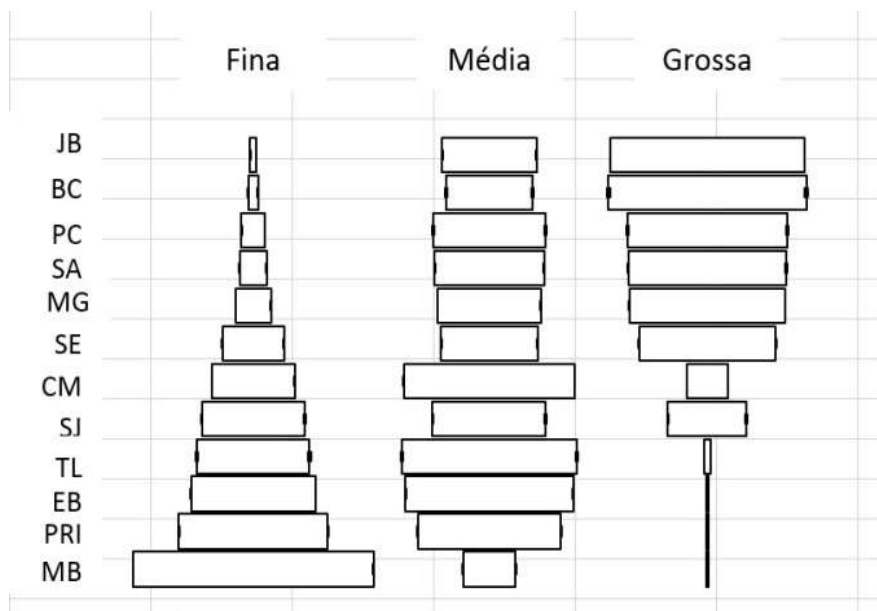


Fig. 01. Seriação por frequência dos tipos de pasta do material cerâmico dos sítios da Zona da Mata mineira e Araruama. PC: Poca; CM: Córrego do Maranhão; TL: Teixeira Lopes; EB: Emílio Barão; PRI: Primavera; MB: Mata dos Bentes; BC: Barba Couto; JB: Jardim Boa Vista; AS: Santo Agostinho; MG: Morro Grande; SE: Serrano; SJ: São João. Essas siglas repetem-se em todas as imagens apresentadas abaixo

Para os elementos decorativos, foram realizadas a seriação por ocorrência e por frequência (Fig. 02 e 03). Ambos os procedimentos revelaram ordens bem diferenciadas no que diz respeito a variabilidade expressa por esta classe ao longo do tempo. Além disso, os arranjos parecem não se encaixar no pressuposto que norteia o procedimento, que estabelece a necessidade de cada tipo ocorrer somente uma vez, ocupando assim uma faixa bem delimitada de tempo (Dunnell 1970).

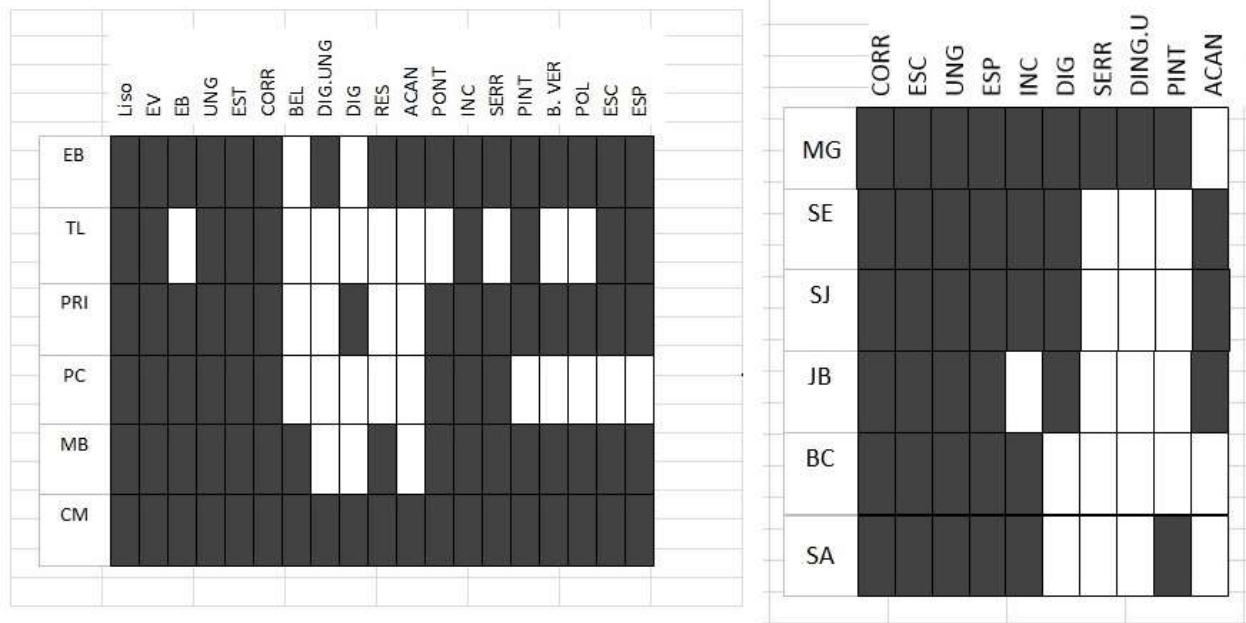


Fig. 02. Sieriação por ocorrência dos acabamentos plásticos de superfície e pintura do material da Zona da Mata mineira e Araruama

A explicação para essa situação talvez resida na possibilidade de os sítios terem sido ocupados simultaneamente, o que justificaria a ausência de gradualismo nas variações, além de impossibilitar em certa medida, considerações em termos de aparecimento e desaparecimento de motivos em um contexto regional. Isto fica mais claro com a análise do arranjo revelado pela sieriação por frequência. É possível verificar certo gradualismo entre o corrugado, escovado, ungulado e espatulado; além de uma constância para o inciso. Já as outras características apresentam taxas de ocorrência bem específicas, que podem estar relacionadas à sincronidade na habitação das áreas ao longo do tempo.

Em termos gerais, as séries ainda são incipientes para alimentar inferências mais seguras sobre as relações temporais estabelecidas entre os sítios. Com o prosseguimento das investigações, espera-se aprofundar as reflexões nesse sentido. Contudo, o que os testes iniciais evidenciam é que parece ser correta a ideia dos sítios de Araruama terem sido habitados em diferentes momentos, indo do período pré-colonial ao histórico. Para o caso dos sítios São José, Santo Agostinho, Barba Couto, Serrano e Jardim Boa Vista, a sua inserção somente no contexto do século XVI, como as poucas datações e os vestígios do contato com os europeus sugerem, não seria

capaz de explicar o comportamento indicado pelos gráficos, no tocante, por exemplo, as variações graduais.

Frente aos resultados expostos acima, é possível estabelecer as primeiras comparações entre o material cerâmico da Zona da Mata mineira e de Araruama, fundamentadas no momento na seriação por frequência. Sobre a seriação dos tipos de pasta (Fig. 04), observa-se o gradualismo para a variação no tipo de pasta fina; já a média e a grossa oscilam entre períodos de estabilidade e de variações, sendo notória a mudança radical nas taxas de pasta grossa nos sítios do interior. Digno de nota é o fato do Poca apresentar-se mais próximo dos sítios de Araruama, enquanto o sítio São José possui características que o relaciona com os da Zona da Mata mineira. Essa continuidade verificada pode ser um primeiro elemento para estabelecer conexões entre as duas regiões, no tocante a processos de transmissão cultural, já que somente correlações da natureza da argila (mais plástica ou menos plástica) podem não ser capazes de explicar a variação gradual observada.

Por sua vez, a distribuição dos elementos decorativos ficou mais evidente com a seriação por frequência (Fig. 05). Nas séries geradas, chamou a atenção o comportamento revelado para o unglado e o escovado, que apresentam uma conformação mais próxima a desejada para uma curva unimodal. O mesmo pode ser dito para parte da série gerada para o corrugado. Apesar de não ser possível determinar o sentido cronológico, ressalta-se as relações que podem ser estabelecidas entre os sítios da Zona da Mata mineira e os de Araruama. De fato, o sítio São José apresenta-se mais próximo do Poca e do Mata dos Bentes; o Santo Agostinho, aparece próximo ao Primavera e Córrego do Maranhão; e por fim Teixeira Lopes, junto com os sítios Barba Couto e Serrano. Uma hipótese é que tal configuração possa relacionar-se com processos de transmissão cultural, com a distribuição gradual nas taxas de popularidade das características por uma área geográfica (cf. Lipo et al 1997, Cochrane 2004).

Considerações Finais

De modo geral, os trabalhos realizados até o momento, revelaram algumas conexões entre o material proveniente na Zona da Mata mineira e Araruama, no que diz respeito a distribuição da variabilidade ao longo do tempo. A ausência das curvas

unimodais e discrepância entre os procedimentos de seriação e datações absolutas devem ser melhor analisados.

De toda sorte, as reflexões aqui apresentadas irão ser aprofundadas e redimensionadas com a incorporação de novas informações, tais como os tipos de borda, que conduz aos aspectos morfológicos; a composição da argila, bem como os aspectos qualitativos indicados pela cultura material e contextos arqueológicos estudados.

Frente às reflexões iniciais apresentadas, fica evidente que os estudos realizados em oportunidades anteriores pelas equipes que devassaram os contextos abordados não esgotaram as possibilidades investigativas. Pelo contrário, abriram o leque de questões que podem ser tratadas com o enfoque da Arqueologia Evolutiva. Nesse movimento, a tarefa de comparar os contextos da Zona da Mata mineira e o de Araruama sob a abordagem, tem se revelado promissora, oferecendo elementos para tratar de questões como cronologia e variabilidade, levando em consideração a distribuição dos vestígios por diferentes compartimentos ambientais, as pressões seletivas e contingências históricas particulares. A expectativa é que com a continuidade da empreitada seja possível estabelecer hipóteses mais arrojadas para questões relacionadas a estilo, função e transmissão cultural, oferecendo uma contribuição para os quadros da Arqueologia Regional.

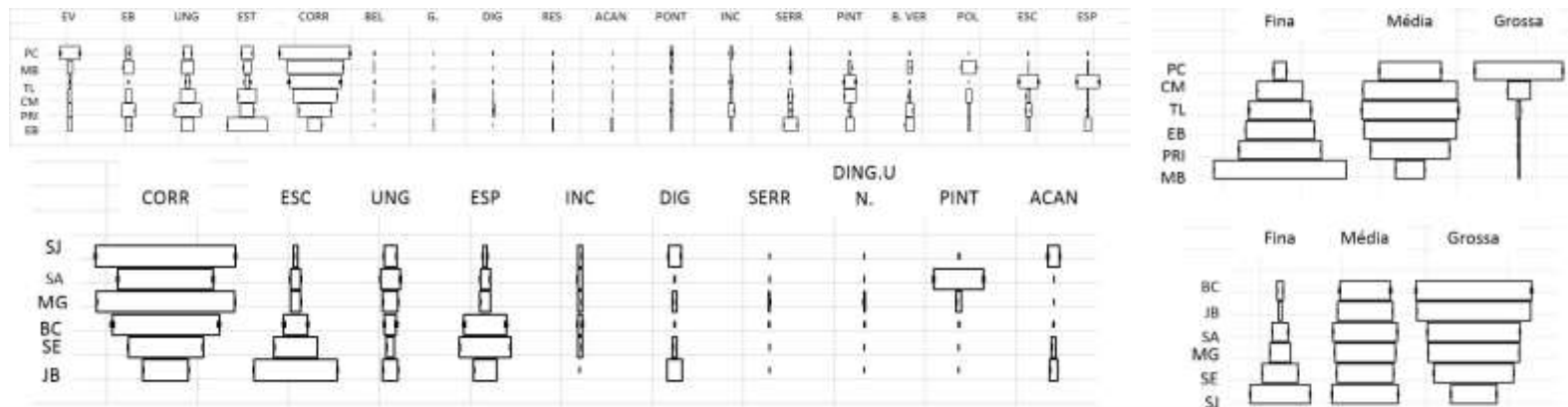


Fig. 03: Seriação por frequência dos acabamentos plásticos de superfície e pintura do material da Zona da Mata mineira e Araruama e **Fig. 04:** Seriação por frequência dos tipos de pasta da cerâmica dos sítios da Zona da Mata mineira e Araruama

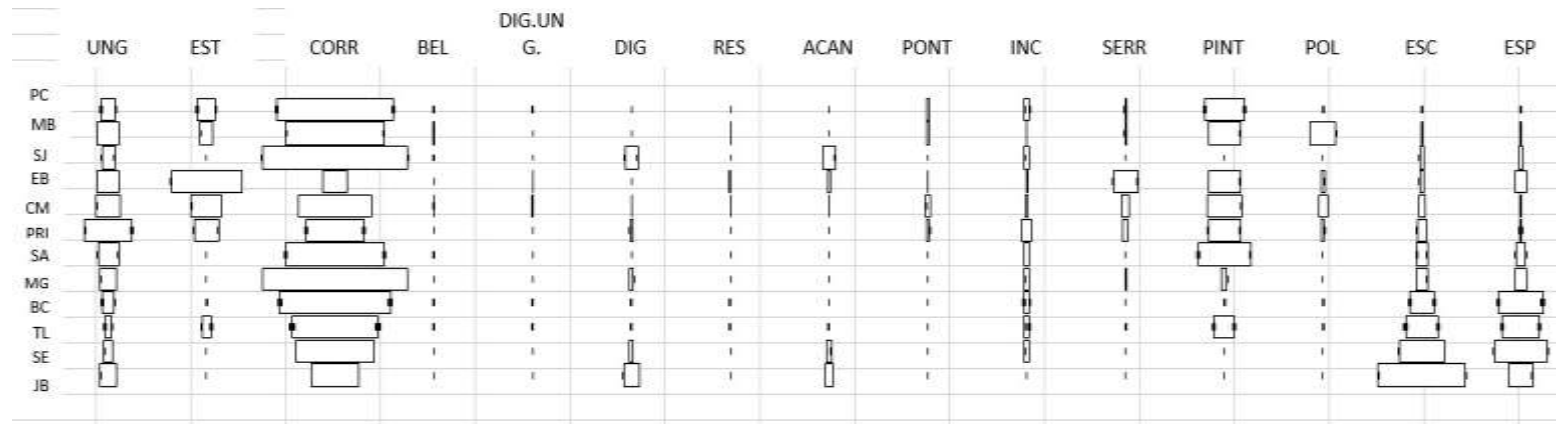


Fig. 05: Seriação por frequência dos acabamentos plásticos de superfície e pinturas da cerâmica dos sítios da Zona da Mata mineira e Araruama

Referências Bibliográficas

- BRANTINGHAM, P. J. A. Unifiel Evolutionary Model of Style and Function Based on the Price Equation. *American Antiquity*, 72, 2007, pp. 395-416.
- BUARQUE, A. Cultura Tupinambá do Estado do Rio de Janeiro. In: TENÓRIO, M.M (Org.). *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2000, pp. 307-320.
- . A Presença Tupinambá em Araruama. In: *Anais do XI Congresso da SAB*. Rio de Janeiro, SAB. (CD-ROM), 2002.
- . *Étude de l'occupation Tupiguarani dans la région sud-est de l'État de Rio de Janeiro, Brésil*. Tese de doutoramento. Université Paris 1: Paris, 2009a.
- . Pesquisas arqueológicas em sítios Tupinambá em Araruama. In: LOURES OLIVEIRA, A. P. P. (Org.) *Estado da arte das pesquisas arqueológicas sobre a Tradição Tupiguarani*. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2009b, pp. 37-65.
- . As estruturas funerárias das aldeias Tupinambá da região de Araruama, RJ. In: PROUS, A.; LIMA, T. A. (Org.) *Ceramistas Tupiguarani. Volume III: Eixos Temáticos*. Belo Horizonte, Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, 2010, pp. 149-172.
- . Tupiguarani no Rio de Janeiro, uma intensa e longa permanência. In: CORDEIRO, J. (Org.) *Arqueologia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, MMX, 2011, pp. 60-85.
- CHMYZ, I. *Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica*. Manuais de Arqueologia I, Curitiba: CEPA/UFPR, 1966.
- COCHRANE, E. E. Style, Function, and Systematic Empiricism: The Conflation of Process and Pattern. In: HURT, T. D.; RAKITA, F. M.(Eds.) *Style and Function: Conceptual Issues in Evolutionary Archaeology*. Westport, Conn, Bergin and Garvey, 2001, pp. 183-202.
- . *Explaining cultural diversity in ancient Fiji: the transmission of ceramic variability*. Tese de doutoramento. Honolulu: University of Hawaii, 2004.
- . Explaining the Prehistory of Ceramic Technology on Waya Island, Fiji. *Archaeology in Oceania*, 37, 2004, pp. 37-50.
- CÔRREA, A. A. *Tetama nas matas mineiras: os sítios Tupi da microrregião de Juiz de Fora*. Dissertação de mestrado. São Paulo: MAE-USP, 2009.
- DUNNELL, R. C. Seriation method and its evaluation. *American Antiquity*, 35, 1970, pp. 305-319.

—————. Style and function: a fundamental dichotomy. *American Antiquity*, 43, 1978, pp. 192-202.

—————. Evolutionary theory and archaeology. In: *Advances in Archaeological Method and Theory*, 3, 1980, pp. 35-99.

EERKENS, J. W.; LIPO, C. P. Cultural transmission, copying errors, and the generation of variation in material culture and the archaeological record. *Journal of Anthropological Archaeology*, 24, 2005, pp. 316-334.

FUTUYMA, D. J. *Biologia Evolutiva*. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética/CNPq, 1992.

LA SALVIA, F.; BROCHADO, J. P. *Cerâmica guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

LEONARD, R. D. Evolutionary archaeology. In HODDER, I. (Ed.) *Archaeological Theory Today*. Cambridge, Polity Press, 2001, pp. 65–97.

LIPO, C. P.; MADSEN, M. E.; DUNNELL, R. C. Population Structure, Cultural Transmission, and Frequency Seriation. *Journal of Anthropological Archaeology*, 16, 1997, pp. 301–333.

LOURES OLIVEIRA, A. P. P. Sítios arqueológicos da Zona da Mata mineira: alguns aportes para o entendimento dos antigos assentamentos na região. In: LOURES OLIVEIRA, A. P. P. (Org.) *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira: Juiz de Fora*. Juiz de Fora, MAEA-UFJF, 2006, pp. 119-156.

—————. Histórico das pesquisas arqueológicas em Carangola. In: LOURES OLIVEIRA, A. P. P. (Org.) *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira: Carangola*. Juiz de Fora, MAEA-UFJF, 2008, pp. 87-98.

—————. Ceramistas Tupiguarani da Zona da Mata mineira. In: LOURES OLIVEIRA, A. P. P. (Org.) *Estado da arte das pesquisas arqueológicas sobre a Tradição Tupiguarani*. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2009, pp. 09-36.

LOURES OLIVEIRA, A. P. P.; MAGESTE, L. E. C.; PAIVA, B. R. S.; VERSIEUX, T. F. 2008. Perfil técnico cerâmico dos sítios arqueológicos da Zona da Mata mineira. In: LOURES OLIVEIRA, A. P. P. (org.) *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira: Carangola*. Juiz de Fora, MAEA-UFJF, 2009, pp. 123-140.

MAGESTE, L. E. C. Antiguidade Tupi na Zona da Mata mineira: uma abordagem interdisciplinar. In: LOURES OLIVEIRA, A. P. P. (org.) *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira: Carangola*. Juiz de Fora, MAEA-UFJF, 2008, pp. 141-151.

—————. *Entre estilo e função: o estudo do sítio Córrego do Maranhão, Carangola-MG*. Dissertação de mestrado. São Paulo: MAE-USP, 2012.

MEYER, D.; EL-HANI, C. N. *Evolução: o sentido da Biologia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

O'BRIEN, M. J.; LYMAN, R.L. *Seriation, Stratigraphy, and Index Fossils the Backbone of Archaeological Dating*. New York, Boston, Dordrecht, London: Moscow. Kluwer Academic Publishers, 2002a.

O'BRIEN, M. J.; LYMAN, R.L. *Applying Evolutionary Archaeology*. New York, Boston, Dordrecht, London, Moscow: Kluwer Academic Publishers, 2002b.

SHENNAN, S. Evolution in Archaeology. *Annual Review Anthropology*, 37, 2008, pp. 75-91.

As Indústrias Líticas do Holoceno Médio no interior paulista: um estudo das cadeias operatórias do Sítio Abrigo do Alvo e Sítio Bastos

Middle Holocene lithic industries in the interior São Paulo: A study of the *chaînes opératoires* in Abrigo do Alvo site and Bastos site

Letícia Cristina Correa¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo dar um panorama inicial da pesquisa que será desenvolvida ao longo do mestrado da autora. Os sítios arqueológicos selecionados para a pesquisa estão localizados no interior do Estado de São Paulo, mais especificadamente na região de Rio Claro. O sítio Abrigo do Alvo localiza-se em Analândia e o sítio Bastos em Dourado. O grande objetivo é analisar tecnologicamente os conjuntos líticos para traçar uma comparação com o intuito de reconhecer se os grupos compartilham ou não características de lascamento. Sendo assim, aqui serão tratados temas relevantes à pesquisa em desenvolvimento como informações dos sítios, breve histórico de pesquisa na região, abordagem teórica e método.

Palavras-chave: cadeia operatória, Tom Miller, Abrigo do Alvo, Rio Claro, Sítio Bastos, tecnologia lítica.

Abstract

The present work aims to give an initial overview of the research that will be developed throughout the author's master's degree. The archaeological sites selected for the survey are located in the interior of the State of São Paulo, more specifically in the Rio Claro region. The Alvo Shelter is located in Analândia and Bastos site in Dourado. The main objective is to analyze the lithic assemblages in order to draw a

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. leticiacorrea@usp.br

comparison to recognize whether or not the groups share common characteristics. Therefore, topics relevant to research in development such as information of the sites, brief history of the researches in the region, theoretical approach and method.

Keywords: chaîne opératoire, Tom Miller, Abrigo do Alvo, Rio Claro, Sítio Bastos, lithic technology.

Breve Histórico de Pesquisas Arqueológicas na Região

De acordo com Araujo (2001a) no Município de Rio Claro encontra-se a região onde supostamente se localizam os sítios arqueológicos mais antigos do Estado de São Paulo. Muitos pesquisadores dedicaram parte de seus trabalhos na região, identificando e catalogando os materiais dos sítios, tal atividade gerou uma grande quantidade de informações sobre o potencial arqueológico da área. No entanto, apesar de muitos sítios terem sido detectados não houve a longo prazo, um aprofundamento das análises.

De acordo com Altenfelder (1968) a abundância de materiais arqueológicos proporcionou numerosas coleções de pontas de flecha e raspadores para museus particulares e a falsificação de peças tornou-se uma atividade compensatória, contudo, tais falsificações seriam fáceis de reconhecer seja pela ausência de pátina ou pelo acabamento deficiente.

A condição que vem a favorecer numerosa presença de sítios de acordo com Araujo (2001a) seria o relevo. Situada na Depressão Periférica do relevo paulista, a região apresenta colinas suaves que não ultrapassam 40 a 60m, ligando o Norte e Sul por um caminho natural, e no sentido Leste e Oeste esse eixo seria fluvial representado pela bacia do Rio Tietê, localmente reforçado pela presença do Rio Piracicaba.

Os trabalhos de arqueologia na região se iniciaram no ano de 1959 com uma prospecção sistemática realizada pelo Professor Fernando Altenfelder Silva pertencente à extinta Faculdade de Filosofia e Letras de Rio Claro, auxiliado pelo Prof. Tom Miller, que na época era seu assistente. Prospectaram as cidades de Rio Claro, Ipeúna, Charqueada, Itirapina, Cordeirópolis e Piracicaba. Durante os 9 anos de trabalho foram detectados mais de 80 sítios arqueológicos, dentre eles sítios

cerâmicos e líticos, sendo os do segundo tipo, os que aparecem em maior concentração.

As interpretações acerca dos sítios estudados por Altenfelder e Miller foram uma tentativa de delinear o quadro da pré-história da região de Rio Claro. De acordo com Altenfelder (1968) existiam três horizontes arqueológicos diferentes, com três cronologias distintas². O primeiro nível seria o pré-cerâmico que teria ocorrido entre 5.000 e 3.000 atrás, sendo aceita a datação mais recuada de 5.000 e relacionando-o com o sítio José Vieira, Paraná. Este primeiro horizonte seria substituído posteriormente, por outro que talvez esteja entre 3.000 e 1.000 anos atrás - também pré-cerâmico - apresentando artefatos polidos. Finalmente um terceiro horizonte cerâmico teria ocorrido 1.000 anos atrás até o período histórico.

Os primeiros dois horizontes líticos caracterizam-se por sítios com pequena profundidade de depósito arqueológico, indicando “bandos de caçadores errantes” (Altenfelder, 1968). O último horizonte representaria a chegada e deslocamentos de grupos ceramistas semi-sedentários, horticultores, que procedentes provavelmente do Sul se espalharam pela região.

A interpretação de Altenfelder para a região, portanto, era de que a existência de sítios líticos amplos sugeria ocupações rápidas “alguns casos tratar-se mais de campo de pouso para sortidas de caça que de habitações permanentes” (Altenfelder 1968). A conclusão se deve ao fato de que as camadas arqueológicas eram espessas, não ultrapassariam mais que trinta centímetros (Araujo 2001a)³.

Posteriores aos trabalhos de Altenfelder, as contribuições de Tom Miller, que trabalhava com a ideia de processos pós-deposicionais, são de grande relevância. Miller procurava conhecer quais eram os eventos responsáveis pelos processos de erosão e de estabilização dos solos, pois, entendendo que o processo é contínuo, onde os depósitos estão se acumulando, devido a qualquer coisa que aconteça na sequência cada evento seria coberto, e através deste processo pode-se entender a sequência arqueológica (Miller 1972). Desse modo, Miller inicia um estudo sobre o processo de formação do sítio arqueológico e entende que pela elaboração de um perfil

² O método de datação utilizado por Altenfelder foi o de datação relativa, baseando-se em seriações comparativas.

³ De acordo com Araujo a espessura da camada arqueológica está mais relacionada com os processos de formação do sítio do que a duração da ocupação propriamente dita.

estratigráfico é possível esboçar um registro vertical dessas feições, que viriam por representar a sequência temporal dos eventos.

Entre os anos de 1964 e 1965 a arqueóloga Maria C. Beltrão, representando o Museu Nacional desenvolveu um trabalho paralelo na região de Rio Claro no sítio Alice Bôer. A cronologia estabelecida para pela datação por C14 resultou na idade máxima de 14.200 +/- 11.50 anos AP, já pela técnica de termoluminescência a data obtida ficou entre 11.000+/-1.000 anos AP (Araujo 2001a)⁴.

Na década de 1970 muitos pesquisadores dedicaram seus trabalhos na região. No ano de 1973 Doroth Uchôa e Caio Garcia identificaram 15 sítios arqueológicos e escavaram apenas um chamado Sítio Pau D'Alho que resultou em uma datação de 4.350 a.C. (Uchôa 1988).

De acordo com Araujo (2001a) entre 1979 e 1980 Luciana Palestrini, representando o Museu da Universidade de São Paulo, realizou prospecções no sítio Caiuby localizado na cidade de Santa Bárbara D'Oeste. Este sítio apresentou somente material lítico lascado e uma estrutura de combustão que permitiu uma datação de 5.350 +/- 120 anos AP, que foi associada ao material lítico do sítio. Esse inventário lítico mostrou-se bastante requintado apresentando uma tecnologia de redução formal, sendo encontrados raspadores, peças retocadas, bifaces, percutores, entre outros. Dentre esses, muitos outros pesquisadores filiados à academia e pesquisadores amadores se dedicaram a entender o potencial arqueológico da região de Rio Claro. No entanto as datações obtidas não foram suficientes para esclarecer a questão de temporalidade desses sítios, sendo esse um motivo para que mais pesquisas fossem realizadas (Caldarelli 1980).

Dando continuidade às pesquisas acadêmicas Astolfo Araujo, vinculado ao Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, vem levantando sistematicamente novos sítios e revisitando outros já catalogados na região de Rio Claro, como é o caso dos sítios selecionados para esta pesquisa.

Devido ao trabalho de vários arqueólogos (Altenfelder 1959; Beltrão 1964, 1965; Miller 1972; Collet 1978, 1980, 1981; Palestrini 1979, 1980; Caldarelli 1980; Moraes 1983; Araujo 2001) hoje se sabe que na região de Rio Claro existe uma

⁴ As datações de C14 realizadas no sítio Alice Bôer são contestadas pela abundância de bioturbação na estratigrafia, sendo assim, a data aceita para o sítio é a obtida por termoluminescência.

sobreposição de níveis arqueológicos, o que sugere um período de longa ocupação. Através dessa sequência, pode-se tentar entender as direções da evolução tecnológica pré-histórica que ali ocorreram (Miller 1972).

Os sítios escolhidos se encontram na região de Rio Claro. São respectivamente o sítio Abrigo do Alvo em Analândia e Sítio Bastos em Dourado, ambos pertencentes ao Estado de São Paulo. Sabe-se que essa região, localizada na porção central do Estado é considerada uma das mais importantes em termos de arqueologia brasileira, tanto no seu debate sobre o povoamento das Américas, como pela riqueza do seu registro arqueológico (Araujo 2001a).

Partindo do princípio de que “os sítios arqueológicos não constituem entidades isoladas, mas se articulam em sistemas, os quais só podem ser conhecidos se não se desprezar nenhum de seus componentes” (Caldarelli 1984), a abordagem regional possibilita trabalhar questões referentes à intensidade de material arqueológico, distância entre sítios, dimensão de cada sítio, sua implantação na paisagem, reconhecimento de tecnologia lítica e, por fim, inferir se houve mobilidade no território por esses grupos (Grossi 2013). Desse modo é possível estabelecer comparações com outros contextos geográficos do Estado de São Paulo.

Definição das tradições líticas arqueológicas

As análises acerca dos sítios líticos, feitas por Miller, tiveram um enfoque regional. Seus resultados corroboram com a ideia de que os numerosos sítios não representam ocupações rápidas ou migrações, mas sim ocupações intensivas da área por um povo, durante muito tempo (Miller, 1968).

De acordo com Miller (1972) são definidas duas tradições pré-cerâmicas para a região, sendo a Tradição Rio Claro e a Tradição Ipeúna. A tradição Rio Claro foi dividida em quatro fases arqueológicas sendo a mais antiga conhecida como *Fase Serra D'Água*, que se caracteriza por uma indústria de espatifamento e lascamento bipolar. O material lítico é de tamanho médio a grande e não foram observadas pontas de projétil e machados de pedra polida.

A *Fase Santo Antônio* caracteriza-se pela ênfase em uma indústria predominada por técnicas de espatifamento e lascamento bipolar (Araujo 2001a)⁵, embora com ênfase também em percussão direta com percutor de pedra. Os implementos seriam de tamanho médio a grande e com presença de facas (especialmente) e raspadores, *chopping tools*. Não fazem parte os machados de pedra polida; no que se refere às pontas de projétil, possivelmente estariam presentes, “embora não tivessem sido encontradas *in situ*” (Araujo 2001a: 131).

Posteriormente, Miller (1972) define a *Fase Marchiori* que se caracteriza por uma grande variedade de matéria-prima e de tradições. A percussão direta com percutor duro é predominante, mas também se fazem presentes as técnicas de lascamento bipolar e espatifamento. Aqui são encontradas as pontas de projétil, machados de pedra polida, facas, raspadores (com menor frequência).

A última fase da Tradição Rio Claro definida por Miller compreende uma série de artefatos de formas bem definidas trabalhadas bifacialmente e pontas de projétil em maior quantidade do que na fase *Marchiori*. Também são encontrados machados de pedra polida, facas de lascas retocadas, maior acumulação de detritos. Esta é a *Fase Pitanga* e apresenta uma variedade de técnicas, porém predomina a percussão direta com percutores mole e duro.

De acordo com Prous (1992) a chamada Tradição Rio Claro foi englobada no que se define atualmente como Tradição Umbu, porém os nomes das fases foram mantidos. No que se refere à Tradição Ipeúna “foi incluída na denominação genérica das ‘indústrias de lascas sem pontas de projétil’ sendo mantida a *Fase Monjolo Velho*” (Araujo 2001a: 131).

A Tradição Ipeúna apresenta apenas a *Fase Monjolo Velho* que de acordo com Miller (1972:73) caracteriza-se pela predominância quase que exclusiva de uma indústria de aproveitamento de seixos, chapas, cristais e fragmentos naturais. O espatifamento e o lascamento são raros e as ferramentas de tamanhos reduzidos.

⁵ De acordo com Araujo (2001a), Miller assume que existem problemáticas de interpretação no que se refere à técnica bipolar, já que as “lascas côncavas”, os “núcleos globulares” ou “bolas” poderiam ser resultantes de alteração térmica e não lascamento bipolar.

Pesquisas arqueológicas nos sítios

Abrigo do Alvo

O Abrigo do Alvo está localizado no município de Analândia. É formado por um paredão rochoso de inclinação negativa formando no arenito da Formação Botucatu e tem aproximadamente 130m² com abertura voltada a leste (Figura 1).



Fig.7. Aspecto geral do Abrigo do Alvo durante escavações realizadas em 2012. Autor: Astolfo Araujo.

Localizado em meia encosta de morro possui três painéis com registros rupestres, formados basicamente por gravuras com alguns pontos marcados por pigmentos vermelhos totalizando 15m de extensão por 2m de altura (Figura 2). Essas gravuras (Alberto, 2013)⁶ foram registradas por croquis feitos por Collet quando visitou o abrigo em 1981.

⁶ De acordo com Alberto (2013), as gravuras podem ser identificadas como bastonetes, linhas retas, paralelas, tridáctilos, cúpules, duas figuras circulares que parecem estar associadas ao universo cultural humano, sendo representada uma ao lado da outra (diferenciando-se do restante dos registros) e algumas são vestigiais, não sendo possível sua verificação. Para Prous, (Prous, 1992 apud Araujo, 2001)



Fig.2. Detalhe das gravuras do Abrigo do Alvo. Autora: Sílvia Lima

Todas as peças, coletadas em superfície ou aquelas provenientes da escavação, foram plotadas com coordenadas cartesianas individuais o que garante maior precisão na disposição do material. No total 128 peças líticas foram coletadas, 292 fragmentos de fauna, 130 amostras de carvão, 3 fragmentos de madeira e 2 fragmentos de semente de coquinho.

No que se referem à datação o resultado da análise coloca como ocupação mais antiga por volta de 7.500 cal AP inserindo o sítio no período do Holoceno Médio.

Sítio Bastos

O Sítio Bastos localiza-se no município de Dourado, está localizado na Fazenda Monte Alto e foi detectado em uma prospecção realizada em duas etapas⁷ (figura 3).

esse motivo figurativo pertence a “Tradição Meridional” de arte rupestre que se estende desde a Argentina até o centro do Estado de São Paulo.

⁷ Essa prospecção foi realizada sob a coordenação do Prof. Dr. Astolfo Araujo e pertence ao projeto FAPESP “A ocupação paleoíndia no Estado de São Paulo: uma abordagem geoarqueológica”.

Junto com o Sítio Bastos também foram localizados outros sítios e a partir deste trabalho foi possível determinar o alto potencial arqueológico da região.

De acordo com Araujo (2014/2015), o Sítio Bastos apresentou características que sugerem uma antiguidade do material arqueológico, no caso lítico, que aflorava em uma trilha de gado e parecia profundo.



Fig. 3. Estágio final da escavação no sítio Bastos. Autor: Astolfo Araujo (2014)

O sítio está inserido em um patamar de baixa vertente, próximo a um pequeno córrego, com material lítico lascado aflorando no piso e nas laterais de algumas trilhas de gado. A situação topomorfológica do sítio sugere que o mesmo foi soterrado por um evento de solifluxão. Quando detectado o sítio, também foram realizadas prospecções no entorno que resultaram na localização de material disperso ao longo de toda a encosta e acima do mesmo, o que pode sugerir que o material provavelmente se deslocou das partes mais altas do terreno pelo efeito da gravidade.

No total 254 materiais líticos foram coletados e sete amostras de carvão para datação (Araujo, 2014/2015). A datação pelo Programa CalPal 2007 resultou 6.810 +/-

30 anos AP calibrado 7.650 +/-30 anos AP o que o coloca no Holoceno médio, pertencendo ao mesmo período de ocupação do sítio Abrigo do Alvo.

Conceito de Cadeia Operatória como Modelo Teórico

Diferentes estratégias podem nos fornecer explicações sobre a variabilidade artefactual e explicar variações culturais entre grupos de populações ou as que estabeleceram relações. Neste caso, o método abordado na análise dos artefatos envolve o conceito de Cadeia Operatória, que permite ao arqueólogo compreender a variabilidade dos atributos líticos e ajuda a “ler” os sinais deixados intencionalmente pelas decisões tomadas pelos artesões que produziram e usaram essas ferramentas.

Essa cadeia operacional envolve todos os processos de uso da matéria-prima, desde seu descobrimento, seleção e processamento, através da manufatura, uso, reuso, reciclagem até o eventual descarte e seus detritos de lascamento (e.g. Inizan et al. 1999). Esse conceito também aborda a questão da habilidade motora do artesão, do conhecimento sobre o ato de lascar e do grau de experiência de lascamento que se reflete na performance (Banning 2000: 141).

O uso do conceito de Cadeia Operatória se justifica pela ideia de que os resíduos da produção de um artefato se fazem tão importantes quanto o próprio artefato finalizado. Enquanto os instrumentos aparecem apenas nas etapas finais do processo, os resíduos de lascamento aparecem em todos os estágios. Eles revelam por qual etapa de produção o instrumento passou, permitem evidenciar quais foram os métodos e técnicas utilizadas em cada momento e finalmente, não menos importante, permite reconhecer traços técnicos e tradições culturais dos grupos humanos responsáveis pelas indústrias líticas.

O conceito aqui abordado torna possível estruturar o uso da matéria-prima pelo homem colocando cada artefato em um contexto técnico e oferece uma estrutura metodológica para cada nível de interpretação. A tecnologia é a “ciência das atividades humanas” (Inizan et al. 1999) e o aspecto essencial dos objetos manufaturados reside no fato de que são feitos e usados pelo homem.

O domínio das técnicas de manipulação da matéria-prima para manufatura de artefatos líticos permitiu ao homem pré-histórico a exploração imediata e direta no

nicho ecológico circundante o que lhe garantiu a sobrevivência e preservação (Pallestrini; Morais 1982: 51).

Para auxiliar o processo interpretativo é necessário pensar no comportamento que levou o artesão a desenvolver tal ferramenta. As escolhas refletem as necessidades desses grupos e sociedades, do que eles precisavam para sobreviver, porque a preferência por determinados tipos de rochas, quais as técnicas empregadas, etc. Saber por que realizaram determinadas escolhas faz parte dos estudos tecnológicos de cadeia operatória. Os modos de vida ditam as necessidades que se materializam na cultura (Schiffer; Skibo 1997).

Analisados, esses diferentes estágios podem permitir a formulação de hipóteses sobre variações culturais entre grupos e estabelecer relações entre eles. O uso do conceito de Cadeia Operatória como abordagem analítica, permite o surgimento de novos pontos de vista nas interpretações sobre os processos tecnológicos.

Definição dos atributos que foram analisados

Enquanto o conceito de Cadeia Operatória tem o mérito de trazer uma perspectiva contextualizada e orientada nos processos para a tecnologia lítica, seu método analítico deve estar ancorado em uma classificação de itens com categorias teóricas prescritas (Bar-Yosef; Van Peer 2009). Ou seja, uma classificação é tão válida quanto qualquer outra, desde que a aplicação do método escolhido possa ser claramente identificada. A validade de qualquer sistema de análise depende inteiramente da clareza e objetividade do estabelecimento dos critérios de classificação (Bar-Yosef e Van Peer 2009: 107).

Como quaisquer fenômenos a serem analisados os artefatos de pedra lascada possuem uma infinidade de variedade morfológica. Por causa dessa variabilidade, as indústrias líticas requerem algum tipo de ordenação nos dados antes de serem adequadamente discutidas. Inicialmente serão discutidos os atributos genéricos que consistem em observação e identificação da matéria-prima no que se refere à sua disponibilidade e aptidão de lascamento, e posteriormente os atributos de lascamento.

Os atributos aqui especificados foram postos para responder questões específicas da pesquisa, não sendo de modo algum uma definição universal. Os atributos genéricos compreendem a análise de matéria-prima, medidas das dimensões (comprimento, largura e espessura), peso, identificação do suporte (Araujo 2001b)⁸, presença ou ausência de córtex, retoques e sinais de uso. Os atributos de lascamento podem revelar detalhes técnicos, pois apresentam com mais ou menos clareza os vestígios da fratura conchoidal (Morais 1987) e neste item serão analisados o tipo de talão, serão tomadas as medidas do ângulo da face interna, tipo de bulbo, identificação do tipo de terminação da lasca e quantificação dos negativos de retirada.

Quando a peça apresentar sinais de uso serão contabilizados os números de bordos ativos, a dimensão, a forma e o ângulo dos gumes. Quando o artefato apresentar retoques, serão descritas as características desses retoques, a localização axial e lateral, extensão, forma, dimensão e angulação do gume retocado.

Conclusões

As análises do Sítio Abrigo do Alvo tiveram início no segundo semestre de 2015 e a do Sítio Bastos serão iniciadas no primeiro semestre de 2016. Nesta etapa inicial 101 peças foram analisadas, restando assim mais 27.

O que pode ser notado é que o Abrigo do Alvo apresenta matéria-prima diversificada, como: sílex, arenito silicificado, quartzito, quarto e basalto. Não foi encontrado nenhum artefato formal que pudesse ser caracterizado com uma finalidade específica, no entanto, muitas lascas poderiam ter sido utilizadas como ferramenta por apresentarem gumes cortantes.

Alguns materiais também apresentam marcas de queima, no entanto, elas não se referem a processo de tratamento térmico que eventualmente melhoraria a qualidade da matéria-prima. Essa conclusão pode ser tomada devido às fraturas em cúpula que essas lascas apresentam, típicas de ação do calor. Também não foi encontrado nenhum material polido, somente lascado.

⁸ De acordo com Araujo (2001b), o suporte designa a massa de material que foi utilizada na confecção do artefato, por exemplo, seixos, blocos, produto de lascamento, etc. Sua importância reside na possibilidade em entender qual era a estratégia de busca de matéria-prima e obtenção de artefatos.

A proporção das medidas ainda não foi tomada, assim como a análise da angulação do talão. No que se refere ao córtex 74,25% não o possuem, 15,84% possuem menos que 50%, 5,94% possuem mais que 50% e 1,98% não foi identificado. Dessas 24 peças que possuem córtex 7 são córtex por água, 7 foram identificados como marcas de fogo e 10 por intemperismo. Sobre as análises do sítio Bastos, a previsão é que ocorram no primeiro semestre de 2016. Todo o material já passou por processo de curadoria durante a etapa de campo. Uma análise superficial durante a escavação permitiu notar em contraste com o Abrigo do Alvo a matéria-prima no Sítio Bastos é constituída apenas de arenito silicificado e apesar não terem sido medidas e pesadas, as peças também se mostram em dimensões maiores do que as encontradas no Alvo.

Devido ao estágio inicial da pesquisa, ainda não é possível delinear nenhum resultado refinado sobre as coleções. No entanto, serão realizadas as análises comparativas entre os conjuntos líticos considerando que: 1) ambos os sítios estão inseridos cronologicamente no mesmo período do Holoceno médio e 2) apresentam-se em contextos diferentes, sendo, um a céu aberto e outro em área abrigada. Ao final, espera-se que seja possível perceber se existem diferenças tecnológicas entre as indústrias o que conseqüentemente indicaria normas culturais distintas.

Tendo em mente a quantidade de sítios arqueológicos na região, também seria oportuno tentar relacionar os materiais líticos dos sítios que serão analisados com outros sítios já trabalhados, ampliando o quadro de formulação de hipóteses explicativas que sirvam para pesquisas posteriores.

Agradecimentos

Meus agradecimentos ao meu orientador Prof. Dr. Astolfo Araujo (MAE-USP) pela oportunidade em integrar sua equipe. Aos membros da Comissão da *IV Semana de Arqueologia* pela oportunidade de participação. A CAPES pelo auxílio financeiro.

Referências Bibliográficas

- ALBERTO, L.A. Redescoberta Rupestre: São Paulo e um novo cenário. *Revista de Arqueologia. Parte 3 - A Construção de Interlocações: campos disciplinares e sociedade*, 26 (2). 2013, pp. 157-178.
- ALTENFELDER, F.S. Culturas Pré-Históricas do Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, volume? 1967, pp. 17-30.
- ALTENFELDER, F.S. Arqueologia Pré-Histórica da Região de Rio Claro. In: Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, (Ed.), *Pré-história Brasileira, XIX Reunião Anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência*. Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968, pp. 157-166.
- ANDREFSKY, W. J. *Lithics: Macroscopic Approaches to Analysis*. Second Edition. Cambridge University Press, Cambridge. 2005.
- ARAUJO, A.G.M. Arqueologia da Região de Rio Claro: Uma Síntese. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo*, 11. 2001a, pp. 125-140.
- ARAUJO, A.G.M. *Teoria e Método em Arqueologia Regional: um estudo de caso no Alto do Paranapanema, Estado de São Paulo*. (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001b.
- ARAUJO, A.G.M. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. *Revista de Arqueologia*, 20, 2007, pp. 9-38.
- ARAUJO, A.G.M. Projeto FAPESP “A ocupação paleoíndia do Estado de São Paulo: uma abordagem geoarqueológica”. (Relatório Final de Atividades), FAPESP, São Paulo, 2012.
- ARAUJO, A.G.M. Projeto FAPESP “A ocupação paleoíndia do Estado de São Paulo: uma abordagem geoarqueológica”. (Primeiro Relatório Parcial de Atividades), FAPESP, São Paulo, 2014/2015.
- BANNING, E.B. *The Archaeologist’s Laboratory: The Analysis of Archaeological Data*. Springer, Amsterdam. 2000.
- BAR-YOSEF, O. e VAN PEER, P. The Chaine Operatoire Approach in Middle Paleolithic Archaeology. *Current Anthropology* 50 (1), 2009, pp. 103-131.
- INIZAN, M.L.; REDURON-BALLINGER, M.; ROCHE, H. e TIXIER, J. *Technology and Terminology of Knapped Stone*. Translated by J. Féblot-Augustins. Cercle de Recherches et d’Etudes Préhistoriques, Paris. 1999.

MILLER, T. O. *Duas fases paleoíndigenas da bacia de Rio Claro, estado de São Paulo: um estudo em metodologia*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de filosofia Ciências e Letras de Rio Claro, SP. 1968, 177p.

MILLER, T.O. Sítios Arqueológicos da Região de Rio Claro Estado de São Paulo. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro. 1969.

MILLER, T.O. Arqueologia da Região Central do Estado de São Paulo. *Dédalo*, 16. 1972, pp. 16-118.

MILLER, T.O. Onde estão as lascas? *CLIOArqueológico*, 24 (2). 2009, pp. 6-66.

MORAIS, J.L. A Propósito do Estudo das Indústrias Líticas. *Revista do Museu Paulista*, 32. 1987, pp. 155-184.

PALLESTRINI, L. e MORAIS, J.L. *Arqueologia Pré-Histórica Brasileira*. Universidade de São Paulo, Museu Paulista, Fundo de Pesquisas. 1982.

PROUS, A. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Ed. UnB, 1992, 605p.

SCHIFFER, M.B. e SKIBO, J.M. The Explanation of Artifact Variability. *American Antiquity*, 62 (1). 1997, pp. 27-50.

UCHÔA, D.P. Programa de pesquisas arqueológicas na Região de Rio Claro, SP. *40ª Reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC - Resumos*, p. 141.

Moedas, santuários e contexto único de produção: o lugar da documentação numismática no estudo do culto de divindades na pólis grega

Coins, sanctuaries and context of production: the place of Numismatic evidences in the study of cults of Greek deities in the polis

*Lilian de Angelo Laky*¹

Resumo

Em pesquisas sobre as divindades gregas nas pólis, predominam, de um modo geral, enfoques baseados apenas em evidências advindas de seus santuários ou de sua representação em moedas gregas. Quando ocorre de ambos os tipos de documentação serem evocados em uma mesma investigação sobre culto, dá-se uma ênfase maior ao estudo dos santuários e as evidências numismáticas são relegadas como mera confirmação da presença do culto em um dado lugar. Nesse texto, nossa intenção é mostrar como a associação entre moedas e santuários, quando considerados com mesma importância de análise e interpretação em uma dada pesquisa, pode trazer resultados mais completos sobre mudanças do culto ao longo do tempo. E como as evidências numismáticas, em especial, podem fornecer informações sobre fenômenos específicos que enriquecem a compreensão da função / esfera de atuação de uma divindade em uma dada cidade.

Palavras-chave: Moedas gregas, iconografia monetária, santuários, divindades gregas, pólis.

Abstract

¹ Doutora em Arqueologia Clássica pelo Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. Pesquisadora associada do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (LABECA). Pesquisadora associada do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo (LEIR-MA).

In research on Greek deities in the polling places, approaches predominantly focused on matters arising from their shrines or from their representation in Greek coins. When occurrences of the same types of data are evoked from the same measure of worship, there is a greater emphasis on the study of sanctuaries and, as a numismatic measure, is relegated to a larger issue in the present. This text, we intend to show how a combination of currencies and sanctuaries when applied to analysis and interpretation in a given survey are the most comprehensive results on exercise changes over time. In addition, since the numismatics of records in particular can provide information about the specific process that integrate the function of expression / function of a division in a given city.

Keywords: Greek coins, monetary iconography, sanctuaries, Greek deities, polis.

A intenção aqui hoje é oferecer uma reflexão sobre como o documento monetário pode ser associado à pesquisa dos santuários, de modo a revelar e adicionar questões culturais mais pontuais acerca de aspectos identitários e políticos por trás da apropriação de determinado culto pela pólis grega. De um modo geral, ocorre que, em pesquisas sobre as divindades gregas nas *pólis*, predominam enfoques baseados em evidências advindas de seus santuários ou de sua representação em moedas gregas. Quando ocorre de ambos os tipos de documentação serem evocados em uma mesma investigação sobre culto, dá-se ênfase ao estudo dos santuários e, as evidências numismáticas, são relegadas a uma mera complementação, ou seja, aparecem, por exemplo, como confirmação da presença do culto em um dado lugar.

Nessa comunicação, nosso objetivo é mostrar como a associação entre moedas e santuários – quando considerados com mesma importância de análise e interpretação em uma dada pesquisa – pode trazer resultados mais completos sobre mudanças do culto ao longo do tempo. E ainda, como as evidências numismáticas, em especial, podem fornecer informações sobre fenômenos específicos que enriquecem a compreensão da função / esfera de atuação de determinada divindade em uma dada cidade. Apesar de possuírem metodologias próprias, de terem tido públicos e razões diversas, partimos da premissa de que moedas e santuários têm em comum o caráter de oficialidade e de identidade da pólis: provêm de um contexto histórico único. São

produções formais da pólis e mesmo tendo público e razões diferentes, se articulam e pertencem a tradições culturais únicas, a contextos de produções únicos.

A moeda grega representa o grau de organização e autonomia política da pólis. Foi um meio de afirmar sua existência e seu direito à soberania. Mas quais são os valores políticos da cunhagem de uma pólis grega? De acordo com T. R. Martin, o significado político da cunhagem, para uma pólis que emitiu suas próprias moedas, começava com o simples fato de que a cunhagem é resultado de uma decisão feita pelo *demos* (ou por qualquer corpo chamado para tomar decisões em uma pólis em particular). Nesse sentido, as moedas eram produtos tangíveis de um acordo sobre o aspecto prático do *nomos* da pólis, assim como foram pesos e medidas também enredados no complexo de decisões e acordos que juntos formaram o *corpus* das leis definidoras e reguladoras da vida na pólis (Martin 1995: 267). Como produtos originários no *nomos*, as moedas naturalmente carregam os sinais de sua origem. Seus tipos e legendas transmitem mensagens sobre a pólis na qual a decisão tinha sido tomada para emití-las, se por referência às suas divindades ou cultos, ou por alguma narrativa de seu passado, ou ainda por emblemas ou por carimbos públicos da cidade (Martin 1995: 267). Ao retratar a imagem de um deus, as moedas expressavam, em certo sentido abstrato, um aspecto da identidade de uma pólis que não poderia existir separada da divindade com a qual estava intimamente ligada. Este tipo de expressão de identidade era inevitável em qualquer situação que a levava a emitir moedas independentemente dos tipos escolhidos, pois as moedas da pólis eram resultado de uma decisão implementada no *nomos*. As moedas diferiam de outras manifestações do *nomos* por serem tangíveis e carregarem legendas e tipos determinados pela cidade. Por essa razão, elas dificilmente poderiam escapar da necessidade de expressão da identidade da pólis (Martin 1995: 281).

Situados em espaços intencionalmente escolhidos no espaço urbano (a *ásty*) ou no território da cidade (a *khóra*), os santuários gregos, por sua vez, também foram meios de expressão de poder e de identidade da pólis em sua paisagem. Este valor simbólico político, principalmente atribuído àquelas áreas sagradas ditas extra-urbanas ou não-urbanas localizadas entre o espaço urbano e as margens do território, foi proposto por G. Vallet no final da década de 1960 para os santuários coloniais e retomado por F. de Polignac na década de 1990 na interpretação de santuários

coloniais e balcânicos. Na ótica desse último estudioso, os santuários extra-urbanos, sobretudo se dotados de monumentalidade, devem ser lidos como símbolos de soberania – um tipo de iconografia de poder –, “como o instrumento através do qual o mundo grego proclamou, recorrendo à esfera do sagrado, a posse de território” (De Polignac 1995: 98; Veronese, 2006: 32). Na primeira década de 2000, em seu estudo sistemático dos santuários arcaicos na Sicília, F. Veronese retoma as ideias trabalhadas por Vallet e De Polignac de que o santuário representa um símbolo de posse territorial: “sua distribuição no território da pólis havia sido reflexo de uma escolha política, considerando-se o sagrado como instrumento de comunicação ideológica e de controle político, um elemento imprescindível da dimensão identitária do mundo grego” (Veronese 2006: 34-35; 36-37).

Construídos, projetados e idealizados pela pólis, os templos no período arcaico e clássico eram em primeiro lugar emblemas da identidade póliade, de riqueza, poder e superioridade das comunidades que os erigiam (Burkert 1995: 205; Marconi 2007: 30-31). E segundo os estudiosos, a inter-relação entre a pólis e a construção de templos é muito mais antiga, remonta, pois, à evolução da própria pólis (Burkert 1995: 207). “A edificação e monumentalização desses edifícios no século VIII a.C., em época tão recuada, nos mostram que a religião e o culto estatal comum estiveram no centro da criação institucional da pólis grega” (Florenzano 2010: 43). Mesmo para aqueles estudiosos que vem tentando demonstrar que a pólis não dominou todos os aspectos da religião grega, dentre eles mais recentemente o trabalho de Julia Kindt (2012), é consenso que “a pólis articulou a religião e ao mesmo tempo foi articulada por ela” (Sourvinou-Inwood 2000: 22). Ao menos em época arcaica e clássica, “a religião tornou-se a ideologia central da cidade, pois estruturou e deu sentido a todos os elementos que formavam a identidade da pólis, seu passado, sua paisagem física, a relação entre suas partes constituintes” (Kindt 2009: 9-10; Sourvinou-Inwood 2000: 22).

É nesse sentido que vemos santuários e imagens monetárias de divindades como partes de um contexto único de produção, pois, como dissemos, têm em comum o caráter de oficialidade e de identidade da cidade grega – os dois tipos de documento partem de uma mesma entidade política, a pólis. De fato, se pensarmos nos diferentes tipos de contextos discutidos por Anders Andrén (1998) – correspondência, associação

e contraste – há uma série de contrastes acerca da maneira como imagens monetárias e santuários foram produzidos com relação ao tempo, espaço, forma e conteúdo. Mas dentro da perspectiva de Andrén, a ideia de contexto único de produção é possível na correlação espacial e cronológica presentes na produção de ambos os tipos de evidências – no nosso caso, a associação do uso de imagens monetárias de determinada divindade e da construção de seus santuários pela pólis. Ao colocarmos em uma linha do tempo os momentos em que santuários e imagens monetárias de determinada divindade emergiram e se disseminaram em diversas áreas do mundo grego teremos linhas de tendência sobre o desenvolvimento do culto na longa duração, ou seja, os momentos em que o culto foi apropriado e se consolidou na pólis grega.

A associação de moedas e santuários, nessa perspectiva, objetiva, em última análise, entender o desenvolvimento de um dado culto na pólis, o significado que adquiriu em termos políticos e identitários em seus vários níveis. Aqui nos ocuparemos de Zeus como estudo de caso, alvo de nossa presente investigação de doutorado.

No final da última década, em meio acadêmico germânico, dois estudos se ocuparam do culto de Zeus no mundo grego e na longa duração – um deles em termos de desenvolvimento em uma região específica e, o outro, da análise espacial dos santuários da divindade e sua associação a grupos políticos na pólis em várias regiões do mundo grego. Na primeira pesquisa, de Mirko Vonderstein, acerca do culto de Zeus no Ocidente grego, há uma grande contribuição em oferecer e abordar uma documentação exaustiva e heterogênea sobre Zeus na Sicília e na Itália do Sul (desde santuários até inscrições, tipos monetários, estatuária, etc.) para caracterizar o desenvolvimento do culto nas duas regiões, durante períodos específicos, desde a época arcaica até a romana. O mérito de Vonderstein esteve em proporcionar a reconstrução de um panorama completo sobre Zeus em ambas as regiões. Já a pesquisa de Natasha Kreutz, acerca dos santuários de Zeus na pólis grega até a época helenística, oferece conclusões sobre o posicionamento de todos os santuários da divindade no espaço das cidades, considera aqueles ditos interestaduais, e sua afinidade a determinados grupos no poder nas cidades (como os tiranos, por exemplo) a partir de um exame minucioso entre evidências arqueológicas e textuais disponíveis em várias áreas do mundo grego. Ambos os estudos são fundamentais por

proporcionarem o estado da arte da documentação a respeito de Zeus, seja ela a reconstituição da expressão de seu culto, considerando uma vasta gama de evidências, no caso de Vonderstein, ou seja, a expressão que o culto assumiu em várias pólis do mundo grego, como no caso de Kreutz. No caso dessa última autora, o trabalho a respeito da análise estrita aos santuários de Zeus, e seu desenvolvimento urbano, já pode ser considerado realizado.

As pesquisas de Vonderstein e Kreutz, assim como a coleção monumental de A.B. Cook, do início do século XX, *Zeus: a study in ancient religion*, são as três maiores contribuições já realizadas acerca da divindade. Mas nenhum deles aborda o documento monetário em seus próprios termos, dentro de uma metodologia própria de análise, não como tipo de evidência coadjuvante, mas com documentação destacada, reveladora de problemáticas próprias. Nos três volumes de Cook, a moeda aparece como objeto de arte, cujas imagens são reveladoras de estilos comparáveis em outros suportes de imagens, como vasos e esculturas. No livro de Vonderstein, o documento monetário também aparece na ampla gama de evidências, embora no final das contas seja ainda relegado à confirmação ou não do culto em uma dada área específica da Sicília ou da Magna Grécia. Na pesquisa de Kreutz sobre os santuários, o documento monetário não foi considerado. Uma pesquisa que considerasse o significado das imagens monetárias de Zeus e também de seus atributos, águias e raios, para as cidades gregas em época arcaica e clássica ainda estava por se fazer.

O que adicionaria, então, à compreensão do culto de Zeus na pólis grega, uma investigação que acrescentasse, à informação sobre os santuários, as evidências numismáticas a respeito da divindade, na qual a moeda não fosse um mero objeto de confirmação do culto em um dado lugar, mas documento protagonista como costumam ser as áreas sagradas? Adicionaria respostas mais pontuais para questões culturais acerca de aspectos identitários e políticos, nesse caso, envolvidos no processo de apropriação do culto por comunidades políticas. Naquela linha de desenvolvimento do culto na pólis na longa duração, inserir as informações sobre o contexto de uso das imagens monetárias, pode revelar tendências do desenvolvimento do culto ao longo do tempo. Na nossa investigação, ao associarmos a documentação numismática àquela dos santuários, descobrimos uma série de tendências de

desenvolvimento do culto: três momentos importantes de mudanças com relação à divindade.

Apesar de o culto de Zeus ter se iniciado em centros importantes interestaduais já na Idade do Ferro, como por exemplo em Olímpia, no séc. X a.C., e em Dodona, no séc. IX a.C., o primeiro grande período de consagração de santuários à divindade na pólis foi o século VI a.C., cujo processo se iniciou a partir do século VII a.C. Trata-se de uma época de proliferação de áreas sagradas monumentalizadas, portanto, com algum tipo de edifício de culto. Ressalta-se aqui que o séc. VI a.C. foi o período de construção dos templos perípteros a Zeus em ambiente políade, dentre os quais àqueles de Zeus Olímpio em Selinonte e em Atenas, que abrigaram os maiores edifícios dóricos até então.

No início da época clássica (c. 490/80 a.C.) ocorreram construções de novos santuários e/ou templos a Zeus nas pólis, como por exemplo os templos de Zeus Olímpio em Agrigento, em Cirene, em Cálcis, ou em santuários interestaduais, como a construção do primeiro templo ao deus em Olímpia a partir de 470 a.C. Não houve um aumento de áreas sagradas como no século anterior. Mas é exatamente neste mesmo período que se iniciaram as primeiras emissões de moedas com a imagem de Zeus nas moedas gregas. Estas foram cunhadas em Cirene (500-480 a.C.), pelas pólis arcádias para a Liga Arcádia (a partir de 470 a.C.) e por Élis para o santuário de Olímpia (a partir de 470 a.C.). No séc. V a.C. novos tipos monetários de Zeus foram emitidos entre 460-450 a.C. em pólis da Sicília (Galária, Zancle, Aetna) (Laky, 2008). É preciso dizer que, antes da imagem do próprio deus, a divindade era representada nas moedas por um de seus atributos, a águia, já entre os séculos VII-VI a.C.

No século IV a.C. a documentação mostra o aumento significativo de imagens monetárias e de certa construção de áreas sagradas dedicadas a Zeus. No século IV a.C., assim como se ampliam as regiões e pólis do mundo grego que passaram a cunhar tipos monetários de Zeus, ampliam-se também as regiões e pólis responsáveis pela construção de templos e/ou santuários do deus, como mostram os remanescentes de áreas sagradas, a ele dedicados, provenientes de Aphytis na Calcídia, Thasos na Trácia, Aegae na Macedônia, Poseidônia na Itália do Sul, Passaron no Épiro, Stratos na Acarnânia e Megalópolis na Arcádia (estes três últimos santuários são posteriores a 344 a.C.).

Observa-se, assim, que, ao inserirmos a documentação numismática a respeito da divindade nessa linha que mostra a emergência e consolidação do culto na pólis, vemos certas correspondências temporais entre a apropriação e proliferação do culto pela cidade grega em pelo menos três séculos, o que uma pesquisa sem a documentação das moedas não mostraria.

Mas somente é possível compreender os mecanismos, os processos, por trás de tais mudanças no culto de Zeus, através de uma análise contextual das imagens da divindade e de seus atributos em moedas gregas, cujo resultado pode ser depois contrastado com aquele da documentação das áreas sagradas.

Essa análise contextual compreende, primeiramente, uma ordenação cronológica dos tipos monetários com a intenção de se ver as autoridades emissoras e regiões que se destacam pelos tipos mais antigos, onde a imagem aparece pela primeira vez em moedas. Essa ordenação cronológica também permite perceber certas correspondências no desenho entre autoridades emissoras de regiões iguais ou de diferentes regiões, podendo ser possível estabelecer redes de difusão de traços entre aquelas que sabemos ter tido certas relações durante a antiguidade grega. Em segundo lugar, uma ordenação tipológica minuciosa das imagens monetárias deve ser feita, pois é reveladora de padrões de representação do deus e de seus atributos em moedas gregas. Essa ordenação também propicia um contexto histórico acerca da criação e do uso dos padrões de representação entre as autoridades emissoras e regiões. Para a compreensão do contexto do uso dessas imagens em moedas, é necessário introduzir o estudo das imagens monetárias com um histórico da representação de Zeus e seus atributos na arte grega. A análise dos padrões de representação dos tipos monetários em associação àqueles de outros suportes imagéticos (cerâmica pintada, esculturas, relevos) permite perceber em que medida as imagens que aparecem nas moedas foram criadas especificamente para elas ou não. A terceira parte da análise discute os significados simbólicos por trás das imagens de Zeus, águias e raios, adquiridos ao longo do período estudado, por meio das descrições nas fontes literárias e das representações tal como aparecem na arte grega, principalmente em vasos. Através dos tipos de narrativas nas fontes literárias, nas cerâmicas pintadas, e da proveniência dos achados, é possível estabelecer um contexto simbólico para os tipos de representações do deus e de seus atributos usados

nas moedas gregas entre os séculos VII-IV/III a.C. Os resultados dessa análise são fundamentais na interpretação do uso dos tipos de Zeus e seus atributos pelas cidades gregas.

A ideia de reconstruir o contexto do significado das imagens do deus e de seus atributos, tal como aparecem nas moedas, nos permite acessar a que universo simbólico estavam vinculadas para os antigos gregos. Tal análise é fundamental para nós, já que nas moedas em geral, não dispomos de uma narrativa da forma como ocorre para os vasos. Normalmente, possuímos somente uma imagem principal, associada ou não às imagens secundárias no mesmo campo da moeda. Então, para saber o que significavam devemos reconstruir o contexto a que pertenciam nas artes visuais e nos autores antigos.

Para terminar, irei dar um exemplo de como é fundamental realizar a análise do contexto do significado dos padrões de representação para se chegar ao significado preciso que tinham para os antigos e não incorrer em interpretações distante daquela realidade, fantasiosas. Veja, essa pesquisa é totalmente diferente daquela que busca o significado de certos símbolos em dicionários genéricos sobre símbolos. Em moedas gregas, havia três padrões de representação de Zeus: a-) cabeça, 2-) em pé, normalmente atirando o raio, e 3-) sentado, normalmente no trono. Ater-me-ei ao caso da representação de Zeus sentado no trono. A análise contextual simbólica dessa representação, realizada a partir das descrições nas fontes literárias e da representação nos vasos, mostrou que a figura de Zeus no trono significou para os antigos gregos, soberania, governo, controle, vigilância e decisão de Zeus sobre a vida dos homens e dos imortais. Sentado no trono, Zeus podia observar e receber as súplicas humanas e determinar o destino humano. Do alto do trono podia enviar seus desígnios aos mortais. Assim como Zeus poderia dirigir a vida dos homens, também poderia determinar as decisões da cidade, dos cidadãos.

Nesse contexto, a representação de Zeus sentado no trono em moedas gregas pode ter significado uma necessidade de controle, de ordenação, de Zeus sobre a pólis, que pode ter sido mais importante em algum momento político específico. Peguemos um caso emblemático na Sicília. Aetna, na costa oriental da Sicília, foi uma pólis fundada após um deslocamento populacional de siracusanos e peloponésios pelo tirano Hieron ao redor de 476 a.C. A primeira emissão monetária no nome do povo de

Aetna usou no reverso a imagem de Zeus sentado no trono, segurando um cetro com uma águia em seu topo (**Fig. 1**). Trata-se do tipo monetário de Zeus mais antigo da ilha. Muitas interpretações foram propostas para a imagem, algumas a relacionam a um culto a Zeus no Monte Etna, outros aos peloponésios que participaram da fundação da cidade já que o esquema iconográfico já existia em moedas no Peloponeso naquela época (Manganaro 1974-1975: 37). Mas será que a chave para a explicação do uso da imagem de Zeus sentado no trono, nesse contexto de deslocamento populacional, de fundação de uma nova cidade com gregos de várias



Fig.1 - Aetna-Catânia, Sicília, c. 475-470 a.C. Anv.: cavaleiro nu dentro de um círculo de pérolas. Rev.: Zeus sentado no trono à d., vestindo himácion, segurando raio com a mão d. e cetro com a e.; águia sobre cetro; AITN/AI/ON; AR / dracma (Caccamo Caltabiano, 2009: pr. 1, 2).

origens, não estaria na necessidade de um tipo de necessidade do uso daquela energia divina de Zeus descrita sobretudo na *Teogonia* de Hesíodo que se refere ao poder desse deus no ordenamento do caos? Nesse caso, o caos seria a instabilidade política da comunidade de Aetna nesse contexto.

Assim, quisemos mostrar como o adequado uso da documentação numismática, no caso do estudo das divindades gregas, pode clarear mecanismos, processos político-sociais que levaram a apropriação de determinado culto pela cidade grega. Nesse sentido, acreditamos que a análise das imagens monetárias, dentro de seu contexto de significado, propicia esclarecimentos mais precisos, até então escondidos, sobre tais fenômenos.

Referências bibliográficas

ANDRÉN, A. *Between Artifacts and Texts: Historical Archaeology in Global Perspective*. N. York; Londres: Plenum Press, 1998.

BURKERT, W. Greek Poleis and civic cults: some further thoughts. In: HANSEN, M.; RAAFLAUB, K. *Studies in the Ancient Greek Polis*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1995, pp. 201-210.

BUXTON, R. (Ed.). *Oxford Readings in Greek Religion*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

CACCAMO CALTABIANO, M. Why is there the head of a Silenus on the Aitna tetradrachm? Κερματια φίλιας. Τιμητικός τόμος για τον Ιωάννη Τουράτσογλου. Atenas: Hellenic Ministry of Culture; Numismatic Museum, 2009, pp. 7-107.

COOK, A.B. *Zeus: A study in Ancient Religion*. 3 volumes. Cambridge: Cambridge University Press, 1914-1940.

CORNELLI, G. *Representações da Cidade Antiga. Categorias Históricas e Discursos Filosóficos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.

DE POLIGNAC, F. *Cults, Territory and the Origins of the Greek city-state*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1995.

FLORENZANO, M.B.B. A origem da Pólis: os Caminhos da Arqueologia. In: CORNELLI, G. *Representações da Cidade Antiga. Categorias Históricas e Discursos Filosóficos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010, pp. 39-49.

HANSEN, M.; RAAFLAUB, K. *Studies in the Ancient Greek Polis*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1995.

KINDT, J. Polis Religion – A Critical Appreciation. *Kernos*, 22, 2009, pp. 9-34.

KINDT, J. *Rethinking Greek religion*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

KREUTZ, N. *Zeus und die griechischen Poleis: topographische und religionsgeschichtliche Untersuchungen von archaischer bis in hellenistische Zeit*. Tübinger archäologische Forschungen; Bd. 3. Rahden/ Westf.: Verlag Marie Leidorf, 2007.

LAKY, L.A. As moedas de Olímpia e a consolidação da imagética de Zeus na Grécia Clássica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 18, 2008, pp. 211-237.

MANGANARO, G. La caduta dei Deinomenidi e il 'politikon nomisma' in Sicilia nella prima metà del V sec. a.C. *Istituto Italiano di Numismatica. Annali*, Vol. 21-22, 1974-1975, pp. 9-40.

MARCONI, C. *Temple Decoration and Cultural Identity in the Archaic Greek World: the Metopes of Selinus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

MARTIN, T.R. Coins, Mints, and the Polis. *HfM*, 72, 1995, pp. 257-291.

SOURVINOU-INWOOD, C. What is Polis Religion? In: BUXTON, R. (ed.). *Oxford Readings in Greek Religion*. Oxford: Oxford University Press, 2000, pp. 13-37.

VALLET, G. La cité et son territoire dans les colonies grecques d'Occident. *Atti Taranto*, 7, 1967 (1968), pp. 67-112.

VERONESE, F. *Lo spazio e la dimensione del sacro. Santuari greci e territorio nella Sicilia arcaica*. Pádua: Esedra, 2006.

VONDERSTEIN, M. *Der Zeuskult bei den Westgriechen*. Weisbaden: Reichert, 2006.

A aerofotografia como ferramenta para o estudo de paisagens agrícolas arqueológicas: O caso da Sabana de Bogotá-Colômbia

Air photography as a tool for the study of archaeological agricultural landscapes:
The case study of the Sabana de Bogotá, Colombia

*Lorena Rodríguez-Gallo*¹

Resumo

O presente trabalho procura analisar a importância do uso da fotografia aérea na pesquisa de paisagens arqueológicas, particularmente em áreas onde a ação antrópica tem destruído boa parte de seus vestígios, sendo, como tal, o registro aerofotográfico antigo uma fonte fundamental de informação. Também pretende discutir as formas mais adequadas de trabalhar com este material através de um estudo de caso nos Andes colombianos.

Palavras chave: Arqueologia Aérea, Fotointerpretação, Arqueologia da Paisagem, Sabana de Bogotá, Sistemas Hidráulicos Pré-Hispânicos

Abstract

This paper analyses the importance of aerial photography in the research of archaeological landscapes, particularly in the areas where human activities have destroyed most of their remains, being, as such, the records of old aerial photographs a fundamental source of information. It also pretends to discuss the most appropriate ways to work with this material through a case study in the Colombian Andes.

Key words: Aerial Archaeology, Photointerpretation, Landscape Archaeology, Sabana de Bogotá, Pre-Columbian Raised Fields

¹ Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. Professora Pesquisadora, Universidad Manuela Beltrán, Bogotá.

A arqueologia aérea: vantagens e usos²

Ao longo do nosso passo pelo planeta, temos deixado de alguma forma os rastros do nosso agir, criando camadas que se justapõem até formarem um palimpsesto. Isto se tem conseguido através de uma íntima relação homem-meio cuja síntese é a paisagem. Uma das tarefas da arqueologia é descobrir, compreender e explicar essa especial inter-relação ao longo do tempo. Mas, como desvendar os vestígios da atividade humana em extensos territórios, quando eles se encontram invisíveis aos nossos olhos? O uso da arqueologia aérea pode ajudar-nos nesta tarefa.

Os vestígios arqueológicos afetam de alguma forma a paisagem atual, alterando o solo e a vegetação, estimulando o crescimento de plantas ali onde antes existiam poços ou impedindo o enriquecimento orgânico da terra ali onde o subsolo oculta estruturas em pedra como antigas estradas ou muros. Porém, estas subtis mudanças são muito difíceis de detectar no terreno, pelo que é necessário apelar a outro tipo de metodologias que possam apoiar nosso trabalho no solo. O sensoriamento remoto tem se convertido assim em uma ferramenta indispensável. Ela não nos permite visualizar os vestígios arqueológicos no terreno, mas permite-nos reconhecê-los e identificá-los através dos padrões que surgem dessas subtis mudanças no solo e que só através de uma visualização remota se tornam coerentes. Entre as ferramentas que o sensoriamento remoto nos fornece hoje em dia, as fotografias aéreas assim como as imagens de satélite têm adquirido uma ampla divulgação, já que suas vantagens técnicas são evidentes (como o fato de já estarem geo-referenciadas) (Parcak 2009); porém, o objetivo central do presente artigo é chamar a atenção para a importância que ainda pode ter a fotografia aérea antiga e mostrar sua utilidade na reconstituição de paisagens arqueológicas atualmente destruídas, parcial ou totalmente, através de um caso concreto nos Andes colombianos.

A aerofotografia é uma ferramenta fundamental nos estudos de arqueologia da paisagem porque ao nos fornecer uma vista aérea de um local, provê-nos de um registro objetivo e inteligível da totalidade ou de grande parte de um sítio arqueológico. Porém, é importante que as fotografias sejam tiradas considerando as

² Pesquisa desenvolvida com o apoio da CAPES, através do programa de bolsas PEC-PG para estudos de doutorado 2011-2015.

condições atmosféricas para garantir a visibilidade dos vestígios, que muitas vezes se encontram no subsolo. Um céu limpo e uma adequada insolação são fundamentais. Tirando as aerofotografias com a luz suave do início ou do fim do dia se cria um efeito rasante que projeta sombras nos pequenos desníveis do solo fazendo visíveis estruturas aterradas (Musson 1994; Wilson 2000).

No caso dos estudos sobre estruturas em terra para agricultura, seu uso é fundamental já que em geral, seus vestígios não se preservaram à superfície, descobrindo-se sua existência apenas pela diferenciação de coloração do solo ou pelos padrões de crescimento das atuais plantas, devido aos efeitos causados pelos antigos trabalhos agrícolas: nas áreas de cultivo, onde o solo esteve mais exposto à erosão, as plantas modernas cresceram menos devido à menor qualidade do solo. Pelo contrário, onde houve estruturas como poços, valas ou canais, a maior profundidade do solo e uma maior capacidade de acumular umidade e nutrientes, estimulará o crescimento de plantas mais altas e frondosas. Estas diferenças de altura e densidade permitem visualizar, a uma maior altitude, diferenças de coloração que irão desenhar as formas das estruturas em terra.

É indispensável que o trabalho de fotointerpretação seja comparativo, não só para ter certeza dos traços específicos das estruturas analisadas, mas também porque nas fotografias aéreas podem se justapor múltiplos vestígios que pertenceriam a períodos históricos diversos, sendo necessário pôr de lado aquilo que não nos interessa. A análise de fotografias tiradas em diferentes momentos do dia, com variações na incidência da luz, em diversas escalas, ou em diferentes épocas do ano, ora com inundações, ora tendo visibilidade sobre um campo recentemente arado ou com os cultivos já desenvolvidos, nos permitirá contrastar as evidências visíveis em cada uma e ter uma maior certeza sobre aquilo que registramos.

Mas, a arqueologia aérea é apenas uma das ferramentas das quais se serve a arqueologia, e será necessário que ela trabalhe junto com outras ferramentas. Uma adequada combinação de pesquisa no terreno (escavação, análises geológicas, de solo, paleo-ambientais, cerâmicas, etc) e de fotointerpretação permite não só reconstituir o sistema produtivo objeto de estudo, mas também explicar a construção dessa paisagem de forma holística, relacionando as áreas de produção com outro tipo de áreas, como locais de moradia ou de obtenção de outros recursos.

No caso específico da Sabana de Bogotá, o uso desta ferramenta é importante dado que os vestígios arqueológicos do sistema de campos elevados de cultivo pré-colombiano desapareceram devido à acelerada expansão urbana de Bogotá na segunda metade do século XX. Porém, existe um rico acervo documental de fotografias aéreas, tiradas nas décadas de 1930-1950, que tem possibilitado reconstruí-lo e analisá-lo.

A Sabana de Bogotá, sua ecologia e seu sistema hidráulico

A Sabana de Bogotá³ é uma planície de formação fluvio-lacustre com uma área de 1.413km² (Sogeocol 2000) localizada a 2600 m de altura, na cordilheira Oriental do sistema andino colombiano (Fig.1). Formou-se há 25.000 anos, a partir do esvaziamento de um antigo lago pleistocênico, cujo solo areno-argiloso de difícil drenagem fez com que se preservassem numerosos pântanos e lagoas.



Fig. 1. Localização da Sabana de Bogotá na Colômbia

³ A palavra Sabana não corresponde neste caso a um relevo geográfico específico, *savana*, mas ao nome da região objeto de estudo, por isso se manterá sua grafia original.

Também das montanhas circundantes desciam abundantes fluxos de água que desembocavam em um único vale de drenagem, hoje em dia chamado Rio Bogotá, dando lugar a enchentes e alagamentos sazonais (Van der Hammen 1995). A bacia deste rio atravessa a Sabana, cortando-a ao meio no sentido nordeste-sudoeste, com uma extensão de 90 km (CAR, 2006), constituindo sua principal artéria fluvial. É alimentada por vários rios entre os quais se destacam o rio Frio, Chicú, Juan Amarillo, San Francisco, Fucha, Tunjuelito e Balsillas. Também possui zonas úmidas⁴ como La Conejera, Juan Amarillo, Jaboque, La Florida, El Guali, Córdoba e Tibanica, e o lago La Herrera (Fig. 2).

Possui um plano de inclinação de leste para oeste, do norte para o centro e do sul para o centro que fazem do setor Funza-Bosa o ponto mais baixo e inundável da planície, passando dos 2.600 m no sopé das montanhas do leste para os 2.545 m na várzea do rio Bogotá (Etayo 2002: 32-33; Boada 2006: 26). Tem uma temperatura média anual de 15°C e vegetação de Bosque Andino na planície. Nas zonas de inundação sazonal, como as várzeas dos rios, predomina o Bosque de *Alnus* e as zonas úmidas apresentam uma vegetação aberta de ervas pantanosas e aquáticas. No sudoeste da Sabana predomina o clima seco com presença de vegetação xerofítica (Van der Hammen 1998).

⁴ As zonas úmidas são ecossistemas mistos, aquáticos e terrestres, que podem conter solos úmidos, semiúmidos e secos. Seu tamanho assim como a proporção das terras úmidas ou secas varia segundo as variações sazonais na pluviosidade e a sua água é geralmente fluída. Estas características fazem com que seja um meio ecológico de altíssima riqueza faunística.

Sabana de Bogotá

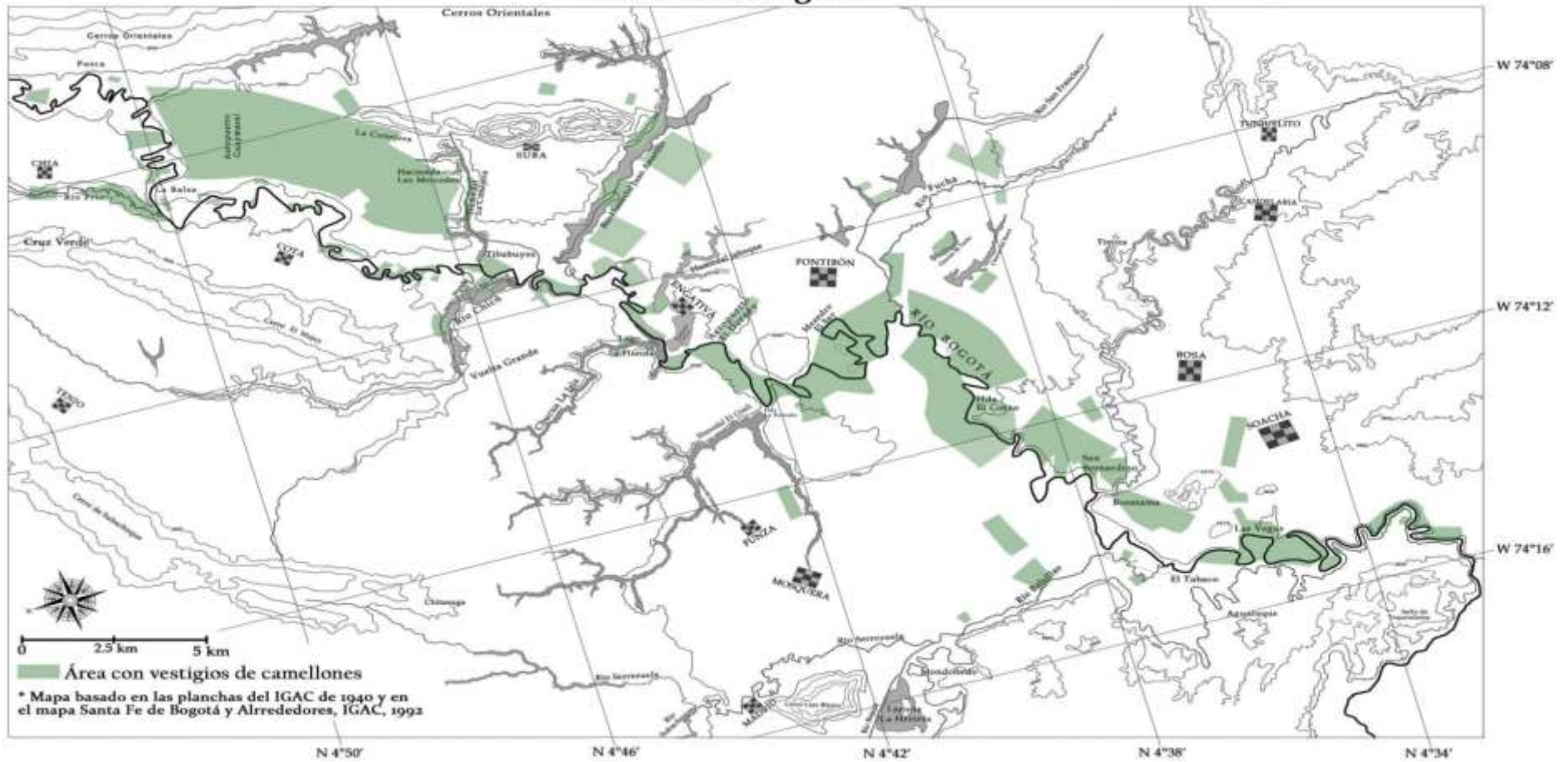


Fig.2. Sabana de Bogotá com as áreas de camellones, identificadas durante a fointerpretação, em cor verde. Ilustração: Lorena Rodríguez-Gallo.

Estas características geográficas, morfológicas e ecológicas da Sabana, estimularam diferentes formas de ocupação do espaço pelos grupos humanos que a habitaram sem que a presença da água tivesse se tornado um impedimento. Inicialmente, foram ocupados os abrigos nas montanhas em redor da Sabana, posteriormente, os terraços fluviais e, finalmente, foram ocupadas a própria várzea e a planície. Este último processo de ocupação foi feito através do manejo direto da água com a construção de estruturas em terra.

O sistema hidráulico de campos elevados de cultivo, também conhecido com o nome de *camellones*, foi construído com o objetivo de controlar o excesso de água presente em áreas inundáveis. São estruturas em terra conformadas por canais para a drenagem intercalados com plataformas elevadas para o cultivo, construídas com a terra residual dos canais (Fig. 3). Estes canais distribuíam a água de forma controlada ao longo da planície durante o inverno, e durante o verão poderiam atuar como reservatórios, garantindo boas safras ao longo do ano.

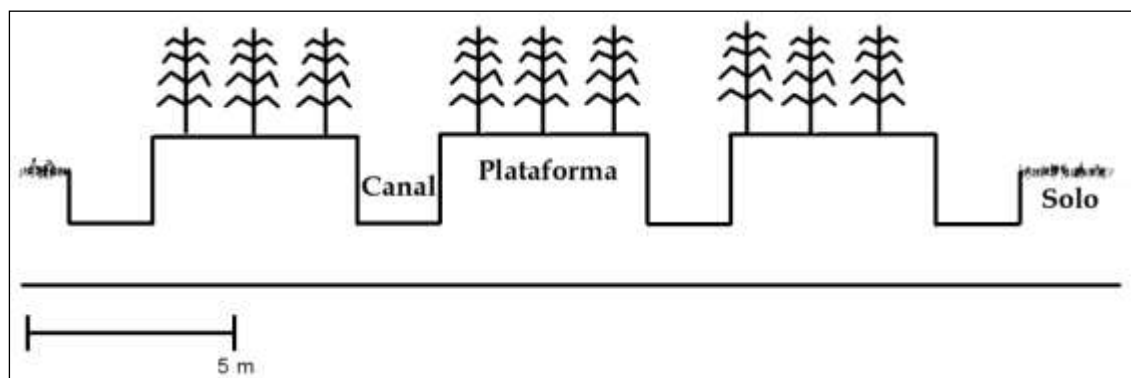


Fig. 3. Desenho esquemático dos *camellones*. Ilustração: Lorena Rodríguez-Gallo.

Desta forma, o sistema hidráulico permitia não só cultivar em áreas de inundação, originalmente inadequadas para a agricultura, mas também aumentar sua produtividade em relação aos cultivos tradicionais, já que a matéria orgânica acumulada nos canais durante as cheias era posteriormente depositada sobre as plataformas, enriquecendo-as com os limos dos sedimentos. O sistema de *camellones* também ajudava a resolver um problema que ainda hoje afeta os agricultores das regiões andinas: a presença de geadas. Durante os meses mais quentes do ano, dezembro-fevereiro e junho-agosto, a amplitude térmica aumenta com temperaturas

diurnas até aos 22°C e temperaturas noturnas negativas até aos -5°C, o que leva à queima dos cultivos. O sistema hidráulico neutralizava este efeito adverso, já que a água dos canais se aquecia durante o dia e à noite seu calor mantinha morna a terra evitando que a geada queimasse as plantas.

A morfologia e tamanho dos canais e das plataformas variava segundo a gradiente da planície, o volume de água a controlar, as características do solo e da própria forma do rio. Assim, podemos ver grandes sistemas de canais em forma de “espinha de peixe”, trançados ou perpendiculares à linha da água como os observáveis na *Depresión Momposina* (norte da Colômbia), *camellones* dispostos em tabuleiro de xadrez como os que predominam no Lago Titicaca e em Llano de Mojos, ou *camellones* “flutuantes” como as *chinampas* do México (Denevan, 1970; Plazas et al. 1993; Erickson 1988). Um só sistema hidráulico pode misturar várias destas morfologias segundo as características fisiográficas da região.

O eixo do sistema hidráulico da Sabana era constituído pelo rio Bogotá. Ao longo de seu curso e de seus afluentes, os grupos agrícolas moradores do planalto (Herreras 800 a.C.-100 d.C.; Muisca do período Temprano, 100 d.C.-1000 d.C.; Muisca do período Tardío 1.000 d.C.-1550 d.C.) construíram um conjunto de canais e plataformas elevadas para o cultivo. Segundo a datação mais antiga para o sistema hidráulico, sua construção começou ao redor de 1324 +/- 40 a.C., provavelmente ainda vinculado com o desenvolvimento da horticultura (Boada 2006), e teria estado em funcionamento até o momento da colonização espanhola no século XVI, cobrindo uma área de mais de 15.800 hectares, segundo os trabalhos de Boada (2006) e Rodríguez-Gallo (2011), constituída pela atual cidade de Bogotá e pelos municípios de Chia, Cota, Funza, Mosquera, Soacha e Sibaté. Porém, como as aerofotografias usadas para a reconstituição e estudo do sistema hidráulico mostram sua última fase de funcionamento, previa à colonização espanhola, nossa análise estará focada no último período pré-hispânico, o Muísca Tardío. Em termos morfológicos, os *camellones* da Sabana de Bogotá possuem quatro tipos de estruturas: canais lineares, *camellones* paralelos, *camellones* irregulares e *camellones* em xadrez¹ (Fig. 4A e 4B).

¹ Foram identificados *camellones* em fileira e em quadrícula, porém, é provável que na realidade se trate de vestígios de *camellones* em xadrez, parcialmente destruídos pela ação natural e antrópica dos séculos recentes, já que foram construídos em áreas da Sabana com características geológicas similares.

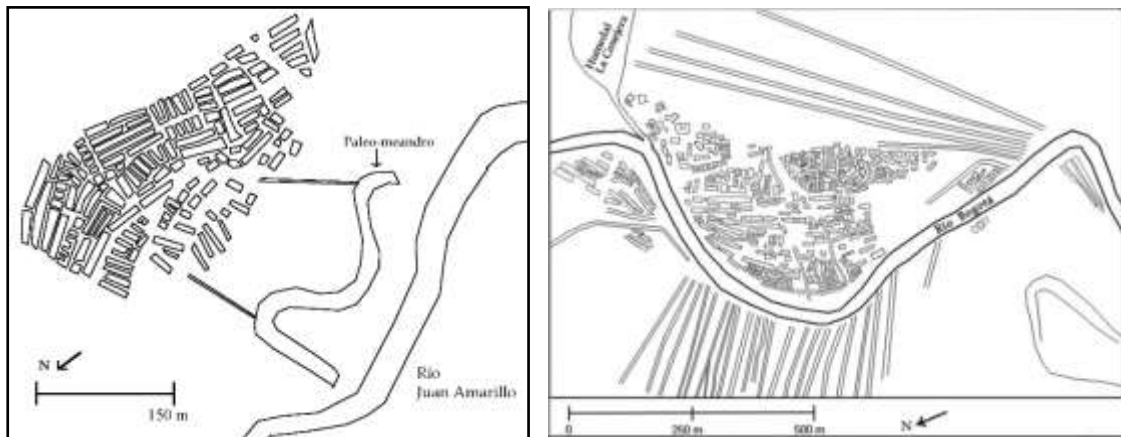


Fig. 4A. Camellones irregulares, paralelos e lineares. Fig. 4B. Camellones em xadrez. Ilustração: Lorena Rodríguez - Gallo.

Os canais, perpendiculares ao rio Bogotá e a alguns de seus afluentes, podiam atingir 2 km de comprimento por 12 m de largura nas zonas mais baixas da Sabana e sua função principal era controlar rapidamente os grandes volumes de água nas épocas de enchentes, alojando-a nos próprios canais ou dirigindo-a para o interior da planície, para zonas de mitigação. Os *camellones* em xadrez são conjuntos de três a dez plataformas de 70-90 cm de altura, com 20-50 m de comprimento por 2-5 m de largura e canais entre elas de 50 cm a 2 m de largura, em média. Cada conjunto estava separado do outro por pequenos canais. Foram construídos na planície por cima do nível de inundação, onde os alagamentos se produziam devido ao alto nível do lençol freático.

Os *camellones* paralelos predominam ao longo da várzea do rio Bogotá. Construíram-se aproveitando as barras de sedimentação que a migração dos meandros ia deixando, adequando-as como plataformas de cultivo. Seu tamanho poderia variar segundo a longitude de onda dos meandros. No caso dos *camellones* irregulares, estes não parecem ter tido um padrão morfológico definido. Encontram-se distribuídos ao acaso na várzea, ora isolados, ora em pequenos grupos, sem canais que drenassem a água e com formas bastante variadas. Do nosso ponto de vista, este aparente caos é consequência da parcial destruição do sistema hidráulico e não o resultado de um determinado padrão de construção, já que, por se localizarem na várzea, estiveram expostos nos últimos séculos a alagamentos sazonais e a constantes processos de sedimentação. Porém, o fato de se terem construído ao longo da planície

aluvial do rio Bogotá (desde Chía até Soacha) mostra que o sistema hidráulico mantinha fora da ação da água estes cultivos. As evidências arqueológicas também confirmam este controle das inundações já que foram identificados assentamentos neste mesmo vale aluvial (Kruschek 2003; Boada 2000, 2006).

Reconstruindo paisagens arqueológicas destruídas através da fotointerpretação

A fotointerpretação foi a metodologia usada para a reconstituição do sistema hidráulico e a fotografia aérea antiga, a ferramenta fundamental. Duas razões em particular levaram a tal escolha. Por um lado, as fotografias aéreas permitem-nos abranger grandes espaços em uma única visualização, dando-lhes coerência, o que se torna fundamental para a reconstituição de paisagens agrícolas. A visualização dos vestígios no terreno é limitada, como tínhamos dito por corresponderem a estruturas em terra, destruídas pelos trabalhos agrícolas posteriores, como é o caso do sistema hidráulico da Sabana. Seu reconhecimento depende apenas da diferença de coloração do solo e da cobertura vegetal.

Por outro lado, no caso da Sabana de Bogotá, estamos perante um espaço que, hoje em dia, concentra 20% da população nacional, com uma rápida expansão urbana da capital do país, Bogotá, e de seus municípios satélites nas últimas décadas. Isto levou à rápida destruição de boa parte do sistema hidráulico a partir da segunda metade do século XX, e aqueles setores que se salvaram da expansão do cimento têm sido fortemente impactados por atividades como a agricultura intensiva, as estufas para produção de flores, a criação de gado e obras de infraestrutura. Assim, as imagens de satélite apenas conseguem visualizar pequenos espaços com vestígios dos *camellones* nos poucos setores ainda não urbanizados.

Portanto, o uso da fotografia aérea da primeira metade do século XX é, neste caso, imprescindível. Sem ela, dificilmente teríamos, hoje em dia, notícia de um sistema de controle da água que cobriu a planície inteira, dado que uma vez iniciada a colonização espanhola o sistema foi abandonado, caindo no esquecimento. É só na década de 1960 que foi redescoberto graças ao trabalho de Broadbent (1968), seguido pelos trabalhos de Bernal (1990), Etayo (2002), Boada (2006) e Rodríguez-Gallo (2011). Felizmente, dispomos de um ótimo acervo fotográfico, constituído por mais de 35

pacotes de fotografias aéreas pertencentes a 25 voos efetuados pelo Instituto de Geografia (IGAC) ao longo do período de 1938-1956, em diferentes épocas do ano e com diferentes tipos de inclinação (oblíquas e verticais). Por se tratarem de fotografias tiradas em um período anterior à expansão urbana e ao uso de maquinaria moderna para fins agrícolas, os vestígios do sistema hidráulico ainda são visíveis em vários setores da planície.

Porém, convém considerar os seguintes aspectos metodológicos antes de iniciar a fotointerpretação. Não podemos esquecer que a paisagem que observamos nas fotografias aéreas da primeira metade do século XX não corresponde exatamente aquela que existiu 500 anos atrás. A desativação do sistema hidráulico pré-hispânico mudou completamente as características da Sabana, alagando muitas áreas que antes se mantinham secas e liberando os cursos dos rios para mudarem à vontade, fator que o sistema hidráulico mantinha controlado. Durante estes últimos séculos também tem havido fortes intervenções para “amordaçar” a água de rios, zonas úmidas e lagoas, que incluem a eliminação de meandros, a mudança completa do curso de alguns rios, a transformação de rios em canais “traçados à régua” ou em córregos subterrâneos, o dessecamento de zonas úmidas ou a criação de outras. Também o lençol freático tem diminuído pelo uso excessivo das fontes subterrâneas. Portanto, aquilo que hoje vemos nas aerofotografias é uma imagem dos *camellones* no momento de seu abandono, no século XVI, mas, transformada pelas modificações constantes do espaço nos séculos seguintes, que incluem também crescimento urbano e modificação da biota original. Chamamos a atenção neste ponto porque algumas vezes o sistema hidráulico tem sido interpretado a partir do que é visto na fotografia, sem aplicar os filtros necessários (Broadbent 1968; Boada 2006).

Considerando estes aspectos, procedemos inicialmente à análise de cada imagem, tentando individualizar cada período de tempo (Parcak 2009), começando pela identificação e “remoção” das camadas modernas. Isto é, tirando ruas, estradas, vedações do terreno, limites de cultivos, marcas dos arados mecânicos, mudanças no percurso dos rios, canalização de cursos fluviais, truncamentos recentes de meandros, canais para irrigação ou drenagem, e todo tipo de prédio ou infraestrutura urbana (Fig. 5).

Em uma segunda fase, começamos por identificar os vestígios da paisagem agrícola do início do século XVI. Primeiro com a identificação do curso original do rio Bogotá e de seus afluentes. Para tal, foi fundamental estabelecer quais dos paleo-meandros visíveis nas fotografias aéreas deviam estar ativos naquele momento, processo realizado mediante a identificação de vestígios de *camellones* nas curvas destes paleo-meandros.

A continuidade dos vestígios dos *camellones* do paleo-meandro com os vestígios dos *camellones* da atual linha de água indicaria que aqueles paleo-meandros faziam parte do rio na altura em que o sistema hidráulico se encontrava em funcionamento. Em segundo lugar com a identificação de antigos vales de drenagem. Neste caso a presença de coloração mais escura das antigas linhas de água, associadas a canais ou *camellones*, estaria indicando que de fato se tratava de um vale de drenagem no período pré-hispânico.

Depois, avaliamos as zonas úmidas ativas atualmente para determinar se elas existiam no período pré-hispânico e qual sua extensão. Também procuramos identificar vestígios de antigas zonas úmidas hoje eliminadas. Para esta análise nos apoiamos na cartografia do início do século passado e nos estudos paleo-ambientais. A seguir, procedemos à identificação dos vestígios do sistema hidráulico (canais e *camellones*), observando sua localização em relação aos rios, o predomínio de canais ou de algum tipo de *camellón* em particular nas áreas específicas, e testando a possibilidade de que o sistema se estendesse para zonas onde o estudo de fotointerpretação não conseguiu reconhecer vestígios. Uma vez feito isto, passamos a trabalhar sobre a existência de possíveis diacronias na construção do sistema hidráulico. Isto foi feito através da análise de sobreposições nos canais e nas plataformas de cultivo, e analisando a relação dos paleo-meandros e paleo-rios com os vestígios arqueológicos. Um leito abandonado com *camellones* junto do novo leito também com *camellones* indica, por exemplo, que os cultivos do paleo-rio pertencem a um momento diferente e anterior da construção do sistema hidráulico.

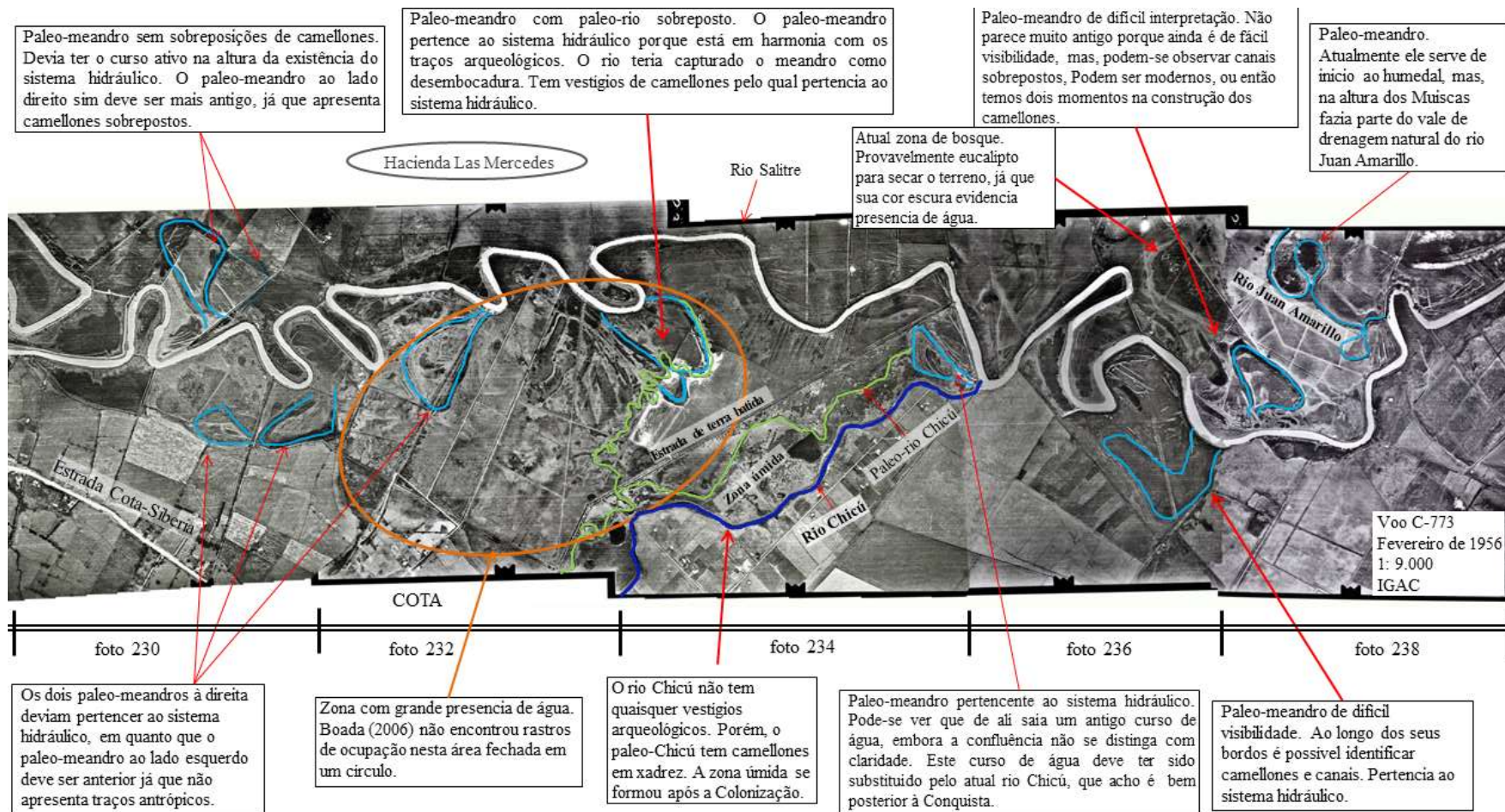


Fig. 5. Exemplo da fotointerpretação no setor norte de rio Bogotá.

A última fase da análise consistiu em correlacionar os resultados da fotointerpretação com os dados arqueológicos referentes aos assentamentos do Muisca Tardío, os dados paleo-ambientais e com os dados etno-históricos. Neste último caso, a documentação relativa ao século XVI fornece dados que facilita uma melhor compreensão de como era a paisagem agrícola no momento do contato entre os dois mundos. Reunindo e analisando todos estes dados, procuramos explicar como a sociedade Muisca se relacionava com a água através do sistema hidráulico, como foi o processo de ocupação do território e qual a relação dos locais de moradia com as áreas de cultivo.

Os resultados da análise: a paisagem agrícola pré-hispânica da Sabana de Bogotá

A fotointerpretação foi feita dividindo a área de estudo em três partes: região norte, desde Chia até os vales dos rios Juan Amarillo e Chicú; região centro, desde estes vales até o rio Fucha e o setor de Tibaitatá; e a região sul, desde este ponto até às montanhas do sudeste da planície (Fig. 1).

Na região norte se evidenciou pouca mobilidade do rio Bogotá, com crescimento e truncamento de alguns meandros, mas não de migração ou de mudanças no curso do rio. A maior parte dos paleo-meandros registrados nas fotografias deviam estar ativos no período Muisca Tardío, já que neles se observam vestígios de *camellones* que se articulam sem solução de continuidade com os *camellones* dos meandros ativos na altura de captura da fotografia. Este setor se caracteriza pelo predomínio de *camellones* em xadrez e pela pouca presença de canais para drenagem. Isto é devido ao fato de que nesta região o vale aluvial é estreito e, portanto, a planície se encontra resguardada das inundações. Porém, possuía um alto nível do lençol freático que gerava constantes alagamentos, sendo necessário construir as plataformas para manter as raízes das plantas secas. Segundo a fotointerpretação, os *camellones* cobriam toda a área entre Guaymaral-Las Mercedes, e pequenos grupos isolados, ainda identificáveis em La Conejera, Juan Amarillo, a colina de Suba e à esquerda do rio Chicú, revelam que toda esta área se encontrava cultivada.

Também a evidência arqueológica demonstra que para o Muisca Tardío havia um denso povoamento de assentamentos nucleados e outros dispersos à volta dos *camellones* (Boada 2006). Esta zona da Sabana possui solos de excelente qualidade para o cultivo, do tipo *andisols*¹, o que reforça a hipótese de toda a região norte ter sido cultivada, embora as estruturas em terra sejam ainda visíveis só em alguns setores.

As atuais zonas úmidas de La Conejera, Juan Amatillo e Chicú deviam ser no período pré-hispânico vales de drenagem com uma bacia bem definida, já que nos três casos observamos plataformas para o cultivo que se internam nas águas, mostrando que o alagamento permanente da várzea é posterior ao sistema hidráulico. Também conseguimos estabelecer que o atual rio Chicú foi modificado em tempos modernos, já que nas fotografias se consegue ainda ver no meio da várzea alagada o traço do paleo-curso original com *camellones* em xadrez em sua margem esquerda (Fig. 5).

À medida que avançamos para a área central da planície (região centro) observamos algumas mudanças no sistema hidráulico. A várzea se amplia consideravelmente no lado leste do rio Bogotá, deixando boa parte deste setor ao mesmo nível do rio. Do lado oeste também se observa uma ligeira ampliação. Em consequência, os canais grandes para drenagem se densificam com uma média de 10 canais a cada 150 m e com comprimentos de até 900 m (a largura dos canais deveria ser maior, estendendo-se para o interior da planície, se levarmos em conta que seus vestígios são apenas visíveis na várzea). As evidências de *camellones* em xadrez diminuem fortemente, registrando-se apenas em pequenos setores ao longo das margens dos rios e das zonas úmidas. Mas sua evidente dispersão por vários cantos deste setor e o fato desta zona possuir também *andisols*, nos leva a propor que também teria tido plataformas elevadas para o cultivo cobrindo boa parte do solo.

As evidências arqueológicas continuam demonstrando um denso povoamento do lado oeste do rio Bogotá e ao longo de sua várzea. Assentamentos dispersos e aldeias nucleadas foram registradas não só no interior da planície e nos terraços naturais, mas também no próprio vale de inundação (Kruschek 2003; Boada 2006), com destaque para a zona úmida El Guali, cujo vale de drenagem teria sido obstruído

¹ Solo preto com alto teor de cinza vulcânica e de matéria orgânica. Possui boa retenção de água (Van der Hammen, 2003).

pelos grupos pré-hispânicos para evitar inundações à volta (Van der Hammen 2003), corroborando a existência de um complexo sistema de manejo das enchentes que garantia que cultivos e assentamentos permanecessem seguros, mesmo quando localizados na várzea. Do lado leste da várzea os vestígios arqueológicos são mínimos. Considerando que, salvo dois terraços naturais junto do rio Bogotá, o resto da planície se localiza ao mesmo nível do rio Bogotá, é provável que esta área estivesse mais voltada para a função de drenagem com amplas zonas de mitigação (reservatórios de água, para impedir que ela se espalhasse pela planície).

A região sul tem duas características particulares: aqui chegamos ao ponto mais baixo da Sabana, entre os setores Tibaitatá e San Bernardino, e, portanto, mais suscetível às inundações, mas também é a região mais seca da Sabana, sobretudo nas montanhas de sudoeste. Em relação à primeira característica, a fotointerpretação mostrou que, de fato, esta região esteve dedicada fundamentalmente a trabalhos de drenagem. Uma alta densidade de canais irradia de ambas as margens do rio Bogotá e do rio Tunjuelito, atingindo, nos setores melhor preservados, dois quilômetros de comprimento (setor San Bernardino). Porém não deixam de existir vestígios de campos de cultivo no meandro El Corzo, no rio Balsillas e à volta da vila de Soacha. Os canais de San Bernardino se estendem até o início de uma pequena área de cultivo, o que indica que estes canais não só drenavam os excessos de água para o interior da planície como irrigavam estes campos. Este exemplo deve ter-se repetido em outras áreas da Sabana.

Em relação à segunda característica, um trabalho anterior (Rodríguez-Gallo 2011) mostrou que o sistema hidráulico não se estendeu pelo médio e alto Tunjuelito, devido ao fato deste vale possuir solos pouco adequados para a agricultura, sendo argilosos e com abundante presença de pedras e cascalho, que tornam difícil seu enriquecimento orgânico. Devemos adicionar que enquanto o norte e centro da Sabana foram povoados pelos primeiros grupos agricultores, a expansão para o sul da Sabana só foi realizada pelos Muisca no final do período Temprano (770 d.C. é a data mais antiga para a região). Talvez as condições mais áridas e secas do sul tenham desestimulado um povoamento mais precoce. No entanto, os vestígios arqueológicos revelam um forte dinamismo, com assentamentos predominantemente nucleados e com ênfase nos trabalhos de tecelagem.

Nesta região sul também encontramos um importante exemplo das diacronias na construção do sistema hidráulico, passíveis de se identificar através da fotointerpretação. No setor de Bosatama, na confluência sul do rio Tunjuelito com o Bogotá foi identificado um paleo-curso (Etayo 2002; Rodríguez-Gallo 2011). Nós o interpretamos como um antigo curso do rio Bogotá, que correria, portanto, mais para sudeste em relação à localização atual do rio Bogotá e que teria em consequência uma confluência com o Tunjuelito também mais para leste, embora ela não seja visível, hoje em dia, nas fotografias aéreas. O mais interessante é que no paleo-curso ainda são visíveis canais para drenagem irradiando da linha de água, enquanto que a atual confluência também apresenta canais para drenagem nos dois rios. Isto quer dizer que existiram dois momentos diferentes na construção do sistema hidráulico. Um, quando o paleo-rio estava ativo e outro posterior, após a mudança no curso da água, e que se manteve até o momento do abandono definitivo do sistema.

Conclusão

O caso da Sabana de Bogotá mostra-nos o potencial que a arqueologia aérea tem para a reconstrução de paisagens antigas. Porém, também constitui uma chamada de atenção no sentido de que não só devemos olhar para a mais recente tecnologia, mas também para as velhas aerofotografias, dado que elas foram tiradas em uma época em que a maquinaria ainda era pouco usada nas tarefas agrícolas e, portanto, o solo e suas evidências arqueológicas se encontravam menos impactados do que na atualidade. Se adicionamos o fato de estarmos perante uma paisagem arqueológica parcialmente destruída, as fotografias antigas se tornarão uma ferramenta indispensável para analisá-la e reconstituí-la.

Graças à análise de fotointerpretação, unida à análise dos dados arqueológicos, paleo-ambientais e etnohistórico, podemos concluir que, à medida que foram desenvolvendo as práticas agrícolas, os moradores do planalto andino (Herrerias e Muisca) foram modelando e transformando seu meio, desenvolvendo um sistema de cultivo que não se limitou a amordaçar a água ou a tentar secar a planície para poder instalar cultivos e casas em seu lugar. Pelo contrário, foi um sistema que usou a água em benefício destes grupos humanos, elevando o solo, construindo plataformas para o

cultivo e moradia, cavando canais para encaminhar sua energia, sem precisar prescindir dela.

A análise do funcionamento hidráulico do sistema, a morfologia de plataformas e canais e a relação com os assentamentos, permitem-nos concluir que para o Muisca Tardío a paisagem da Sabana de Bogotá consistia em um sistema de redes de canais que controlavam a água de rios, córregos e do lençol freático, no meio dos quais plataformas em terra para o cultivo se elevavam do solo; em áreas de mitigação, onde se acumulavam os excessos de água durante o período das cheias, e que serviam de reservatório nos períodos secos; em assentamentos nucleados ou dispersos em terraços naturais ou artificiais, localizados no meio dos cultivos ou à volta das vilas nucleadas; e em áreas para a caça e a pesca, localizadas nos rios, zonas úmidas e lagos. Para levar a cabo este processo foram necessárias fortes mudanças na estrutura ecológica da planície, como o desmatamento para liberar áreas para o cultivo, a obstrução de vales erosivos para minimizar os efeitos das enchentes, como foi o caso de El Guali, ou o alagamento sazonal de extensas áreas. Isto não quer dizer que os indígenas não praticassem uma forma de exploração responsável com o meio, mas também não quer dizer que tivessem mantido um equilíbrio perfeito com a natureza, já que este conceito implicaria a existência de um sistema imóvel. Pelo contrário, estas mudanças foram produto do diálogo permanente entre o grupo humano e o meio, da relação dialética entre os interesses dos dois.

Referências Bibliográficas

BERNAL, Fernando. Investigaciones arqueológicas en el antiguo cacicazgo de Bogotá (Funza-Cundinamarca). In: *Boletín de Arqueología*. Banco de la República, Bogotá, v. 5, n. 3. 1990, pp. 31-46.

BOADA, Ana María. *Patterns of regional organization in the Sabana de Bogotá: Colombia, Funza, Mosquera and Fontibón municipios*. Heinz Foundation, Pittsburgh. 2000.

----- . *Patrones de asentamiento regional y sistemas de agricultura intensiva de Cota y Suba, Sabana de Bogotá*. Relatório arqueológico do projeto “Luis Duque Gómez” entregue à FIAN, Bogotá. 2003.

BROADBENT, Sylvia. A prehistoric field system in Chibcha territory, Colombia. In: *Ñawpa Pacha. Journal of Andean Archaeology*. Institute of Andean Studies. 1968, pp. 135-147.

CAR (Corporación Autónoma Regional). *Informe del recorrido por el río Bogotá, para la identificación de puntos críticos en su dinámica hidráulica*. 2006

Disponível em:

<http://www.sire.gov.co/riobogota/documentos/docs/infoRecorridoAcuaticoAereo.pdf>

Acesso em: 01 abr 2014.

CRUMLEY, Carole. Historical Ecology: Integrated Thinking at Multiple Temporal and Spatial Scales. In: HORNBERG, Alf; CRUMLEY, Carole (Eds.). *The World System and The Earth System: Global Socio-Environmental Change and Sustainability Since the Neolithic*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2007, pp. 15-28.

DENEVAN. Aboriginal drained-field cultivation in the Americas. *Science*. American Association for the Advancement of Science, Washington, v. 169, n. 3946, 1970, pp. 647-654.

ERICKSON, Clark. *An archaeological investigation of raised field agriculture in the Lake Titicaca basin of Perú*. (Tese de doutorado). University of Illinois, Urbana-Champaign. 1988.

ETAYO CADAVID, Miguel. *Evolución Morfológica del Río Bogotá durante la Parte Superior del Holoceno entre los municipios de Cota y Soacha (Sabana de Bogotá) y su relación con los "camellones" prehispánicos*. (Dissertação de graduação). Universidad Nacional de Colombia, Bogotá. 2002.

HARP, Elmer. *Photography in archaeological research*. University of New Mexico Press, New Mexico. 1975

KRUSCHEK, Michael. *The evolution of the Bogota Chieftdom: a household view*. (Tese de doutorado). University of Pittsburgh, Pittsburgh. 2003.

MUSSON, CHRIS. *WALES FROM THE AIR: PATTERNS OF PAST AND PRESENT*. ROYAL COMMISSION ON THE ANCIENT AND HISTORICAL MONUMENTS OF WALES. 1994.

PARCAK, Sarah. *Satellite Remote Sensing for archaeology*. Routledge, London. 2009.

PLAZAS, FALCHETTI, SÁENZ e ARCHILA. *La sociedad hidráulica Zenú: estudio arqueológico de 2000 años de historia en las llanuras del Caribe colombiano*. Museo del oro - Banco de la República, Bogotá. 1993.

RODRIGUEZ-GALLO, Diana Lorena. *Cultivos de agua. La experiencia prehispánica en la Sabana de Bogotá. Sistema de camellones en el valle de los ríos Tunjuelito y Bogotá*. Editorial Académica Española, Saarbrücken. 2011.

----- . *Água e paisagem agrícola entre os grupos pré-hispânicos da Sabana de Bogotá, Colômbia*. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, Brasil. 2015.

SOGEOCOL. *Plan de ordenamiento territorial. Cuenca alta del río Bogotá*. 2000.

Disponível em: <http://www.sogeocol.edu.co/documentos/cuencap7.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.

VAN DER HAMMEN Thomas. La última glaciación en Colombia. In: *Análisis Geográficos*. IGAC, Bogotá, n. 24. 1995, pp. 69-90.

----- . *Plan ambiental de la cuenca alta del río Bogotá. Análisis y orientaciones para el ordenamiento territorial*. CAR, Santafé de Bogotá. 1998.

----- . Los humedales de la Sabana. Origen, evolución, degradación y restauración. In: *Los humedales de Bogotá y la Sabana*. Empresa de Acueducto y Alcantarillado de Bogotá, Bogotá. 2003.

WILSON, D. R. *Air photo interpretation for archaeologist*. The History Press. 2000.

Por una Arqueología social y humana

*Luis Guillermo Lumbreras*¹²

Resumo

Nesta apresentação, o palestrante reconta pontos importantes de sua trajetória como arqueólogo e a influência destes na formação da vertente teórica mais reconhecida da América Latina, a Arqueologia Social Latino-Americana. O palestrante apresenta como suas experiências foram determinantes para desenvolver o conjunto de ideias que pensaria a Arqueologia como História e como Ciência Social, a serviço da transformação da sociedade. O foco da palestra é distinguir entre uma arqueologia voltada para a identificação de culturas para outra dedicada à compreensão da História da humanidade em suas diversas formas. A abordagem histórica é defendida pelo palestrante como unificadora, portanto mais potente para ajudar na construção de um mundo novo.

Palavras-chave: Arqueologia Social Latino-Americana; História da Arqueologia; Arqueologia e História.

Resumén

En esta conferencia, el presentante recuenta puntos importantes de su carrera como arqueólogo y la influencia de ellos para la formación de la vertiente teórica más reconocida de Latinoamérica, la Arqueología Social Latinoamericana. El presentante muestra como sus experiencias fueran determinantes para desarrollar el conjunto de ideas que trataría de la Arqueología como Historia y como Ciencia Social, a servicio de la transformación de la sociedad. El foco de la conferencia es distinguir una arqueología hecha para identificar culturas de una dedicada a la comprensión de la Historia de la

¹ Professor emérito das universidades de San Marcos e San Cristóbal de Huamanga, ambas no Peru.

² Este texto é produto da conferência, proferida pelo autor, durante o encerramento da IV Semana Internacional de Arqueologia - Discentes MAE/USP. Transcrito por: Rafael de Almeida Lopes. Revisado por: Laura Furquim e Nicolás Batalla

humanidad en sus distintas formas. El presentante defiende el abordaje histórico como unificador y por eso más potente para ayudar en la construcción de un nuevo mundo.

Palabras-clave: Arqueología Social Latinoamericana; Historia de Arqueología; Arqueología e Historia.

Yo soy arqueólogo de pura casualidad.

Cuando entré a la Universidad, no quería estudiar nada que tuviera que ver con otra cosa que no fuera el país contemporáneo. Me interesa la gente ahora, me interesa lo que pasa con la gente ahora y me interesa lo que va a pasar con la gente después. Todos los que ya están y murieron, no importa si hace diez, cien o mil años, murieron; y me interesan los vivos. Entré para eso a la Universidad. Entré a la Universidad con el objetivo de trabajar en el campo de ciencias sociales. Y el campo de las ciencias sociales me interesa - me he introducido en ese campo -, me interesa todo aquello que podría servir para que la sociedad troque, para que la sociedad cambie de sus condiciones de existencia.

Nunca estuve de acuerdo con el sistema social que nos ha tocado vivir. Creo que necesitamos cambiar. Mi postura en relación a eso es mucho más próxima de aquello que utópicamente llamamos socialismo y que algún día espero que lo construyamos. En general, el sistema en sí mismo nunca fue algo que yo aspiraba como objetivo de desarrollo y de existencia. Cuando entré en la Universidad me encontré con que los historiadores estaban más interesados con los papeles y los documentos que la historia misma, pero me he encontrado con lo que es más grave: los antropólogos, historiadores e incluso los arqueólogos andan más preocupados con los muertos que con los vivos. La historia no sirve para nada si es que no afecta nuestro tiempo. Yo hago arqueología pensando en el futuro.

Y así fue como comencé a participar en la Arqueología.

En mi país, hay 10 mil o 14 mil años de historia así como aquí, en Brasil. Esos 14 mil años para mí, son 14 mil años de experiencia de vida por diferentes pueblos a lo largo del tiempo. Es la época en la cual la gente intervino en la naturaleza y la transformó. Me interesa saber cómo se transformó.

Con mi gente, yo aprendí a sentir que era parte de una historia que la tenemos totalmente escondida. Nosotros, sí, damos cuenta - los que nos habilitamos en el campo de la antropología - escondemos todo lo que es diferente a nosotros y dividimos la historia en dos partes. Eso ocurre en Brasil, eso ocurre en Perú, ocurre en Argentina, ocurre en todas las partes. Hay una parte que es la historia de los indios y otra parte que es nuestra historia ¿Te has dado cuenta que a nosotros no estudian los arqueólogos, a nosotros nos estudian los sociólogos, quizás los antropólogos, pero que normalmente los antropólogos los estudian a los indígenas? Y los historiadores sólo cuando se ocupan de la Historia de la Cultura de alguna manera nos involucran, nos incorporan a nosotros. ¿Te has dado cuenta que nosotros no somos parte de la Historia en general, si no que somos una parte de la élite de esa historia? ¿Qué pasó con la historia de nuestros pueblos? Tupiguaraní existen, los quechuas en el Perú existen, los aimaras en Perú y Bolivia existen. ¿Qué pasó con la Historia de ellos?

El día que llegaron los españoles Don Francisco Pizarro y su gente a mí país, ese mismo día, dejó de ser la Historia hecha por los arqueólogos y comenzó otra historia: una historia de élites donde los indios desaparecieron. Yo no sé si ustedes están familiarizados con la historia de la Arqueología peruana. Normalmente el día que llegó Francisco Pizarro se acabó la civilización Inca; se acabó la civilización Chimú, nada pasaba en los pueblos que hicieron tantas cosas maravillosas que ahora nos permite convocar a los turistas de todo el mundo para que las visiten. Se acabó todo lo que se vivía en Machu Picchu, todo esto, y comenzó otra historia. La historia nuestra, ésta de la cual yo y todos mis contemporáneos vivimos. Es una historia que comenzó con las guerras civiles que llamamos allá, entre los conquistadores que se peleaban por el botín de todo lo que podían llevarse de los incas. Pero los incas se acabaron. Eso que se acabaron es falso. Viven todavía. Están vivos, están activos, se habla su lengua. Sus costumbres existen, sus dioses se adoran. No son los dioses que están en los templos católicos, cristianos o en general, en los templos contemporáneos. Están en los cielos, están en las montañas. Ellos viven en sus ríos, en sus lagos. Una historia de la cual nosotros ya no tomamos cuenta. No nos parece raro ver a un sacerdote católico o cristiano hacer una serie de movimientos extraños frente a un altar, lo que se supone es que está la divinidad cristiana. En cambio si vemos a un indígena haciendo lo mismo

frente a una montaña, normalmente lo tomamos como folclore. Nos reímos. A veces somos muy generosos y le perdonamos la vida.

Esa parte de la historia es una parte que a mí personalmente me conmovió mucho. Yo nací en un lugar que se llama Ayacucho. Ayacucho es un lugar que pertenece a la sierra, donde la mayor parte de las gentes se parecen a mí, con rostros indígenas, con color indígena. Con el cabello como de los indígenas. La mayoría de nosotros somos así, los que salimos de allí. Sin embargo, a mí me tocó vivir casi toda mi vida en la capital del Perú, que es Lima. Y allí aprendí muchas cosas. Aprendí, por ejemplo, que yo era un poco el medio de la historia del Perú. Hablaba una lengua que no era la de mi país, que era castellano. Una lengua de afuera. Me prohibieron en casa de aprender el Quechua porque decían que el Quechua me iba a malograr el castellano y solo aprendí a entender y escuchar el Quechua y a estudiar, cuando un profesor de francés me dijo que era importante saber otra lengua que no fuera el español, que era bueno para los niños saber por lo menos otra lengua diferente. Desde luego, como bien serrano que yo era, de zona de la sierra en el Perú, una de las cosas que hicieron los padres fue colocarme en un colegio francés y después en un colegio italiano. No hay colegios de indios; no hay colegios en quechua; no se habla aimara. Eso es para los indios y los indios son otra cosa, distinta.

Cuando entré a la Universidad, me di cuenta que nosotros estábamos, los académicos, los científicos, contribuyendo a esa separación de mi país en dos diferentes. El que están los unos, nosotros, los que gozaban de todos los privilegios; y los demás, que eran los indios. He vivido mucho en relación a esta dicotomía que existe. Una vez hicimos una investigación, hace unos pocos años, recogiendo todos los países andinos y nuestro campo era hablar sobre los derechos culturales. Cuando tuve la oportunidad de entrevistar a los ministros de Estado de Bolivia, de Colombia, de Ecuador, de Perú, para hablar sobre los derechos culturales en las escuelas nadie sabía qué cosa eran los derechos culturales. Todos sabemos qué son los derechos humanos, defender la vida, entre ellos, pero nadie sabía, por ejemplo, que la lengua es un derecho cultural importantísimo, sin la cual no se puede vivir. La raíz de eso, nosotros, las costumbres desde luego y las creencias desde luego, habrá que construir una encuesta en los colegios.

Yo me acuerdo haber ido a una pequeña escuela en una isla del Lago Titicaca. En esta pequeña isla – y en todos los casos – dábamos un discurso hablando a la gente sobre los derechos culturales y en esa escuela mi experiencia fue sumamente traumática. Era una escuela de niños aimara, todos los que estaban eran de origen aimara en la pequeña isla. Terminada la exposición, nosotros convocábamos los que estaban presentes que eran los maestros, los padres de familia y tal, para que opinen sobre lo que habíamos dicho. Nuestra tesis era: la lengua es el derecho cultural más importante que uno tiene. Por lo tanto, uno debe defender la lengua que tiene sus padres, sus madres; la lengua materna es fundamental. Todos nosotros aprendemos a pensar con la lengua materna, aprendemos a querer con la lengua materna; nuestros sueños son en la lengua materna. (Entonces esto que comencé a decir ahí) terminó la exposición, todos aplaudieron. Terminada la exposición se para un viejo anciano, que estaba detrás de todos, me dice: “Señor, todo lo que usted ha dicho es verdad, todo lo que usted ha dicho es muy bueno, señor, pero yo no quiero que a mis hijos les enseñen las matemáticas en aimara, yo no quiero que a mis hijos les enseñen las ciencias en aimara, yo quiero que les enseñen todo eso en castellano y le voy a explicar porque, señor. Porque si mi hijo aprende todas esas cosas en aimara, en Bolivia y Perú no va a tener opción de trabajo, no va a poder ser médico porque las facultades de Medicina son en castellano, no va a poder ser ingeniero, no va a poder ser abogado. Mi hijo va a hablar solo en aimara, lo que va a aprender es a cargar las cosas y a ser un sirviente eficiente de los que hablan castellano. Yo quiero que mis hijos hablen en otra lengua que no sea el aimara”. Fue terrible para mí.

Pero luego me tocó, en Ecuador, otra experiencia sobre lo mismo y esa experiencia en Ecuador fue en Mortavalgo, donde, después de darme el discurso (básicamente el mismo discurso de la importancia del respeto a la familia, etcétera) se para un viejo dirigente de Otavalo; indígena. Me dice: “Señor, ¡Excelente! Yo quiero que mi hijo aprenda todo en quechua (‘quíchua’ lo dicen ahí en el Ecuador), que todos aprendan quechua, pero yo quiero que también enseñen en castellano. ¿Sabe por qué señor? Porque todos los demás en Otavalo hablan castellano, por eso quiero que mi hijo aprenda castellano. Pero como segunda lengua pues por acá están estos ecuatorianos. Pero además, yo quiero que mi hijo sea comerciante y quiero que salga de Ecuador y ¿sabe una cosa? En casi todos los países que yo conozco se habla en

inglés. De modo que yo quiero que mi hijo de la escuela salga hablando su lengua materna, el quechua, luego el castellano como segunda lengua, y como lengua de apoyo el inglés.” Todos terminan la primaria de esa escuela hablando estos tres idiomas. Y puede suponer que así por todo el mundo, los otavolanos lo hacen, es cierto. Encontramos, los otavolanos efectivamente en todas las partes.

Eso es parte de una experiencia que es muy importante. Lo que ocurre es que los arqueólogos contribuimos a generar esta división interna que existe entre nosotros, que por suerte y por cierto la está venciendo en algunos países, como, por ejemplo, el caso del Norte de Ecuador. Estudié Arqueología un poco con esa mala conciencia de participar en una experiencia en la cual vamos estudiar los indios para separarlos además de todos nosotros y sentirnos nosotros diferentes. Yo me sentí diferente cuando comencé a entender dónde estaba viviendo. En el colegio francés donde yo estudié los primeros años de mi escuela, me enseñaron a hablar francés y el castellano. Bien, desde luego, yo salía de mi casa con una prohibición de aprender el quechua, porque el quechua lo aprendían los indios y yo no debía ser uno. Ahí, yo soy Luís. A los Luises en el Perú llamamos Lucho. Y la tierra de donde yo vengo se llama Ayacucho, que es en la sierra, en la sierra están los indios y ahí se dicen serrucho a los serranos. Entonces ahí aprendí que yo era Lucho, de Ayacucho, “serrucho”. Lo cual era una cosa muy despectiva y crecí durante toda mi infancia con una terrible vergüenza del color de mi piel, de la forma y el color de mis cabellos; con una terrible vergüenza de yo mismo: descendiente de indígenas. Descubrí que lo era. Cuando me fui a mirar el espejo después de que me dijeran los alumnos mismos del colegio, en que yo era “sierrucho” y de Ayacucho. Cuando descubrí eso, me puse a mirarme a mí mismo y después a ese indio que nosotros hemos aprendido a despreciar que tenía todas las características que yo tengo: ¿Por qué le voy a despreciar? ¿Por qué lo tengo que tratar mal? ¿Por qué tiene que comer una comida distinta de la mía? ¿Por qué tiene que ser pobre? ¿Por qué yo puedo no serlo? ¿Por qué yo tengo derecho a hablar otros idiomas? ¿Por qué yo soy libre y ellos no?

Eso me indujo a mí cuando estuvo en la Universidad a estudiar la Arqueología, pero con una perspectiva totalmente distinta. Yo empecé en la Arqueología con la propuesta de estudiar mi tierra, de estudiar Ayacucho de alguna manera totalmente casual. Cuando yo estudié Arqueología, en mi país no habían arqueólogos y la única

opción que yo tenía era ser profesor en la Universidad de San Marcos, donde había una cátedra de Arqueología y el profesor era el único profesor de Arqueología. Entonces yo tenía que esperar que el profesor se muera o que el profesor se jubilara para yo poder pensar en la posibilidad de estudiar Arqueología, de ser arqueólogo y vivir de eso.

Pero ocurre que el mismo profesor que era jefe de la cátedra de la Universidad de Arqueología era director del Museo, entonces yo tenía que esperar que ese señor se muera o que ese señor se jubile para poder ocupar ese único puesto de arqueólogo que había en todo mi país.

En ese tiempo decidí, sin embargo, estudiar esto por una simple razón. En ese tiempo supe de un artículo de un señor llamado Fernand Braudel, donde Braudel sostenía una tesis que a mí me gustaba mucho. Decía: nosotros somos el producto de una larga historia. Y esa larga historia nos compromete a todos nosotros con una existencia que puede ser superior a mil, dos mil o tres mil años. Y la tesis (después de haber examinado a Braudel no me gustó del todo, pero tenía mucho fundamento) me llevaba a decir ¿Qué tengo que ver yo con los indios? ¿Qué tengo que ver yo con los españoles? Yo manejo una matemática que fue organizada por un ingeniero. Manejo unos tipos de conocimientos que no tienen que ver con los indígenas. Manejo una condición que tiene que ver con los ingleses, franceses e, incluso, españoles, pero nada que ver con el mundo indígena que estaba atrás. Comencé a estudiar y a fijarme en esto con un solo objetivo desde entonces. Esta historia debe servir para que yo, arqueólogo, de aquí me sienta ligado a estos que están detrás en una etapa de la historia que ahora llamamos prehistoria.

En ese tiempo, intentamos nosotros ser una especie de gran empresa entre los arqueólogos peruanos, argentinos y brasileños. ¡Había uno brasileño! Era Fernando Silva. Era más bien amigo de etnólogos: Darcy Ribeiro. Pero decidimos formar una suerte de, no propuesta, exactamente, pero una suerte de cuerpo de arqueólogos. Y en América Latina en total éramos aproximadamente 10. En toda América Latina. Uno o dos argentinos, un boliviano – en Ecuador no había todavía, luego aparecerán después – y en Brasil estaba Fernando Silva. Y luego formamos y nos reunimos, dos o tres veces. Y todos coincidimos que necesitábamos hacer un tipo de arqueología que estuviera comprometida no con la cultura, sino con la sociedad.

Se ha dado cuenta que nosotros somos culturalmente distintos. Evidentemente, yo no tengo ya elementos de la cultura Chavín, ni de la cultura Inca, ni de la cultura Mochica. Somos distintos y tenemos diferencias culturales. Aquí, ustedes con los tupi-guarani, ustedes con cualquiera de los grupos étnicos que estuvieron aquí. No somos de la misma cultura, pero sí somos parte de la misma historia.

Decidimos, este grupo de arqueólogos, dedicarnos a hacer historia, a más de arqueología. Entonces el concepto cultura sí nos ayudaba a entender las diferencias, cuanto el concepto de historia nos permitió entender las generalidades, las cosas comunes. Y así fue como de una u otra manera fuimos caminando hasta la construcción de un tipo de arqueología que no es antropológica, a pesar de que todos éramos antropólogos, y sí histórica. Una arqueología donde se construye los procesos de organización de la sociedad a partir de las relaciones sociales que en ella se estableció, y no algo en la cual hubo acuerdos de distinta naturaleza. Tenemos compromisos categoriales con una manera de ser religioso; una manera de comer; con una manera de vestirnos, etc. Y creo que hacemos cosas culturalmente diferentes.

La historia nos induce hasta otro tipo de preocupación. Encontramos que la arqueología americana es una arqueología comprometida totalmente con el concepto de cultura. A mí es raro que hemos logrado que los pueblos indígenas no se sientan personas, son culturas. Las personas se convierten a trazos culturales. No hay personas haciendo cerámica en los pueblos. Es un estilo cerámico, es una cultura la que se da. Cuando nosotros hablamos de una etapa histórica a otra etapa histórica, no se tornó habitual hablar de culturas.

En otro momento que, el caso del Peru y también creo que el caso de Brasil es lo mismo, hablábamos, por ejemplo, de la cultura Negro Sobre Blanco en función de la cerámica. Son las culturas Negro Sobre Blanco o los pueblos Negro Sobre Blanco y no identificamos personas.

Por suerte, a nivel mundial esto comenzó también a estimular, especialmente en Inglaterra, en África y en India, a las gentes para que comenzamos a hablar en otro idioma. En Inglaterra, hubo un australiano llamado Gordon Childe que ya había descubierto ese problema en los años 20 o 30 y comenzó a trabajar como arqueólogo. En Europa no fue importante la corriente que estaba en Estados Unidos de la antropologización de la arqueología. Entonces comenzó a trabajar principalmente con

el materialismo histórico y Vere Gordon Childe comenzó a estudiar un tipo de arqueología que era histórica. En ese momento la arqueología en Inglaterra en general era parte de la prehistoria, consideraba que era parte de la historia antes de la escritura y esa era la manera como se trabajaba allá. Pero era Historia, prehistoria es historia anterior a la historia escrita, pero tenía un conjunto de mecanismos de articulación teórica que iba por el campo de la historia. Entró en una serie de conceptos que a nosotros nos comenzó a gustar. Porque comenzó a hablar de revoluciones en el registro arqueológico. Jamás en el concepto cultura interesa una categoría tal como revolución. En los términos de Childe se manejaba ese concepto. Childe comenzó a manejar una categoría marxista en relación al concepto "revolución". Él consideraba que la revolución era ella parte de un proceso histórico en el cual todo cambiaba, lo que llamaba de modos de producción cambiaban enteramente y se disolvían la vida por una forma distinta de hacer las cosas.

En consecuencia, ese concepto tanto en México como en Perú ganó mucha fuerza. Porque nos interesaba el concepto de revolución. Y nos interesa el concepto de revolución en la medida en que nos permite entender que es la posibilidad de cambio significativo en la historia de los pueblos a partir de los cambios en las relaciones sociales. En México establecimos contacto con un arqueólogo que fue alumno de Vere Gordon Childe que era José Luis Lorenzo y con otro arqueólogo mexicano llamado Roman Piña Chan. Con ellos junto con un señor que llamaba Julio Montane de Chile, comenzamos a trabajar en la idea, la posibilidad de construir una propuesta teórica que llevase la arqueología no por el campo de la antropología sino por un campo distinto en donde se convertiría en Historia. La historia de los pueblos en general, no la historia de un pueblo específico, la historia de todos nosotros. Nos fuimos dando cuenta además, la raíz de esa propuesta que arqueología era solamente, en su parte operativa, un mecanismo de obtención de información a través de restos materiales. Coincidimos todos que la diferencia entre nosotros y un historiador tradicional es que el historiador se maneja a base de documentos y que el sociólogo se maneja a base de informaciones que puede recuperar directamente con las personas y que el arqueólogo trabaja con otro tipo de testimonio, que es la lectura que hace de los restos materiales dejados por la actividad social.

Comenzamos a trabajar en esa noción y de allí surgió una especie de corriente entre nosotros a la que luego le han llamado la arqueología social - y digo le han llamado porque nosotros no pensamos nunca en que ese nombre podría circular. Quisiéramos simplemente que fuese arqueología y punto, y que era una manera de hacer Historia a base de los restos materiales como testimonios de la realidad. El asunto es que a lo largo del tiempo, la ciencia nos ha ido dando la razón. En este momento la gente iba preguntar, por ejemplo: “¿no hay posibilidad de existir una arqueología de los quilombos en Brasil?” Sí, hay la posibilidad, se hace, además, hay una arqueología de los quilombos. Pero ahora mismo nosotros estamos haciendo una arqueología de las dictaduras militares en todos nuestros países y que en Perú, los arqueólogos están aprendiendo a construir y manejar la historia de lo que ocurrió hace diez años, o hace veinte años y en determinadas maneras hay aquí también una arqueología de los desaparecidos, o sea, hay una arqueología que trata de nosotros y solo de nosotros. No nos está construyendo todavía, pero sí deberíamos comenzar a nos estudiar, entre otras cosas porque, a raíz del avance de esta historia, nosotros fuimos descubriendo, que el testimonio arqueológico es categorialmente diferente al testimonio escrito y al testimonio oral.

El testimonio oral, directo, es el que usa el sociólogo y el antropólogo que hace investigación participante. El testimonio escrito es aquello que las personas dejan como constancia de lo que ellos piensan y de que ellos recuerdan. Pero el testimonio material es un testimonio concreto; y lo único que nos hace diferente a nosotros los arqueólogos de los otros investigadores sociales es que aprendemos a leer ese testimonio material, a interpretarlo, a obtener la información testimonial que en estos datos existen. Estos son tipos de testimonios que muchas veces nosotros, ahora mismo, no hablamos. Ustedes se imaginan lo que saldría de una arqueología de San Pablo del siglo XXI sobre qué cosas comen unos, que cosas comen otros, de cómo vivían unos y cómo vivían otros. Esto casi no se dice. Se dice simplemente si hay pobres, no hay pobres; hay ricos, no hay ricos; y hay gobierno, no hay gobierno; hacen esto, o qué sé yo. Pero esto no. Todas las cosas que nosotros producimos en la vida diaria, esto no está escrito en ningún lado y ni va a estar escrito.

Nosotros, los arqueólogos, vivimos redactando Historia a partir de eso.

Hoy miraba como reconstruyen la manera de comer que tenían las gentes hace, no sé, si hace 50 o 100 o mil años, igual. Lo que descartaban y esta información, por ejemplo, yo miraba esta mañana cuando se hablaba de investigaciones en el Paraná. Esto son tantos datos que ahora podemos tener, gracias a que la arqueología ha comenzado a avanzar a partir del proceso del progresivo manejo de los recursos científicos de otras disciplinas de lo que podemos aprender con los biólogos, de lo que podemos aprender con los físicos y ahora con los drones nosotros podemos hacer un conjunto de cosas impresionantes en el rescate de información. Este es el testimonio arqueológico que nosotros tenemos. Lo único que nos falta, arqueólogos, es entender que para rescatar ese testimonio material de la actividad social necesitamos ver cómo leemos ese testimonio.

Ese aliento que los arqueólogos entramos a un campo de debate que es muy rico en luz en general, es el debate sobre cómo entender nuestra sociedad, cómo entender a nosotros. Yo soy uno de los que considero que nosotros debemos prolongar la historia hacia atrás y la historia hacia adelante. Yo quiero ser pariente de los Mochica que vivieron hace mil años o dos mil años. Yo quiero ser parte de la historia de los Chavín y de los Incas, del mismo modo como sé que no soy ya un Inca ni un Mochica. Culturalmente soy diferente y no voy a poder volver a reproducir la cultura de ellos, ni tiene sentido pensar que voy a reproducirla. Ya son formas culturalmente distintas y superadas. Estamos en el siglo XXI y no hay nada que pueda volver para atrás, pero lo que sí puedo entender es que soy parte de una intervención del ser humano, en condiciones concretas de este mundo, y que intervengo en la naturaleza y han intervenido mis predecesores en la naturaleza. Yo estoy viviendo en aquellos que intervinieron en las gentes hace cien años, hace mil años, hace quinientos años. Y esas condiciones me permitieron tener lo que yo ahora tengo.

Cuando pienso en este cuarto, cuando pienso donde estamos ¿nadie de lo que hay aquí es indígena, verdad? Desde mi punto de vista todo lo que hay aquí es indígena. Esta absolutamente ligado al espacio histórico en lo cual estamos, al período en lo cual estamos y de estos puntos que nosotros tenemos capturado desde las distintas experiencias que nuestro pueblo ha vivido en los últimos 50 años, en los últimos cien y los últimos quinientos años. Es nuestro, pero no es sólo como parte de, es una manera que nació aquí, en las condiciones que muestran los antepasados, no

importa si indios o no; no importa si irlandeses o no; no importa que sean judíos o no; no importa si cristianos o no. Hayan sido nuestros antepasados, lo hicieran como parte de esto. Este país no es construido por nosotros, es construido por todos nosotros a lo largo del tiempo. Cuando yo pienso en lo que los biólogos hablan que todos los poros de nuestro cuerpo tienen memoria, sé de lo que para mí es una cosa totalmente cierta. En cada uno de nuestros poros hay grabado todo aquello que nosotros somos e hicimos, todo aquello que nosotros podemos hacer. Nosotros no recordamos las lenguas, pero recordamos los hechos, recordamos los gustos, recordamos los contextos, las texturas, los sabores. Es parte de una memoria que nos hace dueños a nosotros de un pasado fundamental.

Soy arqueólogo por eso, porque me siento indio, pero al mismo tiempo me apellido como los españoles. Me llamo Lumbreras. Conozco el pueblo donde nacieran mis antepasados: los Lumbreras, en España. Me siento orgulloso de eso. Del mismo modo como me siento profundamente orgulloso de haber heredado de los constructores de Machu Picchu; de los que hicieron Chavín y a toda esa larga, larguísima historia que, por suerte, estamos comenzando a estudiar y a conocer. Me siento muy bien de saber que el territorio donde viven mis hermanos, mis hijos, mi gente, fue transformado a partir del ingenio de la gente, a partir de sus manos, que son mis manos. Y de todo lo mucho que todavía podemos seguir haciendo, obedeciendo además la experiencia de ellos. Cuando ustedes piensan en lo Ge, cuando ustedes piensan en los Guaranís, al otro lado, cuando ustedes piensan en los Tupis en general, piensan que son otros. No, ustedes están viviendo en la misma tierra que ellos produjeron de una u otra manera y gran parte de la experiencia de ellos, ustedes, como antropólogos, quieren tenerla para, a partir de eso, construir una nueva sociedad. Sino no vale la pena. Si nosotros estamos estudiando Antropología, Arqueología, Historia.

Cuando comencé a estudiar Arqueología, yo no esperaba, de ningún modo, ni nunca, que la Arqueología como la pensamos, ese grupo de personas, hace unos 20 o 30 años, podría tener éxito.

En una oportunidad, cuando estábamos en ese proceso de construir este tipo de Arqueología, me invitaron a dar clases en una universidad en Chile. Era la época en que dirigía Chile el presidente Allende. Entonces fui a dar clases en la Universidad de

Concepción y en eso de dar clases en la Universidad de Concepción aprendí muchísimo de la gente que estaba allí. Ninguno era estudiante de Arqueología. Nadie. Eran estudiantes de sociología, o eran estudiantes de medicina y había gentes que estaban absolutamente revueltas. Lo que les interesaba era transformar a Chile. Aprendí de ellos que lo más importante que yo podría hacer era trabajar en una Arqueología comprometida con la Historia. En Chile en donde los Araucanos estaban marginados, Mapuches en el Sur y los Aymaras estaban marginados en el Norte. En un Chile donde la discriminación racial es ella una fuente impresionante de golpes a las gentes en general. Era muy fuerte y muy violenta. En ese Chile comenzamos a trabajar con ellos, con los chilenos, en la construcción de una nueva manera de hacer Arqueología.

Yo estoy muy contento de esa experiencia y salió un libro mío a raíz de eso que se llama “La Arqueología como Ciencia Social”. Ese libro no fue otra cosa que las mismas clases que yo dí, allí. Nunca fui un erudito marxista, no lo soy todavía. Cuando escribí ese libro, lo único que teníamos como referencia eran unos manuales que habían publicado en Unión Soviética de un libro de una señora muy simpática que se llamaba Marta Harnecker. Entonces con ellos aprendíamos nosotros a pensar de esa manera. Estudiamos en eso, discutimos con eso y, saben, hubo un brasileño con el cual yo me sentaba noches enteras a conversar. Él era asesor de Allende: Darcy Ribeiro. Entonces con Darcy nos tocábamos a conversar sobre esos temas. Largamente. Y él fue uno de mis maestros en la construcción de una propuesta de Arqueología Social, lo que no pensamos, ni Darcy, ni yo, ni nadie, es que el libro cuando se publicara, ese libro que no se pensó como un libro, era las copias que los estudiantes sacaban para repartirse entre ellos a estudiar allí.

Bueno, pues cuando salió, el libro llegó a Mexico y a varias partes. Se convirtió a una cosa muy interesante. Recibía cartas de todos los lados. Gentes que me proponían hacer el libro en inglés. Yo me admiraba porque nunca me pareció un buen libro. No era un libro. Eran las notas de clase que habían sido organizadas por los estudiantes como un libro. Estaba mal escrito. No sé si ustedes lo han leído, pero cuando yo lo leí, decía “¡Que barbaridad este libro! Es un libro que está muy mal escrito ¿Cómo pueden leerlo? Se aburre”. Es un libro donde hay una larga discusión, por ejemplo, sobre un concepto que a mí me fatigaba mucho: el concepto de cultura. El concepto cultura para mí siempre fue un concepto molesto porque esconde a la gente. Uno se

convierte en códigos de comportamiento y no en un ser humano con conflictos, con muchísimos mecanismos de defensa, muchísimos mecanismos de apoyo. Uno es eso y el concepto “cultura” lo generaliza.

¿Ustedes ya se han puesto a pensarse alguna vez si son miembros ustedes de alguna cultura que llama brasileña? Estoy seguro que las gentes de Recife son distintas de las gentes de San Pablo y estas otras distintas a del Nordeste y éstos son distintos a los cariocas. Los cariocas no se sienten iguales a los paulistas y no lo son. Hasta hablan diferente; hacen cosas diferentes y esas diferencias son diferencias culturales. Pero históricamente están ligados. Todos tienen una mirada en torno a lo de Collor de Melo. Todos tienen una manera de poder entender los mecanismos a través de los cuales Collor salió de donde salió; todos tienen una mirada en relación a Lula; Fernando Henrique, lo que fuera. Todos ustedes viven de las mismas leyes, históricamente son la misma gente. Tienen diferentes acciones si son obreros, si no son obreros, clase media o lo que llaman nueva clase media, esas cosas. Sí, las diferencias son culturales, no son históricas. Históricamente somos producto de una misma historia. Saben que, para mí, lo más interesante es que todos los latinoamericanos somos de la misma historia. Culturalmente, vean ustedes, yo les estoy hablando en una lengua diferente, pero estoy absolutamente seguro que frente al futuro, todos los que estamos sentados aquí queremos algo muy parecido: salir de las condiciones de las cuales estamos para construir un mundo nuevo. Queremos que todas las gentes mismas, puedan tener las mismas oportunidades y puedan avanzar juntos en la construcción de un nuevo mundo.

Yo estudio Arqueología por eso, para eso y a eso es lo que nosotros llamamos la Arqueología Social.

Referencias Bibliográficas

LUMBRERAS, L. G.. *Violencia y mentalidad colonial en el Perú: fundamentos para una crítica de la razón colonial*. Instituto Nacional de Cultura (Peru). Region Cusco.; Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Facultad de Ciencias Sociales, 2006.

LUMBRERAS, L. G. *Arqueología y sociedad*. Lima: IEP Instituto de

Estudios Peruano, 2005.

LUMBRERAS, L. G. *Contra requerimiento – 500 años de resistencia a la invasión*. Lima: Chirapaq, 1992.

LUMBRERAS, L. G. *Los orígenes de la civilización en el Perú*. Lima: Milla Batres, 1983.

LUMBRERAS, L. G. *La Arqueología como ciencia social*. Lima: Ediciones Hastar, 1974.

Arqueologia em sambaquis do litoral paulista no século XIX

Archaeology in sambaquis (shell mounds) of São Paulo's coast in the 19th century

*Marília Oliveira Calazans*¹

Resumo

Esta comunicação propõe uma breve análise das fontes que esboçam atividades de fins científicos nos sambaquis do litoral de São Paulo no século XIX, publicadas já no século XX. Estes documentos indicam o *status* do debate científico em torno dos sambaquis como fenômeno arqueológico, o valor atribuído aos artefatos sambaquieiros, os sítios conhecidos e explorados, além da inserção dos sambaquis na incipiente arqueologia brasileira e mundial. As fontes reunidas, contidas em relatos de viajantes ou em periódicos da época, podem oferecer outra perspectiva àqueles que compreendem que não houve consenso sobre a artificialidade dos sambaquis entre pesquisadores do século XIX.

Palavras-chave: Sambaquis; Corrente naturalista; Herman Von Ihering; Albert Loefgren, São Paulo.

Abstract

This paper proposes a brief analysis of the sources that sketch scientific activities in sambaquis of the coast of São Paulo in the late nineteenth century, published in the twentieth century. These documents indicate the status of the scientific debate around the middens as an archaeological phenomenon, the value attributed to sambaquis artifacts, the known and explored sites, and the insertion of the sambaquis in the incipient Brazilian and world archeology. The combined sources, contained in

¹ Universidade de São Paulo.

travelers' accounts or journals of the time, can offer another perspective to those who understand that there was no consensus on the artificiality of sambaquis among researchers of the nineteenth century.

Keywords: Sambaquis (Shell mounds); Naturalist current; Herman Von Ihering; Albert Loefgren; São Paulo.

Introdução

A arqueologia emergiu enquanto disciplina científica, estabelecendo suas perguntas e respostas, métodos e objetos, na segunda metade do século XIX, acompanhando o surto de instituições de ciência no Brasil e no mundo ocidentalizado. Foi neste contexto que os sambaquis, conhecidos vestígios da atividade humana, relatados desde o século XVI, se tornaram uma questão para a ciência, um fato científico. Este tema, antes tratado em publicações estrangeiras e na *Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ganhou vulto a partir dos anos de 1870, entre pesquisadores vinculados ao Museu Nacional.

A cerâmica e os sambaquis amazônicos preencheram parte dos artigos dedicados ao tema da arqueologia brasileira. Outra porção consistia nos relatórios enviados das praias do litoral sul do Brasil, onde Charles Wiener liderou uma expedição para fins de estudos geográficos e geológicos (Wiener 1875). O intenso diálogo travado entre estes pesquisadores no norte e no sul do país intercambiou-se com ideias sobre concheiros pesquisados especialmente na Dinamarca, mas relatados em outras regiões do mundo. A partir destas pesquisas, conformava-se uma teoria geral sobre as enigmáticas acumulações de conchas que marcavam paragens em regiões tão diversas. Tal teoria pretendeu reunir uma variedade de sítios conchíferos sob o conceito expresso pela palavra “sambaqui”, de origem Tupi.

Os sambaquis da província de São Paulo, por sua vez, foram subexplorados neste contexto. Os trabalhos que mencionam os casqueiros paulistas são, destacadamente, Burton (1866), Rath (1871) e Capanema (1876). Nenhum deles, todavia, relatou uma abordagem sistemática, característica das intervenções arqueológicas da década de 1870. Isto é, antes de Albert Loefgren, em 1893, e de

Ricardo Krone dez anos depois, o trabalho mais detalhado teria sido uma descrição craniana feita por Burton, que não tinha interesse específico no tema. Ainda assim, estas breves menções tencionavam corroborar a teoria geral sobre sambaquis, que estabelecia estes sítios como vestígios de atividade humana.

Carl Rath, por exemplo, não podia ser mais claro ao pronunciar-se. Afirmou, em 1871, que:

Estes montes de diversos tamanhos distinguem-se em tres qualidades [...]. A segunda consiste em montes de cascas de berbigões, concha bivalva. A primeira vista qualquer homem de poucos conhecimentos percebe que foram feitos pela mão humana. [...] Parece que um povo antiquissimo do Brasil reuniu no espaço de muitos annos as cascas d'estes crustaceos que comia, para entre ellas sepultarem seus irmãos mortos. Rath (1971: 288)

A partir da década de 1890, um importante câmbio no cenário político nacional teve influência direta na produção da arqueologia e antropologia, na medida em que estas disciplinas se desenvolveram a partir de um sólido vínculo com as instituições imperiais, sabidamente, o Museu Nacional. Este vínculo pode ser compreendido quase como uma dependência, pois foi a partir do Museu que os pesquisadores eram convidados, pagos, financiados em suas pesquisas, além de publicados seus trabalhos. A província de São Paulo obteve um crescimento exponencial na virada para a República, em termos econômicos e políticos, mas também em relação à ciência. Este desenvolvimento reverberou em três importantes periódicos: o *Boletim da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo*, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* e a *Revista do Museu Paulista*.

Foi a partir das páginas destas revistas, já no início do século XX, que se consolidou uma controvérsia que deu subsídio a um equívoco da historiografia sobre a arqueologia brasileira: a ideia de que, até o segundo quartel do século XX, cientistas ainda não teriam chegado a um consenso a respeito do valor (pré-)histórico dos sambaquis, postura que teria dado margem à continuação da exploração dos sambaquis pela indústria caieira. Esta afirmação aparece em importantes manuais de arqueologia brasileira e sobre sambaquis que nos servem de referência neste trabalho, por exemplo, o seminal manual de Angyone Costa, em que se lê que:

Os sambaquis são classificados e explicados segundo diferentes teorias. Para alguns, eles oferecem uma formação natural. Outros veem em sua

composição simplesmente o trabalho dos homens da pré-história, representando uma intenção incipiente, um detalhe da capacidade de raciocínio das raças da primeira idade. Um terceiro grupo neles procura descobrir o esforço conjugado do homem e dos elementos naturais Costa (1980: 62-3).

Nas décadas posteriores, destacados autores referendaram o parecer de Costa que destacou a existência de uma “corrente naturalista” desde o século XIX, que compreendia os sambaquis como um fato da natureza, sem intervenção humana em sua formação (Duarte 1968: 4; Beck 1974: 32; Gaspar 2004: 11-2; De Blasis 2005: 7). Os documentos que analisamos, entretanto, demonstram que esta interpretação apareceu pontualmente duas publicações do estado de São Paulo.

Quase vinte anos depois da publicação de Wiener, em contexto paulista e republicano – isto é, sem o financiamento do Museu Nacional e as verbas da coroa –, o naturalista Albert Loefgren publicou o mais extenso trabalho sobre os sambaquis do litoral de São Paulo, nas páginas do *Boletim da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo* (Loefgren 1893). Mais que uma contribuição para a pretensa teoria geral dos sambaquis que se esboçara nas décadas anteriores, entre os ilustrados membros das sociedades científicas do Império, o autor apresentou ideológica ambição. Desejava que seu trabalho, um esboço cartográfico com alguns apontamentos arqueológicos sobre os sambaquis do litoral paulista, servisse para sua preservação, uma vez que, conforme informou, estavam todos em vias de desaparecimento. A previsão de Loefgren não era exagerada. A indústria caieira continuou a explorar os sítios por pelo menos mais cinco décadas, adentrando o século XX de forma a ignorar os apelos de Loefgren e de outros intelectuais.

O método de análise utilizado por Loefgren foi de longe o mais complexo e completo, quando comparado a de seus antecessores. O autor aliou análise topográfica, geológica, etnológica, linguística, artefactual e historiográfica – numa palavra: arqueológica – para debater diversos pontos das teorias apresentadas sobre sambaquis. Debateu especialmente com Charles Wiener, contestando ou confirmando sua tese. Reverente a este autor, Loefgren enfatizou que sua proposta era aplicar os preceitos de Wiener aos sambaquis paulistas, e não questionar dados e conclusões coletadas e estabelecidas mais ao sul do país.

Iniciou elencando quarenta e dois trabalhos publicados entre os séculos XVI e XVII a respeito destes sítios:

O presente trabalho nada mais é que um ensaio para reunir o maior número possível de dados relativos à história dos “sambaquis” da costa do Estado de São Paulo, e de tudo quanto com ele tem ligação íntima. O fim que visa é apenas a utilidade a futuros investigadores [...], porque, é forçoso contar, existem fundados receios para acreditar-se num breve desaparecimento dos sambaquis que ainda perduram, visto não existir de muitos senão a tradição (Loefgren 1893: 9).

As referências na literatura jesuíta, naturalista e científica eram importantes para Loefgren. Delas, obteria não apenas um registro histórico sobre os sítios ou dados etnográficos sobre as populações indígenas. Para fins de preservação, tentou observar o quanto dos sambaquis já não estaria completamente consumido pela atividade caieira. Também utilizou estes dados para compor algumas de suas considerações arqueológicas. As referências “da tradição”, ou seja, etnográficas ou orais – um método largamente utilizado na arqueologia daquela época – eram uma segura referência para o estabelecimento de algumas conclusões.

Destaca-se, neste texto, a referência aos sambaquis como “vestígios de ação humana” e “monumentos archeologicos”. Esta forma de qualificar os sambaquis é uma marca importante com que o autor se posicionou do debate, pois havia uma importante questão a respeito da intencionalidade da edificação destes sítios por parte de seus construtores/acumuladores. Ainda que não tivesse escavado um sítio, Loefgren era entusiasmado com a possibilidade destas “interessantes e misteriosas formações” conterem informações importantes da pré-história do país (Loefgren 1893: 14).

Loefgren teorizou sobre a razão da existência destes sítios em terrenos de aluvião e nas bordas litorâneas. Para ele, os sambaquis teriam esta localização, escolhidos exclusivamente pela abundância “do alimento predilecto do seu povo” (Loefgren 1893: 76). Afirmou que os sambaquis eram também moradias, embora algumas estratigrafias sugerissem um abandono sazonal. Classificou os elementos que o compõem em (i) restos de cozinha/ comida; (ii) objetos que lá foram descartados por inutilidade, desleixo, perda ou esquecimento. Tanto conchas quanto artefatos, na análise de Loefgren teriam a maior importância, pois:

Ambas estas categorias são de extrema importância nas investigações científicas; porque, pelo exame e estudo da primeira, pode-se chegar a formar uma opinião sobre a vida material dos autores destes monumentos e de sus relações para com a natureza, ao passo que, pela interpretação calma e criteriosa da segunda, se tona possível levantar uma ponta do véo espesso que ainda oculta sua história, para enriquecer os nossos escassos conhecimentos sobre a sua vida moral e íntima, deixando adivinhar quaes as suas instituições e o gráo de civilização a que chegaram: emfim si não temêssemos exagerar, diríamos – sua psychologia (Loefgren 1893: 53).

A despeito destas elucubrações, constatações e hipóteses, o objetivo central do autor foi fazer uma descrição topográfica dos sambaquis da costa de São Paulo. Assim, Loefgren notou que os sambaquis se distribuíam com irregularidade, mas que era possível notar quatro centros nos quais os sítios apresentavam determinada aglomeração: i) o da Ilha de São Vicente e canais adjacentes “onde conhecemos 9, sendo provável a existência de maior numero”; ii) o da ilha de Santo Amaro ou Guahybe, inclusive todo o canal de Bertioga, “onde fizemos reconhecimento de 21, devendo, porém, haver outros, ainda que pequenos e de importância secundaria”; iii) o formado por grupos esparsos nas margens dos rios Una, Comprido, Ribeira de Iguape, e seus afluentes “onde conhecemos 27, entre grandes e pequenos *sendo, estes, entretanto, apenas uma pequena parte dos que realmente existem ou já foram destruídos*”; e iv) o maior, abrangendo todo o Mar Pequeno, desde a barra de Icapará até a barra do Ararapira, “onde os sambaquis estão espalhados nas margens das ilhas do Mar, Cananéa, Cardoso e terra firme”. Além disso, supôs que sambaquis considerados isolados seriam, na verdade, parte de um conjunto de sítios destruídos ou ainda não descobertos (Loefgren 1893: 18).

A geografia forneceu-lhe dados importantes para a interpretação dos sítios arqueológicos. Por exemplo, na “ilha do Casqueiro”, primeiro centro, observou duas pequenas elevações. Assim descreveu o local: “Esta parte da ilha tem pouca vegetação e apresenta a rocha viva; além disso está orientada para o Norte, de modo que estavam aqui abrigados dos ventos frios do Sul, e que talvez determinou a escolha deste lugar” (Loefgren 1893: 20). Já no vale do Ribeira, destacou “como um bom exemplo da instabilidade do leito dos rios do litoral basta citar o facto do proprio rio Piruybe que hoje desemboca cerca de 4 kilometros abaixo do lugar onde desembocava 8 annos atraz. [...]” (Loefgren 1893: 48).

Os sambaquis do litoral paulista, apesar de reconhecidos como sítios arqueológicos, ou como vestígios indígenas em documentações antigas – confirmou Frei Madre de Deus (1797: 20) – não fizeram parte do movimento na conformação da teoria geral sobre os sambaquis, conduzido pelos intelectuais vinculados ao Museu Nacional. Neste contexto, a *Notícia* de Rath (1871) foi uma breve exceção. Destacavam-se, aos olhares dos pesquisadores, os monumentais sambaquis da província de Santa Catarina e, de outra forma, os paraenses, que continham cerâmica associada às conchas. A monumentalidade e a cerâmica foram características essenciais para que aqueles concheiros fossem reconhecidos como fenômenos antrópicos, a partir dos paradigmas estabelecidos pela arqueologia, que buscava classificar sítios e artefatos em sua forma e conteúdo.

Em São Paulo, os sambaquis não reuniam nenhuma destas características, além de possuírem pouco destaque na paisagem litorânea, por serem recobertos pela vegetação que cresceu a partir da mistura fértil de terra e compostos orgânicos. O perfil esboçado por Loefgren reforça esta ideia.

Hipótese naturalista sobre a origem dos sambaquis: a corrente de um homem só

Defendemos que o debate “artificialismo *versus* naturalismo”, expresso na história da arqueologia brasileira elaborada por autores do século XX, nunca existiu senão em 1903. Especificamente, no volume VIII da *Revista* do IHGSP, quando o alemão Herman Von Ihering, zoólogo autor de extenso trabalho, desde o posto de diretor do Museu Paulista, publicou seu artigo *A origem dos Sambaquis*. Neste texto, Ihering evocou sua autoridade científica para discordar de todos os autores que publicaram sobre os sítios concheiros. Assim iniciou seu parecer:

Um dos assumptos de maior importancia, e pois de maior interesse para o estudo da antiga historia dos aborigenes do Estado de S Paulo, é sem duvida a cultura primitiva revelada pelos sambaquis da zona costeira. Esta cultura é prehistorica e precolumbiana.

Si neste sentido não existem duvidas, estas surgem logo que se discute a origem destas ostreiras. Estudando a respectiva e não pequena litteratura, verifica-se que *quasi todos os auctores consideram os sambaquis accumulações artificiaes de conchas*, cujos animaes serviram de alimento aos indigenas.

Em oposição a esta opinião geralmente divulgada, fui eu o primeiro a reconhecer a origem natural dos mesmos, em 1894, publicando, entretanto só em 1898 [...]. Von Ihering (1903: 446).

Não foi apenas o primeiro. Permaneceu o único a defender esta tese. Para rebater a "supposta acção do homem prehistorico na origem dos Sambaquis", argumentou que não houvera até então estudo preciso que estudasse a partir de uma ótica não apenas arqueológica, mas também zoológica e geológica (Von Ihering 1903: 447).

Para este autor, a indústria caieira era simplesmente uma realidade. De alguma forma, em todos os textos que trabalhamos aqui, houve algum tipo de associação entre a atividade industrial e a científica, uma vez que o valor dos artefatos "indígenas" por si, isolados do contexto dos sambaquis, era reconhecido. Por isso, das explorações industriais dos sambaquis por todo o país surgiram importantes coleções. Outrossim, a própria atividade caieira demandava que o material fosse peneirado a fim de que se seleccionassem as conchas, o que permitia que os artefatos pudessem ser encontrados pelos trabalhadores das minas. Entretanto, no texto de Ihering, esta relação é ainda mais promíscua, conforme seu relato:

O que tem sido ultimamente achado em especimens de pedra lapidada, conchas raras, ossos, etc., o senhor Manerer teve a bondade de colleccionar e me enviar; pelo que naturalmente o material de que eu dispunha, foi-se ampliando ainda mais do que poderia ter esperado caso me fosse facultado fazer excavações por um certo e limitado espaço de tempo (Von Ihering 1903: 447).

E seguiu para a descrição "O corte do sambaqui em exploração [caieira] já chegava a 8 metros em altura. O que mais me impressionou foi a normal estratificação. As camadas, duma espessura variando entre 30 e 70 centímetros, occupam a posição horizontal, com uma leve curvatura para as extremidades [...]" (Von Ihering 1903: 447). A normal estratificação, para Ihering, denunciaria a qualquer geólogo que aquelas formações conchíferas seriam acúmulo natural de conchas. "Já ao primeiro olhar que lancei sobre o bem delineado córte do sambaqui paranaense pareceu-me lêr no mesmo o eloquente protesto da Creação dizendo: Esta obra é minha!" (Von Ihering 1903: 451). Seu argumento parte da

distribuição das conchas que formam aquella massa compacta não deixa de obedecer a certa regra. Alternam-se camadas que só consistem de ostras, com outras em que predomina o berbigão. No logar por mim examinado obtive o seguinte perfil, de cima para baixo:

Berbigão	.	.	.	mts. 2,8
Ostras	.	.	.	>> 0,8
Berbigão	.	.	.	>> 0,7
Ostras	.	.	.	>> 0,6
Berbigão	.	.	.	>> 2,1

(Von Ihering 1903: 450).

E continuou explicando a impossibilidade de o engenho aborígene ter edificado o sambaqui. Ihering recusava a ideia de que as conchas do sambaqui de Bagaçu tivessem sido seleccionadas e acumuladas de forma intencional. Rejeitava que as cascas fossem restos da alimentação. Enfim, se opunha a toda a produção científica que o antecedeu.

As camadas superpostas, em espessura diferente, accusam uma formação dentro da agua, A mesma estractificação pronuncia-se igualmente bem dentro das massas de berbigão.

Acresce ainda outra circumstancia notavel. Si fosse todo o monte apenas um ajuntamento de conchas amontoadas por indigenas, então os restos dos molluscos consumidos seriam lançados em promiscuidade; mas tal não succede. Ora, como explicar então uma camada de 70 a 80 cm., formada exclusivamente de ostras?

Si calcularmos a formação do immenso sambaqui em 1000 annos (o que é arbitrário, mas com certeza, antes aquem do que alem da realidade), a formação da camada de ostras teria demandado 30 a 40 annos).

[...] o caso seria sempre, que os aborígenes tendo por geração passado o berbigão, de repente tivessem mudado para passadio exclusivo de ostras por decênios, para em seguida tornarem a adoptar alternativamente o regimem de berbigão, de ostras, de berbigão outra vez e assim adeante – o que parece absurdo. Não menos absurdo é a suposição que os restos da cosinha haviam de ser carregados morro acima, para serem despejados no cume. Tal pedantismo não se harmoniza com os costumes de nossos indígenas (Von Ihering 1903: 452).

Apesar de seu declarado ceticismo, Ihering é, de todos os autores que publicaram sobre sambaquis neste período, aquele que melhor se aproxima das datações atuais sobre sambaquis em dois aspectos. Primeiro, pela projecção do tempo de acumulação (mil anos). Depois, porque concluiu que estes montes datassem do

final do quaternário, enquanto os outros autores, reticentes em afirmar, supuseram algo em torno de três séculos ou pouco antes da colonização.

Pouco modesto em sua defesa, Ihering confessou uma falha de sua própria teoria. Ora, se a formação estratigráfica dos sambaquis acusa uma formação natural e subaquática, como se explicaria a presença de ossos e artefatos humanos? Dúvida a qual ele mesmo responde:

Taes objectos podem ter sido perdidos por algum pescador ou outro, assim como os esqueletos podiam ser de algum indigena afogado. A maioria das pedras que observei [...] que poderiam ser arrastadas pela correnteza por effeito da tempestade ou trazidas pela maré. [...] As mesmas forças porque não haviam de transportar pedras dum certo volume e peso para depositar de envolta com quintaes de conchas e caramujos? Von Ihering (1903: 452).

Outra hipótese para explicar a presença de artefatos líticos seria o “sepultamento” destes, em um período bem posterior ao da formação dos sambaquis. Pesava também a ausência de ossos de mamíferos, carvão vegetal e de cerâmica: “Contra a theoria dos *restos de cozinha* podemos ainda argumentar [...] Não ha nem houve um povo tão exclusivamente ichtyophago e concheophago que ignorasse o uso de armas e de ciladas para caçar antas, porcos do matto, veados etc. [...]” (Von Ihering 1903: 453). O veredicto veio a seguir:

A ideia da construcção artificial é falsa, não só sob o ponto de vista geologico, mas também sob o zootechnico. É engano suppor-se que para a construcção artificial de um sambaqui basta ajuntar e amontoar conchas. Estas, expostas ao ar livre e ás continuas mudanças de temperatura e humidade decompõem-se rapidamente (Von Ihering 1903: 456).

Dentro dos estudos de caráter arqueológico, consideravam-se os vestígios humanos de um determinado sítio. Estes vestígios quase sempre se reduziam a artefatos de pedra ou cerâmica, sepultamentos, ossos de animais, carvão e algum vestígio de assentamento. São estas as evidências que podem atravessar séculos e milênios sob o solo, resistindo ao tempo. E foi a partir delas que os arqueólogos, com uma técnica adaptada da geologia e paleontologia, conseguiam contextualizar as

informações dos sítios. Contudo, importava interpretar que as conchas que compunham os sambaquis pertenciam a animais que faziam parte da dieta de seus construtores. Eles analisaram, como vimos, sua procedência e espécie, suas cores e o estado de decomposição em alguns casos.

Ihering, por sua vez, fez das conchas o principal foco de seu estudo. Afirmou-se “o único especialista” a tratar do tema. Para ele, a questão em torno dos sambaquis se resolveria ao explorar o comportamento de moluscos e o estado de deposição de suas conchas. Segundo ele,

Encetar tal estudo, seria condigna tarefa de alguma corporação científica, representada por especialistas, e não sí na archeologia, como tambem como concurso do geologo e do zoologo, pois que, dos exploradores leigos e diletantes, não ha que esperar mais do que já tem sido dito e repetido. *Justamente o predominante interesse anthropologico despertado pelos Sambaquis, foi tambem a causa do insuccesso.* Dahi preveiu, como natural base e ponto de partida para taes explorações, a preconcebida opinião de serem estes montões de conchas os seculares restos de refeições de gerações humanas (Von Ihering 1903: 447).

Esta “ideia preconcebida” tinha um autor: fora Frei Gaspar Madre de Deus, “apenas no século XVII” que inventara a história da construção artificial dos sambaquis pelos indígenas (Von Ihering 1903: 457). Ihering estaria, de sua perspectiva, a desconstruir uma falácia que teve início nos tempos da colônia e ganhou cientificidade pela publicação de pessoas leigas que a reafirmaram.

No mesmo número da *Revista*, Albert Loefgren publicou um artigo eufórico, rebatendo cada ponto da argumentação de Ihering com ironia raivosa. Para além da discordância no campo científico, parece que Loefgren se ofendeu especialmente pelo desprezo com que Ihering apreciou o trabalho de seus antecessores. Nas primeiras quatro páginas, resume o artigo de Ihering. E então, começa sua apreciação crítica:

Em primeiro logar devemos confessar que divergimos e bastante da opinião do autor quando elle, na introducção do seu trabalho, lastima que até hoje somente leigos e diletantes se occuparam com estas interessantes formações, porquanto conhecemos os admiraveis trabalhos de homens

como os Srs. Dr. Hartt, Dr. Orville A. Derby, [...]. E por mais inverosímil que parece temos que admitir que o autor não conhece estes trabalhos para avançar o que elle avançou no dele (Loefgren 1903: 462).

Além de desconhecer a modesta literatura existente sobre sambaquis – que, de fato, não é nominalmente citada por Ihering – Loefgren o acusou de citar Peter Lund, um autor que jamais teria visto um sambaqui (Luna Filho 2007: 55-57). Continuou seu texto, contestando a controversa natureza da argumentação de Ihering com expressa ironia:

Infelizmente, porém o autor não fornece explicação alguma talvez, porque admite bondosamente que todos os leitores possuem a sabedoria delle. Também não entendemos quando, depois de ter o autor dito que: *não se deve imaginar a configuração da bahia no tempo da formação do referido sambaqui como diferente da de hoje*, ele, logo em seguida continúa: *onde agora é rio, era então uma bahia aberta e muito mais funda etc.* Francamente, isso não é fácil de entender (Loefgren 1903: 463).

Sobre a explicação para os esqueletos encontrados nos sambaquis, que Ihering supõe pertencerem a indígenas vítimas de afogamento, Loefgren divertiu-se:

Principalmente interessante, mas igualmente difícil de explicar pela nova theoria, está a Casqueira grande de Cubatão que se acha no cimo de uma rocha de 30 metros de altura, rodeado de mangue por todos os lados e da qual já sahiram durante uma exploração de mais de 2 annos, acima de 100000 metros cubicos de ostras e de conchas e, talvez centenas de esqueletos, restando ainda provavelmente outro tanto. Quanta gente afogada no cimo do monte e que maelström aquatico e aereo! (Loefgren 1903: 464).

Provavelmente, dentro das reuniões ordinárias dos membros do IHGSP e do Museu Paulista, esta contenda tenha reverberado para além das páginas das revistas e boletins, como acusou o clamor de Benedicto Calixto no número de 1904 da *RMP* (Calixto 1904). Tampouco Herman von Ihering, o polêmico autor da controvérsia, que pareceu conivente com a exploração da cal, pode ser responsabilizado pelo arrasamento dos sambaquis. Ainda que tenha defendido uma tese sobre sua formação natural, encerrou seu texto afirmando que:

[...] entendo que os sambaquis, ao em vez de perder quanto ao interesse, pelo contrario, nelle enaltecem, desde que não têm só uma importância

archeologica, mas também geológica. Representam neste sentido documentos de alto valor, cuja destruição systematica constitue um acto de vandalismo, contra o qual é tempo de protestar energicamente. Reclamo nesse sentido o apoio do Instituto afim de que proponha o patriótico governo do Estado as medidas necessárias para sua conservação (Von Ihering 1903: 457).

Neste ponto, sua postura converge com a de Loefgren, para quem a preservação dos sambaquis era urgente e necessária, pelo valor arqueológico destes sítios: “Os sambaquis, representando estes restos únicos, constituem, portanto, documentos únicos da nossa pré-história, e por isso somos tentados a comparar a sua destruição com o incêndio da biblioteca de Alexandria, sendo certo que a perda dos objetos que encerram, é uma perda irreparável” (Loefgren 1893: 86).

No ano seguinte, o artigo de autoria do artista e historiador autodidata Benedicto Calixto foi também dedicado à defesa da preservação dos sambaquis. Para Calixto, o posicionamento dos cientistas a respeito do valor arqueológico dos sítios seria fundamental para frear a exploração econômica dos sambaquis. “Ora, isto diziamos nós em 1894 ou 95, entretanto, não obstante termos ainda sobre sambaquis a mesma idéa que tínhamos naquella época, jamais nos resolveríamos a tratar desse assumpto” (Calixto 1904: 491).

Neste mesmo volume, Calixto apresentou um mapa da região litoral sul de São Paulo, com mais de vinte dos “principaes sambaquis, hoje destruídos” (Calixto 1904: 735). O objetivo do artigo era refutar teses veiculadas na *Revista* de que os sambaquis não tinham valor pré-histórico: “Nesse clamor aos poderes publicos, fazemos côro com A. Löfgren, H. Von Ihering e outros que tanto se interessam pela questão de conservação dos sambaquis” (Calixto 1904: 504).

Algumas notas e informações sobre a situação dos sambaquis de Itanhaen e de Santos assumiu também a proposta de dar “uma opinião não científica” e fazer uma intermediação na discussão instalada no ano anterior, protagonizada por Loefgren e Ihering. “Declaro, porém, desde já, que não os analysarei scientificamente; não tenho esta pretensão. Demonstrarei simplesmente aos homens de sciencia a parte que me parece pouco elucidada nesta matéria, afim de melhor ser resolvida” (Calixto 1904: 491).

A bem da verdade, Calixto, apesar da modéstia anunciada, mostrou-se inclinado a concordar com a versão de Ihering para a origem das “casqueiras

colossais”, isto é, a acumulação das cascas de moluscos mortos, devido às oscilações da maré. Outrossim, este autor apontou informações sobre os sambaquis de sua cidade natal que, se não “delirantes” (Lima 2000: 287), ao menos evidenciam a intimidade mínima do autor com o assunto. Para explicar, por exemplo, os ossos de animais no interior dos sambaquis, Calixto explicou:

E são, quase sempre, esses sulcos, [...] abertos no seio dos sambaquis, pondo á mostra uma parte de seu conteúdo, que revelam a sua existência ao caçador que por ahí passa.

Outras vezes acontece que, tendo secado e apodrecido, por qualquer motivo, uma arvore, deixa esta no interior da casqueira um vão, no logar em que existiu o seu tronco e apodreceram as suas raízes, produzindo então verdadeiras galerias [...] [que] constituem, mais tarde, as tocas onde se abrigam os reptis e os roedores [...].

Todos esses animaes, fugindo ás vezes ao caçador e á sua matilha, podem, penetrando por esses meandros e galerias subterrâneos, ir morrer no interior dos sambaquis, levando no corpo e, quem sabe, talvez “na maxila inferior” a bala de chumbo do caçador civilizado ou a ponta da flexa atirada pelo índio semi-barbaro (Calixto 1904: 494).

Apesar da idiossincrática colaboração e da manifesta descrença nas capacidades do indígena bárbaro, Calixto, conforme prometeu, não assumiu uma posição no debate entre Loefgren e Ihering:

[...] póde bem acontecer que por esses mesmos buracos penetrem no interior dos Sambaquis, levados pela enxurrada, esses objetos deixados na superfície pelos caçadores, ou por outro individuo, completamente estranho aos “constructores de sambaquis” (se é que os houve) (Calixto 1904: 495).

Considerando apenas as publicações, foi assim, em dezessete páginas de um único volume da *Revista do IHGSP*, que se iniciou e se encerrou uma controvérsia que jamais teria a dimensão que tomou, não fosse inflamada pela historiografia ao longo do século XX e XXI.

Referências bibliográficas

BECK, Anamaria. O problema do conhecimento histórico dos sambaquis do litoral do Brasil. *Anais do Museu de Antropologia*, Ano VII, n. 7, 1974, pp. 27-66.

BURTON, Richard Francis. On a kjokkenmoddingof Santos, Brazil. *Journal of the Anthropological Society of London*, vol. 4, pp. cxci-cxciv, 1866.

CALIXTO, Benedito. Algumas notas e informações sobre a situação dos sambaquis de Itanhaen e de Santos. *Revista do Museu Paulista*, vol. VI, 1904, pp. 490-518.

CAPANEMA, Guilherme Schuch de. Os Sambaquis. *Ensaio de sciencia por diversos amadores*, vol I, 1876.

CARTA DE 27 DE OUTUBRO E VIENER, ENCARREGADO DE UMA MISSÃO NA AMERICA MERIDIONAL AO DIRECTOR DO MUSEU NACIONAL. Agradecendo a este, ao partir E.Sta. Catharina, a missão que lhe confiam os estudos os Sambaquis Déssaprovincia e o bom acolhimento que recebeu do Museu. MN, Pasta 14, Documento 61, DCMNO(0)3, 0396, DR. CO. AO 1761, 27 out 1875.

COSTA, Angyone. *Introdução à Arqueologia brasileira (etnografia e história)*. 4ª edição, ilustrada. Companhia Editoria Nacional, São Paulo, 1980.

DE BLASIS, Paulo. *Os sambaquis vistos através de um sambaqui*. (Monografia de Livre Docência em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DUARTE, Paulo. *O sambaqui: visto através de alguns sambaquis*. IPH-USP, São Paulo, 1968.

GASPAR, MaDu. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. 2ª Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2004.

LIMA, Tânia Andrade. Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. *Revista USP*, n.44, 2000, pp. 270-327.

LOEFGREN, Albert. Os Sambaquis de São Paulo. *Boletim da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo*, n. 9, 1893, pp. 1-54.

LOEFGREN, Albert. Os Sambaquis. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. VIII, 1903, pp. 458-465.

LUNA FILHO, Pedro Ernesto de. *Peter Wilhelm Lund: O auge das suas investigações científicas e a razão para o término das suas pesquisas*. (Tese de Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*. Typografia da Academia, Lisboa, 1797.

RATH, Carlos. Noticia Ethnologica sobre um povo que já habitou a costa do Brasil, em como o seu interior antes do dilúvio universal. *Revista trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*, tomo XXXIV, 1871, pp. 287-292.

VON IHERING, Herman. A origem dos sambaquis. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. VIII, 1903, pp. 446-456.

Emaranhamento religioso: a incorporação de Ísis na religião romana

Religious entanglement: the incorporation of Isis into the Roman religion

*Melina de Lábio Parra Berlucci*¹

Resumo

Ísis, desde a unificação do Egito, é considerada uma das deusas mais populares dentre todo o diversificado panteão dessa civilização. Foi cultuada não somente em sua região de origem, mas também em lugares como a Península Ibérica, Itália, Grécia e Alemanha, porém dentre elas uma região se destaca, não só pelos diversos vestígios arqueológicos de tal culto, mas também pela relação existente entre Egito e Roma. Para compreendermos melhor a adoração isíaca no Império Romano, analisaremos, através da teoria do emaranhamento, imagens iconográficas feitas entre os séculos II a.C. e II d.C., as características originais da deusa e as que foram se modificando conforme a cultura romana. Perceberemos quais os possíveis motivos para a popularidade de Ísis não somente em Roma, mas também em todo o território pertencente ao Império.

Palavras-chave: Ísis; emaranhamento; religião; Egito; Roma.

Abstract

Isis, since the unification of Egypt is considered one of the most popular goddesses among all the diverse pantheon of this civilization. It was worshiped not only in their home region, but also in places like Iberia, Italy, Greece and Germany, but among them, one region stands out not only by the many archaeological remains such worship but also the relationship between Egypt and Rome. To better understand the isíaca worship in the Roman Empire, we analyze, through the entanglement theory, iconographic images taken between centuries BC and AD

¹ Pós-graduada *Lato Sensu* em Arqueologia, História e Sociedade pela Universidade de Santo Amaro – Unisa campus II. melina_dlp@hotmail.com.

II, the original characteristics of the goddess and that have been modified according to the Roman culture. Realize what the possible reasons for the popularity of Isis not only in Rome, but also throughout the territory belonging to the Empire.

Keywords: Isis; entanglement; religion; Egypt; Rome.

Introdução

Estamos perante a propagação de um mito que cresce mais do que qualquer outro, chegando mesmo a suplantar os cultos egípcios mais importantes, como os de Osíris, seu irmão esposo, e Hórus, seu filho. Uma vez venerada e honrada pelos Egípcios, Ísis terá recebido os mesmos privilégios na Grécia e no Império Romano (Faria 2011: 34).

O Egito, em sua história, foi governado por diferentes povos formando distintos períodos histórico-culturais, sendo que os mais populares são: o período faraônico, o ptolomaico e o romano; este último alvo de nossa pesquisa.

Segundo Márcia Severina Vasques (2005: 14) a civilização egípcia fora invadida pela Síria em 170 a.C. e desocupada dois anos depois com o auxílio da embaixada romana, nesse momento, mostrou-se necessária a proteção de Roma para que os reis lágidas conseguissem se manter no poder. No ano de 168 a.C., o Egito tornou-se, dessa forma, um protetorado romano e, após a queda de Cleópatra VII e Marco Antônio em 30 a.C., Otávio decreta, por fim, o total domínio de Roma sob a terra dos faraós.

O culto isíaco foi fortemente difundido pelo Império Romano depois que o Egito se torna seu protetorado. Existem muitos motivos que podem explicar tal difusão, como o trânsito de comerciantes, escravos e militares entre as regiões sob o domínio romano e até mesmo em Roma.

São muitos os vestígios encontrados em Roma que fazem alusão ao culto isíaco durante os séculos II a.C. até o século II d.C.; podemos observar através desses vestígios que muitas características originais da deusa foram mantidas, mesmo com o emaranhamento sofrido com outras deusas. O objetivo desse trabalho é observar que é através dessas características que se pode relacionar e afirmar a continuidade desse culto que, antes observava-se no Egito, e, com o decorrer dos séculos, foi adotado pelos romanos.

Através da análise teórica de conceitos como imperialismo, aculturação e emaranhamento, percebemos que a dominação romana sobre o Egito deu-se de uma

maneira mais complexa do que a sugerida pela historiografia tradicional, que preconiza a ideia de uma aceitação da cultura mais desenvolvida pela menos desenvolvida; observamos também, que o emaranhamento cultural está muito presente nas regiões pertencentes ao Império, pois, sob esse olhar, fica claro que as culturas e religiões vão se mesclando, completando-se e se modificando-se a cada nova conquista romana.

Estatuetas femininas que representam a deusa Ísis com seus atributos - sistro, sítula e o nó - foram encontradas em diferentes partes do Império Romano entre os séculos II a.C. a II d.C.

A análise iconográfica dessas estatuetas, compreendida nessa pesquisa, demonstra que, devido ao emaranhamento cultural, a deusa Ísis egípcia adquiriu características gregas como o uso de túnicas compridas e cabelos cacheados ou presos e divididos ao meio, conforme a moda romana da época.

Podemos concluir que, através de tais análises, é possível estudar o emaranhamento religioso sofrido entre o culto a Ísis e a religião romana, a evolução sutil dessa mescla de características e as camadas da população em que seu culto era praticado.

Panorama teórico

A Historiografia tradicional explica a difusão da cultura romana através de conceitos como **romanização, aculturação e etnicidade**, os quais a fazem de uma maneira simplista e preconceituosa, caracterizando as sociedades não romanas como inferiores e dignas de serem dominadas.

Ao longo do século XX e XXI, essa visão está se transformando, pois novas pesquisas sugerem que essa difusão cultural de Roma pode ser explicada por outros motivos muito mais complexos dos que até então eram aceitos como corretos, o **emaranhamento** sugere que as culturas, tanto imperial quanto nativa, foram se transformando, mesclando-se e completando-se.

Da Teoria de Romanização ao Emaranhamento Cultural

O conceito de Romanização tornou-se popular entre as pesquisas histórico-arqueológicas no século XIX e no início do XX num período em que o neocolonialismo e a

política imperial britânica estavam em destaque, essa defendia a superioridade da cultura clássica à cultura denominada de bárbara pelos romanos. Os romanos nessa visão levavam a “civilização” aos povos bárbaros assim como os europeus levaram essa “civilidade” aos povos africanos e asiáticos dominados durante esse período (Vasques 2005). O principal defensor de tal teoria foi, segundo Pinto, Francis Haverfield, que “em 1912 defendia a superioridade da cultura clássica, procurando retratar o Império Romano como difusor daquela cultura para toda a Europa não latinizada ou helenizada”.

Podemos perceber que o Império Romano foi usado pelos europeus como uma maneira de legitimar o seu impulso imperialista e justificar o direito de conquistar outros povos e territórios em finais do século XIX e início do XX. O argumento era o de que tais países seriam herdeiros de Roma e, dessa forma, deveriam levar às novas colônias os conceitos tidos como “civilizados” (Mendes 2007).

Junto com a teoria da Romanização desenvolveu-se outro conceito, o de Aculturação, que foi visto como um processo de aceitação da nova cultura mais desenvolvida e superior imposta pelo dominador aos povos conquistados (Vasques 2005). Nessa teoria fica entendido que as populações indígenas ou “bárbaras” eram consideradas como tendo um nível de cultura primitivo e que a única alternativa que teriam era a de absorver e aceitar a imposição cultural dos colonialistas.

Segundo Porto, os novos estudos sobre Roma mostram que o conceito de romanização estava ligado a uma leitura em que se entendia o mundo romano de uma forma inflexível, no qual Roma com seus exércitos chegavam a uma região, conquistavam e impunham sua cultura, porém, essa visão mostra-se problemática. Em primeiro lugar, os documentos históricos utilizados para estudar o passado têm um olhar unilateral, que exalta as vitórias romanas e sua tradição cultural.

Outro aspecto problemático do conceito de romanização e aculturação são as afirmações colocadas que os povos ditos como bárbaros em nada contribuíram para Roma, que apenas foram conquistados e aculturados. Estudos pós-colonialistas apontam que as sociedades nativas das áreas conquistadas pelos romanos tiveram muito de suas tradições culturais absorvidas pelos romanos. Tal visão foi defendida por Bhabha no fim do século XX na qual defendeu uma visão de “processos gradativos de emaranhamento” (Lemos 2014). Podemos entender melhor esse processo a partir do trecho de Stockhammer:

Todo o potencial criativo dos espaços liminares é primeiramente investidos na criação de novas práticas conectadas a objetos. O contexto é criado, não o objeto. No momento do encontro, nós não acionamos uma mudança no objeto, mas o objeto nos muda. Simplesmente a sua presença material muda as percepções do espaço social e dos movimentos (Stockhammer 2012a: 50 apud Lemos 2014: 305).

A partir da teoria do emaranhamento, vamos analisar a influência da religião egípcia e da deusa Ísis na sociedade romana e em suas crenças; tentaremos mostrar através da iconografia que houve sim um emaranhamento religioso entre as divindades romanas e a deusa mãe egípcia.

Principais características isíacas

Ísis é uma deusa egípcia que, segundo Faria, tem sua origem incerta. Há estudos que dizem que fora adorada inicialmente no Delta Central do Nilo, no qual seria a deusa local de Behebeit el-Hagar em Sebenitos, outros dizem que foi adorada como senhora de Busíris no Alto Egito (Faria 2011: 35).

Através das análises feitas sobre a civilização egípcia, podemos entender que o culto a ela foi uma sobreposição de deuses que estavam sendo agregados à religião egípcia durante sua unificação e sua consolidação, a qual chegou à importante figura religiosa que a deusa representa.

Podemos entender tal afirmação através da análise de seu nome, Ísis foi o nome dado à deusa egípcia pelos gregos. Inicialmente, Ísis tinha o nome egípcio de *Aset*, a grande deusa Mãe egípcia; o nome em grego, que ficou conhecido em todas as localidades, foi analisado por Jorge Fallorca, e, segundo ele, deriva de alguns tempos do verbo grego *eidennai*, que foram tomados do verbo antigo, *isemi* que significa saber (Fantacussi 2006: 11).

O nome da deusa já nos mostra uma das principais características desse culto, a iniciação, na qual os mistérios são revelados aos iniciados, quando então o saber torna-se o ponto de divisão entre a vida anterior à iniciação e a nova vida, pois o saber que os ritos de iniciação proporcionavam aos iniciados era o de obter o domínio da vida eterna, ou seja, saber todos os passos que a deusa fez para devolver a vida a Osíris.

Ísis está associada à fertilidade tanto de mulheres quanto da terra. No mito de Ísis e Osíris, ambos os deuses são responsáveis pela fertilidade egípcia; Osíris representando o solo fértil – igual a Geb (divindade masculina), que representa a terra - e Ísis sendo a deusa Mãe, representando o Céu – Nut, divindade feminina – os quais são os deuses primordiais (Fantacussi 2006: 13). Ainda estão associados à fertilidade quando, no mito, o solo fértil é representado por Ísis e a água que fecunda a terra é representado por Osíris, tornando-os inseparáveis, assim como a água do Nilo fertiliza a terra do Egito (Fantacussi 2006: 14; Faria 2011: 37).

Outra característica marcante da deusa é sua condição de esposa ideal que se expressou no mito quando Ísis segue em sua busca implacável pelo corpo de Osíris, tanto da primeira vez que desaparece quanto da segunda, demonstrando o amor pelo marido e sua dedicação. Outro exemplo é o trabalho de mumificação e de ressurreição que realiza em Osíris, situação em que se mostra incansável e determinada a conseguir tal feito. Pelo fato de conseguir ressuscitar Osíris, Ísis ganha a qualidade de deusa da cura, com tal poder, dizia-se que ela curava todas as enfermidades e expulsava espíritos (Faria 2011: 37).

A deusa também é considerada, segundo Faria, a deusa que ensinou aos egípcios o trabalho no tear que se justifica, no mito, através de seu aprisionamento por Seth ao descobrir que ela estava esperando Hórus, obrigando-a a fiar dia e noite. Nesse ponto foi traçado um paralelo pela autora entre a vida que se desenvolvia dentro dela e o trabalho de fiar (Faria 2011: 38).

A última, e não menos importante característica de Ísis, era o da maternidade; ela foi considerada o modelo de mãe a ser seguido por diversos motivos presentes em seu mito, primeiramente, segundo o mito, a deusa foi apresentada como parteira que percorria o Egito para ajudar no parto de mulheres e transmitir-lhes os ensinamentos sobre a maternidade. Em segundo lugar, mostra-nos que ela não conseguia ter filhos, aceitando cuidar de Anúbis, filho ilegítimo de Osíris com Néftis, demonstrando sua condição de mãe sagrada e superior. (Faria 2011: 36) Junto com a característica da maternidade está a de protetora das crianças e dos mais novos. Em terceiro lugar, Ísis se torna mãe do primeiro faraó, Hórus, tornando-se dessa forma a mãe divina de todos os soberanos que governassem o Egito (Faria 2011: 38).

Essa característica pode ser vista também quando, no mito, a deusa cria Hórus secretamente para que Seth não o mate a fim de conquistar o governo do Egito. Dessa

maneira, o pequeno deus é criado nos pântanos de papiro situados no Delta, protegido até que alcançasse idade suficiente para vingar a morte de Osíris, seu pai. Protegendo-o através de uma atadura tingida de vermelho, a qual representava um poderoso símbolo protetor, o nó de Ísis, esse que é um dos principais símbolos da deusa, o qual será muito citado ao longo deste capítulo.

Durante o período faraônico, Ísis também se aproximou das características de Hátor, mostrando que no Egito também houve o emaranhamento entre suas divindades, dessa maneira, a deusa mãe ganhou como característica: o disco solar entre os chifres de vaca e o sistro². Foi graças a Hátor que Ísis foi assimilada a Afrodite no período romano, pois esta era considerada a deusa do amor, do prazer, da alegria, da música e da dança. Com a assimilação entre as duas deusas egípcias, Ísis passa a ser portadora das características de Hátor, sendo, portanto, associada a Afrodite (Vasques 2004: 106).

Outra característica atribuída a Ísis através da assimilação com outra deusa egípcia foi sua ligação com a fertilidade agrária e à serpente. Ficou muito conhecida no período romano essa associação entre Ísis e *Renenutet*, e posteriormente foi associada a Deméter por intermédio das características de *Renenutet* (Vasques 2004: 106).

As principais maneiras que Ísis fora representada durante o período greco-romano, foi segundo Vasques (2004), de acordo com as características da arte grega, com túnicas longas, manto atado com um nó entre os seios; seus cabelos estavam ou a maneira egípcia, com peruca, ou como na maneira grega, com mechas caindo sobre os ombros e divididos, seguindo a moda romana, que se remetia à moda grega. A simbologia da cobra no centro da cabeça, além de surgir com a assimilação com *Renenutet*, também se deveu ao fato de a serpente ser o símbolo do Baixo Egito, que, na figura da deusa *Uadjet*, era associada ao sol e protetora do faraó, por isso fora colocada sobre o diadema real, conhecida como *uraeus*. Outros símbolos também eram associados à Ísis, como a sítula³, espiga de trigo⁴ e a tocha⁵ (Vasques 2004: 107).

² “Instrumento musical que consistia em um arco, podendo ser de metal ou de outro material, como a faiança, atravessado por três varas horizontais, que continham pequenos pratos também de metal, os quais emitiam som quando chacoalhados. ” (Vasques 2004: 106) Ficou conhecido como símbolo isíaco a partir do período ptolomaico, devido a Plutarco, simbolizando que “todos os seres devem agitar-se, não devendo nunca parar de se movimentar”, essa relação com o movimento e com o som do instrumento, de acordo com Plutarco, “espanta a Tifon” (La Fuente 2002: 5).

³ É um pequeno vaso cuja forma se assemelha ao formato de um seio, era usado para portar oferendas de água ou leite. Será muito utilizado na simbologia relacionada a Ísis, pois nela colocavam água, representação de Osíris (Vasques 2004: 107).

Sabendo das principais características de Ísis na sociedade egípcia, podemos analisar melhor o desenvolvimento do culto da deusa nos territórios romanos entre os séculos II a.C. e II d.C. e como suas características foram mudando ao longo dos anos de culto nesses lugares.

Representações de Ísis entre os séculos II a.C. e II d.C. – análise iconográfica

São muitos os vestígios encontrados em Roma que fazem alusão ao culto isíaco desde o século II a.C. até o século II d.C. Podemos observar através desses vestígios que muitas características originais da deusa foram mantidas, mesmo com o emaranhamento religioso com outras deusas. É através dessas características que se pode relacionar e afirmar a continuação desse culto que, antes se prestava no Egito, e, ao decorrer dos séculos, foi adotado pelos romanos.

Nesse tópico analisaremos as diversas estatuetas, encontradas em diferentes localidades do Império Romano, que representam a deusa Ísis e revelam muito sobre seu culto, isso porque nelas estão representadas, não só características orientais da deusa mãe, mas também ocidentais, através do emaranhamento sofrido com outras deusas do panteão romano.

A primeira estatueta que será analisada é a de Ísis em pé, que aparece no trabalho de Vasques (Fig. 1). Nela observamos alguns símbolos isíacos, como a sítula em uma das mãos e o sistro na outra; outra simbologia vista nessa estatueta é a serpente que está em uma das mãos da deusa, essa que representam a fertilidade (Vasques 2004: 107).

⁴ Simbologia de divindades associadas à fertilidade agrária (Vasques 2004: 107).

⁵ "A tocha estava presente, para gregos e romanos, nas principais ocasiões da vida, nos períodos que encerram os chamados "ritos de passagem", ou seja, por ocasião do nascimento, do casamento e da morte. A tocha na mão de Ísis tem, provavelmente, um significado ctônio e a identifica, neste aspecto, com Deméter" (Vasques 2004: 107).



Fig. 1. Ísis em pé. Fonte: VASQUES, Marcia Severina. A estatuetas de terracota e as práticas religiosas privadas no Egito greco-romano. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, n. 14, 2002: 108



Fig.2. Ísis. Museu de Nápoles. Inv. 6372 19655 Fonte: LA FUENTE, Maria A. A. El Culto Isiaco em el Imperio Romano. Cultos Diarios y Rituales Iniciáticos: Iconografía y Significado. Boletín de la Asociación de Egiptología. 2002: 16.

Podemos observar também características que representam o período no qual a imagem foi confeccionada, como túnicas ao estilo grego e cabelos separados em mechas caindo sobre os ombros, como ditava a moda durante o período estudado. Notamos também que essa túnica é presa através de um nó, esse que tem sua simbologia ligada a Ísis.

É interessante entender que o nó representa a proteção que Ísis deu para Hórus ao enrolá-lo em tiras, e dessa forma tal símbolo é utilizado para caracterizá-la. Tanto romanos quanto gregos tinham visões sobre o nó diferentes da egípcia, enquanto para estes era símbolo de proteção, para aqueles ele representava mau agouro. O nó era proibido entre os romanos, desde utilizar roupas que o tivessem até cruzar os braços e pernas perante

enfermos e mulheres grávidas. Porém com o fortalecimento do culto isíaco, o nó da deusa passou a ser aceito na sociedade romana (La Fuente, 2002: 14-15).

A figura 2 e a figura 4 também nos revelam outras características além daquelas destacadas na figura 1. Nelas podemos observar em suas mãos o vaso canopo e o sistro, em suas cabeças junto aos cabelos presos com mechas caídas nas laterais, percebemos a presença do *uraeus*, a pequena cobra representando sua divindade e proteção.



Fig. 3. Ísis com o sistro, o colar "menat", o nó e o tocado hathórico. Templo de Seth I em Abidos, capela de Osíris. Fonte: LA FUENTE, Maria A. A. El Culto Isiaco em el Imperio Romano. Cultos Diarios y Rituales Iniciáticos: Iconografía y Significado. Boletín de la Asociación de Egiptología. 2002: 16.



Fig. 4. Ísis. Museu Capitolino. Roma. Fonte: LA FUENTE, Maria A. A. El Culto Isiaco em el Imperio Romano. Cultos Diarios y Rituales Iniciáticos: Iconografía y Significado. Boletín de la Asociación de Egiptología. 2002: 17

Para relacionar a presença de tais características com as origens egípcias da deusa, colocamos aqui uma imagem do Templo de *Sethi I* situado em *Abidos*, na qual podemos notar Ísis segurando em uma das mãos o sistro, em sua cabeça temos a presença do *uraeus* com o tocado característico de *Hátor* e em suas vestes o nó aparece em sua cintura.

Na estatueta abaixo, figura 5A, destaca-se, principalmente o emaranhamento entre a deusa Ísis e a deusa Renenut, em grego era denominada de Ermuthis ou Thermuthis, ficando conhecida como Ísis-Thermuthis. Essa deusa é representada através da combinação entre mulher e cobra, podemos notar na estatueta tal simbologia ao percebermos a deusa metade mulher e metade cobra. Tal mescla fornece à deusa elementos que a ligam com a fertilidade agrária, como a tocha e as espigas de trigo, tal atributo relacionava-se, também, com o renascimento da vida após a morte. (Vasques 2004: 107) Notamos que se refere à deusa Ísis associada com outra deusa, pois seus principais símbolos estão presentes na representação, como é o caso do vaso canopo em uma das mãos, o nó ao peito e o toucado de Hátor em sua cabeça.



Fig. 5. Ilustração destacando o emaranhamento entre a deusa Ísis e a deusa Renenut. Fonte: VASQUES, Marcia Severina. A estatuetas de terracota e as práticas religiosas privadas no Egito greco-romano. Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, n. 14, 2002, p.109. **5A.** Ísis-Thermuthis; **5B.** Ísis-Afrodite; **5C.** Ísis-Afrodite ansírmene

Nas figuras abaixo, Figura 5B e Figura 5C, podemos notar o hibridismo entre as deusas Ísis e Afrodite, essa associação é representada pela deusa nua e com o *calathos*¹ na cabeça, este que pode ou não ter a coroa isíaca. Existem duas principais representações: a de mulheres nuas com seus braços rentes ao corpo e as mulheres que erguem sua túnica.

Na figura 5B podemos notar a primeira representação, a de mulheres nuas com os braços rentes ao corpo, nela está a caracterização de Ísis-Afrodite, pois existe a simbologia do *calathos*, que representa Afrodite e a coroa de *Hátor* logo à frente do *calathos*, representando Ísis. De acordo com Vasques (2002), essas estatuetas lembram as representações das concubinas do morto, que ganharam esse nome a partir de uma interpretação errada que acreditava serem mulheres que serviriam o morto no pós-vida, elas também foram encontradas em tumbas femininas. Numa nova interpretação, acredita-se que estas figuras eram colocadas nas tumbas dos mortos, fossem homens ou mulheres, a fim de lhes propiciar o renascimento para uma nova vida, estão provavelmente associadas a deusa Hátor (Vasques 2002: 107-108).

Na figura 5C fica claro que é uma assimilação entre Ísis e Afrodite pela coroa hatórica e pelo cesto, ambos representados na cabeça da imagem. A simbologia presente nessa estatueta também tem referências ao Egito faraônico, pois nas festividades consagradas à deusa *Bastet*, as mulheres erguiam suas vestes para adquirir a fertilidade. Tal ritual de fertilidade também ocorria com o aparecimento do novo *Ápis*, isso porque, antes de ser apresentado à sociedade, o recém-nascido era visitado por mulheres que erguiam suas roupas em sua frente. Segundo estudiosos, o novo *Ápis* era apresentado às mulheres ainda no período de vulnerabilidade como forma de evitar qualquer mal futuro (Vasques 2002: 109-110).

Conclusão

Através da análise das estatuetas que remetem a Ísis encontradas nas regiões do Império romano entre os séculos II a.C. e II d.C. pudemos observar características isíacas remanescentes de seu culto no Egito, como a sítula, o sistro, o nó, os chifres de *Hátor*, o *calathos* e o *uraeus*; percebemos que a religião egípcia desempenhou forte

¹ É um cesto utilizado para colocar produtos derivados da colheita como flores, frutos e espigas. Foi associado as deusas da fertilidade como Afrodite, Deméter.

influência na sociedade romana, não apenas em estatuetas, mas também na adoração de algumas de suas deusas, que foram mescladas e que ganharam características da deusa mãe egípcia. Houve ressignificações de símbolos e ideais, tomemos como exemplo o nó, que era visto como um símbolo de mau agouro e que, através da crença egípcia e de sua influência, ganhou um novo significado na sociedade romana, passando a ser visto como um símbolo de fertilidade e sorte.

Dessa forma, o emaranhamento se torna visível entre essas sociedades e mostra-nos que a teoria da romanização deve ser reconsiderada e, se possível, não mais utilizada, pois o emaranhamento cultural apresenta-nos sociedades com suas complexidades que se influenciaram e acabaram por modificar aspectos, crenças e atitudes umas das outras.

Referências Bibliográficas

Fontes textuais

PLUTARCO. *Obras morales y de costumbres*. v. 5, Madrid: Editorial Gredos, 1995.

Bibliografia

ALONSO, Ana Carolina Caldeira. O Império romano e sua religiosidade: O exemplo do culto de Ísis. *NEArco – Revista Eletrônica de Antiguidade*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 2, 2010, pp. 34-47.

ANTIQUERA, Moisés. O escudo da virtude e a ideologia do principado augustano. *Fênix Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 5, n. 3, jul./set., 2008, pp. 1-12.

AYMARD, André; AUBOYER, Jeannine. *História geral das civilizações: II Roma e seu Império*. Tradução de Pedro Moacyr Campos. 3. ed., v. 2, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

BARBOSA, Michelle K. F. *O sagrado no Egito Antigo. Diversidade Religiosa*. Paraíba, v.1, n.1, mar. 2013, pp. 1-12.

BELEBONI, Renata Cardoso. Abordagens em História Antiga. *Phônix*, Sette Letras, Rio de Janeiro, v. 8, 2002, pp. 359-371.

BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*. n. 115, 1983, pp. 103-117.

BOWERSOCK, G. W. Some persons in Plutarch's Moralia. *The Classical Quarterly: New Series*. Londres, v. 15, n. 2, nov. 1965, pp. 267-270.

BULFINCH, Thomas, *O livro de ouro da mitologia: (a idade da fábula): histórias de deuses e heróis*. Tradução de David Jardim Júnior, 26ª. ed. Rio de Janeiro, 2002.

BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo, Unisinos: 2003.

BURKERT, Walter. *Antigos cultos de mistério*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Ed. USP, 1991.

BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. Rômulo e Remo: escritos e ritos. *História Revista*. Goiás, v. 6, n. 2, 2001, pp. 85-116.

CANTO-SPERBER, Monique (Org.). *Dicionário de ética e filosofia moral*. Trad. Ana Maria Ribeiro-Althoff, Magda França Lopes, Maria Vitória Kessler de Sá Brito, Paulo Neves. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, v. 2, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *O antigo Egito*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____ *Narrativa, Sentido, História*. SP, Papyrus, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASSIRER, Ernest. *Linguagem e Mito*. São Paulo. Editora Perspectiva. 1992.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: Entre Práticas e Representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHOIN, Roberto Olivarria. Arqueología de las religiones místicas paganas en la Bética. *Arqueología y Territorio*. Granada, n. 1, 2004, pp. 155-165.

CLÍMACO, Joana Campos. Impactos da romanização em Alexandria: Alguns debates bibliográficos. *História Revista*, Goiânia, v. 14, n. 1, jan./jun. 2009, pp. 261-290.

CLÍMACO, Joana Campos. A construção da Alexandria ptolomaica na historiografia contemporânea. *Mare Nostrum*. São Paulo, v. 1, 2010, pp. 26-36.

DONADONI, S. O Egito sob dominação romana. In: MOKHTAR, G. *História Geral da África II: África antiga*. Brasília: UNESCO. P. 2010, pp. 191-213.

DUBY, Georges. *Atlas histórico mundial*. Madrid: Editoria Debate, 1987.

EZQUERRA, Jaime Alvar. Dependencias reales e imaginarias en el mito y en el culto de Isis. *ARYS : Antigüedad, Religiones y Sociedades*. V. 3, 2000, pp. 177-189.

FANTACUSSI, Vanessa Auxiliadora. *O culto da deusa Ísis entre os romanos no século II: representação nas Metamorfoses de Apuleio*. 2006. 96 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2006.

FARIA, Selma. Estudo da temática decorativa de "Ísis aleitando Hórus". *Sapiens – Revista de História, Patrimônio e Arqueologia*, n.5, 2011, pp. 31-49.

FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, coleção Repensando a História, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo; Silva, Maria Aparecida de Oliveira. *Política e identidade no mundo antigo*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

GRALHA, Júlio C. M., *A Legitimidade do poder no Egito Ptolomaico: cultura material e práticas mágico-religiosas*. 2009. 284f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas de Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

_____. *Deuses, faraós e o poder*. Rio de Janeiro: Barroso Produções Editoriais, 2002.

GRANT, Michael. *O mundo de Roma*. Tradução de Jorge Sampaio. São Paulo: Arcádia Limitada, 1977.

GRIMAL, Pierre, *A civilização romana*. Tradução de Isabel St. Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1993.

HINGLEY, Richard. Recriando coerência sem se reinventar romanização. *Revista Aulas*. N.2 – out./nov. 2006, pp.1-15.

JOLY, Martine. *Introdução a análise da imagem*. Rio de Janeiro: Editora Papirus, 2004.

LA FUENTE, Maria A. A.de, Iconografía de las divinidades alejandrinas. *E-Excellence Biblioteca Virtual*. Madrid, 2006.

_____. El culto isíaco em el Imperio Romano. Cultos diários y rituales iniciáticos: Iconografía y significado. *Boletín de la Asociación de Egiptología*. Madrid. n. 12, 2002, pp. 207-232.

LE MOS, Rennan de Souza; FÁBIO, Amorim Vieira. Práticas mortuárias no Egito e na Núbia sob o reino Novo Egípcio: avaliando o emaranhamento cultural na África antiga. *Revista de Ciências Humanas, Viçosa*, v.14, n.2, jul./dez. 2014, pp. 302-325

LOBIANCO, Luís E. *A Romanização no Egito: Direito e Religião* (séculos I a.C. – III d.C.). 2006. 432f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

MEDINA, Sinval F. *Dicionário de história da civilização*. Porto Alegre: Globo, 1973.

MENDES, Norma Musco. O conceito de Romanização: uma reflexão. *ANPUH – XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo, 2007, pp. 1-9.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*. N. 115, p.103-117, 1983.

OUTEIRO, Marina P., A introdução do culto à grande mãe em Roma. *Revista Historiador Especial*. Porto Alegre, ano 3, n. 1, jul. 2010, pp. 19-36.

PARENTE, Paulo André Leira. As Religiões e os Cultos Orientais de Mistério na Roma Imperial: a orientalização da sociedade e da religião romana. In: *Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Editora UGF, v. 21, n. 2, 1998, pp. 232-255.

PARRA, Amanda Giacon. ROSSI, Andrea Lucia Dorino de Oliveira Carvalho. A variedade de temas em Marcial e a possibilidade da análise das religiões estrangeiras. *Anais da Jornada de estudos Antigos e Medievais*. Maringá, 2009, pp.1-6.

PARRA, Amanda Giacon. Priapo: um deus oriental na Roma do principado. *Anais da Jornada de estudos Antigos e Medievais*. Maringá, 2008, pp. 1-16.

PARRA, Melina de L. *Poder e representação: Cleópatra e as formas de apropriação da imagem de Ísis*. 2010. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2010.

PETIT, P. *A civilização helenística*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

PINTO, Renato. O impulso para Romanizar. *Revista de E. F. e H. da Antiguidade*, n. 22/23, jun 2006/jun 2007.

PORTANTIER, Gabriel Mabel. La devoción a Isis entre las mujeres: una perspectiva epigráfica. *Argos (em línea)*. V. 34, n.1, 2011, pp. 71-95.

RECIO, Mirella Romero. El templo de Isis em Pompeya: los restos que han nutrido um mito. *Arys*, Madrid, n.9, 2011, pp. 229-246.

RIAD, H; DEVISSE, J. O Egito na época helenística. In: MOKHTAR, G. *História Geral da África II: África antiga*. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 161-190.

RODRIGUES, Zwinglio. O Cristianismo e as Religiões de Mistérios: Aproximações e Distanciamentos. *Dokimos*. Disponível em: <http://www.blogdokimos.com/wp->

content/uploads/2010/11/O-Cristianismo-e-as-Religi%C3%B5es-de-Mist%C3%A9rios.pdf. Acesso em: 26 abr. 2014

SALVÁ, Mercedes. Isis y Sarapis: difusión de su culto en el mundo grecorromano. *Minerva: Revista de filología clásica*, n. 6, 1992, pp. 161-192.

SANTOS, Poliane V. dos. *Religião e sociedade no Egito antigo: uma leitura do mito de Ísis e Osíris na obra de Plutarco (I d.C.)*. 2003. 150f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2003.

SANZI, Enio. *Cultos orientais e magia no mundo helenístico-romano. Modelos e perspectivas metodológicas*. Organização e tradução: Silvia M. A. Siqueira. Fortaleza: Editora UECE, 2006.

SCARPI, Paolo. *Politeísmos: as religiões do mundo antigo*. Tradução: Camila Kintzel. Org. da edição brasileira: Adone Agnolin. São Paulo: Hedra, 2004.

SILVA, Gilvan Ventura. Um exemplo de polêmica religiosa no século II d.C.: a oposição Ísis x Atargatis nas Metarmofoses de Apuleio. *Revista Dimensões*. N. 9, 1999, pp. 27-39.

SILVA, Bruno dos Santos. Romanização e os séculos XX e XXI. *Mare Nostrum*, n.2, 2011.

TENERRO, Hipólito P. Isis, la gran maga. *Espacio, Tiempo y Forma*. Madrid, n. 15, 2002, pp. 11-26.

VASQUES, Marcia S. *Crenças funerárias e identidade cultural no Egito Romano: máscaras de múmia*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____ As estatuetas de terracota e as práticas religiosas privadas no Egito greco-romano. *Rev. Do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 14, 2004, pp. 103-116.

Estruturas escondidas: o método de escavação por decapagem mecânica e o estudo das habitações Aristé

Hidden Structures: the excavation method by mechanical stripping and the study of Aristé habitations

*Michel Bueno Flores da Silva*¹

Resumo

Devido a necessidade de debate sobre o emprego de maquinário pesado em escavações arqueológicas controladas, este trabalho visa apresentar, sumariamente, um possível histórico do uso de equipamentos mecânicos em escavações arqueológicas, o método de escavação em área ampla por decapagem mecânica e um esboço sobre o seu potencial analítico. Consideramos de grande importância trazer à tona o debate sobre este método de escavação, pois o seu emprego em projetos de arqueologia de contrato permite a aplicação de uma abordagem pouco vista nos mesmos. Tal abordagem estaria, então, relacionada ao estudo de sítios arqueológicos em nível comunitário, através de uma apropriação da Arqueologia das Unidades Habitacionais que vem sendo empregada no estudo das habitações Aristé escavadas pelo método decapagem mecânica no Amapá.

Palavras-chave: Maquinário pesado; Decapagem mecânica; Arqueologia das Unidades Habitacionais.

¹ Doutorando em Arqueologia pelo Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. Gerente de Subgrupo de Atividades no Núcleo de Pesquisa Arqueológica (NuPArq) do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA). Pesquisador do Laboratório de Arqueologia dos Trópicos (ARQUEOTROP).

Abstract

Due to the need for debate about the employment of heavy machinery in controlled archaeological excavations, this article aims to present, summarily, one potential history of the use of mechanical equipment in archaeological excavations; the wide area excavation method by mechanical stripping; and a sketch about its analytical potential. We consider of great importance bring to light the debate on this method of digging because its use in contract archeology projects allows the application of a rarely seen approach in them. Such approach would then be related to the study of archaeological sites at the community level, through an appropriation of the Household Archaeology that have been employed in the study of Aristé dwellings dug by mechanical stripping method in Amapá.

Keywords: Heavy machinery; Mechanical stripping; Household Archaeology.

Introdução

Com base em uma demanda observada em conversas com colegas do Programa de Pós Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP), este trabalho que possuía como foco inicial a demonstração dos métodos de análise tipológica e espacial aplicados no projeto de mestrado intitulado *Aldeias e Organização Espacial dos Povos Produtores da Cerâmica Aristé: contribuições para uma Arqueologia das Unidades Habitacionais da costa atlântica do Amapá* (Silva, 2016), realizado sob orientação do arqueólogo Eduardo Góes Neves no Laboratório de Arqueologia dos Trópicos (ARQUEOTROP – MAE/USP) e em colaboração com o Núcleo de Pesquisa Arqueológica (NuPArq) do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), teve o seu foco alterado para abordar uma questão diferente, mas não de menor importância, que é o emprego de equipamentos mecânicos em escavações arqueológicas controladas no âmbito da arqueologia preventiva e o seu potencial analítico.

O projeto supracitado visa estudar a partir dos pontos de vista espacial e tipológico, das cerâmicas e das estruturas antrópicas, três sítios habitacionais filiados à Fase Aristé e localizados na costa norte do estado do Amapá. Estes três sítios foram

escavados em área ampla através do método de decapagem mecânica pela equipe do NuPArq/IEPA, em projetos de arqueologia preventiva, e os resultados destes resgates permitem, hoje, uma melhor compreensão do contexto doméstico inter e intrassítio das habitações dos povos produtores dessa cerâmica que possui uma grande área de ocorrência na costa atlântica amazônica, compreendendo desde a foz do rio Amazonas, no Amapá-Brasil, até a o rio Approuague, em Régina-Guiana Francesa, com uma duração de mais de 1.000 anos, do século I ao contato com os europeus, e conhecida arqueologicamente desde o fim do século XIX (Saldanha; Cabral 2014).

Como este método de escavação ainda é pouco disseminado na arqueologia brasileira, buscamos apresentar um breve levantamento sobre o seu histórico de uso e sobre a sua aplicação nos trabalhos de arqueologia no Amapá, realizados pela equipe do NuPArq/IEPA. Visando abordar, desta forma, o potencial de sua aplicação e instigar o debate sobre o emprego deste método de escavação, uma vez que temos referências do seu uso em trabalhos de arqueologia preventiva em outras regiões do Brasil (cf. Caldarelli 2001; Souza, 2013 para descrições de aplicações de diferentes tipos de maquinários em diferentes contextos arqueológicos) e do mundo (cf. Cave e Stockton 1979; Condon; Egan 1984; Van Horn, Murray; White 1986; Odell 1992). Outro ponto que motivou a elaboração deste trabalho é o fato de que a simples menção do emprego de maquinário pesado em escavações arqueológicas é objeto de estranhamento entre arqueólogos e não-arqueólogos.

Ressaltamos de início que apesar de não-convencional e pouco discutido, o emprego de equipamentos mecânicos em trabalhos arqueológicos tem ocorrido há pelo menos 50 anos em diversas partes do mundo e os resultados de sua aplicação possibilitam o uso de abordagens pouco vistas na arqueologia de contrato brasileira, devido a fatores limitantes como tempo e recursos disponíveis. Uma dessas abordagens é a da Arqueologia das Unidades Habitacionais, onde através da escavação por decapagem mecânica temos a possibilidade de observar a distribuição espacial das estruturas antrópicas e dos vestígios arqueológicos em área ampla, permitindo a compreensão do contexto doméstico em nível comunitário com possíveis inferências de áreas de atividades e das dinâmicas que regiam estes grupos.

Foi com base nessa premissa que buscamos, no estudo dos sítios habitacionais filiados à Fase Aristé no Amapá, a aplicação de uma abordagem voltada para a

Arqueologia das Unidades Habitacionais, onde a escavação em área ampla por decapagem mecânica permitiu abordar temas ainda pouco explorados, com possibilidade de vislumbrar questões relacionadas ao cotidiano e organização social dos povos produtores dessa cerâmica milenar a partir do contexto doméstico (Silva; Saldanha 2015). No tópico intitulado *Potencial Analítico* é apresentado um esboço do que entendemos como Arqueologia das Unidades Habitacionais.

Por fim, gostaríamos de sugerir que, ao contrário do que parece, o emprego deste método de escavação em projetos de contrato, em geral, não causa um aumento excessivo de gastos, pois o maquinário costuma estar presente na área a ser estudada devido à implantação dos empreendimentos, sendo necessária apenas uma adaptação deste maquinário para o seu uso em escavações arqueológicas, como iremos ver adiante na descrição do método de escavação em área ampla por decapagem mecânica, refletindo, portanto, mais uma questão de logística do que propriamente monetária.

Histórico de Uso de Equipamentos Mecânicos em Escavações Arqueológicas

Apesar de parecer um método atual, o uso de maquinários em escavações arqueológicas já estava sendo discutido nos anos de 1960 na Inglaterra, quando a *Conference on the use of Mechanical Aids in Archaeology* foi patrocinada pelo *Council for British Archaeology* (CBA) em outubro de 1965. Segundo Betts (1966), nessa conferência ficou claro que a arqueologia estava entrando em uma nova era mecanizada, onde era necessário discutir o emprego de equipamentos para movimentação de terra em escavações arqueológicas, dando ênfase ao conhecimento por parte dos arqueólogos das capacidades das máquinas empregadas, bem como a necessidade de instruir precisamente o operador da máquina sobre o trabalho a ser realizado.

Como o uso de maquinário pesado em projetos arqueológicos pode ser aplicado em duas etapas de campo, tanto em prospecções na abertura de trincheiras e poços-teste, quanto em escavações através da abertura de áreas amplas, iremos nos limitar a descrever apenas alguns trabalhos arqueológicos, os quais julgamos

imprescindíveis para o presente trabalho, que abordam o uso de equipamentos de movimentação de terra na sua segunda categoria de aplicação.

O registro mais antigo que encontramos sobre a aplicação de maquinário pesado em escavações arqueológicas derivou das escavações realizadas por Iain C. Walker nas atividades de reconstrução da fortaleza de Louisbourg no Canadá em 1961 (Walker 1967). Neste trabalho, devido ao tempo limitado e em uma tentativa para produzir informações suficientes, foram introduzidas várias técnicas de escavação, sendo uma delas o uso de retroescavadeira Davis anexada à traseira de um Trator Massey-Ferguson 65 para escavação arqueológica sob circunstâncias cuidadosamente controladas (Fig. 1). O emprego do maquinário possibilitou a evidência dos escombros de um dos baluartes destruídos da fortaleza.



Fig. 1. À esquerda, abertura de trincheira através do uso de maquinário com deposição do sedimento nas laterais da mesma; à direita, perfil de uma das trincheiras abertas com a máquina e limpa manualmente (Walker 1967: 14 e 16).

Nos Estados Unidos, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, encontramos os primeiros registros de uso de maquinário pesado em Illinois (Fig. 2) (Emerson et al. 2006; Emerson; Walthall 2006). Após a aprovação da Lei de Auxílio Federal à Rodovia de 1956 que previa “que os departamentos rodoviários usassem fundos para conduzir escavações de salvamento arqueológico em sítios ameaçados pela construção”, o Departamento de Transporte de Illinois (IDOT) emitiu uma diretriz para os seus engenheiros, onde dizia que “ruínas que possuem valor histórico não

devem ser desnecessariamente destruídas”, instruindo os mesmos a resgatar ou preservar os sítios (Emerson et al. 2006: 156).



Fig. 2. Ao fundo equipamento pesado, Scrêiper, limpando a zona arada em uma escavação arqueológica do Projeto FAI-270 (Emerson; Walthall 2006: 169).

Após a aprovação desta Lei, duas organizações de arqueólogos profissionais foram criadas, a *Illinois Archaeological Survey* (IAS), localizada dentro da *University of Illinois at Urbana Champaign* (UIUC), e a *Midwest Archaeological Conference* (MAC). Em 1959, o IDOT, o IAS e a UIUC assinaram um acordo de cooperação que continua com sucesso até os dias atuais, entre a comunidade arqueológica e o IDOT (Emerson et al. 2006).

No período inicial dos trabalhos oriundos desse acordo, o arqueólogo Charles Bareis trabalhou como “supervisor” e também como “a equipe de escavação” em contextos de salvamento arqueológico em jazidas de empréstimo de terra para a construção de estradas no vale do Mississipi. Nesses trabalhos ele tinha que, literalmente, correr atrás dos tratores *scrêipers* (motoniveladoras) que realizavam a remoção da terra, delimitando e escavando as estruturas arqueológicas que apareciam após a passada do maquinário (Emerson et al. 2006).

Segundo Emerson et al. (2006: 156-157), esse contexto de aproximação entre arqueólogos e empreiteiros foi de extrema importância para o futuro da arqueologia de Illinois, com a introdução em primeira mão para a força destrutiva e o potencial

construtivo do maquinário pesado que “em umas poucas passadas pode revelar, em uma visão plana, todos os componentes arqueológicos” dos sítios. Através de “tentativa e erro” os arqueólogos do UIUC passaram a conhecer a variação de desempenho dos diferentes tipos de equipamentos. Com base nas suas experiências, os autores afirmam que o emprego correto e supervisionado de equipamentos para movimentação de terra, os tornam especialmente adequados para a realização de pesquisas arqueológicas, permitindo assim a recuperação de vestígios arqueológicos em áreas amplas.

Segundo Emerson e Walthall (2006: 169), o uso dessas técnicas permitiu que os arqueólogos da Universidade de Illinois pudessem propor um projeto de pesquisa que focasse em estudos na escala da comunidade, possibilitando, pela primeira vez na América do Norte, que os arqueólogos pudessem ser realmente capazes de ver o desenvolvimento da vida em assentamentos sedentários, como foi o caso com os centros monticulares de Cahokia e seu entorno. Neste contexto, a escavação de muitos milhares de metros quadrados permitiu a exposição, escavação e registro de milhares de estruturas que possibilitaram melhor compreensão dos sítios, bem como, das formas de ocupação da paisagem e, não menos importante, da sequência cronológica da região.

No início dos anos 1990, através dos trabalhos de Aad H. Versteeg (Bartone e Versteeg 1997), são iniciadas as escavações por decapagem mecânica no Caribe. O melhor registro dessas atividades se dá no ano de 1994 quando é escavado o sítio de Tanki Flip, onde as atividades de escavação não tinham como foco principal a recuperação de um número máximo de artefatos, mas sim a definição das estruturas e da organização social do assentamento.

Para isso foi realizada a remoção mecânica do solo superficial através do uso de pá carregadeira. Após essa remoção foi evidenciada a dispersão horizontal das estruturas, as quais, buscando a preservação do registro para a realização de trabalhos futuros, tiveram apenas metade de seu conteúdo escavado. Nesse trabalho foi dada grande ênfase ao registro individual de cada estrutura, com foto, desenho, mapeamento e coleta de seus respectivos conteúdos, permitindo assim a posterior espacialização de todas as estruturas expostas (Fig. 3). Através dessa espacialização, os

autores apresentam diversas hipóteses sobre a ocupação desse sítio, bem como áreas de atividades específicas em seu interior (Bartone; Versteeg 1997: 100-101).

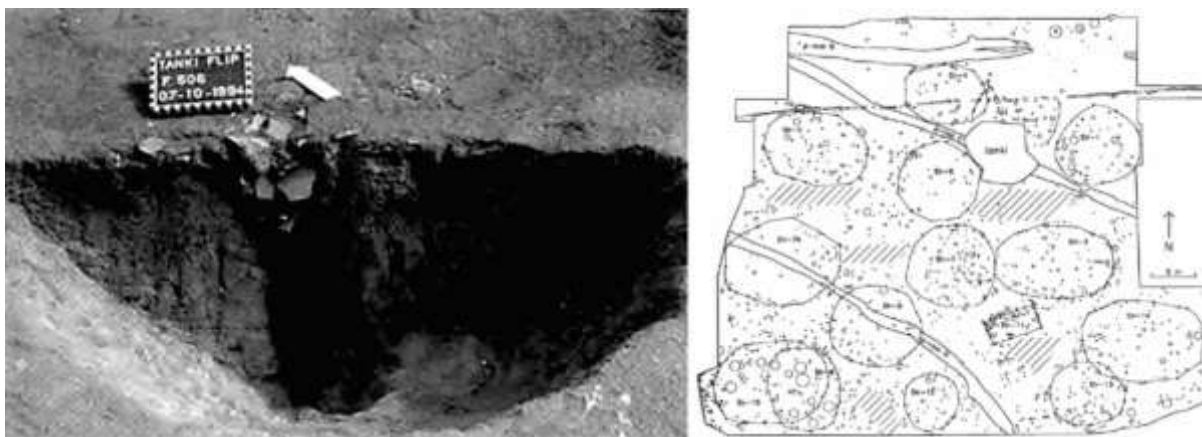


Fig. 3. À esquerda, corte escavado manualmente expondo o contraste do perfil de uma estrutura de buraco de poste; à direita, planta baixa da área escavada com círculos indicando as casas e zonas hachuradas indicando espaços públicos ou áreas de atividades específicas no assentamento (Bartone; Versteeg 1997: 27 e 101).

Os anos de 1990 também foram marcados pelos primórdios da arqueologia preventiva na Guiana Francesa (BSR 2007: 100), atualmente conhecida por escavações em área ampla através do emprego de auxílio mecânico que, a partir dos anos 2000, vão influenciar as escavações por decapagem mecânica no Amapá, como veremos a seguir.

As primeiras escavações arqueológicas por decapagem mecânica no Amapá foram realizadas em 2007, através de uma parceria interinstitucional entre o NuPArq/IEPA e o *Institut National de Recherches Archeologiques Préventives* (INRAP) da Guiana Francesa. Na ocasião a arqueóloga Dra. Sylvie Jéremie do INRAP realizou treinamento em campo com os arqueólogos do NuPArq na escavação através do uso de maquinário pesado, em especial escavadeira hidráulica com concha lisa – sem dentes –, método que já se encontrava em uso na Guiana Francesa desde os anos de 1990 e na França desde os anos de 1980. Esse treinamento foi realizado nas atividades do *Projeto de Levantamento e Resgate Arqueológico na Área da Mina do Projeto Ferro Amapá (MMX)*, coordenado por João Saldanha e Mariana Cabral (Saldanha; Cabral 2009). O uso desse método de escavação pelos pesquisadores do NuPArq/IEPA vem

sendo empregado, quando possível, em projetos de arqueologia preventiva desde então.

O Método de Escavação em Área Ampla por Decapagem Mecânica

Através das descrições em relatórios de campo (Saldanha; Cabral 2009; 2012) e da experiência pessoal deste autor, como membro da equipe do NuPARq/IEPA, as etapas da escavação por decapagem mecânica, realizadas no Amapá, podem ser descritas da forma apresentada a seguir e ilustradas na Fig. 4.

Após a identificação e confirmação superficial do sítio, é realizada uma prospecção em sub-superfície visando identificar a estratigrafia do sítio, ou no caso de sítios impactados são observados os perfis já expostos.

Em seguida é realizada a disposição da malha de escavação (Fig. 4A), que será utilizada como referência para a coleta superficial, bem como, para a decapagem mecânica controlada por arqueólogo. A malha, geralmente, é composta por quadras de 5x5 metros e as coordenadas geográficas dessa malha são coletadas através do uso de nível topográfico (teodolito) ou estação total, permitindo o controle das coletas e o planejamento da escavação.

Após a coleta de superfície, é iniciado o processo de decapagem que consiste na remoção de camadas de 2 a 5 cm de profundidade através do uso de uma retroescavadeira ou escavadeira hidráulica, ambas equipadas com concha lisa, sem os dentes (Fig. 4B). Durante a decapagem, os materiais que vão aparecendo são coletados de acordo com a referência da quadra onde se encontram e rotulados como decapagem mecânica, permitindo a sua diferenciação do material oriundo da coleta superficial.

A medida que as estruturas afloram à superfície, são delimitadas e sinalizadas com uma colher de plástico e a decapagem continua a partir destas. Após ser finalizada a decapagem nessa quadra é realizada, manualmente, a remoção do sedimento solto que sobra na superfície da quadra (Fig. 4C).

A partir deste ponto é iniciada a escavação manual das estruturas evidenciadas (Fig. 4D). No processo de escavação das estruturas, cada estrutura recebe um número de identificação e todo material associado encontrado é coletado e plotado na sua

ficha de registro individual e os vestígios que se encontram estruturados são mantidos para serem registrados em conjunto através de fotografia e plotagem, como pode ser observado na imagem. Na etapa de escavação manual as evidências botânicas, faunísticas e também as amostras de carvão para datação são coletadas seguindo o mesmo rigor de registro. São realizadas também coletas de sedimento em diferentes profundidades das estruturas.



Fig. 4. Etapas do método de escavação por decapagem mecânica. A) Piqueteamento; B) Decapagem; C) Limpeza da área decapada; D) Escavação manual; E) Registro e F) Plano de topo da área escavada (Fotos no acervo do NuPArq/IEPA).

Após a escavação e evidência da forma da estrutura, é feito o desenho do plano de topo e do perfil, a descrição em ficha com informações sobre a sua natureza, composição e observações adicionais, bem como o registro fotográfico (Fig. 4E). Por fim, é realizada a coleta de seu conteúdo estruturado, para que, em seguida, sejam obtidas as informações topográficas da estrutura com registro, através de nível topográfico ou estação total, das coordenadas geográficas de seus limites norte, sul, leste e oeste, indicados no plano de topo, e também da sua profundidade através do ponto central.

O registro topográfico da área escavada é de suma importância, uma vez que permite que o plano de escavação (Fig. 4F) possa ser reconstituído digitalmente em laboratório através do uso de softwares de geoprocessamento. O emprego desses softwares em trabalhos arqueológicos abre uma nova gama de possibilidades interpretativas devido à grande quantidade e variedade de dados com os quais podem ser trabalhados (Wheatley e Gillings 2002; Connolly e Lake 2006). Após a abertura da primeira quadra são iniciadas as etapas de escavação manual e ambas seguem ocorrendo concomitantemente com a escavação mecânica, não havendo a necessidade de paralisação de uma para a realização da outra, permitindo, portanto, celeridade no processo de escavação.

Como evidenciado por meio do levantamento, a escavação através do uso de escavadeira hidráulica é apenas um dos possíveis métodos de escavação em área ampla com auxílio mecânico. Contudo, este parece ser o método que apresenta melhor capacidade de controle durante a escavação, pois permite maior sintonia entre o arqueólogo e o operador da máquina, facilitando a comunicação entre ambos e a paralisação do trabalho ao ser evidenciada uma estrutura arqueológica. Esta sintonia é dificultada no uso de motoniveladoras e pá-carregadeiras, onde as estruturas são visíveis apenas após a passagem do maquinário por cima da área em processo de decapagem.

Apesar das diferentes escalas, podemos associar o conjunto “concha e braço da escavadeira” ao conjunto “colher de pedreiro e braço do escavador”, onde controlado pelo arqueólogo, o primeiro se apresenta de forma equivalente ao segundo, possibilitando controle minucioso na remoção das camadas artificiais e precisão no processo de evidenciação dos aspectos do registro arqueológico.

Potencial Analítico

Uma vez que os sítios são escavados em área ampla com evidência e escavação individual das estruturas, e com coleta e registro efetuados através do rigor apresentado anteriormente, temos a possibilidade de buscar compreendê-los em nível comunitário através de uma abordagem da Arqueologia das Unidades Habitacionais. Ao usar este termo, estamos fazendo referência ao que entendemos como um subcampo da arqueologia que visa estudar em microescala os vestígios materiais das unidades habitacionais, de forma a identificar e reconstituir em macroescala, tanto as áreas de atividades quanto as relações sociais presentes através dessas atividades, possibilitando o levantamento de inferências sobre as formas nas quais as sociedades se organizavam para a sua realização e como incorporavam o espaço definido por nós como assentamento, bem como, a própria paisagem que os compõem.

As unidades habitacionais, por sua vez, podem ser definidas como o nível em que grupos sociais se articulam diretamente com processos sociais e da paisagem (Wilk e Rathje 1982; Tringham 2012), sendo, portanto, dinâmicas (em função, forma e atividades comportamentais), fluídas e adaptáveis, incorporando unidades sociais distintas (Foster e Parker, 2012). Segundo Blanton (1994: 5) elas podem ser formadas por “um grupo de pessoas corresidentes em uma habitação ou complexo residencial”, caracterizando “unidades residenciais orientadas para tarefas” que irão compartilhar “atividades domésticas e tomada de decisões”. Essas relações compartilhadas são conceituadas através de ações repetitivas baseadas nos interesses sociais, econômicos ou ideológicos que unem esses grupos corresidentes e formam a trajetória das comunidades (Blanton 1994; Foster; Parker 2012).

Segundo Wilk e Rathje (1982: 618) as unidades habitacionais são compostas por três elementos: “(1) o *social*: unidade demográfica, incluindo o número e as relações dos membros; (2) o *material*: habitação, áreas de atividades e propriedades; e (3) o *comportamental*: atividades que desempenha”. Desta maneira, as unidades habitacionais seriam “um produto de uma estratégia doméstica para encontrar as necessidades produtivas, distributivas e reprodutivas dos seus membros” (Wilk; Rathje 1982: 618).

Felizmente, para nós arqueólogos, apesar de serem entidades sociais, as unidades habitacionais vivem na cultura material e a produzem, sendo esta um reflexo de interações dialéticas entre grupos locais e maiores processos regionais (Wilk; Rathje 1982; Foster; Parker 2012; Briz; Madella 2013). De acordo com Wilk; Rathje (1982: 618) a “cultura material pode ser pensada como uma concha cuja forma reflete o formato demográfico e as atividades das unidades habitacionais”. Portanto, ao escavarmos as habitações e artefatos domésticos devemos inferir as “unidades habitacionais” das habitações ou dos complexos residências em estudo (Wilk; Rathje 1982: 618). Através da análise da cultura material em nível de assentamento “os arqueólogos podem estudar a adaptação social” (Tringham 2012: 83), diferenciando como as unidades habitacionais exploram ou difundem oportunidades para a diferenciação social dentro de uma comunidade através das mudanças nos modos de produção, acesso à recursos e padrões de consumo visíveis no registro material (Foster; Parker 2012).

Contudo, concordamos com a visão de Silva (2003), onde a arqueologia das unidades habitacionais não deve ser direcionada apenas para a compreensão dos processos de produção domésticos das unidades sociais, mas, também, para os agentes produtores com os respectivos significados e importância social atribuídos às diferentes ações que constituíam essas unidades domésticas. Desta forma, temos em mãos um elemento chave para buscar, através dos resultados das escavações arqueológicas em área ampla, as relações sociais que podem vir a possibilitar uma análise em nível comunitário.

É, portanto, com base nessa perspectiva de Arqueologia das Unidades Habitacionais que vemos um grande potencial analítico no emprego de equipamentos mecânicos para a realização de escavações em área ampla por decapagem mecânica, uma vez que através deste método de escavação temos a possibilidade de observar as estruturas fundacionais dos sítios arqueológicos, possibilitando a inferência de áreas de atividades por meio da correlação das estruturas antrópicas entre si e com os outros vestígios arqueológicos.

Considerações Finais

Através do nosso breve levantamento pode ser observado que, como feito com grande riqueza por Souza (2013), baseado em outras referências bibliográficas, o método de escavação por decapagem mecânica, apesar de parecer inovador e agressivo, tem sido utilizado há mais de cinquenta anos em todo o mundo, com publicações demonstrando o potencial positivo de sua aplicação em trabalhos de arqueologia preventiva, desde que sejam observadas as capacidades das máquinas, dadas as devidas instruções ao operador e realizados todos os procedimentos de campo que possibilitem o registro eficiente dos sítios escavados.

Deve ser enfatizada a constatação de Souza (2013: 168), onde é sugerido que a escavação através do uso conjugado de maquinário pesado com os métodos tradicionais, possibilita a visualização e maior compreensão do contexto arqueológico, trazendo “à tona toda a carga simbólica do próprio processo de formação do registro arqueológico”. Também enfatizamos que a nossa intenção neste artigo é a de revelar algumas das potencialidades do emprego da escavação por decapagem mecânica, ao invés de “advogar a substituição dos métodos tradicionais de escavação [...] pelo emprego de maquinário pesado [...]” (Caldarelli 2001: 89).

Vemos essa necessidade de abordar as suas potencialidades, uma vez que no âmbito da arqueologia de contrato nos encontramos inseridos na necessidade de registrar e resgatar efetivamente contextos arqueológicos em face a recursos escassos, os quais exigem de nós uma certa adaptação e maleabilidade metodológica que permita o estudo e preservação da cultura material. Contudo, não é por estarmos buscando a preservação da cultura material de povos passados que devemos nos limitar apenas aos seus aspectos puramente materiais, mas que, na realidade, podemos buscar também as suas relações sociais.

É nesse contexto da busca pelas relações sociais através do estudo da cultura material, que observamos na escavação em área ampla por decapagem mecânica grande potencial para a realização de análises espaciais nos sítios escavados, onde a partir da análise dos artefatos arqueológicos em conjunto com a distribuição espacial das suas estruturas, podemos, através da abordagem da Arqueologia das Unidades Habitacionais, levantar inferências sobre as áreas de atividades contidas em seu interior, fortalecendo o levantamento de dados para estudos espaciais inter e intrassítios em nível de organização comunitária.

Através das escavações por decapagem mecânica é possível, portanto, o estudo e compreensão de sítios em tamanha escala que geralmente não são possíveis através dos métodos tradicionais, ou que para alcançá-los por estes seriam necessários muitos meses, até anos, de trabalhos e altos custos.

Por fim, gostaríamos de enfatizar que o emprego cuidadoso e controlado de dispositivos mecânicos, no âmbito do resgate arqueológico, é uma alternativa para os estudos das atividades realizadas no passado, principalmente quando se trata de contextos domésticos, onde temos amplas áreas de dispersão de vestígios arqueológicos. Portanto, é com base nesse potencial que vemos a necessidade de incluir a aplicação deste método de escavação nos debates atuais, uma vez que nos encontramos em um contexto de ampliação e disseminação da disciplina arqueológica com surgimento de novos cursos de graduação, bem como, de empresas de arqueologia de contrato.

Nesses debates futuros, devemos, então, focar na discussão frutífera sobre o emprego de auxílios mecânicos em escavações arqueológicas, para que este possa vir a integrar a gama de métodos de escavação válidos do fazer arqueológico nacional, possibilitando a discussão e disseminação de seu uso.

Referências bibliográficas

BARTONE, R.N., e VERSTEEG, A.H. The Tanki Flip Features and Structures. In: Versteeg, A.H. and Rostain, S. (Ed.), *The Archaeology of Aruba: The Tanki Flip Site*. Archaeological Museum Aruba and the Foundation for Scientific Research in the Caribbean Region, Oranjestad, 1997, pp. 23-126.

BETTS, M.E. Conference on Mechanical Aids in Excavation. *Kent Archaeological Review*. Issue 3 – Spring: 19. 1966. Disponível em: <http://cka.moon-demon.co.uk/KAR3AND4/KAR3AND4_mechanical.htm>. Acesso em: 10 de dezembro de 2015.

BLANTON, R. E. *Houses and Households, a comparative study*, Plenum Press, New York. 1994.

BRIZ, I. I. G. e MADELLA, M. The Archaeology of Household – an Introduction. In: Madella, M., Kovács, G., Berzsényi, B., and Briz Godino, I. (Ed.). *The Archaeology of Household*. Oxbow Books, Oxford, 2013, pp. 1-5.

BSR. Archéologie de la Guyane française: historique des recherches, résultats récents (1991-2006), faiblesses, forces, avancées et perspectives. In : Direction Régionale Affaires Culturelles/DRAC (Ed.). *Bilan scientifique de la région Guyane 2004-2005*. Service Régional de l'Archéologie, Cayenne, 2007, pp. 96-160.

CALDARELLI, S.B. O emprego de maquinário pesado na pesquisa arqueológica por contrato. *Revista do CEPA*, v. 25, n. 33, 2001, pp. 81-90.

CAVE, J.B. e STOCKTON, J. Remote sensing for shipwreck location: or, all your problems solved. *Australian Archaeology*, n. 9, 1979, pp. 60-61.

CONDON, K.W. e EGAN, K.E. The Use of Power Equipment on Moderately Wooded Sites. *Journal of Field Archaeology*, v. 11, 1984, pp. 99-101.

CONOLLY, J. e LAKE, M. *Geographical Information Systems in Archaeology*. Cambridge University Press, New York, 2006.

EMERSON, T.E. e WALTHALL, J.A. Building on the Past: The Archaeology of Large-Scale Transportation-Related Corridors. In: Lonzy, L. R. (Ed.) *Landscapes Under Pressure: theory and practice of cultural heritage research and preservation*. Springer Science + Business Media, United States of America, 2006, pp. 163-180.

EMERSON, T.E. WALTHALL, J.A. FORTIER, A.C. e MCEL RATH, D.L. Advances in American Bottom Prehistory: Illinois Transportation Archaeology Two Decades After I-270. *Southeastern Archaeology*, v. 25, n. 2, Winter, 2006, pp. 153-167.

FOSTER, C. P. e PARKER, B. Introduction: Household Archaeology in the Near East and Beyond. In: Parker, B. J. e Foster, C. P. (Eds.). *New Perspectives on Household Archaeology*. Eisenbrauns, Winona Lake, 2012, pp. 1-14.

ODELL, H.G. Bewitched by Mechanical Site-Testing Devices. *American Antiquity*, v. 57, n. 4. 1992, pp. 692-703.

SALDANHA, J.D.M. e CABRAL, M.P. *Projeto de Levantamento e Resgate Arqueológico na Área da Mina do Projeto Ferro Amapá (MMX): Relatório Final*. IEPA, Macapá. 2009.

_____. *Projeto de Levantamento e Resgate Arqueológico ao Longo da Rodovia BR-156, Amapá. Trecho entre o Igarapé do Breu e Oiapoque*. IEPA, Macapá. 2012.

_____. A longa história indígena na costa norte do Amapá. *Anuário Antropológico/2013*, v. 39, n. 2. 2014, pp. 99-114.

SILVA, F.A. Grupo doméstico e a produção cerâmica dos Asurini do Xingu. Uma contribuição para os estudos de household archaeology. In: Curtoni, R. e Endere, M.L. (Ed.). *Análisis, Interpretación y Gestión en la Arqueología de Sudamérica*. UNICEN, Olavarría, v. 2. 2003, pp. 151-164.

SILVA, M.B.F. *Aldeias e Organização Espacial dos Povos Produtores da Cerâmica Aristé: contribuições para a arqueologia das unidades habitacionais da costa atlântica do amapá*. (Dissertação de Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-30092016-092921/>>. Acesso em: 2017-07-13.

SILVA, M.B.F.; SALDANHA, J.D.M. Análise intrassítio de aldeias relacionadas à Fase Aristé: Contribuições para uma *Household Archaeology* da Costa Atlântica do Amapá. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 20. 2015, pp. 229-235.

SOUZA, R. A. Arqueologia em fábricas paulistas, entre chaminés e estacionamentos. Ou dos métodos para escavar uma fábrica. *Revista CPC (USP)*, n. 16, 2013, pp. 136-173.

TRINGHAM, R. Households through a Digital Lens. In: Parker, B. J. e Foster, C. P. (Eds.). *New Perspectives on Household Archaeology*. Eisenbrauns, Winona Lake, 2012, pp. 81-120.

VAN HORN, D.M., MURRAY, J.R. e WHITE, R.S. Some Techniques for Mechanical Excavation in Salvage Archaeology. *Journal of Field Archaeology*. v. 13, 1986, pp. 239-244.

WALKER, I.C. Excavation With a Backhoe. *Ontario Archaeology*, n. 10, 1967, pp. 12-17.

WHEATLEY, D. e GILLINGS, M. *Spatial Technology and Archaeology: the archaeological applications of GIS*. Taylor e Francis, London. 2002.

WILK, R. R., e RATHJE, W. R. Household archaeology. *American Behavioral Scientist*, 25. 1982, pp. 617-639.

Os falos nas pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara em São Raimundo Nonato – Piauí

The phalluses in rock paintings in the Serra da Capivara National Park in São Raimundo Nonato - Piauí

*Michel Justamand*¹

Resumo

O Parque Nacional Serra da Capivara está localizado no estado brasileiro do Piauí. Desde os anos 70 do século passado se intensificaram as pesquisas no Parque, conduzidas por Niède Guidon. Ainda hoje uma missão científica francesa atua na região, agora liderada por Eric Böeda. As pinturas rupestres foram o deflagrador do investimento científico no local. Esse fato permitiu ao Parque o reconhecimento nacional e internacional. Tornando-se patrimônio universal da humanidade reconhecido pela UNESCO, desde 1991. Neste breve artigo, destacaremos as cenas com antropomorfos masculinos e a presença simbólica dos falos. O objetivo, com a temática rupestre das representações fálicas, busca entender o que os artistas desejavam com essas cenas. Serão analisadas algumas dessas cenas fálicas em uma seleção independentemente das tradições rupestres no artigo.

Palavras chave: falos, pinturas rupestres.

Abstract

The Serra da Capivara National Park is located in the Brazilian state of Piauí. Since the 70s of last century, years intensified research in the park, conducted by Niède Guidon. Today a French scientific mission acts in the region, now led by Eric Boeda. The cave

¹ Pós-Doutor em Arqueologia – UNICAMP. Docente de Antropologia do INC – Benjamin Constant e do PPGSCA/Manaus ambos da UFAM.

paintings were the triggering of scientific investment on site. This allowed to the Park National and international recognition. Becoming universal heritage of humanity recognized by UNESCO since 1991. In this short article, we will highlight scenes with male anthropomorphic and symbolic presence of phalluses. The goal, with the rock theme of phallic representations, seeks to understand what artists wanted with these scenes. Will analyze some of these phallic scenes in a selection regardless of rock traditions in the article.

Keywords: phalluses, rock art.

Introdução

As pinturas rupestres são pinturas feitas nas rochas. Muitas foram produzidas pelos primeiros habitantes do Brasil e em todo o território nacional, e, algumas perpetradas no Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC e em sua circunvizinhança. Pelo que nos parece, tais pinturas tinham o objetivo de revelar aspectos da história, em especial, dos possíveis primeiros habitantes da região nordestina (Justamand 2014c: 63).

Consideramos que as pinturas rupestres estariam impregnadas em si de elementos comunicativos e educativos (Justamand 2012b). Consideramos ainda que nelas estivessem implícitas cenas do cotidiano humano de sua época, ou seja, um período entre 6 e 12 mil anos antes do presente, para a maioria das pinturas rupestres do PNSC. Por suas características, cientistas chamam os conjuntos dessas pinturas, por terem características comunicativas e alguma similaridade, de tradições rupestres. Entre as tradições rupestres sugeridas pelos estudiosos estão a Nordeste e a Agreste. A primeira com caracteres mais narrativos de atividades cotidianas e já as pinturas da segunda não apresentam cenas “reconhecíveis” e, muitas vezes, se sobrepõe nas cenas das da tradição Nordeste (Justamand 2010). Lembrando das afirmações recentes de Niède Guidon e Gabriela Martin, em *A onça e as orantes: uma revisão das classificações tradicionais dos registros rupestres do NE do Brasil*, novos estudos sobre as tradições rupestres têm modificado as formas de ver, pensar e refletir o “propósito” daquelas pinturas. Tal fato tem ocorrido, em alguns casos, a partir das sugestões

apontadas nesses registros arqueológicos há um processo de reinterpretação entre os pesquisadores (Guidon; Martin 2010).

Parece-nos que as pinturas rupestres expunham os costumes e as práticas, permitindo a outros grupos ou as suas futuras gerações que reutilizassem informações ali contidas (Justamand 2010). Elas representavam em suas cenas aspectos do cotidiano, como: caça, sexo, parto, brincadeiras, lutas sociais, danças, namoro, ritos (Martin 1984). E, como nos parece, tinham várias funções, inclusive, revelando, provavelmente, que a vida de seus produtores/pintores era muito dinâmica (Justamand 2010).

Os caçadores e coletores produtores/usuários das artes rupestres, mesmo com a possível demora para elaborarem e realizarem as pinturas rupestres, eles tinham condições de vida dignas, com outras possibilidades de sociabilidades, aplicavam uma parte significativa de suas vidas cotidianas às visitas e encontros sociais. Dedicando-se também aos mais diversos modos de divertimentos, como lembra Marshall Sahlins (1978: 28). E do mesmo modo entretinham-se com os lazeres, como a dança, por exemplo (Leakey; Lewin 1982: 172).

As pinturas rupestres funcionavam como uma das formas de transmissão integrada dos conhecimentos acumulados ao longo de anos e conviria para uma dada cultura. As rochas eram utilizadas como uma espécie de “lousa” para as populações que as produziam, mostrando práticas mantidas ao longo do tempo. Por meio delas, os grupos intercambiavam informações, o que lhes possibilitava desfrutar das condições reais de vida (Justamand 2010).

Neste item contamos um pouco sobre o início das pesquisas na região do PNSC. Noutro momento refletimos sobre a presença das pinturas rupestres dentro e fora do parque. Em outro ainda, abordaremos a especificidade da presença dos falos nas cenas rupestres, que em alguns casos, estão acompanhados das vulvas. Lembrando que a definição do feminino rupestre mais usada na região do parque é-nos fornecida por Anne-Marie Pessis (2003: 116). Segundo a autora as vulvas aparecem apenas nas cenas sexuais. Onde eles tinham a intenção explícita de mostrar a ação sexual. E a identificação feminina fica por conta da exteriorização da cavidade vaginal. Aparecendo como complemento da zona genital. Assim, para ela, não é o sexo feminino que transparece nas cenas, mas sua função de receptor dos falos. A autora

ainda afirma que as escolhas dos pintores rupestres são pela função nas cenas, esquecendo-se de outros pormenores nas figuras humanas (Justamand 2012a: 123). Apresentaremos algumas imagens das pinturas para enriquecer as discussões. E apontaremos as últimas considerações para que todos os leitores possam fazer também suas inferências posteriormente.

O início dos estudos no Parque Nacional Serra da Capivara

As pesquisas arqueológicas no Brasil têm início ainda no século XIX, com o naturalista Peter Lund. Depois, com o incentivo e interesses políticos de D. Pedro II, cria-se o Museu Nacional, onde foi designada uma área dentro do museu dedicada à arqueologia. Mas é no século XX que os estudos tomam contornos mais próximos dos de hoje; especialmente depois que equipes de especialistas e pesquisadores que integravam missões estrangeiras se formaram, a arqueologia e seus objetos ganham profundidade e pesquisas mais intensas (Justamand 2014b: 119).

Uma das missões que vieram trabalhar no país foi a Franco-brasileira. Essa missão ficou encarregada de desenvolver estudos nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Piauí. A parte que se destinava a estudar no estado do Piauí foi liderada por Niède Guidon. A partir desses incentivos financeiros e acadêmicos, muitos sítios arqueológicos foram encontrados, mais de 1000 na Serra da Capivara (Justamand; Oliveira 2015). Dentre esses sítios, centenas têm pinturas rupestres (Justamand 2011: 6). Esses estudos e pesquisas foram responsáveis pelas primeiras datações dos achados arqueológicos no País, em especial das pinturas rupestres, e pela sua devida inserção no contexto cultural pré-histórico nacional.

O PNSC, onde está localizado hoje o maior número de sítios arqueológicos com cenas rupestres, é reconhecido, desde 1991, como Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO (Justamand, Funari e Alárcon-Jimenez 2018). Condição que garante a preservação do parque para as visitas e estudos das futuras gerações.

As pinturas rupestres no parque

Desde que passaram a viver em sociedade, os humanos criaram formas de se expressarem e comunicarem seus desejos, amores, realizações, sabores e dissabores proporcionados pela vida. Temos como certo que a arte, a rupestre especialmente, por estar espalhada por todo o mundo, foi, sem dúvida, senão a primeira, uma das primeiras formas intencionais dos humanos de compartilharem seus conhecimentos informativos (Azevedo Netto 2013) e socioculturais (Justamand 2006). E as pinturas têm presença entre essas práticas de expressões humanas. Contribuindo e muito com o nosso desenvolvimento cultural, social e também biológico (Klein e Edgar 2005). As artes vieram, inclusive, antes da linguagem escrita como conhecemos atualmente (Justamand 2010).

Sob a nomenclatura de arte rupestre, entendem-se todas as inscrições, pinturas ou gravuras deixadas pelos humanos em suportes como as pequenas pedras que se pode carregar nas mãos ou ainda foram executadas em paredões rochosos. O termo rupestre vem do latim *rupes-is*, que significa suporte rochosos ou rochedo. Elas são obras imobiliárias, que em muitos casos, não podem ser removidas do local onde foram plasmadas (Prous 1992: 510). Foram gravadas nas paredes e tetos de abrigos nas cavernas ou ao ar livre, como é o caso das pinturas dos paredões da região de Pacaraima, em Roraima. Foram feitas pelos primeiros artistas e artesãos há milhares de anos atrás. Na Europa, há mais de 35 mil anos, já no Brasil, as mais antigas estão próximas de 30 mil anos, como sugerem as pesquisas mais recentes na Serra da Capivara (Justamand 2010). As pinturas rupestres estão divididas em três conjuntos analíticos, que foram definidos como tradições (Nordeste, Agreste e Geométricas) pelos pesquisadores que atuam no PNSC. As Geométricas são compostas por elementos que denominamos atualmente como retas, círculos e outras formas desconhecidas; outra tradição é a Agreste composta, em geral, por figuras antropomorfas sem movimentos, normalmente sobrepostas às da tradição Nordeste, nos mesmos sítios arqueológicos; e por último, a tradição Nordeste que é a mais pintada. É nessa tradição que aparecem “representadas” cenas da vida cotidiana em diversos afazeres, como as caçadas, as cenas de lutas sociais ou conflitos (Justamand et al. 2017b), mas também parece que os nossos ancestrais representaram cenas de amamentações (Justamand et al. 2017a), sexo e as mais diversas formas da sexualidade humana (Justamand, Funari e Alárcon-Jiminez 2016).

As pinturas rupestres são representações estéticas da vida, das ações e dos afazeres humanos. Representam também em suas formas alguns desejos mais sensíveis, ou os desejos mais recônditos, como a sexualidade (Justamand; Funari 2017). Mostram em suas representações os falos e as vulvas (Funari; Justamand 2014). São expressões das necessidades humanas (Justamand 2006: 32) do período, e foram deixadas pelos primeiros grupos que habitaram o local.

Existe, até, a possibilidade de que os grupos ancestrais possuíssem especialistas conforme sugere Sahlins (1978: 24), em representar pintando nas rochas os interesses comunitários. Eles não funcionariam como profissionais das artes como os de hoje, que fazem arte como trabalho para viver; as suas artes nas rochas integravam a rotina da comunidade. Assim, reforçavam tradições culturais dos grupos e/ou contribuíam construindo e renovando os vínculos tradicionais ao domínio ritualístico (Gaspar 2003).

Nas pinturas rupestres podemos ver representadas algumas séries temáticas variadas como: lutas sociais, caçadas, rituais (ver Fig. 1), sexualidades em diferentes posições e de parto (Justamand 2012a). Mas aparecem em grande quantidade, na Serra da Capivara, as representações das cenas de sexo, algumas com grupos de humanos atuando, outras ainda com duplas e/ou trios. Em muitos casos, nos inúmeros sítios arqueológicos dentro e fora do parque, as cenas simulam falos e vulvas humanas (Justamand 2015a, b).



Fig. 1. Cena de ritual com falos a mostra. Toca da Extrema II. Parque Nacional Serra da Capivara/PI. Acervo do Autor.

As pinturas rupestres tinham um papel importante para os usuários, porque elas garantiram a permanência de muitos conhecimentos ao longo do tempo. Saberes que eram transmitidos aos integrantes dos grupos humanos que coexistiam no mesmo território. Esse território que hoje conhecemos como Brasil. Para nós, elas propiciam novos entendimentos a respeito da presença humana mais antiga no Brasil, por estarem afixadas nas rochas desde há milhares de anos. E sem dúvidas, foram frutos de grandes esforços técnicos, físicos e materiais dos grupos. Assim, como também foi o empenho de outros humanos em muitos outros locais do mundo (Justamand 2010).

Os falos nas pinturas rupestres

Há muitas cenas de pinturas rupestres representando relações sexuais com a presença de falos no parque e na sua circunvizinhança (Justamand 2015a). Parece-nos que o sexo era um ato natural de ser representado nas rochas, transformando-as em rochas de livres prazeres (Justamand 2014c). Os pintores pré-históricos, tanto os africanos quanto os brasileiros, ou mesmo australianos, e ou ainda, os do velho mundo (Europa e Ásia), apresentavam em suas cenas rupestres reproduções das cópulas humanas nas posições as mais variadas, com até certo realismo. Nas pinturas rupestres africanas, há uma série de homens mascarados com gigantescos falos eretos, prestes a penetrarem mulheres em posição ginecológica (Ki-Zerbo 1982: 669).

A representação dos falos nas cenas da sexualidade é uma temática bastante recorrente nas pinturas rupestres feitas no parque, especialmente as da Tradição Nordeste, em toda a região de sua abrangência, inclusive na Serra da Capivara em São Raimundo Nonato – PI (Justamand e Funari 2014). São comuns cenas de sexo entre duas pessoas de sexos diferentes (ver Fig. 2), mas há cenas com três antropomorfos e há até mesmo em grupos. São comuns também cenas com “reproduções” de, supostamente, relações entre humanos e os outros animais, parecendo o que chamamos atualmente de zoofilia e pedofilia (Justamand 2010). Aliás, essas cenas da sexualidade humana aparecem também entre outros povos do mundo (Taylor 1997). E há ainda cenas com representações fálicas e de temas do meio ambiente como as árvores, que podem até simbolizar rituais de cunho religiosos (Martin; Asón 2001).



Fig. 2. Cena da penetração entre antropomorfos de sexos diferentes. Toca do Baixão da Vaca. Parque Nacional Serra da Capivara/PI. Acervo do autor.

Parece-nos certo a possibilidade de que nas representações de excitação coletiva, os falos simulariam “espadas”, ou seja, simbolizariam poderio, virilidade e força, (Costa 2003: 257; Eisler 1996: 138-166). Postulamos, também, que havia muito a fazer naquela época ancestral, diferentemente do que propagam alguns estudos (Fenton s/data), descrevendo que os grupos ancestrais apenas dedicavam seu tempo aos afazeres da mais pura sobrevivência. Vivendo, exclusivamente, a procura da caça de animais e coleta de vegetais, frutas e legumes, para a sua alimentação/sobrevivência.

Pensamos que, sim, havia muito trabalho a fazer, mas também havia alegria, danças, festas, rituais, sensualidade, sexualidade e geração de vida (Justamand 2014a). E também a vida, claro, em sua plenitude. Isso tudo ocorria entre os grupos, como evidenciam as pinturas rupestres com suas inúmeras cenas e temáticas, como lembra Steven Pinker (Pinker 2004: 27). Mas também outros vestígios deixados pelos primeiros ocupantes das terras ditas “brasileiras”, como as cerâmicas, os instrumentos musicais, os colares, os instrumentos de trabalhos e outros vestígios usados em supostos rituais, dos quais desconhecemos seus fins.

Nas pinturas rupestres da Serra da Capivara, há cenas de danças que demonstram, ao menos nos parece, uma carga de sensualidade dos primeiros habitantes (Justamand 2010). A liberação da sensualidade se tornava potencializada,

como energia, e era, dessa maneira, uma das principais, se não a maior, finalidade das práticas sexuais primitivas, em qualquer parte do mundo (Diawara 1973). Dessa maneira, eles se relacionavam de outras formas com as práticas sexuais do que versamos atualmente, sem medos e ou pudores, mostrando em suas cenas a diversidade das possibilidades do ato sexual, ao menos é o que deixaram transparecer nas cenas com muitas formas de sexo, em duplas, trios e grupais (Funari; Justamand 2014). E as cenas estão ali expostas para todos verem e no momento que desejarem. Tudo aberto, livre e fácil de serem vistas.

Embora as pinturas nos “ofertem” algumas cenas, que podem ser consideradas, por alguns, como obscenas, bárbaras e imorais, para observadores atuais (Reed 1980), é preciso lembrar que a sexualidade primitiva está acima do plano religioso e moral (Eisler 1996). Ou ainda, as intenções das pinturas poderiam ser algo que completamente desconhecemos. Compondo uma força cósmica primordial, o Eros teria o poder de harmonizar os ritmos da vida humana com os da natureza (Diawara 1973: 102).

As pinturas com cenas de sexo grupal (ver Fig. 3) ou de humanos com animais (ver Fig. 4) chamam a atenção, pois remetem a um período sem as restrições morais e éticas da tradição religiosa judaico-cristã. Elas apenas demonstram desejo de libertação e transcendência.



Fig. 3. Cena de sexo grupal. Toca do Baixão do Perna IV. Parque Nacional Serra da Capivara/PI. Acervo do Autor.



F Fig. 4. Cena da relação sexual entre dois antropomorfos e outro animal. Toca do Sobradinho. Parque Nacional Serra da Capivara/PI. Acervo do Autor.

Últimas considerações

As cenas de pinturas rupestres, produzidas há pelo menos 12 mil anos, plasmadas nas rochas da cidade de São Raimundo Nonato e circunferência, no estado do Piauí, contribuíam para as formas de comunicação e sociabilização dos grupos do período. Essa contribuição deve ter sido importante para as mais variadas questões do cotidiano dos grupos, como no caso aqui analisado: da sexualidade, inclusive com a presença das genitálias de ambos os sexos (Justamand 2015b). Assim, no que tange a sexualidade nas cenas/imagens plasmadas nas rochas, é possível imaginar que os grupos mais ancestrais que ocuparam a região tinham uma visão mais ampla da questão sexual.

Nossos mais antigos ancestrais da terra *brasilis* deixaram registradas inúmeras possibilidades figurativas, com diversas temáticas, tais como: sexo grupal, em duplas, excitação coletiva (ver Fig. 5) e, ainda, quem sabe pedofilia; lembrando que outras formas estão sob análise para futuras publicações.



Fig. 5. Cena da Excitação coletiva. Sítio Boqueirão da Pedra Furada. Parque Nacional Serra da Capivara/PI. Acervo do Autor

Nesse artigo almejamos demonstrar que as produções rupestres de tempos imemoriais têm contribuição para o entendimento de nossas vidas cotidianas atualmente, entre outras a sexual. Isso porque nossos ancestrais em terras *brasilis*, foram capazes de nos deixar esse legado de saberes múltiplos, de como se relacionar com o outro e se utilizando de variadas formas de comunicação, com o que era possível à época.

Além das questões sexuais apresentadas, graças às presenças dos falos, nos parecem ser marcadores da identidade masculina antropomórfica imagética nas rochas. Porque não surgem apenas em cenas de sexo. Abrolham também em reproduções de supostos rituais, ou em outros momentos, assim, supomos que a sua presença era, antes de tudo, a informação de que para aquela determinada cena, local e ou afazer, o gênero com falo era determinante para aquela dada atividade.

Nossos ancestrais tinham muita clareza sobre as atribuições de cada gênero, como, o que, quando e onde, cada um faz dentro de suas sociedades. Esse fato é o que, ao menos, é o que se nota, nas cenas rupestres plasmadas nas rochas do Parque Nacional Serra da Capivara e em seu entorno, na região do sudoeste do estado brasileiro do Piauí. Fatos demonstrados para um período da história antiga do Brasil estimado pelos estudos arqueológicos, “girando” em torno de 6 a 12 mil anos atrás, período da permanência da tradição nordeste; e no qual se encaixam as cenas apresentadas nesses escritos.

Agradecimentos

A Mário Ribeiro dos Santos Filho, pela condução no PNSC; à FUNDHAM, por ceder laboratórios e biblioteca para pesquisa; à Niède Guidon, pelo apoio institucional.

Referências bibliográficas

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. *A representação e interpretação de um antigo sistema de informação: os grafismos rupestres no Brasil*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

COSTA, Zozilena de Fátima Fróz. *Uma inscrição de mundo a flor da pedra: os processos de comunicação dos povos pré-históricos através da pintura do Parque Nacional da Serra da Capivara (PARNA), Piauí – Brasil*. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica), PUC-SP, 2003.

DIAWARA, Fodé. *O manifesto do homem primitivo*. Trad. Franco de Sousa. Lisboa: Futura, 1973.

EISLER, Riane. *O prazer sagrado. Sexo, mito e política do corpo*. Trad. Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FENTON, Caroll Lane. *A origem do Homem*. Trad. David Jardim Júnior. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/data.

GASPAR, Madu. *A arte rupestre no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GUIDON, Niède e MARTIN, Gabriela. A onça e as orantes: uma revisão das classificações tradicionais dos registros rupestres do NE do Brasil. *Revista Clio – Série Arqueológica*. Vol. 25, n. 1. Recife: EdUFPE, 2010, pp. 11-30.

JUSTAMAND, Michel e FUNARI, Pedro Paulo A. Sexual Scenes in Serra da Capivara Rock Art, Brazil. *Revista Expression, Sexual imagens in prehistoric and tribal art.*, n. 15, março de 2017, pp. 26-35.

JUSTAMAND, Michel e FUNARI, Pedro Paulo A. Representações da sexualidade e dos falos: nas cenas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí muito antes de 1500. *Revista Sodebrás*, vol. 9, n. 99, março/2014, pp. 53-56.

JUSTAMAND, Michel e OLIVEIRA, Gabriel F. A Estrutura da ação social no estudo de grupos humanos pré-coloniais do Parque Nacional Serra da Capivara – PI: um estudo de caso. *Revista de Arqueologia Pública Campinas*, v. 9, n. 2, dez. 2015, pp. 30-41.

JUSTAMAND, Michel; FUNARI, Pedro P. A. e ALARCON-GIMENEZ, Andrés. Arqueologia, turismo e história e o Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC/PI. *Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências, Icó-Ceará*, v.1, n.1, Jan-Abr, 2018, pp. 01-15.

JUSTAMAND, Michel; FUNARI, Pedro P. A. e ALARCON-GIMENEZ, Andrés. *Arqueologia da Sexualidade. Representações das genitálias femininas e masculinas nas pinturas rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara*. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2016.

JUSTAMAND, Michel; FUNARI, Pedro P. A., OLIVEIRA, Gabriel F. e ALARCON-GIMENEZ, Andrés. *Arqueologia do feminino. A mulher não é só sexo na Serra da Capivara. O feminino nas pinturas rupestres em São Raimundo Nonato – PI*. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2017a.

JUSTAMAND, Michel; FUNARI, Pedro P. A.; OLIVEIRA, Gabriel F. e BELARMINO, Vanessa da Silva. *Arqueologia da Guerra. Representações de conflitos nas cenas de pinturas rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara/PI*. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2017b.

JUSTAMAND, Michel. *A mulher rupestre. Representações do feminino nas cenas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí*. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2014a.

JUSTAMAND, Michel. As pinturas rupestres do Brasil: memória e identidade ancestral. *Revista Memorare*. Tubarão, v. 1, n. 2, jan/abr 2014b, pp. 118-141.

JUSTAMAND, Michel. *As pinturas rupestres na cultura: uma integração fundamental*. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2006.

JUSTAMAND, Michel. *Comunicar e educar no território brasileiro: uma relação milenar*. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2012b.

JUSTAMAND, Michel. Corpos em evidência: cenas corpóreas antropomorfas rupestres em São Raimundo Nonato – PI. *Revista Cordis. Revista Eletrônica de História Social da Cidade*. São Paulo: PUC/SP, 2011, pp. 219-245.

JUSTAMAND, Michel. *O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato, Piauí*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

JUSTAMAND, Michel. O feminino rupestre em São Raimundo Nonato (Piauí): muito antes de 1500. *Revista EducAmazônia – Educação, Sociedade e Meio Ambiente*. Humaitá, Ano 5, vol. VIII, 2012a, jan/jun, pp. 121-135.

JUSTAMAND, Michel. Representações das genitálias (falos e vulvas) nas pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara (Piauí, Brasil). In: *XXVI Valcamonica Symposium 2015: prospects for the prehistoric art research 50 years since the founding Centro Camuno*. Capo di Ponte: Edizioni Del Centro, v. 1, 2015b, pp. 147-152.

JUSTAMAND, Michel. Representações dos falos nas pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara - Piauí - Brasil. In: *XIX International Rock Art Conference IFRAO 2015*, Cáceres. Macão: ITM Instituto Terra e Memória, 2015a. v. 1. pp. 113-124.

JUSTAMAND, Michel. Rochas de livres prazeres. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: outubro de 2014c, edição 109, pp. 62-67.

KI-ZERBO, J. A arte pré-histórica africana. In: (org.) KI-ZERBO, J. *História Geral da África*. Trad. Beatriz Turquetti *et al.*, v. 1. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982.

KLEIN, Richard G. e EDGAR, Blake. *O despertar da cultura: a polêmica teoria sobre a origem da criatividade humana*. Trad. Ana Lúcia Vieira de Andrade. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2005.

LEAKEY, Richard e LEWIN, Roger. *Origens; o que novas descobertas revelam sobre o aparecimento de nossa espécie e seu possível futuro*. Trad. Maria Luiza da Costa G. de Almeida. São Paulo: Melhoramentos, 1982.

MARTIN, Gabriela e ASÓN, Irma. Manifestações religiosas na pré-história brasileira. In: BRANDÃO, Sylvana (org.). *História das religiões no Brasil*. Recife: EdUFPE, 2001, pp. 19-38.

MARTIN, Gabriela. Amor, violência e solidariedade no testemunho da arte rupestre brasileira. *Revista Clío, revista do mestrado em História da UFPE*. Recife: EdUFPE, 1984, pp. 27-37.

PESSIS, Anne-Marie. *Imagens da pré-história. Parque Nacional Serra da Capivara*. São Raimundo Nonato: FUMDHAM/Petrobras, 2003.

PINKER, Steven. *Tabula rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: EDUnB, 1992.

REED, Evelyn. *Sexo contra sexo ou classe contra classe*. Trad. Malú Maranhão e Elisabeth Marie. São Paulo: Versus, 1980.

SAHLINS, Marshall. A primeira sociedade da afluência. In: CARVALHO, Edgard de Assis (org.). *Antropologia Econômica*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Sociais, 1978, pp. 07-44.

TAYLOR, Timothy. *A pré-história do sexo: quarto milhões de anos de cultura sexual*. Trad. Ana Gibson. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

O sítio arqueológico e paleontológico Lagoa de São Vitor numa perspectiva dialógica de construção de conhecimento: Pesquisa científica e saber popular

The archaeological and paleontological site Lagoa de São Vitor in a dialogical perspective of construction of knowledge: scientific research and popular wisdom

*Nívia Paula Dias de Assis*²⁶⁰
*Leandro Elias Canaan Mageste*²⁶¹

Resumo

Neste trabalho são apresentadas as ações vivenciadas em projeto de extensão desenvolvido junto a UNIVASF. Realizadas na localidade rural São Vitor, município de São Raimundo Nonato (PI), tais experimentações tiveram como foco a reflexividade sócio educacional a partir de temas como patrimônio cultural, memória social, meio ambiente e turismo de base comunitária. Para tanto, considerou-se como premissa o papel transformador da Educação, por meio da comunicação que fundamenta a valorização das identidades locais, o fomento ao relativismo cultural, a evidenciação da diversidade, a emancipação financeira e a possibilidade real de uma construção comunitária de conhecimento.

Palavras-chaves: Sítio Lagoa de São Vitor, Ciência, Sabedoria Popular, Extensão Universitária

Abstract

In this work, we present the experienced actions in the extension project developed together with the UNIVASF. It was done in the rural area of São Vitor, municipality of São Raimundo Nonato (PI), such experimentations have focused on the socio-

²⁶⁰ Universidade Federal do Vale do São Francisco, np.assis@gmail.com.

²⁶¹ Universidade Federal do Vale do São Francisco, leandromageste@gmail.com.

educational reflexivity rooted in themes as cultural heritage, social memory, environment and tourism of the community base. To accomplish that we considered the transforming role of education by means of, communication, which is the fundamental property of the valorization of local identities, the incentive to cultural relativism, bringing to light the diversity, the financial emancipation and the possibilities of building a realistic community of knowledge.

Key words: Site Lagoa de São Vítor, Science, Popular Wisdom, University Extension

Comunidade e Universidade

O objetivo do presente trabalho é apresentar, para discussão e reflexão, os processos multidisciplinares em torno do patrimônio cultural, que foram experimentados de forma colaborativa na localidade de São Vítor, zona rural do município de São Raimundo Nonato, no interior do Piauí. As ações desenvolvidas são na verdade o resultado das relações de parceria e afetividade estabelecidas entre comunidade e os docentes e discentes da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), particularmente do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial.

Tomando como tema gerador o sítio arqueológico e paleontológico Lagoa de São Vitor, situado no centro do povoado homônimo, entendemos que a gama de interpretações sobre o mesmo, as quais são realizadas por habitantes e por cientistas, torna possível a compatibilidade de significações sobre esse lugar (**Fig. 1**). Desse modo, ainda que se considere o conhecimento previamente construído na academia e institutos de pesquisa sobre os achados arqueológicos e paleontológicos referentes a essa região, o interesse atual tem sido o de evidenciar as identidades locais, bem como as narrativas e saberes tradicionais que vêm sendo historicamente construídos acerca do passado e do meio envolvente, tudo isso considerando a efetivação de uma educação libertadora e transformadora (Freire 2001).



Fig. 1 - Vista geral da localidade São Vitor, com destaque para o sítio arqueológico e paleontológico Lagoa de São Vitor.

Para fins de contextualização, São Vitor trata-se de uma localidade oriunda da Fazenda São Victor – antiga unidade escravista da região. A memória desse passado, por sua vez, encontra-se expressa até mesmo na sua constituição territorial atual: o Território Quilombola de Lagoas, que foi certificado no ano de 2009 pela Fundação Cultural Palmares e pelo Ministério da Cultura. Tal herança do período colonial é bem demarcada na tradição oral.

No sítio Lagoa de São Vitor, propriamente dito, foram encontrados vestígios arqueológicos de natureza diversa, tais como: materiais líticos, fragmentos de cerâmica e louça, estruturas de fogueiras, dentre outros. E, em meio às camadas sedimentadas no fundo da lagoa, inúmeros fósseis pertencentes à megafauna foram identificados: *Scelidotheriinae*, *Glyptodontidae*, *Dasypodidae*, *Toxodontidae*, *Macraucheniiidae*, *Cervidae*, *Panochthus greslebini*, *Eremotherium sp.*, *Tamandua sp.*, *Equus sp.*, *Stegomastodon waringi* e *Palaeolama major* (Guérin; Faure 2008).

Tal cenário fomentou o desenvolvimento do projeto de extensão *Patrimônio Cultural e Turismo Comunitário em áreas quilombolas: o sítio arqueológico e*

paleontológico Lagoa de São Vitor sob a ótica da ciência e da sabedoria popular, vigente entre os anos de 2013 e 2014 (Assis 2013). Na ocasião, foram perpetrados diferentes movimentos, que tiveram como foco a reflexividade a partir de temas como patrimônio cultural, memória social, meio ambiente e turismo de base comunitária. Digno de nota foi o fato das iniciativas partirem da premissa do papel transformador da comunicação²⁶², principalmente no tocante a aspectos como valorização das identidades locais, fomento ao relativismo cultural com a evidenciação da diversidade, rompimento da noção de território dicotomizada entre centro e periferia, incentivos para emancipação financeira, propostas de gestão comunitária do patrimônio, entre outros (TV Caatinga 2014).

Em termos práticos, foram organizadas juntamente com os moradores, atividades que buscaram atingir o cerne do dito projeto: a valorização concomitante dos saberes populares e conhecimentos científicos sobre São Vitor, particularmente referente aos contextos paleontológicos e arqueológicos sedimentados na Lagoa, bem como a possibilidade de utilização dos mesmos para fins de turismo de base comunitária (cf. Maldonado 2009). Para a concretização desse objetivo, vale salientar que desde o início dos trabalhos, ocorreu o levantamento sistemático das publicações científicas sobre o sítio, bem como dos documentos históricos que tratam da Fazenda São Victor. Ao mesmo tempo, foram conduzidas oficinas de registro de história oral; realizadas entrevistas; efetuadas a curadoria, organização e classificação comunitária de materiais paleontológicos e arqueológicos, acondicionados no esquema de guarda compartilhada; elaborados inventários participativos; entre outros.

Durante a realização dos trabalhos, numa esfera complementar, chamaram a atenção dos docentes e discentes da UNIVASF, as demandas noticiadas espontaneamente pelos membros da comunidade, tais como a busca de incentivos para que os jovens e adolescentes (alunos da Unidade Escolar José Caetano dos Santos) dessem prosseguimento aos seus estudos, não evadindo do ambiente escolar,

²⁶² Consiste na coparticipação de sujeitos no ato de pensar, que implica necessariamente numa condição de reciprocidade. Durante a construção de conhecimento trata-se de algo que jamais poderá ser rompido, pois somente no ato de comunicação é possível unir os sujeitos que pensam e um objeto pensado. Este último, que pode ser a própria realidade local, mediatiza o primeiro sujeito do segundo. O objeto que mediatiza os sujeitos interlocutores, pode ser tanto um fato concreto (a sementeira e suas técnicas, por exemplo), como um teorema matemático. Entretanto, em ambos os casos, a comunicação verdadeira não estará na exclusiva transferência ou transmissão do conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua coparticipação no ato de compreender a significação do significado. (Freire 1983).

tampouco se inserindo no fenômeno do êxodo rural. Também foram manifestadas inquietações acerca da infraestrutura local, marcada pela precariedade do abastecimento de água e das vias de acesso; do meio ambiente, em franco processo de devastação da caatinga, repercutindo em intensas secas; problemas na apicultura, com a introdução de plantas exógenas; a não propagação de experiências pautadas na agricultura familiar; e ainda, a frustração em relação à consolidação de um centro de informática, cujos equipamentos adquiridos há quase quatro anos, por meio de projetos específicos do Governo Federal, encontravam-se encaixotados, enquanto a edificação destinada para recebê-los, permanecia inativa.

Paralelamente, foi documentado o desejo de criação de um museu para a guarda e exposição das coleções formadas pela própria população, acompanhada pela divulgação e promoção do patrimônio local. Esse ensejo ficou bem evidente no evento de culminância do referido projeto de extensão, onde os moradores abriram as suas casas para receber os visitantes, improvisando espaços para a exposição de seus patrimônios. Contudo, vale salientar que no momento, encontrava-se incutido nesse desejo, uma concepção próxima de um museu tradicional, vislumbrado como o “lugar das antiguidades” e cenário para a sacralização dos bens materiais que circulavam entre a população.

De todo modo, com as ações desenvolvidas naquela oportunidade, ressaltou-se a relevância da história local e a especificidade dos acervos que foram gerados no decorrer dos anos. Logo, o culminar natural desse processo, levando em consideração os desejos da comunidade, seria a condução em São Vitor de diferentes processos capazes de suscitar narrativas referentes as lutas e conquistas de um povo e assim informar sobre as particularidades de um território, até então situado às margens do contexto regional no que diz respeito as discussões patrimoniais.

Nesse contexto, partiu-se da premissa de que a ampliação da condição discursiva de segmentos alijados ou marginalizados no tocante aos seus aspectos socioeconômicos, culturais e territoriais, pressupõe o empoderamento pelos grupos sociais das narrativas sobre o passado, o presente e até mesmo o futuro, rompendo nesse processo com dicotomias responsáveis pela exclusão de determinados atores, como por exemplo, entre o campo e a cidade; o saber popular e o conhecimento científico; universidade e comunidade, entre outros (Bruni 1989). Em termos práticos,

tal movimento exigiu a elaboração de estratégias compatíveis com a realidade abordada, visando o desenvolvimento local – entendido aqui como a descoberta de vocações entre grupos minoritários, de modo a possibilitar a valorização de sua produção discursiva e, conseqüentemente, simbólica (Lucas; Hoff 2007).

Para todos os efeitos, tendo em vista os propósitos dos trabalhos realizados até o momento em São Vitor, pode-se dizer que a inserção sociocultural vem sendo fomentada a partir da articulação de diferentes perspectivas do saber, incorporando uma diversidade de olhares no que diz respeito ao binômio sociedade e patrimônio. Desse modo, a partir dos referenciais de liberdade e transformação contidos na obra de Paulo Freire (Freire 1967, 1983, 2001), da Arqueologia Comunitária (Tully 2007), da Museologia Social (Moutinho 1993) e dos princípios de sustentabilidade socioeconômica, natural e cultural (Estender; Pita 2014), vêm sendo configuradas estratégias multivocais, comprometidas com os esforços de consolidar a autonomia da população perante o contexto regional e atender às diversas demandas sociais em direção a melhores condições de existência.

No que diz respeito ao passado recente, por exemplo, a região é caracterizada por intensa organização popular, demarcada pelo associativismo e pelas narrativas em torno das negociações e lutas por melhores condições de vida. Sobre os bens naturais e culturais localmente reconhecidos, destaca-se a Pedra de São Vitor, uma formação geológica de grande importância identitária na paisagem natural e cultural da localidade (inselberg de granito) e cuja base comporta a própria lagoa; e, o patrimônio imaterial preservado na realização do Reisado, no Furró-Pé-de-Serra, no artesanato, nas rodas de conversa, nos “causos locais”, entre outras expressões.

Entretanto, são as memórias e significações relacionadas à lagoa, cuja água era descrita em tempos pretéritos como cristalina, que chamam a atenção: lugar de caça (onde os animais bebem água), de reunião de vaqueiros, de reunião de lavadeiras, procissões, lazer, causos, “de saudades das árvores que já morreram”, etc. (Fig. 2). Ressalta-se, que numa área completamente situada na região semiárida do Brasil, com duas estações bem definidas (período de chuvas - dezembro/abril e de estiagem – maio/ novembro) os poucos reservatórios de água existentes apresentam fundamental importância para as condições de sustentabilidade local.



Fig. 2 - Moradores apresentando (com muita tristeza) os restos do extinto “Juazeiro dos Vaqueiros” que ainda existem no entorno da lagoa.

Entretanto, percebe-se que tal dependência era mais intensa em períodos pretéritos, quando ainda não tinham sido difundidas outras tecnologias de captação de água das chuvas (tais como as cisternas artificiais desenvolvidas a pequenos custos) ou implantada a distribuição de água por meio de sistemas adutores. Desse modo, diversas são as funcionalidades e significações presentes na memória local sobre o referido lugar. Estas podem ser instantaneamente percebidas nas inúmeras narrativas dos moradores:

- a) **Sobre a lagoa** - os vaqueiros levavam o gado para beber água diariamente e se reuniam debaixo da sombra de um juazeiro. Tal árvore foi sacramentada como ponto de encontro, de conversas e debates, onde se discutia inclusive sobre a origem dos fósseis que afloravam na beira da lagoa: “Eram pedras ou ossos?”, “Pareciam pedras, mas tinham formato de ossos!”, “Se for ossos, de que tamanho eram esses bichos?”, “Quando viveram?”, “Quando morreram?”. E, debaixo de uma outra árvore mais frondosa, instalavam-se as mulheres

lavadeiras. Tais moradoras faziam da sombra do jatobazeiro o seu principal local de socialização cotidiana: lugar de conversas, cantorias, lazer, banho, religiosidade (procissões penitentes dando voltas ao redor da lagoa com pedras na cabeça) e de intercâmbio vigiado de suas crianças com as outras da localidade. Tudo isso enquanto cumpriam com as obrigações domésticas.

- b) **Sobre a qualidade da água** - no entorno da lagoa eram escavados pequenos buracos chamados “cacimbas”, de onde minava uma água cristalina muito boa para o consumo humano. Algumas vezes tal manancial foi relatado como possuindo até mesmo propriedades medicinais.
- c) **Sobre a cultura material** - para coletar, acondicionar e transportar a água da lagoa e das cacimbas para as residências, inicialmente eram utilizadas cabaças e potes de cerâmica, depois também fazia-se o uso de barris; já os fósseis bem conservados dos animais de maior porte da megafauna eram utilizados como “pedra de lavar roupa” e também como assentos. Destacava-se ainda, em meio à paisagem natural, “ a construção dos cativos”, uma parede de pedras de mais de um metro, que teria sido erguida pelos escravos da Fazenda São Victor. Esta, muito embora já tenha sido quase completamente desfeita, para reaproveitamento das rochas em construções contemporâneas, aparece na memória dos habitantes como sendo testemunha de um “período de muito sofrimento”, onde o coronel “judiava muito dos trabalhadores”, marcado também por lutas e resistências.
- d) **Outros costumes:** nos banhos cotidianos existia uma organização pautada nas diferenciações de gêneros, onde havia inclusive escala de horários. Os homens deveriam realizar sua higiene diária somente à noite, já as mulheres o fariam no final do dia (ainda com clareza), ficando ambos proibidos de frequentar até mesmo as proximidades do local durante os horários pré-estabelecidos como “proibidos”.

Tal quadro revela um cenário multicultural, onde as representações de diversos atores sociais e de distintos momentos históricos encontram-se presentes tanto na configuração assumida pelo território, quanto na memória social, na materialidade produzida, nos festejos e nas ações realizadas pela comunidade. Chama ainda a atenção o fato das relações estabelecidas pela população com o seu patrimônio cultural e natural estarem situadas longe da ótica da sacralidade e do poder institucionalizado: esse patrimônio é naturalmente apropriado e ressignificado constantemente no dia-a-dia.

Encontros e aproximações: processos museológicos e educação transformadora na comunidade de São Vitor

Paulo Freire (1967) caracterizou o esforço educativo por ele proposto como sendo uma tentativa de atuar, dentro de uma sociedade dramaticamente contraditória como a brasileira, em busca de respostas aos desafios impostos por um momento de plena transição, onde escolhas de visões de mundo são mais do que nunca necessárias. Em tal engajamento, a postura proferida já há quase meio século, foi a de uma sociedade que se “descolonizasse” cada vez mais e uma Educação como força de mudança e de libertação. Nesse contexto, as ações pedagógicas deveriam ser motivadoras de posturas de autorreflexão e de reflexão sobre o tempo e espaços próprios, respeitando o homem como pessoa.

Assim, a partir das premissas de um ensino voltado para a transformação social e pautado numa efetiva comunicação, as ações realizadas na localidade São Vitor buscam articular Arqueologia Comunitária, Museologia Social e Desenvolvimento Sustentável, por meio de experimentações diversas. Em tais atividades, além da abordagem sistemática e sócio afetiva do território e da comunidade, na casa dos moradores particularmente de Andreilino Alves de Miranda, têm sido montadas exposições temporárias, de forma colaborativa (fig. 3).



Fig. 3 – Senhor Andreelino Alves de Miranda com seu acervo de fósseis da megafauna, inicialmente acondicionados em “sacas de arroz”.

Nesse contexto, o acervo paleontológico colecionado por tal morador, entre as décadas de 1970 e 2000, por exemplo, corresponde ao principal alvo das construções coletivas com a Universidade (**Fig. 4**).



Fig. 4 – Exposição e oficinas na residência de Andreilino Alves de Miranda.

No intuito de apresentar discursos polifônicos, tais exposições fazem referência às pesquisas acadêmicas desenvolvidas, ao contexto paleontológico local e às interpretações oferecidas pela população sobre esses vestígios. Com isso, busca-se dirimir dicotomias entre o conhecimento científico e a sabedoria popular, problematizando tal patrimônio em diferentes cenários e temporalidades. É digno de nota salientar que tais oportunidades propiciam reflexões sobre as práticas colecionistas e as construções patrimoniais locais.

Sob essa mesma perspectiva também foi montado o Memorial de Dona Marcionília, que pode ser entendido como um “museu casa” de caráter temporário. Trata-se da residência de Dona Marcionília, antiga personalidade de liderança, falecida à aproximadamente cinco anos (Fig. 5).



Fig. 5 – Memorial (casa) de Dona Marcionília.

Neta de escravos, tal senhora era conhecida em toda a região devido às suas habilidades e aos “causos” que relatava sobre a história local, muitas vezes bem diversos das informações presentes nos registros oficiais. Assim, a concepção do memorial sustenta-se, portanto, na afetividade e lembrança popular sobre a moradora. Em tal espaço, são apresentados os ambientes domésticos relacionados às atividades que ali eram executadas e são diluídos os fragmentos da história de vida de “Sunila” (apelido carinhoso empregado à mesma), cuja subsistência também sempre esteve atrelada à lagoa de São Vitor, fonte de água para abastecimento e demais afazeres cotidianos.

Seus contemporâneos são unânimes em relatar a indistinta gama de afazeres cotidianos por ela realizada: *Sunila fazia toda e qualquer atividade doméstica, seja ela destinada aos homens ou às mulheres – cozinhava; pegava água; lavava roupas; lavrava a terra; pastoreava caprinos; caçava; pescava; proferia novenas domiciliares; “negociava” na sede do município; contava “estórias”; ajudava na criação das crianças da localidade (embora nunca tenha casado, nem tido filhos) e gostava de “política”,*

apresentando-se como fiel ouvinte das programações do rádio, em especial as que tratavam da política local.

Frente ao cenário apresentado, fica evidente, portanto, que a busca por uma plena comunicação entre os sujeitos atuantes da universidade e os da comunidade, está transversalmente presente em todos os trabalhos de extensão promovidos. As experiências e vivências locais têm funcionado como ponto de partida e de chegada para as ações efetuadas, e, a partir da apreensão das narrativas comunitárias desenvolvidas sobre o patrimônio e o meio envolvente, tem sido possível observar movimentos reflexivos devotados à cidadania e emancipação sociopolítica e cultural.

Para todos os efeitos, os estudos arqueológicos, as novas concepções museológicas e os direcionamentos voltados para o desenvolvimento sustentável, refletem-se na evidenciação da realidade experimentada por um grupo e concentra-se na percepção que este mesmo grupo tem da realidade, abrindo-se diversas possibilidades de atuação sobre ela. Em termos gerais, essa premissa justifica a montagem de exposições e circuitos temáticos, bem como a condução de experimentações museológicas que abordem os conflitos e contradições sociais, em um processo de análise conjunta (Santos 2002). Por sua vez, no âmbito da Arqueologia, ganham projeção ações referentes à construção e publicização conjunta do conhecimento gerado com as pesquisas, sempre pautadas na multivocalidade e na reflexividade.

Considerações finais

Ao final, vale salientar que as ações efetuadas junto à comunidade de São Vitor foram na verdade os primeiros esforços colaborativos no intuito de refletir dentro de uma perspectiva dialógica de construção de conhecimento entre pesquisa científica e saber popular. De fato, as exposições que foram apresentadas refletiram os diferentes segmentos locais, sendo mediadas e elaboradas em conjunto com os moradores, e estando desse modo, conectadas com suas aspirações e demandas. No processo ficou evidente o potencial da iniciativa em promover a articulação e movimentação social, com impactos expressivos na economia local. Esse quadro tem suscitado reflexões sobre os impactos provocados pelo turismo, bem como o seu potencial em auxiliar no desenvolvimento sustentável.

Outro ponto digno de nota é o volumoso conjunto de informações que vem sendo gerado no decorrer das atividades desde o ano de 2013, no tocante a existência de outras coleções formadas pela população ao longo do tempo, constituídos por fósseis, material arqueológico e documentos históricos. Apareceram também referências a possíveis sítios arqueológicos dispersos pelo território, com presença de material lítico e cerâmico em superfície e até mesmo grafismos rupestres, que serão abordados posteriormente no âmbito da Arqueologia Comunitária.

Para os quadros da Museologia Social, entre os direcionamentos adotados em São Vítor, foi possível constatar as possibilidades de atuação efetiva de propostas assentadas na interdisciplinaridade e verdadeiramente comprometidas com a autonomia sociopolítica de um povo ainda sob o paradigma do coronelismo. Isto, porque a abordagem tem oferecido a possibilidade de construção conjunta de ferramentas que propiciem o reconhecimento de distintas produções simbólicas e discursivas, constituindo *lócus* para reflexão sobre a cidadania, educação e transformações sociais. Evidentemente, a expectativa é a de que esses discursos alternativos gestados fomentem a construção de um novo conjunto referencial de significados e sentidos, que possam ser articulados a partir de um outro conceito de museu. Explicando melhor, assentando-se nos desejos expressos pela comunidade e na vocação expressa no território, tem sido discutida a concepção de um Museu Integral da Comunidade de São Vítor (cf. Scheiner 2012).

De fato, para o caso específico da localidade abordada, a concepção de um museu integral perpassa pela comunicação dos discursos museológicos e museográficos criados pela comunidade de São Vítor, levando em consideração as expectativas e especificidades locais e promovendo a confluência de aspectos como tempo, sociedade, memória, território, paisagem, materialidade e imaterialidade. Vale frisar que a viabilidade do trabalho se sustenta fundamentalmente na sua discussão e (des)construção junto à população, sempre partindo de suas aspirações e demandas no tocante a concepção e gestão de um museu, por sua vez em constante transformação. Nesse movimento, reformulações frequentes são necessárias, tendo em vista o quadro local diagnosticado, as relações firmadas entre os cidadãos e pesquisadores e as percepções e desejos expressos pelos grupos sociais. A consequência direta é a extroversão dos saberes construídos pela própria sociedade

acerca do seu patrimônio, possibilitando o empoderamento do passado, do presente e do futuro.

Referências Bibliográficas

ASSIS, N. P. D. *Projeto de Extensão Patrimônio Cultural e Turismo Comunitário em áreas quilombolas: o sítio arqueológico e paleontológico Lagoa de São Vitor sob a ótica da ciência e da sabedoria popular*. Edital PIBEX, Petrolina, Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2013.

BRUNI, J. C. Foucault: o silêncio dos sujeitos. *Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 1 (1), 1989, pp. 199-207.

ESTENDER, A. C.; PITTA, T. T. M. O conceito do desenvolvimento sustentável. *Revista Terceiro Setor e Gestão – UNG*, 1 (2), 2008, pp. 01-14.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. Direitos humanos e educação libertadora. In: FREIRE, A. M. (org.) *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

GUÉRIN, C.; FAURE M. La biodiversité mammalienne au Pléistocène supérieur – Holocène ancien dans la Région du Parc National Serra da Capivara (SE du Piauí, Brésil). *Rev. FUMDHAMentos*, 1, 2008, pp. 80-93.

LUCAS, L.; HOFF, T. Resistência e emancipação social: a cidadania como condição participante na construção da produção simbólica. In: *Anais do XVI Encontro da Compós*, Curitiba, 2007.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.) *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro, Editora Letra e Imagem, 2009, pp. 25-44.

MOUTINHO, M. Sobre o conceito de Museologia Social. *Cadernos de Museologia*, 1, 1993, pp. 07-09.

SCHEINER, T. C. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, 1 (7), 2012, pp. 15-30.

TULLY, G. Community archaeology: general methods and standards of practice. *Public Archaeology*, 6 (3), 2007, pp. 155-187.

TV CAATINGA. *Ciência e Sabedoria Popular na Lagoa de São Vitor*, 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ULDD3dDbX64>>. Acesso em 01 de janeiro de 2016.

De tiaras e serpentes: a Tradição Polícroma da Amazônia (TPA) através dos sítios Vila Nova II e Conjunto Vilas

Of headbands and serpents: the amazon polichrome tradition through the sites Vila Nova II and Conjunto Vilas

Rafael de Almeida Lopes¹
Jaqueline Belletti²

Resumo

O trabalho pretende discutir comparativamente a presença de cerâmicas da Tradição Polícroma da Amazônia (TPA) em dois contextos: o médio Rio Solimões e o médio Rio Negro. Na primeira área analisaremos a cerâmica do sítio Conjunto Vilas e na segunda com a do sítio Vila Nova II. O Objetivo de compararmos estas duas áreas refere-se à compreensão da dispersão das cerâmicas da TPA por uma extensa área na Amazônia. Nos propomos a complexificar os possíveis significados da variabilidade artefactual pertencente a essa Tradição a partir desses sítios. Percebemos uma grande diferença entre o material de ambos. No Conjunto Vilas, o material é visto em baixa frequência apenas com seus atributos característicos mais reconhecidos e, em muitos casos, tais atributos combinam-se com os de outras fases. Já no Vila Nova II encontramos um material bem característico da TPA da calha do Amazonas. Essa distinção poderia indicar distintos processos históricos regionais.

Palavras-chave: Arqueologia Amazônica; estudos cerâmicos; Tradição Polícroma da Amazônia

Abstract

¹ Laboratório de Arqueologia do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMS); Laboratório de Paisagem e Sociedade (LAPSO-UFS).

² Laboratório de Arqueologia IDSMS.

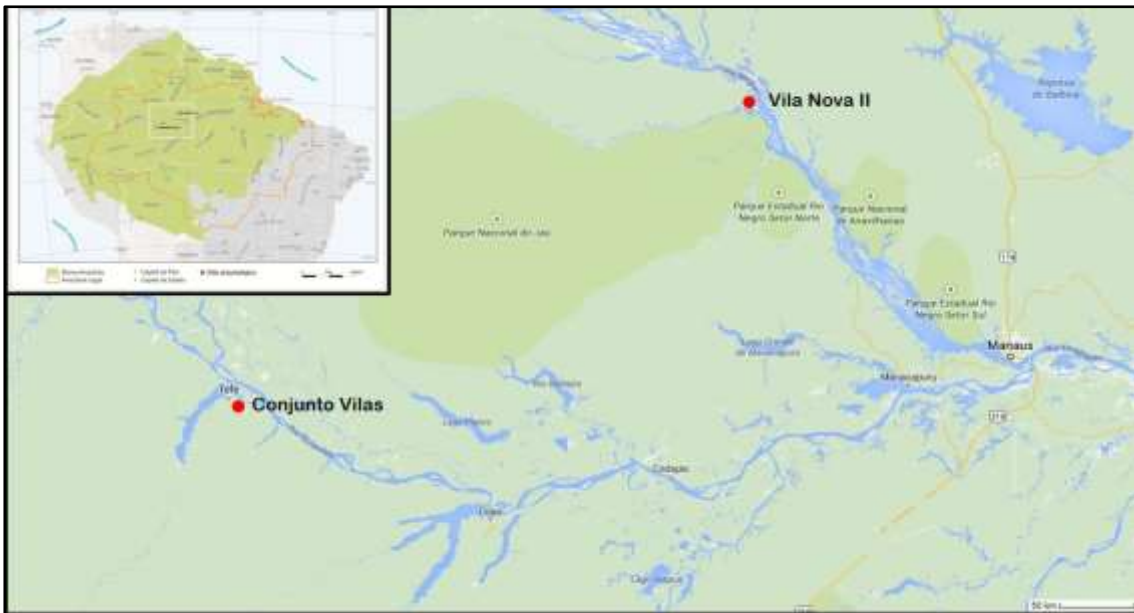
The presente work intends to discuss comparatively the presence of pottery of the Amazon Polichrome Tradition (TPA) in two contexts: the middle Solimões River and the middle Negro river. In the first area, we analysed the pottery of the Conjunto Vilas site and in the second, the Vila Nova II site. The importance of comparing these two áreas refers to the comprehension of the dispersion of TPA pottery for a extensive area. We propose to make more complex the possible meanings of the artefactual variability of this Tradition from these sites. We perceived great distinctions between the potteries on both sites. At Conjunto Vilas, the pottery appears rarely just with its diagnostic traits and, in many cases; these traits combine themselves with traits from other regional phases. On the other hand, at Vila Nova II, we find a very characteristic TPA. That distinction may indicate distinctive regional historical processes.

Key words: Amazonian Archaeology; Ceramics study; Amazonian Polichrome Tradition

Introdução

O presente trabalho³ teve como objetivo esboçar uma comparação da ocorrência da cerâmica da TPA nas regiões do médio rio Solimões e do médio rio Negro através da análise do material cerâmico de dois sítios arqueológicos: “Conjunto Vilas” e “Vila Nova II” (Mapa 1). Nas próximas páginas apresentaremos algumas características gerais da pesquisa e do objeto que serão sucedidas pelos contextos estudados e métodos utilizados, seguidos de um resumo dos resultados da análise cerâmica de cada sítio. Após a análise por sítio passamos para a comparação dos dados levantados e para a discussão sobre as implicações da pesquisa.

³ Esse artigo trata se inspira na pesquisa de Iniciação Científica finalizada em maio de 2015, “Presença e Dispersão da Tradição Policroma da Amazônia (TPA): um estudo arqueológico comparativo entre o médio Rio Solimões e o médio-baixo Rio Negro (AM)” que contou com auxílio da FAPESP à qual aqui agradecemos.



Mapa 1 - Mapa geral da Amazônia com a localização dos sítios Conjunto Vilas e Vila Nova II. Fonte: Google Maps, Marcos Eugênio Brito, 2009.

O objeto da pesquisa, a Tradição Polícroma da Amazônia, é um conjunto cerâmico que possui uma grande dispersão pela Amazônia, caracterizado formalmente pela presença de pintura em tons de vermelho, marrom e preto sobre engobo branco, decoração acanalada, ocorrência de flanges mesiais e urnas antropomórficas. A TPA tem um momento de intensa expansão ao redor do século XI d.C., quando a ocorrência e dispersão de datas aumenta consideravelmente. Contudo pesquisas recentes apontem sua ocorrência a partir do século VI d.C. (Belletti 2015).

Como referido, para compreender melhor essa grande dispersão, a pesquisa comparou o material pertencente a TPA em dois sítios de contextos distintos a fim de evidenciar semelhanças e distinções entre os conjuntos cerâmicos bem como no registro arqueológico, debruçando-se sobre os possíveis significados dos resultados. A seleção dos contextos regionais a serem comparados se deu, pois, ambas as regiões apresentavam datas similares e relativamente antigas para as primeiras ocupações relativas à TPA nas duas regiões (próximas ao sec. IX d.C.).

Por último, a pesquisa também teve como objetivo testar a hipótese de Tamanaha (2012). O arqueólogo, estudando a TPA no baixo Solimões, inferiu que haveria nesse conjunto cerâmico uma manutenção de aspectos morfológicos e decorativos ao longo do tempo e espaço, contrastante com uma maior variabilidade

na tecnologia da produção de pastas usadas para confeccionar os artefatos. Essa hipótese assume que haveria uma importância maior atribuída as formas e a decoração enquanto aspectos relacionados as escolhas de uso de pasta estariam submetidos a fatores conjunturais.

A Tradição Polícroma da Amazônia

As pesquisas mais recentes empreendidas sobre a TPA decorrem daquelas realizadas por Eduardo Neves e os membros do Projeto Amazônia Central (PAC), a partir dos anos 90. Os arqueólogos buscaram responder se a Amazônia Central teria sido um berço de inovações como anunciado por Donald Lathrap nos anos 60 e 70 (Lathrap 1970). Ao mesmo tempo que refutaram essa hipótese através de trabalhos de campo, Neves e seus colaboradores perceberam no contexto da área de confluência dos rios Negro e Solimões um complexo entrelaçamento de grupos e histórias, revelando um panorama diferente do que anteriormente proposto. A TPA, então, foi estudada para entender processos históricos de longa duração e grandes espacialidades produzindo assim um modelo mais centrado na própria especificidade histórica do contexto dessa Tradição (Neves 2013; Moraes 2013; Almeida 2013).

Neves mantém em seu modelo pressupostos sobre possíveis correlações entre dispersão linguística e cultura material e também retoma hipóteses de Lathrap (1970) ao assumir que o ponto de partida da dispersão da TPA seria a expansão de populações falantes de línguas da família Tupi. Para sustentar essas ideias, os arqueólogos buscaram ir além dos estudos cerâmicos, fazendo uma análise contextual dos sítios que visaria, por exemplo, entender a dispersão espacial dos vestígios. Tendo como pressuposto uma relação entre a TPA e grupos de língua Tupi Neves, Moraes e Almeida propõem que a ampla dispersão da TPA se basearia numa expansão rápida e preponderantemente belicosa de populações falantes de línguas Tupi, no caso, começada no Alto rio Madeira ao redor do século VII d.C. As evidências desses conflitos estariam nas estruturas defensivas, como valas e paliçadas, encontradas em sítios na área de confluência e no baixo rio Madeira bem como no desaparecimento das ocupações anteriores ligadas a Tradição Borda Incisa e na ruptura estratigráfica bem marcada que ocorre entre essas tradições (Almeida 2013; Neves 2012; Moraes; Neves 2012).

Belletti (2015) após uma ampla revisão dos dados conhecidos para a TPA e de suas próprias pesquisas realizadas no médio Solimões, como explicaremos adiante, procura discutir alguns dos pressupostos colocados acima para essa Tradição. A autora advoga, de maneira mais enfática, a necessidade de análises de histórias regionais e de múltiplos processos de dispersão da cultura material. Belletti compilou um quadro geral de revisão dos dados da TPA onde percebeu que a maior incidência de datas antigas para a TPA (sec. VIII e IX) estão entre o médio Solimões e médio rio Negro, a essas se soma ainda datas do sec. V que a autora encontrou para o Lago Tefé. Esses dados cronológicos fizeram com que Belletti colocasse em debate a proposta do Alto Madeira como centro de origem da TPA.

Contextos Estudados

O médio Solimões e o sítio Conjunto Vilas

As primeiras pesquisas arqueológicas sistemáticas na área foram realizadas por Peter Paul Hilbert na década de 1950 (Hilbert 1962^a, 1962^b, 1968). Hilbert levantou três fases arqueológicas para região: Caiambé, relativa a Tradição Borda Incisa (TBI); Tefé relativa a TPA, e Japurá, considerada uma expressão local. Após essa primeira etapa houve um hiato entre pesquisas interrompido pelos estudos junto ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) como os trabalhos de Bernardo Costa (2012), Jaqueline Gomes (2015), Furquim (2015) e Jaqueline Belletti (2015).

O médio Rio Negro e o sítio Vila Nova II

As pesquisas sistemáticas no médio rio Negro foram iniciadas durante os anos 70 e tiveram como figura principal o arqueólogo Mario Simões, do Museu Paraense Emilio Goeldi, no âmbito do Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (PRONAPABA). O sítio Vila Nova II está localizado na região onde os arqueólogos classificaram a Fase Manuacá, na margem esquerda do médio curso do rio, que ocorre entre o Rio Jaú e o Rio Cuiuni. A Fase Manuacá, segundo Simões, é a que mais se assemelha, entre a TPA do rio Negro, à Fase Guarita, característica da área de confluência dos rios Negro e Solimões. Esta também foi a Fase que apresentou material mais antigo para a TPA na região, 825 A.D (Simões; Kalkmann, 1987). A

escavação do sítio Vila Nova II, em 2009, localizado em comunidade homônima, se insere num contexto de escavações pontuais na área (Lira 2009).

Métodos de análise cerâmica

A análise cerâmica tratou da produção de dados sobre as tecnologias cerâmicas a partir da identificação dos elementos que a compõem, entre eles: matérias primas, processo de manufatura, morfologia, decoração e possíveis formas de uso. O sentido dessas análises foi tentar mapear uma gama da variabilidade das escolhas tecnológicas, as prioridades dentro destas, e seus significados culturais. Essa abordagem, tratada por Schiffer e Skibo (1992, 1997), e atualizada ao contexto amazônico por Juliana Machado (2007), compreende a tecnologia como dotada de significados culturais, uma ligação entre conhecimentos socialmente significativos e cultura material. As escolhas feitas pelos artesãos, portanto, refletiriam um emaranhado de complexos fatores de ordem social, econômica, ideológica, entre outros. Entre essa variabilidade possível, algumas escolhas seriam privilegiadas pelo conjunto dos artesãos, a partir também desse espectro de fatores. Compreender essa gama de escolhas, no caso trabalhado, possibilita que possamos discutir pontos de contato e distanciamento encontrados entre alguns dos diferentes elementos no registro arqueológico associado à TPA.

Resultados das análises cerâmicas

Conjunto Vilas

A análise detalhada do sítio Conjunto Vilas encontra-se publicada por Jaqueline Belletti (2015). Aqui apresentamos apenas um resumo dessas informações.

O Conjunto Vilas possui a extensão conhecida de 1,5 km de comprimento e se situa numa área de grande concentração de Terra Preta de Índio (TPI), solo reconhecido por sua origem antrópica, com profundidade média de 70 cm, alcançando até 1,2 m em alguns pontos. Foram abertas cinco unidades ao redor do sítio, além de 98 tradagens de onde foram coletados ao redor de 19 mil fragmentos. Belletti percebeu, no registro arqueológico, que não foi possível encontrar pacotes

estratigráficos claros em grande parte das unidades. Havia, no entanto, um padrão de entrecorte de feições ao longo da estratigrafia.

A análise cerâmica do sítio Conjunto Vilas, conduzida pelo método comentado acima, identificou 20 projeções de formas distintas de vasos. Quanto às pastas houve uma predominância de cauxí como antiplástico, encontrado majoritariamente em grandes concentrações. Essa abundância no uso de antiplástico foi encontrada também nas pastas com caraipé. A maioria dos fragmentos foi relacionado a fase Caiambé da Tradição Borda Incisa, que tem como característica a presença de antiplástico cauxí, flanges labiais, decorações por engobo vermelho, incisão e pintura com motivos que incluem unidades alongadas em forma de S com cantos angulares, paralelas ou sobrepostas (Hilbert 1962a). Ocorreu, com uma presença menor, material diagnóstico da fase Tefé (TPA) e, ainda, alguns fragmentos classificados como Tradição Pocó-Açutuba, um material de proveniência ainda mais antiga (entre 1300 a.C. e 500 d.C.). Em toda a estratigrafia houve uma co-ocorrência entre fragmentos diagnósticos da TBI e da TPA, sempre predominando a primeira. Além desse material, um outro conjunto foi identificado. Esse, segundo Belletti (2015), trata-se de um material de fluxo tecnológico entre TPA e TBI, e sendo assim, apresenta a combinação de aspectos característicos de ambos os conjuntos, misturando, por exemplo, técnicas características da TBI para produzir motivos da TPA.

Para Belletti, a multi-componencialidade do sítio Conjunto Vilas se daria não por uma superposição de ocupações, mas por um contínuo contato entre os produtores dessas formas distintas de produzir cerâmica. Esse contato, originário possivelmente de trocas, emulações, encontros durante rituais, entre outras possibilidades, teria possibilitado a existência dessa cerâmica com ocorrência de fluxo tecnológico, na qual aspectos característicos de cada tradição se misturam em novos produtos variando desde cerâmicas “simples” até decoradas urnas antropomórficas (encontradas na região do Lago Tefé). As datações radiocarbônicas (ver tabela) realizadas em material da TPA (sendo 2 delas, as datações mais antigas conhecidas de material da TPA até agora) demonstram que essas relações provavelmente tiveram uma longa duração. As implicações dessas interpretações serão discutidas mais à frente.

Sítio	Material	Contexto	Data Convecional BP	Cal. 2 Sigmas	Cal. A.D
Conj. Vilas	Frag. Cer. PN 991.105	Quadra S1068E1450, feição 14, entre 80-90cm.	1620 ± 30	Cal AD 410 to 550 (Cal BP 1540 to 1400) and Cal AD 560 to 570 (Cal BP 1390 to 1380)	440+50
Conj. Vilas	Frag. Cer. PN 978.8	Quadra S1068E1450, nível 20-30cm.	1610 ± 30	Cal AD 415 to 575 (Cal BP 1535 to 1375)	450+50
Conj. Vilas	Carvão PN1133	Quadra S450E1651, 92cm.	1050 ± 30	Cal AD 990 to 1045 (Cal BP 960 to 905) and Cal AD 1085 to 1135 (Cal BP 865 to 815)	970+30
Conj. Vilas	Frag. Cer. PN	Quadra S1410E1651, nível 50-60cm.	970 ± 30	Cal AD 1030 to 1185 (Cal BP 920 to 765)	1070+50
Vila Nova II	Frag. Cer. PN 103.34	Quadra N1000E1000 Nível 20-30	730 +/- 30	Cal AD 410 to 550 (Cal BP 1540 to 1400) and Cal AD 560 to 570 (Cal BP 1390 to 1380)	1260 +/- 30
Vila Nova II	Frag. Cer. PN 212.1	Quadra N999E1000 Nível 80-90	620 +/- 30	Cal AD 1290 to 1405 (Cal BP 660 to 545)	1330 +/- 30
Vila Nova II	Frag. Cer. PN 113	Quadra N1000E1000 Nível 60-70	1970 +/- 30	Cal BC 40 to Cal AD 80 (Cal BP 1990 to 1870)	40 +/- 30

Tabela 1 Datações para os sítios discutidos



Figura 1: Material cerâmico do sítio Vila Nova II. Foto no canto esquerdo e acima é do fragmento que obteve data de c. 1330 d. C.

Vila Nova II

No sítio Vila Nova II, além de realizadas tradagens assistemáticas, foi aberta uma unidade de 2x1m em contexto de areal. A estratigrafia dessa unidade se mostrou menos complexa, apresentando três camadas: a camada III (0-20cm) apresentou um número pequeno de fragmentos; seguido por um denso pacote de cerâmica polícroma na camada II (20-90); e, por último, a camada I (90-150) conformada por baixa quantidade de material, originada, provavelmente, de percolação das camadas superiores e ocorrências pontuais. As datações feitas para o sítio mostram que a própria camada II parece ter sofrido grande percolação visto seu intervalo cronológico relativamente curto. Ao todo foram coletados 4.464 fragmentos cerâmicos distribuídos conforme os pacotes estratigráficos, havendo um ápice de material ao redor de 40 cm. Duas características se sobressaíram na análise quantitativa do material: A primeira foi o peso significativo do material em comparação a relativamente pequena quantidade de fragmentos, de onde inferimos que haveria uma baixa fragmentação. A outra característica foi a alta porcentagem de material decorado (quase 50% do total) em relação ao material não-decorado, preservando inclusive muitos motivos decorativos completos e linhas pintadas. Acreditamos que essas características decorram das dinâmicas deposicionais presentes na formação do registro arqueológico, nesse caso, o contexto de areal. Segundo Fantuzzi (2010), a preservação da cerâmica passa por diversos processos tanto intrínsecos quanto extrínsecos a si. No Vila Nova II parece que a preservação da decoração provavelmente se deve ao solo arenoso onde o material foi depositado, trata-se de um solo que, por seus grãos acumularem menos água do que solos argilosos, permite uma menor erosão.

A análise qualitativa do material teve, no sítio Vila Nova II, uma amostra de 524 fragmentos entre bordas (319), bases (150) e flanges (55). Entre as bordas, pudemos realizar projeções de forma de quase metade da amostra, totalizando 147 bordas. Esses desenhos revelaram a presença de 21 formas para o Vila Nova II. Dessas, apenas 2 não foram associadas a material diagnóstico da TPA. Esse material que apresentou características marcadas não associadas a TPA ou a nenhuma das tradições locais foi classificado como possivelmente exógeno. Tratam-se de materiais que apresentam

características marcadas formais e decorativas, como predominância de cauxi como pasta e fileiras de motivos unglados aplicadas as paredes dos vasos, mas que não estão relacionadas aos atributos predominantes da produção cerâmica encontrada no sítio. Ao todo, 17 fragmentos com características que chamamos de exógenas foram classificados. Esses fragmentos encontram-se por toda a estratigrafia, mas aparecem em maior quantidade nos níveis inferiores, entre 60-90cm. Embora não tenhamos conseguido traçar os significados da presença desse material, acreditamos que não podemos trata-los apenas como intrusões, sendo necessário buscar compreender sua presença que pode evidenciar, por exemplo, produções locais alternativas ou relações de troca.

Analisando as pastas, pudemos perceber que há predomínio de caraipé em alta concentração (20% ou 30%) como antiplástico principal em 83% dos fragmentos analisados, seguido por caraipé em baixa concentração (8%), cauxi (6%) e outros (3%). Juntamente ao caraipé é muito comum encontrar, em menor concentração, mineral e hematita na pasta dos fragmentos. Sobre a queima das pastas de fragmentos com caraipé em alta concentração, temos uma divisão menos marcada: 43% de pastas claras, 28% de pastas com queima escura apenas no meio, 19% de pastas escuras e 10% de outras formas de queima.

Tratando-se da análise decorativa pudemos identificar algumas maneiras marcadas de acabamento dos vasos. Sobre o alisamento das superfícies vemos que na maioria dos fragmentos há um padrão claro: há um alisamento fino ou polido na parte interior da vasilha que não se repete na parte exterior, em sua maioria com alisamento médio. No caso das bordas há, no lábio, uma variação entre o alisamento encontrado na parte externa e na interna. Entre os tratamentos de superfície predomina o engobo branco externo ou interno. Entre as técnicas decorativas pudemos observar uma significativa variedade, da qual se destaca o acanalado, o exciso e o recorte labial, além das pinturas em vermelho e preto. Mais do que isso, em muitos casos, há uma combinação dessas técnicas para produzir motivos simples e complexos.

A ampla presença de decoração no sítio Vila Nova II e suas condições de preservação nos permitiu observar um número grande de peças com motivos inteiros ou quase inteiros. Esses motivos foram divididos, para facilitar a análise, em conjuntos simples ou complexos. Foram delimitados 4 conjuntos simples, formados por

pequenas intervenções, em sua maioria geométricas, como motivos lineares e triangulares, sendo encontradas em 105 fragmentos dos quais predominaram os motivos lineares (50%). Identificamos 3 conjuntos complexos que foram chamados assim pois possuem mais interferências na cerâmica, às vezes com a combinação de técnicas decorativas, que possuem representações marcadas. Esses estão presentes em 42 fragmentos.

Entre os motivos complexos, o conjunto predominante no Vila Nova II foi o do motivo que aqui chamamos de tiara, seguido de motivos zoomorfos e, por último, uma categoria de outras formas não identificadas. Esse motivo de tiara baseia-se na produção de retângulos e quadrados a partir de uma linha. Essas formas são repetidas num mesmo desenho, sendo produzidas por acanalados e excisões de forma simples ou mais elaborada (ver figura 2). Nesse motivo encontramos similaridade que notamos com os diademas que delimitam o rosto antropomorfo em urnas funerárias policromas como as encontradas no sítio Tauary do médio Solimões (Belletti 2015). Nesses casos de representações complexas nos parece claro que há uma linguagem estabelecida que ordena as representações. Acreditamos tratar-se do que Raymond (1995) chama de gramática de motivos, que iremos comentar mais quando formos comparar os motivos dos dois sítios.

As datas realizadas para o sítio (c.1270 e c. 1330 d.C.) tiveram como um dos objetivos buscar a história dessa representação específica demonstrando que esse motivo em particular tem minimamente ao redor de meio século de existência na área. Esse motivo, como já foi visto, não é exclusivo do sítio Vila Nova II, ele, de fato, aparece em vários sítios policromos, especialmente na área de confluência entre o rio Negro e o rio Solimões onde encontramos essa representação de maneira mais similar à que encontramos no sítio. As datas do material policromo do sítio Vila Nova II também nos ajudaram a responder outras questões. A principal delas foi descartar uma data de 40 d.C. realizada pela pesquisa anterior (Lira 2009). Além disso, as datas localizaram o período de ocupação do sítio ao redor do ano de 1300 d.C. momento em que são encontradas já uma grande quantidade de datas para ocupações relativas a TPA.

A questão cronológica, somada a grande presença de flanges mesiais, também presentes em grandes quantidades na área de confluência, nos leva a pensar em uma

relação possivelmente mais próxima entre a história dos produtores da cerâmica do sítio Vila Nova II e o contexto histórico regional da área de confluência.

Comparação inter-sítio

Comparação cronológica e do registro		
	Conjunto Vilas	Vila Nova II
Componencialidade	Multicomponencial Pocó-açutuba, TBI e TPA	Unicomponencial TPA
Ocorrência de material não associado à TPA	Co-ocorrência de TBI e TPA, predominando a primeira	Presença pontual de material que aparenta ser distinto de TPA
Preservação	Preservação comprometida	Boa preservação e alta remontabilidade
Estratigrafia	Padrão de entrecorte de feições na formação do registro	Pacote enterrado com intensa percolação de material
Cronologia	Datas mostram uma longa duração da co-ocorrência de TPA: sec. V AD até sec. XI	Datas mostram uma curta duração de produção do sítio: entre +1270 AD e +1330 AD

Tabela 2: Comparação cronológica e do registro

Nas informações que levantamos até o momento, podemos identificar amplas distinções entre os sítios e suas matérias. Além da comparação geral da cronologia e do registro arqueológico dos dois sítios (ver tabela 1 e 2) a nossa comparação teve como foco apenas o material da TPA (e, no caso do Conjunto Vilas, o material com fluxo estilístico) presente em ambos. Assim, as amostras estudadas terão mais peso do lado do Vila Nova II que contou com 153 fragmentos diagnósticos da TPA, comparado com os 50 fragmentos do Conjunto Vilas entre material polícromo e de fluxo TBI-TPA.

Indo além do foco de nossa análise para os conjuntos cerâmicos totais encontrados percebemos que os sítios estudados são inversos. O sítio Conjunto Vilas, como já foi comentado, foi classificado como um sítio de ocupação de produtores da TBI com presença de material da TPA, enquanto o sítio Vila Nova II é um sítio de produtores da TPA com pontual e reduzida presença de material de outros conjuntos tecnológicos locais. A presença desse material tecnologicamente distinto está

possivelmente associada, nos dois sítios a trocas entre grupos, embora no caso do Conjunto Vilas tal contexto pareça melhor estabelecido.

Discutindo mais atentamente o material polícromo, podemos fazer algumas comparações quanto aos resultados das análises qualitativas. Sobre as morfologias temos apenas 17 fragmentos da fase Tefé e de fluxo que tiveram suas formas reconstituídas, apresentando 10 formas distintas no sítio Conjunto Vilas. Das 10 formas, 4 demonstraram co-ocorrência entre os dois sítios. Tratam-se de três formas simples e uma composta. As três primeiras podem ser encontradas facilmente entre as tradições cerâmicas amazônicas, não possuindo aspecto diagnóstico por si próprias; são pequenas tigelas. A quarta forma trata-se de uma forma específica e está associada a um alto volume. Ela ocorre 11 vezes no sítio Vila Nova II, mas apenas 1 no sítio Conjunto Vilas. Dessa forma, não encontramos muitas semelhanças entre as morfologias do material da TPA nos dois sítios. Acreditamos, no entanto, que isso se deva mais a problemas amostrais do que a significados culturais dentro da variabilidade cerâmica. Embora possa também tratar-se do mesmo problema amostral, a ausência de flanges mesiais no sítio Conjunto Vilas, contrastada pela presença significativa delas no Vila Nova II pode indicar uma seleção específica de materiais trocados. Nesta seleção, artefatos característicos vindos de outros contextos poderiam integrar a gama das escolhas de um grupo que buscaria, assim, acessar um espectro de elementos dentro da variabilidade artefactual de outro estilo tecnológico, fazendo-o por motivos específicos cuja natureza pode ser simbólica.

Tratando das pastas, vemos novamente uma inversão dentro dos sítios. Nas pastas do material da TPA e de fluxo do Conjunto Vilas predominam as pastas com alta concentração de caixí em queimas claras, tendo pastas com caraipé em alta concentração em pequena quantidade. No Vila Nova II predomina o caraipé em alta concentração também em queimas claras.

Por fim, as técnicas decorativas utilizadas na cerâmica polícroma dos sítios foram os elementos que mais mostraram compatibilidade. Encontramos uma ampla co-ocorrência, para o material da TPA em ambos os sítios, das técnicas reconhecidas dessa tradição: a técnica do acanalado foi a mais recorrente em ambos os sítios, houve também um predomínio nos dois do uso de engobo branco e, em menor ocorrência, o engobo vermelho; amplo uso de pintura vermelha em ambos, seguidos de pintura

preta; e presença menos frequente de inciso e exciso. O sítio Vila Nova II, no entanto, mostrou maior variabilidade de técnicas, como o estocado e o recorte labial, combinados em certos casos para produzir motivos complexos.

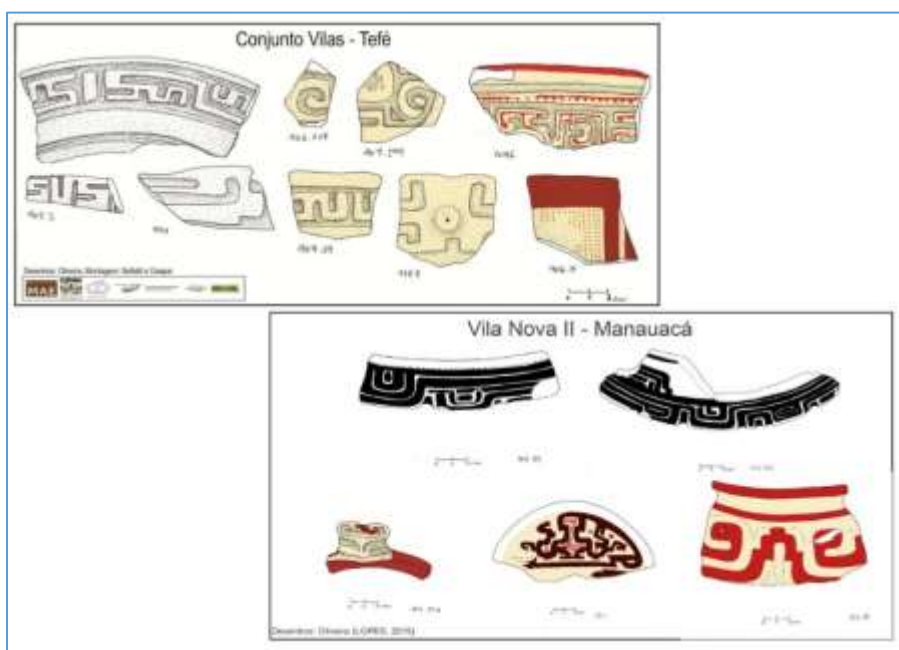


Fig. 2: Motivos cerâmicos dos dois sítios discutidos (desenhos por Oliveira. In: Belletti 2015 e Lopes 2015)

O uso dessas técnicas produziu, entre os sítios, motivos simples similares e motivos complexos distintos. Sobre os motivos simples, podemos ver a predominância em ambos os sítios de motivos lineares, com maior uso de técnicas plásticas no Conjunto Vilas; e uma igualdade entre técnicas plásticas e pintadas no sítio Vila Nova II. Ao nos focarmos nos motivos complexos da TPA nos sítios estudados, novamente há um estranhamento. As imagens representadas se diferem consideravelmente (ver figura 2). A pequena amostragem de motivos complexos do sítio Conjunto Vilas pode ser responsável por essa diferença, no entanto, ao analisar os poucos motivos que podem ser observados nesse sítio, acreditamos que a diferença possa ter um significado cultural.

Enquanto os motivos escolhidos pelos artesãos para a cerâmica do Conjunto Vilas privilegiariam a formação de figuras ofideomorfos (cobras) através de desenhos geométricos intrincados, os artesãos da cerâmica do Vila Nova II representariam

repetidas vezes o motivo da tiara, como já foi dito, o motivo antropomorfo simplificado, intervalado por longas linhas arredondadas. Nos parece que há uma incongruência daquilo que Raymond (1995) chama de gramática de motivos, ou seja, o conjunto de regras que estruturam a geração dos mesmos, e a maneira como essa esfera se combina com a variabilidade formal da cerâmica. Para nós, tratam-se de duas gramáticas distintas, uma que tem o ofideomorfo como figura principal e outra que daria mais importância à figura antropomorfa simplificada, mas necessitamos de mais estudos para melhor discutir essa questão. Talvez mais importante do que a forma como representar seriam as figuras representadas em si, que para esses artesãos estariam atreladas a questões simbólicas particulares.

Discussão - Dois sítios, duas histórias para a TPA

Voltando à hipótese norteadora de Tamanaha (2012), pensamos que ela tem que ser respondida contextualmente e pensando na ampla cronologia da TPA. Questões como a permanência ou não de pastas têm que ser levadas em conta de suas performances, não podendo, sem essas análises, advertir sua menor ou maior importância quanto a escolha dos artesãos. Pensando em aspectos decorativos, as escolhas de representação podem variar regionalmente o que pode também estar ligado a questões cronológicas. Mais do que em modos de representar, a permanência pode estar naquilo que é representado, sendo necessários estudos iconográficos como o de Oliveira (2014) para compreendermos melhor a relação entre esses aspectos.

De qualquer maneira, nos parece que o elemento que mais une as cerâmicas dos dois sítios são as técnicas de finalização dessas: o engobo branco; a pintura vermelha e preta; o acanalado; até a produção de motivos simples lineares, ou seja, os mesmos aspectos que nós arqueólogos identificamos para classificá-las. Isso não significa que acreditamos que não haja ligação de alguma natureza entre as populações que produziram as cerâmicas em ambos os sítios. Para nós, a questão é que a própria finalização parece ter o sentido de tornar reconhecível a cerâmica da TPA. Tornar o material reconhecivelmente policromo poderia ser, talvez, uma escolha a ser priorizada.

Sobre a questão da especificidade dos dois sítios, acreditamos, como já foi dito, que se tratam de duas formas bem distintas de presença da TPA. A primeira como elemento de troca no sentido amplo da palavra e a segunda como produção local. Olhando mais profundamente, trata-se por um lado de um processo de longa duração de relações entre populações produtoras da TPA e as produtoras da TBI e, de outro, uma ocorrência de curta duração, relativamente, com produção de uma cerâmica com tecnologia bem marcada, ligada a outro processo histórico. Essa diversidade nos reforça a ideia de que haveria múltiplos e distintos processos de dispersão da cerâmica da TPA.

Retomando a pesquisa de Belletti (2015), a autora observa que o padrão de intensa belicosidade, encontrado na área de confluência, como processo de introdução da cerâmica parece não ser aplicável à toda dispersão da TPA. No médio Solimões outros tipos de relação, que não produziram o desaparecimento da cerâmica pertencente à Tradição Borda Incisa, por exemplo, estavam em voga entre os produtores desses conjuntos. Acreditamos que é necessário olhar para a TPA tendo em mente a longa duração dessa abrangente Tradição. Mesmo possuindo um momento característico de dispersão ao redor do século XI AD, a história das populações produtoras e utilizadoras da cerâmica da TPA precisa ser mais detalhada, a fim de compreendermos o significado de seus múltiplos processos de dispersão.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, F. *A Expansão Tupinambá no sul da Amazônia*. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BELLETTI, J. *A Arqueologia do Lago Tefé e a Expansão Polícroma*. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COSTA, B. *Boa Esperança e Bom Jesus: o “Universo Borda Incisa” na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – Estado do Amazonas*. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FANTUZZI, L. La alteración posdeposicional del material cerámico. Agentes, procesos y consecuencias para su preservación e interpretación arqueológica. *Comechingonia virtual Revista Electrónica de Arqueología*, V. 4. Nº 1, 2010, pp. 27-59.

FURQUIM, L. *Análise Laboratorial do Material Cerâmico do Sítio São Miguel do Cacau e Monitoramento dos Sítios em Área de Comunidade no Lago Amanã – RDSA – AM*. Relatório técnico final das atividades de bolsa/CNPq. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2014.

GOMES, J. *Cronologia e mudança cultural na RDS Amanã (Amazonas): um estudo sobre a Fase Caiambé da Tradição Borda Incisa*. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

HILBERT, P. Preliminary Results of Archeological Research on the Japura River, Middle Amazon. *Akten des 34º Internationalen Amerikanisten kongresses*, 1962a, pp. 465-470.

_____. New stratigraphic evidence of culture change on the middle Amazon (Solimões). *Akten des 34º Internationalen Amerikanisten kongresses*, 1962b, pp. 471-476.

_____. *Archäologische Untersuchungen am mittleren Amazon*. Berlin. (Marburger Studien zur Volkerkund, 1), 1968.

LATHRAP, D. *El Alto Amazonas*. Lima: Chätäro Editores, 2010 (1970).

LIRA, F. *A Tradição Polícroma da Amazônia na bacia do médio rio Negro terras pretas, montículos, incisões e acanalados do Orinoco ao Amazonas*. Memorial de Qualificação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

LOPES, R. A. *De Tiaras e Cobras: um estudo arqueológico comparativo sobre a presença e dispersão da Tradição Polícroma da Amazônia (TPA) entre o Médio Rio Solimões e o Médio-baixo Rio Negro*. Relatório de Iniciação Científica enviado para a FAPESP. São Paulo, 2015.

MACHADO, J. O Potencial Interpretativo das Análises Tecnológicas: um exemplo amazônico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 15/16, 2005, pp. 87-111.

_____. Os significados dos sistemas tecnológicos: classificando e interpretando o vestígio cerâmico. *Arqueología Suramericana*, 2007, pp. 62-83.

MORAES, C. *Amazônia ano 1000: Territorialidade e conflito no tempo das chefias regionais*. Tese de Doutorado. São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2013.

MORAES, C. e NEVES E. G. "O ano 1000: adensamento populacional, interação e conflito na Amazônia Central". *Amazônica*, v. 4, n. 1, 2012, pp. 122-148.

NEVES, E. G. Warfare in Pre-Colonial Amazonia: When Carneiro Meets Clastres. In: Axel Nilsen e William Waler. (Org.). *Warfare in Cultural Context: Practice Theory and the Archaeology of Violence*. Tucson: University of Arizona Press, 2009, pp. 139-164.

_____. Sob os tempos do Equinócio: oito mil anos de História na Amazônia Central (6.500 AC – 1.500 DC). *Tese de livre-docência*. São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. 2013.

OLIVEIRA, E. A *Variabilidade tecno-estilística da Tradição Polícroma da Amazônia*: Um estudo exploratório da Iconografia Guarita. Memorial de Qualificação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RAYMOND, S. J. Dos fragmentos às vasilhas: um primeiro passo para a construção de contextos culturais na arqueologia da floresta tropical. Tradução: Denise Schaan *Amazonica*, v. 1, n. 2, 2009. pp. 512-535.

SCHIFFER, M. e SKIBO, J. Theory and Experiment in the Study of technical change. In: Schiffer, M. (Ed.) *Technological Perspectives on Behavioral Change*. Tucson, University of Arizona Press, 1992, pp. 40-76.

_____. The explanation of artifact variability. *American Antiquity*, v.62 n. 1, 1997, pp. 27-50.

SIMÕES, M. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica. *Acta Amazônica*, 7(3), 1977, pp. 297-300.

SIMÕES, M.; KALKMANN, A. Pesquisas Arqueológicas no Médio Rio Negro (Amazonas). *Revista de Arqueologia*, v.4, n. 1, 1987, pp. 83-116.

TAMANAH, E. K. *Ocupação policroma no baixo e médio rio Solimões, estado do Amazonas*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

TAMANAH, E. e NEVES, E. 800 anos de ocupação da Tradição Polícroma da Amazônia: um panorama histórico no Baixo Rio Solimões. *Anuário Antropológico*, Brasília, UnB, v. 39, n. 2, 2014, 45-6

Poesia oral e tradição urbanística ortogonal grega: intersecções teóricas

Oral poetry and orthogonal Greek urbanistic tradition: theoretical intersections

Renan Falchete Peixoto¹

Resumo

Organizar o espaço a fim de se estabelecer em uma nova paisagem é dar realidade material a existência do grupo. A relação entre paisagem e um grupo humano necessariamente envolve tecer junto coisas, lugares e gestos. Nós acreditamos que nesse sentido, toda a tessitura ocorre de acordo com um ritmo, que chamamos de poética: palavra derivada do grego *poien*, ‘fazer’, ‘produzir’. A cultura material – no nosso caso, o urbanismo antigo – pode assim ser abordada à luz da “poética”. No limite desse texto, nos interessa comparar o ritmo da fábrica urbana nas apoikias gregas do Sul da Itália e Sicília, do século VIII a.C. em diante, tão longe quanto as mensurações dos blocos e das ruas chegam, com o ritmo da poesia oral como demonstrado por Milman Parry e Albert Lord. Entendendo o ofício do agrimensor dentro de um *modus operandi* social em que o grupo produz e reproduz sua moldura material, relacionamos as coisas materiais como uma interface essencial do ser-no-mundo.

Palavras-chave: poética; poesia oral; urbanismo antigo

Abstract

Organize space in order to settle in a new landscape is to give material reality to the existence of a group. The relationship between landscape and a human group necessarily involves weave together things, places and gestures. We believe that in this

¹ Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (Labeca).

sense, all this weaving occurs according to a rhythm, that we can well call poetics: word derived from the Greek *poiēn*, ‘make’, ‘produce’. Material culture –in our case, ancient urbanism- can thus be approached at the light of “poetics”. In the limits of this paper, we are interested in comparing the rhythm of the urban fabric in the Greek *apoikiai* in Southern Italy and Sicily from the eighth century BCE onwards, as far as the measurements of blocks and streets go, with the rhythm of the oral poetry as demonstrated by Milman Parry and Albert Lord. Understanding the craft of the land surveyor within a social *modus operandi* in which the group produces and reproduces its material framework, we relate the material things as an essential interface of being-in-the-world.

Key words: poetics; oral poetry; ancient urbanism.

Introdução²

Seja na poesia oral, seja na urbanística grega ortogonal, observaremos nesse breve percurso os artífices que, metaforicamente, juntam as peças de seu ofício para realizar suas obras de arte. Para tanto, exporemos em breves palavras a teoria da poesia oral de Milman Parry e Albert Lord a fim de explicar como o planejamento ortogonal pode ser compreendido à luz de uma performance que não necessita de planos em escala reduzida concebidos previamente à execução. Por fim, não deixando de delinear as afinidades teóricas existentes na análise dos ofícios do compositor oral e do agrimensor, enquadraremos o planejamento urbano dentro de um *modus operandi* social em que o grupo produz e reproduz sua moldura material.

Para seguir a ideia de que o *métier* do poeta oral e do artífice das demarcações urbanas ortogonais de uma nova pólis grega podem ser compreendidos conjuntamente é preciso recuar tão longe quanto as evidências da origem da palavra poesia permitirem ir. Poesia, poeta e poético derivam do vergo grego ποιέω, ‘fazer’, ‘produzir’, ‘performar’, que em seu aspecto infinitivo, *poiēn* [ποιεν], traz à mente a noção de processo de trabalho traduzido nos substantivos ‘fabricação’, ‘produção’, ‘criação’, *poiésis* [ποίησις] (*Lidell Scott Jones Greek-English Lexicon*). Na conjugação do

² O presente texto foi desenvolvido no contexto da pesquisa de mestrado; agradecimentos à FAPESP pelo apoio financeiro no processo MS-I e MS-II número 2014/06260-7 e processo BEPE número 2016/00914-0.

produto do processo e do efeito que precipitam a existência do que é fabricado, a palavra *poiésis* entrelaça seu significado com *tékhne* (grego τέχνη), a ‘técnica’, ‘habilidade’ ou ‘destreza’ envolvida em toda criação artística. Isto é, toda criação técnica, pois a considerar a raiz latina da palavra arte, *ars*, somos transferidos a uma significação semelhante ao da raiz *tékhne*.

O filósofo da tecnologia Carl Mitcham (1994: 117-118) traça o grego *tékhne* e os cognatos de línguas aparentadas com o grego como o sânscrito *taksan-*, ‘carpinteiro’, o hitita *takkss-*, ‘juntar’ ou ‘construir’, e o latim *texere* ‘tecer’ à raiz indo-europeia **tekhn-*³, que significa ‘carpinteiro’, ou ‘marceneiro’. Gregory Nagy (1999: 297-300) estende ainda mais os liames da relação entre carpintaria e a composição poética. Segundo o autor, a raiz indo-europeia funciona como metáfora para designar o ‘ajustar conjuntamente’ [*fitting together*] característico tanto do ofício do carpinteiro, quanto o do poeta. Nas tabuinhas com escritos em Linear B encontradas em Cnossos, na ilha de Creta, a palavra usada para indicar a roda da carruagem, *hárho*, um prestigiado trabalho de carpintaria, deriva da raiz **ar*, reconhecida no verbo grego *ararískō* [ἀρᾶρίσκω], ‘encaixar, juntar’. No canto V (grifo meu) da *Odisseia*, outro verbo cognato aparece, *harmoníē* [ἁρμονίησιν], quando Odisseu constrói sua barca para seguir seu retorno a Ítaca de Orgígia. Adotamos a tradução de Christian Werner:

e ele cortou os troncos; e rápido realizou sua obra.
Vinte derrubou ao todo, podou-se com o bronze,
245 aplainou habilmente e endireitou com o prumo.
Trouxe a verruma Calipso, deusa divina; furou então todos e
encaixou-os entre si,
e a todos ajustou com pregos e encaixes.

Etimologicamente é certo, portanto, que “[...] ‘em sua origem, os *armoniai* eram os estribos que ligavam as tábuas de uma jangada ou as pranchas de um navio.’.” (Lippman 1989: 138 apud Tomás 2002: 97). *Harmoníē* como acordo social ou acorde musical, abrangem noções posteriores e co-extensivas ao ‘ajuste’ [*fitting*] concreto originadas da raiz comum exposta acima. O que é ainda mais interessante nisso tudo é

³ O asterisco remete a uma reconstrução linguística hipotética de uma língua não atestada diretamente nas fontes antigas. No caso de **tekhn-*, a reconstrução é baseada a partir de um conjunto de palavras cognatas de línguas mortas (sânscrito, hitita, grego antigo, latim) que compartilham uma origem comum na família indo-europeia.

que Nagy (1999: 297-300) também restitui *ar ao nome Homero [*Hóm-ēros*], traduzindo-o literalmente como 'aquele que encaixa junto' a canção [*who he fits [the song] together*].

A técnica da poesia oral

Na primeira metade do século XIX Milman Parry (1971) e Albert Lord ([1960]2000) realizaram juntos estudos etnográficos com bardos iugoslavos conhecidos como *guslars* (**fig. 1**). A partir dessa experiência antropológica com uma cultura viva oral *in loco*, juntamente com estudos prévios sobre o estilo dos poemas homéricos, foi possível para Parry e seu então assistente Lord imaginar e desenvolver a *comparanda* de como o poeta no âmbito da cultura oral grega era capaz de compor, sem os recursos mnemônicos da escrita, seus versos hexâmetros. O poeta-cantor está inserido no que os autores concebem como o repertório tradicional do sistema de fórmulas orais. As fórmulas são os elementos constitutivos e recursivos de sua dicção, isto é, dão fôrma métrica ao conteúdo - o material - dos temas da epopeia heróica que se arranjam na composição-em-performance (Nagy 1996: 39; cf. Parry 1971: 325).



Fig. 1. Foto do acervo de Albert Lord do cantor de histórias Avdo e seu *guslar*, o instrumento de uma corda e uma arco que ele manipula nas suas composições. Na legenda da foto se lê em inglês: “Fig. 29. Avdo Mejedovitch, camponês, é o melhor cantor que a expedição encontrou. Seus poemas alcançaram tantas quantas quinze mil linhas. Um verdadeiro Homero iugoslavo!”. Fonte: Milman Parry Collection of Oral Literature On-Line.

Milman Parry já em sua tese de doutoramento *L'épithète traditionnelle dans Homère* [O epíteto tradicional em Homero] ([1928]1971: 9-10) define a fórmula como a cristalização da técnica por gerações de poetas que ao longo das décadas produziram um sistema que servia ao duplo propósito de “[...] expressar ideias apropriadas ao épico de um modo adequado, e de atenuar as dificuldades de versificação”. Para ele, isso equivale a dizer que não há ideia que o poeta faça uso na canção que não tenha forma dentro da cadência rítmica. No caso dos hexâmetro grego, ele é composto de seis pés (*hex*) e sua sequenciação rítmica é denominada dáctilo. O dáctilo consiste em seis pés compostos de uma sílaba longa seguida por duas sílabas breves: –˘ | –˘ | –˘ | –˘ | –˘ | –˘. A fórmula τὸν/τὴν δ’ἡμείβετ’ ἔπειτα, por exemplo, traduz uma ideia que poderia assumir somente a forma de um único verbo, ‘responder’ [αμείβ-ω]. Contudo, em vários momentos na *Ilíada* e *Odisseia* cumpre uma posição de preenchimento no

metro do verso, o que torna sua dicção muito mais a função de comunicar algo. Ao dar fórmula a uma ideia através de um pronome [τὸν] + conjunção [δε] + advérbio [ἔπειτα], assume o papel de predicativo de um substantivo (mais o epíteto) que virá na segunda metade da linha do verso, completando o hexâmetro. Atena olhos-de-coruja (*Od.* 1, 44; 80; 314; 13, 329; 392; 420), o gerênio, cavaleiro Nestor (*Od.* 3, 102; 210; 253), o muita-tenência, divino Odisseu (*Od.* 15, 340; 16, 186; 17, 280), são alguns dos exemplos na *Odisseia* da fórmula que segue a primeira⁴.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu percebeu argutamente em *Esquisse d'une théorie de la pratique* [Esboço de uma teoria da prática] ([1972]2000: 286-288) a força que o livro de Lord *The singer of tales* [O cantor de histórias] ([1960]2000) traria à luz de exemplo da enculturação das disposições mediadas pela *hexis* corporal - em grego ἕξις, um hábito ou habilidade condicionado pela prática (*LSJ*). As fórmulas e os temas do épico das canções dos *guslars* são interiorizados a nível inconsciente por familiarização desde a infância com os contextos de performance da narrativa oral. Nos dizeres de Lord (2000: 35) “Ele [o poeta] não ‘memoriza’ fórmulas, não mais do que nós quando crianças ‘memorizamos’ linguagem.”. Sob princípios semelhantes aos que atuam na educação dos gestos, das posturas, dos movimentos - e da pletora dos valores culturais que aí estão embutidos - a aprendizagem do ritmo formular que constrói o metro do verso pode ser equiparada à interiorização do ritmo produzido pela recorrência das experiências sensoriais durante a práxis de um determinado grupo.

Indo por este caminho, compreendemos o documento ubíquo dos estudos dos planos urbanos antigos, isto é, o *layout*, ou o esquema da cidade, como o produto da cristalização de uma determinada forma de engajamento entre pessoas e seu entorno recursivamente ao longo do tempo. Através da forma, conhecida parcialmente hoje pelas sucessivas pesquisas arqueológicas realizadas, podemos inferir de um modo sistemático quais são as unidades, as fórmulas, empregadas pelo agrimensor. Pensar na agrimensura como *modus operandi* integra habilidades de percepção em um dado ritmo, uma sequência, no ordenamento dos lugares de uma nova fundação grega.

⁴ Para a identificação da posição nos versos da fórmula mencionada por Parry, utilizamos como ferramenta de pesquisa *The Chicago Homer* (<http://homer.library.northwestern.edu/>).

Fórmulas da dicção ortogonal

Para saber a respeito do arranjo da forma urbana ortogonal dos quarteirões, lotes⁵ e ruas de uma cidade grega, se deve recorrer aos princípios estruturantes que teriam modulados o “tom à planta” (Florenzano 2009: 97). Quais seriam esses princípios, com quais instrumentos teriam sido colocados em prática, e como os elementos teriam sido organizados pelo planejador de modo a conjugar suas habilidades e ferramentas constituem a substância do enigma posto aos estudiosos dos planejamentos antigos. Percorrendo o caminho oposto ao dos acontecimentos sobre os quais conjecturamos - e a partir dos materiais que dispomos - não deveríamos jamais obliterar que na forma urbana se encontra traduzido um ritmo preciso ligado aos instrumentos de sua execução (Malaco 2002: 24; cf. Ingold 2000: 345)⁶. Nas palavras muito lúcidas de Roland Martin (1974: 52, nota 1):

Isto é levantar todo o problema da preparação dos planos pelos arquitetos da Grécia antiga, trabalho sobre o qual nós somos bem mal informados. Como foram preparados seus planos; sobre quais esboços eles trabalharam, sobre quais maquetes? As cotações e especificações que nos foram conservadas não fazem nenhuma alusão aos planos que deveriam acompanhá-los. Este será, portanto, um problema essencial a esclarecer, prévio a toda pesquisa sobre os valores matemáticos, sobre as proporções ou os ritmos dos edifícios antigos.

Porém, extrair da análise das formas urbanas ortogonais um claro programa de estruturação da malha está longe de ser um exercício direto de correspondência. Seguir as etapas hipotéticas da constituição do *layout* ortogonal é, por excelência, encruzilhada teórica. Em uma mesma planimetria oferecida pela bibliografia especializada, pode-se olhar, por exemplo, a costura do *layout* de maneiras diferentes. Ao menos em tese é possível chegar ao mesmo resultado de um plano ortogonal *per strigas* (**figura 2, a**) – isto é, um plano de faixas retangulares (os quarteirões) separadas

⁵ O lote é o espaço privado destinado à construção da casa de uma unidade familiar. Agrupados em conjunto, os lotes individuais formam faixas retangulares – os quarteirões – intercaladas por amplas vias de circulação.

⁶ “[...] por um cinzel ou uma espátula conservada, dispomos de mil edifícios e estátuas e não falamos nada dos pincéis ao olhar os quadros [...]. Porque em efeito é a pintura que está em causa, como também são os quadros, afrescos, miniaturas, e mesmo os vasos pintados, praticamente jamais os pincéis, caixa de cores ou a paleta, esponja, etc. que servem para os produzir” (Pranchet; Bruneau 1992: 55).

por diversas ruas paralelas e algumas transversais – juntando lote por lote **(b)**, como peças de um dominó. Ou, inversamente, enfileirando unidades maiores que são os quarteirões e subtraindo deles a largura do sistema de ruas **(c)** (Shiple 2005: 346). Ou mesmo (por que não?), partir de uma unidade ainda maior que o quarteirão, de onde seria feita a subtração das ruas e dos quarteirões **(d)**.

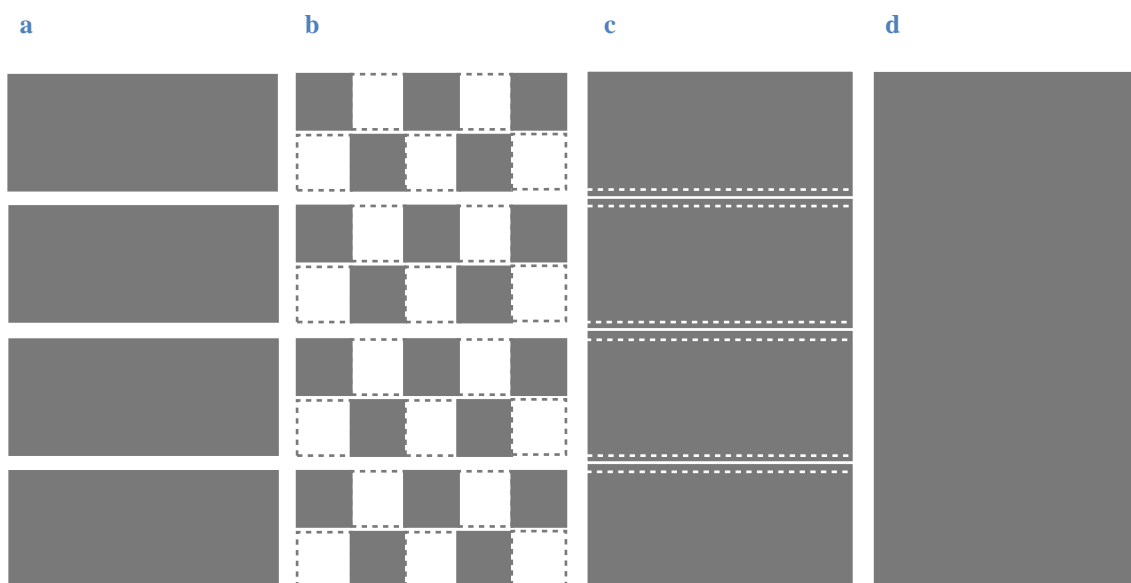


Fig. 2. Hipóteses da conformação de um plano per *strigas* (a). Em (b) juntando lote por lote; (c) enfileirando os quarteirões e, depois, extraíndo as ruas; e (d) um grande bloco de onde os quarteirões serão extraídos. Desenhado pelo autor.

As hipóteses sobre a restituição da grade original podem ser amparadas por meio da demonstração de padrões identificáveis das medidas empregadas, como o comprimento e largura das ruas, quarteirões e lotes privados. Ao nosso presente argumento, estabelecer inicialmente essa recorrência de medidas é o primeiro passo para compreender a relação entre os elementos no panorama histórico da tradição urbanística grega ortogonal. As fórmulas ortogonais seriam as unidades constitutivas dos esquemas urbanos moldadas a partir desta interação das unidades do sistema. E aqui enquadro na análise do urbanismo ortogonal cidades gregas espalhadas na bacia do Mediterrâneo, especialmente as da Sicília (Mégara Hibleia, Camarina, Naxos, Himera, Agrigento, Selinonte), Magna Grécia (Posidônia, Neápolis, Túrio), baía de Falero (Pireu), península Calcídica (Olinto) e ilha de Rodes (Rodes) etc., fundadas e/ou refundadas do século VIII a.C. ao século V a.C. No entanto, é possível estender ainda

mais cronológica e espacialmente se pensarmos como Graham Shipley (2005: 338) um amplo espectro de formação da urbanística grega que vai do simples alinhamento de ruas paralelas de Karphí, Creta, no século XI a.C., à ortogonalidade e seus tipos do período arcaico em diante. Assim, é possível acompanhar o desenvolvimento de uma técnica formular urbana criada pelo encadeamento de suas fórmulas.

Tendo isso em mente, se recusa para os tempos arcaicos e clássico, à linha da proposta de Senseney (2011) para a construção dos templos gregos antes do período helenístico, a necessidade de que se postule a existência de um plano em escala reduzida para a concepção da conformação das cidades ortogonais. Ao longo das narrativas sobre o urbanismo grego desde os assentamentos do período arcaico, estamos habituados a encarar o aparente esquema racional dos planos ortogonais como qualquer outro artefato humano, isto é, como produtos finais de projetos concebidos por um *design* mental. Na distinção epistêmica entre um sujeito e um objeto-mundo, o *design* se torna uma extração física de um plano intelectual, um processo unidirecional de uma mente convertendo matéria em coisas culturais (Ingold 2000: 341). No meu entendimento, maquetes, desenhos em escala reduzida sobre qualquer superfície e material - como a farinha aplicada à terra negra, à maneira realizada pelo arquiteto de Faros para demonstrar a Alexandre, o Grande a concepção da cidade, a se fiar no relato de Plutarco (*Alexandre* 26, 5 apud Martin 1974: 41-42) - não precisam ser elencados para responder às questões de um planejamento urbano dos períodos arcaico e clássico. Em suma, meu argumento é que “[...] é possível ter planejamento sem planos e um processo de *design* sem desenhar *designs*” (Coulton 1983: 468).

A hipótese que desdobraremos a profundo na dissertação de mestrado é de que simples fórmulas como a razão de números inteiros entre a largura e o comprimento de um quarteirão são capazes de criar em conjunto uma dicção ortogonal, por assim dizer, à disposição dos planejadores das novas fundações de cidades gregas no Mediterrâneo. Por sua vez, um quarteirão comporta um dado número de lotes privados em seu interior (com razão entre largura e comprimento usualmente de 1:1) que condicionam em co-relação sua própria forma. Por exemplo, agrupando duas casas quadrangulares de 50 a 60 pés no sentido da largura, bem como um outro conjunto maior na longitude, teremos a predictibilidade de um quarteirão

em formato retangular de 100 a 120 pés de largura (Boyd; Jameson 1981: 333). Ora, a relação dos lados no promove uma espécie de cristalização que não precisa ser codificada em tratados urbanos para ser compreendida. Ela se cristaliza sem se tornar fixa (cf. Nagy 1996: 109). Se pensarmos a passagem de vias públicas paralela e perpendicularmente a cada quarteirão, logo obtemos uma sequência, um ritmo ordenado que estenderá a aplicação urbanística à fórmulas que podem ser expressas em figuras geométricas quadrangulares e retangulares, ao modelo daquelas oferecidas para a construção dos templos (**fig. 3**).

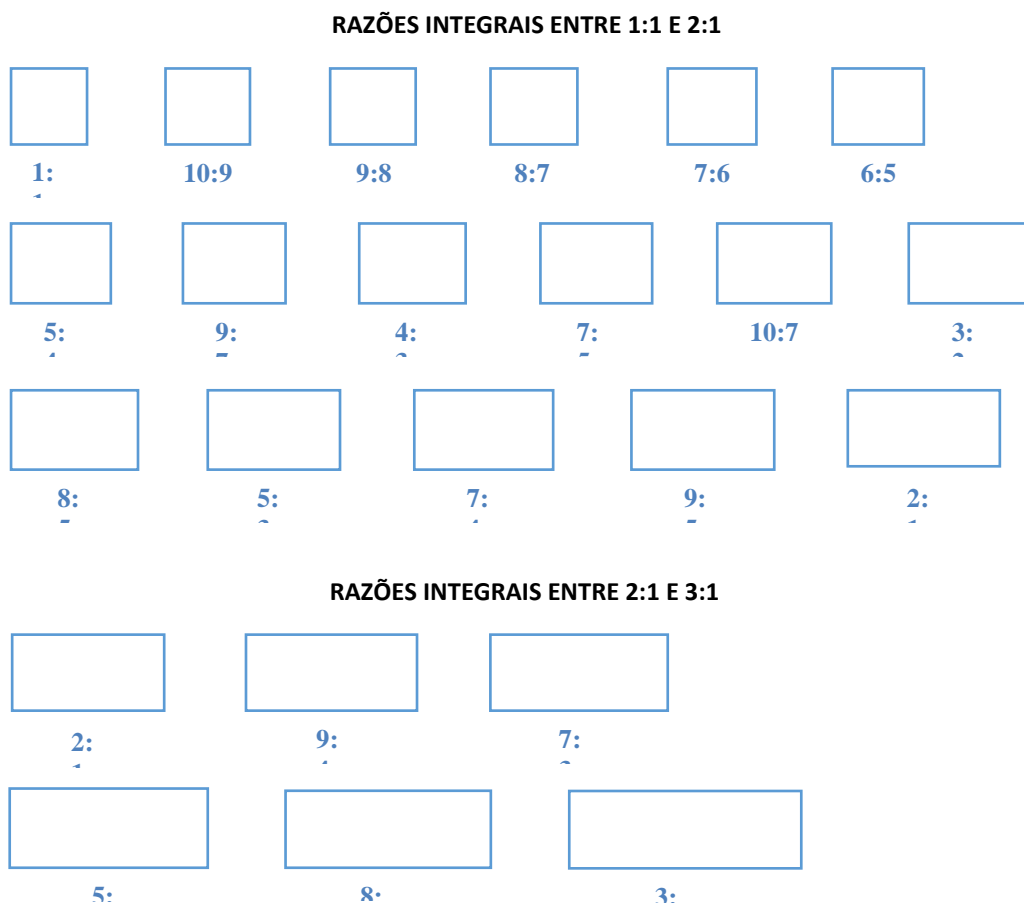


Fig. 3. Relações numéricas e suas formas geométricas usadas na construção de templos no período clássico. Fonte: Adaptado de Senseney 2011: 27, fig. 14; cf. Mertens 2006: 382, fig. 650.

As fórmulas ortogonais podem ser consideradas, à maneira das formas visuais dos elementos individuais dos templos, como “[...] relações numéricas integrais

traduzidas aritmeticamente em especificações métricas” (Sensenev 2011: 26-27). A eficiência desse sistema métrico se dá em razão das relações que são costuradas entre os elementos, adaptáveis a *n* contextos e especificações métricas. Por exemplo, aludindo brevemente a alguns casos do período clássico, possuímos as seguintes relações largura/comprimento dos quarteirões: Olinto, 5:2, Neápolis 1:5 e Possidônio 1:8, com casas nos três casos de 1:1 de lado; ademais, Naxos e Camarina, na Sicília, quarteirões de 1:4. Para resumir, as fórmulas seriam as ferramentas conceituais de trabalho do agrimensor, o bloco que ele dispõe para montar seu plano, assim como a fórmula oral é “[...] o bloco de construção de um sistema de expressão poética oral.” (Davidson 1994: 62 *apud* Nagy 1996: 24; cf. Holoka 1991: 459).

Nestes termos, creio ser elucidativo pensar ambos os ofícios em analogia ao do *bricoleur*. Para a arqueologia, como para as ciências humanas de um modo geral, a metáfora é instrutiva. No entanto, ao contrário de usar uma figura de linguagem concreta que é o trabalho do *bricoleur* para para ilustrar princípios abstratos⁷, interessa fazer despontar o que parecia tarefa mais abstrata e vincular a indissociável realidade material dos ofícios humanos:

O *bricoleur*, ou *handyman* (Lévi-Strauss 1966, 1969), que usa pedaços estranhos de madeira, uma serra curvada ou qualquer coisa, para fazer um trabalho razoável de remendo, não pode pela natureza de sua situação criar alguma coisa inteiramente nova, mas é armadilhado pelos ‘conjuntos constitutivos’ dos quais os elementos provêm. O *bricoleur* nunca está em absoluto controle ou é mestre da situação na qual ele ou ela é confrontado. Similarmente, o agente produz e usa cultura material, mas nunca é consciente do inteiro sistema de significações materiais. O agente vive pelo mundo metonimicamente. Aquilo que está sendo utilizado, produzido e consumido nunca é o artefato individual ou objeto (embora ele possa parecer como tal), e sim todo o sistema simbólico estruturado do qual ele forma uma parte; o uso e produção dos artefatos é simultaneamente o uso e reprodução do sistema dos quais eles fazem parte (Shanks; Tilley 1987: 104-105).

O poeta-*bricoleur* e o agrimensor-*bricoleur*, por assim dizer, não inventaram por conta própria os materiais e ferramentas que emprega. Se eles são os mais adequados que encontra é porque o tempo provou a eficiência do sistema ao longo

⁷ “O *bricoleur* e o arqueólogo juntam forças trabalhando no que é realmente é - o que é frequentemente fragmentado, o descartado e abandonado. Ambos também compartilham o duvidoso destino de ter o nome do ofício apropriado por antropólogos, filósofos, e críticos literários em suas buscas por algo suficientemente material metaforicamente para apoiar e concretizar seus conceitos abstratos.” (Olsen 2013: 152).

das gerações passadas. Estas tradições da dicção oral e da tradição urbanística ortogonal são, portanto, o produto de uma cristalização que recua séculos no tempo. Neste sentido, assim como Parry (1971: 270) afirma especificamente para o poeta oral, é possível estender para qualquer agrimensor das cidades ortogonais. Embora possa enfileirar suas fórmulas em inumeráveis combinações, ele não pode imprimir um estilo que seja exclusivamente próprio.

O perpetuar de uma tradição

As fórmulas ortogonais também podem ser relacionadas com as fórmulas orais incorporadas pelo poeta na medida em que se trata de maestria de uma arte. O nexo, propomos, ocorre devido ao processo de aprendizado dentro de um contexto – ou moldura – social. Com isto, enfatizamos que o aparato material – seja o esquadro, o compasso, ou a cadeia de alinhamento no caso do agrimensor, ou o instrumento musical no do poeta oral – desempenha um ativo papel na criação de estruturas de percepção humana. Por exemplo, postulo que o manuseio do instrumento tocado durante a performance deteve uma importante função em moldar o ritmo do hexâmetro ao longo de um longo de um extenso processo de recepção, cristalizado no que conhecemos como os poemas homéricos⁸. Lembrando o exemplo de Merleau-Ponty (2011: 201) sobre a capacidade de um organista incorporar por meio da repetição durante o ato de tocar uma memória de hábito de um novo instrumento, Bjørnar Olsen (2013: 120-121) se concentra no aspecto material do aprendizado, de modo que

[...] não apenas as mãos e pés treinados do organista que importam. Sua habilidade pode apenas ser implementada pela interação com um órgão que está realmente *lá* e possui as mesmas qualidades familiares daquelas

⁸ “Isto não é dizer que eu cesso de estar consciente, ou que meu toque se torna uma reprodução mecânica ou automática: bem o contrário, eu experiencio um senso agudo de consciência, mas essa consciência não é *do* meu toque, ela é meu toque. Tão quão a fala ou a música, a performance incorpora tanto intencionalidade quanto sentimento. Mas a intenção é conduzida adiante na atividade mesmo, ela não consiste em uma representação mental interna formada antecipadamente e alinhada para a execução corporal instrumentalmente assistida. E o sentimento, outrossim, não é um índice de algum estado emocional interno, pois isso pertence aos meus próprios gestos, na pressão de meu arco contra as cordas, no *vibrato* da minha mão esquerda [o autor se refere ao manuseio de um ‘cello]. Em suma, tocar é em si mesmo sentir, de modo que tocando, eu coloco sentimento *dentro* da música.” (Ingold 2000: 413).

em que sua habilidade é obtida, para fazer sua atualização e recordações possíveis.”.

Assim, descrever medidas recorrentes no planejamento da forma física da cidade pode revelar fórmulas reificadas do que foi, essencialmente, o produto de uma arte. *Vis-à-vis* à música, ou ao som do instrumento musical e da voz do cantor, as formas materiais geradas pelo artífice da medição perduram o contexto de sua produção, de todo semelhante à cerâmica obrada pelo oleiro (cf. Ingold 2000: 418). Felizmente, graças aos estudos etnográficos de Parry e Lord e ao longo – e nebuloso – processo de transmissão e recepção dos poemas homéricos, se documentou poemas do século XIX e da Grécia antiga, o que equivale a dizer que eles também perduraram seu contexto de produção oral na forma de um artefato material que é o documento escrito. Não obstante, uma dificuldade com esta argumento é que, dissemelhante ao processo de produção nas mãos de uma pessoa que procura e manufatura por conta própria a matéria, ou, simplesmente, toca o instrumento, o ofício do planejamento urbano acontece em uma série de etapas que necessitam de um esforço múltiplo.

Talvez seja oportuno pensar durante a fundação de uma nova cidade grega, ao modo de Tréziny (1999: 182) para Mégara Hibleia, em múltiplas equipes de trabalho coordenadas por geômetras que traçam, medem e definem as quotas. Logo, algumas questões referentes à forma física do *layout* se multiplicam: diferentes alinhamentos ocorrem devido às diferenças cronológicas das partes constituintes? Devemos encarar a implementação como um resultado multiforme de um trabalho conjunto na medida em que envolve coparticipação e coordenação de materiais e pessoas? Grosso modo, o que essas perguntas evocam é o desafio de qualquer tentativa de construir um sistema sem prestar atenção às múltiplas camadas temporais. O ponto crucial é que nossa atenção procura evadir um corte sincrônico como de uma obra acabada tomada como fato consumado [*fait accompli*] e adentra o transcorrer dialético do *modus operandi* do *habitus* (Bourdieu 2000: 241; 256; 264). *Habitus* é um conceito de Bourdieu (2000: 393, nota 39) que se liga ao de *hexis*, isto é, ao hábito condicionado pela prática, pois é definido como um sistema de disposições inconscientes.

Então, definir a ritmicidade no contexto da materialização de uma pólis traz à tona os múltiplos níveis de engajamento entre pessoas e sua paisagem, ao invés da noção que a forma da cidade emerge como o processo de inscrição na topografia de

uma imagem conceptual pensada na cabeça de um planeador. É parte dos ritmos sociais que constroem a cidade e reproduzem as relações entre os membros do grupo. Na mesma medida, a materialização do traçado de uma pólis se arranja espacialmente como campos de possibilidades para a ação futura, ritmos para o movimento no fluir das rotinas (cf. Shanks; Tilley 1987: 73). Isto é, “[...] respondemos às formas muito como respondemos à música, dançando internamente.” (Gombrich 1979: 201; cf. Hodder 2012: 122). Ao explorar uma espécie de tradição da técnica de agrimensura que cristaliza os ritmos do ordenamento do espaço nas formas dos planos que restituímos como arqueólogos, aos poucos exploramos esta “moldura (‘interativa’) criada e permanentemente modificada pelos gregos e no interior da qual a sociedade se movimentava.” (Florenzano 2010: 6, nota 3).

Propor essas questões para a arqueologia nos faz repensar para além do processo de tomada de forma de uma pólis. A performance que dá forma a um artefato arqueológico também é envolvida nas discussões sobre o nosso objeto de estudo. O etnólogo/arqueólogo André Leroi-Gourhan em *O gesto e a palavra 2: memórias e ritmos* ([1965]2002: 118) uma vez enfatizou o papel do ritmo na criação do espaço e tempos humanizados, noção que pode ser instrutiva para nossos fins aqui, mesmo que o autor se valha então de uma distinção conceitual entre uma natureza-matéria-bruta e uma cultura-superestrutura abstrata hoje em descompasso com a literatura antropológica das últimas décadas (cf. Ingold 2000; 2013; Descola 2005). Gostaria de concluir o texto citando o trecho:

A ritmicidade do passo resultou finalmente no quilómetro e na hora, enquanto que a ritmicidade manual levou à captura e à imobilização dos volumes, fonte de uma reanimação puramente humana. Do ritmo musical, feito de tempos e de medidas ao ritmo do martelo ou da enxada, caracterizado pela procriação de formas, imediatas ou diferidas, vai uma grande distância, visto que um é o gerador de um comportamento que traça simbolicamente a linha de separação entre o mundo natural e o espaço humanizado, enquanto o segundo transforma materialmente a natureza selvagem em instrumentos da humanização (Leroi-Gourhan [1965]2002: 118).

À guisa de conclusão

A composição da poesia oral e o planejamento das cidades ortogonais estão relacionados, portanto, em múltiplos níveis. A bem dizer, a teoria arqueológica

também está sempre implicada quando discutimos as questões do nosso objeto. Afinal, questionar como as questões são colocadas é refletir sobre os por quês históricos e as heranças teóricas que tornaram-nas possíveis. É nessa linha também que se é permitido esboçar e vislumbrar as possibilidades vindouras da disciplina. A partir da teoria da poesia oral, acredita-se confluir uma série de correntes interpretativas interdisciplinares que contribuem sobremaneira para o entendimento do processo de planejamentos das cidades ortogonais gregas. A metáfora, portanto, do compositor oral é estendida a abranger a própria relação do humano com a coisas. E isso é arqueologia.

Referências bibliográficas

Fontes antigas

HOMERO. *Odisseia*. Tradução de Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2ª edição, 2012.

_____. *Odisseia*. Tradução de Christian Werner. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

Bibliografia

BOURDIEU, P. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Paris: Éditions du Seuil. 2000.

BOYD, T.D.; JAMESON, M.H. Urban and rural land division in ancient Greece. *Hesperia*, 50. 1981, pp. 327-342.

BRUNEAU, P.; PLANCHET, J.L. Musique et archéologie musicale. *RAMAGE* (10), 1992, pp. 37-38.

COULTON, J.J. Greek architects and the transmission of design. In: AA.VV., *Architecture et société*. De l'archaïsme grec à la fin de la république romaine. Actes du Colloque international organisé par le Centre national de la recherche scientifique et l'École française de Rome (Rome 2-4 décembre 1980). Rome: École française de Rome. 1983, pp. 453-470.

DESCOLA. P. *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard. 2005.

FLORENZANO, M.B.B. A contribuição das colônias ocidentais na construção da identidade poliáde: subsídios do uso e da organização do espaço. In: _____ ; HIRATA, E.F.V. (orgs.), *Estudos sobre a cidade antiga*. São Paulo: Ed.USP. 2009.

_____. A organização da *khóra*: a cidade grega diante de sua hinterlândia. *Projeto temático de pesquisa*. 2010. Disponível em: <http://labeca.mae.usp.br/media/pdf/olabeca/projeto_labeca.pdf>.

GOMBRICH, E.H. *The sense of order: a study in the psychology of decorative art*. New York: Phaeton Press, 2nd edition. 1984.

GORMAN, V.B. Aristotle's Hippodamos (*Politics* 2.1267b22-30). *Historia*, 44. 1995, pp. 385-395. Disponível em: <<http://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1013&context=historyfacpub>>. Acesso em: 11 dez, 2013.

HODDER, I. *Entangled: an archaeology of the relationships between humans and things*. Oxford: Willey-Blackwell, 2012.

HOLOKA, J.P. Homer, oral poetry theory, and comparative literature: major trends and controversies in twentieth-century criticism. In: Latacz, J. (ed.), *Zweihundert Jahre Homer-Forschung: Rückblick und Ausblick*. Stuttgart/Leipzig: B.G. Teubner, 1991, pp. 456-481.

INGOLD, T. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London/New York: Routledge, 2000.

_____. *Making*. Anthropology, archaeology, art and architecture. London/New York: Routledge, 2013.

LEROI-GOURHAN, A. *O gesto e a palavra 2: memória e ritmos*. Lisboa: Edições 70, 2002.

LORD, A.B. *The singer of tales*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2ª ed., 2000.

MALACO, J.T.S. *Da forma urbana: o casario de Atenas*. São Paulo: Alice Foz, 2002.

MARTIN, R. *L'urbanisme dans la Grèce antique*. Paris : Éditions A. e J. Picard e Cie, 2ème éd., 1974.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 4ª ed., 2011.

MERTENS, D. *Città e monumenti dei Greci d'Occidente*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2006.

MITCHAM, C. *Thinking through technology: the path between engineering and philosophy*. Chicago: University Of Chicago Press, 1994.

NAGY, G. *Homeric questions*. Austin: University of Texas Press, 1996.

_____. *The best of the Achaeans: concepts of the hero in the archaic Greek poetry*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2nd ed., 1999.

OLSEN, B. *In defense of things: archaeology and the ontology of objects*. Lanham: AltaMira Press, 2013.

PARRY, M. *The making of Homeric verse: the collected papers of Milman Parry*. Oxford: Oxford University Press, 1971.

SHIPLEY, G. Little boxes on the hillside: Greek town planning, Hippodamos, and polis ideology. In: Hansen, M.H. (ed.), *The imaginary polis*. Acts of the Copenhagen Polis Centre vol. 7. Copenhagen: Royal Danish Academy of Sciences and Letters. 2005, pp. 335-403.

SENSENEY, J.R. *The art of building in the Classical world: vision, craftsmanship, and linear perspective in Greek and Roman architecture*. New York: Cambridge University Press, 2011.

SHANKS, M.; TILLEY, C. *Social theory and archaeology*. Albuquerque: University of New Press, 1987.

TOMÁS, L. *Ouvir o lógos: música e filosofia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

TRÉZINY, H. Lots et îlots à Mégara Hyblaea. Questions de métrologie. In: AA.VV. *La colonisation grecque en Méditerranée occidentale*. Actes de la rencontre scientifique en hommage à Georges Vallet organisée par le Centre Jean-Bérard, l'École française de Rome, L'Istituto universitario orientale et l'Università degli studi di Napoli « Federico II » (Rome-Naples, 15-18 novembre 1995) Rome : École Française de Rome, 1999, pp. 141-183.

O Oriente no Ocidente

The Orient in Occident

*Rodrigo Araújo de Lima*¹

Resumo

O presente artigo tem como intenção realizar uma reflexão sobre a representação do Oriente criada pelo Ocidente. Essa idealização culminou no mito de um Oriente distante e misterioso. Nesse artigo buscaremos desmistificar a concepção que se tem sobre o oriental. Nos fundamentaremos tão somente nas populações fenícias que se estabeleceram no Extremo Ocidente e estabeleceram a mais antiga das cidades ocidentais, Gádir, a atual Cádiz.

Palavras-chave: Oriente, Ocidente, mito, fenícios, Gádir

Abstract

This article intended to carry out a reflection on the representation of the East created by the West. This idealization culminated in the myth of a distant and mysterious East. In this article, we will seek to demystify the concept that we have of the East. We will base in the Phoenician populations who settled in the Far West and established the oldest Western city, Gadir, the actual Cádiz.

Keywords: East, West, myth, Phoenicians, Gadir

Introdução

“The Orient is not only adjacent to Europe; it is also the place of Europe’s greatest and richest and oldest colonies, the source of its civilizations and languages, its cultural contestant, and one of its deepest and most recurring

¹ Doutorando em Arqueologia - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

images of the other. In addition, the Orient has helped to define Europe (or the West) (...)" (Said 2003: 1).

Esse artigo é fruto da nossa exposição na VI Semana de Arqueologia, assim como também é uma reflexão a partir de todas as comunicações apresentadas nesse mesmo evento. Ao final desse encontro, que agregou acadêmicos, estudantes e interessados em Arqueologia das mais diversas partes do mundo, o encerramento proferido pelo Prof. Dr. Luís Guillermo Lumbreras Salcedo nos fez repensar os caminhos da nossa própria pesquisa. Lumbreras realizou uma reflexão sobre sua própria experiência vivida e como essa influenciou a sua prática arqueológica como acadêmico, levando-o, em sua apresentação, a se aprofundar nas questões sobre identidade e sociedade.

"(...) Soy arqueólogo por eso. Por qué me siento indio, pero al mismo tiempo mi apellido como los españoles. Me apellidó Lumbreras, como el mismo pueblo en que nacieron nuestros antepasados, con los Lumbreras en España [sic] (...)" (*Encerramento da VI Semana de Arqueologia – Discentes MAE/USP no Auditório da Biblioteca Brasileira em 12/06/2015*).

Os pontos tratados por Lumbreras formam um conjunto valioso de temas interessantes, não apenas para a Arqueologia Latino-Americana, mas principalmente para a Arqueologia Mediterrânea, onde a disciplina desempenhou um importante papel na construção das identidades europeias.

Além do passado *greco-romano*

A partir de 1980 pelos esforços de Ian Hodder, a Arqueologia Pós-Processual buscou tratar as questões relacionadas a subjetividade, acompanhando as mudanças que aconteciam no mundo com temas relacionados ao pós-colonialismo, resgate de identidades e estudos sobre as diferentes visões de mundo. Nesse ínterim começou-se a resgatar povos segregados e as minorias excluídas, essas que apresentamos durante a nossa exposição como sendo *grandes minorias*.

Ian Morris (1994) e Bruce Trigger (2004) nos recordam que os modernos Estados europeus tiveram como base o passado grego e romano para se configurarem.

Como resultado dessa política, os demais foram considerados como civilizações menores. Não raro, conceitos como *helenização* ou *romanização* foram utilizados para explicar a propagação de uma cultura amálgama definida como *greco-romana*.

A utilização do passado grego e romano foi uma ideologia eficiente na legitimação da empresa colonial introduzida na América, África, Ásia e Oceania. As antigas *apoikias* gregas e as *colônias* romanas se tornaram um poderoso referencial capaz de justificar a dominação europeia sob os auspícios da condução da civilidade.

A representação do Oriente

O efeito dessa escolha reverberou no apartamento de outras civilizações. Os povos orientais levantinos, egípcios e mesopotâmicos, se tornaram distantes e exóticos. Como apontado por Said (2003: 50), o “ismo” em Orientalismo serve para insistir em uma distinção da disciplina perante outras.

Nas artes, a literatura, a música, o teatro e o cinema tiveram importante papel na construção de um Oriente, distante, misterioso e pitoresco. Os romances *Salammbô* (1862) de Gustave Flaubert, *Salomé* de Oscar Wilde (1893) e os filmes *Cabiria* (1914) de Giovanni Pastrone, *Scipione l'Africano* (1937) Carmine Gallone *Sins of Jezebel* (1953) de Reginald Le Borg são algumas obras que contêm inúmeras passagens onde se constrói o mito do Oriente.

Algumas chegam a denegrir a imagem do Oriente, julgando-o como uma terra de selvagens e promíscuos. Por muitas vezes o oriental é compreendido como aquele que enxerga o trivial naquilo que o ocidental consideraria barbárico.



Fig. 1 – Representação dos orientais nas artes. Da esquerda para direita, de cima para baixo, Salammbo representada em Art Nouveau por Alfons Maria Mucha (1896); uma ilustração da peça teatral de Oscar Wilde, *Salome* (1893), onde a personagem principal aparece segurando a cabeça de João Batista em uma bandeja de prata; em seguida o pôster do filme *Cabiria* (1914) em uma cena do suposto sacrifício infantil praticado pelos orientais; e por último o carta do filme *Sins of Jezebel* (1953).

Locke (1993: 3123) nos relembra que o projeto Orientalista teve uma prática discursiva que inclui as artes, em particular a música. Por meio dos estereótipos culturais se cria a imagem de um Oriente despótico, esplendoroso, cruel, idílico e sublime. Esse mesmo autor nos recorda que a música auxiliou na geração de Oriente (Locke 1993: 3124). Locke vai além ao afirmar que óperas como *L'Africaine* (1864) de Giacomo Meyerbeer, *Samson et Dalila* (1877) de Camille Saint-Saëns e *Aida* (1870) de Giuseppe Verdi usam uma ou outra variação em suas tramas e tratam de arquétipos orientais (Locke 1993: 3125).

Por outro lado, o Museu da Civilização Islâmica, junto ao Museu Arqueológico de Sharjah, localizados ambos no emirado homônimo dos Emirados Árabes Unidos, por meio de uma ampla coleção de artefatos, clarifica a importância dos povos do Oriente Médio, e dos contatos que foram estabelecidos com o Mediterrâneo. Pouco conhecidos no Ocidente, esses museus buscam empoderar e desmistificar, não somente o islâmico, mas a soma de todas as histórias pretéritas que formam as civilizações médio-orientais.



Fig. 2 – Na primeira imagem, o Museu da Civilização Islâmica de Sharjah; na segunda imagem, o Museu Arqueológico de Sharjah (Lima 2016).

Um *outro* passado

Em sua exposição, Lumbreras ressalta a importância de considerarmos toda a herança pretérita e não apenas no passado escolhido. Ao discorrer sobre a sua própria vivência, o autor compreende-se como resultado do contato entre colonizador e colonizado, fruto de algo novo. Lumbreras admite que não é tampouco um ou outro, mas sim um resultado de ambos.

O autor nos alerta sobre a necessidade de nos considerarmos partes de intervenções humanas em condições concretas do mundo por meio das memórias que foram transmitidas e conseguiram chegar até nós.

Em sua obra *La Méditerranée archaïque*, Michel Gras afirma que o Mediterrâneo se configurou como um verdadeiro cimento líquido (1998: 7), dessa maneira a proposta do autor é integradora. Ao afirmar que, pelo contato e pelas trocas, não apenas comerciais, ocorreu um florescimento cultural em todos os povos da orla, o autor considera a importância de todas as populações e resgata a vivência dos *outros*.

Ao tratarmos sobre os *outros* nos referimos aos povos orientais, mais especificamente, os fenícios. No Brasil, as professoras Maria Cristina Nicolau Kormikiari² e Adriana Anselmi Ramazzina³ iniciaram os estudos fenício-púnicos dando condições para uma reinterpretação do registro arqueológico a fim de fornecer novas interpretações sob uma outra ótica.

Os fenícios

Os fenícios foram uma população oriunda da região da Fenícia, atual costa sírio-libanesa. Geograficamente, a Fenícia é uma estreita faixa de terra limitada a leste, pela

² Cf. Moedas púnicas em coleções brasileiras: iconografia e circulação (1995); Norte da África autóctone do século III a.C.: as imagens monetárias reais berberes (2001); Organização espacial berbere na Numídia centro-oriental (da proto-história ao período dos reinos berberes nos séculos IV a.C ao I a.C.) (2006).

³ Cf. Padrões Funerários Púnicos na Sicília: as Necrópoles de Palermo e de Lilibeu (1997); As Práticas Funerárias da Sicília Púnica e da MetrÓpole de Cartago: tipologias tumbais e interações (2003).

cadeia montanhosa do Líbano e a oeste pelo Mediterrâneo. Suas cidades mais importantes são de norte a sul: Arado, Simura, Biblos, Beirut, Tiro e Acco sendo Tiro e Sidon os maiores expoentes com certa hegemonia sobre as outras, visto que as cidades da Fenícia mantinham sua própria autonomia (Kormikiari 1994: 5).

Sua formação tem como data base c.1200 a.C., pois, durante esse período, povos vindos do norte da Síria, conhecidos como “povos do mar”, invadem o Oriente Mediterrâneo e alcançam a fronteira com o Egito. Nesse contexto, o litoral siro-palestino é o único que não se altera, mantendo uma afinidade cultural, econômica, política e étnica (Kormikiari 2013: 2).

Por sua vez, o termo ‘fenício’, segundo Ditley (2009: 6) é uma categoria artificial que não deve ser entendida como coerente, uniforme ou uma cultura ou identidade estável nem mesmo para o local de origem desse povo, é um termo vago e coletivamente pragmático que une um amontoado de complexas identidades e práticas culturais.

Também temos conhecimento do termo ‘cananita’ ou ‘cananeu’, que aparece em Gêneses (9: 18, 10: 15) onde Canaã é filho de Cam e pai de Sidón. Os textos bíblicos segundo Aubet (2001: 10) usam o termo ‘kena’aním’ ou ‘kananaioi’ para designar os habitantes da grande planície costeira a norte de Israel e passou a ser usado no começo do III milênio a.C. como referência aos fenícios, porém denominava todas as populações que habitavam a Síria e a Palestina (Aubet 2001: 7; Gras; Rouillard; Teixidor 1995: 32-33).

O uso do termo ‘púnico’, por sua vez foi cunhado pelos autores romanos a partir da transcrição do grego para o latim dos termos ‘poenus’ e ‘phoinix’. Não há uma clara distinção de como esses termos eram usados, uma vez que ‘fenício’, ‘púnico’ e ‘cartaginês’ eram gentílicos usados para designar os inimigos de Roma e também usados para se referir aos fenícios no Norte da África (Aubet 2001: 12; Moscati 1988, 3-13).

Segundo Kormikiari (1994: 6), os romanos distinguiam os fenícios do Oriente como ‘phoenices’, e os fenícios do Ocidente como ‘poeni’, ou seja, os púnicos. A literatura latina clássica também faz referência ao uso do termo ‘carthaginienses’, não apenas em referência ao gentílico de Cartago, mas também ao conjunto dos fenícios do Ocidente. Referente à nomenclatura Kormikiari (1994: 3-4; 2013: 1-2), esclarece

que termos como ‘púnico’, ‘cartaginês’ e ‘fenício’ são utilizados pela historiografia moderna para facilitar o estudo da cultura desses povos. Para a autora, dos três, o uso do termo ‘fenício’ é o mais autônomo, enquanto ‘púnico’ e ‘cartaginês’ se sobrepõem no sentido em que ‘púnico’ pode ser usado para designar um ‘cartaginês’, estes dois são mais utilizados na identificação do que seriam os fenícios do Ocidente após a formação do império de Cartago (Kormikiari 1994: 3; 2013: 1).

A fundação do Ocidente pelo Oriente

O Mediterrâneo Ocidental foi visitado e colonizado⁴ desde o início do IIº milênio fora ali, nos confins do mundo conhecido, que os fenícios estabeleceram a fundação tíria de Gádir, tida como a mais antiga do Ocidente. A presença fenícia na Península Ibérica se deu com a fundação de Gádir.

Cádiz, no arquipélago das Ilhas Gadeiras. O geógrafo grego Estrabão em seu livro III, dedicado à Ibéria, narra que o estabelecimento dos fenícios no sul da Península Ibérica teria acontecido depois de um oráculo de Tiro ter exigido que os tírios fundassem uma colônia no Extremo Ocidente (Estrabão, III, V, 5) por fenícios, especialmente tírios, já, *gdr*, em fenício, (Aubet 2001: 260), atual Cádiz, no arquipélago das Ilhas Gadeiras.

Aubet (1990: 38) afirma que pequenas comunidades de emigrantes vindos do Levante passaram a viver nos principais assentamentos indígenas tartésicos como agentes e intermediários de uma rede comercial controlada por Gádir e com suporte do santuário de Melqart. Segundo Aubet (2001: 276), o santuário de Melqart em Gádir abrigava um oráculo, edifícios administrativos e quartéis residenciais para os sacerdotes.

⁴ O termo colônia deve ser entendido com cautela, uma vez que evoca a ideia histórica de exploração por parte de uma metrópole sobre sua colônia a partir do século XV d.C. e da missão imperialista europeia disfarçada como uma delegação “civilizadora” sobre África e Ásia durante o século XIX e XX d.C. (Van Dommelen 2005: 110). Para os gregos antigos, a apoikia (cidade fundada por grupo de emigrantes gregos) mantinha relação religiosa e moral com suas cidades fundadoras, mas era completamente independente político e economicamente (LABECA-MAE/USP). Assim o termo não carregava o tom de conquista e exploração característicos dos processos coloniais (Van Dommelen 2005: 110). Optamos por manter em nosso trabalho o termo colônia em sua forma mais geral, pelo mesmo ser adotado na bibliografia e pela sua falta em língua fenício-púnica.

A cidade se organizou como a principal cidade fenícia na região, encabeçando o que Tarradell (1967) nomeou de 'Círculo do Estreito', uma próspera liga comercial e cultural no sul da Península Ibérica capitaneada pelos gaditanos (Wielgosz Leite 2011: 25; Sáez Romero; Díaz Rodríguez; Sáez Espligares 2004: 32).

No conceito de Tarradell, o Círculo do Estreito foi uma área sob influência gaditana, que englobava o Sul Peninsular e o ocidente do Norte da África, Gádir, dentro dessa perspectiva, detinha a gestão econômica e dirigia a política comercial do Extremo Ocidente do Mediterrâneo.

O redescobrimento do Oriente

Diferentemente das correntes que creditavam os púnicos com um poder hegemônico em todas as colônias fenícias, a ideia de Miguel Tarradell, baseada em vestígios dos sítios no Estreito, indica um desenvolvimento de uma cultura diferenciada da cartaginesa. Seus principais fundamentos se baseiam na tipologia das ânforas encontradas no Estreito e em Cartago e suas colônias na Sicília, Sardenha e Córsega.

O objetivo é situar os "confins do mundo" (Patérculo, *I, II, 3*) no Mundo Antigo e perceber como se estruturou o espaço que foi local de encontro entre tartésicos e fenícios. Nesse sentido, a busca por um passado oriental visa integrar o Ocidente ao Oriente a fim de romper com a diferenciação entre um e outro e esclarecer que ambos se formaram em conjunto.

Atualmente, o estudo do Oriente se faz necessário uma vez que o mesmo vem sendo perdido pela emergência de movimentos extremistas, sendo o mais notório deles, o Estado Islâmico. Ao destruir sítios arqueológicos, o EI busca destruir a memória dos povos vivos, ao apagar seu passado, o grupo se torna o único referencial para as gerações futuras das populações que submetem.

Reflexões finais

O estudo de Gádir posiciona o Extremo Ocidente no Mundo Mediterrâneo uma vez que esta região é pouco conhecida por ser distante dos centros mediterrânicos

Em tempos de uma destruição sistemática e ideológica de sítios no Oriente Médio e Próximo existe uma possibilidade de uma valorização do passado oriental.

Nota-se um esforço por parte dos ciclos acadêmicos em assumir esse passado levantino. Surgido de uma proposta de 1994 por parte do governo italiano, a *Ruta de los fenicios*, é um itinerário cultural que passa por 18 países. Para os organizadores da rota, os fenícios representam uma interculturalidade mediterrânea.

Por fim perceber que o Oriente esteve presente na formação do Ocidente é um caminho para se tentar retomar a noção de solidariedade que o professor Gordon Vere Childe (2004: 20) pregava em seus inscitos, que os dados arqueológicos “não irão aumentar o número de bombas ou manteigas”, mas que a Arqueologia tem a capacidade de fazer os homens agirem mais humanamente. De fazer homens e mulheres recordarem quem são e de onde vieram.

Referências Bibliográficas

Fontes Textuais

ESTRABÃO. *The Geography*. The Loeb Classical Library. Cambridge: Mass. Londres: Harvard University Press (Tradução de H. L. Jones), 1960.

VELÉIO PATÉRCULO. *Historie romaine, adresse a m Vinicius*. Paris: Panckoucke, 1830.

Bibliografia específica

AUBET, M, E. *The Phoenicians and the west, politics, colonies and trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

DIETLER, M., LÓPEZ-RUIZ, C. *Colonial Encounters in Ancient Iberia*. The University of Chicago Press, 2009.

GRAS, M., ROUILLARD, P., TEIXIDOR, J. *L'univers phénicien*. Hachette. Paris, 1989.

GRAS, M. *O Mediterrâneo Arcaico*. Lisboa: Teorema, 1998.

HARRIS, W. V. *Rethinking the Mediterranean*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

KORMIKIARI, M, C, N. *Moedas Púnicas em coleções brasileiras – Iconografia e circulação*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. *Organização espacial púnica na Sardenha e na Sicília: Os Casos de Nora e Panormo*. Projeto de Pesquisa. LABECA-MAE/USP, 2013.

LOCKE, R, P. Reflections on Orientalism in Opera (And Musical Theater). *Revista de Musicología*, Vol. 16, No. 6, Del XV Congreso de la Sociedad Internacional de Musicología: Culturas Musicales Del Mediterráneo y sus Ramificaciones: Vol. 6, 1993, pp. 3122-3134.

MORRIS, I. *Classical Greece: Ancient histories and modern archaeologies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

MOSCATI, S. Fenicio o punico o cartaginense. *Rivista di Studi Fenici*, 16, 1988, pp. 3-13.

PATTERSON, T, C; Orser, C, E. *Foundation of Social Archaeology: Selected Writings of V. Gordon Childe*. Walnut Creek, California: Altamira Press, 2004.

RAMAZZINA, A, A. *Padrões Funerários Púnicos na Sicília: as Necrópoles de Palermo e de Lilibeu (1997); As Práticas Funerárias da Sicília Púnica e da Metrópole de Cartago: tipologias tumbais e interações*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SAID, E, W. *Orientalism*. London: Penguin Books, 2003.

SÁEZ ROMERO, A, M., DÍAZ RODRÍGUEZ, J, J., SÁEZ ESPLIGARES, A. *Nuevas aportaciones a la definición del Círculo del Estrecho: la cultura material a través de algunos centros alfareros (ss. VI-I a.n.e.)*. Cádiz: Gérion, V.22, 2004, pp. 31-60.

TARRADELL, C. Los fenicios en Occidente. Nuevas Perspectivas. In: HARDEN, D, B. (Ed.). *Los Fenicios*. Barcelona, 1967, pp. 295-296.

TRIGGER, B. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.

VAN DOMMELEN, P. Colonial Interactions and Hybrid Practices. Phoenician and Carthaginian Settlement in the Ancient Mediterranean, In: G, STEIN. (Ed.). *The Archaeology of Colonial Encounters. Comparative Perspective*. School of American Research, Santa Fe, 2005.

WIELGOSZ LEITE, A, F. *Culturas irmãs: Hegemonia cartaginesa sobre Gades e o "Círculo do Estreito"*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

Uso de combustíveis e processamento de vegetais amiláceos em Lapa Grande de Taquaraçu

Use of fuels and starchy vegetable process at Lapa Grande de Taquaraçu

Rodrigo Angeles Flores¹
Astolfo Gomes de Mello Araujo²
Gregório Ceccantini³

Resumo

O sítio arqueológico Lapa Grande de Taquaraçu é um pequeno abrigo calcário localizado numa zona limítrofe com a microrregião de Lagoa Santa, MG, cuja temporalidade está entre 11.500 anos AP aos 1000 AP aproximadamente. A fim de se obter dados a respeito do uso dos vegetais pelos antigos habitantes deste sítio, foi analisada a massa dos vestígios botânicos evidenciados através do peneiramento durante as escavações. Além disso, o sedimento pertinente aos artefatos líticos foi estudado com o objetivo de identificar a presença de grãos de amido; como complemento, este mesmo sedimento foi analisado para a detecção de hemoglobina mediante o uso de fitas de uranálise. Foi constatado o uso principal de “coquinhos” como combustível em todas as ocupações do sítio. A presença de grãos de amido em quase todos os artefatos analisados líticos e de hemoglobina em alguns, pôs em evidencia o seu uso indistinto para processar diferentes tipos de vegetais amiláceos e animais.

Palavras chave: Amido, detecção de hemoglobina, Lagoa Santa, madeira carbonizada, semente carbonizada, Taquaraçu

Abstract

¹ Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

² Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

³ Instituto de Biociências, Departamento de Botânica, Universidade de São Paulo.

The archaeological site of Lapa Grande Taquaraçu is a small limestone shelter located in a border area with micro Lagoa Santa, MG; its temporality ranges from 11,500 BP years to the 1000 BP approximately. In order to get an idea of the use of plants by the ancient inhabitants of this site, the mass of the botanical remains screened during the excavations was analyzed; also, the sediment related with the lithic artifacts was studied for the presence of starch grains; in addition, the same sediment was analyzed for hemoglobin detection by using urinalysis strips. The main use of "little coconuts" as fuel in all occupations of the site was confirmed. The presence of starch grains in almost all the analyzed lithic artifacts and hemoglobin in some of them put in evidence its indistinct use to process a variety of starchy vegetables and animals.

Keywords: Charred seed Starch, charred wood, hemoglobin detection, Lagoa Santa, Taquaraçu.

Introdução

O presente artigo é produto de uma comunicação apresentada durante a IV Semana de Arqueologia, organizada pelos discentes do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP); que por sua vez é um resumo da dissertação do Mestrado intitulada: "Uso de recursos vegetais em Lapa Grande de Taquaraçu: Evidências macro e microscópicas"(Angeles Flores 2015). Dessa forma, os dados apresentados aqui estão dispostos de forma resumida; uma análise mais profunda pode ser obtida através da consulta à dissertação mencionada.

Lagoa Santa

Desde as explorações realizadas pelo pesquisador dinamarquês William Lund no século XIX, a microrregião de Lagoa Santa (localizada no centro do estado de Minas Gerais) tem sido fonte de vários achados arqueológicos importantes, desde Luzia, um dos esqueletos americanos mais antigos, até a gravura mais antiga das Américas(Neves *et al.* 2012). Embora haja um bom grau de conservação em geral dos restos botânicos nesta região, poucos trabalhos de arqueobotânica têm sido feitos, e geralmente seu enfoque está em macrovestígios(por exemplo: Melo Junior, Ceccantini 2010; Nakamura, Melo Junior, Ceccantini 2010; Rodrigues-Silva 2006). O único trabalho

focado em microvestígios botânicos anterior ao presente é a monografia de Gardiman (2014), porém apresentando artefatos cerâmicos com uma temporalidade bem mais recente do que o material lítico analisado neste artigo. Buscando complementar os estudos arqueobotânicos realizados na área de estudo, o trabalho exposto a seguir pretende conhecer o uso que os antigos povoadores deste sítio davam aos recursos vegetais, através da análise de macrovestígios e microvestígios botânicos.

Localização do sítio

O sítio Lapa Grande de Taquaraçu, conhecido também como Lapa do Niáctor (Da Silva 2013), está localizado na parte central do estado de Minas Gerais, aproximadamente a 20 km ao leste do Carste de Lagoa Santa, na borda do Rio Taquaraçu, um afluente do Rio das Velhas. Trata-se de um pequeno abrigo de rocha cárstica, com medidas aproximadas de 30 metros de comprimento por 9 de largura.

O sítio foi escavado pelo Dr. Astolfo Gomes de Mello Araujo entre os anos 2003 e 2008 no projeto arqueológico intitulado: “*A Lapa Grande de Taquaraçu: Análise Geoarqueológica de um Sítio Abrigado do Período Paleoíndio no Sudeste Brasileiro*”. Essa pesquisa evidenciou uma cronologia de 9.990 ± 60 AP a 1.160 ± 60 AP (11477 ± 133 cal AP - 1087 ± 78 cal AP) com um hiato compreendido entre os anos 8.080 ± 40 AP e 1.160 ± 60 AP (9.028 ± 41 cal AP – 1.087 ± 78 cal AP)¹. Durante essas escavações foi definido um pacote arqueológico de 80 centímetros de espessura, no qual se encontrou uma grande quantidade de materiais líticos, botânicos e faunísticos, recuperando-se também cerâmica em pequenas quantidades na superfície. Além disso, ossos humanos, correspondentes a dois indivíduos foram recuperados (Araujo [s.d.]).

O presente estudo concentra-se no material botânico carbonizado obtido por peneiramento e nos grãos de amido encontrados nas ferramentas líticas escavadas no sítio.

Materiais e Métodos

¹ Datas calibradas usando a curva de calibração CalPal2007 (Danzeglocke, Jöris e Weninger 2007).

Afim de se obter dados relativos aos recursos vegetais usados pelos antigos habitantes de Lapa Grande de Taquaraçu, foi realizada uma análise tanto dos macrovestígios como dos microvestígios. Dentre os primeiros foi analisado o material carbonizado recuperado da peneira das quadras D17, G7, H7 e H8 (Fig. 1). Para os segundos, foram analisados os grãos de amido presentes nos sedimentos de 10 peças líticas não lavadas escavadas na quadra G7 e uma da quadra H8 (Fig.2).

LAPA GRANDE DE TAQUARAÇU ROCKSHELTER Taquaraçu de Minas - MG

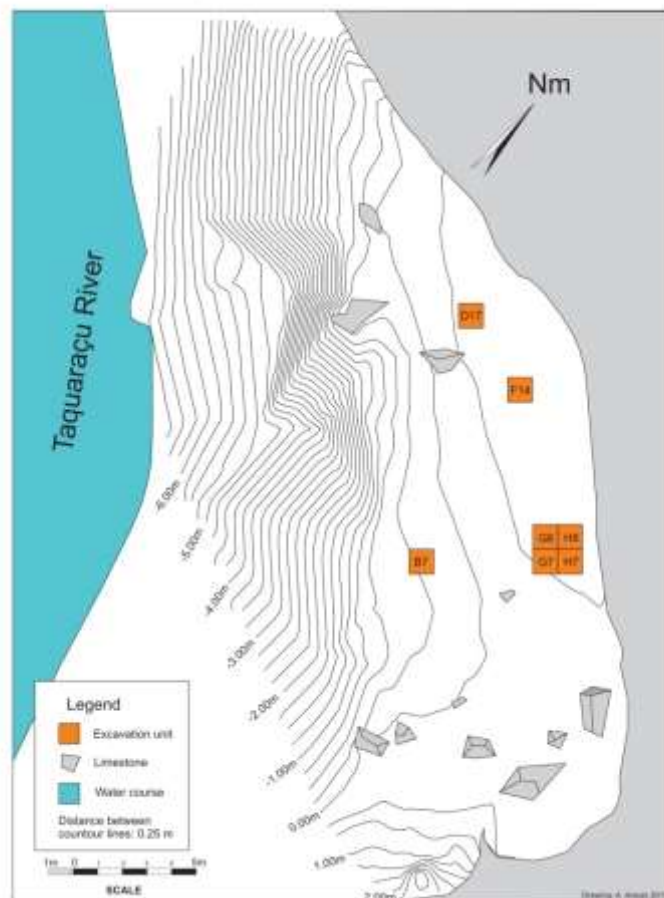


Fig. 1. Mapa topográfico do sítio, com as unidades de escavação indicadas. Desenhado por Astolfo Araujo.

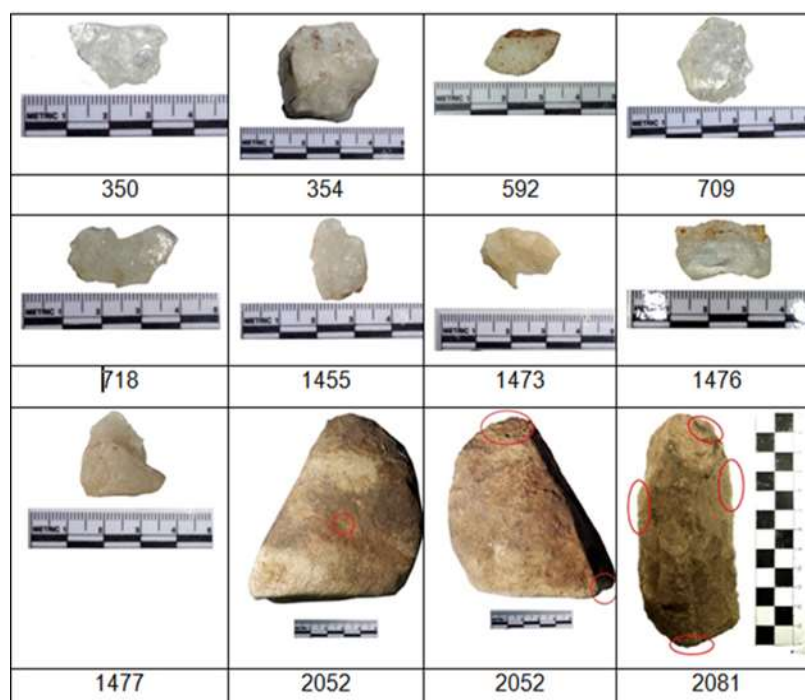


Fig. 2. Artefatos líticos cujo sedimento foi analisado para a coleta de grãos de amido, com destaque às partes específicas analisadas. Imagem por Rodrigo Angeles Flores

No que diz respeito aos macrovestígios, foi realizada uma análise quantitativa da distribuição por massa de sementes e madeira (carbonizadas ou não), para isso, foram classificados em diferentes morfotipos e depois pesados numa balança de precisão. A massa em gramas foi a variável usada para fazer a análise, pois as amostras carbonizadas fragmentam-se muito facilmente, inclusive quando permanecem guardadas no laboratório ou quando examinadas sob lupa ou microscópio, motivo pelo qual uma análise baseada em quantidade de fragmentos poderia gerar resultados enganosos.

Protocolo para a recuperação de grãos de amido

Para recuperar os grãos de amido dos sedimentos dos diferentes artefatos, foi desenvolvido um protocolo baseado nas pesquisas de Pagán Jiménez e Oliver (2008), Cascon (2009, 2010) e Pagán Jiménez (2011). Com o objetivo de procurar concentrações de material biológico, cada artefato lítico foi colocado sob um microscópio Nikon Eclipse E200 com campo escuro e examinado a ampliações baixas

(40X, 100X). Depois desta inspeção, o sedimento de cada artefato foi escovado com uma escova descartável diferente sobre um papel alumínio; o sedimento resultante foi pesado e armazenado em frascos Eppendorf de 2 ml e identificado como “sedimento escovado”. Uma nova escovação foi feita com uma escova submergida em água destilada, assim, as peças obtinham uma aparência de “limpas”, mas sedimento ficava encrustado nas micro rachaduras. Esse sedimento foi recuperado submergindo a totalidade da peça num frasco Falcom de 45 ml preenchido com água destilada, que posteriormente foi colocado num banho ultrassônico por 10 minutos. O sedimento resultante foi identificado como “sedimento associado”.

Duas peças não seguiram esses passos completamente. As escovações na peça 2081 (Figura 2), um artefato plano-convexo (“lesma”) encontrado no fundo da quadra H8, foram feitas separadamente em suas diferentes partes: direita, esquerda, ponta e cabo. Este critério foi seguido no momento de submergi-lo no banho ultrassônico. A razão disso foi porque esta peça permitia analisar diferentes gumes, e com isso identificar diferentes usos de cada porção da mesma.

A peça 2052, um bloco calcário com marcas de uso, também não seguiu o mesmo protocolo das outras (Figura 2). A análise desta peça foi dividida em: Ponta, parte mediana (onde achava-se uma pequena depressão, o que fazia pensar que foi usada como bigorna) e cabo, pelas mesmas razões que a peça 2081. Como na parte da ponta da peça havia algumas concreções de possível natureza calcária (CaCO_3) que poderiam conter grãos de amido, decidiu-se mergulhar essa parte da peça numa solução de ácido clorídrico (HCl 10%) por dois minutos. Passado esse tempo, a peça foi colocada sob a água corrente por alguns minutos, para evitar que o ácido continuasse desgastando-a. À solução de HCl foi adicionado igual volume de bicarbonato de sódio ao 20% (NaHCO_3) para neutralização.

Todos os sedimentos resultantes seguiram o mesmo procedimento para a separação dos grãos de amido. Cada sedimento foi misturado com uma solução de Cloreto de Césio (CsCl) com um peso específico de 1.8 g/cm^3 agitado por 30 segundos e centrifugado a 2.500 rpm de 12 a 15 minutos; fazendo isso os grãos com um peso específico menor do que 1.8 g/cm^3 ficavam no sobrenadante (A), mas o sedimento do fundo (B) foi também recuperado, caso grãos de amido com um peso específico maior do que 1.8 g/cm^3 tivessem ficado nesse sedimento. Depois disso, A e B foram vertidos

num frasco Eppendorf de 2ml adicionando 0.5 ou 1 ml de água destilada, agitada de 10 a 15 segundos com o objetivo de eliminar todos os cristais que o CsCl pudesse ter formado, para depois colocá-los novamente na centrífuga a 3.200 rpm durante 20 ou 25 minutos. Esta centrifugação foi repetida mais duas vezes, colocando uma quantidade menor de água em cada vez. Posteriormente, uma gota da solução resultante foi depositada numa lâmina, coberta com uma placa de petri esterilizada e secada numa estufa a 40°C. Quando a amostra secou, uma gota de glicerol foi adicionada na lâmina, coberta com uma lamínula e depois selada com esmalte de unhas.

As lâminas foram analisadas sob um microscópio Leica DMLB com um filtro de luz polarizada. Cada microvestígio encontrado foi fotografado com uma câmara Leica DFC310FX, descrito e medido com o software gratuito Image J.

Precauções contra contaminantes

Para minimizar a contaminação por amidos modernos, as ferramentas de vidro e de plástico usadas foram imersas numa solução de Dimetil sulfóxido (DMSO) por 8 horas e depois lavadas com água destilada. A área de trabalho foi higienizada com álcool (ETOH) a cada peça analisada, além disso, luvas nitriladas sem talco foram usadas para manipular o material. Seguindo as recomendações observadas em pesquisas anteriores para detectar possíveis amidos no ar que pudessem contaminar as amostras arqueológicas (Crowther et al. 2014; Laurence et al. 2011), placas de petri foram preenchidas com água destilada e deixadas nas diferentes áreas de trabalho por 12 dias. Além disso, as soluções usadas foram rotineiramente analisadas para a presença de amidos.

Técnicas complementares

Adicionados aos estudos arqueobotânicos, foram realizadas análises para a detecção de hemoglobina nos artefatos líticos, usando para isso fitas de uranálise. Esta técnica é baseada na descrita por Malainey (2011), aplicada com sucesso em campo por Matheson, Hall e Viel (2009) e Williamson (2000) e comprovada em laboratório por Mattheson e Veall (2014). A técnica consiste em diluir um pouco de sedimento em água destilada, misturando-o em partes iguais com uma solução de sal ácido de sódio

etilenodiaminotetracético (Na-EDTA) com um volume de 500 mM. Uma gota dessa solução foi vertida na fita de uranálise, esperando 60 segundos para perceber alguma reação que indicasse a presença de hemoglobina.

Estudo de referência

Com a finalidade de detectar possíveis contaminações modernas e realizar identificações preliminares em material fresco e cozido que pudessem contribuir com estudos futuros, foram eleitas 6 espécies de estruturas tuberificadas de plantas de grande consumo no Brasil, naturais do país ou alóctones: Cará (Fam. Dioscoreaceae, *Dioscorea trifida* L.), Inhame (Fam. Araceae, *Colocasia esculenta*), Mandioca (Fam. Euphorbiaceae, *Manihot esculenta* Grantz), Mandioquinha (Fam. Apiaceae, *Aracacia xanthorrhiza* Bancroft), Batata doce (Fam. Convolvulaceae, *Ipomoea batatas*) e Batata de índio (Fam. Bignoniaceae *Dolichandra unguis-cati*). A coleta desse material foi feita em mercados locais de São Paulo, com exceção da batata de índio, que foi coletada no Município de Matozinhos. Para montar a coleção de referência a estrutura tuberosa foi lavada e descascada, raspada com uma lâmina metálica afiada sobre uma placa de petri esterilizada preenchida com água destilada; uma gota da solução resultante foi colocada numa lâmina, deixada secar, adicionada uma gota de glicerol e depois selada com esmalte de unhas.

Resultados e discussão

Material carbonizado

Embora o material lenhoso carbonizado seja o dominante no registro (424,2 g 71%), as sementes carbonizadas ocupam quase a terceira parte do registro (167,9 g 28%). Mesmo em quantidade mínima (4,9 g 1%), amostras não carbonizadas foram também recuperadas.

As sementes foram classificadas em 14 tipos, com base na forma, espessura e características superficiais. Não foram discriminadas peças completas de fragmentos. Cada tipo foi nomeado com uma letra diferente do alfabeto, 6 tipos (A-G) correspondem ao material carbonizado, e os 8 restantes (H-N) ao não carbonizado. Algo que deve ser observado no que diz respeito ao material não carbonizado é, que

apesar da diversidade dos tipos, a ocorrência da maioria deles corresponde a um exemplar só. As fibras, folhas e madeiras não carbonizadas, não foram registradas com um tipo específico (Fig. 3).



Fig. 3. Diferentes tipos de macrovestígios analisados. Imagem por Rodrigo Angeles Flores.

Em geral, pode-se observar a presença de “coquinhos” em todas as fácies e níveis, espalhados por todas as unidades de escavação. Os tipos C e D também foram achados em praticamente todos os contextos. Apenas esporadicamente foram evidenciadas no registro sementes de outro tipo. O material não carbonizado foi registrado tanto nas fácies mais próximas à superfície quanto nas mais profundas, o que é um indicativo do ambiente favorável para a conservação de vestígios orgânicos no sítio.

A presença dominante de “coquinhos” em todos os níveis e fácies não é inesperada, e corresponde com o observado em outros sítios da região (Gussella 2003;

Nakamura, Melo Junior, Ceccantini 2010; Resende, Prous 1991; Rodrigues-Silva 2006). Isso talvez se deva a que sementes e frutos em geral são excelentes combustíveis devido às suas altas concentrações de resina e óleo. Essa característica adicionada à facilidade do transporte desse material pode fazer que os “coquinhos” sejam em ocasiões preferidos em relação aos combustíveis de madeira (Resende; Prous 1991: 91).

Outro fator que poderia explicar a grande quantidade de coquinhos é o grande número de propágulos produzidos por algumas palmeiras, e a facilidade pela qual estas podem ser carbonizadas e durar mais do que outros vestígios (Nakamura, Melo Junior, Ceccantini 2010: 170).

Não é possível observar uma mudança significativa entre o uso de madeira e de sementes como combustível, em todas as fácies onde havia uma grande quantidade de madeira carbonizada, uma concentração um pouco menor de sementes a acompanhavam. Com base nos achados da quadra G7, pode-se observar duas grandes concentrações: uma entre 9.340-10.050 AP, e outra perto do fundo da quadra datada em 11.477 AP. Outra menor é detectada nos primeiros níveis, com datação 1.100 ± 80 AP. Isso coincide com o reportado por Araujo ([s.d.]), para o sítio. Contudo, as interpretações sobre as ocupações devem de ser complementadas pelos dados de frequências de materiais líticos e faunísticos do sítio.

Grãos de amido encontrados no material arqueológico

Nas 11 peças arqueológicas analisadas foram recuperados 301 grãos de amido e 78 elementos variados (fitólitos, vasos e elementos desconhecidos). Os grãos de amido foram classificados com base nas classificações feitas por Pagán Jiménez (2011) e no *International Code for Starch Nomenclature* (ICSN 2011) principalmente o critério de forma (circulares, quadrados, triangulares, etc.) seguindo secundariamente as outras características (laminado, borda, posição do hilo, forma do hilo, etc.), desta forma os amidos foram classificados em 16 tipos e nomeados com uma letra do alfabeto (Fig. 4).

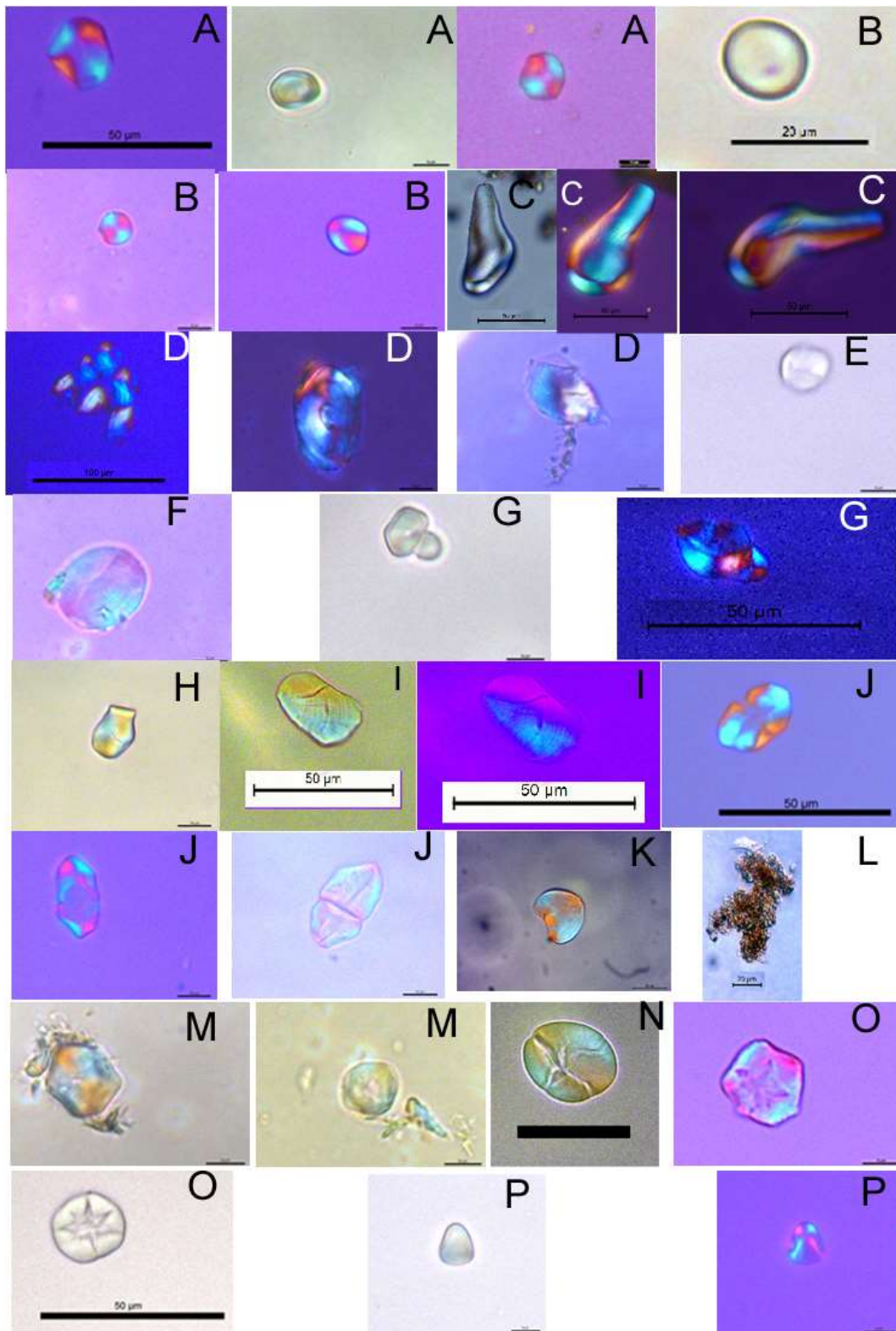


Fig. 4. Exemplos dos tipos de amidos definidos, detalhes sobre tamanho, forma e demais características podem ser consultadas em Angeles Flores (2015). Imagem por Rodrigo Angeles Flores

Os tipos mais presentes foram o A e o B, seguidos do L e M. Dos tipos restantes, apenas o D teve uma representação de mais de 10 indivíduos. Três grãos estavam tão modificados que foi impossível definir uma forma e conseqüentemente um tipo específico para eles.

Da peça 350 foi recuperado o maior número de grãos de amido, tanto no sedimento resultante do banho ultrassônico (registrado como associado) quanto no escovado. Grandes quantidades de grãos tanto no sedimento escovado quanto no associado, foram achados também na peça 1473. No que diz respeito à peça 2081 (lesma), foram encontrados amidos tanto no sedimento associado quanto no escovado nos lados direito, esquerdo e ponta da peça, porém, não foram achados grãos de amido no cabo. Destaca-se a presença de um aglomerado de perto de 200 grãos no sedimento associado do lado direito da peça e de ráfides no sedimento associado da ponta. Na peça 2052 foram observados grãos no sedimento escovado da ponta, no associado do cabo e apenas um grão no sedimento associado da parte central. Não foram encontrados grãos de amidos depois do tratamento com HCl.

Um elemento que esteve sempre presente no registro foram os amidos modificados. Dos 301 grãos de amidos encontrados, 103 apresentam algum tipo de modificação, seja por moagem, perda de água, aumento de temperatura, ou por alguma combinação desses processos, não necessariamente antrópicos². Os amidos modificados aparecem em todas as peças, e indistintamente nos sedimentos associados e escovados.

Além dos grãos de amido, foram observados nos sedimentos elementos variados como fibrotraqueídes, tecidos (provavelmente parênquima radial) elementos de vaso e ráfides, o que reforça o uso das ferramentas de pedra para processar vegetais.

² Babot (2003: 79) expõe várias modificações que podem apresentar os grãos de amido de acordo com o processo sofrido, essas modificações muitas vezes se sobrepõem, o que indica que um tipo de modificação não necessariamente corresponde a um tipo de processo.

Grãos de amido encontrados nas amostras de controle

Grãos de amido foram observados nas placas de petri, esmalte de unhas e em algumas lâminas. Em geral, os amidos encontrados tanto no ar, quanto no esmalte e nas lâminas não diferem muito dos achados nas amostras arqueológicas, e, assim como o observado por Crowther e colaboradores (2014), alguns dos amidos encontrados nas amostras de controle apresentaram modificações. Porém, a contaminação nas amostras, embora presente, não é suficiente para descartar a presença de amidos e demais vestígios nas amostras arqueológicas, pois apesar de os tipos A, B e M serem encontrados tanto em amostras de controle quanto em arqueológicas, os grãos das amostras de controle não foram observados em aglomerados nem dentro de fibras como no caso das amostras arqueológicas. Além disso, alguns tipos de amido (ex. tipo C e tipo D), assim como alguns tipos de elementos variados (ex. fibrotraqueídes, ráfides) foram encontrados exclusivamente nas amostras arqueológicas.

Estudo de referência

Os grãos das amostras de referência foram medidos e descritos, mas não foi suficiente para afirmar com certeza que algum dos grãos observados nas amostras arqueológicas são correspondentes com alguma espécie do estudo de referência. Ráfides que lembram às encontradas na peça 2081 foram achadas no Cará, mas não é suficiente para afirmar que as achadas nas amostras arqueológicas pertencem a mesma espécie. Além disso, não foram achados grãos de amido na Batata do índio, mas sim uma grande quantidade de cristais de origem não identificada.

Presença de hemoglobina

Três peças apresentaram reações positivas com e sem a solução quelante (NaEDTA): Os sedimentos associados e escovados de um detrito de lascamento, possivelmente um núcleo sem córtex (peça 354); o sedimento escovado de um artefato não definido, possivelmente produto da ação térmica (peça 709), e o sedimento escovado do cabo da peça 2052. Os artefatos não poderiam ser mais dissímiles, todos correspondem a diferentes níveis, fácies e com a matéria prima distinta uma da outra (Tabela 1).

Tabela 1.

Resultados de detecção sangue em artefatos líticos					
Peça	Nível	Fácies	Sedimento	Teste para presença de hemoglobina	Teste para presença de hemoglobina(NaEDTA)
350	1	3	associado	Negativo	Negativo
350	1	3	escovado	Negativo	Negativo
354	1	3	associado	±10	±10
354	1	3	escovado	Negativo	±10
592	3	9	associado	Negativo	Negativo
592	3	9	escovado	±10	Negativo
709	4	11	associado	Negativo	Negativo
709	4	11	escovado	±10	±10
718	4	11	associado	Negativo	Negativo
718	4	11	escovado	Negativo	Negativo
1455	6	19	associado	Negativo	Negativo
1455	6	19	escovado	Negativo	Negativo
1473	6	19	associado	Negativo	Negativo
1473	6	19	escovado	Negativo	Negativo
1476	6	19	associado	±10	Negativo
1476	6	19	escovado	Negativo	Negativo
1477	6	19	associado	Negativo	Negativo
1477	6	19	escovado	Negativo	±10
2052	9	19	cabo, associado	Negativo	Negativo
2052	9	19	cabo, escovado	±10	±10
2052	9	19	Parte central, associado	Nãofeito	Nãofeito
2052	9	19	Parte central, escovado	Nãofeito	Nãofeito
2052	9	19	Ponta, associado	Negativo	Negativo
2052	9	19	Ponta, escovado	Negativo	Negativo
2052	9	19	Ponta, tratamentocom acido	Negativo	Negativo
2081	9	7	Cabo, associado	Negativo	Negativo
2081	9	7	Cabo, escovado	Negativo	Negativo
2081	9	7	Ponta, associado	Negativo	Negativo
2081	9	7	Ponta, escovado	Negativo	Negativo
2081	9	7	Lado esq., associado	Negativo	Negativo
2081	9	7	Lado esq., escovado	Negativo	Negativo
2081	9	7	Lado dir., associado	Negativo	Negativo
2081	9	7	Lado dir., escovado	Negativo	Negativo

Reações positivas sem NaEDTA, mas negativas com esse reagente (o que indicaria um falso positivo) ocorreram no sedimento escovado da peça 592 (detrito de lascamento) e no sedimento recuperado após o banho ultrassônico na peça 1476 (lasca).

Estranhamente, reações negativas sem NaEDTA, mas positivas com o agente quelante, foram observadas nos sedimentos escovados das peças 354 e 1477. Não foi possível encontrar uma explicação para este fato, o que talvez seja devido a um erro de leitura ou a um falso positivo presente com o agente quelante.

Poderia concluir-se a presença de sangue nas peças que apresentaram um resultado positivo com e sem a solução quelante (NaEDTA), porém, deve-se considerar que nas peças 709 e 2052 essa reação positiva ocorreu apenas no sedimento escovado, sem se repetir no recuperado após o banho ultrassônico. Existem duas possibilidades para explicar este fato: 1) esses artefatos não foram usados para processar tecido animal e a reação positiva deve-se a uma presença alta de ferro no sedimento acumulado no artefato de maneira pós-deposicional; ou, 2) esses artefatos foram usados para processar tecido animal, mas o sangue preservado era pouco e foi perdido durante o banho ultrassônico.

Considerações finais

Pequenos frutos de palmeira, conhecidos coloquialmente como “coquinhos”, foram usados como combustível de maneira concomitante a madeiras nos diferentes momentos de ocupação do sítio. Em alguns momentos, parece que foi preferido o uso dos coquinhos em relação à madeira. Fora disso, não existe uma mudança evidente no uso do combustível durante a ocupação de Lapa Grande de Taquaraçu, porém são necessários estudos antracológicos e carpológicos mais aprofundados para confirmar o percebido neste estudo.

De modo geral, pode se afirmar que os habitantes de Lapa Grande de Taquaraçu, usaram as suas ferramentas para processar de maneiras diversas vários tipos de plantas amiláceas além de plantas com tecidos lenhosos (como parecem indicar os elementos de vaso, fibrotraqueídes e parênquima radial achados em algumas peças). Para o processamento de plantas, parece que foram utilizadas

indistintamente tanto lascas como detritos de lascamento. O processamento de plantas pode ter incluído a moagem ou inclusive a cocção de alimentos amiláceos, se forem considerados os amidos modificados; porém, como exposto nas seções anteriores não é evidente se estas modificações são antrópicas ou causadas naturalmente como enzimas. Estudos de referência estão sendo feitos para responder essas questões.

Os resultados de microvestígios em artefatos líticos estão em concordância com o modelo de que a indústria lítica de Lagoa Santa é estruturada em torno de uma estratégia maleável, onde os artefatos não são elaborados com vistas a usos específicos. Na sua vez, o trabalho serve de base para que pesquisadores possam, no futuro, obter informações mais pormenorizadas a respeito do uso dos artefatos líticos e das atividades realizadas por paleoíndios no início do Holoceno.

Agradecimentos

Agradecemos aos membros dos laboratórios de Anatomia Vegetal, Fisiologia Ecológica de Plantas (LAFIECO), Biologia Celular de Plantas (BIOCEL) e ao Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos (LEEH) do Instituto de Biociências da USP por nos permitir usar as suas instalações e pelo suporte técnico e acadêmico recebido, sem os quais essa pesquisa não teria sido possível. Queremos agradecer também ao CNPq (processo 160904/2011-0) pela bolsa de mestrado concedida; e à FAPESP por financiar a escavação do sítio Lapa Grande de Taquaraçu (projeto temático, processo 99/00670-7).

Referências

ANGELES FLORES, R. *Uso de recursos vegetais em Lapa Grande de Taquaraçu: Evidências macro e microscópicas*. (Dissertação de mestrado) Universidade de São Paulo, São Paulo. 2015.

ARAUJO, A.G.M *Escavações na Lapa Grande de Taquaraçu*. Relatório Interno de Pesquisa.S.D.

BABOT, M.P. Starch grain damage as an indicator of food processing. In: D.M. Hart e L.A. Wallis (Orgs). *Phytolith and starch research in the Australian-Pacific Asian regions: the state of the art*. Pandanus Books, Canberra, 2003, pp. 69–81.

CASCON, L. M. *Pequenas Grandes Permanências: métodos e técnicas para a construção de coleções de referência e extração de grãos de amido e outros microvestígios de diversos contextos*. (Monografia de final de curso). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2009

CASCON, L. M. *Alimentação na floresta tropical: Um estudo de caso no sítio Hatahara, Amazônia Central, com base em microvestígios botânicos*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2010

CROWTHER, A.; HASLAM, M.; OAKDEN, N.; WALDE, D. E MERCADER, J. Documenting contamination in ancient starch laboratories. *Journal of Archaeological Science*, 49. 2014, pp. 90-104.

GARDIMAN, G.G. *Vereda III: Uma análise paleoetnobotânica*. (Monografia de fim de curso). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2014.

DA SILVA, L. V. *O Antropogênico e o Geogênico na Sedimentologia Pré-Histórica de Lagoa Santa: Estudo Geoarqueológico do Sítio Lapa do Niáctor*. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011.

DANZEGLOCKE, U; JÖRIS, O; WENINGER, B., *CalPal Online* (1.5). University of Cologne, Germany. Disponível em: <<http://www.calpal-online.de/>>. Acesso em: Agosto 2015. 2007.

GUSSELLA, L. W. *Identificação de restos vegetais do sítio arqueológico Santa Elina - MT*. (Monografia de fim de curso). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2003

ICSN. The International Code for Starch Nomenclature. Disponível em: <<http://fossilfarm.org/ICSN/Code.html> >. Acesso em: Dezembro de 2014. 2011.

LAURENCE, A. R.; THOMS, A.V.; BRYANT, V.M.; MCDONOUGH, C. Airborne Starch Granules as a potential contamination source at archaeological sites. *Journal of Ethnobiology*, 31, 2, 2011, pp. 213-232.

MALAINÉY, M.E. Blood and protein residue analysis. In: *A consumer's guide to archaeological Science, analytical techniques*. Springer, New York. 2011, pp. 219-236.

MATHESON, C. D.; HALL, J.; VIEL, R. Drawing first blood from Maya ceramics at Copán, Honduras. In: Haslam, Michael *et al* (Orgs.). *Archaeological science under a microscope, studies in residue and ancient DNA analysis in Honour of Thomas H. Loy*. The Australian National University Press, Canberra, 2009, pp. 190-197.

MATHESON, C.D.; VEALL, M.A. Presumptive blood test using Hemastix® with EDTA in archaeology. *Journal of Archaeological Science*, 41, 2014, pp. 230-24.

MELO JUNIOR, J. C. F.; CECCANTINI, G. Análise antracológico preliminar. In: Araujo, A.G.M.; Neves, W.A. (Orgs.). *Lapa das Boleiras, um sítio paleoíndio do carste de Lagoa Santa, MG, Brasil*. Annablume, FAPESP, São Paulo. 2010, pp. 149-161.

NAKAMURA, C.; MELO JUNIOR, J. C. F.; CECCANTINI, G. Macro-restos vegetais: uma abordagem paleoetnobotânica e paleoambiental. In: ARAUJO, A.G.M.; NEVES, W.A. (Orgs.). *Lapa das Boleiras, um sítio paleoíndio do Carste de Lagoa Santa, MG, Brasil*. Annablume, FAPESP, São Paulo, 2010, pp. 164-190.

NEVES, W.A; ARAUJO, A.G.M; BERNARDO, D.V.; KIPNIS R.; FEATHERS, J.K. Rock art at the Pleistocene/Holocene boundary in Eastern South America. *PloSone*, 7, 2.2012, e32228.

PAGÁN- JIMÉNEZ, J. R.; OLIVER, J. R. Starch residues on lithic artifacts from two contrasting contexts in northwestern Puerto Rico: Los Muertos Cave and Vega de Nelo Vargas farmstead. In: HOFMAN, C. L.; HOOGLAND, M.L.P.; VAN GIN, A.L. (Orgs.). *Crossing the Borders: New methods and techniques in the study of archaeological materials from the Caribbean*. The University of Alabama Press Tuscaloosa, Alabama, 2008, pp. 137-158.

PAGÁN-JIMÉNEZ, J. R. Useful plants identified through ancient starch grains recovered from ceramic and lithic artefacts, the Chemin Saint –Louis site, French Guiana. In: BEL, M.D. (Org.). *DOM, Guyane, Saint-Laurent-du-Maroni Chemin Saint Louis, rapport d'opération, fouille archéologique. annexes*. Institute national de recherches archéologiques préventives (INRAP), 2. 2011, pp. 399-499.

RESENDE, E.T.; PROUS, A. Os vestígios vegetais do Grande Abrigo de Santana do Riacho. *Arquivos do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais*, 12. 1991, pp. 87-111.

RODRIGUES-SILVA, D.G. *Estratégias de subsistência de sociedades forrageiras pré-históricas da região de Lagoa Santa, MG: uma abordagem paleoetnobotânica*. (Dissertação de mestrado, não defendida). Universidade de São Paulo, Instituto de Biociências, São Paulo, 2006.

WILLIAMSON, B.S. Direct testing of rock painting pigments for traces of haemoglobin at Rose Cottage Cave, South Africa. *Journal of Archaeological Science*, 27, 9, 2000, pp. 755-762.

Bioarqueologia e Arqueologia Funerária: ensaios sobre os encontros interdisciplinares

Bioarchaeology and archaeology of death: essays on interdisciplinary relations

Sérgio Francisco Serafim Monteiro da Silva¹

Resumo

Este artigo apresenta um conjunto de ensaios sobre a configuração disciplinar, teórica e metodológica da bioarqueologia, uma ciência derivada da relação entre a sociobiologia humana, que trata da evolução biocultural e a arqueologia, quando esta possui como objeto de estudo os remanescentes humanos encontrados nas escavações e coletas de campo. Sob a estrutura de um guarda-chuva paradigmático, a sociobiologia humana contém a bioarqueologia. Esta, mesmo contemporânea à definição teórica inicial da arqueologia da morte, derivada, em termos, a partir da antropologia da morte, tem expressado nas últimas reuniões de casuísticas, o interesse na subordinação da arqueologia ao seu complexo sistema de produção de conhecimento científico.

Palavras-chaves: Bioarqueologia, Arqueologia Funerária, Interdisciplinaridade

Abstract

This article presents a set of essays on discipline, theoretical and methodological setting of Bioarchaeology, a science derived from the relationship between human sociobiology, which deals with the biocultural evolution and archaeology, when it has as its object of study the human remains found in the excavations and field collections. Under the structure of a paradigmatic umbrella, human sociobiology contains the Bioarchaeology. This, even contemporary to the initial theoretical definition of

¹ Departamento de Arqueologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE. E-mail: sergio.serafim@ufpe.gov.br

archaeology of death, derived in terms from the anthropology of death, has expressed in recent meetings of samples, the interest in archaeology subordination to its complex scientific knowledge production system.

Keywords: Bioarchaeology, Archaeology of Death, Interdisciplinarity

Introdução

Este artigo iniciou-se a partir de uma significativa consideração: “a Arqueologia Funerária, ou arqueologia das práticas mortuárias, está inserida na Bioarqueologia, preocupando-se principalmente com questões relacionadas ao ritual funerário, posturas do grupo em relação ao fenômeno da morte e os possíveis significados simbólicos que a mesma poderia possuir para os grupos e sociedades em questão. Desta forma, a Bioarqueologia e a Arqueologia Funerária, não são um estudo a priori da morte e extinção dos grupos e sociedades, mas principalmente de aspectos fundamentais dos mesmos enquanto vivos”, divulgada no resumo da mesa Bioarqueologia e Arqueologia Funerária, na IV Semana de Arqueologia do MAE/USP, realizada em junho de 2015.

Mignon nos descrevia nos anos 1990, no seu dicionário de conceitos em arqueologia, a existência de um verbete para a *bioarqueologia* e outro para os *estudos mortuários* (ainda, outros para a *paleopatologia* e *paleoantropologia*), expondo uma relação intrínseca de complementação entre ambos. Para a autora, uma série de dados sobre culturas do passado pode ser obtida pela análise dos remanescentes de esqueletos humanos, sua orientação e disposição, os acompanhamentos funerários inumados com eles e as estruturas funerárias. Essa produção de conhecimento arqueológico se dá pelo estudo criterioso de dados sobre saúde e doença, nutrição e dieta, paleodemografia e práticas culturais, como a deformação craniana e decoração dentária. A evidenciação da estrutura social, relações comerciais e crenças religiosas podem ser recuperadas ou inferidas pelo estudo dos sepultamentos, dos significados das suas instâncias operacionais. Conceitualmente, essa área da arqueologia está relacionada aos estudos bioculturais e à paleodemografia, aos conceitos de troca e especialização. O fator biológico, evidentemente, inclui o *Homo* (unidade da

humanidade) e os componentes dos táxons como um todo (p. ex. arqueofauna, remanescentes zooarqueológicos).

Nesse contexto, Mignon (1993) associa a obtenção dos dados biológicos ao exame dos remanescentes humanos. Interessa produzir importantes informações sociais sobre: a) episódios de fome ou carências alimentares extremas; b) diferenças sociais no acesso aos alimentos mais nutritivos; c) doença e padrão de crescimento e as suas relações com a posição ou nível social; d) expectativa de vida nas várias idades; e) taxas de nascimentos e mortes; f) padrões de interação inter-regional, pela presença de acompanhamentos incomuns; g) níveis de especialização e complexidade social pelos níveis tecnológicos e artísticos identificados nos acompanhamentos funerários; h) tratamento mortuário especial de acordo com a classe ou categoria de indivíduos, como as mulheres e as crianças como indicador da significância social das diferenças de sexo e idade; i) identificação de mudanças ideológicas e econômicas na sociedade pelas mudanças nas práticas funerárias; j) a abordagem do gênero e da sexualidade pelos contextos funerários. Nessas perspectivas, as análises estatísticas multivariadas representam importantes recursos para a compreensão de *modos de vida* no passado.

O estudo do fenômeno *morte* nas sociedades do passado, especificamente sobre as *respostas* dessas sociedades, então vivas, diante do desaparecimento de um de seus membros e as informações osteológicas sobre os modos de vida – dieta, doenças, estresse, guerras, posturas corporais, sacrifícios, migrações - constitui um objeto de estudo dentro do mecanismo da produção de conhecimento em várias disciplinas científicas, a saber: a *antropologia da morte*, a *arqueologia funerária* e a *história da morte* (Silva 2014). As interfaces entre a biologia e a arqueologia resultaram, desde os anos 1950, na formulação de linhagens de pesquisa que incluíram a zooarqueologia e a bioarqueologia (antropologia física ou antropologia biológica, quando voltada ao estudo dos seres humanos e a osteologia humana comparada a dos demais vertebrados, de Cornwall 1956), como exemplos principais. O corpus da produção bioarqueológica, que encontra seus expoentes nos trabalhos de Jane Buikstra e Clark Spencer Larsen, divulgado entre as décadas de 1970 e 1990, envolvendo os conceitos de comportamento humano e *biocultura*, *biohistória* e as denominadas *osteobiografias* e abrangendo a *osteoarqueologia* (osteologia e arqueologia), a *arqueotanatologia* (tafonomia, tanatologia e arqueologia funerária,

para Duda 2009), *paleoantropologia*, *paleopatologia* e a *biologia do esqueleto humano*, ampliou-se significativamente nas últimas décadas. No primeiro caso, dos estudos mortuários (Mignon 1993) gerenciados pelas ciências humanas ou humanidades desde pelo menos os anos 1970-80 nos EUA e Europa, observa-se a explicação do *desenvolvimento cultural humano* na perspectiva destituída da presença do *corpo humano* enquanto ser vivo: o passado dos esqueletos está na sua dinâmica viva e assim, estudá-los implica em reconstituir a vida dos indivíduos aos quais pertenceram e dos seus sistemas socioculturais – contribuindo, também, para compreender sistemas socioculturais na história do presente (na arqueologia forense).

Ainda, os *estudos bioarqueológicos* procuram interpretar o comportamento através do esqueleto humano. Uma primeira síntese ampla sobre o campo emergente da bioarqueologia foi publicada em 1997 e em 2002, escrita por Larsen (muito embora J Buikstra já estivesse escrevendo também sobre a bioarqueologia, desde uma década antes). Segundo o autor, o estudo de remanescentes humanos recuperados de sítios arqueológicos facilita a interpretação dos acontecimentos ocorridos ao longo da vida, como uma doença, estresse fisiológico, lesão que tenha resultado em uma morte violenta, atividades físicas, uso dos dentes, tipo de dieta e a história demográfica das populações outrora vivas. Na bioarqueologia, um tema central é a interação entre biologia e comportamento, ressaltando a natureza dinâmica dos tecidos esqueléticos e dentários e as influências do meio ambiente e da cultura sobre a variação biológica humana. São temas da bioarqueologia, por exemplo, os estudos da paleopatologia, estresse fisiológico, de crescimento e de estrutura óssea e dentária, os processos de envelhecimento e distância biológica, quase sempre vinculados ao desenvolvimento de novas tecnologias de análise bioquímica.

Então a “reconstrução” do comportamento pelos/atraves dos ossos humanos pode revelar ou “refletir” o estilo de vida por meio da osteobiografia (Neves 1984). No âmbito do contexto arqueológico, a bioarqueologia é o estudo de sociedades do passado pelo seu aspecto biológico, incluindo o comportamento individual ou social diante de vários aspectos da vida cotidiana. Em 1984, Neves estava se referindo a uma “antropologia física pré-histórica”, que envolvia as abordagens da *arqueologia da morte*, relacionada ao estudo do comportamento relacionado ao universo *post-mortem* e à cosmologia; da *paleogenética*, voltada ao comportamento em relação à

perpetuação grupal e manutenção do conjunto gênico; da *paleodemografia*, tratando do comportamento em relação à estrutura social; e de *estilo de vida*, voltadas ao estudo do comportamento em relação ao ambiente – subsistência - e organização laboral. A última abordagem constituía um foco importante nos anos 1980 e 1990. O desgaste dentário e a ocorrência de cárie, as patologias do esqueleto e as análises de elementos traços fazem parte dos estudos das formas de subsistência e hábitos alimentares enquanto que a incidência e distribuição das fraturas e osteoartrites fazem parte dos estudos sobre a organização do trabalho. Esse esquadramento oferecido por Neves para a sua antropologia biológica (ou bioarqueologia) inclui a arqueologia da morte na sua estrutura.

Nesse mesmo período, a perspectiva crescente e contínua da biologia na arqueologia nos traz o conceito de *sociobiologia* e de *biocultura*. O primeiro constitui um guarda-chuva paradigmático (Lopreato 1984), fundamentalmente visualizado como uma aliança de disciplinas fundadas nos princípios da genética e biologia de populações humanas modernas, incluindo a *etologia*, *ecologia evolucionária*, *demografia evolucionária*, *genética comportamental*, *primatologia*, *neurofisiologia*, *biologia celular* e outras. A sociobiologia representa um estudo sistemático das bases biológicas de todo comportamento social, incluindo o do *Homo sapiens*, quando se subdivide na *sociobiologia humana*. Interessa a mútua influência entre cultura e seleção natural do altruísmo e as formas de mudança sociocultural: o processo de transformação sociocultural sob o controle de variações e retenção seletiva de predisposições comportamentais (características socioculturais universais, determinadas por leis gerais do comportamento humano) e sob a influência de vários fatores socioculturais e ambientais. Nesse contexto da sociobiologia humana, a *negação da morte* é uma *predisposição comportamental* que impele as pessoas a acreditar na imortalidade da alma e buscar uma existência agradável e social para ela.

A interação biocultural está relacionada à atuação da seleção natural nos sistemas socioculturais. A etologia dos primatas e a sua relação com os estudos sobre o comportamento dos hominíneos diante de seus representantes mortos e o surgimento dos primeiros sepultamentos paleolíticos realizados pelo *Homo sapiens*, podem ser ainda encontradas no texto de Pettit (2011).

Podemos nos centrar em uma arqueologia da *morte* ou uma arqueologia da *vida*? Para Parker-Pearson (2002), constitui um paradoxo estranho o fato de que os remanescentes físicos de um morto, os ossos e alguns tecidos residuais, como cabelos, peles e outros, possam *revelar/refletir* muito mais informações sobre a vida de um indivíduo do que sobre a sua morte. Ossos e outros tecidos formam um *testamento sobre a vida* de populações do passado e nos inspiram a inferir sobre como viveram, quais os seus sexos, ancestralidade genética, que desastres e injúrias teriam sofrido e que alimentos e práticas de remodelação/deformação corporal teriam praticado. Podemos descrever perfis biológicos de uma população antiga, contendo informações demográficas, sobre dieta, saúde e modificações corporais, relacionando-as com as correlatas na atualidade – p. ex. pela história da medicina e das doenças - e as formas de amenização das mesmas. Também, conjuntamente, podemos estabelecer perfis funerários, contendo informações sobre os processos físicos que afetaram os remanescentes humanos, como aqueles relativos à diagênese óssea, em tafonomia arqueológica. No perfil funerário, incluem-se os estudos arqueológicos (antropológicos, geográficos, biológicos e históricos) das práticas funerárias que os vivos realizaram sobre os mortos. Os cadáveres podem ter sido tratados e depositados pelos vivos ou por outros agentes (naturais). Rakita, Buikstra e Beck (2008) revisaram e propuseram novas perspectivas no âmbito da Arqueologia da Morte.

As noções de contexto extra/não funerário e das modificações estruturais de natureza tafonômica dos sepultamentos foram abordadas por Weiss-Krejci (2011) e Roksandic (2002) e fundamentam, a priori e não de forma exclusiva, as abordagens sobre as formas de interpretação do contexto arqueológico das práticas funerárias e dos remanescentes humanos neles inseridos e as abordagens da arqueologia forense e da antropologia forense. As autoras recuperam a importância das análises dos contextos de campo dos remanescentes humanos, estabelecendo novas perspectivas de alfabetização visual para os arqueólogos, antropólogos e biólogos diante dessa categoria de vestígio e sobre os alcances científicos, a sua interpretação no contexto arqueológico, seguindo-se a interpretação do contexto “sistêmico” ou “de vida” da população no passado.

Estudar remanescentes humanos de procedência arqueológica, incluindo, também, os seus contextos funerários, tem representado cada vez mais uma busca (ou

predisposição comportamental) não só dos bioarqueólogos e dos bioantropólogos, mas de profissionais dos diferentes campos de especialidade (odontologia, medicina, sociologia, arqueologia, geografia, história, psicologia, semiótica, artes, entre outros).

Devem estar surgindo campos de pesquisa correlatos e compartilhados com a bioarqueologia, mas não especificamente bioarqueológicos. Para Souza (2014), esse público praticante da bioarqueologia, especializado ou não, inclui aqueles também motivados pelos temas apelativos e divulgação da arqueologia. Na abordagem bioarqueológica, a arqueologia antropológica ou é biologia ou não é nada. Nessa perspectiva, não seria uma tarefa fácil encontrar uma caixa classificatória para a Arqueotematologia de Henri Duday (2009). Para este autor, os cursos de osteologia para arqueólogos eram relativamente raros na França. Esses especialistas em osteologia provêm das áreas da biologia e da medicina. Existe uma crítica ao fazer técnico do arqueólogo: nas faculdades de arqueologia, são o foco da atividade a escavação de camadas e compreensão dos processos que resultaram em uma ou outra estratificação conforme leis relacionadas a elas. Também somente interessam entre a cultura material, os acompanhamentos funerários e as estruturas arquitetônicas. Assim, o objetivo da *arqueotematologia* de Duday (2009) está voltado à reconstruir as atitudes de antigas populações diante da morte com foco no estudo do esqueleto humano e análise dos atos ligados à preparação/tratamento do corpo. Assim, os arqueólogos que atuam em contextos funerários em campo não devem estar aptos somente para coletar os ossos e levar para o laboratório. Ossos não são elementos estranhos na escavação arqueológica e nem deveriam atrapalhar muita gente. Uma vez localizados no chão, nunca deverão estar dissociados das análises arqueológicas. A escolha metodológica pela arqueologia da terra ou arqueotematologia (Duday 2009), consiste simplesmente na colocação do falecido no centro de interesse dentro de um sepultamento. Não significa uma desvalorização da importância desses objetos de cultura material, cuja dimensão social está ligada diretamente à ideologia funerária e que muitas vezes propiciam datar uma sepultura. Esqueletos não são sinônimos de sepultamentos ou de sepulturas. Duday está interessado nos processos tafonômicos vinculados à decomposição dos cadáveres e no aspecto arqueográfico dos remanescentes humanos inseridos no contexto arqueológico. Os diferentes tipos de depósitos funerários interessam a Duday.

Esse mesmo interesse já estava presente nos primeiros estudos de Roderick Sprague, nos anos 1970. O contexto arqueológico dos esqueletos, incluindo a obtenção de dados mortuários contextuais, constituía o foco da Terminologia Funerária de Sprague (2005). Associados à coletânea de Haglund sobre tafonomia arqueológica, constituem referências importantes para o estudo dos perfis ou padrões funerários. Tornam-se viáveis as explicações para os sepultamentos primários e secundários (incluindo-se os terciários). Acrescentemos a esse ensaio a contribuição de uma outra bioarqueologia, a de Joanna Sofaer (2006), voltada ao corpo como cultura material. Sua bibliografia contém as mais importantes contribuições sobre a teoria da osteoarqueologia sob a perspectiva holística, onde participam pensadores da linhagem cambridgiana e harvardiana, os principais clássicos da bioarqueologia e da arqueologia da morte, da antropologia e da sociologia. Corpo e sociedade são teoricamente revisitados neste estudo. Como a ontogenia humana é material, torna-se impossível separar o corpo do mundo material. O corpo está ligado aos objetos, por contingência. Por isso, o corpo é material, tornando-se em si mesmo um tópico para a investigação arqueológica (Sofaer 2006: 142).

Desde que Lima (1994) retomou a questão ética sobre a escavação de sítios cemitérios históricos na arqueologia e a pesquisa direta sobre os remanescentes humanos aí encontrados, pouco ou absolutamente quase nada foi gerado no sentido do estabelecimento de códigos ou legislações relacionadas com a ciência arqueológica no Brasil. O cenário construído até então está formado por um patrimônio arqueológico em constante e crescente degradação avassaladora, resultante de inumeráveis empreendimentos nas áreas urbanas e rurais, com profissionais de arqueologia incapazes de criar ou manusear os mecanismos facilitadores de políticas de proteção e preservação mais eficazes do patrimônio nacional como um todo. O surgimento de uma conscientização de grupos minoritários ou excluídos tem resultado em movimentos de busca pela autoimagem e reinserção na estrutura organizacional da sociedade e da cultura brasileira e o seu desenvolvimento vem, agora, vinculado ao aparecimento de organizações não governamentais, sociedades e outras instituições agregadoras de interesses específicos de classes, grupos e indivíduos.

Para os sítios cemitérios de grupos sociais abastados, como por exemplo a pesquisa realizada no Monumento do Ipiranga, em São Paulo, sobre os remanescentes

dos corpos de D. Pedro e suas duas esposas, D. Leopoldina e D. Amélia, bastam autorizações oficiais dos descendentes vivos ou familiares. Entretanto, para sítios cemitérios e outros, com presença de remanescentes humanos de contextos não funerários ou sem identificação pessoal, incluindo sepultamentos coletivos ou individuais de comunidades africanas, escravos, mortos por epidemias, executados, por genocídios e homicídios de natureza política, vítimas sacrificiais ou de canibalização, suicidas, comunidades indígenas, colonizadores europeus anteriores ao séc. XIX, entre outros, as autorizações são de outra ordem ou espécie. A questão é científica e jurídica e de difícil resolução. O clamor pelas reinumações tem sido constante em ambos os casos, conquanto haja missa e outros procedimentos católicos usuais. Os métodos e técnicas arqueológicos necessários são os não-invasivos e os motivos para isso poderiam ser eminentemente éticos. Intervenções invasivas devem ser reservadas aos sítios ameaçados de destruição ou com elevado potencial científico. Existe consenso sobre esses procedimentos? São necessárias mais estratégias *above-ground* do que *underground* nos sítios cemitérios, com o empenho dos arqueólogos nas análises quantitativas e qualitativas no âmbito iconográfico, espacial, epigráfico, entre outros? Deixemos os remanescentes humanos descansarem em paz para evitar a violentação, desmembramento e descontextualização da cultura.

O fator *reinumação*, notado em igrejas coloniais escavadas recentemente, bem como *reconstrução* dos remanescentes humanos e do sítio escavado constituem temas importantes. Quantos são os sítios escavados e nunca mais recompostos pelos próprios arqueólogos após o término de suas escavações totais ou parciais? A etapa reconstrutiva dos substratos escavados quase nunca está nos planejamentos de pesquisa arqueológica, especialmente no Brasil. Nesse caso não estão incluídos os museus de sítio, por exemplo.

Temos ainda outro problema: como viabilizar um processo de conservação, restauro e curadoria de materiais arqueológicos de natureza orgânica, com predomínio de remanescentes de esqueletos humanos, de modo a construir um gerenciamento sistemático e permanente dos novos laboratórios de arqueologia, especialmente os das universidades federais, comumente vinculados ao ensino, pesquisa e extensão e à guarda institucional desse material?

A nova bioarqueologia (ou bioarqueologias) apresenta, aprioristicamente, uma conformação disciplinar que inclui a bioarqueologia, propriamente dita, a osteoarqueologia, arqueotanatologia, paleoantropologia, arqueologia funerária, antropologia biológica, arqueologia das práticas mortuárias, arqueologia mortuária, antropologia da morte, arqueologia forense (e a antropologia forense). Entretanto, no caso da paleoantropologia, esta parece estar na interface entre a biologia (paleontologia), a antropologia, a arqueologia e a geologia. A osteoarqueologia está no limite entre a osteologia humana (da medicina) e a arqueologia; a arqueologia forense e a antropologia forense parecem constituir ciências forenses, assim como a entomologia forense, química forense, física forense, engenharia forense, arte forense, medicina forense e balística, por exemplo. Esses pertencimentos disciplinares ou de identidade dos nichos de conhecimentos e produções discursivas de natureza científica ou holística são um problema reverberado das últimas revoluções científicas, quando se dá a passagem de um paradigma a outro em uma ciência e uma mudança na concepção de mundo. As relações entre essas disciplinas apontam para a multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e outras instâncias modernas de relação.

Os conceitos correlatos à perspectiva de Parker Pearson para a Arqueologia da Morte incluem o ritual, ritos, ideologia, passado, papéis sociais, evolução humana e persona social. Somente não vamos encontrar o corpo físico do agente dessas ações. Na Antropologia Biológica de Neves (1984) incluem-se o estudo do estilo de vida cotidiana, do indivíduo, biodistância, nova craniologia e a antropologia dental para a reconstituição de comportamentos de populações /sociedades do passado.

Novos problemas aparecem quando Buikstra e Ubelaker publicam o seu manual de 1994, inicialmente vinculado ao problema da devolução dos remanescentes funerários aos povos indígenas norte-americanos. O inventário sistemático de coleções antropológicas no mundo para fins de estudos comparativos reinicia-se com as curadorias de curta, média e longa duração.

A importância desenfreada da retomada do contexto arqueológico dos remanescentes das práticas funerárias se dá mediante as restritas abordagens do “osso pelo osso”. Assim, novas perspectivas propõem a retomada dos “ossos vistos no chão” e do “esqueleto atrapalha muita gente”, na linha estabelecida pelas editorações de Jane

Buikstra e Douglas Ubelaker, mais abrangentes e com finalidades de prospecção dos estados da arte da bioarqueologia.

Os ossos humanos na arqueologia

A arqueologia quando voltada ao estudo das respostas humanas ao fenômeno da morte, quer em sítios pré-históricos como históricos, necessita de conceitos específicos, direcionados à compreensão dos dados mortuários e demográficos. Esses dados são pertinentes a inúmeros problemas de interpretação e reconstrução de subsistemas socioculturais e a sua construção depende dos parâmetros científicos adotados.

Anos antes que Ubelaker (1980), Brothwell (1981), White e Folkens (2000) e Bass (2005) publicassem os seus textos voltados ao estudo do potencial de análise e interpretação dos ossos humanos na arqueologia, o conferencista do Departamento de Arqueologia Ambiental do Instituto de Arqueologia da Universidade de Londres, Cornwall (1956), já publicava o seu interessante manual de osteologia geral. Este autor representa um marco importante dos estudos da osteologia aplicados à arqueologia, subsidiando a Osteoarqueologia (de White, Bass, Mays, Ubelaker e Brothwell) e a Zooarqueologia.

Tratar de ossos humanos em contexto arqueológico pressupõe um planejamento complexo. Os sítios com presença de remanescentes humanos evidentemente apresentam outros vestígios, relacionados às práticas funerárias ou mortuárias envolvidas. Além dessa questão, os processos formativos dos depósitos arqueológicos, incluindo os agentes *tafonômicos* e os *tanatológicos*², afetam de modos diversos, por vezes, irregulares os sepultamentos e demais estruturas arqueológicas.

As deposições funerárias³, uma vez localizadas e evidenciadas, apresentam traços remanescentes do *sistema funerário* da sociedade em estudo, sobre o estilo de

² Os processos tanatológicos costumam ser inseridos como um momento dentro da tafonomia. Uma disciplina advém da Medicina Forense e a outra da Paleontologia/Biologia/Geologia. Uma possui perspectiva de curta duração e a outra de longa duração, em escala geológica. Essa é a nossa sugestão básica para distinção de ambas.

³ Deposição funerária é um termo definido por Sprague (2005) em substituição a sepultamento. Podem ser simples ou compostas (sepultamentos primários ou secundários).

vida dos indivíduos e certamente estarão modificadas pelos processos de formação⁴ do sítio. Os substratos arqueológicos quando são observados pelo pesquisador na escavação já sofreram inúmeras e imprevisíveis remodelações estruturais, físicas e químicas, com perdas e novas intrusões de sedimentos e vestígios arqueológicos.

Estudar as deposições mortuárias em arqueologia implica em considerar a presença de uma nova categoria de vestígio, para além dos artefatos: os *ecofatos* e os *biofatos*, representados pelo esqueleto humano. Esse biofato tem sido de interesse das áreas médicas, odontológicas e biológicas, *a priori*. Nesse sentido, a ciência arqueológica tem apresentado algumas conformações disciplinares, como a Arqueologia Funerária (*Archéologie Funéraire*) ou Arqueologia da Morte (*Archaeology of Death*), a Arqueologia Forense (*Forensic Archaeology*), Arqueologia Biológica (*Bioarchaeology*)⁵, a Bioantropologia ou Antropologia biológica/Antropologia Física, Paleoantropologia (*Paleoanthropology*) e a Osteoarqueologia (*Osteoarchaeology*)⁶.

Em todas as disciplinas científicas, se podemos distinguir desse modo, os ossos e dentes humanos, acrescidos ou não de tecidos moles, são um dos objetos principais de estudo (*ecofatos*, *biofatos*), seguidos do comportamento humano (*cultura/biocultura*, *artefatos*), no passado. É possível que esse *comportamento humano*, em determinadas circunstâncias, gere um *modo de adaptação humana ao ambiente* com a produção de *biocultura*. Mas uma arqueologia que estuda ossos está, de um modo ou de outro, na interface – interdisciplinar ou pluridisciplinar - dessas instâncias de produção de conhecimento científico.

Em todo o Brasil, as universidades e centros de pesquisas, os museus e instituições correlatas apresentam sempre uma coleção antropológica de origem diversa, comumente associada à uma pesquisa arqueológica, coletas assistemáticas e investigações criminais ocorridas a algum tempo. Essas coleções, compostas de esqueletos humanos e, eventualmente, seus acompanhamentos fúnebres, como adornos, recipientes e demais estruturas, estão, predominantemente, associadas a

⁴ Ver na arqueologia norte-americana os *n-transforms* e *c-transforms* de Schiffer (1978): fatores naturais e culturais afetam a formação dos registros arqueológicos.

⁵ Ver a significativa coletânea editada por Agarwal e Glencross (2011) sob a perspectiva da Bioarqueologia Social.

⁶ Essas disciplinas podem ser separadas em Estudos Mortuários, por um lado e Bioarqueologia/Paleoantropologia/Paleopatologia, por outro, conforme Mignon (1993).

pesquisas e seus produtos (resumos, artigos, trabalhos de conclusão de cursos, dissertações, teses, livros, entre outros).

Essas coleções de ossos encontram-se acondicionadas em reservas técnicas, separadas dos artefatos encontrados conjuntamente, fechadas aos olhos dos curiosos e interessados; expostas em corredores, sobre prateleiras empoeiradas ou dentro de vitrines climatizadas. Em inúmeros casos, muitos dos remanescentes humanos foram reinumados com ou sem estudos subsequentes, com ou sem autorizações dos interessados (descendentes). Assim, embora essas coleções estejam disponíveis, ainda possuímos poucos especialistas em Bioarqueologia e Arqueologia Funerária para estudar os problemas científicos relacionados às mesmas no Brasil.

Os claustros, naves centrais e áreas periféricas intra-muros das igrejas brasileiras compreendem espaços eminentemente funerários, pelo menos até fins do séc. XIX. Sítios importantes na perspectiva da Arqueologia Funerária e suas disciplinas correlatas as quais incluem a Antropologia da Morte⁷ (*Anthropologie de l'mort*), a História da Morte (*Histoire de l'mort*) e História do Corpo, uma área da *Nouvelle Histoire*, encontram-se ainda ocultos nesses espaços. Também se incluem nesses tipos de nichos em áreas arquitetônicas os cemitérios antigos, oficiais ou não, como os cemitérios extra-muros em geral, os cemitérios dos Judeus, Ingleses e Protestantes, bem como os cemitérios dos excluídos, os escravos, dos indígenas, dos condenados à morte, soldados mortos em batalhas, os pobres, dos mortos por doenças (cólera, tuberculose, peste bubônica, hanseníase, sífilis), entre outras modalidades.

Os sítios pré-históricos do tipo cemitérios e sítios de vida e morte⁸ com presença de sepultamentos, em abrigos rochosos, *sambaquis*, acampamentos conchíferos, aldeias, entre outros, são objetos de estudo da Arqueologia Funerária e

⁷ São significativos os trabalhos do antropólogo francês Louis-Vincent Thomas: THOMAS, L-V. *Anthropologie de la mort*. França: Payot. 1975; THOMAS, L-V. *La mort*. França: Presses Universitaires de France. 2003; THOMAS, L-V. *La mort em question: traces de mort, mort des traces*. França: Harmattan. 1991; THOMAS, L-V. *Rites de mort*. França: Ed. Fayard. 1996; THOMAS, L-V. *Mort et pouvoir*. França: Payot. 2010; e de Dominique Henry-Gambier, GAMBIER, D. H. *Anthropologie et palethnologie funéraire des populations de la fin du Paléolithique Supérieur de la sépulture des enfants de Grimaldi*. França: Cths – Comité des Travaux. 2001.

⁸ Sítios onde pode ser observada a presença simultânea de vestígios de habitação e alimentação, por exemplo, com áreas cemiteriais sobrepostas ou justapostas (inumações dentro das casas dos familiares, sob as esteiras de dormir, como entre os Omutina, do Mato Grosso nos anos 1920).

da Osteoarqueologia⁹. Esta última constitui uma disciplina prática, enquanto que a primeira, uma disciplina teórica. Mas essas distinções não têm sido prontamente aceitas, sendo que uma disciplina se complementa na outra, quer pela orientação da Anatomia (pela Osteologia), quer da Antropologia (Etnologia e rituais de passagem).

Arqueologia Funerária remete-se às práticas funerárias, ao corpo humano, ao fenômeno da morte e aos vestígios das respostas humanas oferecidas a ele. Interessam o todo do sepultamento, suas relações em conjunto, temporais e espaciais: uma *paleobiogeografia da morte* e as *osteobiografias e biohistórias* através do estudo do corpo, da cova e seus acompanhamentos. Também estuda as condições de vida de uma população, ou de um indivíduo em particular. Quando a questão é o estudo da violência e agressividade interpessoal no passado ou na *História do Presente*, essa Arqueologia faz uso das ciências forenses, como a Medicina Legal (Forense), Odontologia Forense, Antropologia Forense, Biologia Forense, Química Forense, Entomologia Forense, Arte Forense, Tanatologia Forense, Tafonomia Forense e da Criminalística. Nessa instância, temos a constituição de uma nova disciplina científica: a *Arqueologia Forense*¹⁰.

Mas quando nos deparamos pela primeira vez com vestígios de corpos humanos nos sítios arqueológicos, durante uma escavação, ou já sabíamos da sua provável existência – em casos de cemitérios ou sítios com ossos em superfície, surge um problema de natureza objectual. Desse modo, um *planejamento de escavação*, seja ela parcial/amostral ou total, com ênfase na escavação de covas e cemitérios (Barker, 2002), torna-se passível de reformulações emergenciais. O que interessa, nesse caso, é a produção de uma categoria de conhecimento arqueológico voltada

⁹ A Osteoarqueologia e a Antropologia Biológica (física) têm sido consideradas áreas técnicas empregadas em Arqueologia Funerária, assim como esta, sob a perspectiva das ciências biológicas, perfaz uma técnica para a recuperação de amostras e formulação de problemas para a Bioarqueologia. Trata-se de um problema de definição entre essas disciplinas científicas independentes, embora relacionadas entre si.

¹⁰ Essa linhagem de pesquisa, comumente associada à investigação criminal, comumente confundida ou subordinada à *Antropologia Forense*, mas considerando também eventos de violência no passado, é muito recente no Brasil. Apresenta correlatos na Inglaterra, Portugal, África, Estados Unidos e vários países da América Latina, como Argentina, Peru, Chile, Colômbia e Venezuela. Essa arqueologia decorre de demandas específicas em cada país e em cada situação e está subordinada à *Antropologia Forense* (área da Medicina Forense) na maioria dos países americanos e alguns da Europa, Ásia e África, vinculada com o processo de identificação humana e da *causa mortis* em eventos de genocídio.

momentaneamente para determinado tipo de vestígio – os ossos e o seu contexto de deposição -, relacionado a problemas mais abrangentes de pesquisa.

A própria *morte*, como evento inevitável e natural dos seres vivos, momento de transição dos organismos do meio orgânico para o meio inorgânico, implica em conceitos e amplas definições médicas, antropológicas/etnográficas, históricas, religiosas e psicológicas.

Qualquer que seja a sua origem, a *morte* está inserida nos sistemas funerários proteiformes na escala do tempo-espaço, podendo ser estudada nas perspectivas diacrônica e sincrônica. A morte resulta em ricas manifestações dos vivos (as práticas funerárias) e seus vestígios nos direcionam à interpretação e reconstrução dessas mesmas manifestações, dos eventos e acontecimentos históricos da humanidade. Portanto, os vestígios das práticas funerárias – das suas instâncias operacionais – oferecem ao arqueólogo a possibilidade da criação de inferências sobre os vivos, seus rituais, seu estado de saúde, práticas corporais, sexuais, dietárias, rituais, sobre as idades, estresses, morbidade, guerras, lutas por territórios e recursos de subsistência, endemias, sacrifícios, canibalismo, crimes/violência/agressividade, modos de adaptação ao ambiente.

A morte inesperada, a *morte negra*, a morte adivinhada, a *boa morte*, a morte coletiva, física ou social: são inúmeras as suas modalidades sob o ponto de vista da antropologia. Durante o séc. XIV, a Europa passou por inúmeros eventos de morte em decorrência da *Peste Negra*, de procedimentos da Inquisição, de guerras e eventos delituosos diversos que resultaram em inumeráveis homicídios e genocídios (na nossa perspectiva moderna). Podemos imaginar a forma de inumação adotada em casos extremos, de guerra ou epidemias: as valas comuns, com inúmeras deposições sucessivas e consecutivas¹¹. Recentemente, no Brasil, os desaparecimentos de pessoas vinculadas às posições políticas e ideológicas contrárias aos totalitarismos implantados no séc. XX, resultaram na descoberta ainda discreta de covas ou inumações

¹¹ Ver exemplo do cemitério histórico do Pilar, no Bairro Antigo de Recife, com datação relativa entre 1630 e 1680 ou 1580 a 1650, foi inicialmente estudado pela Fundação Seridó, com participação de pesquisadores e arqueólogos da Universidade Federal de Pernambuco e o apoio da Prefeitura do Recife entre 2012 e 2014. Foram publicados dois relatórios de pesquisa na Revista CLIO Arqueológica (www.ufpe.br/clioarq/).

clandestinas, que são de interesse tanto da arqueologia, quanto da antropologia forenses.

Os processos tafonômicos que produzem modificações nas deposições funerárias como um todo podem ser de naturezas diversas. Em síntese, como propõe Nawrocki (1995)¹², podemos distinguir três grandes classes e variáveis de processos tafonômicos relacionados ao estudo arqueológico dos remanescentes humanos, compostas por: a) fatores ambientais, variáveis externas, bióticos (organismos vivos, como os cupins de solo e raízes) e abióticos (elementos do sistema climático, pedológico, sem a presença de organismos vivos), como a temperatura, umidade (UR%), luz solar, pH do solo; b) fatores individuais, internos, como a idade à morte e as dimensões corporais; c) fatores culturais, caracterizadas pelas atividades humanas de caráter mortuário, que incluem todo e qualquer traço deixado no corpo pela manipulação intencional do mesmo.

Nessa perspectiva, ossos e dentes podem apresentar, níveis distintos de preservação. Obter dados demográficos, como sexo, idade e estatura, está sempre na dependência direta desses níveis e de determinadas unidades ou conjuntos ósseos. As exigências de análise nem sempre encontram correspondência no material humano recuperado. Mesmo a identificação básica de unidades esqueléticas fica prejudicada quando os níveis de degradação se tornam elevados. Surge a necessidade de compreensão dos ossos e dentes no contexto da deposição, suas relações, perspectivas de análise laboratorial ou de campo.

Os principais problemas da arqueologia da morte requerem a identificação de tendências e perspectivas futuras e a indicação de modelos metodológicos para o estudo dos remanescentes humanos em contextos de sepultamento. O estudo arqueológico da morte informa sobre a história biocultural do Gênero *Homo*: uma

¹² Nawrocki faz algumas considerações sobre os fatores tafonômicos que não levam em conta, por exemplo, a ação dos cupins de solo em túmulos de cemitérios históricos, fato não raro no Brasil. Outra observação, talvez restrita à amostra que estudou, mas generalizada de certo modo, considera que esqueletos de subadultos costumam estar muito menos preservados – em decorrência da pouca ossificação – do que os esqueletos de adultos em sítios arqueológicos. O fato não se verifica em inúmeros sítios históricos e pré-históricos no caso brasileiro.

parcela significativa das informações sobre a vida pré-histórica chega através da morte¹³.

Trata de uma linhagem de pesquisa científica - a Arqueologia da Morte e dos sepultamentos¹⁴ de Parker Pearson ou Arqueologia Funerária - que apareceu entre os anos 1970 e 1980, na Europa e EUA, voltada à compreensão das respostas humanas ao fenômeno da morte e dos sepultamentos sob a perspectiva arqueológica. O ser humano, em si mesmo, no contexto arqueológico, é um “ecofato”, ou mais claramente, um “biofato”, ou, em determinados contextos rituais, um “objeto de cultura material”, como nos convence Joanna Sofaer em *The Body as Material Culture*, de 2006. O corpo possui uma materialidade e uma historicidade que lhe conferem um status específico entre os vestígios arqueológicos.

A Arqueologia funerária possui como objeto o estudo dos vestígios da cultura material e biofatos relacionados às práticas funerárias (o corpo humano), rituais funerários, que incluem a presença de funeral, tratamento do corpo, oferendas, banquetes e estruturas em contextos funerários, relativos aos ritos de passagem na Antropologia. A Arqueologia da morte constitui-se mais ampla, incluindo também o estudo dos contextos extra-funerários, sem rituais, vinculados a acidentes, catástrofes, epidemias, guerras e crimes. A presença humana é necessária no primeiro caso, podendo ser eventual no segundo, onde os fatores naturais podem ser exclusivos no processo de formação do registro arqueológico e do enterramento (p. ex. o caso da catástrofe natural em Pompéia, em 79d.C).

Na arqueologia moderna, o *corpo*¹⁵, a maneira da *nova arqueologia* e da *história nova*, representa uma nova perspectiva de estudo e isso pode ser exemplificado, também, no texto de Hamilakis et al. (2002).

¹³ Recomendamos a leitura do livro de Martin (2013), especialmente o capítulo VII (A vida espiritual: o culto aos mortos).

¹⁴ Sobre a Arqueologia da Morte e dos Sepultamentos consultar o livro de Pearson (2002). Com os questionamentos de Ribeiro (2008), surge uma denominação nova: a Arqueologia das Práticas Mortuárias. Esta linhagem de pesquisa inclui os métodos e técnicas da antropologia biológica (ou bioantropologia, ou uma parcela da Bioarqueologia, da antiga antropologia física), associados aos métodos mesmos da arqueologia de campo, da Nova Arqueologia e da Arqueologia Pós-processual. Filia-se, embora sob a égide da Arqueologia, à Antropologia da Morte e à História da Morte.

¹⁵ O estudo do *corpo humano*, como não poderíamos deixar de citar, pertence, a priori, ao domínio secular das ciências médicas e biológicas. Entretanto, a Antropologia, Psicologia, História, Filosofia, Geografia, Sociologia e a Arqueologia também reivindicam, há décadas, uma parcela desse domínio até então exclusivo.

Preocupados com as necessidades dos estudantes de graduação, pós-graduação e extensão¹⁶, comprometidos com o interesse de saber e produzir conhecimento arqueológico, procuramos estabelecer parâmetros mínimos e exemplos importantes para apresentar o tema dos sepultamentos humanos - e os seus conteúdos - na arqueologia e a significância dos dados mortuários e demográficos na reconstrução de parcelas de fenômenos, acontecimentos e comportamentos humanos no passado.

Mas como estudar esqueletos humanos na arqueologia? Quais as principais questões que costumam acompanhar os arqueólogos em suas pesquisas? Quais os principais problemas a serem pensados antes, durante ou após o nosso contato com antigos remanescentes de indivíduos da nossa própria espécie? Nessa perspectiva, Rebecca Gowland e Christopher Knüsel (2009) e Agarwal e Glencross (2011) apresentaram exemplos ímpares de problemas e soluções para casos arqueológicos, onde a análise e interpretação de ossos humanos torna-se imprescindível, mas inseridos em uma sociedade e expressando aspectos do seu estilo de vida e comportamento.

No Brasil, a carência ou dispersão desse tipo de tema-problema é perceptível. O estudo arqueológico de sítios históricos mais recentes aproxima-se de linhagens de pesquisa afins com a Arqueologia Funerária, mas que não constituem a mesma coisa, como a de Arbenz (1988), no Brasil, que expõe métodos e técnicas da Antropologia Forense, voltando-se exclusivamente aos casos criminais ou a de Hunter e Cox (2006), na Inglaterra, expoentes da Arqueologia Forense¹⁷.

Estudar remanescentes humanos na perspectiva da arqueologia – tema tratado com perspicácia nos EUA por Ubelaker (1980), desde o lançamento do pequeno *Human Bones and Archeolog* - representa um desafio real nos dias atuais: primeiramente impõe-se uma questão jurídica; seguindo-se a questão ética, de higiene pública, de produção de conhecimento científico, de tolerância religiosa e a questão do tabu social, por exemplo. Os sítios arqueológicos com presença de remanescentes

¹⁶ O LABIFOR – Laboratório de Arqueologia Biológica e Forense, do Departamento de Arqueologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco constitui um laboratório de ensino que atende aos discentes da graduação, pós-graduação e extensão em atividades de iniciação científica, em aulas e pesquisa sobre remanescentes humanos e vestígios orgânicos provenientes de escavações arqueológicas em sítios de Pernambuco e outros estados. Possui uma reserva técnica climatizada e sistema de inventário em andamento. Está em funcionamento desde 2012.

¹⁷ O termo “forense” distancia essas abordagens da Arqueologia Funerária, pois inclui um novo problema: uma causalidade penal, antiga ou recente; com a ausência do ritual funerário e das exéquias e do funeral.

humanos ou são de interesse propriamente arqueológico e antropológico ou são de interesse forense.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, define o que constitui patrimônio cultural, tanto os bens de natureza material quanto imaterial, em parte ou no todo, contenedores de referências à identidade, ação e à memória dos grupos humanos que formaram a nossa sociedade: são incluídos os sítios de valor histórico e arqueológico, entre outros. Mas foi com o advento da Lei Federal No. 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, em seu artigo 2º, que foram incluídos os *poços sepulcrais dos paleoameríndios brasileiros*, como os sítios *cemitérios*, as *sepulturas* e os locais com presença de *vestígios humanos* de interesse arqueológico ou paleoetnográfico. As demais jazidas, não especificadas na nesta Lei, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente (Iphan e correlatos), também estão incluídas. Aqui podem ser considerados os *cemitérios* de sítios de contato, coloniais e históricos, as jazidas arqueológicas ou pré-históricas de qualquer natureza; e as grutas, lapas e abrigos ocupados pelos antigos povos indígenas brasileiros. Incluem-se as *sepulturas* encontradas nestes últimos.

Os *cemitérios antigos*, juntamente com locais de batalhas históricas e eventos de combates são exemplos claros de vestígios materiais de sítios históricos em áreas urbanas resultantes do processo de ocupação do território pós-contato. Tais cemitérios são citados no Capítulo II, item 1 do Decreto-lei No. 25/37, artigo 2º. da Lei Federal 3.924/61 e portaria Iphan 230/02¹⁸. A mutilação ou destruição desses monumentos, além dos outros descritos na Lei, resulta em crime contra o Patrimônio Nacional, cujas punições estão previstas nas leis penais.

Lacunas legais e desinteresse político e social, acarretam aos sepultamentos de quilombolas, descendentes de escravos africanos, de colonos e de populações indígenas e extratos sociais excluídos (os “doentes”, vítimas de epidemias, as “prostitutas”, “criminosos”, os “indigentes”, entre outros), a falta de destinos, direitos e posses assegurados por parte dos descendentes atuais. Os enterramentos (ocultação de cadáver) dos mortos e desaparecidos políticos constituem *deposições não funerárias*, de interesse forense e de justiça social. Os cemitérios históricos de

¹⁸ A esse respeito, sugerimos a consulta de Bastos, Souza e Gallo (2005).

“estrangeiros” (dos ingleses, protestantes, judeus) ainda representam outra fonte de pesquisa.

Como instrumentos de reterritorialização, identidade étnica, de memória individual e coletiva, a posse dos cemitérios dos povos indígenas, comunidades excluídas socialmente e mortos e desaparecidos por motivos políticos constitui um problema no caso brasileiro, onde os direitos da pessoa humana têm sido sistematicamente ignorados (para a sociedade dos vivos). Aqui ainda não possuímos um instrumento legal como o *Graves Protection and Repatriation Act (Public Law 101-601, de 16/11/1990)*, por exemplo, que poderia auxiliar no processo de gerenciamento e controle do uso exploratório e despropositado do patrimônio indígena brasileiro e dos seus agentes produtores.

Considerações finais

Assim, olhares alternativos, representados pelos dos geólogos, paleógrafos, demógrafos, historiadores, iconógrafos, entomólogos, botânicos, físicos, químicos, tem propiciado a geração de conhecimentos que ajudam no entendimento das instâncias culturais, sociais e biológicas da vida no passado. A Bioarqueologia como pesquisa interdisciplinar e transdisciplinar, de alcance regional e perspectiva mundial, tem acompanhado o desenvolvimento tecnológico em campos diversos do conhecimento, como demonstraram os estudos de Centeno (2011), Castillo et al (2011) e Sandoval e Almanza (2011), apresentados no II Congreso Latinoamericano de Arqueometría, no Peru, em 2011, entre muitos outros, também editados por Luna et al (2014) e citados em Souza (2014).

Convém salientar que, aparentemente, existe um hermetismo necessário para a constituição do profissional bioarqueólogo no Brasil. Os graduados em arqueologia poderiam, durante o seu curso, optar pela especialização e pós-graduação em Bioarqueologia, conquanto existisse um programa de pós-graduação definido (ou mesmo de graduação) nessa área de pesquisa. Os biólogos, biomédicos, médicos e odontólogos poderiam, como público alvo, detentor dos conhecimentos fundadores e essenciais para a área, passar pela especialização e pós-graduação em bioarqueologia, constituindo profissionais também mais adequados para o exercício da disciplina. Mas

e os demais graduados? Passariam por uma seleção natural inevitável ou estariam sempre à margem da produção central dessa disciplina científica.

Estamos, possivelmente, diante de um novo guarda-chuva paradigmático, que inclui as bioarqueologias, sob a influência da sociobiologia e da evolução sociocultural no âmbito da arqueologia pós-processual e do neo-evolucionismo como metateorias com várias abordagens possíveis como uma das formas de identificar de modo volátil as transformações da bioarqueologia (e da arqueologia das práticas mortuárias) no cenário atual. Nessas disciplinas científicas, prevalecem discursos ora das ciências biológicas, ora das ciências das humanidades, com explicações específicas conforme cada problema de pesquisa no âmbito da arqueologia (ciência expansível ou metaciência).

Os remanescentes humanos escavados e depositados em instituições de guarda – ou reinumados – constituem, a partir daí um problema. A partir do tema da Conservação e Restauro em Arqueologia e os remanescentes humanos provenientes de diversos tipos de sítios arqueológicos do Brasil – pré-coloniais, de contato e coloniais (Silva e Ghetti, 2014), surge a questão: como viabilizar um processo de conservação, restauro e curadoria de materiais arqueológicos de natureza orgânica, com predomínio de remanescentes de esqueletos humanos? As hipóteses seguintes parecem satisfatórias: a) existem parâmetros para o tratamento adequado em conservação e restauro dos remanescentes ósseos humanos na bibliografia especializada, mas que dependem de readequações aos casos brasileiros; b) a implementação do gerenciamento dos laboratórios e reservas técnicas passa pela adequação do processo de conservação e restauro do patrimônio arqueológico de natureza específica que depende da integração de coordenadores, técnicos, arqueólogos e estudantes; d) o uso adequado dos parâmetros de conservação e restauro deve gerar a ampliação do potencial de análise, interpretação, divulgação, musealização e manuseio sistemático dos remanescentes humanos que estão sob a guarda das Universidades, museus e institutos de pesquisa e e) existem parâmetros de conservação e restauro e do seu controle contínuo desde a escavação do material até o seu tratamento em laboratório e eventual exposição no contexto de projetos de exposições museológicas.

Por outro lado, estudar remanescentes humanos, de qualquer forma, como perfeitamente nos relembra Lima (1994), envolve aspectos éticos, religiosos, científicos, políticos e legais, emocionais e intelectuais, de legitimidade, regimes de verdades e conflitos entre culturas e costumes, elevando a um patamar simbologizante os mesmos remanescentes. O caminho sempre estará desimpedido para a pesquisa em bio ou osteoarqueologia quando da carência de reclamantes. Onde estão os reclamantes?

Vinculada, segundo Souza (2014) à construção das nossas identidades e liberdades na América Latina, a história da bioarqueologia tem propiciado cada vez mais o surgimento de produtos científicos destinados a um público cada vez maior, para além dos acadêmicos privilegiados e anglo-competentes, para que se apropriem dos temas, problemas, perguntas, avanços e realizações na atualidade sobre essa área, tornando-se conscientes sobre os seus usos nessa construção. Segundo ela, é tempo de publicar (e pesquisar), cada vez mais, na América Latina e em línguas latino-americanas. Isso, considerando o volumoso corpus de estudos anglo-americanos e europeus dominantes nas abordagens bioarqueológicas e da arqueologia funerária.

Referências

AGARWAL, S. C.; GLENCROSS, B. A. (eds.) *Social Bioarchaeology*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011.

ARBENZ, G. O. *Medicina Legal e Antropologia Forense*. Rio de Janeiro: Livraria Atheneu, 1988.

BASTOS, R.; SOUZA, M.; GALLO, E. H. *Normas de gerenciamento do patrimônio arqueológico*. São Paulo: 9ª SR-IPHAN, 2005.

BUIKSTRA, J.E., UBELAKER, D.H. (eds.) Standards for Data Collection from Human Skeletal Remains, Proceedings from a Seminar at the Field Museum of Natural History. *Arkansas Archaeological Survey Research Series*. Fayetteville: Arkansas Archaeological Survey. (44), 1994.

CASTILLO, I. C. P.; ENRÍQUEZ, A. M. M.; ACUÑA, E. M. Exposición y contaminación por plomo em la población minera de Pánuco, Zacatecas. Um estúdio bioarqueológico. In. VETTER, L.; VEJA-CENTENO, R.; OLIVEIRA, P.; PETRICK, S. (eds.) 2011. *II Congreso Latinoamericano de Arqueometría*. Peru: Instituto Peruano de Energia Nuclear/Universidad Nacional de Ingeniería/Organización de Estados Iberoamericanos para la Educacion, la Ciencia y la Cultura, 2011, pp. 291-305.

CENTENO, E. R. G. Caracterización biológica mediante métodos antropológicos tradicionales y avances em el análisis multielemental, mediante métodos no destructivos de fluorescência de rayos X, em los restos óseos atribuidos al conquistador don Francisco Pizarro. In. VETTER, L.; VEJA-CENTENO, R.; OLIVEIRA, P.; PETRICK, S. (eds.) *II Congreso Latinoamericano de Arqueometría*. Peru: Instituto Peruano de Energia Nuclear/Universidad Nacional de Ingeniería/Organización de Estados Iberoamericanos para la Educacion, la Ciencia y la Cultura, 2011, pp. 277-289.

CORNWALL, I. W. *Bones for the Archaeologist*. 1. ed. New York: The MacMillan Company, 1956.

DUDAY, H. *The Archaeology of the Death. Lectures in Archaeoethanatology*. Oxford: Oxbow Books, 2009.

GOWLAND, R.; KNÜSSEL, C. (eds.) *Social Archaeology of Funerary Remains*. Oxford: Oxbow Books, 2009.

HAMILAKIS, Y.; PLUCIENNIK, M.; TARLOW, S. (ed.) *Thinking through the Body. Archaeologies of Corporeality*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.

LARSEN, C. S. 2002. *Bioarchaeology: Interpreting Behavior from the Human Skeleton*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

LIMA, T. A. Restos humanos e Arqueologia Histórica: uma questão de ética. In *Historical Archaeology in Latin America*. University of South Carolina, 5, 1994, pp. 1-24.

LOPREATO, J. Human nature e Biocultural evolution. 1 ed. Boston: Allen e Unwin, 1984.

LUNA, L. H.; ARANDA, C. M.; SUBY, J. A. (eds.) *Avances Recientes de la Bioarqueología Latinoamericana*. 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Grupo de Investigación em Bioarqueología, 2014.

MIGNON, M. R. *Dictionary of Concepts in Archaeology*. 1. ed. Westport: Greenwood Press, 1993.

NEVES, W. A. Estilo de vida e osteobiografia: a reconstituição do comportamento pelos ossos humanos. *Revista de Pré-História*. São Paulo: Instituto de Pré-História, Universidade de São Paulo, 6, 1984, pp. 287-291.

PARKER PEARSON, M. *The Archaeology of Death and Burial*. Texas: AeM University Press/College Station, 2002.

PETTITT, P. *The Paleolithic Origins of Human Burial*. London: Routledge, 2011.

RAKITA, G. F. M.; BUIKSTRA, J.; BECK, L. A. *Interacting with the Death: Perspectives on Mortuary Archaeology for the New Millennium*. Florida: University Press of Florida, 2008.

ROKSANDIC, M. Position of Skeletal Remains as a Key to Understanding Mortuary Behavior. In: HAGLUND, W. D.; SORG, M. H. (eds.) *Advances in Forensic Taphonomy – Method, Theory, and Archaeological Perspectives*. Washington: CRC Press, 2002, pp. 99-117.

SANDOVAL, J.; ALMANZA, O. Datación de esmalte dental prehispánico proveniente del sitio arqueológico Checua (Cundinamarca) por ressonância paramagnética electrónica (EPR). In: VETTER, L.; VEJA-CENTENO, R.; OLIVEIRA, P.; PETRICK, S. (eds.) *II Congreso Latinoamericano de Arqueometría*. Peru: Instituto Peruano de Energia Nuclear/Universidad Nacional de Ingeniería/Organización de Estados Iberoamericanos para la Educacion, la Ciencia y la Cultura, 2011, pp. 421-428.

SILVA, S. F. S. M. da. *Arqueologia Funerária: Corpo, Cultura e Sociedade. Ensaio sobre a interdisciplinaridade arqueológica no estudo das práticas mortuárias*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco/Proext-UFPE (Série Extensão), 2014.

SILVA, S. F. S. M. da; GHETTI, N. C. A coleção antropológica da reserva técnica do LABIFOR e LACOR, Departamento de Arqueologia da UFPE, Pernambuco, Brasil: projeto de estudo sobre conservação, restauro e curadoria. *Antrope. Metodologias do Trabalho Arqueológico, Campo, Laboratório, Divulgação*. Portugal: Instituto Politécnico de Tomar, (1), 2014, pp. 23-61.

SOFAER, J. R. *The Body as Material Culture. A Theoretical Osteoarchaeology*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SOUZA, S. M. F. M. de. Prólogo. In: LUNA, L. H.; ARANDA, C. M.; SUBY, J. A. (eds.) *Avances Recientes de la Bioarqueología Latinoamericana*. 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Grupo de Investigación em Bioarqueología. p. xxi-xxiii, 2014.

WEISS-KREJCI, E. The formation of mortuary deposits. Implications for understanding mortuary behavior of past populations. In: AGARWAL, S. C.; GLENCROSS, B. A. 2011. *Social Bioarchaeology*. United Kingdom: Wiley-Blackwell, 2011, pp. 68-106.

Lembrando Boudica

Remembering Boudica

Tais Pagoto Bélo¹

Resumo

Este artigo está relacionado com a apresentação realizada na IV Semana Internacional de Arqueologia – Discente, ocorrida no Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), da Universidade de São Paulo (USP), e seu conteúdo faz parte do trabalho de pós-doutorado desenvolvido no *Institute of Archaeology*, da *University College London* (UCL), orientado pelo Prof. Tim Schadla-Hall e coorientado pelo Prof. Pedro Paulo Funari. O trabalho teve como intuito demonstrar os usos do passado, o desenvolvimento e os prós e contras do estudo da memória coletiva britânica mediante entrevistas feitas com o público sobre a personagem Boudica, rainha Bretã da tribo dos iceni que liderou um exército contra o Império Romano durante o século I d.C.

Palavras-chaves: Boudica, entrevistas, memória

Abstract

This paper is related to the exposed presentation occurred at the IV International Week of Archaeology Student, held at the Museum of Archaeology and Ethnology (MAE), of the University of São Paulo (USP). Its contents is part of a post-doctoral work that was developed at the Institute of Archaeology, of the University College London (UCL), supervised by Prof. Tim Schadla-Hall and co-supervised by Prof. Pedro Paulo Funari. The work was intended to demonstrate the uses of the past, development, pros and cons of the study of the British collective memory by means of interviews with the public about Boudica character, a Briton Queen of the Icenii tribe who led an army against the Roman Empire during the first century.

¹ Pós-doutoranda do Institute of Archaeology University College London (UCL)

Keywords: Boudica, interviews, memory

Introdução

Esta apresentação teve a finalidade de mostrar os usos do passado, o desenvolvimento e os prós e contras do estudo da memória coletiva britânica mediante entrevistas feitas com os britânicos a respeito de Boudica, rainha Bretã da tribo dos iceni que liderou um exército contra o Império Romano durante o século I d.C.

O evento comandado por Boudica ocorreu depois que um oficial de finanças romano viu a morte do marido dela como um modo de fazer dinheiro e adquirir glória (Aldhouse-Green 2006; Bélo 2014: 64). A rainha guerreira se recusou a entregar as terras, proposta feita pelo oficial, o que provocou uma reação por parte do inimigo, a qual consistiu na violação de suas filhas e seu açoitamento, levando à formação de um exército liderado por ela (Aldhouse-Green 2006; Bélo 2013: 64). Esse exército destruiu os assentamentos romanos que hoje são as cidades de Colchester, Londres e St. Albans.

Tal acontecimento foi descrito na Antiguidade por Tácito e Dião Cássio. Posteriormente, ela foi comparada e contrastada com Elizabeth I. No século XVII, durante o governo de James I, Boudica foi minimizada para afetar o governo dessa última rainha e, no século XIX, ela foi retratada como uma rainha guerreira (Bélo 2014).

A rainha Vitória foi a primeira que solicitou a construção de uma estátua de Boudica em Londres, em pleno auge do Império Britânico, para mostrar as glórias do seu passado e o poder de um governo feminino (Webster 1978; Bélo 2014: 123).

Nessa mesma época, em Colchester, com a última reforma da prefeitura, uma estátua e um vitral da personagem foram colocados no prédio para celebrá-la (Bélo 2014: 152). A estátua de Boudica nesse edifício, assim como outras, foi esculpida por L. J. Watts e se localiza ao lado da escultura de Eduardo, o mais Velho, de frente para a rua Stockwell (Green 1997; Bélo 2014: 155), no centro da cidade. O vitral está na sala principal do mesmo prédio, *The Moot Hall*, e foi denominado *The Queens Window*, composto pelas “mulheres de Colchester”, em comemoração a todas as rainhas que visitaram a cidade ou foram a ela associadas, desde Boudica até a rainha Vitória. Essa obra foi presenteada pelas *Ladies of the Borough*, sob a liderança da presidente do

Comitê, Emily Sandars, a qual ocupou o posto de primeira-dama de 1898 a 1899 (Aldhouse-Green 2006; Bélo 2014: 155).

Em 1916, a prefeitura de Cardiff recebeu algumas estátuas de presente do Lord Rhondda de Llanwern para colocar na sala chamada *The Marble Hall*, sendo uma delas a de Boudica (Bélo 2014: 138). Os heróis esculpidos por diferentes escultores foram escolhidos após uma consulta, à qual o povo galês foi convidado para dar sua sugestão (Bélo 2014: 138).

Em 1999, novamente em Colchester, outra estátua foi encomendada pelo supermercado britânico ASDA, quando foi vendido à rede norte-americana *Walmart*, a duras reivindicações nacionalistas (Pinto 2011; Bélo 2014: 147).

Toda essa cultura material apresenta uma ligação temporal e de pensamento social Vitoriano. Por mais que a estátua de Cardiff, por exemplo, tenha ficado pronta em 1916, o início do século XX ainda sofria a onda dos pensamentos do século XIX. Além disso, a elaboração da estátua de Boudica de Colchester, em 1999, padeceu do famoso “tradicionalismo” local, pois a cidade, por anos, já vinha celebrando o seu presente com a demonstração das personagens do seu passado, provocando uma “repetição quase obrigatória” desse tipo de celebração (Hobsbawm; Rager 1983; Bélo 2014: 227).

Lugares de Boudica

Esse projeto foi criado com o intuito de analisar se Boudica permanece na memória coletiva britânica, tendo em vista que atualmente é a Arqueologia Pública a responsável por tratar desse tipo de relação com o público.

Geralmente, essa disciplina se preocupa em como fazer o público compreender a arqueologia, como diz Merriman (2004). Entretanto, o foco deste trabalho foi entender como um tema específico tem sido perpetuado na lembrança de um grupo e tentar entender qual é a imagem que os britânicos têm em relação a essa personagem.

Através de entrevistas, aprendeu-se com o público e compreendeu-se como ocorreu o processo de propagação do aprendizado, constatando-se os vetores propagadores, o modo como eles atuaram, bem como as falhas de propagação das informações.

Os locais utilizados para executar as entrevistas foram escolhidos de acordo com as cidades das quais Boudica fez parte da história de formação e/ou que possuem alguma das suas estátuas.

Norwich, por exemplo, está localizada na área de Norfolk, onde se alojava a tribo de Boudica, os iceni, os quais eram uma tribo cliente dos romanos durante o século I d. C. Depois da revolta da rainha guerreira, o lugar recebeu o nome de *Venta Icenorum* (Meeres 2011: 3-6).

Com a queda do Império Romano, os saxões invadiram essa área; mais tarde, vieram os vikings, durante o século IX (Meeres 2011: 3-6); e, depois, os normandos, quando o castelo e a catedral da cidade foram construídos. Consequentemente, durante os tempos normandos, um mercado ali se alojou, contribuindo para o desabrochar de uma vida comercial nesse local. No mesmo momento, uma associação de moradores começou a se reunir em uma sala do centro, a qual se tornou o lugar de funções cívicas e judiciária da cidade (Norwich Heritage Projects 2010: 2), mas foi substituída em 1938 pela atual prefeitura (Norwich Heritage Economic and Regeneration Trust 2008: 53).



Fig. 1 – Centro de Norwich, à esquerda a feira da cidade, à direita a Guildhall, e ao fundo a prefeitura.
Fonte: Bélo 2014

A segunda cidade escolhida para as entrevistas serem realizadas foi Colchester, a antiga Camulodunum, a qual foi o primeiro assentamento romano que Boudica e suas tropas destruíram. Esse lugar era muito importante para os invasores, já que se tratava do local que abrigou o templo de Cláudio, uma representação emblemática de

poder e sucesso imperial (Bélo 2014: 150). Camulodunum chegou a receber o *status* de colônia, pois passou a ser um alojamento de legionários aposentados, havendo, além disso, a intenção de torná-la capital da província (Bélo 2014: 146).

Durante o século XII, havia nesse local uma sala localizada no centro da cidade, chamada *The Moot Hall*, onde aconteciam as atividades administrativas, judiciárias e comerciais e onde funcionava a prisão (Green 1997; Bélo 2014: 152). Essa sala tornou-se um prédio que, posteriormente, passou por várias reformas, ganhando, na última, uma estátua e um vitral com a imagem de Boudica (Bélo 2014), como comentado anteriormente.

Essa cidade hospeda, atualmente, a base militar do exército britânico, cujo local é marcado por fazer parte de todos os períodos da história pelos quais esse país passou, desde a presença dos romanos na ilha, incluindo os adventos de Boudica e as invasões saxônica e normandas, até o período medieval, marcado pelo legado dos Tudors, Stuarts, Georgians e outros (Bélo 2014: 147).



Fig. 2 – Centro de Colchester. Fonte: Bélo, 2014

Outro local escolhido para realizar as entrevistas foi Londres, antiga Londinium. Entretanto, essa cidade não era caracterizada por um assentamento romano, mas considerada um importante centro de produtos e negócios.

Durante a rebelião de Boudica, Suetônio, general romano, preferiu sacrificar Londinium para salvá-la depois, pois seu exército era pequeno e estava sem provisões. Os homens de Londinium seguiram Suetônio e, segundo Tácito, o exército de Boudica

massacrou mulheres e crianças. Esse também foi o destino sofrido por Verulamium, atual St. Albans (Tacitus, *Annals*, 14.33; Bélo 2014: 67).

Londinium se desenvolveu antes de outros assentamentos romanos devido a dois fatores: sua posição geográfica, ao longo do rio Tâmisa, e sua acessibilidade para grandes navios. Entretanto, depois da rebelião de Boudica, Londinium foi totalmente reinventada como a maior cidade romana, com novos centros administrativos e novas acomodações. Dessa forma, ela deu força a Camulodunum para se restaurar e passou a ser apontada como a nova capital da Britannia (Aldhouse-Green 2006; Bélo 2014: 184-185).

Todavia, Londinium não foi totalmente restaurada até o ano de 70 d.C., quando o imperador Vespasiano decidiu terminar com a invasão na Britannia e estabelecê-la, definitivamente, como uma província de Roma, construindo um anfiteatro para gladiadores, um grande fórum em Cornhill, uma basílica e um banheiro público em Huggin Hill, dentre outras construções. Todas essas reformas deveriam ter sido ligadas a um *status* de ação política, quando o local se tornou geograficamente vantajoso para um mercado londrino (Sealey 1997; Bélo 2014: 185).

A Londinium do passado poderia ser caracterizada como muito similar a Londres de hoje, como sendo um lugar muito vivo, cosmopolita e com um grande setor financeiro, um lugar para consumidores e diferente de Camulodunum, notável pelo seu prestígio (Bélo 2014: 184 -185).



Fig. 3 – Centro de Londres. Fonte: Bélo 2015

A última cidade da Inglaterra a passar por entrevistas foi também o último assentamento que Boudica destruiu, o qual era chamado de Verulamium, um lugar de hospedaria que, em seu passado, esteve nas mãos de um predecessor da Idade do Ferro. Esse local era denominado Verlamion, um nome pré-romano (Sealey 1997; Fields 2011; Bélo 2014: 188). Depois da chegada dos romanos, a área continuou a seguir o mesmo sistema político e social existente antes, sendo o lugar caracterizado como uma *civitates*, em que cada *civitas* precisava de um centro administrativo para se estabelecer (Sealey 1997; Bélo 2014: 188).

Verulamium foi transformada em um *municipium*, um tipo de área urbana (Sealey 1997), recebendo esse nome por mudar seu *status* dentro da província. Verulamium tinha um estilo de vida nativo, misturado com o romano (Davies; Robinson 2009), passando a ter privilégios concedidos por lei (Sealey 1997; Bélo 2014: 189).

No final do período romano, a Britannia foi invadida pelos anglo-saxões e a Inglaterra foi dividida em vários reinos, mas Verulamium pode ter continuado a funcionar mais independentemente. Todavia, no final do século V, o sul da Inglaterra caiu totalmente sob o controle dos saxões (Freeman 2008: 44).

Durante a conquista dos normandos, St. Albans era um dos menores centros populacionais. Contudo, seu tamanho e sua importância aumentaram nos séculos posteriores, sendo muito desse desenvolvimento garantido pela abadia, que acabou recriando o lugar (Freeman 2008: 67) com suas atividades.



Figura 4 – Centro de St. Albans. Fonte: Bélo 2015

A última cidade a ser escolhida para a realização das entrevistas foi Cardiff, no País de Gales. No final do ano de 40 d.C., essa área ficou sob grande influência dos romanos e sua administração. A ocupação desses últimos no território envolveu um processo de misturas culturais (Williams 2014: 4).

No ano de 75 d.C., os romanos marcharam para Isca (Caerleon), perto de Newport, com a intenção de subjugar o nativo Silures no Oeste (McIlwain 2013: 1), que foi rendido pelos romanos e acabou testemunhando a melhoria comercial e comunicacional, assim como a eficiência administrativa e judicial do sistema (Williams 2014: 4).



Fig. 5 – Centro de Cardiff. Fonte: Bélo, 2015

Provavelmente, Cardiff adquiriu esse nome devido ao general romano, Aulus Didius, 'Caer Didi', que significa 'o forte de Didius' (McIlwain 2013: 1). Os romanos construíram o forte de Cardiff, que foi estabelecido em 50 d.C., em um lugar estratégico, que possibilitava fácil acesso ao mar, tornando-se uma base naval (Williams 2014: 5). Em 1066, os normandos marcharam pelo sul da Inglaterra e, em 1067, William da Normandia foi coroado rei. Ele conquistou o sudeste do país (Williams 2014: 8) e construiu um forte no mesmo lugar que o forte romano (McIlwain 2013: 1).

Ao longo de 30 anos, os normandos destruíram muitos reinos galeses antigos, tomando especial controle de Monmouthshire e Glamorgan (Williams 2014: 8). Nesse

período, Cardiff parecia uma pequena cidade comercial ao redor do castelo, com uma crescente importância devido ao seu porto, o qual, mais tarde, foi infestado por piratas e sua reputação lhe trouxe declínio no século XVIII. Em 1955, Cardiff tornou-se a capital do País de Gales e seu porto foi reinventado devido ao desenvolvimento de seu estaleiro (McIlwain 2013: 1).

As entrevistas

O presente estudo teve como objetivo abordar pessoas de diferentes lugares, correlacionando o ponto de vista histórico e material, uma vez que geralmente as pessoas são capazes de recuperar o passado apenas pela compreensão de seu ambiente físico. Tais ambientes, por si só, incluem as pessoas em seu espaço e permitem que estas reconstruam o lugar, em distintos tempos históricos, por meio do pensamento e da imaginação. No entanto, o pensamento determina se esta ou aquela categoria de lembranças deve ser lembrada ou não.

Nesse tipo de abordagem, utilizando questionário, os dados coletados devem fornecer uma grande quantidade de informação cultural útil para fins de planejamento em um curto espaço de tempo (Low 2002: 36), pois “as entrevistas pessoais são dispendiosas em termos de tempo e dinheiro” (Bernard 2011: 191) e se alguém faz um trabalho desse tipo sozinho, sem assistentes, como no caso desta pesquisa, o entrevistador deve planejar com muito cuidado como realizar todas as audições.

Quantitativamente, a amostra totalizou 500 pessoas (indivíduos), sendo 100 por cada localidade. Metodologicamente, segundo Tracy (2013), a amostra deste trabalho é denominada de **amostra intencional**, pois foi escolhida intencionalmente, de acordo com as intenções, questões, objetivos e propósitos do projeto (Tracy 2013).

Além disso, é também uma **amostra feita ao acaso**, o que, ainda conforme Tracy (2013), fez com que cada membro do grupo escolhido de cada cidade tivesse a mesma oportunidade de ser selecionado (Tracy 2013: 134). Em Londres, uma cidade com muitos estrangeiros, foi fundamental o uso da **amostra tipo bola de neve**, na qual se identificam alguns participantes, os quais indicam outros participantes e assim por diante (Tracy 2013: 136).

De acordo com Bernard (2011), o tipo de entrevista executada é denominado **Entrevista Estruturada**, em que as pessoas são questionadas para responderem quase de forma idêntica, diante de uma gama de estímulos e possibilidades, através de um programa de entrevista com instruções para o entrevistador, tendo categorias limitadas de respostas.

Esse tipo de entrevista é considerado por Tracy (2013) como **Entrevista Etnográfica**, a qual é informal, conversacional, emergente e espontânea. Geralmente, ela é instigada pelo entrevistador (Tracy 2013: 140), importando-se em considerar os aspectos históricos, assim como o contexto político e social para tentar compreender as partes socioculturais do grupo em questão.

Resultados

De acordo com os resultados preliminares do estudo, pode-se ressaltar que, de 500 pessoas entrevistadas, 383 já ouviram falar de Boudica e 117 não, admitindo-se que a personagem está na memória coletiva dos britânicos ($\chi^2 = 141.512$). Colchester apresentou o número cuja ocorrência de respostas positivas foi mais alta, com 88%, enquanto a contagem mais baixa se deu em Cardiff, com 64%.

Tabela 1 - Você já ouviu falar de Boudica ou Boadicea antes?

Cidade	Sim		Não		Total	
	(%)	N	(%)	N	(%)	N
Norwich	15.6	78	4.4	22	20	100
Colchester	17.6	88	2.4	12	20	100
London	16.8	84	3.2	16	20	100
St. Albans	13.8	69	6.2	31	20	100
Cardiff	12.8	64	7.2	36	20	100
Total	76.6	383	23.4	117	100	500

A cidade de Colchester apresenta uma melhor divulgação da história da personagem, pois, além da existência de 2 estátuas e um vitral, as escolas municipais e da região se empenham, junto ao *Colchester Castle Museum*, para a educação e propagação do evento ocorrido nos primórdios da formação do local.

Percebendo o grande papel das escolas e museus como vetores propagadores da memória coletiva, as estátuas e o vitral também desempenham um papel essencial para a manutenção dessa memória, uma vez que os objetos são um estímulo à lembrança da consciência da existência dessa figura.

Outros resultados apresentados até o momento estão relacionados com uma questão que indagou se o nome de Boudica estava atualmente voltado para as causas das mulheres e com uma outra pergunta que questionou se o entrevistado achava Boudica uma mulher masculinizada.

Tabela 2 - Você acha que o nome de Boudica é hoje ligado às causas das mulheres?

Cidade	Sim		Não		Total	
	(%)	N	(%)	N	(%)	N
Norwich	5.22	20	15.14	58	20.36	78
Colchester	2.87	11	20.10	77	22.97	88
London	4.43	17	17.49	67	21.93	84
St. Albans	2.61	10	15.40	59	18.01	69
Cardiff	4.69	18	12.01	46	16.71	64
Total	19.84	76	80.15	307	100	383*

Tabela 3 - Você acha que Boudica era uma mulher masculinizada?

Cidade	Sim		Não		Total	
	(%)	N	(%)	N	(%)	N
Norwich	5.22	20	15.14	58	20.36	78
Colchester	8.09	31	14.88	57	22.97	88
London	11.48	44	10.44	40	21.93	84
St. Albans	9.66	37	8.35	32	18.01	69
Cardiff	9.13	35	7.57	29	16.71	64
Total	43.60	167	56.39	216	100	383*

Como resultados, apenas 76 pessoas a associaram às causas femininas, enquanto 167 pessoas a caracterizaram como uma mulher masculinizada. Nessa perspectiva, são resultados significativos em um momento em que as mulheres já passaram a sair de suas casas para estudar, trabalhar, junto aos homens, em cargos superiores aos deles e, muitas vezes, liderando-os, como também em um período em

que as questões de gênero estão sendo debatidas para que haja uma liberdade de pensamento cada vez maior em relação à diversidade.

Conclusão

Conclui-se que Boudica foi moldada de significados ao longo do tempo, reinventada e reavaliada pela sociedade que dela se utilizou. Ela faz parte da memória coletiva britânica, que nunca permitiu seu esquecimento, tendo em vista que a memória de uma sociedade se estende até onde pode ou quando atinge a memória dos grupos pelos quais ela é composta (Halbwachs 1996; Bélo 2014: 224).

As memórias não são reflexões banais do passado, mas reconstruções ecléticas e seletivas (Lowenthal 1985; Van Dyke; Alcock 2003). As pessoas relembram e esquecem o passado de acordo com as necessidades do presente, sendo a memória social um processo contínuo. Sua construção pode regularizar simbolicamente as rupturas, sendo em geral usada para naturalizar ou legitimar autoridade. Assim, a memória social é comumente utilizada para criar e suportar um senso de identidade individual e comunitária (Basso 1996; Blake 1998; Van Dyke; Alcock 2003; Bélo 2014: 229).

Alguns eventos importantes foram enfatizados em narrativas históricas, na medida em que constituem questões de interesse para o governo e, às vezes, para instituições como a Igreja. É interessante notar que pessoas de diferentes períodos de tempo ou até mesmo de diferentes gerações têm motivos distintos para comemorar algo presente em sua memória. “Um acontecimento notável, qualquer que seja sua origem, pode servir como um ponto de referência para um grupo, ajudando a definir os vários estágios da sua duração” (Halbwachs 2004: 113). Alguns eventos podem afetar mais de uma pessoa ao mesmo tempo em uma consciência coletiva, mostrando assim uma consciência inter-relacionada e unificada por uma representação comum. No entanto, cada consciência pode representar o evento em sua própria maneira e pode traduzi-lo em sua própria língua (Halbwachs 2004: 113).

No caso da personagem de Boudica, ela foi lembrada durante o século XIX, quando o poder era da rainha Vitória e o Império Britânico estava em sua hegemonia.

Boudica teve como fim demonstrar as raízes da nação e celebrar o governo de uma mulher.

Quando um grupo “considera o seu próprio passado, o grupo sente fortemente que permaneceu o mesmo e se torna consciente de sua identidade através do tempo” (Halbwachs 2004: 85). Além disso, a memória coletiva é um registro de semelhanças e, naturalmente, convence que o grupo permanece o mesmo porque foca a atenção no próprio grupo. No entanto, o que muda são as relações ou contatos com outros grupos (Halbwachs 2004: 86), pois um ser humano pertence a vários grupos, participa de vários pensamentos sociais, de modo que pode ser criada uma diferenciação individual (Halbwachs 2004: 124). Entretanto, a consciência individual é um ponto de intersecção para tempos coletivos (Halbwachs 2004: 125).

Considerando as cidades investigadas neste estudo, podemos afirmar que, no que diz respeito ao espaço e ao tempo, cada aspecto, cada detalhe do lugar possui um significado inteligível apenas para os membros do grupo, na medida em que cada porção do seu espaço corresponde a vários e diferentes aspectos da estrutura e da vida de sua sociedade (Halbwachs 2004: 130). Eventos extraordinários também se encaixam dentro da estrutura espacial, uma vez que causam ao grupo maior consciência de seu passado e presente, portanto, ganham uma maior clareza do que está ao seu redor (Halbwachs 2004: 131).

Boudica ainda está viva na mente dos britânicos e a consciência de sua figura se inicia a partir de uma estrutura de rede que molda suas atividades no decorrer do tempo e do espaço por meio de parâmetros previsíveis. As práticas são reveladas no contexto de interação, além de contar com um padrão sofisticado de como as pessoas pensam e agem. As pessoas são aquilo que fazem, não apenas o que pensam. Assim, as práticas privadas são associadas a identidades individuais em momentos diferentes (Gardner 2007; Bélo 2014: 171-177). A sensibilidade contextual é necessária para entender como uma vasta gama de ideias, crenças e significados existe entre pessoas e objetos (Hodder 1991a, 1991b; Shanks; Tilley 1992; Schiffer 1999; Gardner 2007; Bélo 2014: 204).

Referências Bibliográficas

- ALDHOUSE-GREEN, M. *Boudica Britannia*. London: Pearson Longman, 2006.
- BASSO, K. H. *Wisdom sits in places: landscape and language among the Western Apache*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1996.
- BÉLO, T. P. *Boudica e as facetas femininas ao longo do tempo: nacionalismo, feminismo, memória e poder*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Departamento de História, área de concentração em História Cultural, 2014.
- BERNARD, H. R. *Research methods in Anthropology: qualitative and quantitative approaches*. Altamira Press: Plymouth, UK, 2011.
- BLAKE, E. Sardinia's Nuragui: four millennia of becoming. *Word Archaeology*, 30 (1), 1998, pp. 59-71.
- CASSIUS DIO. *Roman History*. Edited by E. Cary, London, G. B. Putman, 1925.
- FREEMAN, M. *St. Albans: a history*. Lancaster: Carnegie Publishin Ltd, 2008.
- GARDNER, A. *An archaeology of Identity: soldiers e society in late Roman Britain*. Walnut Creek: Left Coast Press, INC, 2007.
- GREEN, O. *The town hall: Colchester*. Colchester: Colchester Borough Council and Jarrold Publishing, 1997.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1996.
- HALBWACHS, M. *The collective memory*. New York: Harper e Row Publishers, 2004.
- HOBBSAWN, E. e RANCER, T. (eds.) *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- HODDER, I. *Reading the past*. Cambridge: Cambridge University Press (2ND), 1991a.
- _____. *The domestication of Europe* 2ND edition. Oxford: Blackwell, 1991b.
- LOW, S. M. Antropological-Ethnographic methods for the assessment of cultural values in heritage conservation. In: Torre, M. de la (ed.). *Assessing de values of cultural heritage*. The J. Paul Getty Trust: Los Angeles, 2002.
- LOWENTHAL, E. G. *The past in foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- MACILWAIN, J. *Cardiff*. Andover: Pitking Publishing, 2013.

MEERES, F. *The story of Norwich*. Healey House, Andover, Hampshire: Phillimore e CO. LTD, 2011.

MERRIMAN, N. *Introduction: diversity and dissonance in public archaeology*. In: Public Archaeology. Routledge: London and New York, 2004, pp. 1-17.

NORWICH HERITAGE ECONOMIC AND REGENERATION TRUST. *Norwich 12: A journey through the English city*. Norwich: Norwich Colour Print Ltd, 2008.

NORWICH HERITAGE PROJECTS. *A market for our times: a history of Norwich provision market*. Norwich: Norwich Colour Print, 2010.

PINTO, R. *Duas rainhas, um príncipe e um eunuco: gênero, sexualidade e as ideologias do masculino e do feminino nos estudos sobre a Bretanha Romana*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Departamento de História, área de concentração em História Cultural, 2011.

SEALEY, P. R. *The Boudican revolt against Rome*. Oxford: Shire Publications LTD, 1997.

SCHIFFER, M.B. *The material life of human beings: artifacts, behavior and communication*. London: Routledge, 1999.

SHANKS, M. e TILLEY, C. *Re-constructing archaeology: theory and practice*. London: Routledge, 1992.

TACITUS, P. C. *Agricola*. London: William Hinemann LTC; Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1914.

_____. *The Annals of Imperial Rome*. Great Britain: Penguin Classics, 1968.

TRACY, S. J. *Qualitative research methods: collecting Evidence, crafting analysis*. Blackwell Publishing Ltd: Oxford, 2013.

VAN DYKE, R. M. e ALCOCK, S. E. Archaeologies of memory: An introduction. In: Archaeologies of memory. Edited by Van Dyke, R. M. e Alcock, S. E. Malden: Blackwell Publishers, 2003.

WEBSTER, J. *Boudica: the British revolt against Rome AD 60*. London, Batsford, 1978.

WILLIAMS, C. This frantic woman: Boadicea and English neo-classical embarrassment, In: M. Wyke and M. Biddiss (Eds). *The uses and abuses of Antiquity*, Bern, Peter Lang, 1999, pp. 19-36.

WILLIAMS, M. *The essential Cardiff castle*. London: Scala Arts e Heritage Publishers Ltd, 2014.

Arqueologia Pública e Memória Social: Os significados e apropriações do patrimônio arqueológico do município de Carangola, Minas Gerais

Public social archaeology and memory: the meaning of archaeological and appropriation of city heritage of Carangola, Minas Gerais

*Tháise Sá Freire Rocha*¹

Resumo

Neste trabalho objetivamos discutir sobre a prática arqueológica, pensando em novas formas de se fazer e pensar a arqueologia, e na relação dos seus profissionais com as comunidades inseridas no contexto dos sítios arqueológicos, e bem como, dessas comunidades com o patrimônio arqueológico. Buscaremos apresentar algumas discussões sobre novas abordagens que vem surgindo nas últimas décadas na arqueologia, que procuram dar uma ênfase maior na participação e nos interesses das comunidades nas pesquisas arqueológicas. E por fim, apresentaremos um estudo de caso que se originou a partir de um projeto de mestrado, onde objetiva-se verificar os significados atribuídos e as apropriações do patrimônio arqueológico efetuadas pelas comunidades do município de Carangola-MG.

Palavras-chave: Comunidades; Arqueologia Pública; Patrimônio Arqueológico.

Abstract

This study aimed to discuss the archaeological practice, thinking of new ways of doing and thinking archaeology and the relationship of its professionals to the communities within the context of archaeological sites, and well, these communities with the archaeological heritage. We seek to present some discussions about new approaches that has emerged in recent decades in archeology, seeking greater emphasis on participation and interests of the communities in archaeological research. Finally, we

¹ Mestre em Arqueologia do programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas.

will present a case study that originated from a master's project, where the objective is to verify the assigned meanings and appropriations of the archaeological heritage made by the communities in the municipality of Carangola-MG.

Keywords: Communities; Public Archaeology; Archaeological Heritage.

Para os fins deste trabalho objetivamos fazer uma breve reflexão sobre uma nova forma de se fazer a arqueologia. Destacaremos uma arqueologia descolonizada que busque produzir um conhecimento "alternativo", no qual se reconheça os saberes tradicionais e se leve em consideração que existem diferentes forma de ver e interpretar o mundo, que podem contribuir para um papel mais engajado da disciplina e para a construção de uma nova narrativa sobre o passado. Pensando nestas questões, objetivamos dar uma ênfase na relação da arqueologia/arqueólogos com as comunidades que vivem no entorno dos sítios arqueológicos, e que possuem um papel significativo no desenvolvimento do estudo a respeito desses sítios. Em vista disso, destacamos aqui a Arqueologia Pública, considerada uma perspectiva que vem desencadeando novas maneiras de se pensar e fazer Arqueologia.

Para alcançar as discussões propostas acima, o texto será estruturado da seguinte forma: em um primeiro momento, refletiremos sobre a necessidade de abertura do campo da arqueologia, levando em consideração o caráter elitista e colonialista que a disciplina por muito tempo apresentou. Na segunda parte do trabalho, vamos discutir novas formas de fazer e pensar arqueologia dando uma ênfase maior na relação da disciplina e seus profissionais com a comunidade, e desta com o patrimônio arqueológico. Serão destacadas algumas abordagens que estão sendo pensadas e compartilhadas na arqueologia atualmente, entre elas a Arqueologia Pública.

E por fim, apresentaremos um estudo de caso que se originou a partir do meu projeto de mestrado, onde busco verificar os significados atribuídos e as apropriações do patrimônio arqueológico efetuadas pelas comunidades do município de Carangola, Minas Gerias, que foram impactadas direta ou indiretamente pelas pesquisas arqueológicas realizadas na região nas últimas décadas.

Cabe ressaltar que ainda não serão apresentadas conclusões da pesquisa, mas apenas uma proposta de estudo, onde acredito que a Arqueologia Pública poderia ser aplicada, contribuindo para a compreensão das questões acima levantadas, uma vez que esta perspectiva procura entender a correlação entre comunidade e patrimônio arqueológico, oferecendo os subsídios para refletir sobre a construção e destinação do conhecimento gerado no desenvolvimento de trabalhos arqueológicos.

Descolonizando a Arqueologia

A arqueologia por não trabalhar apenas com documentos históricos, acaba por se diferenciar das demais disciplinas, porque um dos seus objetos de estudo, a cultura material, não pertence a apenas uma classe da sociedade, mas sim a diversos grupos de diferentes níveis sociais. Na maioria das vezes, tais objetos contam também a história dos grupos subordinados e quem pode dar voz a esses registros, narrar esse passado, é o arqueólogo (Liebmann 2008). Contudo, é necessário ter em mente que a interpretação dada pelo arqueólogo pertence apenas a ele ou a comunidade científica na qual ele está inserido, não se referindo, portanto, às vozes e interpretações das populações às quais os artefatos e o passado pertencem.

Mas como coloca Atalay (2006), a arqueologia não se trata apenas de estudar a cultura material, mas também de estudar as pessoas, buscando compreender o cotidiano dos grupos sobre os quais se debruça, sua organização política e social, cosmologia, entre outros diversos aspectos. Na busca pela compreensão do passado, existem diversas linhas de evidências que fornecem dados e ferramentas que são utilizados pela arqueologia como, por exemplo, os documentos escritos, a história oral, entre outros da própria disciplina. Porém, não se pode negar que todo esse conhecimento, utilizado na busca dessa compreensão do passado, está baseado em formulações e metodologias ocidentais e muitas vezes não leva em consideração que os modelos de interpretação e as práticas utilizados não são apropriadas as perspectivas das comunidades que são seu objeto de análise (Atalay 2006). Assim colocou a autora:

Muitos arqueólogos têm de vir a reconhecer que a arqueologia é baseada em, e geralmente reflete, os valores de culturas ocidental em privilegiar o material, científico, mundo observável sobre o espiritual, experimental, e os aspectos não quantificáveis de sítios arqueológicos, os povos antigos e artefatos arqueológicos, prática demonstra que está solidamente fundamentada em formas ocidentais de categorizar, conhecer e interpretar o mundo (Idem: 280)².

Nesse sentido, é frequentemente discutido que a pesquisa arqueológica é realizada, em grande medida, por pessoas que não pertencem aos grupos que estão sendo estudados, sendo construída a partir de uma visão ocidental, nos campos da interpretação, da escrita e do ensino. Antes da colonização europeia, há que se contrapor que as comunidades tinham total independência e poder para administrarem sua própria história e cultura, ensinando aos seus descendentes da mesma forma que seus antepassados os ensinavam, perpetuando, com isso, sua herança. Com isso, temos que pensar que se de fato queremos ultrapassar o passado colonial da arqueologia, buscando um avanço positivo, mais ético e justo de sua prática, deve-se ter o cuidado de não ignorar o efeito que as práticas do passado possuem, e sim colocar tais atos em um contexto histórico voltado para desculpá-los (Atalay 2006).

Existe na academia, e particularmente na arqueologia, certo monopólio na narrativa acadêmica, que vem dominando o meio científico e classificando o que é produzido. Isso nos chama a atenção para a necessidade de romper com essa hegemonia acadêmica, que vem produzindo conhecimento a acerca dos "outros" e projetando seus ideais ocidentais em diferentes povos. Podemos pensar com isso, em uma opção descolonial. Segundo Mignolo (2008: 290), tal opção é epistêmica e se desvincula dos fundamentos dos conceitos ocidentais e de acumulação de conhecimento, prezando com isso em aprender e desaprender, mesmo que numa totalidade, já tenhamos sido "programados pela razão imperial/ colonial".

Se pararmos para pensar, assim como as demais disciplinas históricas, a arqueologia participou do processo colonial. A arqueologia latino-americana, através

²Tradução livre.

do multiculturalismo, acabou reproduzindo e enfatizando as diferenças culturais e étnicas, apropriando-se disso para legitimar o nacionalismo. Isso contribuiu para a alienação das histórias nativas, pois se rompeu os laços de continuidade das populações nativas atuais com os objetos materiais de seus antepassados, deixando-os a margem da história. Assim, a "violência epistêmica" se colocou como uma das piores consequências da coprodução entre modernidade e colonialismo, pois tem permitido que uma visão de mundo se sobreponha sobre as demais (Gnecco 2009).

Pensar em uma arqueologia descolonizada deve incluir questões relacionadas à construção social do patrimônio cultural, às preocupações com a revitalização da tradição e do conhecimento indígena, questões de propriedade e autoridade, propriedade cultural e intelectual, e à história. Devemos continuar a nos colocar diante dos modelos tradicionais para mudá-los, buscando reconstruir os métodos, a teoria e a prática convencionalmente utilizados pela arqueologia, e isso nos deve fazer refletir sobre como e o que queremos, a partir disso, ver na pesquisa arqueológica (Atalay 2006).

Como proposta de uma nova forma de ver e fazer arqueologia, destacamos aqui as questões relacionadas não só à devolução dos dados das pesquisas arqueológicas, mas também uma arqueologia onde se tenha a participação da comunidade que vive no entorno dos sítios arqueológicos. A proposta aqui é refletir sobre uma pesquisa arqueológica mais engajada, onde se pense e faça algo "para, com, pela" comunidade (Silva 2009). E com uma pesquisa arqueológica colaborativa pode-se ter a possibilidade de realmente construir saberes de forma colaborativa com as comunidades tradicionais, a respeito de questões que não só interessam ao arqueólogo, mas a todos os sujeitos envolvidos. Por meio da participação desses sujeitos nas pesquisas arqueológicas, se abre a possibilidade de a disciplina contribuir para que esses povos argumentem em suas causas e direitos, como em questões territoriais, de autodeterminação e gerenciamento do patrimônio cultural nas suas terras (Silva 2009).

Refletindo sobre a relação entre Arqueologia e Comunidade

A arqueologia tem presenciado nas últimas décadas o surgimento das chamadas "arqueologias colaborativas" e "arqueologias alternativas", como as chamadas arqueologias indígenas que buscam uma abordagem simétrica de interpretação e atuação em campo (Silva 2012; Million 2013; Wanderley 2014). Segundo Silva (2012: 26), essas abordagens vêm desencadeando novas formas de pensar a arqueologia. Segundo "onde a multivocalidade e a reflexividade são entendidas como componentes fundamentais da prática arqueológica, desde a concepção do projeto, passando pela construção do conhecimento e pela divulgação dos dados da pesquisa" (Silva 2012: 26).

Dentre essas novas propostas, destacamos para os fins deste trabalho a Arqueologia Pública, considerada uma perspectiva que permite novas maneiras de se pensar e fazer arqueologia. Contextualmente, a Arqueologia Pública preocupa-se em entender a relação entre comunidades e o patrimônio arqueológico, analisando o impacto que o discurso acadêmico gera nessas comunidades, buscando observar o papel que estas últimas exercem na construção do passado e na gestão dos bens arqueológicos (Bezerra 2011).

Historicamente, o conceito de Arqueologia Pública surgiu de um processo de reflexão, onde a partir da influência de pós-processualistas e de teorias marxistas, passou-se questionar e revisar o papel da arqueologia como ciência (Carvalho; Funari 2007). O conceito teve amplo desenvolvimento principalmente nos Estados Unidos na década de 1970, com a publicação do livro "*Public Archaeology*", de autoria de McGimsey (1972). O livro trazia a preocupação acerca do processo de destruição de sítios arqueológicos que se agravou devido ao crescente processo de urbanização e industrialização.

Foi sob a égide da Arqueologia Pós-processual que o termo ganhou maior visibilidade, pois pesquisadores envolvidos com essa perspectiva se preocuparam em enfatizar os aspectos políticos e públicos da disciplina (Hodder 1999). De acordo com Ian Hodder (1999), os pesquisadores comprometidos com a abordagem defendem a ideia de que a ênfase na objetividade, envolvendo generalizações universalizantes, não deve ser o caráter específico da Arqueologia. Pelo contrário, a disciplina deve perseguir contextos históricos significativos, onde a relação entre indivíduo e seus objetos constituem uma via de mão dupla, onde ambas atuam ativamente.

A divulgação dos resultados das pesquisas arqueológicas é um dos principais meios no qual o público pode ter conhecimento dos trabalhos realizados no país. Porém, deve-se estar atento para o fato de que Arqueologia Pública não se resume apenas na divulgação dos conhecimentos advindos de pesquisas arqueológicas, mas que busca englobar um conjunto de ações e reflexões que tem por objetivo descobrir a quem realmente interessa o conhecimento produzido, de que forma essas pesquisas afetam a sociedade, como estão sendo divulgadas e apropriadas pelo público (Bezerra de Almeida 2003). A Arqueologia Pública pode ser concebida como um processo de coprodução, onde todas as partes interessadas colaboram com o trabalho arqueológico, aprendendo umas com a outras no processo e produzindo, juntamente no fim, história multivocal (Gnecco; Hernández 2008).

De acordo com Gnecco e Hernández (2008), existe uma emergência de participação do público, principalmente no que diz respeito a sua interpretação do que é arqueologia. Por isso, a participação do público tornou-se significativa para a proteção do patrimônio arqueológico, além de ser uma excelente estratégia para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas (Gnecco; Hernández 2008). Essa perspectiva tem promovido uma ampla reflexão sobre as possibilidades de atuação da Arqueologia que vai além das questões de âmbito acadêmico científico, na medida em que possui um viés político social mais abrangente.

Atualmente no Brasil, diversos trabalhos sobre a Arqueologia Pública vêm sendo publicados que propõe discutir questões teóricas, algumas possibilidades de pesquisa e estudos de caso sobre a abordagem, e a relação entre arqueologia e comunidade. Entre alguns trabalhos, destacamos aqui o trabalho de Anjos e Domanski (2011), que apresentam a "Charqueada Santa Bárbara"³, localizados na cidade de Pelotas, onde são desenvolvidos trabalhos com a comunidade seguindo os moldes da Arqueologia Pública. Segundo as autoras, esses trabalhos buscam compreender "as representações e as cosmologias das populações locais sobre o sítio arqueológico e a escravidão em Pelotas, além de envolvê-las nas pesquisas, destacando-as como atores no processo de investigação, no espírito da arqueologia comunitária" (Anjos;

³ De acordo com a autoras, esse trabalho esteve articulado ao projeto de pesquisa "O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)", desenvolvido na Universidade Federal de Pelotas, coordenado pelo professor Lucio Menezes Ferreira, desde 2009.

Domanski, 2011: 01). O objetivo é integrar a comunidade nas escavações arqueológicas e estabelecer de forma colaborativa, políticas de preservação e musealização da cultura material encontrada.

A pesquisadora Márcia Bezerra também tem desenvolvido diversos trabalhos no âmbito da Arqueologia Pública. Em sua tese de doutorado, intitulada "*O Australopiteco Corcunda: as Crianças e a Arqueologia em um projeto de Arqueologia Pública na escola*", Márcia Bezerra (2003) propõe tratar da relação entre a Arqueologia e o público a partir de um estudo de caso com um grupo de crianças de uma escola da rede privada do Rio de Janeiro. O projeto educativo que foi desenvolvido com os alunos trouxe a experiência da escavação, a partir de sítios simulados na própria escola. Isso permitiu uma melhor demonstração do método científico, e da apreciação e aproximação com a cultura material, o que colaborou com a conscientização da importância do patrimônio arqueológico. Essa experiência revelou "alguns dos elementos formadores das representações da Arqueologia para a sociedade, reforçando a importância do papel de educador dos arqueólogos" (Bezerra 2003: 01), demonstrando o papel da arqueologia e oferecendo uma reflexão a respeito da atuação do arqueólogo hoje.

Entre outros trabalhos, podemos citar "*As moedas dos índios': um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil*" (2011) e também, "*Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia*" (2013). Os dois trabalhos trazem reflexões sobre a relação entre as comunidades locais na Amazônia e o patrimônio arqueológico, considerando a percepção tátil como elemento importante no reconhecimento e na apropriação das coisas do passado⁴.

Em vista disso, traremos aqui um estudo de caso, que na verdade é apenas um projeto inicial que será desenvolvido junto à comunidade do município de Carangola, Minas Gerais. Tal projeto será desenvolvido a partir das premissas apresentadas acima, acreditando que a Arqueologia Pública trará os subsídios necessários para reflexão e desenvolvimento do projeto em questão.

⁴ BEZERRA, M. **Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia**. In: *Revista de Arqueologia Pública*, n.7, julho 2013. Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP.

Um estudo de caso: o patrimônio arqueológico de Carangola

O município de Carangola emergiu como um cenário adequado para a pormenorização das análises propostas neste projeto, devido à profusão de pesquisas arqueológicas, que redimensionaram as interpretações sobre a presença indígena na região. Explicando melhor, as interpretações tradicionais disponíveis sobre o passado da região apresentam notícias sobre grupos denominados de Puri e Coroado, documentados a partir do século XIX até as primeiras décadas do século XX. De modo geral, Puri e Coroado, são designações utilizadas para se referir aos “tapuias” do interior, sendo etnicamente diferentes dos grupos Tupi. Em termos arqueológicos, tais populações seriam as responsáveis pelos sítios associados à Tradição Una, localizados de forma expressiva na Zona da Mata mineira (Luft 2000).

Contudo, no caso do município de Carangola, se por um lado o sítio "Toca dos Puri", associado à tradição Una, e situado cronologicamente em torno de 650 ± 90 AP (Loures Oliveira 2008) parece confirmar as narrativas históricas construídas sobre a presença indígena na região, o sítio Córrego do Maranhão apresenta uma cultura material relacionada à tradição Tupiguarani, bastante semelhante em termos morfológicos e estilísticos com aquela que vem sendo estudada no Rio de Janeiro, em sítios associados a grupos Tupinambá conhecidos historicamente (Mageste 2008; Loures Oliveira 2008; Mageste 2012). Desse modo, se as interpretações históricas tradicionais e as narrativas orais informam exclusivamente sobre a presença de grupos falantes de línguas Macro-Jê, na região, as pesquisas arqueológicas Córrego do Maranhão têm sinalizado para a possibilidade de ocupações Tupi, distribuídas cronologicamente entre 1750 ± 200 AP a $350 \pm$ AP (Loures Oliveira 2008; Mageste 2012).

Para fins de contextualização, os primeiros relatos sobre o patrimônio arqueológico de Carangola remontam ao século XIX, quando aventureiros chegaram à região em busca de relíquias de sociedades extintas. Nesse período, passaram também pelo local, campanhas incentivadas pela Coroa, composta por pesquisadores renomados e profissionais de diferentes áreas do saber. O objetivo de tais expedições era o de coletar o maior número possível de vestígios de populações pretéritas, para a documentação e estudos sobre os primeiros habitantes do Brasil. Na empreitada foram documentados vestígios supostamente relacionados aos grupos indígenas ainda

remanescentes na região, denominados de Puri, Coroado e Coropó e amalgamados sob o termo generalizante de “tapuia” (Mageste 2008; Loures Oliveira 2008).

Já no século XX foram encontrados vestígios de três aldeamentos. O primeiro no trecho inicial da Rua Magalhães Queiroz, em 1918. Décadas mais tarde, no ano de 1969, foi identificado na rua Sebastião Frossard um assentamento, por ocasião de um trabalho de terraplanagem empreendido pela construtora IMBÉ, em Varginha de Baixo, Carangola (Carelli 2008). Contudo, os achados não geraram publicações ou estudos de caráter sistemáticos.

Após esse interesse inicial, o patrimônio arqueológico do município foi novamente escrutinado na década de 1970, com a incursão de pesquisadores do IAB na região. Na época, foram produzidos registros referentes a sítios relacionados à tradição Una e Tupiguarani, distribuídos ao longo do rio Muriaé. Mais tarde, em 1993, foi a vez de pesquisadores Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais visitarem o município, a convite da prefeitura de Carangola. Na ocasião foram emitidos laudos a respeito do estado de conservação dos sítios Toca dos Puri, localizado no distrito de Ponte Alta de Minas – caracterizado como arranjo funerário relacionado a Tradição Una; e o sítio Fazenda Córrego do Maranhão, localizado no distrito de Alvorada considerado um sítio unicomponencial, a céu aberto e com cultura material pertencente a tradição Tupiguarani. Ao mesmo tempo, os pesquisadores sinalizaram as potencialidades de estudos sistemáticos envolvendo os vestígios documentados na região (Baeta; Prous 2008). Porém, essas propostas não foram levadas a cabo e o sítio não chegou nem mesmo a ser registrado junto ao IPHAN.

Digno de nota é o fato dos sítios mencionados já serem do conhecimento do público desde o século XIX, sofrendo desde então interferências por parte de visitantes curiosos. Ciente dos riscos de destruição aos quais estava exposto e da importância dos vestígios encontrados, a comunidade da região solicitou mais uma vez a presença de um especialista para análise, avaliação e registro daquele patrimônio. Na ocasião, foi contatada a Prof.^a Dr.^a Tânia Andrade Lima do Museu Nacional do Rio de Janeiro, no ano de 1997. Corroborando as informações oferecidas pela outra equipe, a pesquisadora classificou o sítio como pré-colonial unicomponencial a céu aberto com cultura material pertencente à tradição Tupiguarani. No entanto, do mesmo modo,

nenhuma pesquisa foi realizada, resultando da visita apenas no preenchimento da ficha de cadastro do IPHAN (Loures Oliveira 2005, 2006, 2008).

Mais tarde, tendo em vista o potencial do patrimônio arqueológico regional para as discussões referentes ao processo de ocupação pré-colonial da Zona da Mata mineira, o município de Carangola foi incluído no “Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira”⁵, conduzido pela equipe do MAEA/UFJF desde o ano de 2000. Na ocasião, foi firmado convênio entre a Prefeitura Municipal de Carangola e a Universidade Federal de Juiz de Fora para a realização de pesquisas arqueológicas aliadas a trabalhos educativos junto à comunidade.

Em termos práticos, foram realizadas ações interventivas nos sítios "Córrego do Maranhão" e "Toca dos Puri", acompanhadas por ações de educação patrimonial nas escolas da rede pública municipal e trabalhos de história oral junto às comunidades situadas próximas aos sítios investigados. Tais estratégias, segundo Loures Oliveira (2006), contribuíram para a valorização da memória e da história cultural e também para a identificação e interpretação dos sítios arqueológicos. Além disso, os trabalhos realizados buscaram contar com o acompanhamento da comunidade durante todo o processo de pesquisa, por meio da formação de equipes regionais compostas por integrantes dos próprios municípios, para atuar na intermediação e diálogo entre os pesquisadores e a população. Partiu-se da premissa de que a conscientização sobre a importância do patrimônio, relacionada à socialização do conhecimento gerado, acabava por contribuir não só para sua construção, mas também para sua preservação e usufruto (Monteiro Oliveira; Loures Oliveira 2010).

O resultado do programa de pesquisas desenvolvidas em Carangola foi exposto inicialmente no ano de 2008, no “3º Simpósio de Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Carangola; 2º Simpósio de Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais e a 1ª Reunião do Núcleo Regional Sudeste da Sociedade de Arqueologia Brasileira”. O evento buscou promover a divulgação dos conhecimentos obtidos com as pesquisas elaboradas na região, tendo como finalidade reunir pesquisadores de diferentes instituições e comunidade local, a fim de debater questões importantes relacionadas

⁵ Em termos gerais, tal proposta tem por objetivo “identificar, registrar e mapear os sítios arqueológicos da Zona da Mata mineira com o intuito de conhecer o modo de vida das populações que habitaram a região anterior ao processo de colonização”. (Monteiro Oliveira; Loures Oliveira 2010: 131).

às pesquisas realizadas (Bastos, 2008). Dentre as questões levantadas, a principal delas foi em relação a ocupação colonial e pré-colonial da região, sendo o foco as culturas indígenas e o processo de contato, bem como as potencialidades do patrimônio cultural local⁶. Digno de nota foi a presença maciça de diversos membros da comunidade, que participaram efetivamente da programação, chegando inclusive a eleger o melhor pôster apresentado no evento, agraciado com o prêmio Ondemar Dias⁷.

Mais recentemente o município foi novamente abordado pela equipe da *Scientia Arqueologia*, no âmbito dos trabalhos de arqueologia preventiva referente ao mineroduto Minas-Rio. Com as atividades, um novo sítio foi descoberto e registrado junto ao IPHAN⁸, como no caso, o sítio Fazenda Santa Cruz, caracterizado também como unicomponencial, a céu aberto, pertencente à tradição Tupiguarani e relacionado aos sítios Córrego do Maranhão. Além disso, deve-se mencionar a continuidade dos estudos nos sítios pesquisados pela equipe do MAEA-UFJF, por meio de mestrado e doutoramento de Mageste (2008, 2012), enfocando o sítio Córrego do Maranhão; e o mestrado de Porto (2014), analisando a “Toca dos Puri”.

Nesse mister, torna-se relevante verificar se os discursos acadêmicos elaborados promoveram ressignificações do patrimônio arqueológico local ou se estabeleceram posições dicotômicas em relação aos saberes tradicionais constituídos a respeito da presença indígena. Ademais, igual relevância há em analisar as formas nas quais o patrimônio arqueológico foi empregado na construção de discursos sobre o passado, no contexto das diferentes narrativas elaboradas, tanto pela comunidade, quando pelos diferentes pesquisadores que elegeram Carangola como foco de interesse. Com esse exercício, será possível problematizar e refletir a respeito das estratégias conduzidas no tocante a interpretação e destinação dos dados levantados com as pesquisas arqueológicas, de modo a evidenciar um possível cenário de tensão ou conflito.

⁶ Foi durante evento que houve o lançamento do livro "Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata mineira: Carangola", onde estão reunidos diversos artigos, contendo as conclusões alcançadas com as pesquisas sobre o município, elaborados pelos pesquisadores e colaboradores do MAEA-UFJF.

⁷ Vide: <http://www.ufjf.br/maea/2009/09/19/estagiaria-do-maea-ufjf-recebe-o-premio-ondemar-dias-durante-2%C2%BA-sap-mg/>

⁸ Além dos sítios mencionados no histórico aqui apresentado, o município conta com outros sítios registrados, mas que não foram sistematicamente estudados.

Considerações Finais

Como já foi colocado anteriormente, esse texto é apenas discussões iniciais a respeito do projeto que pretendemos desenvolver junto à comunidade do município de Carangola, Minas Gerais. As atividades de campo ainda não terminaram, e os dados obtidos até o momento, ainda estamos analisados.

O que podemos dizer até o momento, é que tendo em vista os objetivos perseguidos com a presente pesquisa, a Arqueologia Pública oferecerá os subsídios necessários para discutir as estratégias que são conduzidas no tocante as interpretações e destinação dos dados levantados com as pesquisas arqueológicas, e possibilitará observar as compatibilidades ou tensões estabelecidas com as narrativas tradicionais. Desse modo, teremos elementos para propormos algumas possibilidades de gestão do patrimônio arqueológico, tendo em vista as especificidades dos contextos sociais, políticos e históricos onde estão inseridos.

No contexto da Zona da Mata mineira, até o presente momento não foram desenvolvidos trabalhos consistentes relacionados a perspectiva da Arqueologia Pública. Uma vez que a região vem sendo objeto de estudo para diversos trabalhos arqueológicos em diferentes momentos, torna-se pertinente verificar como a comunidade ao longo dos anos foi afetada direta ou indiretamente com essas pesquisas arqueológicas.

Referências Bibliográficas

ANJOS, G. C. dos; DOMANSKI, A. *Sítio “Charqueada Santa Bárbara”: Um Projeto de Arqueologia Pública em Pelotas*. Revista Thema, 8, 2011, pp.9.

ATALAY, S. *Indigenous Archaeology as Decolonizing Practice*. In: The American Indian Quarterly, 30(3-4), 2006, pp. 280-310.

BAETA, A.; PROUS, A. Relatório sobre viagem realizada por A. Baeta e A. Prous no município de Carangola, dias 19 e 20/08/93, Potencial arqueológico da área visitada. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P (org). *Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata mineira: Carangola*. Juiz de Fora, 2008, pp. 179-182.

BASTOS, R.L. O papel da Arqueologia no desenvolvimento regional. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P (org). *Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata mineira: Carangola*. Juiz de Fora, 2008, pp. 7-16.

BEZERRA DE ALMEIDA, M. *O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a arqueologia pública no Brasil*. Revista *Habitus*, 1 (2), 2003, pp. 275-295.

BEZERRA, M. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. *Boletim Museu Paranaense Emílio Goeldi*, 6 (1), 2011, pp. 57-70.

_____. *Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia*. Revista de Arqueologia Pública, 7. 2013.

_____. *O Australopiteco Corcunda: as Crianças e a Arqueologia em um projeto de Arqueologia Pública na escola*. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo. 2003.

CARELLI, R. História da presença indígena no município de Carangola. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P (org.). *Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata mineira: Carangola*. Juiz de Fora, 2008, pp. 49-52.

FUNARI, P.P; CARVALHO, A. V. de. “Arqueologia e Patrimônio no século XXI”: as perspectivas abertas pela arqueologia pública. In: III Encontro de História da Arte – IFCH / UNICAMP. 2007.

FUNARI, Pedro Paulo. *Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na arqueologia brasileira*. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, 8 (18). 2002.

GNECCO, C. *Caminhos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad*. Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, 4(1), 2009, pp. 27-37.

GNECCO, C.; HERNÁNDEZ, C. *History and Its Discontents: Stone Statues, Native Histories, and Archaeologists*. In: *Current Anthropology*, 49(3). 2008.

HODDER, I. Crisis in Global Archaeology. In: HODDER, I. *The archaeological process. An introduction*. Blackwell publishers, Oxford, 1999, pp. 1-19.

LIEBMANN, M. Introduction: The Intersections of Archaeology and Postcolonial Studies. In: LIEBMANN, M; RIZVI, U. Z. (eds.). *Archaeology and Postcolonial Critique*. Altamira Press, New York, 2008, pp. 1-20.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Desenvolvimento, resultados, avaliação e desdobramentos: seis anos do Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P (org). *Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata mineira: Juiz de Fora*. Editar, Juiz de Fora, 2006, pp. 25-40.

_____. Histórico das pesquisas arqueológicas em Carangola-MG. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P (org.). *Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata mineira: Carangola*. Juiz de Fora, 2008, pp. 87-98.

_____. *Sete anos do projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira: resultados e avaliação*. Revista de Arqueologia, Belém, 18, 2005, pp. 111-114.

LUFT, V. *Da história a pré-história: as ocupações das sociedades Puri e Coroado na bacia do Alto Rio Pomba (o caso da Serra da Piedade)*. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MAGESTE, L.E.C. Antiguidade Tupi na Zona da Mata mineira: uma abordagem interdisciplinar. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P (org.). *Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata mineira: Carangola*. Juiz de Fora, 2008, pp. 141-152.

_____. *Entre estilo e função: estudo do sítio Córrego do Maranhão, Carangola-MG*. (Dissertação de Mestrado). USP, São Paulo. 2012.

MIGNOLO, Walter D. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Tradução de Ângela Lopes Norte. In: Cadernos de Letras da UFF, Niterói, 34, 2008, pp. 287-324.

MILLION, T. Developing an Aboriginal Archaeology: Receiving Gifts from the White Buffalo Calf Woman. In: Claire Smith e Hans Martin Wobst (eds.), *Indigenous Archaeologies: Decolonizing Theory and Practice*. Routledge, 2005, pp. 43-55.

MONTEIRO OLIVEIRA, L.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Criação, experiência e manipulação do conhecimento revelado nos registros gráficos de crianças. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. (org.) *Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais: Ouro Preto*. Editora UFJF, Juiz de Fora, 2010, pp. 131-153.

PORTO, C. B. A. *Tecendo símbolos e significados: uma abordagem etnoarqueológica da tecelagem Maxakali*. (Dissertação de mestrado). Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro. 2014.

SILVA, Fabíola. *Arqueologia e Etnoarqueologia na Aldeia Lalima e na Terra Indígena Kayabi: Reflexões sobre Arqueologia Comunitária e Gestão do Patrimônio Arqueológico*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, 19, 2009, pp. 205-219.

_____. *O plural e o singular das Arqueologias Indígenas*. Revista de Arqueologia (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso), 25, 2012, pp. 24-42.

WANDERLEY, Elaine Cristina G. *“É pote de parente antigo!”. A relação dos indígenas Apurinã da Terra Indígena Caititu com os sítios e objetos arqueológicos, Lábrea/AM*. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém. 2013.

A variabilidade das ocupações ceramistas no sítio Teotônio (Alto rio Madeira)

The variability of ceramic occupations in the Teotônio site (Upper Madeira River)

*Thiago Kater*⁹
*Fernando Almeida*¹⁰
*Silvana Zuse*¹¹

Resumo

A região do alto rio Madeira, sudoeste amazônico, é historicamente associada a uma alta diversidade cultural e linguística e pode ser considerada um microcosmo da história da Amazônia. O sítio Teotônio, localizado na cachoeira homônima, na margem direita do rio Madeira, possui indícios consistentes de ter sido ocupado continuamente nos últimos seis mil e quinhentos anos, evidenciando-se uma grande variabilidade de contextos e materiais arqueológicos líticos e cerâmicos. O objetivo principal deste trabalho é caracterizar os diferentes conjuntos cerâmicos identificados pelas análises já realizadas, a partir da perspectiva de que o sítio Teotônio é um lugar significativo e persistente.

Palavras chaves: Sítio Teotônio; alto rio Madeira; Cerâmica; Lugares significativos e persistentes

Abstract

The region of the upper Madeira River, in southwest Amazon, is historically associated with a high cultural and linguistic diversity and can be considered a microcosm of the history of Amazon. The Teotônio site on the right border of the Madeira River has consistent evidence of being continuously occupied for the past sixty five hundred

⁹ Doutorando em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia/USP.

¹⁰ Docente no Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe.

¹¹ Docente do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia.

years, demonstrating a great variability of contexts and lithic and ceramic archaeological resources. The main objective is to characterize the different ceramic sets identified by the analysis, from the perspective that the site is a significant and persistent place.

Keywords: Teotônio site; Upper Madeira River; Pottery; Significant and Persistent places.

Introdução

A região do alto rio Madeira, sudoeste amazônico, possui algumas particularidades que podem colaborar na compreensão do registro arqueológico, como (a) a alta diversidade cultural e linguística identificada na região, (b) por ser o provável centro de domesticação da mandioca e da pupunha, bem como (c) a área de origem e dispersão dos povos de língua Tupi e (d) possuir uma sequência de ocupação humana bastante longa e aparentemente sem hiatos durante o Holoceno médio.

Alvo de pesquisas nos anos 1970 e 1980 (e.g. Miller, 1978, 1987), a região, recentemente, retornou ao centro dos debates da arqueologia amazônica (Neves 2005; Almeida 2013; Zuse 2014; Mongeló 2015). Do mesmo modo que o Projeto Alto Madeira (PALMA), que vem trabalhando de maneira extensiva e intensiva em sítios da região, a produção de dados oriundos das atividades de salvamento das obras de infraestrutura, lançaram novas problemáticas à ocupação pré-colonial na região.

Uma das principais proposições dessas pesquisas (Zuse 2014; Almeida 2013; Silva 2015) é associar a grande diversidade cultural identificada etnograficamente à alta variabilidade do registro arqueológico, vista pelos estudos e caracterizações cerâmicas realizadas até agora. Ainda assim, muitos aspectos da arqueologia da região seguem sendo pouco conhecidos e os arqueólogos seguem, muitas vezes, dependentes das análises preliminares realizadas.

Dentre os sítios mais intensamente estudados pelo PALMA, há de se destacar o Teotônio, localizado no município de Porto Velho (RO), na margem direita do rio Madeira, no local onde ficava a cachoeira homônima – submersa após construção da UHE Santo Antônio. Faz parte desse complexo, na margem oposta, o sítio Santa Paula, escavado por docentes, discentes e colaboradores do Departamento de Arqueologia

da Universidade Federal de Rondônia (DARQ/UNIR) nas disciplinas de Prática de Campo.

O sítio Teotônio possui uma heterogeneidade de cenários históricos, visualizados desde a pesquisa de Miller (1992) e reiterada por outros pesquisadores (Almeida 2013: 286; Zuse 2014; Mongeló 2015). Encravado junto ao maior afluente do Amazonas, há indícios de ter sido ocupado quase ininterruptamente nos últimos seis mil e quinhentos anos, associando-se ainda uma grande variabilidade de material arqueológico cerâmico e lítico (Almeida 2013: 290-291; Mongeló 2015).

Os contextos líticos do sítio foram alvo da pesquisa de mestrado de Mongeló (2015), já o material cerâmico carece ainda de um estudo mais pormenorizado, apesar dos trabalhos já realizados (Almeida 2013; Zuse 2014; Silva 2015). Com as novas unidades de escavação abertas em uma intervenção da equipe do PALMA, áreas bem preservadas arqueologicamente permitiram um melhor discernimento dos diferentes complexos cerâmicos do sítio. Por conta disso, o objetivo da pesquisa em curso é compreender as diversas ocupações de povos ceramistas identificadas nesse sítio. Um primeiro passo é a caracterização desse material.

Parte-se da perspectiva de que o sítio Teotônio é um lugar *significativo* e *persistente*, isto é, um lugar criado pelas pessoas através da interação com a natureza e com o sobrenatural, que reconhecem, individual e coletivamente, por meio das experiências e das memórias, a existência desse determinado local – não necessariamente resultado de modificação humana – definindo assim sua significância (Zedeño; Bowser 2009: 5). A longa duração no uso de um lugar significativo pode transformá-lo em lugar *persistente* (Moore; Thompson 2012: 267; Schlanger 1992: 92; Zedeño; Bowser, 2009: 12). Por se compor de uma cachoeira estonteante, piscosa e com um sítio em cada margem (Teotônio e Santa Paula), pode-se pensá-lo como um lugar significativo, e persistente por conta de sua contínua ocupação ao longo dos últimos seis milênios (Almeida 2013: 290-291; Zuse 2012: 87-88; Mongeló 2015).

Nesse artigo, pretende-se, portanto: (1) apresentar o contexto geral das ocupações indígenas (ou dos dados arqueológicos) no alto rio Madeira, o que traz à tona particularidades que podem ser chave na compreensão do sítio Teotônio, assim como da história das terras baixas sul-americanas; (2) evidenciar o arcabouço teórico-metodológico da análise cerâmica e, por fim, (3) caracterizar formalmente os

conjuntos cerâmicos identificados através das análises. A compreensão da variabilidade cerâmica do sítio e do contexto do alto Madeira, dentro da longa duração, é uma peça chave para a compreensão da história cultural da região.

O contexto do alto rio Madeira e do sítio Teotônio

Poucas regiões da bacia amazônica apresentam uma ocupação humana longa e sem interrupções. Dentre elas, há de se destacar: o estuário do rio Amazonas, na ilha de Marajó, e o sudoeste amazônico (Roosevelt 1995; Heckenberger et al. 2003; Neves 2008). No alto rio Madeira, no sudoeste amazônico, os dados arqueológicos apontam para uma ocupação humana longa e praticamente sem hiatos desde 9000 anos BP (Miller 1992; Almeida 2013; Mongeló 2015). A profundidade e continuidade dessas ocupações envolvem uma diversidade de questões ecológicas e sociais.

Entre os linguistas, por exemplo, é praticamente consenso que o tronco Tupi é, em sua origem, amazônico (Rodrigues 1964; Urban 1996). Pode-se verificar que das dez famílias pertencentes a ele, cinco encontram-se em Rondônia: Mondé, Tupari, Ramaráma, Arikém e Puruborá. Fato relevante, pois, em geral, ao observar a distribuição geográfica de línguas geneticamente aparentadas, pode-se inferir que as regiões com pouca variação linguística foram ocupadas mais recentemente em comparação com os locais onde a diversidade entre as línguas é maior. Além disso, na bacia do alto rio Madeira se constata a presença de povos falantes de língua Arawak, Pano, Txapakura e de línguas isoladas (Moore; Storto 2002).

Além da variedade linguística, o sudoeste amazônico também é caracterizado por uma vasta diversidade e mobilidade das populações indígenas (Menéndez 1981; Nimuendajú 1987; Roquette-Pinto 1919; Urban 1996). A correlação entre variabilidade linguística e cultural é tema controverso e precisa ser averiguada, nos diferentes contextos, através de fatores como parâmetros ecológicos, escolha cultural, interação regional e histórias específicas (Heckenberger 2005: 17). A arqueologia, ao trabalhar na longa-duração, pode fornecer importantes aportes a esse debate.

As análises botânicas e paleobotânicas também fornecem dados para a compreensão da história regional ao apontar o Sudoeste Amazônico como provável

centro de domesticação da mandioca (*Manihot esculenta*) e da pupunha (*Bactris gasipaes*) (Olsen; Schaal 1999; Clement 1999a: 200; 1999b: 211), plantas relevantes para a constituição da dieta alimentar e das relações sociais das populações ameríndias. Autores como Lathrap (1970), por exemplo, creditavam à mandioca o motor que impulsionou a expansão de grupos como os Tupi e Arawak.

O que esse macro contexto do alto rio Madeira sugere é uma dinâmica histórica particular. As pesquisas no sítio Teotônio podem justamente testar essas correlações, visando a construção de uma história indígena para a região (Neves 2012: 4-13).

Em 2011, nas primeiras intervenções no sítio Teotônio, feitas pela equipe do PALMA, chamou a atenção uma aparente descontinuidade estratigráfica nas camadas de terra preta enterradas, que apareciam na estratigrafia ora com cerâmica, ora marcadas pela grande presença de peças líticas, incluindo alguns artefatos como lascas e raspadores, semelhantes aos do conjunto definido no rio Jamari como fase Massangana (Miller et al. 1992). Acima desse pacote, haveria material cerâmico pertencente à Tradição Polícroma da Amazônia (TPA) datado de 2700 anos BP (Miller 1992, 1999).

Entretanto, o que já havia sido observado em outros sítios do alto rio Madeira (Zuse 2014), repetiu-se no Teotônio. Era visível uma camada que continha cerâmica não pertencente ao conjunto da TPA na estratigrafia desses sítios (Almeida 2013: 193). Junto a isso, uma data de 1300BP para a base da ocupação TPA (Idem), fez com que a data de 2700 anos BP (Miller 1992, 1999) fosse desvinculada dessa Tradição. Apesar dos elementos “exógenos” ao contexto policromo no Teotônio, devido à baixa porcentagem na amostra, não se definiu outro conjunto tipológico (Almeida 2013).

Por conta da construção da Usina Hidroelétrica de Santo Antônio, em Porto Velho/RO, o sítio Teotônio também foi escavado no âmbito da Arqueologia Preventiva. Como o sítio encontra-se acima da faixa de depleção da represa⁴, os procedimentos se limitaram a uma delimitação do sítio e a escavação de três urnas, que não possuem correlação tipológica com aquelas típicas da TPA (Zuse 2014: 323).

Em 2013, em outra etapa de campo do PALMA, notou-se na estratigrafia, além da presença do material lítico em terra preta e do material cerâmico da TPA (Miller

⁴ Pensando estritamente na parte do sítio em terra, pois a própria cachoeira do Teotônio, esta alagada por conta do reservatório, era ela em si, uma paisagem arqueológica.

1992), a presença de material lítico em latossolo amarelo (Mongeló 2015), além de outros possíveis conjuntos cerâmicos. Dessa forma, após o estudo de uma unidade de escavação (N10043E9955, de 1 m² por 3 m de profundidade), foi possível visualizar o que parece ser toda sequência de ocupações ceramistas do sítio (Mongeló e Almeida, 2014; Almeida; Neves 2014; Mongeló 2015). Durante as escavações perceberam-se três picos de densidade cerâmica (níveis 30-40 cm, 50-60 cm, e 150-160 cm). Compreender se tais picos seriam, de fato, ocupações distintas, era um dos objetivos da análise do material desta unidade (Figura 1).

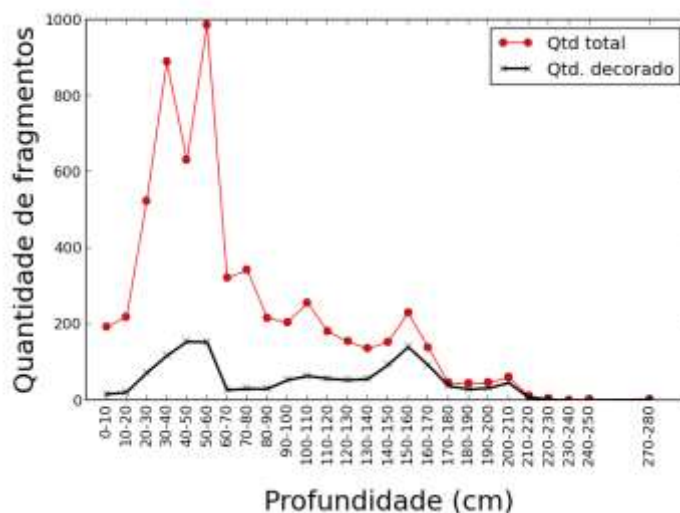


Figura 1: Gráfico de quantidade de fragmentos (total e decorados) por nível, da unidade N10043 E9955.

O arcabouço teórico-metodológico

O embasamento teórico-metodológico utilizado na curadoria e análise laboratorial do material cerâmico trará os resultados fundamentais para o estabelecimento das impressões e interpretações sobre a continuidade e variação das ocupações humanas no sítio Teotônio. Interpretação, pois, considera-se a Arqueologia como uma ciência interpretativa, em busca de significados e de explicações que procurem (re) construir expressões sociais aparentemente enigmáticas (Geertz 2008: 4) através de um *corpus* documental disponível (Idem: 12).

Sendo que o “objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados” (Geertz 2008: 19-20), a interpretação deve se pautar, num primeiro momento, pela comparação do objeto estudado com um conjunto de

referências externas relativas a objetos julgados semelhantes para que, então, se possa avaliar se a significação do objeto comparado também é válida para o objeto estudado, levando em consideração as categorias espaço-tempo (Gallay 1986: 161-162).

Apesar da análise cultural do registro ser marcada pela incompletude, propõe-se manter a análise e a interpretação das formas culturais e simbólicas sempre ligadas à concretude – aqui o registro arqueológico –, de forma que as formulações teóricas e interpretativas não se embasem nos extremos de formulações ora subjetivistas ora positivistas (Geertz 2008: 20-21). Para tal, os métodos são fundamentais na constituição de uma base formal de elementos e dados a serem interpretados.

Para a análise do material cerâmico, a primeira intervenção consiste em sua curadoria, que envolve: (1) lavagem/limpeza; (2) a triagem de fragmentos, separando os componentes básicos – borda, parede/corpo e base (Rice 1987: 212) – dando atenção àqueles considerados diagnósticos, como bordas, bases e peças com decoração⁵ ou marcas de uso (Idem: 232), ou seja, aqueles que oferecem informações sobre forma, função e estilo; (3) quantificação em peso e número e, por fim, (4) numeração dos fragmentos considerados diagnósticos, em que cada um recebe as iniciais do sítio, o PN e um número que vai do um ao infinito, que serve para diferenciar esses pertencentes a um mesmo nível.

A análise de cada um dos fragmentos cerâmicos diagnósticos é feita em duas etapas: a quantitativa e a qualitativa (Machado 2005-2006; Moraes 2007; Lima 2008; Tamanaha 2012; Neves 2012; Almeida 2013). Na quantitativa se aplica uma ficha em que se observam 27 atributos, associados, por exemplo, à matéria prima como a argila e o antiplástico, técnicas de manufatura, a queima, tratamentos de superfície, alisamento, a decoração plástica e/ou pintada e a marcas de uso (Rye 1981: 116 e.g. tabela de queima; Rice 1987; Machado 2007; Moraes 2007; Lima 2008; Neves 2012; Almeida 2013). Também são realizados desenhos técnicos de projeções de bordas e bases de acordo com princípios básicos de confiabilidade (i.e. regularidade da borda, tamanho, inclinação) (Shepard 1965: 230; Rice 1987: 222-223; Moraes 2007; Lima

⁵ Decoração como o conjunto de regras que estruturam a aplicação de motivos decorativos ao formato da vasilha (Raymond 2009: 520). Além disso, a decoração cerâmica pode ser vista um código estilístico refletido na produção e uso (Rice 1987: 201).

2008; Tamanaha 2012; Almeida 2013), pois o contorno formal é importante já que permite a medição do diâmetro da boca do vaso, assim como mensurar a variabilidade das formas dos mesmos (Rice 1987: 214, 241; Raymond 2009: 518-519).

A análise qualitativa, por sua vez, é a que organizará tais padrões em conjuntos tipológicos, que são descritos a fim de se identificar o que lhes dá unidade. O objetivo é sugerir conjuntos hipotéticos que devem ser referenciados pelas análises quantitativas (Machado 2005-2006; Moraes 2007; Lima 2008; Tamanaha 2012; Almeida 2013).

Essas análises tecnológicas se dão pelo uso de cadeia operatória, definida como “uma sequência de operações para a realização da transformação da matéria em artefato” (Pfaffenberger 2001 apud Machado 2005-2006: 89-90). Esse princípio deve se aplicar à classificação de um conjunto cerâmico, formado a partir de um contexto arqueológico que pode ser relacionado a um compartilhamento de ideias e regras sobre fazer e usar cerâmica (Raymond 2009: 517).

A partir desse ponto de vista, a reprodução das técnicas e a produção dos objetos como resultados de cadeias operatórias similares é que permite estabelecer os preceitos da tradição tecnológica/tradição de produção (Silva 2013: 733). Tal classificação estrutural cria uma malha descritiva para comparações intra e inter-conjuntos, mas é claro que esse tipo de classificação é uma etapa da construção de contextos culturais do passado e não um fim em si mesmo (Raymond 2009: 532).

Outra categoria intrinsecamente ligada à produção e a tecnologia que pode auxiliar na compreensão de elementos a serem interpretados é a de estilo (Hegmon, 1992: 529): uma maneira de fazer algo que envolve uma escolha entre várias alternativas possíveis (Hegmon 1992: 517-518).

A partir da perspectiva de que o estilo é ativo, ou seja, possui agência (Idem: 518-520), ele transmite informações sobre identidade pessoal e social (Idem: 523). A relação entre tecnologia e estilo, permite pensar uma questão chave à arqueologia: a variabilidade artefactual. Pensa-se que a tecnologia cerâmica é diretamente afetada por câmbios e mudanças em outros aspectos da cultura, economia e política específicas de cada contexto e que inovação e conservação estão intimamente ligadas (Rye 1981: 3; Silva 2013: 730). Isso não inviabiliza, no entanto, que materiais específicos sejam normalmente correlacionados a funções específicas.

A tecnologia não deve ser apreendida só como uma mediadora entre o ser humano e o ambiente (Machado 2007: 63), mas como um sistema cultural, em que se reconhece a relação entre significado e cultura material; e a indissociabilidade entre funções práticas e simbólicas (Idem: 66; Silva 2013). Por fim, a caracterização tipológica que se realizará é um primeiro passo no intuito de realizar uma caracterização tecnológica.

Caracterização dos conjuntos tipológicos

A caracterização dos conjuntos tipológicos cerâmicos foi proposta após a análise dos fragmentos da unidade de escavação N10043E9955, de 1 m² por 3 m de profundidade de terra preta ininterrupta. Apesar da amostra reduzida, ela se encontra em uma das áreas mais preservadas do sítio, muito impactado por conta de ações antrópicas modernas.

O Conjunto I (0-40 cm) é o menor pacote em níveis estratigráficos de toda a unidade, mas, em termos quantitativos é o segundo com mais material, com 1825 fragmentos. A argila temperada com caraipé e a fabricação por acordelamento são grandes recorrências. Um ponto notável, que o demarca bem esse nível, é a pouca – ou quase ausente – presença de fuligem. A superfície das paredes (que têm espessura média entre 0,6 e 0,8 cm) é, em geral, bem alisada, mas se comparadas com os outros conjuntos, é até inferior. Notou-se também que o grau de fragmentação do material cerâmico é maior nos níveis superiores. Um ponto de destaque é a presença de erosões em faces internas que, pode-se sugerir, foi causada por atividades ligadas a fermentação.

A presença de pigmento vermelho e branco é um traço evidente e diagnóstico, sendo este o nível o que mais possui essas decorações pintadas o 30-40 cm. Em geral, o engobo apresenta-se na cor branca, e a pintura sobre ele da cor vermelha, com variedade entre o tom alaranjado e vermelho escuro. Em alguns fragmentos, há pintura vermelha apenas sobre o lábio das bordas, sem a presença de engobo. O uso de acanalados e incisos, associados à pintura, também reforça os estilos geométricos, amplamente utilizados nas faces externas das paredes, assim como nas flanges labiais.

Vale ressaltar que material semelhante é encontrado em superfície, assim como nos primeiros níveis de todas as outras unidades escavadas no sítio.

Há predominância de formas abertas e pequenas (menos de 5l de capacidade volumétrica), com formatos semiesféricos ou de calota. As bases são planas e plano-convexas. Em comparação com os demais conjuntos, é o que apresenta a menor variabilidade formal dos vasos, mas essa constatação pode ser uma questão amostral, já que, por estar presente em todo o sítio, esse espaço pode corresponder a uma determinada área de atividade ou de descarte. Só com o prosseguimento da pesquisa essa dúvida será sanada. Através e por conta dessas características, o material foi associado à Tradição Polícroma da Amazônia, especificamente, à Subtradição Jatuarana, definida por Miller (1992, 1999).

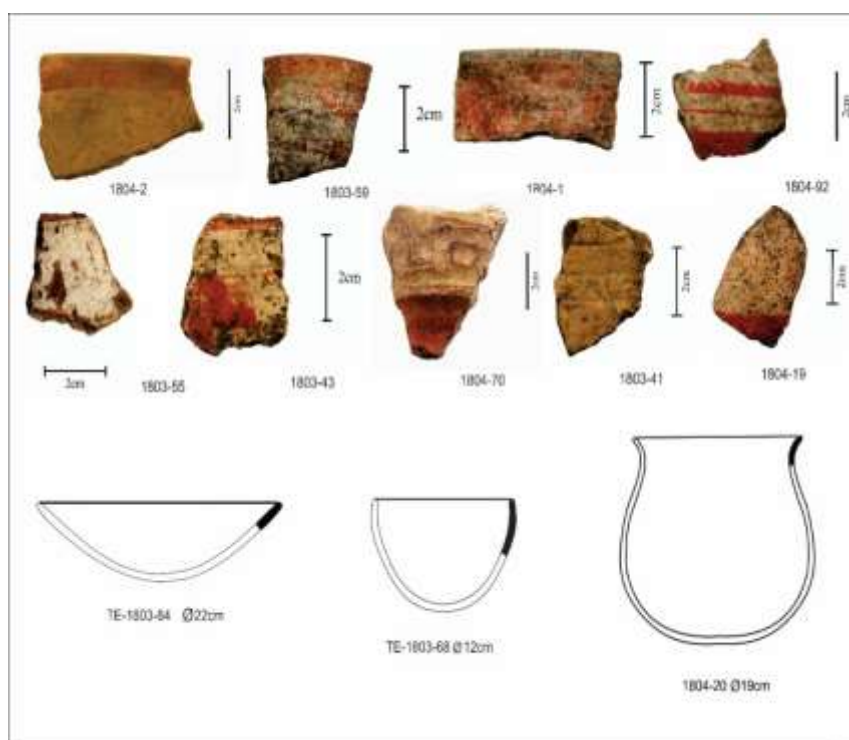


Figura 2: Material e formas associadas à Subtradição Jatuarana (Conjunto I)

Já o Conjunto II (40-140 cm) é o pacote mais espesso e com a maior quantidade de material coletado, 3428 fragmentos. Pelos níveis artificiais escavados em campo os últimos 20 centímetros são marcados pela interposição com o conjunto subsequente.

A argila é temperada com caraipé, mineral e por vezes, carvão e o acordelado é a técnica de manufatura. Uma das principais características é grande quantidade de

fuligem. Sua presença foi fator determinante na diferenciação com o conjunto tipológico Jatuarana. É o conjunto com as paredes mais espessas do sítio, entre 0,8 e 1,0 cm. Entretanto, abaixo dos 100 cm, o material torna-se mais fino. É o conjunto com menor índice de fragmentação, talvez pela grande espessura, mas a partir dos 80-90 cm, os fragmentos tornam-se menores. A superfície tem um fino alisamento, com alguns claramente polidos.

A ausência de qualquer tipo de pintura constitui-se como uma característica tipológica importante, enquanto a barbotina (engobo marrom) é uma recorrência. É só por volta do nível 100 cm que alguns poucos fragmentos possuem engobo vermelho, bem claro e diferente daquele empregado no material Jatuarana.

As formas são simples e infletidas suavemente, sem ângulos. Há grande variabilidade, com vasos abertos e fechados. Parecem ser os vasos, dentre os conjuntos, que possuem maior capacidade volumétrica. No entanto, abaixo de 80 cm, o tamanho das formas e o volume diminuem um pouco. Há presença de prováveis assadores em vários níveis. Quanto às bases, algumas possuem pontos de inflexão.

Estas características estão presentes na tradição Jamari (Figura 3) definida por Miller *et al* (1992), e retrabalhada por Almeida (2013), no rio homônimo, afluente do Madeira. No entanto, ocorrem alguns fragmentos que possuem características distintas desta tradição, especialmente em relação à pasta (mais porosa e leve), decoração (presença de incisões e apliques modelados) e espessura (mais fina). Zuse (2014) associou um conjunto cerâmico semelhante, com grande predomínio de fragmentos alisados e polidos e poucos fragmentos com decoração plástica, a tradição Borda Incisa ou Barrancóide, presente inclusive no sítio Santa Paula, na margem oposta. A continuidade da análise permitirá entender se, no sítio Teotônio, há de fato uma ocupação da Tradição Jamari, com elementos intrusivos Barrancóide, como se está pensando, ou se o contexto é semelhante ao identificado no sítio Santa Paula, com uma ocupação Barrancóide identificada sob a ocupação Jatuarana.

Por fim, o Conjunto III (140-230 cm) apresenta a menor frequência de material de toda a unidade, principalmente a partir dos 170 cm, com 732 fragmentos ao todo. A pasta é temperada com caraipé, carvões e mineral. A maioria das peças possui uma pasta porosa e leve, enquanto outras têm pasta menos porosa e um tanto mais pesada (nesse caso parece haver menor concentração de carvão). Boa parte é produzida por

acordelamento, sendo cerâmica muito bem queimada, notando-se uma melhor queima naquelas com decoração. Não há presença de fuligem. Os fragmentos mais espessos são bordas, flanges e algumas bases planas, enquanto as paredes são, em sua maioria, mais finas em relação às demais. Boa parte dos fragmentos é muito bem alisada, sendo grande parte polida. O material se encontra bem fragmentado, sobretudo, nos últimos níveis.

Quanto à pintura, há uma vasta diferença entre os tons, variando desde a tonalidade branca, até a uma alta variação entre os vermelhos, indo do vermelho-alaranjado ao vermelho escuro. Os pigmentos aparecem mais na forma de pintura do que de engobos. Não há motivos muito claros feitos exclusivamente pela pintura, como acontece no material Jatuarana, já que boa parte dessa pintura é delimitada por incisões.

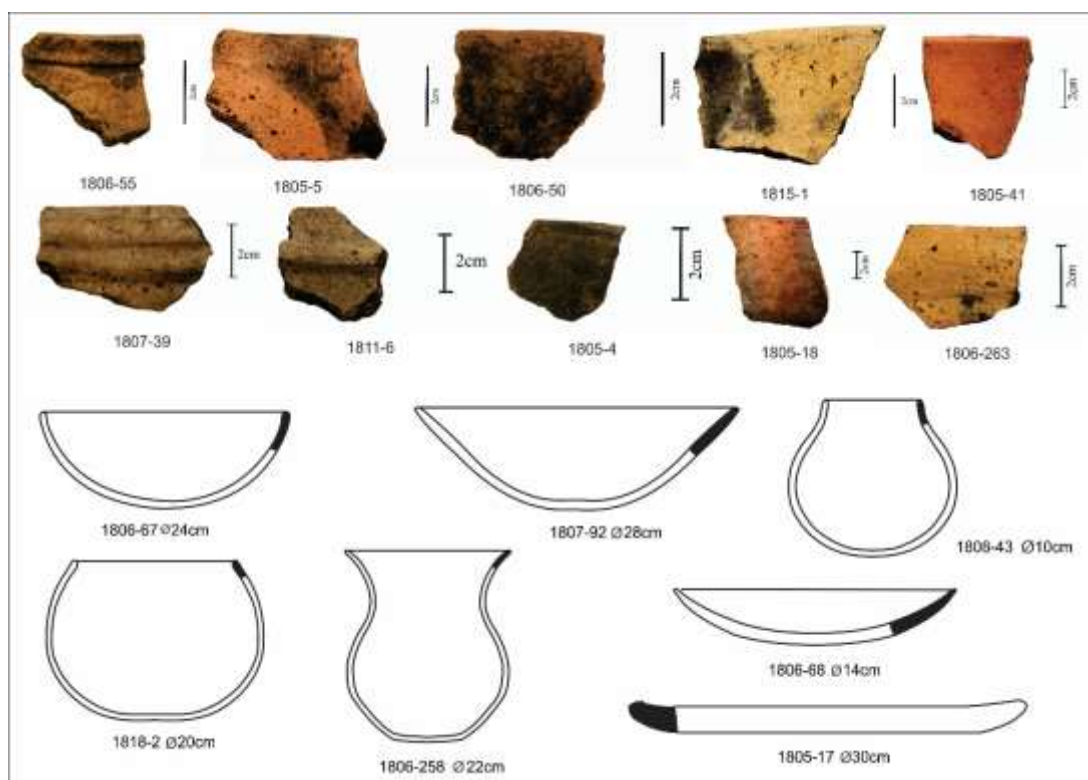


Figura 3: Material e formas associadas à Tradição Jamari (Conjunto II)

Na decoração plástica há se destacar a grande variabilidade presente, com incisões demarcando campos decorativos. Os incisos são muito frequentes, aparecem em linhas únicas; duplas paralelas e *zig-zag*. Ocorrem na face interna da borda/flange, mas também na face externa, em geral na parte superior das vasilhas. Serrungulados

são marcantes. Na superfície externa de alguns fragmentos há estrias de alisamento, que por vezes lembram muito um escovado. Fragmentos com ponteados também são presentes (em um deles, dentro do ponteadado, há pintura vermelha - pode ser resquício e não tenha sobrado na parede); carenas em que há ponteadado no ponto angular. Nos pontos angulares, independente de onde eles estejam, quase sempre delimita uma área decorada. Em geral os incisos e ponteados são feitos com a pasta mais seca (o que a diferencia dos poucos materiais do conjunto anterior, Jamari, que possuem incisões).

Ocorre uma predominância de formas abertas, diversas com pequenos volumes (menos de 100 ml). A grande presença de flanges e bordas irregulares, com pontiagudos e lábios expandidos, impediu a reconstituição de muitas delas. Sugere-se, por conta disso, que a variação de formas seja bem maior. Há também, entre as paredes, muitas carenas e pontos angulares. As bases identificadas são planas, mas, devido à fragmentação, talvez bases convexas tenham passado despercebidas. Há, por exemplo, uma base em pedestal.

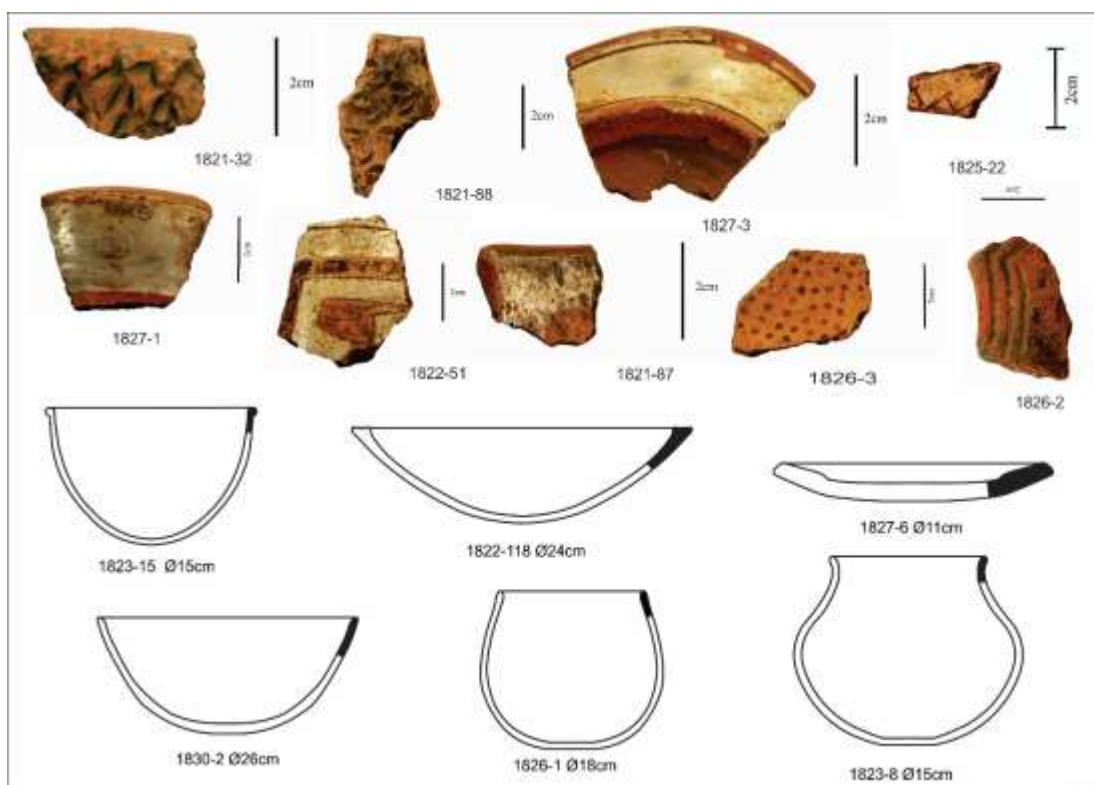


Imagem 4: Material e formas associadas à Tradição Pocó (Conjunto III).

Esse conjunto, por fim, foi associado à Tradição Pocó, presente em diversos pontos da planície amazônica e como os primeiros sinais de reocupação humana, após o Holoceno médio, em vários deles (Guapindaia 2008; Neves 2012, Neves et al. 2014) (Imagem 4). A data de Miller (1992, 1999), anteriormente vinculada à TPA, passou a ser associada a esse conjunto.

Sendo assim, foram definidos três conjuntos tipológicos para a unidade N10043E9955: 1) Subtradição Jatuarana, pertencente à Tradição Polícroma da Amazônia; 2) Tradição Jamari, correlata de mesma tradição existente no rio Jamari, afluente do rio Madeira e, por fim, 3) Tradição Pocó. O que já fica claro é uma imensa variabilidade cerâmica anteriormente não identificada, inclusive com elementos considerados “exógenos”, sendo parte dela aparentemente encontrada dispersa em outros sítios vizinhos.

Além desses três conjuntos descritos, a datação da ocupação pré-ceramista do sítio Teotônio coloca em evidência a fase Massangana como sendo, de forma concreta, uma das evidências de terra preta mais antiga da Amazônia. Outra problemática que se coloca é quanto às impressões gerais a respeito da Tradição Pocó, que representa os primeiros sinais de ocupação humana após longos hiatos no Holoceno médio, marcadas pelo aparecimento de terras pretas na estratigrafia (Guapindaia, 2008; Neves, 2012: 148; Zuse, 2014: 50), algo que não ocorre no sítio Teotônio (Tabela 1), já ocupado (com presença de terra preta), no momento em que essa cerâmica aparece no sítio.

Ocupação	Data	Fonte
Subtradição Jatuarana	1300 BP	Almeida, 2013
Tradição Jamari (?)	1600 BP	Almeida e Mongeló, 2014
Tradição Pocó (?)	2700 BP	Miller, 1992
Lítico pré-cerâmico em terra preta	3200 BP	Almeida, 2013
Fogueira na transição latossolo amarelo e terra preta	6500 BP	Mongeló, 2015

Tabela 1: Sequência provisória das ocupações no sítio Teotônio.

Conclusão

Ainda em curso, essa pesquisa está por responder melhor todas as questões suscitadas durante essa exposição. Como um trabalho em andamento, ela deixa sem solução boa parte daquilo que abarca.

Sendo assim, o intuito posto tanto na apresentação quanto nessa sistematização foi apresentar tanto o contexto regional quanto o plano teórico-metodológico que embasará boa parte das reflexões. Apesar da descrição do material e sua associação a determinadas categorias analíticas ser parte da construção desse conhecimento, e não o fim último, os dados apresentados são importantes para se estabelecer apontamentos.

Por fim, ressalta-se o papel das cachoeiras como marcos simbólicos importantes na paisagem e, além disso, o microambiente que elas reproduzem constitui-se como uma fonte importante de recursos proteicos, devido a sua alta piscosidade. Trabalhou-se aqui com a hipótese de que muitas dessas cachoeiras tenham se tornado lugares *significativos e persistentes* (Almeida 2013; Zuse 2014), marcados pela intensidade de manejo e propícios à estabilidade econômica desde o Holoceno Médio, além de locais de trocas, rituais e disputas. Nosso desafio se tornou a compreender a variabilidade, dentro da persistência de um desses lugares, o sítio Teotônio.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, F. O. de. *A Tradição Polícroma no Alto Rio Madeira*. Tese de Doutorado. São Paulo: MAE/USP, 2013.

ALMEIDA, F. O. e NEVES, E. *The Polychrome Tradition at the Upper Madeira River*. Antes de Orellana: Actas del 3er Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica, Quito, 2014.

CLEMENT, C. *1492 and the Loss of Amazonian Crop Genetic Resources I: the relation between domestication and human population decline*. Economic Botany 53(2), 1999a, pp. 188-202.

_____. *1492 and the Loss of Amazonian Crop Genetic Resources II: crop biogeography at contact*. Economic Botany 53(2), 1999b, pp. 203-216.

GALLAY, Alain. *L'archéologie demain*. Paris: Belfond, 1986.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUAPINDAIA, Vera Lucia C. *Além da margem do rio - a ocupação Konduri e Pocó na região de Porto Trombetas, PA*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado em Arqueologia, 2008.

HECKENBERGER, M. J. *The ecology of power: culture, place, and personhood in the southern Amazon, AD 1000-2000*. New York: Routledge, 2005.

HECKENBERGER, M. J. et al. *Amazonia 1492: Pristine forest or cultural parkland?* Science 3, 01, 2003, pp. 1710-1714.

HEGMON, M. Archaeological research on style. *Annu. Rev. Anthropol.* 21, 1992, pp. 517-36.

LATRhap, D. *The Upper Amazon*. New York: Praeger, 1970.

LEMONIER, P. The study of material culture today: Toward an Anthropology of Technical Systems. *Journal of Anthropological Archaeology* 5, 1986, pp. 147-186.

LIMA, H. *História das Caretas: a tradição Borda Incisa na Amazônia Central*. Tese de Doutorado, São Paulo: PPGA-MAE-USP, 2008.

MACHADO, Juliana S. Os significados dos sistemas tecnológicos: classificando e interpretando o vestígio cerâmico. *Arqueología Suramericana/Arqueologia Sul-Americana* 3 (1), 2007, pp. 62-83.

_____. *O potencial interpretativo das análises tecnológicas: um exemplo amazônico*. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo*, 15-16, 2005-2006, pp. 87-111.

MENÉNDEZ, M. A. de. *Chronica dos Povos Gentios que Habitavam e Habitam os Dilatados Sertões que Existem entre os Rios da Madeira e dos Tapajozes*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1981.

MILLER, E.T. *Relatório das Pesquisas Arqueológicas no Território Federal de Rondônia (Alto Rio Madeira, do Yata ao Cuniã)*. Resultados Preliminares. Programa Nacional Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica-PRONAPABA, 1978.

_____. *Pesquisas arqueológicas paleoíndigenas no Brasil ocidental*. *Estudios Atacameños* N° 8, 1987, pp. 39-64.

_____. *Adaptação agrícola Pré-Histórica no Alto Rio Madeira*. In *Prehistoria Sudamericana: nuevas perspectivas*. Meggers, B.J. (Ed). Taraxacum-Washington, 1992.

MILLER, E. T. et al. *Arqueologia nos Empreendimentos Hidrelétricos da Eletronorte*. Brasília-DF: Eletronorte, 1992.

MOORE, C. e THOMPSON, V. *Animism and Green River Persistent Places: a dwelling perspective of the Shell Mound Archaic*. Journal of Social Archaeology, 12(2), 2012, pp. 264-284.

MOORE, D. e STORTO, L. *As Línguas Indígenas e a Pré-História*. Homo brasilis, organizado por Sérgio D. J. Pena, FUNPEC - Editora, SP, 2002.

MONGELÓ, G. *O Formativo e os Modos de Produção: Ocupações Pré-ceramistas no Alto Rio Madeira-RO*. Dissertação de Mestrado: São Paulo, MAE-USP, 2015.

MONGELÓ, G e ALMEIDA, F. *Mudanças Tecnológicas e Estabilidade Econômica no Sítio Teotônio*. Apresentação em Simpósio Temático “Modos de Fazer e Tecnologias de Produção na Amazônia”. Macapá: II Reunião da SAB Norte, 2014.

MORAES, C. de P. *Levantamento arqueológico das áreas do entorno do Lago do Limão, município de Iranduba – AM*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PPGA-MAE-USP, 2007.

NEVES, E. *Arqueologia, História indígena e o registro Etnográfico: exemplos do Alto rio Negro*. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Suplemento 3, 1999, pp. 319-330.

_____. *Cronologias regionais, hiatos e continuidades na história pré-colonial da Amazônia*. Projeto de pesquisa de projeto temático FAPESP: São Paulo, 2005.

_____. *Ecology, Ceramic Chronology and Distribution, Long-Term History and Political Change in the Amazonian Floodplain*. In: Helaine Silvermann; William Isbell. (Org.). Handbook of South American Archaeology. New York: Springer, 2008.

_____. *Sob os Tempos do Equinócio: Oito Mil anos de história na Amazônia Central (6500 ac – 1500 dc)*. Tese apresentada para o Concurso de Título de Livre-Docente MAE/USP, 2012.

NEVES, E. G.; GUAPINDAIA, V. L. C.; LIMA, H. P.; COSTA, B. L. S. e GOMES, J. A tradição Pocó-Açutuba e os primeiros sinais visíveis de modificações de paisagens na calha do Amazonas. In: Stéphen Rostain (Org). *Amazpnía: Memórias de lãs conferencias magistrales Del 3er Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica*. Quito: Ekseption Publicidad, 2014: 137-158.

NIMUENDAJÚ, C. 1987. *Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú*. 1ª edição, 2ª impressão. Rio de Janeiro: IBGE.

OLSEN, K. e SCHAAL, B. *Evidence on the origin of cassava: Phylogeography of Manihot esculenta*. Proceedings of the National Academy of Sciences 96, 1999, pp. 5586-5591.

RAYMOND, S. J. *Dos fragmentos às vasilhas: Um primeiro passo para a construção de contextos culturais na Arqueologia da Floresta Tropical Amazônica*. 1 (2), 2009, pp. 512-535.

RICE, P. M. *Pottery analysis. A sourcebook*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1987.

ROOSEVELT, A. C. *Early Pottery in the Amazon. Twenty Years of Scholarly Obscurity*. In: *The Emergence of Pottery. Technology and Innovation in Ancient Societies*, William K. Barnett and John Hoopes, eds. Washington: Smithsonian Institution Press, 1995, pp. 115-131.

RODRIGUES, A. D. *A Classificação do Tronco Lingüístico Tupi*. São Paulo-SP, USP, *Revista de Antropologia*, 12, 1964, pp. 99-104.

ROQUETTE-PINTO, E. *Rondônia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

RYE, Owen. *Pottery technology. Principles and reconstruction*. Taraxacum: Washington, 1981.

SCHLANGER, S. Recognizing Persistent Places in Anazi Settlement Systems. In: *Space, Time and Archaeological Landscapes*. RESSIGNOL, J. e WANDSNIDER, L. (Eds.). New York: Plenum Press, 1992, pp. 91-112.

SILVA, C. G. P. da. *Os contextos arqueológicos e a variabilidade artefactual da ocupação Jatuarana no alto rio Madeira*. Dissertação de Mestrado: Belém. PPGA-IFCH-UFPA, 2015.

SILVA, F. A. *Tecnologias em transformação: inovação e (re)produção dos objetos entre os Asurini do Xingu*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 8, n. 3, set-dez 2013, pp. 729-744.

SHEPARD, A.O. *Ceramics for the archaeologist*. Washington: Carnegie Institute of Washington (2° Ed. 1980), 1965.

TAMANAHHA, E. K. *Ocupação Polícroma no Baixo e Médio rio Solimões*. Dissertação de Mestrado: São Paulo. PPGA-MAE-USP, 2012.

URBAN, G. *On the Geographical Origins and Dispersion of the Tupian Languages*. São Paulo-SP, USP, *Revista de Antropologia*, 39(2), 1996, pp. 61-104.

ZEDEÑO, M. N. e BOWSER, B. J. The Archaeology of Meaningful Places. In: *The Archaeology of Meaningful Places*. Edited by B. J. Bowser and M. N. Zedeño, pp. 1-14. University of Utah Press, Salt Lake City, 2009.

ZUSE, S. *Variabilidade cerâmica e diversidade cultural no Alto rio Madeira, Rondônia*. Tese de Doutorado: São Paulo. PPGA-MAE-USP, 2014.

Mên, uma divindade frígia nas moedas de Gaba (Palestina): uma abordagem numismática para mobilidade, materialidade e conexões mediterrânicas

*Vagner Carvalho Porto*¹
*Gustavo Henrique Urbano Mello*²

Resumo

Este texto tem por objetivo discutir a questão da mobilidade e das conexões no Oriente romano a partir da observação de uma divindade frígia (Mên) retratada nas moedas de Gaba (Síria-Palestina). É nosso intuito também trazer ao conhecimento da comunidade acadêmica brasileira as características desta divindade. Queremos ainda enfatizar como os símbolos existentes nas moedas podem oferecer subsídios para entendermos a presença militar romana em uma dada localidade e as peculiaridades de sua romanidade partindo da informação proveniente da análise iconográfica.

Palavras-chave: Mên (divindade frígia); Gaba; Palestina romana; iconografia monetária

Abstract

This communication aims to discuss the issue of mobility and connections in the Roman East from the observation of a Phrygian deity (Mên) portrayed in the Gaba (Syria-Palestine) coins. It is our intention to also bringing to the knowledge of the Brazilian academic community the characteristics of this divinity. We also want to emphasize how the symbols in the coins can offer subsidies to understand the Roman

¹ Professor de Arqueologia Mediterrânea do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Co-coordenador do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (LARP). Coordenador do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia - PPGmus.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do MAE-USP. Membro do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (LARP).

military presence in a given locality and the peculiarities of its *romaness* starting from the information coming from the iconographic analysis.

Keywords: Mên (Phrygian deity); Gaba; Roman Palestine; monetary iconography

Introdução

Este artigo tem por objetivo discutir brevemente a questão da mobilidade e das conexões no Oriente romano a partir da observação de uma divindade frígia, Mên, retratada nas moedas de Gaba (Síria-Palestina). Queremos enfatizar como os símbolos existentes nas moedas podem oferecer subsídios para entendermos a presença militar romana em uma dada localidade e as peculiaridades de sua “romanidade” partindo da informação proveniente da análise iconográfica.

Bernard Knapp e Peter Van Dommelen ao escreverem o texto *material connections: Mobility, Materiality and Mediterranean Identities*, uma introdução do livro de 2010 por eles mesmos editado, focavam em uma reflexão sobre diferenças, simbolismos, fronteiras e representações como características distinguíveis do registro material mediterrâneo. A visão destes dois autores nos sugere – e estamos pensando em uma perspectiva pós-colonialista – em uma noção de Império Romano multicultural; o Império Romano como um longo momento, um processo vasto de integração das sociedades humanas. Nesse sentido – destacam os autores – a noção de fronteira atua como um campo de negociação, um espaço de ação, um definidor dos grupos em ação. Dentro do âmbito dessas negociações está a religião (Van Dommelen; Knapp 2010: 1-18).

Simon Price em seu *Religious in the Roman Empire* publicado no *Journal of Roman Studies* em 2012 divide os cultos nas províncias em dois principais tipos: os cultos étnicos e os cultos eletivos, estes contribuindo para nossa reflexão por lidarem com uma interação e circulação cultural. Para Price, os cultos eletivos, em sua grande maioria cultos estrangeiros, necessitam da criação de novos grupos de adoradores na localidade em que eles se encontram.

Os cultos transitam assim como as pessoas, assim como as ideias. Price nos fala das rotas de transmissão dos cultos (Price 2012: 7-8). Em alguns casos, é possível conjecturalmente reconstruir não apenas os movimentos de indivíduos, mas rotas de

transmissão de cultos. Partindo deste princípio, observamos que na Síria e em alguns lugares da Palestina romana, como na cidade de Gaba, por exemplo, existe a evidência para o culto do deus Mên, amplamente aceito como um deus da Frígia, a partir do primeiro século em diante. Tal cronologia pode ser atestada pelas moedas em que essa divindade aparece.

As perguntas que fazemos são: quem trouxe esse culto para Gaba? Como esse culto foi assimilado? Como teria sido ele ressignificado dentro de sua materialidade?

O culto de Mên fora trazido pelas legiões romanas que se transferiram da Ásia Menor para a região da Síria romana. Isso é fácil de pensar. Simples assim? E as outras questões concernentes à presença militar romana na cidade provincial? Podemos associar a presença deste deus às questões relacionadas à economia da cidade? Às peculiaridades da cidade e de como essa peculiaridade influenciou na forma com que Mên fosse representado em suas moedas e fosse ali cultuado?

As cidades eram meios romanos eficazes na manutenção da dominação, cujo papel foi destacado por Whittaker (1997: 146-147) como um dos elementos fundamentais para a consolidação da conquista romana. Para o autor, o exército e a cidade eram os instrumentos de poder naturais para os romanos para que estes efetuassem a ideologia imperial romana. O exército tinha um caráter fundamental nas fronteiras e o estudo do papel das construções de *limites* e de seus efeitos socioculturais pode ser de grande valia. Entretanto, longe das fronteiras, a cidade era essencial para a organização do Império. As cidades eram instrumentos e símbolos do poder romano que Augusto imediatamente transferiu para as províncias.

Não obstante, o grande interesse de Jesse Pincus, Tim DeSmet, Yotam Tepper e Matthew J Adams (Pincus et al. 2013: 1-13), em localizar acampamentos de legiões romanas na região Palestina, valendo-se de novas tecnologias para analisar a paisagem, visando entender estes meios eficazes de dominação e interação com os povos nativos, nos é fundamental para vislumbrarmos a construção e apropriação do espaço no mundo romano pelo exército como meio de poder e de trocas.

Os aspectos comuns e as especificidades de cada província em sua relação com Roma fazem lembrar que a dominação imperial não seria possível sem a existência do exército, força primeira necessária para a submissão dos grupos locais. Seu papel, no entanto, tem igualmente sido reavaliado visto que a compreensão de suas ações não deve

passar unicamente pelo aspecto coercitivo, devendo-se levar em conta a relação entre o exército e as comunidades locais.

No âmbito do exército romano e das relações com as províncias é importante pensar no sistema de abastecimento militar, cuja conexão com as revoltas e interações culturais é intrínseca; por exemplo, a relação entre a *annona* – *uma personificação da produção anual* – e o Império, a produção de azeite e das ânforas romanas na Bética e o abastecimento das tropas na Bretanha. Outro importante dado a ser considerado é o fato de que a “identidade militar estava longe de ser estática” (Mattingly 2004: 15) e, portanto, para controlar as tendências centrífugas (determinadas pelos diferentes “backgrounds” dos soldados que compunham o exército) eram necessárias forças centrípetas – ditadas pela doutrina ideológica baseada na rotina de campo e treinamento, aceitação pelo recruta de uma nova identidade (incluindo a adoção de nomes pessoais romanos), e aceitação do calendário religioso.

Conhecendo melhor a divindade Mên

Mên (em grego: *Μήν*, em latim *mensis*, divindade também conhecida em Antioquia e Pisídia como Mên Ascaenus³) era um deus adorado na região da Anatólia e é tido como um deus que cura os doentes, pune os transgressores e vigia os túmulos. Ele também aparece como um deus soldado e por inferência a partir de seu caráter lunar, concede e garante a fertilidade da vida (Hiesinger 1967: 303-310).

Blanco-Pérez faz um estudo sistemático sobre a existência de Mên na Ásia Menor, argumentando que aquela seria uma das mais distintivas e difundidas deidades da região e sua origem não poderia ser precisamente traçada já que as evidências na Anatólia central são escassas para antes do período helenístico tardio, tendo confirmação na Antioquia apenas durante o reinado de Antíoco III (Blanco-Perez 2016: 117-118). Escritores antigos, como Estrabão, Plínio e Proclo Lício⁴, descrevem Mên

³ Sobre Mên Ascaenus ver Agnès Van Haepereen-Pourbaix. Les Épithètes Du Dieu Mên D'après Les Mûnnaies. *Revue Belge de Numismatique*. Vol. 117, 1971, pp. 71-79 e Guy Labarre. Les origines et la diffusion du culte de Men. In: Bru, Hadrien, François Kirbihler and Stéphane Lebreton (Eds.). *L'Asie mineure dans l'Antiquité: Échanges, populations et territoires*. Rennes: Presses Universitaires des Rennes, 2009, pp. 389-414.

⁴ Também chamado de Proclo Diádoco, foi um filósofo neoplatônico grego do século V. Teve o mérito de desenvolver a corrente de pensamento baseada em Platão, iniciada por Plotino e depois expandida por Porfírio e Jâmblico.

como um deus local dos frígios, além de auxiliarem em seus registros na localização do templo de Mên Ascaenos⁵ nas cercanias da Antioquia, como aborda Blanco-Pérez:

Following the appointment of Nikanor as ‘high priest of all the temples’ to the west of the Taurus, the Seleucid king – through his official Zeuxis – commanded in 209 BC that a copy of his royal letter had to be inscribed at ‘the most famous temples’. The copy discovered at Philomelion in Phrygia Paroreios (modern Akşehir, ca. 25 km from Yalvaç) specifies that the costs of setting up the inscriptions were to be supplied from the sacred revenues,³ and records the presence, among others, of a temple dedicated to Mên Askaenos ‘in the region around the Killanion’. Thanks to the later indications by Strabo (13. 4. 13) and Pliny (NH 5. 147), the Cillanian plain has been located on the north of the lake Beyşehir around the modern city of Şarkikaraağaç (ca. 30 km from Yalvaç) where the ethnic Κιλλανίος is also attested epigraphically. Therefore, the identification of that temple of Mên Askaenos with the sanctuary of the same god between the lake Eğirdir-Hoyran and the Sultan Mountains is extremely probable. The importance of this sanctuary located on a mountain called Karakuyu (‘Black-well’) at around 1600 m over the sea level is confirmed by two more passages of Strabo. In the first one (Strabo 12. 3. 31), the Amaseian geographer compares the temples of Mên near Antioch to that of Mên Pharnakes in the Pontus. Then (Strabo 12. 8. 14), he informs us of the existence of a priesthood of Mên Askaniōs near Phrygia Paroreios which controlled many ιερόδουλοι and sacred estates. This priesthood, however, had been abolished after the death of the king of Galatia, Amyntas, by the officials who were in charge of his legacy. In addition to the valuable references provided by Strabo, epigraphic evidence has shown that the presence of such lands controlled by temples was still common in Anatolia at the end of the Hellenistic period. Yet one point of difference makes the region on the fringes of Pisidia and Phrygia particularly interesting: the establishment of the first Seleucid and then Roman colony of Antioch (Blanco-Perez 2016: 118-119).

O artigo tenciona a sobreposição de um local sagrado, Karakuyu, com o próprio culto a Mên Ascaenos, além de discursar sobre as sucessivas ocupações na região, helenísticas e romanas interagindo com este elemento. Blanco-Perez, porém, aborda que “de fato, nós não podemos realmente saber se o culto a Mên na área é de data anterior ao estabelecimento destes colonizadores” (Blanco-Perez 2016: 119).

O simbolismo lunar domina sua iconografia. O deus é geralmente mostrado com uma lua crescente e com chifres abertos sobre seus ombros, e ele é descrito como o deus que preside o passar dos meses. Mên é retratado com um barrete frígio e uma túnica com cinto. Ele pode ser acompanhado por touros e leões em obras de arte religiosa. A iconografia de Mên lembra, em parte, Mitra, que também usa um barrete

⁵ Sobre maiores detalhamentos do templo de Mên Ascaenos ver Margaret Hardie, The Shrine of Mên Ascaenos at Pisidian Antioch, *Journal of Hellenic Studies*, XXXII, 1912, pp. 121- 144.

frígio e é comumente retratado com um touro e símbolos do sol e da lua (Lane 1964: 44-46), elementos amplamente discutidos por Ulrich W. Hiesinger numa análise de três estatuetas de Mên, buscando encontrar nas recorrências os signos-chave na representação e culto desta deidade (Hiesinger 1967: 303-310).

Guy Labarre, da Universidade de Franche-Comté, sintetiza a dificuldade documental, textual e arqueológica, em lidar com Mên, ao abordar que

Les sources faisant connaître le culte de Men sont majoritairement épigraphiques. Le corpus, qu'avait établi E.N. Lane dans les années 1970, apparaît dépassé car la liste des nouveaux documents ne cesse de s'allonger. Les monnaies représentant le dieu lunaire sont nombreuses et le recueil qu'E.N. Lane a constitué mérite aussi d'être complété. En revanche, les sources littéraires sont rares. Le témoignage principal est celui de Strabon qui évoque, en trois passages, un sanctuaire de Men à Cabeira du Pont, un autre à Antioche (...), et un troisième en Carie, entre Laodicée et Caroura. En dehors de Strabon, on ne trouve mention de Men que dans le Banquet des Sages d'Athénée, dans un passage du *Peri; eujse-beiva* du philosophe Philodémos, dans un poème sur la transmission des Hymnes d'Orphée à Musée et dans le Zeus Tragoedus de Lucien de Samosate. Les autres témoignages de Diogène Laërce, de Jamblique et de Proclus, contrairement à ce qu'en pense E.N. Lane, ne paraissent pas concerner le dieu Men. Quant à l'archéologie, son apport ne concerne que le sanctuaire d'Antioche de Pisidie. Les fouilles du site d'Antioche et de celui du sanctuaire de Men Askaènos, au-dessus de la ville antique, ont débuté en 1911 et 1912 sous la direction de W.M. Ramsay, W.M. Calder, M.M. Hardie et J.G.C. Anderson. Elles ont été poursuivies de 1924 à 1927 avec The University of Michigan Expedition, à laquelle participaient W.M. Ramsay et D.M. Robinson. La querelle entre ces deux hommes n'a pas permis une publication complète des résultats et il a fallu attendre le survey réalisé par S. Mitchell et M. Waelkens pour qu'un bilan soit dressé (Labarre 2009: 389-414).

Porém, sem dúvida, faz a melhor coleta e discussão acerca da origem do deus, levantando as quatro possibilidades discutidas por E. N. Lane. Este autor começa explorando a possibilidade de que Mên seria uma divindade nativa, mas discordando da visão difundida de que seria um deus frígio lunar, pois está tão difundido na Ásia Menor, como Lídia, Pisídia, Ponto, Bitínia, Galátia, Cária, Panfília, Licônia e regiões costeiras helenizadas que seria impreciso restringi-lo à Frígia.

Labarre aborda que "Frígio" nas fontes literárias não seria uma prova já que o termo está, em grego e latim, designando coisas associadas a Ásia Menor no geral. Este cita que Lane até menciona a associação feita por W. M. Ramsay sobre conexões entre Mên e o herói lídio Manes, como também discute que o simbolismo lunar é ausente em monumentos frígios, o fazendo pesquisar uma origem Hitita e concluindo

que a noção divina Arma, associada ao crescimento, a escuridão e ao mundo subterrâneo poderiam ser a origem do culto de Mên.

A segunda possibilidade seria uma origem semita, porém, o próprio Lane diz que as influências Assírio-Babilônicas na Ásia Menor são tênues e qualquer associação de Sin com Mên carece de provas, sendo descartada rapidamente por este, segundo Labarre.

A terceira seria uma origem persa, uma associação de Mên e o deus lunar persa Mao. Lane adicionaria que Mên as vezes seria associado à Artemis Anaïtis, a Anahita dos Persas.

E por último, menciona que a origem estaria relacionada à influência grega e à unidade dos tempos, dos meses, considerada como uma divindade.

O que mais interessa é a conclusão que este chega, ao dizer que:

Finalement, E.N. Lane explique les origines du culte par une série de facteurs parmi lesquels les plus importants étaient les contacts entre le culte du dieu iranien Mao, introduit sous les Achéménides, avec des divinités lunaires locales, survivances de l'esprit lunaire hittite Arma, et l'accueil que reçut ce culte chez les Grecs établis après la conquête d'Alexandre (Labarre 2009: 392).

Labarre considera que esta conclusão reduz a origem frígia de Mên e fora revista tempos depois pelo próprio Lane. Porém, este insiste numa origem persa, devido três fatores: Primeiro, a representação de *Mao* nas moedas dos reis indo-citas, Kanishka e Huvishka; segundo, a presença de Anaïtis ao lado de Mên e a terceira, a existência de um templo de Mên Pharnakou no Ponto, que seria segundo Lane, um reino extremamente iranizado.

Segundo Labarre, Van Haepere-Pourbaix adere a esta origem persa e soma aos argumentos de Lane ao dizer que “o nome do deus corresponde ao sânscrito, *mas* e a forma persa *mao*”. Além disso, seja em Avesta, Bactria, Mesopotâmia, Anatólia ou no norte da Síria, “a lua é um deus e não uma deusa”. Desta forma, “o simbolismo dos atributos de Mên seriam persa; os epítetos de Mên, Pharnakou e Askaenos, indicam essa origem” (Labarre 2009: 392-393).

Labarre aborda que a representação de Mao nas moedas só pode ser associada a Mên na existência da túnica (chiton e himation) e da lua crescente sobre os ombros. Porém, Mao possui uma espada na cintura e Men um cetro nas mãos, elemento tido

pelo autor como atributo maior do deus. Da mesma forma, o argumento linguístico não teria maior contribuição na busca da origem, uma vez que em várias línguas indo-europeias se encontram apelações similares associadas à lua ou luar: sânscrito, *mas*; avéstica *ma°*; grego *mèn*; latim *mensis*; gótico *mena*.

Da mesma forma, argumentaram que os epítetos Pharnakou é de origem persa e pode ora estar associado ao Rei Farneses I, do Ponto, ora a Farneses, esposo da tia de Ciro, o grande, fundador lendário das dinastias do Ponto e da Capadócia. Mas Labarre destaca que, indiferente ao motivo, este epíteto aparece isolado em relação aos outros atribuídos a Mên.

Já o epíteto Askaenos, encontrado em Antioquia de Pisídia, também é recorrente em outros lugares da Frígia, como Pisídia, Cária e Sardes. Van Haepere-Pourbaix apresenta duas explicações: Primeira, do Ashkenaz, que designa os Citas; segunda, do Aska que em hitita significa “porta”. Ambos ligados à noção de imortalidade, uma vez que os Citas faziam uso de uma bebida sagrada que concederia imortalidade, assim como o “deus porteiro” seria aquele que dá acesso a uma vida nova.

Labarre argumenta que sobre Ashkenaz não há fundamentos para tal argumentação e sobre o hitita Aska, não se pode provar no atual momento.

No que concerne ao culto de Mên sob a época imperial, Labarre diz que “o culto de Mên está marcado por diferenças regionais fortes. O nome do deus aparece as vezes no nordeste da Lídia sob a forma de Meis ou Mis”. Aborda como buscam Mên por diversos motivos, seja a cura de doenças, questões matrimoniais, problemas com animais domésticos, dentre outros (Labarre 2009: 403).

O autor compreende que há uma força cultural no culto de Mên e que este não está restrito a um ambiente local, uma vez que “o sucesso do culto de Mên é regional”, comprovado este já que há a manutenção do nome sem o epíteto latino “Patrios” ou mesmo em não alterar o nome deste nas moedas batidas na Antioquia da Pisídia, mantendo Mênisis, enquanto na epigrafia aparece Luna/lunus.

Mên será até cultuado em comunidade itálicas, recebendo o epíteto Italikos. Sendo mais uma evidência da circularidade do culto que ganha proporções geográficas extensivas durante o período romano.

A *História Augustana*⁶, coleção biográfica sobre os imperadores romanos do período romano tardio, (os seis *Scriptores* – "Aelius Spartianus", "Iulius Capitolinus", "Vulcacius Gallicanus", "Aelius Lampridius", "Trebellius Pollio", and "Flavius Vopiscus (de Siracusa)" afirma que o imperador romano Caracala venerava Lunus em Carrhae (atual Harã na Turquia); este tem sido considerado o nome latinizado de Mên. A mesma fonte registra a opinião local de que qualquer um que acredita que a divindade da lua seja feminina ficará sempre sujeitos às mulheres, ao passo que se um homem acreditar que ele é masculino vai dominar sua esposa. David Magie (1924), no entanto, contesta a identificação desta "Lunus" com homens, e sugere que Caracala tinha realmente visitado o templo de Sin (deusa mesopotâmica da lua).

Dr. Mehmet Taşlıalan (1988), que estudou os vestígios de Antioquia na Pisídia, observou que as pessoas que se instalaram na acrópole na era colonial grega, realizavam o culto dedicado a Mên Askaenos como divindade local (*TheosPatrios*) e no lugar onde o *Augusteum* foi construído há alguns sinais deste antigo culto como bucrania nas paredes talhadas na rocha. O templo imperial também dispõe de um friso bucranium incomum, ambos relacionados ao deus. Em tempos mais recentes, Mên fora identificado com Átis da Frígia e Sabazius da Trácia.

E como haveria Mên ido parar em Gaba?

Muitas cidades no lado Leste do Império romano foram chamadas de Gaba ou nomes relacionados e por um longo tempo foi difícil identificar a qual cidade a inscrição do povo de Gaba se referia (Stein 1990: 53).

Alla Stein observa que o nome Gaba pode ser identificado com a cidade chamada "Gabe" por Plínio (Plínio apud Stein, 1990: 54). A literatura numismática do século XIX e início do século XX atribuía as moedas de Gaba à uma cidade com esse nome em Tracônis no norte da Transjordânia.

⁶ *História Augustana* é uma coleção biográfica sobre os imperadores romanos do período romano tardio. Os seis *Scriptores* – "Aelius Spartianus", "Iulius Capitolinus", "Vulcacius Gallicanus", "Aelius Lampridius", "Trebellius Pollio", and "Flavius Vopiscus (de Siracusa). Notas de Issac Casaubon, Claude Saumaise e Janus Gruntherus. Paris: ex officina Hackiana, 1671. Winckellmann cita esta edição na nota 380 do vol. 2, onde ele enganosamente atribui à esta publicação a data de 1591 (Joachim 2006: 392). Também Augustan History "Caracalla", VII, e nota 44, traduzido por David Magie 1924.

Em anos mais recentes, depois de diversas escavações em sítios romanos do Vale Jezreel, na Galileia comprovou-se ser essas moedas desse lugar. A cidade teria sido fundada por Gabínio, é capaz que exista alguma ligação entre seu nome e o nome da cidade (Meshorer 1985: 38).

O gráfico dos tipos principais das moedas de Gaba por nós criado (Figura 1) expõem alguns esquemas iconográficos importantes da cidade. Observa-se que não são muitas as divindades representadas nas moedas de Gaba. Os dois tipos principais da cidade são as representações de Tyche e de Mên. Podemos afirmar, a partir do nosso levantamento que Mên é uma divindade raramente cultuada na Judéia/Palestina.

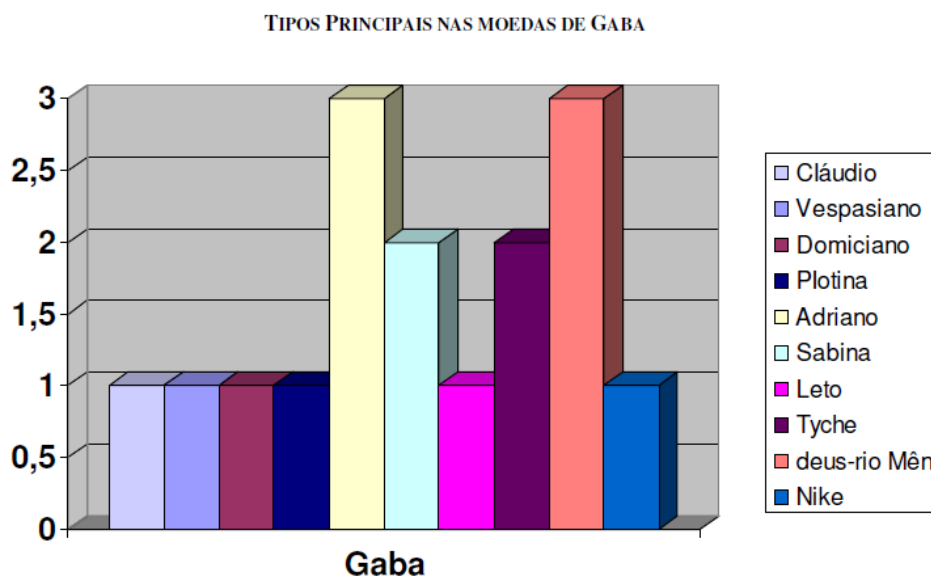


Figura 1. Gráfico apresentando os tipos monetários principais batidos nas moedas de Gaba de período romano. Pode-se observar pelo gráfico a predominância das moedas que trazem o Imperador Adriano e o deus Mên, também associado com o rio local.

Mên é uma divindade altamente relacionada à Frigia e à Ásia Menor, e foi associado a diversas divindades e com diferentes atributos. Predominantemente associado à lua. Tal qual que podemos observar uma lua crescente sobre os ombros de Mên, na estatueta abaixo (Fig. 2) e uma variação da representação de Mên na qual a lua crescente aparece no campo superior de algumas moedas (Fig. 3) Esse deus

desempenha um papel importante tanto nos cultos ctônicos quanto nos celestiais. Como vimos, Mên, no período romano, foi identificado com o deus-lua Lunus.



Figura 3. Imagem de Mên em Bronze do Fogg Art Museu.



Figura 2. Moeda batida em Gaba à época de Domiciano. Legenda cuja tradução significa: “do povo de Claudia Philippi Gaba”. Fonte: Porto 2007: 160.

Muito pouco é dito sobre Gaba nas fontes históricas romanas ou judaicas. Contudo, como se sabe do aspecto militar de Mên e de como ele foi popular entre os legionários romanos, talvez se possa conjecturar que a cidade tenha sido habitada por veteranos, possivelmente da VI legião (*ferrata*) que estava estacionada próximo à cidade na entrada para *Lajjun*, um lugar que ainda carrega o nome “legião” (Meshorer 1985: 38).

O sítio de El-Lajjun, recorrentemente associado como uma arabização do termo latino *Legio*, possivelmente se referiria ao acampamento da VI legião pelo vale de Jezreel, no atual Israel. Esta discussão ganhou proporções quando Gottlieb Schumacher, em 1908, fez o primeiro levantamento arqueológico do local, identificando o acampamento romano na colina de El-Manach, próximo a Tell Megiddo (Schumacher 1908)

Apenas investigações geofísicas em 2013 encabeçadas por Tepper, Pincus, Smet e Adams, com o uso de GPR (Ground-penetrating radar) e EM (Eletromagnetic) combinados, foi possível encorpar a teoria de Schumacher sobre a localização do acampamento da VI legião na palestina (Pincus 2013: 1-13). O que só viria a ser

confirmado com uma escavação arqueológica por Tepper, David e Adams em seguida, encontrando os limites do acampamento sondado anteriormente e inclusive identificando cômodos, vias e objetos cerâmicos, dentre os quais, telhas contendo a marcação LEGVIF (L<egio> VI F<errata>) (Tepper; David; Adams 2016: 91-97).

Deste modo, temos a localização precisa da castra romana no vale de Jezreel, existente, ao menos a partir do ano 117 d.C., uma vez que fora encontrado um marco miliário associado à II Legião Trajana na via de Legio em direção à Diocaesarea (Tepper; David; Adams 2016: 92-93).

Cássio Dio nos afirma que depois da batalha naval do Ácio, em que Otaviano derrotou Marco Antônio, ele teria enviado a III legião *Gallica* para a Síria, junto com a VI *Ferrata*, a X *Fretenses* e a XII *Fulminata* (Cassio Dio apud Tepper; David; Adams 2016: 116).

A partir de 54 até 68 d.C. a sexta Legião *Ferrata* serviu sob Gnaeus Domício Corbulo em Artaxata e Tigrano contra os partos. Em 69 EC a sexta Legião voltou à Judéia e lutou na Guerra judaica. Em 106 d.C. um *Vexillatio* (destacamento) da legião participou na batalha decisiva final contra Dacia. A principal legião pode ter sido colocada em Bosra, na Nabatea sob Aulus Cornelius Palma Frontonianus. Em 138 d.C., após a revolta de Bar Kosiba, a legião foi postada em um campo conhecido como Legio, perto Caparcotna antiga e Lajjun moderna, na Síria Palestina – um ponto estratégico da Palestina na *Via Maris*. Ela foi brevemente enviada para a África durante o reinado de Antonino Pio. Em 150 d.C. a Legião foi enviada mais uma vez à Siro-Palestina, e uma inscrição encontrada dedicada à *Legio VI Ferrata* comprova isso. Por fim, em 215 d.C., moedas de Felipe, o árabe, encontradas em Cesareia Marítima, indicam que a Legião ainda estava presente na região por volta de 244 d.C.

A saída da VI legião da região deve ter ocorrido antes de 303 d.C., quando sua presença é atestada em Udruh, certamente durante o período da primeira tetrarquia (293-305 d.C.). Porém, Tepper, David e Adams abordam que moedas do começo do século IV, no entanto, sugerem que houve uma certa continuação nas atividades neste local (Tepper; David; Adams 2016: 116).

Deste modo, temos uma forte presença romana, endossada pelas legiões, em destaque a VI *Ferrata*, que atua como responsável pela disciplina e política normativa imperial, impondo-se frente as particularidades locais.

Porém, justamente a presença desta fora fundamental para criação de novas e fortalecimento das já existentes redes de contato na região. Tepper, David e Adams apresentam as moedas encontradas em no sítio de El-Manach:

Eighty-five coins were recovered in the 2013 season in both the metal detector survey and the excavation. Fourth-century coins are the most numerous of the entire assemblage (35%), likely due to the establishment of Maximianopolis nearby at that time. The complete absence of 5th –7th century coins probably indicates a state of abandonment of the site in the Byzantine period (Tepper; David; Adams 2002; 2007; Tepper; Di Segni 2006: 10). Historically, the VIth Legion was transferred to Arabia in the late 3rd/early 4th centuries, during the period of the tetrarchs, about the time of the establishment of Maximianopolis. The coin evidence suggests that activity within the base continued after the transfer for part of the 4th century before it ended completely prior to the 5th century. Seventeen coins came from the excavations, seven of which (41%) date to the 1st –3rd centuries CE. One is a Roman Provincial bronze coin with the ‘VILF’ countermark with right-facing portrait (...).Sixty-eight additional coins were found during the metal detector survey, all of them from the topsoil layer (not deeper than 10–15 cm below the surface). Thirty-seven of these coins, more than half (54%), are dated to the 1st –3rd centuries CE, among them 18 from the 2nd – 3rd centuries and 12 identified as Roman Provincial coins. Of this assemblage, seven coins bear the countermark ‘VILF’. In all but one the countermark appears with right-facing portrait (...) All but four of the coins were bronze, while four were silver. Among the latter, two were minted in Rome, one at Caesarea, and one unidentified. Six bronze coins were minted in Caesarea, three in Antioch, and two each from Alexandria and Rome, and one each from Siscia, Cyzicus, Mediolanum, Gaba, and Hippos (Tepper 2016: 115).

Assim, a conclusão dos autores nos corrobora na reflexão da mobilidade existente, comercial e culturalmente, estabelecida pela dualidade cidade-exército durante o império, uma vez que aqueles argumentam que “essa ampla distribuição de Leste a Oeste do Império demonstra a conexão entre o exército romano neste acampamento legionário e os principais locais da Palestina, Síria, Egito, Ásia Menor e Itália. (...) Os achados apontam para as interações comerciais dos soldados que serviram na Legio” (Tepper; David; Adams 2016).

Para finalizar, enfatizamos que para tentar caracterizar o amplo contexto cultural e conceitual de espalhamento dos cultos dentro do Império Romano, necessitamos prestar bastante atenção nos contextos locais. Os contextos locais

oferecem outro importante caminho para se pensar sobre a receptividade de determinado culto a determinado deus - no nosso caso em questão o culto de Mên em suas múltiplas acepções e influências de origem -, de como indivíduos e grupos vivenciam esses novos costumes, de como seus conhecidos transmitem informações sobre esses cultos e de como eles adquirem novos significados neste emaranhado de conexões e trocas.

Referências Bibliográficas

BLANCO-PÉREZ, Aitor. Mên Askaenos and the native cults of Antioch by Pisidia. In: HOZ, M.P. de; SANCHEZ HERNANDEZ, J. P. e MOLINA VALERO, C. (Eds.). *Between Tarhuntas and Zeus Polieus: Cultural Crossroads in Temples and Cults of Graeco-Roman Anatolia*. Leuven: Peeters, 2016: 117-118.

LANE E. N. A Re-Study of the God Mên. In: *Berytus 15*, 1964, pp-5-58.

GUY LABARRE. Les origines et la diffusion du culte de Men. In: Bru, Hadrien, François Kirbihler and Stéphane Lebreton (Eds.). *L'Asie mineure dans l'Antiquité: Échanges, populations et territoires*. Rennes: Presses Universitaires des Rennes, 2009, pp. 389-414.

HARDIE, Margaret, The Shrine of Mên Ascaenos ai Pisidian Anlioeh, *Journal of Hellenic Studies*, XXXII, 1912, pp. 121- 144.

HIESINGER, Ulrich W. Three images of the God Mên. *Harvard Studies in Classical Philology*, Vol. 71, 1967, pp. 303-310.

JOACHIM, Johann. *Winckelmann*. History of the art of Antiquity. (1764). Los Angeles: Getty Research Institute, 2006.

LABARRE, Guy. Les origines et la diffusion du culte de Men. In: BRU, H. LEBRETON, S. KIRBILHER, F. (editores) *L'Asie Mineure dans l'Antiquité: échanges, populations et territoires. Regards actuels sur une péninsule*, PUR, 2009, p. 389-414.

LANE, E. N. A Re-Study of the God Mên. *Berytus*, Vol. 15, 1964, pp-5-58.

MAGIE, David. Caracalla. In: *Historia Augusta*, Volume II: Caracalla. Geta. Opellius Macrinus. Diadumenianus. Elagabalus. Severus Alexander. The Two Maximini. The Three Gordians. Maximus and Balbinus. Loeb Classical Library 140, 1924.

MATTINGLY, D. J. "Being roman: expressing identity in a provincial setting". In: *Dialogues in roman imperialism*. JRA, vol. 17, Portsmouth, Rhode Island, 2004, pp. 5-25.

- MESHORER, Y. A coin hoard of Bar Kokhba's time. *IMJ*, vol. 4, 1985, pp. 43-50.
- PLÍNIO SEGUNDO, C. *Histoire naturelle de Pline*. Paris: Librairie de Firmin Didot, Editeurs, 1855/1855.
- PINCUS, Jessie; SMET, Tim De; TEPPER, Yotam e ADAMS, Matthew J. Ground Penetrating Radar and Electromagnetic Archaeogeophysical Investigations at the Roman Legionary Camp at Legio. *Archaeological Prospection*, 2013, pp. 1-13.
- PORTO, V. C. *Imagens monetárias na Judéia/Palestina sob dominação romana*. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo, 2007.
- PRICE, S. Religious Mobility in the Roman Empire. In: *Journal of Roman Studies*, 102, Cambridge, 2012, pp. 1-19.
- SCHUMACHER, G. *Tell el-Mutesellim, Volume I: Report of Finds*. 1908. Google Docs. Retrieved 20 June 2012 from <https://docs.google.com/viewer?a=vepid=sitesesrcid=ZGVmYXVsdGRvbWVfbnxtZWdpZGRvZXhwZWZWR-pdGlbnxneDo0MGlzZWVhNGQ5YmM3NzFm>
- STEIN, Alla. *Studies in Greek and Latin inscriptions on the Palestinian coinage under the principate*. Ph.D. diss. Tel Aviv: Tel Aviv University, 1990.
- TAŞLIALAN, Mehmet. *Pisidia Antiocheia'si Mimarlık ve Heykeltraşlık eserleri* (Konya, 1988); *Pisidia Antiocheia*, Ankara, 1990.
- TEPPER, Yotam. DAVID, Jonathan. ADAMS, Matthew. The Roman VIth Legion Ferrata at Legio (el-Lajjun), Israel: Preliminary Report of the 2013 Excavation. *STRATA - Bulletin of the Anglo-Israel Archaeological Society*, Vol. 34, 2016, pp. 91-97.
- TEPPER Y. (PI.); DI SEGNI L. (PI.), A Christian Prayer Hall of the 3rd Century CE At Kfar 'Othnai (Legio). *Excavations at the Megiddo Prison 2005*. Jerusaém: Israel Antiquities Authority, 2006, pp. 1-59.
- VAN DOMMELEN, Peter e KNAPP, A. Bernard Introduction: Material Connections. In: VAN DOMMELEN, Peter e KNAPP, A. Bernard (Ed.). *Material Connections in the Ancient Mediterranean. Mobility, Materiality and Mediterranean Identities*. Routledge, 2010, 1-18.
- VAN HAEPEREN-POURBAIX. Les épithètes du dieu Men d'après les monnaies. *Revue Belge de Numismatique*. Vol. 117, 1971, pp. 71-79.
- WHITTAKER, C. R. Imperialism and culture: the Roman initiative. *JRA*, suppl. 23, 1997, pp. 143-163.

Os javismos e o Mediterrâneo: as inscrições samaritanas de Delos

The Javisms and the Mediterranean: The Samaritan Inscriptions of Delos

Vítor Luiz Silva de Almeida¹

Resumo

O artigo que agora se apresenta, tem por objetivo, buscar vias de compreensão, através da fusão entre fontes textuais e a cultura material, a multiplicidade de experiências religiosas relacionadas à divindade semita “lahweh” e sua circularidade no mundo mediterrânico antigo. A partir dos vestígios arqueológicos descobertos na ilha de Delos, na Grécia, a hipótese defendida é de que mesmo durante o período em que o segundo Templo de Jerusalém esteve em funcionamento (V aEC-I EC), o culto não se estruturava de maneira centralizada e monolítica, como as inscrições de origem israelita-samaritana, dedicadas ao Monte Gerizim, parecem atestar.

Palavras-chave: Delos – Javismos – Pluralidade Religiosa

Abstract

The aim of the present article is to seek ways of understanding, through the fusion of textual sources with material culture, the multiplicity of religious experiences related to the Semitic deity "Yahweh" and its circularity in the ancient Mediterranean world. From the archaeological remains discovered on the island of Delos in Greece, the hypothesis is that even during the period when the second Temple of Jerusalem was in

¹ Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É membro do Laboratório de História das Experiências Religiosas (LHER-UFRJ). Membro também da Société d'Études Samaritaines.

operation (VEC-IEC), the cult was not centrally structured and monolithic, as the inscriptions of Israelite-Samaritan origin, dedicated to Mount Gerizim, seem to attest.

Keywords: Delos – Javisms – Religious Plurality

A sinagoga judaica em Delos (1912-1913)

Durante o período de 1912-1913, um estudioso da *Echolé Française D’Athènes* chamado André Plassart deparou-se com um edifício, no mínimo curioso, na pequena ilha de Delos, na Grécia, local reconhecidamente notório por sua riqueza relacionada à cultura material e a multiplicidade religiosa no mundo mediterrânico. Iniciados os processos de prospecção arqueológica, Plassart concluiu que a pequena edificação tratava-se de uma *proseukhê*⁷, ou seja, um Sinagoga (Plassart, 1914: 523-534).

A conclusão de Plassart tornava incontestável a presença de javistas na costa egeana, já no século II aEC. A importância da descoberta é inquestionável também no que se refere a articulação cultural entre populações javistas e politeístas, inserindo em uma perspectiva física, para além da textual o culto a lahweh em um ambiente basicamente voltado para as práticas e cultos a outras divindades. Este pressuposto retira comunidades ligadas a tradição hebraica de sua “bolha” cultural e religiosa para incluí-los em um escopo mais amplificado de relações.

A investigação que se seguiu indicou que uma segunda renovação da construção foi realizada na primeira metade do século I aEC, sendo esta evidência elemento bastante proveitoso a compreensão das práticas javistas nos períodos hasmonaicos e romanos, apontando, com muita probabilidade, que o prédio esteve em funcionamento até o século II EC (Levine, 2005: 107-108).

Vejamos agora os detalhes dos achados, utilizando a nomenclatura disposta por Bruneau & Ducat (1983) em seu *Guide de Délos* e o edifício da Sinagoga será então

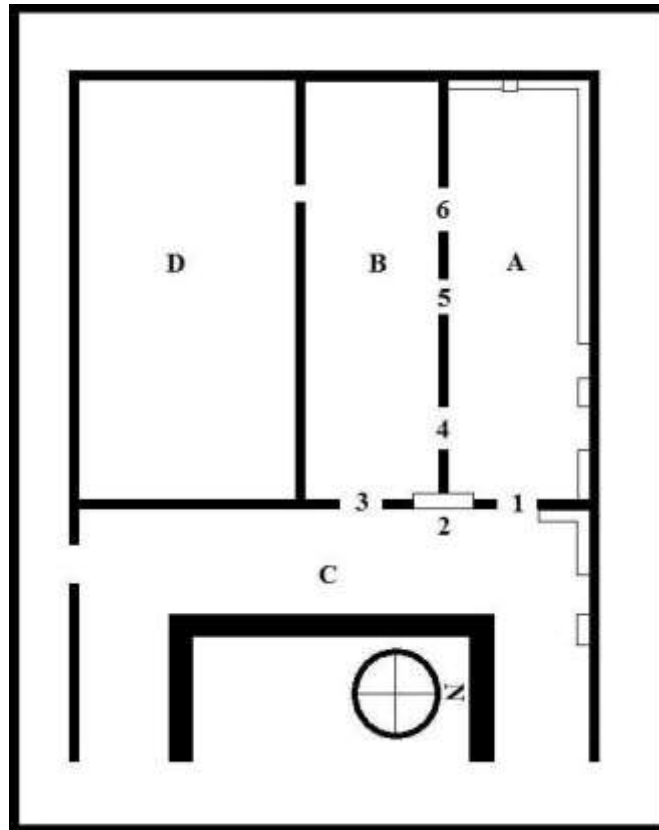
⁷ O significado desta palavra grega remete a oração, ou casa de oração, e era utilizada pelos judeus em várias outras regiões para denominar suas sinagogas. Para mais informações ver LEVINE, Lee I. *The Ancient Synagogue: The First Thousand Year*. Yale University Press, New Haven & London, 2005.

tratado como GD 80 (Bruneau & Ducat, 1983: 206) facilitando sua observação dentro do conjunto de descobertas.

O prédio GD 80 foi achado no quarteirão do estádio (GD 78), onde também se encontravam o ginásio (GD 76) o vestíbulo (GD 77) e habitações nomeadas em conjunto como “rua do estádio” (GD 79). Segue o mapa (map. 5) da Ilha de Delos com as principais construções encontradas no “Quarteirão do Estádio” e os referidos códigos utilizados por Bruneau e Ducat. De acordo com a disposição apresentada por Bruneau e Ducat (1983: 200), é perceptível que a Sinagoga encontra-se um pouco afastada do centro habitacional, já bem próxima ao mar Egeu.

Todavia, sua localização não está “isolada” como defende Levine (2005: 108) do resto das construções. Apenas 90 m separam GD 79 de GD 80, o que é um fator muito interessante para pensar as relações entre javistas e politeístas em Delos na antiguidade. É bastante provável que os javistas estivessem em constante diálogo com os politeístas, seja através de atividades comerciais ou interatividade em âmbito público. De acordo com Crossan & Reed (2007: 59), este padrão de articulações não era incomum no movimento de diáspora, em que, ainda que mantivessem suas raízes culturais, estes expatriados acomodavam-se a vida dos lugares em que se assentavam, por diversas vezes assimilando padrões locais de sociabilidade e interagindo com indivíduos circunscritos a suas tradições.

A disposição arquitetônica interna de GD 80 possui a medida de 28,30 por 30,70 metros. Bruneau & Ducat (1983: 206) a dividiram em 4 espaços principais (**A,B,C,D**). Segue abaixo a planta de GD 80 como esta aparece no *Guide de Délos*:



O espaço **(A)** corresponde à sala de reunião principal, possuindo três portas de entrada, bancos corridos de mármore ao longo das paredes e uma cadeira em formato de trono em mármore, tendo aos pés uma base em formato de um pequeno banco. Há também um nicho a esquerda do trono. Este trono/cadeira foi reconhecido como sendo a “Cátedra de Moisés” (ver as fotografias 14,15 e 16 logo abaixo), usualmente utilizadas em construções sinagogais.



Cátedra de Moisés em visão frontal. (Almeida, 2015: 140)



Visão panorâmica da área A. (Almeida, 2015: 140)

A área **(B)** é identificada como uma segunda sala para reuniões comunais também contendo bancos e dividida pela sala **A** por três entradas **(4,5,6)**. O cômodo **D** é um complexo de pequenas partes sob o qual estendia-se a Cisterna. Há em **B** uma

entrada na rocha a partir de um arco reconhecida como a entrada para a mesma. Há ainda, no cômodo **D** uma pequena escadaria que leva para baixo.



Arco de entrada para a Cisterna na área B. (Almeida, 2015: 142)

A Área (**C**) mais a leste possui um pórtico de entrada que denota a entrada a principal do edifício (**1**). Além disso, esta também possui um estilóbato⁸ tendo o mar Egeu em seu extremo leste.

Para indentificar GD 80 como uma Sinagoga, Plassart (1914) utilizou 6 inscrições encontradas – Disporemos das mesmas com a codificação utilizada pelo autor –, além das passagens de 1Mc 15:15-23 e AJ. 14.213-216 que fortaleceram sua conclusão.

Inscrição 1 (Inv. A 3052)

⁸ Plataforma que tradicionalmente funciona como base para templos gregos.

Ἀγαθοκλῆ=φ και .: Λυσι/μαξοφ ε)πι.: προσευξη=ι

‘Agathokles e Lysimachos para a Sinagoga’⁹

Descrição: Esta inscrição foi encontrada na casa IIA de GD 79, ao lado do estádio e 90 m a noroeste de GD 80. Sua datação foi dada como, aproximadamente, do século I AEC e foi gravada em uma estela retangular plana de mármore com um corte lado de cima. O achado revela dois nomes helenísticos *Agathokles* e *Lysimachos*, coligados a *proseukhḗ* (προσευξη=ι).

Inscrição 2 (Inv. E 779)

Λυσι/μαξοφ υ(περ(εα(υτου= Θεω|~ 9Υψι/στω| ξαριστη/ριον

‘Lysimachos, em seu favor, uma oferenda ao Deus Altíssimo’¹⁰

Descrição: Esta inscrição foi encontrada situada ao pé de uma parede no GD 80, datada também do século I AEC. A reparação do nome *Lysimachos* fez com que Plassart articulasse as inscrições Inv. A 3052 e Inv. E 779 potencializando sua conclusão de que se tratava da mesma pessoa e de que o edifício, de fato, era uma sinagoga.

Inscrição 3 (Inv. A 3048)

Λαωδι/κη Θεω~ι 9Υψι/στωι σωθεις~α ταιφ~ υ(φ)αυ(του~ θαραπη/αιφ ευξ)η/ν

⁹ Trecho traduzido por mim a partir de PLASSART, A. *La synagogue juive de Délos*. In: *Revue Biblique* 11, p. 523-534, 1914.p. 527.

¹⁰ Trecho traduzido por mim a partir de PLASSART, A. *La synagogue juive de Délos*. In: *Revue Biblique* 11, p. 523-534, 1914.p. 527

‘Laodike ao Deus Altíssimo por cura-lo de suas enfermidades, uma oferenda’¹¹

Descrição: Esta inscrição foi gravada em uma base retangular de mármore branco encontrada no sítio GD 80. Trata-se de uma oferenda pela cura de uma doença, oferecida por alguém nomeado *Laodike*. Sua datação remonta a 108-107 AEC.

Inscrição 4 (Inv. A 3050)

Ζωσα~φ Παρι/οφ Θεω|~ ϑΥψι/στω| ευξ)η/ν

‘Zozas de Paros ao Deus Altíssimo, uma oferenda’¹²

Descrição: Esta inscrição foi encontrada em um banco no lado oeste da área A em GD 80 gravada em uma pequena base de mármore. Sua datação foi estabelecida como sendo referente ao século I AEC.

Inscrição 5 (Inv. A 3049)

ϑΥψι/στω| ευξ)η .: ν Μαρκι/α

‘Ao altíssimo, uma oferta de Markia’¹³

¹¹ Trecho traduzido por mim a partir de PLASSART, A. *La synagogue juive de Délos*. In: *Revue Biblique* 11, p. 523-534, 1914.p. 527

¹² Trecho traduzido por mim a partir de PLASSART, A. *La synagogue juive de Délos*. In: *Revue Biblique* 11, p. 523-534, 1914.p. 527

¹³ Trecho traduzido por mim a partir de PLASSART, A. *La synagogue juive de Délos*. In: *Revue Biblique* 11, p. 523-534, 1914.p. 528

Descrição: Esta inscrição foi encontrada em um banco no lado oeste da área A, datada do século I AEC e gravada em uma pequena pedra de mármore branco.

Inscrição 6 (Inv. A 3051)

γενο/μενοφ ελευ/θεροφ

‘...tornaram-se livres’¹⁴

Descrição: Esta inscrição foi encontrada em GD 80, gravada em uma pequena base retangular de mármore branco. Sua datação é imprecisa, e o material encontrou-se em um estado muito danificado, sendo possível destacar apenas duas palavras. Ao que tudo indica esta inscrição foi conectada as outras por Plassart (1914: 528) mais por sua proximidade do que por outros motivos.

Das seis inscrições descobertas por Plassart, ao menos quatro são diretamente votivas a *Theos Hypsistos* (Θεω|~ 9Υψι/στω), a forma grega comum de referência a lahweh no mundo mediterrânico, sendo são utilizada em sinagogas encontradas em outras localidades ainda mais longínquas como o reino do Bósforo, no estreito que une o mar Negro e o mar de Azov (Crossan & Reed, 2007: 56-57), enquanto uma delas utiliza a nomenclatura *proseukhḗ* habitualmente utilizada para designar a “casa de oração”, o lugar de encontro.

O material textual nos oferece duas pistas sobre a presença javista em Delos. A primeira é uma correspondência advinda dos romanos aos líderes de diversas localidades em forma de “circular”. Esta se encontra em 1Mc 15: 15-23.

¹⁴ Trecho traduzido por mim a partir de PLASSART, A. *La synagogue juive de Délos*. In: *Revue Biblique* 11, p. 523-534, 1914.p. 528

Josefo também atesta a presença de Judeus em AJ. 14. 213-215, reproduzindo uma correspondência do Pretor Julius Gaius para os magistrados, conselho e povo de Parium. O texto é muito claro em informar que em algum ponto, por volta de meados do século I EC, os judeus e outros “judeus vizinhos” – o que pode ser uma referência aos samaritanos – estavam sendo proibidos de congregarem com fins religiosos, fazer sacrifícios e observar suas tradições javistas.

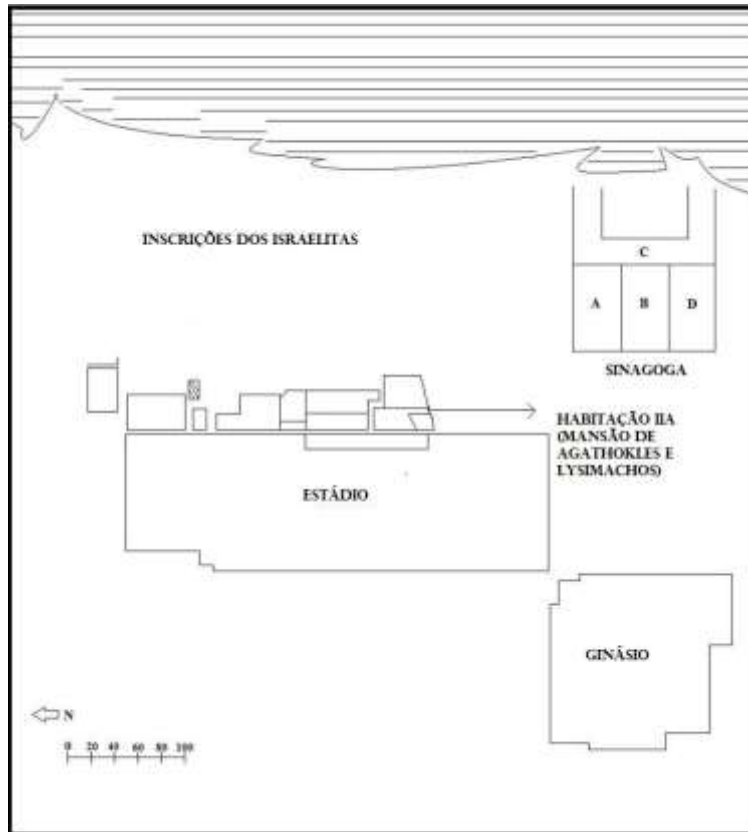
Desse modo, parece não haver muitas dúvidas de que o prédio GD 80 seja, de fato, uma sinagoga. A proposição de Plassart, ainda que praticamente incontestável, ainda divide pesquisadores, e alguns como Matassa (2007), apesar de não excluir a hipótese de Plassart, julga serem necessárias mais averiguações de achados e a reabertura do debate sobre GD 80. Os argumentos de Matassa (2007:112), que não deixam de ser interessantes, partem principalmente da falta de documentação literária – apenas Macabeus e Josefo citam a presença de javistas em Delos –, dos padrões arquitetônicos não estritamente “judaicos” e da nomenclatura basicamente helenística utilizada pelos usuários da sinagoga. No entanto, a autora desconsidera que a adoção de nomes gregos não é uma raridade no contato intercultural entre judeus, e javistas de modo geral, e helênicos, não interferindo em seus fazeres culturais de modo a invalidá-los como “originais”. Como exemplos, podemos utilizar os casos supracitados do julgamento de Ptolomeu VI Filometor – *Theodosius* e *Andronicus* –, e os nomes dos sumos-sacerdotes durante a revolta macabaica – *Jasão* e *Menelau* –, entre tantos outros exemplos presentes na cultura material e na documentação textual.

Além disso, como demonstra Levine (2005: 322) a absorção de padrões culturais locais, abarcando também modelos arquitetônicos, em todo o mediterrâneo, é um fator imperativo a ser observado. Segundo o autor, as utilizações de *proseukhê*, significando oração/ofereção e *Theos Hypsistos*, problematizadas por Matassa (2007: 87-94) como “não-judaicas”, poderiam se dar em ambientes politeístas, porém, usualmente eram instrumentalizadas em ambientes judaicos em contextos helenísticos (Levine, 2005:109). Desta maneira, apenas as descobertas de Plassart já fariam com que a possibilidade da presença javista em Delos fosse altíssima, contudo, o passo final para que esta hipótese seja adotada como factível é a presença de outras duas inscrições, ligadas, porém, ao círculo javista “rival” de Gerizim.

As inscrições samaritanas (1979-1980)

Nos anos de 1979-1980, Bruneau (1982), de forma incidental, encontrou duas inscrições em mármore um pouco mais ao norte do sítio, soterradas por uma camada não muito espessa de terreno em uma das vias. As informações contidas nesse material levantaram dúvidas sobre algumas conclusões anteriores, ao mesmo tempo em que confirmavam a postulação de Plassart (1914), encaminhando-a a outro patamar, pois apesar da ratificação de que a edificação era de fato javista, o achado indicava a possibilidade de que os construtores e frequentadores do local seriam de origem samaritana/israelita e não judaica (Bruneau, 1982: 479).

De todo modo, as inscrições encontradas por Bruneau eram as primeiras que de modo peremptório indicavam a presença javista em Delos. Isto coaduna a percepção de que as interações culturais não necessariamente desconstroem práticas antecedentes, e assim como a própria cultura, a experiência religiosa, enquanto dimensão da mesma, transforma-se e reconfigura-se de acordo com os meios em que se encontra (Sahlins 1990:9), abarcando e agregando símbolos e significados, como a utilização da terminologia *Theos Hysistos*, dando continuidade a si mesma.



Inscrição Israelita 1

Οι (εν) Δη/λω| Ι)σραελει=ται οι (
 α)παρξο/μενοι ειφ) ιε(ρο .: ν
 ε)Αργαριζει .: ν στεφανου~σιν
 ξ)ρυσω|~ στεφα/νω| Σαραπι/ωνα
 Ι)ασονοφ Κνω/σιον ευε)ργεσι/αφ
 ε)νεκεν τη~φ ειφ) εα(υτου/φ

‘Os Israelitas de Delos que fazem as oferendas dos primeiros frutos no Sagrado Gerizim, coroaram, com uma coroa de ouro, Sarapion, filho de Jasão de Knossos, em seu favor por suas benfeitorias’¹⁵



Fig. 20. Inscrição na Estela Nº 1 (Bruneau, 1982:468)

Descrição: Esta inscrição foi encontrada próxima à praia, cerca de 100m da Sinagoga (GD 80). Esta foi gravada em uma estela, que apresenta um dano em sua parte superior, porém, esta não afeta o texto. Sua datação foi estabelecida entre 150 e 50 AEC (Bruneau, 1982: 469-474). A inscrição honra *Sarapion*, filho de Jasão, por suas benfeitorias em favor dos israelitas de Delos e provê uma citação direta ao Monte Gerizim. Por conta da datação aproximada não é possível atestar se o Templo estava ou não de pé, no entanto, a possibilidade de ter sido escrita ainda sob seu funcionamento é viável.

¹⁵ Trecho traduzido por mim a partir da tradução de BRUNEAU, P. *Les Israélites de Délos et La Juiverie Délienne*. In: Bulletin de Correspondance Hellénique, École Française D’Athènes, Paris: Boccard, 1982.p. 469. “Les Israelites de Délos qui versant contribution au sacré Garizim couronnent d’une couronne d’or Sarapion, fils de Jason, de Cnossos, pour as bienfaisance envers eux.”



Fig. 21. Estela Nº 1 em perspectiva completa. (Bruneau, 1982:468)

Inscrição Israelita 2

Ισραηλι=ται οι (απ)αρξο/μενοι ειφ) ιε(ρο.:ν α3γιον εΑργαριζει.:ν
 ε0τι/μησαν υαξ Με/νιππον εΑρτεμιδω/ρου
 θΗρακλειον αυθο.:ν και.: του.:φ εγγο/νουφ αυθου~
 κατασκευα/σαντα και.: α)ναθε/ντα εκ) τω~ν ιδι/ον ε0πι.:
 προσευξη|~ του~ θε [ου=] ΤΟΝ [.....]
 ΟΛΟΝ ΚΑΙ ΤΟ [.....] και.: ε0στεφα/νωσαν ξρυσω|~
 ΚΑ...
 Τ..

‘[Os] Israelitas de Delos que fazem as oferendas dos primeiros frutos ao Sagrado Gerizim honram Mennipos, filho de Artemidoros de Heraclea, assim como seus descendentes por ter estabelecido e dedicado às suas custas, a sinagoga (*proseukh *) [a Deus], o [.....] e o [.....coroad] com uma coroa de ouro e [...]¹⁶



Fig. 22. Inscri o na Estela N 2 (Bruneau, 1982:468)

Descri o: Esta inscri o possui uma porão bastante danificada na base da estela de mármore branco em que foi gravada. Sua data o foi situada entre 250-175 AEC (Bruneau, 1982:469-474) e denota o agradecimento da comunidade israelita/samaritana a algum tipo de doa o dispensada por *Mennipos* para a constru o de uma *proseukh *, ou seja, uma sinagoga. Esta data o remete ao III século AEC, alocando esta comunidade em Delos no período em que o templo de Gerizim permanecia em franco funcionamento.

I. Conclusão

Segundo Crossan & Reed (2007: 58), concordando com Levine (2005: 107-113), a descoberta das inscri es samaritanas fortaleceu o reconhecimento da sinagoga de

¹⁶ Trecho traduzido por mim a partir da tradu o de BRUNEAU, P. *Les Israélites de D los et La Juiverie Délienne*. In: Bulletin de Correspondance Hellénique,  cole Française D’Athènes, Paris: Boccard, 1982.p. 469. *Les Israelites [de Délos] qui versent contribution au sacré et saint Garizim ont honoré M nippos, fils 'd' Art midoros, d'Héraclée, lui-même ainsi que ses descendants, pour avoir établi et dédié   ses frais, en ex-voto [  Dieu], le [.....] et le [..... et l'ont couronné d'une couronne d'or et [...]*.

Delos, e os apontamentos de elementos culturais circunscritos à esfera judaica em GD 80 e nas inscrições em geral, não são razões suficientes para desqualificar as proposições anteriores de identificação do prédio. Estes autores também atentam que o problema de “pertencimento” da sinagoga representa um desafio, todavia, a grande probabilidade é de que não estejamos lidando não com um edifício, mas dois, um pró-Gerizim, ainda por ser encontrado e outro pró-Jerusalém já escavado.

Desta maneira, no que concerne a circulação dos javismos, os achados de Plassart (1914) e Bruneau (1982), em confluência com as fontes textuais, não deixam dúvidas quanto à presença de javistas em Delos ao menos do século II AEC em diante. No que concerne aos judeanos, ainda que não haja uma conexão formal da sinagoga (GD 80) com Jerusalém, é admissível estabelecer, com certa precisão, que a comunidade pró-Jerusalém também esteve presente na ilha, assim como os israelitas/samaritanos.

Esta evidência nos trás duas constatações importantes. A primeira é que os elementos religiosos judeanos e samarianos viajavam com seus portadores e reconfiguravam-se na medida em que entravam em contato com outros contextos culturais (Sahlins, 1990: 188-189; Wagner, 2012: 115). A experiência religiosa de ambas as comunidades acoplava-se a novos modos de vida, não sem variações, mas destacando permanências no seio das transformações elaboradas na ação. Sendo assim a rede javista expande-se para além dos limites palestinos, em diversas direções e assumindo muitos formatos. É importante ressaltar que o Monte Gerizim permanecia como localidade de importância singular para os adoradores nortenhos de lahweh fora da Palestina, o que implica na percepção da importância de Gerizim no período antigo, geralmente nublada pelas fontes judeanas.

Em segundo lugar, é possível verificar que mesmo não constituindo uma só coluna javista, em meio a “entropia politeísta” de Delos, é muito provável, considerando as próprias disposições geográficas dos vestígios arqueológicos, que as comunidades mantiveram algum tipo de contato. Não é possível, até o presente momento, presumir em que níveis estas articulações se deram, ainda são necessárias

mais investigações nos sítios, todavia, o fato das duas comunidades estarem próximas, nos leva a crer que este ocorreu por pelo menos alguns séculos.

Textos Antigos:

Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

JOSEPHUS. *Jewish Antiquities*. Trad: H. St. J. Thackeray, Ralph Marcus & L.H. Feldman. London: Harvard University Press, 1981,1986,1987, 10 vols.

Bibliografia:

ALMEIDA, V. A “*Questão Samaritana*” e os *Javismos da Judeia e da Samaria entre os séculos II aEC e I EC*. Vítor Luiz Silva de Almeida – (Dissertação de Mestrado), Rio de Janeiro: S/N, 2015.

BRUNEAU, P. *Les Israélites de Délos et La Juiverie Délienne*. In: Bulletin de Correspondance Hellénique, École Française D’Athènes, Paris: Boccard, 1982.

BRUNEAU P. & DUCAT J. *Guide de Délos*. École Française D’Athènes, Paris: Boccard, 1983.

CHEVITARESE, A. L. *Cristianismos. Questões e Debates Metodológicos*. Rio de Janeiro: Klíne, 2011.

CROSSAN, J. D. & REED J. L. *Em busca de Paulo: como o apóstolo de Jesus opôs o Reino de Deus ao Império Romano*. São Paulo: Paulinas, 2007.

LEVINE, Lee I. *The Ancient Synagogue: The First Thousand Year*. Yale University Press, New Haven & London, 2005.

MATASSA, L. *Unraveling the Myth of the Synagogue on Delos*. Bulletin of The Anglo-Israel Archaeological Society, vol. 25, 2007.

PLASSART, A. *La synagogue juive de Délos*. In: *Revue Biblique* 11, p. 523-534, 1914.

SAHLINS, M. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.

WAGNER, R. *A Invenção da Cultura*. Rio de Janeiro: CosacNaify, 2012.

A moeda como instrumento interpretativo em arqueologia

The coin as interpretative tool in archaeology

*Viviana Lo Monaco*¹

Resumo

O interesse pela antiguidade clássica tem raízes profundas. Da “invenção” do Humanismo às mais contemporâneas abordagens pós-processualistas, as perspectivas teóricas mudaram, assim como as perguntas dos pesquisadores. A moeda grega e romana, antigamente mero objeto de coleção para antiquários, aos poucos passou a desempenhar um papel singular no estudo do mundo antigo. Ela não apenas é um meio de troca definindo um valor; não apenas é uma expressão artística que é fruto das obras, dos gostos e das técnicas do seu tempo, mas também é veículo de uma mensagem de identidade e poder. Esta comunicação visa justamente mostrar a importância da moeda grega e romana como instrumento metodológico útil às várias áreas das ciências humanas e sociais.

Palavras-chave: numismática antiga; metodologia; arte e arqueologia

Abstract

Interest in classical antiquity has deep roots. From the "invention" of Humanism to the most contemporary post-processualist approaches, theoretical perspectives have altered almost as much as the questions the researchers ask of them. Greek and Roman coins, formerly mere collectible items for antiquarians, have gradually come to play a special role in the study of the ancient world. The Coin is not only a medium of

¹ Doutora em Arqueologia Clássica pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Pesquisadora Associada do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (LABECA).

exchange by setting a value, it is also the carrier of a message, that of identity and power and as such it is also an artistic expression, since it reflects the tastes and techniques of its time. This Communication aims to show how Greek and Roman coins can be an invaluable methodological tool in various areas of research within the human and social sciences.

Key words: Ancient Numismatic; Methodology; Art and Archaeology

A arqueologia e as disciplinas humanísticas

O interesse pela antiguidade tem raízes profundas. No século XV desenvolveu-se na Europa, a partir da cidade de Florença, o “Humanismo”, um movimento ideológico-cultural que tinha como foco o ser humano e as suas manifestações intelectuais, literárias e artísticas. Foi nessa época que os eruditos italianos e europeus iniciaram um processo de revitalização das obras literárias gregas e latinas, propondo uma leitura crítica dos clássicos que permitiu a colocação de cada ideologia em um determinado contexto histórico. A discussão crítica sobre os documentos do passado, portanto, permitiu estabelecer uma distância em relação àquele passado (Garin 1947), pois na Idade Média o estudo dos textos clássicos foi caracterizado por uma interpretação em chave religiosa e espiritual. Nasceu assim o estudo da filologia. A partir da Renascença o interesse pela produção artística cresceu notavelmente, assim como o desejo de colecionar as peças mais artisticamente apreciáveis do mundo greco-romano. É justamente nesse período que vão se formando as *wunderkammer* (gabinetes de curiosidades), que terão uma enorme difusão principalmente na época do colonialismo europeu, incluindo também objetos de interesse etnográfico. Esse renovado interesse pela antiguidade levou a descobertas importantíssimas pela arqueologia e pela história da arte. Na época, por exemplo, de *Lorenzo il Magnifico* foram encontradas a estátua de Laocoonte (hoje nos Museus Vaticanos) e a de Marco Aurelio e seu cavalo (hoje no Palazzo dei Conservatori em Roma), cuja cópia constitui o centro da praça do Campidoglio projetada por Michelangelo em 1539. Não apenas obras singulares foram encontradas, como também sítios inteiros: lembramos, por exemplo, a descoberta de Selinonte, em 1551, e a identificação de Entella pelo canônico siciliano Tommaso Fazello, que no dorso de uma mula rodou a Sicília inteira

buscando os antigos vestígios gregos, depois sistematizados na obra *De Rebus Siculis*, publicada em Palermo em 1558. Podemos citar também as escavações da antiga cidade de Catânia realizadas pelo príncipe Biscari na primeira metade do século XVIII (Guzzetta, 2001). Na Europa inteira, e principalmente na Itália e na Grécia, as descobertas se tornaram cada vez mais numerosas e despertaram um certo interesse pelas obras do passado.

Em 1764, Winckelmann publicou a sua obra-prima *Geschichte der Kunst des Alterthums* ("História da Arte Antiga"), na qual descrevia a história da arte grega e definia os seus "cânones". O historiador da arte alemão apresentou uma imagem radiante do ambiente político, social e intelectual da época clássica que, em sua opinião, favorecia a criatividade na Grécia Antiga. A obra teve um tamanho sucesso que passou a ser considerada o "livro sagrado" da história da arte, e desde então a arqueologia europeia teve como tema principal o estudo da arte clássica. Hoje em dia Winckelmann é claramente desatualizado, mas na época a grande importância da sua obra marcou a passagem da erudição por si só, como simples curiosidade literária e acadêmica, para uma primeira pesquisa do mundo antigo e uma sua caracterização cronológica (Bandinelli 1976). De fato, a partir desse momento a antiguidade começou a ser definida mais claramente e distinguiram-se dois campos de estudo: um de interesse histórico e outro de interesse estético. A arqueologia foi entendida como história da arte baseada nas fontes literárias, portanto, estritamente ligada à filologia, e o objetivo primário das escavações era a busca e a recuperação de peças dignas de ser colecionadas ou de entrar no circuito do mercado antiquário.

Durante muito tempo a arqueologia europeia seguiu a imposição dada por Winckelmann; mas no começo do século XX os padrões de beleza aplicados às obras gregas e romanas foram finalmente questionados pela "Escola de Viena", liderada por Alois Riegl. Na sua obra de 1901 *Die spätrömische Kunstindustrie nach den Funden in Österreich* ("A indústria artística do Império Romano tardio segundo as descobertas no Império Austro-húngaro"), Riegl argumentou que a arte romana sucessiva à idade dos Antoninos, considerada decadente pelos seus contemporâneos, era expressão de uma vontade artística diferente, de um gosto diferente, logo tinha que ser estudada além da comparação com as obras da Atenas clássica. Esta linha de pensamento, junto com a difusão da filosofia marxista, gerou a ideia de que a crise da arte antiga era expressão

da crise social: a produção artística está inserida no seu próprio contexto histórico e não é avulsa às mudanças ideológicas e sociais. Os valores mudam e com eles a necessidade e a capacidade de expressar o sentimento contemporâneo de cada época. Nessa perspectiva, não apenas as obras de arte mais “belas” são importantes, mas também os objetos de uso comum; não apenas a civilização greco-romana é digna de ser considerada, mas também aqueles povos chamados “bárbaros” que depois da queda do Império delinear-se como reinos criando uma identidade bem estruturada (Francos, Normandos, Ostrogodos, etc.). Já na segunda metade do século XIX, estudiosos da Europa do Norte dedicaram-se aos vestígios que não tinham o suporte das fontes diretas, iniciando o estudo da pré-história. Esta nova maneira de considerar a arqueologia não implicava mais apenas os estudos da história da arte, mas usava metodologias e conhecimentos de outros campos da ciência, principalmente da geologia. Os objetos não eram avaliados apenas no aspecto estético, mas também funcional. Como colocado por Bianchi Bandinelli (1976), a evolução do pensamento no campo das antiguidades começou dentro da história da arte; a pesquisa histórico-artística como interpretação de um fato social pode ter um grande valor no campo histórico, pois as mudanças são graduais e inseridas numa rede de experiências que envolvem todos os aspectos da vida humana. A história da arte ainda hoje pode ser considerada uma aliada valiosa da arqueologia, útil na interpretação de aspectos específicos de uma sociedade; aspectos que envolvem não apenas a habilidade técnica, mas também a capacidade de expressar o sentimento comum daquela sociedade naquele determinado momento histórico. A arte, no final, é o produto de indivíduos particularmente habilidosos e que estão inseridos em um contexto que influencia as suas ideias, os seus gostos e a sua maneira de enxergar o mundo em que vivem.

A moeda entre arte e arqueologia: um instrumento valioso de interpretação

Antes que objetos de estudo, as moedas foram consideradas objetos de “curiosidade”. Existem fontes antigas que testemunham o valor histórico, artístico e simbólico das moedas já na antiguidade²; mas foi só a partir da Renascença que o

² Por ex. Pausânias (I, 34, 4) conta do hábito de jogar moedas de ouro e de prata na fonte de Amfiaraos (em Oropus) para agradecer os deuses pela saúde obtida. Enquanto Suetônio informa que durante as festas das *Saturnalia*, Augusto distribuía *nummos omnis notae, etiam veteres regios ac peregrinos* (Augustus, 75).

interesse para as moedas se tornou mais “científico”, formaram-se imponentes coleções e foram publicadas as primeiras obras de estudo numismático. Hoje a arqueologia considera o documento numismático extremamente importante para indagar os mais variados aspectos das sociedades do passado.

Identidade e contato

Sem dúvida a iconografia teve um papel fundamental, sendo que muitas moedas apresentam nas faces verdadeiras obras-primas. Um caso emblemático é representado pelas emissões siciliotas do final do séc. V a.C., que são consideradas entre os mais brilhantes resultados do gosto e da técnica da produção artística dos gregos do Ocidente. Nessa época a arte da cunhagem na Sicília alcançou uma tamanha importância que os artistas começaram a assinar as suas próprias obras. Graças a esse hábito hoje é possível identificar os mestres gravadores e reconstruir as suas trajetórias, as quais favoreceram a criação de um padrão, no estilo e nos motivos, resultante em todas as emissões do final do século. É o caso, por exemplo, do mestre gravador Evenetos que, após atuar em Siracusa (entre 415 e 412 a.C.), moveu-se para Catane, onde gravou os cunhos das tetradracmas quadriga/cabeça laureada de Apolo, e para Camarina, onde parece que gravou as didracmas cabeça de Hipparis/ninfa Camarina³. A representação da quadriga, que se difundiu no final do séc. V a.C. em todas as cidades siciliotas, não é aleatória, ela seria de fato expressão do fenômeno definido “pansicilianismo” (Caccamo-Caltabiano 2003: 107). No Congresso de Gela em 424 a.C. Ermócrates promoveu a propaganda de uma identidade comum para estimular a criação de um fronte comum e compacto capaz de enfrentar os Cartagineses. A quadriga era o tipo das moedas de Siracusa e a presença dela nas tetradracmas de prata de todas as cidades siciliotas mostra a intenção de transmitir a mensagem da unidade de todo povo grego da Sicília, sob a direção da cidade mais forte, capaz de opor-se a Atenas. Do ponto de vista iconográfico, a representação da quadriga em corsa permitiu desenvolver, da melhor maneira possível, os estudos sobre movimento e tridimensionalidade, característicos da expressão artística dessa época (Pace 1938: 94). A mobilidade dos mestres gravadores é também sinal do fato que entre as cidades siciliotas tinha-se difundido uma competição no campo artístico que

³ Holm, 1906: 94; Jenkins, 1972: 169, nn. 422-425; Westermarck-Jenkins, 1980: 58 e 59., tav. 21 n. 162.5.

levou a incumbir os mais famosos deles da execução dos cunhos das emissões. A quadriga em corsa representada nos aversos das decadracmas de Akragas é o exemplo mais significativo da habilidade e dos resultados artísticos alcançados por esses artistas; ela, de fato, sintetiza organicamente as características da arte da incisão dos cunhos do final do séc. V: o movimento da quadriga inteira é projetado no espaço graças à ausência da linha de chão, e os cavalos, em primeiro plano em relação ao carro, são representados por 3/4 e abrem-se para dar uma perspectiva que permite a quem vê ter a sensação que a quadriga esteja voando fora do disco (fig. 1).



Fig. 1: Decadracmo de Akragas. Anv. Quadriga à e.; em cima, águia, embaixo, carangueijo. Rev. Duas águias agarrando uma lebre; no campo, à d., cigarra. <http://www.panorama-numismatico.com/wp-content/uploads/decadramma-cng.jpg>. Acessado em: 26/11/2015. (Reprodução fora de escala).

Se observarmos as tetradracmas contemporâneas das outras casas de cunhagens de moedas, notaremos que além do tema da quadriga elas compartilham também o repertório das figuras acessórias. De acordo com Maria Caccamo-Caltabiano (2003: 109), a representação de heróis ou ninfas locais, e de monstros marinhos ligados às áreas do Estreito de Messina teria sido *“specchio di un comune sentire e della propaganda di una forte ideologia política”*. Mesmo que não se queira admitir este “sentimento comum” que se manifestava numa iconografia já patrimônio ideal de todas as cidades gregas da Sicília, pode-se pensar que o artista incumbido da incisão dos cunhos tivesse uma certa liberdade criativa e, logo, supor que os gravadores fizessem referência a um particular repertório iconográfico adquirido ao longo da sua formação e experiência de artistas. Por isso, talvez, encontramos o carangueijo no exergo das moedas de Akragas assim como no de Catane: o artista que gravou os cunhos de uma cidade talvez vinha da mesma “escola” do artista que gravou as da outra. Nas tetradracmas de Akragas o cocheiro tradicional é substituído pela Nike. Isso

se tornou muito comum nas produções artísticas desse período. Um exemplo é a *phiale* de prata, guardada no *Metropolitan Museum* de Nova York e editada por Gisela Richter (1941), na qual aparece uma quadriga dirigida pela Nike. A estudiosa propôs datar a *phiale* nos últimos anos do séc. V a.C. e de atribuí-la a oficinas siciliotas ou da Magna Grécia, pois o traço com que os personagens estão representados no relevo mostra estreitíssimas semelhanças com as emissões dos anos 413-399 de algumas cidades siciliotas (Richter 1941: 373); com efeito, não podemos esquecer que alguns dos mestres gravadores, como Cimon, Evenetos e Eukleidas, também foram prateiros (*Eadem*: 375). Os tipos característicos de cada cidade emissora permaneceram inalterados ao longo das décadas, mas evoluíram na representação gráfica gerando uma série de verdadeiras obras-primas:

Partiti da vecchie concezioni locali, in buona parte doriche, essi le trattano con tutte le finezze dell'arte attica di Fidìa, alla cui conoscenza attingono i migliori elementi della loro capacità espressiva, mentre con abituale tendenza eclettica non rinunziano talora ad avvalersi di elementi formali estranei (Pace 1938: 86 e 87)

O tipo como “fotografia” do passado

Os artistas obedeciam aos cânones da arte clássica que tinham se difundido no mundo grego, mas também foram capazes de reformular os padrões para criar algo de único no panorama da arte universal. Como o próprio Pace coloca, a execução plástica das imagens gravadas nessas moedas é tão perfeita que é legítimo supor que os autores dos cunhos também criassem estátuas de grande dimensão (Pace 1938: 92). A moeda, além de ser um simples instrumento comercial ou de retribuição pelo seu valor intrínseco ou nominal, relaciona-se, portanto, às outras manifestações artísticas coevas e se torna veículo de um pensamento. Existe uma correlação entre os bustos de terracota (fig. 2) e as moedas assinadas pelos mestres gravadores do final do séc. V., que já Giulio Emanuele Rizzo tinha identificado:

“Il concetto disegnativo di impostare la faccia dalle forme piene sul collo robusto che ha una linea arcuata; nella direzione del profilo un poco obliqua...nella breve estensione del labbro superiore” (Rizzo 1910: 80).



Fig. 2: Busto de terracota do final do séc. V a.C. ©Museo Archeologico di Siracusa “Paolo Orsi”

N

o
final
do
sécu

lo

XIX

Frie

drich Imhoof-Blumer e Percy Gardner publicaram um comentário numismático sobre a obra de Pausânias, “Descrição da Grécia” (Ἑλλάδος περιήγησις), do II séc. d.C. Na introdução à obra os autores argumentam a importância desse trabalho colocando que “no caso de muitas estátuas mencionadas por Pausânias as únicas cópias conhecidas são aquelas representadas nas moedas” (Imhoof-Blumer e Gardner, 1887: 1). O material examinado pelos autores são as emissões romanas do II séc. d.C. na Grécia, contemporâneas às viagens de Pausânias. Antes de apresentar o minucioso catálogo dos trechos em que o geógrafo grego menciona obras de arte grega hoje perdidas, os autores ilustram os critérios segundo os quais uma representação tipológica de divindade pode ser interpretada como reprodução de uma estátua: 1) quando a divindade é representada dentro de um templo; 2) quando fica em pé sobre um pedestal; 3) quando perto dela está representado um altar; 4) quando tem uma indicação de localização, como por ex. uma divindade fluvial; 5) a continuidade no esquema da representação; 6) algumas descrições de Pausânias são tão detalhadas que é possível aplicá-las nos tipos; 7) evidências intrínsecas na mesma moeda (*idem*: 2 e 3). Aqui a moeda desempenha um papel de grande importância na relação entre a história da arte e a arqueologia: por meio dela podemos tentar recuperar um tipo de documentação material, a estatuária, que hoje estaria conhecida apenas pela fonte escrita. Existem, porém, limitações na interpretação que dependem de uma série de “cuidados” que é oportuno não subestimar. Como já colocado por Lacroix (1949),

existem convenções próprias da arte monetária que a torna autônoma e suscetível a reinterpretações por parte do gravador dos cunhos; para tanto, supondo que realmente uma tal divindade representada na face de uma tal moeda seja aquela própria mencionada por Pausânias no tal trecho, não podemos ter certeza que o gravador tinha se mantido fiel ao modelo original. Além disso, o estado de conservação da própria moeda poderia dificultar ou enganar o observador, que poderia formular uma interpretação errada:

“Specialists of Greek sculpture have recently been convinced to abandon the unhelpful practice of illustrating a piece of sculpture alongside the coin it most resembles, creating the illusion of a reinforced attribution”. (Callataÿ 2012: 239).

Mesmo assim, não podemos negar a validade da importância da moeda como valiosa ferramenta na pesquisa histórica e arqueológica, como oportunamente observado por Callataÿ:

“it is traditionally thought that coins are the most ‘official’ form of artistic expression, since they were submitted to political control. Less artistic liberty on the one hand, but more intentionality on the other: such would have been the fate of ancient coinages. In a way, coins help us reconstruct the official identities of cities and kingdoms. Abundant and intentional, coins were the most important medium for the Hellenistic royal image. It should be noted, however, that coins are not the only category for which we may suppose a strict official control; consider also weights and measures, or tiles and bricks; and, if not privately operated, amphora stamps and clay stamps may be added to the list” (ibidem).

Não apenas obras de estatuária são representadas nas moedas, mas no caso das moedas romanas também edifícios. Os romanos, grandes construtores, propagavam as suas obras arquitetônicas por meio das moedas. Arqueólogos e historiadores obtiveram um grande benefício deste hábito, pois algumas dessas moedas representam a melhor imagem sobrevivida das estruturas, e a imagem monetária, o tipo, pode ser usada para ilustrar o aspecto originário de muitos monumentos ou para obter informações de outro tipo. É o caso do Anfiteatro Flávio, o Coliseu, em Roma. O monumento, construído entre 70 e 80 d.C. pelos imperadores da

dinastia Flávia, foi representado, pela primeira vez em ocasião da sua inauguração em 80 d.C., nas moedas de Tito⁴. Esta “fotografia” da época é extremamente valiosa, pois retrata o Coliseu antes das últimas modificações trazidas por Domiciano; tão como hoje as moedas de 5 centavos de euro da Itália mostram o aspecto atual do Coliseu (fig. 3). A mesma emissão monetária nos informa sobre um outro aspecto da paisagem da Roma antiga. Observando o tipo do reverso da moeda de Tito, encontramos, aos lados do Coliseu, dois monumentos: à d., um pórtico, à e. uma construção cônica, que parece a meta de um circo. Esta última é a *Meta Sudans*, uma grande fonte que provavelmente fazia parte do projeto de restituição à cidade da área que tinha sido ocupada pela *Domus Aurea* de Nero, e que, assim como o anfiteatro, foi construída no lugar do *Stagnum Neronis*. A fonte foi derrubada, na época do regime fascista, para fazer espaço à nova Via dei Fori Imperiali; hoje a conhecemos apenas por meio da sua representação nas moedas e nas fotos ou pinturas antigas (fig. 4) e pelas fundações, ainda hoje visíveis, na parte inferior da *Piazza del Colosseo* (Ladich 2009).



Fig. 3: Tipos monetários retratando o Anfiteatro Flávio: à d., Rev. do sestércio, de Tito, de 80 d.C; à e., Rev. dos 5 cent. de euro italianos de 2002. (Reprodução fora de escala). http://www.the-colosseum.net/architecture/imago_en.htm. Acessado em: 11/11/2015.

⁴ As representações iconográficas do Coliseu na época romana são raras. Podemos encontrar a sua imagem em algumas séries monetárias durante os reinos de Tito (79-81), de Severo Alexandre (222-235) e de Gordiano III (242-244).



Fig. 4: Foto de 1900. À d., está a *Meta Sudans*. “Rome, Colosseo - woman selling oranges hand painted Photo”. Por T. H. McAllister.

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:1900_Rome_Colosseo_T_H_McAllister.jpg. Acessado em: 11/11/2015.

Relações de poder e valor nominal da moeda

A disciplina numismática nasceu pelo interesse no seu aspecto artístico e durante muito tempo permaneceu vinculada principalmente aos estudos iconográficos; há algumas décadas, porém, o surgir de um maior número de especialistas abriu um leque de possibilidade de pesquisa de amplo alcance. Um maior interesse é direcionado ao aspecto socioeconômico, útil para o desenvolvimento dos estudos históricos, e atualmente são poucas – mas não menos importantes – as contribuições da disciplina da história da arte no campo da numismática. Um exemplo de valiosa contribuição dos estudos iconográficos à história e à arqueologia, na minha opinião, é representado pelas moedas de imitação seja na época grega seja na época romana. No âmbito da cunhagem oficial, as moedas púnicas constituem um caso interessante: as cidades fenícias de Panormos e Motye, provavelmente entorno de 425 a.C. (Guzzetta 2008: 150), começaram a emitir séries monetárias com tipos derivados dos modelos de moedas siciliotas. Um pouco mais tarde, paralelamente, Siracusa,

Akragas, Gela e Camarina, bem como Cartago, cunharam moedas de ouro. Tusa Cutroni afirma:

Dato il carattere particolare del momento le due emissioni si pongono come espressione di affermazione politica e come manifestazione di potenza e di concorrenza tra le due potenze rivali. [...] È infatti a partire dall'ultimo decennio del V sec. a.C. che fra Siracusa e Cartagine si innesca una competizione che dal piano militare viene a ribaltarsi su quello economico-finanziario [...]. (Tusa Cutroni 1979: 639-640)

Nesse caso, a escolha da imitação das moedas gregas por parte dos púnicos é testemunho do contato constante entre os dois povos, da necessidade de um encontro no campo do comércio (favorecido por meio da linguagem métrica e iconográfica das moedas) e também no campo político: a moeda se torna sim um veículo de poder, mas também cria uma ligação identitária.

Na época do Império Romano são muitos os casos de imitação das moedas oficiais. Um caso particularmente interessante é aquilo das moedas de imitação do *antoninianus* da época do *Imperium Galliarum* (269-274 d.C.). De 260 a 282, o império romano foi atacado em várias partes: pelos Persas e por outros povos bárbaros em expansão a partir de 250, seja no Oriente seja no Ocidente (Guzzetta, 2014: 51). Isso provocou uma fragmentação do poder central e, conseqüentemente, uma dificuldade de controle dos contingentes militares espalhados pelos confins a serem defendidos. Em 260, Póstumo, governador da *Germania Inferior*, rebelou-se e enviou a cidade de Colônia (capital da *Germania Inferior*), onde as suas tropas aclamaram-no imperador. A partir desse evento, formou-se o Reino das Gálias, *Imperium Galliarum*, um império secessionista com seus próprios senado, cônsules, governadores, pretorianos e com capital em Treviri (*Idem*: 53). Como reino autônomo o Império das Gálias também tinha a sua moeda. Como em Roma naquele momento a crise político-econômica era muito grave, as moedas oficiais chegavam com muita dificuldade até os limites do império; portanto, as moedas dos usurpadores espalharam-se rapidamente e tão rapidamente iniciou-se a imitá-las. Da mesma forma foram imitadas as moedas oficiais do império de Roma (fig. 5).



Fig. 5: Representação da *Spes* nas moedas imperiais do III sec. d.C.: à e., uma moeda oficial, à d., uma moeda de imitação. (Reprodução fora de escala).

Conforme o tempo passava e as distâncias do “centro” aumentavam, as imitações ficaram cada vez mais distantes dos protótipos até, no fim, perder qualquer conexão com eles. Alguns tipos são totalmente abstratos, outros apresentam uma originalidade surpreendente na interpretação.

Tais emissões são comumente conhecidas como “imitações bárbaras”; na realidade, porém, não podemos considerar correta esta definição e é melhor adotar a de “imitações locais” (Schultzki 1996: 32). Estas circularam pelo império durante muitos anos, até depois da queda do império das Gálias e da restauração do poder em Roma por Aureliano.

Em 1991, na baía de Camarina (Sicília), foi recuperado um navio comercial (final do III-começo do IV séc.); junto com as mercadorias foi encontrado um tesouro de 4472 *antoniniani*. Bem o 42% desse tesouro é constituído por moedas de imitação, enquanto as outras pertencem em pouca parte aos imperadores oficiais e em boa parte aos usurpadores gálicos. As pesquisas arqueológicas estão mostrando a grande difusão das oficinas monetárias autônomas no território das antigas Gálias e Germanias e a extensão da circulação das imitações, que chegaram até a África do Norte. Tais evidências nos sugerem que as imitações eram aceitas tal como as moedas oficiais nas transações comerciais. Numa época de escassez de dinheiro vivo o valor fiduciário das moedas continua forte por necessidade. Mais uma vez, a cunhagem é

expressão por um lado de poder, por outro de uma resposta criativa (Ingold 2004) ao estímulo do contexto vivenciado.

Referências Bibliográficas

ASHMOLE, B. The relation between Coins and Sculpture. In: *Transactions of the International Numismatic Congress*. (June 30- July 3 1936). Londres, Quaritch Ltd., 1938, pp. 17-22.

BIANCHI BANDINELLI, R. *Introduzione all'archeologia classica come storia dell'arte antica*. Roma: Laterza, 1976.

CACCAMO CALTABIANO, M. Il pansicilianesimo e l'annuncio di un'era nuova. In: *ATTI DELLE QUARTE GIORNATE INTERNAZIONALI DI STUDI SULL'AREA ELIMA* (Erice 1-4 dicembre 2000). Vol. I. Pisa, s.n, 2003, pp. 105-125.

CALLATAÿ de, F. Coinages. In: SMITH, T. J.; PLANTZOS, D. (Eds). *A Companion to Greek Art*. Oxford, Wiley-Blackwell, 2012, pp. 235-254.

GARIN, E. *Lettura critica*. Gli umanisti e l'antichità classica, 1947. Disponível em: <http://www.simonescuola.it/areadocenti/s78/sezione3/Link3.pdf>. Acesso em: 11/11/2015.

GUZZETTA, G. *Per la gloria di Catania: Ignazio Paternò Castello Principe di Biscari*. Agorà VI, II (Luglio-Settembre 2001), 2001, pp. 12-23.

----- . Prototipi monetali sicelioti e interpretazioni puniche. In: CONGIU, M.; MICCICHÈ, C.; MODEO, S.; SANTAGATI, L. (Eds). *Greci e Punici in Sicilia tra V e IV secolo a.C.* (Caltanissetta, 6-7 ottobre 2007). Caltanissetta, Sciascia Editore, 2008, pp. 149-172.

----- (ed.). *Il "Tesoro dei sei imperatori" dalla baia di Camarina*. 4472 antoniniani da Gallieno a Probo. Catania: Giuseppe Maimone editore, 2014.

HOLM, A. *Storia della Sicilia nell'antichità*. Trad. it. de G. B. Del Lago e V. Graziadei. Vol. II. Torino: s.n, 1896.

----- . *Storia della moneta siciliana*. Trad. G. Kirner, Torino: s.n, 1906.

IMHOOF-BLUMER, F.; GARDNER, P. A Numismatic Commentary on Pausanias. Reprinted from *The Journal of Hellenic Studies* 1885-1886-1887. Londres: Richard Clay and Sons, 1887.

INGOLD, T. Two reflections on Ecological Knowledge. In: SANGA, G.; ORTALLI, G. (Eds.). *Nature Knowledge*. Ethnoscience, Congnition and Utility. New York-Oxford, Berghahn Books, 2004, pp. 301-311.

JENKINS, G. K. *Ancient Greek Coins*. London: Barrie e Jenkins, 1972.

LACROIX, L. *Les reproductions de statues sur les monnaies grecques*. La statuaire archaïque et classique. Bibliothèque de la Faculté de Philosophie et Lettres de l'Université de Liège. 116. Liège: Presses universitaires de Liège, 1949.

LADICH, M. La *Meta Sudans* nelle monete di Roma imperiale. In: «Cronaca Numismatica». A. XXI. N. 224. Nov 2009, pp. 46-47.

PACE, B. *Arte e civiltà della Sicilia antica*. Vol. II. Milano-Genova-Roma-Napoli: Soc. Ed. Dante Alighieri, 1938.

RICHTER, G. M. A. A Greek Silver *Phiale* in the Metropolitan Museum. *American Journal of Archaeology*. XLV (3) 1941, pp. 363-389.

RIZZO, G. E. *Busti fittili di Agrigento*. Jahreshefte des Österreichischen Archäologischen Institutes. Bd. 13 (1910). S.l., s.n., 1910, pp. 63-86.

SCHULTZKI, H. J. *Die Antoninianprägung der Gallischen Kaiser von Postumus bis Tetricus (AGK)*. Typenkatalog der regulären und nachgeprägten Münzen. Bonn: Rudolf Habelt, 1996.

TUSA CUTRONI, A. La monetazione di Siracusa sotto Dionisio I. In: *Miscellanea di studi classici in onore di Eugenio Manni*. Vol. II. Roma, Giorigio Bretschneider, 1979, pp. 631-647.

WESTERMARK, U.; JENKINS, K. *The Coinage of Kamarina*. London: Royal Numismatic Society, 1980.